



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1210

Quarta-feira - 03 de Abril de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2
Associações	460
Atalanta	2
Biguaçu	14
Braço do Trombudo	16
Caçador	16
Camboriú	22
Campo Alegre	30
Campos Novos	44
Canoinhas	44
Capinzal	45
Catanduvas	53
Chapadão do Lageado	55
Concórdia	56
Cordilheira Alta	67
Corupá	68
Curitibanos	69
Ermo	79
Forquilha	194
Fraiburgo	194
Garopaba	197
Garuva	200
Gaspar	201
Governador Celso Ramos	203
Guaramirim	203
Herval d'Oeste	205
Imbituba	205
Iomerê	208
Ipumirim	214
Irineópolis	215
Itaiópolis	216
Itapoá	227
Joaçaba	227
Lages	238
Lauro Muller	239
Lebon Regis	243
Leoberto Leal	253
Lindóia do Sul	253
Luzerna	254
Macieira	269
Maravilha	278
Massaranduba	291
Meleiro	298
Monte Carlo	300
Navegantes	300
Nova Trento	305
Novo Horizonte	306
Paial	307
Papanduva	308

Passo de Torres	311
Paulo Lopes	312
Peritiba	320
Pinheiro Preto	322
Porto Belo	324
Porto União	324
Rio do Sul	342
Salto Veloso	349
Santa Rosa do Sul	354
Santa Terezinha do Progresso	354
São Bento do Sul	355
São Domingos	359
São João do Sul	360
São Lourenço do Oeste	361
Schroeder	362
Timbé do Sul	366
Timbó	381
Três Barras	396
Tunápolis	405
Turvo	414
Vargeão	430
Videira	431
Vitor Meireles	459
EGEM	484

Consórcios

ARIS	496
CIGA	496
CIM-AMAVI	496
CINCO	497
CIS/AMURC	500

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Errata

EXTRATO DE ERRATA

Na Portaria nº. 106/2013, publicada no DOM de 19 e Fevereiro de 2013, pág.08, Edição nº. 1180 onde se lê: "Art. 1º - Admitir, em caráter temporário, servidores para o Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA-20H, a partir de 18 de fevereiro de 2013 a 18 de fevereiro de 2013".

Leia-sê: "Art. 1º - Admitir, em caráter temporário, servidores para o Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA-20H, a partir de 18 de fevereiro de 2013 a 18 de dezembro de 2013".

Antônio Carlos, 02 de abril de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA de CHAMADA PÚBLICA nº. 106/2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 211/2013

PORTARIA Nº 211/2013
Prorroga Contratação temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de SCHEILA BIANCHI MARQUES, no cargo de ENFERMEIRO, a partir de 02 de abril de 2013 a 18 de outubro de 2013, e/ou até a realização de Concurso Público, em substituição a Huiara Cristina Lucca Schmitz que pediu Demissão.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de abril de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de

Portaria Nº 212/2013

PORTARIA Nº 212/2013
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN, para o Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir e 03 de abril de 2013 a 18

de Dezembro de 2013, para atuar C.E.I. M. Coração de Jesus, pela demanda da alunos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de abril de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de abril de 2013.

Aviso de Licitação Nº 031/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 031/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 021/2013; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: aquisição de material de expediente para secretaria municipal de saúde e assistência social municipal de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 14:00 (quatorze) horas do dia 16/04/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 13 de Março de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 045/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 045/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 012/2013 - Chamada Pública nº. 001/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Gilmar Batisti; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme previsto no edital e seus anexos; Valor do Contrato: R\$ 10.425,00 (Dez mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Antônio Carlos, 27 de Março de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Lei 1307/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
LEI Nº 1307/2013

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa, no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Abre Crédito Adicional Especial, e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 - Educação para Todos - Ensino Fundamental,



na Lei Municipal nº. 1115/2009 de 09.09.2009, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta LEI.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.01.0122 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica inserida a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 - Educação para Todos - Ensino Fundamental, na Lei Municipal nº. 1288/2012 de 02.10.2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2013 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0040 - Educação para Todos - Ensino Fundamental
Projeto Atividade 1.013 - Ampliação da Rede Física - Ensino Fundamental
Elementos de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2013.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 27 de Março de 2013.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Lei 13082013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
LEI Nº. 1308/2013

"Cria o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de Produtos de Origem Animal e Vegetal no Município de Atalanta e dá Outras Providências."

TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal de Atalanta - SC
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de produtos de origem animal e vegetal, abate de animais e industrialização de produtos de origem animal e vegetal no município de Atalanta, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e

Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM, atuará no âmbito de sua competência, de acordo com o que dispõe a lei federal nº 7.889 de 23.11.1989, leis estaduais nºs 8534 de 19.01.1992 e 10.610 de 01.12.1997, os decretos estaduais nº 3.748 de 12.07.1993 e 3.100 de 20.07.1998, legislação sanitária municipal e as normas oriundas desta lei.

Art. 3º A Inspeção Municipal será exercida em todo o território do município e atenderá sobre as condições higiênicas - sanitárias dos matadouros e estabelecimentos que industrializam carnes e outros produtos de origem animal e vegetal, destinados ao consumo humano intramunicipal.

§ 1º Não será permitida a comercialização, no município, de qualquer produto de origem animal e vegetal que não ateste que tenha sido inspecionado pela autoridade de Serviço de Inspeção Federal (SIF) Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou pelo SIM, sendo, portanto, considerado clandestino e sujeito a apreensão nos termos da legislação federal estadual e ou municipal.

§ 2º Os produtos de origem animal e vegetal, em natureza ou derivados, deverão atender aos padrões de identidade e qualidade, previstos pela legislação sanitária e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º No interesse da saúde pública as atribuições do SIM compreenderão:

I- A classificação dos estabelecimentos;

II- As condições físicas sanitárias para o registro dos estabelecimentos;

III- A higiene dos estabelecimentos;

IV- A inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos, matérias primas de origem animal e vegetal, durante as diferentes fases da industrialização;

V- O registro de rótulos, obedecidas às exigências que disciplinam a legislação a respeito;

VI- A carimbagem de carcaças e cortes de carne, bem como a identificação e demais dizeres a serem impressos nas embalagens de outros produtos de origem animal e vegetal, atestando a inspeção realizada;

VII- Outros recursos que se tornem necessários para a maior eficiência da inspeção industrial e sanitária dos produtos origem animal e vegetal.

Art. 5º Na defesa da saúde pública não será permitido o funcionamento de qualquer estabelecimento que abata ou industrialize produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano intramunicipal, devendo requerer aprovação de seu projeto arquitetônico e de localização, junto ao SIM.

Parágrafo único. Os estabelecimentos já existentes para se adequarem a essa lei, deverão apresentar os respectivos projetos para a aprovação e registro no SIM.

Art. 6º Os estabelecimentos registrados no SIM ficam sujeitos às obrigações contidas no artigo 102, itens 5,12,13,15,17 do decreto federal nº 30.691 de 29.03.1952, alterado pelo decreto nº 1255 de 25.006.1962 e mais:

I - preencher e fornecer ao SIM o formulário estatístico mensal;

II- No caso de trabalhos fora da rotina normal, dar aviso antecipado de 24(vinte e quatro) horas;

III- Manter pessoal com curso técnico profissionalizante específico da área, ministrado por órgão competente e devidamente reconhecido.

CAPÍTULO II

DA OBTENÇÃO DE REGISTROS E DA APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art. 7º De conformidade com a lei federal nº 7889, de 23.01.1989 e da lei estadual nº 8.534, de 19.01.1992, somente podem produzir e comercializar produtos de origem animal e vegetal os estabelecimentos devidamente registrados junto ao SIM ou, por desenvolverem atividades de maior magnitude, estejam sob o artigo de registro estadual ou federal.

Art. 8º Estão sujeitos a registro no SIM os seguintes estabelecimentos:

- I - Matadouros de bovinos (tipo A);
- II- Matadouros de suínos, ovinos e caprinos (tipo B);
- III- Matadouros de aves e coelhos (tipo C);
- IV- Estabelecimentos que fabriquem conservas de origem animal e vegetal;
- V- As usinas de beneficiamento de leite, fábricas de laticínios, posto de recebimento, refrigeração e desnatagem de leite, refrigeração e manipulação de seus derivados;
- VI- Estabelecimentos que sejam entrepostos e/ou fábrica de conservas de ovos;
- VII- Estabelecimentos produtores ou entrepostos de mel de abelhas;
- VIII- Estabelecimentos produtores de geléias, doces e demais derivados de frutas, hortaliças, legumes e cogumelos, bem como os que fatiem ou outro beneficiamento em produtos "in natura";
- IX - Estabelecimentos que fracionem e ou beneficiem pescado;
- X - Estabelecimentos que produzam alimentos não citados anteriormente;
- XI - Os postos e ou entrepostos que de modo geral recebam, armazenem, fracionem, manipulem, conservem, distribuam ou acondicionem produtos de origem animal, como: carnes, leite, pescados, ovos, mel e quaisquer produtos de origem animal;
- XII - As propriedades rurais que, mesmo em escala reduzida, produzam derivados de leite para comercialização;
- XIII - As propriedades rurais que produzam artesanais, conservas, geléias, doces e demais derivados de frutas, cana de açúcar, hortaliças, legumes e cogumelos.

Art. 9º Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação ou ampliação de estabelecimentos destinados ao abate e industrialização de produtos de origem animal e vegetal.

§ 1º Para obterem aprovação no SIM, os projetos deverão ser encaminhados através de requerimentos dirigidos ao Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, via protocolo, e deles constar:

- a) Plantas de situação e localização;
- b) Plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;
- c) Plantas de corte e fachadas;
- d) Plantas hidrosanitárias, com detalhes sobre a rede esgoto e abastecimentos de água;
- e) Cronograma de execução do projeto;
- f) Parecer técnico favorável do órgão municipal responsável pelo meio ambiente.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos estabelecimentos de produção artesanal, caracterizados pela lei nº 10.610/97 e decreto nº 3.100/98. No que se refere ao projeto arquitetônico, porém, faz-se necessário apresentação de croqui das instalações físicos-sanitárias.

Art. 10. Concluídas as obras e instalados os equipamentos conforme o cronograma, a empresa deverá requerer ao SIM e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento através da Secretaria municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico do Município de Atalanta, a vistoria prévia e a autorização para o início das atividades do estabelecimento.

Art. 11. O SIM expedirá 02 (dois) tipos de registros:

I- O registro de caráter provisório será deferido para os estabelecimentos existentes e que estejam desenvolvendo projetos de adequação aos preceitos desta lei e seu prazo de validade não será superior a nove meses.

II - O registro de caráter definitivo será deferido para os estabelecimentos já existentes, e que se enquadram nos preceitos desta lei.

Art. 12. O número de registro dos estabelecimentos que abatem animais e ou industrializem produtos de origem animal e vegetal, constará obrigatoriamente nos rótulos, certificados, carimbo de inspeção dos produtos, notas fiscais e outros documentos do estabelecimento.

Art. 13. O SIM ao conceder o número de registro de um estabelecimento, fornecerá também o respectivo "título de registro" no qual constará o nome da empresa, localização do estabelecimento, sua classificação, bem como outros elementos julgados necessários.

Art. 14. O requerimento de registro para implantação no SIM será dirigido ao Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, via protocolo, instruindo-se o processo com os seguintes documentos:

- I- Inscrição junto à fazenda municipal;
- II- Plantas de situação e localização;
- III- Plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;
- IV- Plantas de cortes e fachadas;
- V- Plantas hidrosanitárias, com detalhes sobre a rede de esgoto e de abastecimento de água potável;
- VI- Parecer final favorável do órgão municipal responsável pelo meio ambiente;
- VII- Identificação de produtor rural expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente;
- VIII- Memorial descritivo dos produtos;
- IX- modelos de embalagens e rótulos.

§ 1º Tanto para o requerimento de registro, definitivo ou provisório, considera-se indispensável a apresentação de boletim oficial do exame de água de abastecimento ao disposto no artigo 48 do decreto estadual nº 3.748, de 12.07.1993.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos estabelecimentos de produção artesanal, caracterizados pela lei nº 10610/97 e decreto nº 3.100/98. No que se refere ao projeto arquitetônico, porém, faz-se necessário apresentação de croqui das instalações físico-sanitárias.

Art. 15. O requerimento de registro junto ao SIM será dirigido ao Secretário municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, via protocolo, que só será concedido registro após vistoria prévia pela Secretária municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

§ 1º A concessão do número de registro junto ao SIM implicará no cadastramento do estabelecimento, não apenas neste organismo e constará do mesmo os dados pessoais do responsável técnico pelo estabelecimento.

§ 2º Todas as pessoas que atuam em estabelecimentos relacionados pelo SIM, em especiais manipuladores de produtos, deverão observar com atenção as normas de higiene pessoal e asseio corporal, dentre elas:

- I - Usar uniforme completo, calçado fechado ou bota, avental, gorro e calça comprida, de cor clara e limpa;
- II- Possuir carteira de saúde atualizada anualmente;
- III- Manter mãos e unhas limpas, unhas curtas e sem pintura, não fumar, não mascar gomas ou praticar atos semelhantes nos locais de trabalho.
- IV- Afastar-se das atividades quando apresentarem sinais de doenças ou lesões de pele;
- V- Não realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar os produtos;
- VI- Não usar barba.

§ 3º Os estabelecimentos relacionados no SIM que processem ou industrializem produtos de origem animal e vegetal estão sujeitos a periódicas inspeções, com coleta de amostras de seus produtos, para respectivas análises por responsáveis pelo SIM.

§ 4º Constatada irregularidade que torna os produtos impróprios para o consumo, o estabelecimento ficará sujeito a sanções, que vão desde a simples suspensão temporária da licença de fabricação e destruição dos produtos condenados até a cassação definitiva do registro de fabricação do produto e do estabelecimento. As medidas cautelares só serão revogadas pelas autoridades sanitárias quando atendidas as exigências que determinaram a suspensão do processo de fabricação de tais produtos.

§ 5º Todos os produtos impróprios para o consumo deverão ser desnaturados pelo sim e destinados como subproduto, à alimentação animal ou incinerado conforme o grau de comprometimento determinado pelos exames realizados.

§ 6º No caso de comprometimento de natureza grave com produtos destinados a alimentação humana, o estabelecimento poderá ser interditado temporariamente ou em definitivo. Os responsáveis responderão legal e judicialmente pelas consequências a saúde pública, caso se comprove omissão ou negligência de sua parte no que diz respeito à higiene, adição de produtos químicos e/ou biológicos, uso indevido de práticas de beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte e comercialização.

CAPÍTULO III DAS CARNES

Art. 16. O abate de animais para consumo humano ou para matéria destinada à fabricação de derivados estará sujeito as seguintes condições:

I- O abate e a industrialização de carnes só poderão ser realizados em estabelecimentos registrados no SIM ou em órgão equivalente do Estado ou da União;

II- Os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais para identificação de sua procedência;

III- Os animais serão submetidos à inspeção “ante” e “post mortem”, e serão abatidos mediante processo humanitário, sendo que a manipulação, durante os procedimentos de abate e industrialização deverão observar os requisitos de uma higiene;

IV- Os veículos de transporte de produtos de origem animal, pescado, leite e derivados, vísceras comestíveis, deverão ser providos de meios adequados para tal considerando tempo e percurso (distância).

CAPÍTULO IV DA LOCALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ABATEM E INDUSTRIALIZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 17. Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de abate e industrialização de produtos de origem animal para comércio intramunicipal, sem que o mesmo esteja instalado, com dependências mínimas, máquinas e utensílios diversos, os quais deverão ser compatíveis com a capacidade de produção, a qual será consignada no título de registro do estabelecimento.

Art. 18. No interesse da saúde pública e do meio ambiente, o estabelecimento de abate e industrialização de produtos de origem animal e vegetal destinados ao comércio intramunicipal deverão atender as seguintes condições:

I - Localizar-se em pontos afastados 10(dez) metros das vias públicas ou outras divisas e de fontes de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza;

II- Ser instalado, de preferência no centro do terreno, devidamente cercado, e dispor de área de circulação, que permita a livre movimentação dos veículos de transporte, exceção para aqueles já instalados e que não disponham de afastamento em relação às vias públicas, os quais poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição se apresentem interiorizadas;

III- Dispor de abastecimento de água potável para atender suficientemente as necessidades de trabalho do abatedouro e das demais dependências, tomando-se como referência os seguintes parâmetros: 800 (oitocentos) litros por 500 (quinhentos) litros por suínos; 200 (duzentos) litros por ovinos ou caprinos; 30(trinta) litros por ave e 6 (seis) litros de água por cada 1 (um) litro de leite industrializado;

IV- dispor de água quente para uso diverso e suficiente às necessidades do estabelecimento;

V- Possuir piso de material impermeável, resistente a abrasão e a corrosão, ligeiramente inclinado, provido de ralos, para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

VI- Ter paredes lisas impermeabilizadas com material de cor clara de fácil lavagem e desinfecção os ângulos e cantos deverão ser

arredondados e os parapeitos das janelas ser chanfrados;

VII- Possuir forro de cor clara, liso e material impermeável resistente a umidade e vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira de fácil lavagem e desinfecção;

VIII- Dispor de dependência de uso exclusivo para a recepção dos produtos não comestíveis e condenados a qual deve ser construída com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulam produtos comestíveis;

IX- Dispor de mesas de material liso, resistente e impermeável, de preferência de aço inoxidável, para a manipulação dos produtos e que permita uma adequada lavagem e desinfecção;

X- Dispor de tanques caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável e superfície lisa que permitam uma fácil lavagem e desinfecção nos locais de acesso às dependências e dentro das mesmas deve dispor de pias em boas condições de funcionamento. Os acessos também devem ser providos de lavadouros de botas.

XI- Dispor de rede esgoto em todas as dependências com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a tubos coletores e estes a um sistema geral de escoamento e de instalação para a retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivo para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do meio ambiente.

XII- Dispor, conforme legislação específica, de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, de dimensões proporcionais ao número de operários com acesso indireto às dependências industriais, quando localizados no seu corpo;

XIII- Dispor conforme legislação específica, de dependências sanitárias e escritório adequadamente instalado com acesso independente às dependências industriais de uso exclusivo do SIM.

XIV- Ter pé direito mínimo de 7 metros (sete metros) nas dependências de abate, 4m (quatro metros) nas dependências de trabalho, nas plataformas, laboratórios do vasilhame, nos vestiários e instalações sanitárias 3m (três metros);

XV- Dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos com pisos pavimentados apresentado ligeiro caimento, no sentido dos ralos. Tais instalações deverão ser providas de bebedouros para utilização pelos animais e de pontos de água com pressão suficiente para facilitar a lavagem e desinfecção destas instalações e dos meios de transporte;

XVI- Dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de atordoamento, sangria, esfolia e evisceração, inspeção, acabamento das carcaças e da manipulação dos miúdos, com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final, além de não permitir que haja contato das carcaças já esfoladas entre si, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM;

XVII- Prover a sessão de miúdos quando previsto de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras comestíveis;

XVIII- Dispor de telas em todas as janelas e outras passagens para o interior, além das demais aberturas de modo a impedir a entrada de insetos, é imprescindível igualmente que o matadouro seja dotado de eficiente proteção contra roedores;

XIX- Dispor de depósito para guardar embalagens, recipientes de produtos de limpeza e outros materiais utilizados no matadouro.

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS PARA O ABATE

Art. 19. Só é permitido o sacrifício de bovinos, suínos, aves, caprinos e coelhos, através de método de insensibilização previamente aprovado pelo SIM, seguida de imediata sangria.

Art. 20. Em suínos a operação de depilação e raspagem será realizada logo após o esaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e método adequados, acrescentando-se também a necessária lavagem da carcaça, antes da evisceração. Quando forem utilizados outros métodos de abate os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente.

Parágrafo único. No caso de aves, a escaldagem também será realizada em tempo e métodos adequados à boa tecnologia, e a obtenção de um produto em boas condições higiênico sanitárias.

Art. 21. O evisceramento dos animais será realizado sob as vistas do funcionário do SIM, em local que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas e as carcaças.

§ 1º Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração e para tanto não devem ficar animais dependurados nos trilhos durante os intervalos de trabalho.

§ 2º A cabeça do animal antes de ser destacada, será marcada para permitir sua identificação com a carcaça, seguindo-se procedimento análogo em relação às vísceras.

Art. 22. Os trabalhos de evisceração deverão ser executados com todo cuidado, a fim de evitar que haja contaminação das carcaças, provocadas por operação imperfeita, devendo os serviços de inspeção industrial e sanitária, em casos de contaminação por fezes e/ou conteúdo ruminal, aplicar as medidas cabíveis.

Art. 23. Com relação à inspeção "ante-mortem" será cumprido no couber, o disposto nos artigos 108 a 129 do regulamento de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal RIISPOA (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal), aprovado pelo decreto nº 30.691, de 29/03/52 alterado pelo decreto nº 1255, de 25/06/62.

Art. 24 O SIM cumprirá no que se refere à inspeção "pós mortem" o disposto nos artigos 147 a 198 e 204 a 226 bem como o disposto nos artigos 227 a 242 do regulamento citado no artigo anterior desta lei.

Art. 25 O SIM considerará, quando da inspeção de animais carcaças e vísceras, o previsto nos artigos 43 e 44 do RIISPOA, as limitações do estabelecimento, admitindo o aproveitamento condicional de carcaças e ou vísceras apenas nos casos em que houver condições para tal.

Art. 26. Os produtos (órgãos vísceras e carcaças) condenados, oriundos da sala de matança e de outros locais, deverão ser desnaturados em equipamentos em locais destinados a este fim, e o sangue deverá, por sua vez, no mínimo sofrer cozimento, independentemente de sua utilização.

§ 1º Admitir-se-á ao tratamento desses produtos por colocação em água fervendo pelo tempo mínimo de duas horas, quando estas matérias-primas forem destinadas à alimentação animal direta.

§ 2º A critério do SIM permitir-se-á a retirada de produtos condenados à industrialização fora do estabelecimento (graxaria industrial), desde que devidamente desnaturados com substância apropriadas para a finalidade, e que o seu transporte seja efetuado em recipientes e/ou veículos fechados, específicos e apropriados.

§ 3º Caberá ao SIM adotar critérios para o funcionamento das graxarias industriais.

CAPÍTULO VI

DA INSPEÇÃO DO LEITE DERIVADOS

Art. 27. O controle sanitário no rebanho será obrigatório e permanente, abrangendo as seguintes ações:

- a) Exames de brucelose com periodicidade semestral em todo o rebanho, com eliminação dos reagentes positivos;
- b) Exame semestral de tuberculose para todos os animais do rebanho bovino;
- c) Controle da mastite, incluindo o uso diário e individual de recipiente adequado de fundo escuro para colheita exames dos primeiros jatos de leite de teta execução semanal do CMT, ou outros testes aprovados pelo SIM;
- d) Manutenção dos animais livres de parasitas e outras manifestações patológicas que comprometam a saúde do rebanho ou a qualidade do leite.

Art. 28. A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico supervisionará a execução do programa de Defesa Sanitária Animal.

Art. 29. O proprietário será o responsável pelo cumprimento das normas desta lei, cabendo-lhe propiciar condições para o bom

andamento dos trabalhos de assistência técnica e da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Art. 30. Será mantido pelo proprietário um fichário, onde cada matriz do plantel será devidamente identificada em ficha individual, que conterá todos os registros de controle sanitário e outros dados considerados relevantes pela prefeitura Municipal, representada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, que também inspecionará e aprovará as instalações da propriedade.

§ 1º Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico autenticar cada ficha individual, após confrontação com o respectivo animal.

§ 2º No caso de troca ou inclusão de animais no plantel, os novos animais darão entrada acompanhados dos atestados negativos para brucelose e tuberculose, ficando a homologação da troca ou inclusão representada pela autentificação da nova ficha.

Art. 31. O conjunto de processamento de leite deverá manter o controle de qualidade do produto a ser comercializado, cabendo ao SIM a coleta, acondicionamento e encaminhamento das amostras ao laboratório.

§ 1º As provas de acidez e fosfatase deverão ser realizadas rotineiramente.

§ 2º O órgão oficial de inspeção poderá a seu critério, coletar novas amostras e realizar as análises que julgar convenientes.

Art. 32. As instalações de processamento deverão ser inspecionadas e aprovadas pelo SIM.

Parágrafo único. As instalações de processamento de leite deverão dispor, no mínimo, de:

1) Conjunto para processamento do leite composto de:

1.1. Ambiente externo, destinado à recepção do leite higienização dos tanques, equipamentos e outros utensílios, instalações de máquinas e equipamentos diversos, tendo este ambiente as seguintes características:

1.1.1. Poderá ser parcialmente aberto possuindo pisos e paredes, construídos de maneira a facilitar a completa higienização;

1.1.2. Possuir sistema de água sob pressão e provimento de água quente ou produto aprovado pela inspeção para desinfetar equipamentos utensílios e vasilhames;

1.2. Ambiente interno ou fechado destinado ao processamento, manipulação e estocagem do leite, tendo este ambiente as seguintes características:

1.2.1. Possuir pisos e paredes lisos de cor clara e impermeáveis e de fácil higienização, permitindo perfeita aeração e luminosidade;

1.2.2. Possuir forro e sistema de vedação contra insetos e outras fontes de contaminação;

1.2.3. Acesso provido de pedilúvio e de sistema de porta dupla, sendo a externa telada;

1.2.4. Sistema de água sob pressão e provimento de água quente ou produto aprovado pela inspeção para desinfetar equipamentos, utensílios e vasilhames;

1.3. Sistema de transferência do leite da recepção para ambiente interno, de forma a impedir o acesso de pessoas e equipamentos estranhos ao ambiente interno.

2) Fonte de água potável, em quantidade compatível com a demanda do conjunto de processamento de leite e protegida adequadamente para evitar qualquer tipo de contaminação.

3) Depósito de material e escritório.

4) Instalações sanitárias e vestiários proporcionais ao número de pessoas envolvidas no trabalho do conjunto de processamento de leite.

5) Sistema eficiente de escoamento de águas servidas e resíduos, interligados a sistema de valas e infiltrações conforme NBR 7229 (Norma Brasileira Registrada); ou sistema que permita a utilização dos resíduos orgânicos na adubação de culturas, sem agredir o meio ambiente.

6) Dispor conforme legislação específica, de dependências sanitárias e escritório adequadamente instalado com acesso indireto as dependências industriais de uso exclusivo do SIM.

Art. 33. O processo de pasteurização será rápido ou lento mediante

as seguintes condições:

I - O equipamento a ser utilizado no processo de pasteurização deverá dispor de sistema uniforme de aquecimento e resfriamento, com registro de temperatura, e permitir perfeita higienização e manutenção da qualidade do produto;

II- A aprovação definitiva do equipamento de pasteurização fica condicionada aos resultados dos testes laboratoriais, a serem realizados no produto durante o período de vigência do registro provisório da mini usina;

III- A admissão desse processo se dará somente para o processamento do leite integral ;

IV- A mini usina poderá processar, juntamente com a produção própria o leite oriundo de propriedades que cumpram todas as normas desta lei, excetuados os itens relativos à pasteurização e envasamento do leite;

V- O intervalo de tempo entre o final da ordenha e o início da pasteurização será de no máximo 03 (três) horas em cada operação de processamento, limite que poderá ser alterado, a critério do SIM, havendo equipamento adequado.

Art. 34. Os processadores de leite deverão adotar as seguintes providências gerais de higiene:

I- Imediatamente após a utilização e depois de sofrerem os processos normais de higienização e desinfecção todos os utensílios e equipamentos deverão ser enxaguados com água quente ou produto liberado pela inspeção;

II- Antes de ser introduzido no local da ordenha, o animal, deverá estar higienizado;

III- Antes da ordenha, as tetas dos animais deverão ser desinfetadas;

IV- O ordenhador deverá observar as normas de higiene pessoal e ainda desinfetar as mãos antes de cada ordenha;

V- O leite deve ser coado após a ordenha em coador apropriado de aço inoxidável, plástico ou ferro estanhado, proibindo-se o uso de panos.

Art. 35. No caso de medicamentos, o leite oriundo dos animais tratados só poderá ser destinado ao consumo humano após vencido o período de carência recomendado para o produto.

Art. 36. Após a pasteurização e envasamento, o produto deverá ser mantido em temperatura entre 02(dois) graus e 07 (sete) graus centígrados, até a sua comercialização.

Art. 37. A embalagem do produto deverá ser produzida por firma credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter todas as informações preconizadas pelo Código de Defesa do Consumidor e órgãos de fiscalização competentes.

Art. 38. A data limite para a comercialização do produto se estenderá até 48(quarenta e oito) horas posterior de sua pasteurização e envasamento.

Art. 39. O transporte do produto da estância leiteira para os centros de comercialização deverá ser feito em veículos apropriados, providos de proteção isotérmica, mantendo-se a temperatura entre 02 (dois) e 07 (sete) graus centígrados.

Art. 40. As dúvidas de interpretação dos dispositivos desta lei serão esclarecidas observando a legislação estadual.

CAPÍTULO VII

DA INSPEÇÃO DO PESCADO E DERIVADOS

Art. 41. A denominação genérica "PESCADO" compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada, usados na alimentação humana.

Parágrafo único. As normas previstas nesta lei serão extensivas as algas marinhas e a outras plantas e animais aquáticos desde que destinados à alimentação humana.

Art. 42. O pescado em natureza pode ser:

I- Fresco;

II- Resfriado;

III- Congelado.

§ 1º "Fresco" é o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo na

proporção de 30% do peso da mercadoria.

§ 2º "Resfriado" é o pescado devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre -0,5C (meio grau centígrado negativo) a -2ºC (dois graus centígrados) em câmara ou outro dispositivo frigorífico.

§ 3º "Congelado" é o pescado tratado por processos adequados de congelação, em temperatura não superior a -25° C (vinte e cinco graus centígrados negativos).

Art. 43. Depois de submetido à congelação, o pescado deve ser mantido em câmara frigorífica a -18 C (dezoito graus centígrados negativos) ou temperatura inferior, até a sua entrega ao consumidor.

Parágrafo único. O pescado uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido a câmaras frigoríficas ou outros dispositivos de produção de frio.

Art. 44. A juízo do SIM, para determinadas espécies, poderá ser tornado obrigatória a evisceração do pescado, a bordo dos barcos ou nos estabelecimentos terrestres, qualquer que seja a forma de sua apresentação para consumo.

Art. 45. O pescado fresco próprio para consumo, deverá apresentar as seguintes características organolépticas:

I- Peixes:

a) Superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

b) olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

c) Guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor natural, próprio e suave;

d) Ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura a pressão dos dedos;

e) Escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

f) Carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

g) Vísceras integras, perfeitamente diferenciadas;

h) ânus fechado;

i) Cheiro específico lembrando o das plantas marinhas;

II- Crustáceos:

a) Aspecto geral brilhante úmido;

b) Corpo em curvatura natural, rígida artículos firmes e resistentes;

c) Carapaça bem aderente ao corpo;

d) Coloração própria à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

e) Olhos vivos, destacados;

f) Cheiro próprio e suave.

III- Moluscos:

a) Bivalvos (mariscos)

1. Devem ser expostos a venda vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas.

2. Cheiro agradável e pronunciado;

3. Carne úmida bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, de cor cinzento-clara nas ostras e amarelada nos mexilhões.

b) Cefalópodes (polvo, lula)

1. Pele lisa e úmida;

2. Olhos vivos, salientes nas orbitas;

3. Carne consistente e elástica;

4. Ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie;

5. Cheiro próprio.

Parágrafo único. As características a que se refere a presente lei serão extensivas, no que for aplicável, aos demais produtos da pesca usados na alimentação humana.

Art. 46. As determinações físicas e químicas para caracterização do pescado fresco são:

I - Reação negativa de gás sulfídrico e do indol, com exceção dos crustáceos nos quais o limite máximo de indol será de 04(quatro) gramas por 100(cem) gramas;

II- Ph da carne externa inferior a 6,8(seis e oito décimos) e da interna a 6,5 (seis e cinco décimos) nos peixes;

III- Bases voláteis totais inferiores a 0,030(trinta centigramas) de nitrogênio (processo de difusão) por 100(cem) gramas de carne;

IV- Bases voláteis terciárias inferiores a 0,004g (quatro miligramas) por cento de nitrogênio em 100 (cem) gramas de carne.

Art. 47. O julgamento das condições sanitárias do pescado resfriado e do congelado será realizado de acordo com as normas previstas para o pescado fresco, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 48. Considera-se impróprio para o consumo o pescado;

I- De aspecto repugnante, mutilado, traumatizado ou deformado;

II- Que apresente coloração, cheiro ou sabor anormais;

III- Portador de lesões ou doenças microbianas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

IV- Que apresente infestação muscular maciça por parasitas, que possam prejudicar ou não a saúde do consumidor;

V- Tratado por anti-sépticos ou conservadores não aprovados pelo SIM;

VI- Provenientes de águas contaminadas ou poluídas;

VII- Procedentes de pesca realizada em desacordo com legislação vigente ou recolhido já morto salvo quando capturado em operações de pesca;

VIII- Em mau estado de conservação;

IX- Quando não se enquadrar nos limites físicos e químicos fixados para o pescado fresco.

Parágrafo único. O pescado, nas condições deste artigo, deve ser condenado e/ou transformado em subproduto não comestível, a juízo do SIM;

Art. 49. Os estabelecimentos de beneficiamento e venda de pescado, devem ter:

I- área mínima de 20 m² (vinte metros quadrados);

II- Piso de material íntegro, lavável, resistente, impermeável, não corrosível, provido de ralos para escoamento de águas de limpeza;

III- Paredes revestidas até 2m (dois metros) de altura, no mínimo;

IV- Pia com água corrente potável;

V- Coletor pra resíduos, com tampa;

VI- Tampo dos balcões impermeabilizados com material liso e resistente.

CAPÍTULO VIII

ESTABELECIMENTOS DE OVOS E DERIVADOS

Art. 50. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - Entrepasto de ovos;

II- Fábrica de conservas de ovos.

§ 1º Entende-se por "entrepasto de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza dispondo ou não de instalações para sua industrialização.

§ 2º Entende-se por "fábrica de conservas de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento e a industrialização de ovos.

Art. 51. Os estabelecimentos de ovos e derivados devem satisfazer as seguintes condições:

I- Dispor de área para a recepção dos ovos;

II- Dispor de área para ovoscopia, exame de fluorescência da casca e verificação do estado de conservação dos ovos;

III- Dispor de área para a classificação comercial;

IV- Dispor, quando necessário de câmaras frigoríficas;

V- As fábricas de conservas de ovos terão dependências apropriadas para recebimento, manipulação, elaboração, preparo, embalagem e depósito do produto, devendo ser observado:

a) Piso e paredes lisos e impermeabilizados de maneira a permitir a perfeita higienização;

b) forro que evite o acúmulo de sujeira e contaminação, de fácil limpeza e higienização;

c) Ter proteção adequada nas portas e janelas, evitando a entrada de insetos e roedores;

d) Possuir móveis e equipamentos que permitam perfeita limpeza e higienização, sendo proibido o uso de vasilhames de latão, zinco, barro, estanho com liga que contenha mais de 2% de chumbo ou qualquer utensílio que pela forma e composição, possa prejudicar o produto.

Art. 52. Os responsáveis por veículos, câmaras e dispositivos frigoríficos, onde se transportam, guardam ou armazenam ovos, devem mantê-los limpos, livres de carnes, hortaliças ou outros produtos que, por sua natureza, possam lhes transmitir odores ou sabores estranhos.

§ 1º Os ovos expostos à venda devem ser acondicionados em caixas apropriadas ou embalagens especiais e devidamente protegidos dos raios solares diretos.

§ 2º Os ovos que tenham sofrido conservação pelo frio devem ser armazenados ou expostos em dispositivos que os mantenham em temperatura inferior a 07 (sete) graus centígrados.

Art. 53. Os produtos elaborados serão devidamente rotulados, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 54. As dúvidas eventualmente suscitadas serão resolvidas com base na legislação estadual e/ou federal, no que couber.

CAPÍTULO IX

DAS FRUTAS, HORTALIÇAS, COGUMELOS E SEUS DERIVADOS

Art. 55. As frutas, hortaliças, cogumelos, seus derivados e assemelhados, para serem comercializados e/ou industrializados, devem provir de horta que assegure higiene ambiental nas áreas de cultivo e produção.

Art. 56. A pessoa proprietária de /ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios deve provê-lo de:

I- Separação integral entre o compartimento de cargas e o compartimento do condutor e do ajudante;

II- Compartimento de carga de acordo com a finalidade;

III- meios de proteção dos alimentos contra raios solares diretos, chuvas, excesso de calor, poeiras e contaminação de qualquer natureza, em qualquer das operações;

IV- Licenciamento Sanitário, prévio junto a autoridade de saúde;

V- Providenciar para que seus condutores e ajudantes portem carteira de saúde e façam uso de vestuário adequado e limpos com bons hábitos de higiene;

§ 1º É proibido ao pessoal transportar seus pertences, repousar ou viajar no compartimento de carga, nele só podendo permanecer durante os trabalhos de carregamento e descarregamento, distribuição, ou venda.

§ 2º É proibido transportar, juntamente com alimentos ou suas embalagens, substâncias estranhas e outras, que possam contaminá-los, adulterá-los, falsificá-los, avariá-los ou de qualquer forma, torná-los impróprios para o consumo.

§ 3º É proibido transportar, juntamente com alimentos protegidos por invólucros, pacotes e vasilhames fechados, outros alimentos não protegidos, bem como alimentos cozidos com alimentos crus.

§ 4º É proibido o uso de veículos de transporte de gêneros alimentícios para outras atividades, principalmente para transporte de lixo, estrume, substâncias repugnantes, tóxicas ou capazes de contaminar os gêneros alimentícios ou alterar suas características organolépticas.

§ 5º O manuseio dos produtos transportados, quando não puder ser evitado, deve ser realizado com as mãos protegidas.

Art. 57. Na comercialização os produtos devem estar depositados sobre estrados, em local fresco e ventilado, protegido de poeiras, insetos ou outras contaminações, bem como da ação direta dos raios solares, além de cartaz indicando sua natureza e demais informações preconizadas pelo código de defesa do consumidor e legislação atinente.

Parágrafo único. As frutas, hortaliças e legumes fracionados devem ser mantidos, obrigatoriamente, em invólucros ou dispositivos fechados que assegurem a devida proteção.

Art. 58. Toda pessoa está proibida de expor à venda bem como de fazer aproveitamento para preparação de produtos industriais ou culinários de:

I- Frutas que não tenha atingido o grau de evolução do tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie, variedade e uso, ou ainda, o grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e conservação em condições adequadas;

II- Frutos passados, fermentados, putrefatos ou, em determinadas ocasiões, a juízo da autoridade de saúde, os procedentes de localidades onde grassem doenças transmissíveis;

III- Hortaliças que não tenham atingido o grau normal de evolução e perfeito estado de desenvolvimento de tamanho, aroma e cor próprios da espécie e variedade e uso, mal conservados ou procedentes de localidades onde causem doenças transmissíveis, ou ainda, de hortas em desacordo com as disposições regulamentares;

IV- Frutas e hortaliças danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que lhes afete a aparência, ou infectadas por parasitas, fungos e microorganismos causadores de danos e/ou deteriorações.

Art. 59. Toda pessoa, para colocar à venda cogumelos comestíveis quando provenientes de viveiros especiais, deve submetê-los à inspeção pela autoridade do SIM.

§ 1º Os estabelecimentos de comercialização de cogumelos comestíveis e os viveiros especiais devem ser licenciados pela autoridade do SIM.

§ 2º É proibido, sob pena de inutilização imediata, o comércio de cogumelos por vendedores ambulantes, feiras livres e afins.

Art. 60. Os produtos artesanais, conservas, geleias, doces e demais derivados de frutas, hortaliças legumes e cogumelos, observação quanto às instalações de higiene o seguinte:

a) As instalações deverão ser inspecionadas e aprovadas pelo SIM;

b) Piso e paredes lisas de cor clara e impermeabilizadas de maneira a permitir a perfeita higienização;

c) Forro liso de cor clara, que evite o acúmulo de sujeira e contaminação, de fácil limpeza e higienização.

d) Ter proteção adequada nas portas, janelas e aberturas evitando a entrada de moscas, insetos e impurezas evitáveis;

e) Possuir móveis e equipamentos que permitam perfeita limpeza e higienização, sendo proibido o uso de vasilhames de latão, zinco, barro, estanho com liga que contenha mais de 2% de chumbo ou qualquer utensílio que, pela forma e composição, possa prejudicar o produto;

f) Possuir área de manipulação separada da área de estocagem e produtos de agregação, além da área de atendimento ao público.

Art. 61. Os rótulos conterão as informações preconizadas pelo Código de Defesa do Consumidor e o contido no § 2º do artigo 109 desta lei.

CAPÍTULO X

DA PROTEÇÃO DOS ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 62. A pessoa ao processar alimentos ou bebida deve garantir, em todas as fases, que os mesmos estejam livres e protegidos de contaminação física, química e biológica, proveniente do homem, dos animais e do meio ambiente.

§ 1º Os produtos, substâncias insumos ou outros devem se apresentar em perfeitas condições de consumo ou uso.

§ 2º Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de temperatura, umidade, ventilação e iluminação adequadas para sua conservação.

§ 3º Os alimentos devem ser mantidos afastados de saneantes, desinfetantes, solventes, combustíveis líquidos, produtos de perfumaria, limpeza e congêneres.

§ 4º Aos sucos polpas e bebidas se aplica legislação específica.

Art. 63. Toda pessoa deve zelar para que em todas as fases de seu processamento, os alimentos e bebidas, ou outras substâncias adicionáveis a eles não entrem em contato com equipamentos, utensílios, recipientes e embalagens capazes de contaminá-los.

§ 1º Os alimentos enlatados, uma vez aberto o invólucro, devem ser transferidos para outro recipiente adequado.

§ 2º É proibido sobrepor bandejas, pratos e outros recipientes contendo alimentos, quando desprovidos de cobertura.

§ 3º Os utensílios, recipientes e equipamentos que tenham entrado em contato com alimentos crus, não devem entrar em contato com alimentos cozidos, a menos que entre uma utilização e outra,

sejam devidamente lavados e desinfetados.

Art. 64. Toda pessoa, na industrialização e comercialização de alimentos e bebidas deve restringir, tanto quanto possível, o contato manual direto, fazendo uso apropriado de processo mecânicos circuitos fechados, utensílios e outros dispositivos.

Art. 65. Toda pessoa ao armazenar, transportar, expor e vender gêneros alimentícios, deve protegê-los obrigatoriamente com invólucros próprios e adequados.

§ 1º No acondicionamento de alimentos não é permitido o seu contato direto com jornais, papéis coloridos, papéis ou filmes plásticos reaproveitados, bem como a face impressa de papéis ou filmes, não importado se o alimento se destine ou não a ser cozido, lavado, ou desinfetado antes de sua ingestão.

§ 2º Os gêneros alimentícios que, por força de sua consistência ou tipo de comercialização, não possam ser completamente protegidos por invólucros, devem ser obrigatoriamente abrigados em dispositivos adequados para evitar contaminação, e manuseados ou servidos mediante o emprego de utensílios ou outros dispositivos que sirvam para evitar o contato direto das mãos.

§ 3º A sacaria utilizada no acondicionamento de alimentos deve ser de primeiro uso, sendo proibido o emprego de embalagens que já tenham sido usadas para produtos não comestíveis ou aditivos.

Art. 66. Os alimentos embalados devem ser armazenados, depositados ou expostos sobre estrados ou estantes, ou ainda, dependurados em suportes.

§ 1º Os alimentos perecíveis embalados, resfriados ou congelados, devem ser armazenados em dispositivos de produção de frio, obedecidas as exigências deste regulamento.

§ 2º As condições físicas e higiênico-sanitárias dos depósitos e dispositivos de produção de frio devem obedecer às disposições pertinentes deste regulamento.

Art. 67. Toda pessoa ao armazenar depositar ou acondicionar alimentos a granel, em silos, tanques, outros recipientes industriais, bem como em barris tulhas e outros deve observar as exigências deste regulamento.

Art. 68. Os alimentos pulverulentos e granulados, embalados ou não, e os produtos enlatados, devem ser armazenados ou depositados em locais secos, iluminados e ventilados, evitando-se condições que permitam a condensação de umidade sobre a superfície dos mesmos.

Parágrafo único. As dependências de armazenamento ou depósito de produtos pulverulentos e granulados, tais como os produtos do beneficiamento e moagem de trigo, milho, mandioca e congêneres, devem sofrer limpeza adequada sempre que necessário, de modo a serem mantidos em perfeitas condições de higiene, sem a utilização de água, a qual só será empregada estando as dependências desocupadas.

Art. 69. No armazenamento, depósito, acondicionamento e exposição:

I- Os alimentos crus devem contatar diretamente com alimentos que possam ser consumidos sem lavagem, desinfecção ou cozimento prévio;

II- os alimentos que desprendam odores acentuados devem ser separados dos demais;

III- Os produtos embalados não podem estar junto com produtos não embalados.

Art. 70. Os alimentos suscetíveis de permitir o rápido e progressivo crescimento de microorganismos infecciosos ou toxigênicos, devem ser mantidos continuamente em temperatura inferior a 05 (cinco), exceto durante o tempo estritamente requerido pela tecnologia industrial específica, preparação culinária ou ao serem servidos.

§ 1º Os alimentos industrializados, enquadrados na exigência deste artigo, devem trazer impresso no invólucro a declaração "conservar sob refrigeração" ou "conservar congelado" ou expressão equivalente, bem como a data de fabricação e validade. Tudo conforme o disposto § 2 do artigo 109.

§ 2º O tempo de permanência à temperatura ambiente, dos produtos ou insumos crus ou cozidos, que contenham em sua

formulação carnes, pescados, ovos, leite, e outras substâncias deve origem animal ou seus derivados, ser o mínimo necessário a elaboração, preparação ou entrega ao consumidor e quando em exposição para venda, devem ser mantidos em temperatura abaixo de 05 (cinco) graus centígrados ou acima de 60 (sessenta graus centígrados).

§ 3º Os alimentos de origem vegetal que contenham em sua formulação produtos, substâncias ou insumos crus ou cozidos a que se refere o presente artigo, devem ser preparados sobre estritas condições de higiene, com os referidos ingredientes previamente refrigerados, e o produto elaborado mantido em temperatura abaixo de 05(cinco) graus centígrados até a sua entrega ao consumidor.

§ 4º Normas técnicas, desde que necessárias incluirão os alimentos sujeitos as exigências desde artigo e seus parágrafos fixarão os prazos de validade para a sua utilização ou comercialização, bem como poderão alterar os limites de temperatura.

Art. 71. Os alimentos congelados devem ser mantidos em temperatura inferior a -20°C(vinte graus centígrados negativos), ou temperatura fixada pelo fabricante quando do registro do produto.

Art. 72. Os alimentos congelados devem ser congelados, quando necessário:

I- Utilizando instalações com temperatura de 05(cinco) graus centígrados, ou menos e umidade controlada;

II- Utilizando água potável e corrente à temperatura de 20(vinte) centígrados, ou menos, em embalagem impermeável, excetuando as carnes que não deverão ter a ação de água descongelamento;

III- Utilizando o método direto de cozimento;

IV- Utilizando qualquer outro método julgado satisfatório pela autoridade de saúde.

Parágrafo único. O alimento congelado, uma vez descongelado, não pode ser novamente refrigerado ou congelado.

Art. 73. A pessoa deve realizar o cozimento dos alimentos mediante processo ininterrupto, objetivando assegurar uma temperatura interna inferior a 72(setenta e dois) graus centígrados, mantida por tempo compatível a não ocasionar diminuição das qualificação comercial do produto.

Art. 74. A pessoa, na elaboração de massas e recheios para pastéis empadas e produtos afins está proibida de utilizar óleos e gorduras que serviram previamente em frituras.

Parágrafo único. Os recheios para pastéis, empadas e produtos afins, devem ser utilizados no mesmo dia de sua preparação, observadas as demais exigências deste regulamento.

Art. 75. A pessoa é obrigada a substituir a gordura ou óleo de frituras em geral, assim que os mesmos apresentarem sinais de saturação, modificações na sua coloração ou presença de resíduos queimados.

Art. 76. A pessoa está proibida de fornecer ao consumidor sobras ou restos de alimentos que já tenham sido servidos, bem como de aproveitar as referidas sobras ou restos para a elaboração ou preparação de outros produtos alimentícios.

CAPÍTULO XI

ESTABELECIMENTO DE MEL E CERA DE ABELHA

Art. 77. Os estabelecimentos destinados ao mel e a cera de abelhas são classificadas em:

I - Apiário

II- Entrepósito de mel e cera de abelhas.

§ 1º Entende-se por "apiário" o estabelecimento destinado à produção, podendo dispor de instalações e equipamentos destinados ao processamento e classificação do mel e seus derivados.

§ 2º Entende-se por "entrepósito de mel e cera de abelhas" o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel e cera de abelhas.

Art. 78. Compete ao SIM exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos apiários.

Parágrafo único. A concessão do registro fica condicionada ao

parecer emitido no laudo de vistoria.

Art. 79. O registro do apiário será requerido ao SIM instruindo-se com os documentos citados no artigo 9º, 1º e 2º artigo 14 mais declaração indicando o número de colméias em produção e a localização das mesmas que deverá guardar uma distância mínima de 3.000m(três mil metros) de outros apiários já registrados.

Art. 80. As instalações deverão ser inspecionadas e aprovadas pelo SIM, observadas as seguintes características fundamentais:

I- Deverão ter, no mínimo, três ambientes, sendo, respectivamente, destinados ao recebimento da matéria-prima, armazenamento de embalagens e outros matérias e às operações de extração, filtração, decantação, embalagem e classificação do produto;

II- Localizarem-se distantes de fontes produtoras de mau cheiro e de qualquer fonte de contaminação;

III- Possuir sistema de água sob pressão e provimento de água quente ou produto aprovado pela inspeção para desinfetar as instalações, equipamentos, utensílios e vasilhames;

IV- Possuir fonte de água potável em quantidade compatível e protegida para evitar contaminação;

V- Possuir sistema de escoamento de águas servidas e outros resíduos, compatível com o meio ambiente;

VI- Possuir equipamentos e recursos essenciais ao seu funcionamento, destacando-se centrífuga, desoperculadores, tanques ou mesas para desoperculação e decantadores, que deverão ser previstos conforme a capacidade de produção, de forma que o mel não fique tempo inferior a 72(setenta e duas horas) em decantação;

VII- Os equipamentos citados, bem como qualquer outro utensílio que entrar em contato com produto destinado à alimentação humana, deverão ser de aço inoxidável ou material similar aprovado pelo SIM.

Art. 81. Os estabelecimentos referidos no artigo 80 poderão ser registrados no SIM em nome do apicultor pessoa jurídica, ou em nome de instituição representativa da categoria, que processará apenas o mel de produção dos respectivos associados.

Art. 82. A embalagem do produto deverá ser produzida por firma credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter todas as informações preconizadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

§ 1º Os dizeres "in natura" natural "orgânico" ou selvagem somente podem figurar no rótulo quando o mel não sofrer pré-aquecimento para liquefação ou transvase, caso em que o rótulo portará o nome "mel de abelhas" sem o acompanhamento da adjetivação citada.

§ 2º Os estabelecimentos registrados no SIM registrarão rótulo próprio, portanto o nome do produtor ou em nome da instituição representativa da categoria, reservando espaço destinado ao nome do associado, se assim ficar estabelecido, além da observância ao artigo 109,§2º.

Art. 83. É obrigatória a instituição de um programa de controle de qualidade, englobando análises periódicas recomendadas pelo SIM, que será realizado sob a responsabilidade do produtor ou instituição que o represente.

Art. 84. Será mantido em cada estabelecimento um livro oficial de registro, com termo inicial de abertura lavrado pelo SIM, na data do início do funcionamento e assinalará:

I- O número de colméias e suas localizações;

II- O resultado das análises do controle de qualidade;

III- A quantidade mensal de mel processado;

IV- As recomendações das inspeções oficiais;

Art. 85. Os estabelecimentos manterão armazenados por um tempo não superior a 06(seis) meses uma amostra testemunha de cada partida de mel analisada.

Parágrafo único. A amostra testemunha deverá ser identificada com o número correspondente ao respectivo laudo de análise.

Art. 86. Os estabelecimentos ainda observarão as seguintes normas gerais de higiene:

I- Imediatamente após a utilização e depois de terem sofrido os processos normais de higienização, todos os utensílios e equipamentos deverão ser enxaguados com água quente ou produto

aprovado pela inspeção;

II- As pessoas envolvidas nos trabalhos deverão portar carteira de saúde e usar uniformes próprios e limpos inclusive gorros e botas impermeáveis.

CAPÍTULO XII

DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DO PESSOAL, DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES

Art. 87. Todas as dependências dos matadouros ou das indústrias devem ser mantidas em condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Art. 88. Será exigido que os operários lavem as mãos antes de entrar no ambiente de trabalho, quando necessário, durante a manipulação e saída dos sanitários.

Art. 89. Deverão ser marcados os equipamentos, carimbos, tanques e caixas de modo a evitar quaisquer confusões entre aqueles destinados aos produtos comestíveis e aqueles usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis ou carnes utilizadas na alimentação de animais, utilizando-se em tal marcação as denominações "comestíveis" e "condenadas".

Art. 90. Deverão ser desinfetados diários e convenientemente, os pisos e paredes, assim como os equipamentos e utensílios usados no matadouro e demais indústrias, utilizando-se em tais operações os desinfetantes previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 91. Os matadouros e indústrias que estiverem sobre o controle do SIM deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros vetores além de gatos, cães, e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só será permitido nas dependências não destinadas a manipulação de produtos comestíveis, mediante expressa autorização do SIM.

Art. 92. O pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde a área de recepção até a expedição, deve fazer o uso de uniforme de cor branca, protetores de cabeça e botas, devendo esta indumentária ser mantida convenientemente limpa.

§ 1º O uso de uniforme de cor branca não será necessário, nas áreas de limpeza, podendo ser usado uniforme de outra cor, sendo que as botas deverão ser lavadas na saída do vestiário.

§ 2º Quaisquer produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano deverão ser transportados em veículos com carrocerias fechadas e/ou recipientes com tampa que permitam desinfecção e conservação térmica.

Art. 93. Os funcionários dos estabelecimentos que atuam na manipulação de matérias não comestíveis ou condenados deverão usar uniforme diferenciado, e proceder a desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados.

Art. 94. Será proibido que os funcionários façam suas refeições nos locais de trabalho, bem como que depositem produtos, objetos de material estranho a finalidade nas dependências, ou ainda guardar roupas de qualquer natureza fora do setor especialmente destinado para tal.

Art. 95. Será proibido fumar em qualquer uma das dependências do matadouro ou da indústria sob pena de infração por parte da autoridade sanitária.

Art. 96. Far-se-á todas as vezes que o SIM julgar necessário a substituição, raspagem, pintura e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos dos estabelecimentos sob seu controle.

Art. 97. Deverão ser lavadas e desinfetadas tantas vezes quanto necessárias e mediante orientação do SIM, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para guarda, pouso e contenção de animais vivos ou para depósito de resíduos industriais, bem como de quaisquer instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art. 98. Deverão ser mantidas convenientemente limpas as caixas de sedimentação de resíduos intercaladas e ligadas a rede de esgoto.

Art. 99. Deverão ser conservados em abrigo de qualquer

contaminação os produtos comestíveis durante a fase de sua obtenção, bem como nas fases de estocagem, embarque e transporte.

Art. 100. Fica vedado o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro, estanho, madeira ou qualquer outro utensílio que por forma de contaminação, possa causar prejuízo à manipulação, estocagem e transporte de matérias-primas ou de produtos finais dos estabelecimentos.

Art. 101. Inspeccionar, previamente, os containers quando destinados à acondicionamentos de produtos utilizados na alimentação humana, rejeitados os que forem julgados sem condições de uso, de modo algum é permitido o acondicionamento de matérias-primas, ou produtos destinados à alimentação humana, em carinhos, recipientes ou demais containers que tenham servido a produtos não comestíveis.

Art. 102. Não será permitida a utilização, para qualquer outra finalidade a não ser específica nesta lei, de qualquer dependência do matadouro ou estabelecimento.

Art. 103. Dos operários que atuam nos estabelecimentos sob controle do SIM será exigido que portem carteira de saúde, a qual deverá ser atualizada anualmente.

§ 1º A inspeção de saúde dos operários, dos dirigentes ou proprietários será exigida pela autoridade sanitária do matadouro ou estabelecimento sempre que julgar necessário, inclusive daquelas pessoas que exercem atividades esporádicas no local.

§ 2º Qualquer funcionário de estabelecimento sob controle do SIM será afastado de suas atividades quando se apresentar com febre, doenças de pele, coriza nasal, supuração ocular ou infecção respiratória, ou intestinal, ou quando a autoridade achar necessário.

Art. 104. É vedada a entrada de pessoas estranhas às atividades do estabelecimento sob controle do SIM, salvo quando devidamente uniformizados e autorizados pela chefia do estabelecimento, bem como pelo responsável pelo SIM.

CAPÍTULO XIII

DA ROTULAGEM E DE CARIMBAGEM DOS DERIVADOS COMESTÍVEIS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 105. As matérias-primas ou produtos finais de origem animal que derem entrada em indústrias e/ou comércio, deverão proceder de estabelecimentos sob inspeção industrial e sanitária de órgãos federal, estadual ou municipal, devidamente identificados por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes. Parágrafo único. Tratando-se de carnes em natureza, estas deverão ser submetidas a tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 106. Os produtos elaborados serão devidamente rotulados e ou carimbados, conforme as determinações do SIM, e da legislação sanitária municipal.

Art. 107. Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Saúde e/ou do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e sua utilização obedecerá a legislação federal, estadual e municipal à respeito.

Art. 108. A rotulagem dos produtos alimentícios de origem animal, vegetal e seus derivados, bem como dos demais produtos alimentícios citados neste regulamento deverão ser aprovados pelo SIM.

Art. 109. Todos os produtos de origem animal, vegetal e seus derivados entregues ao comércio devem estar identificados por meio de rótulos registrados, aplicados sobre as matérias-primas, produtos vasilhames ou continentes, quer quando diretamente destinados ao consumo público, quer quando se destinem a outros estabelecimento que os vão beneficiar.

§ 1º Os produtos de origem animal fracionados devem conservar a rotulagem sempre que possível ou manter identificação do estabelecimento de origem.

§ 2º O rótulo do produto deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes dados;

- Nome do produto;

- Marca e/ou nome de fantasia;
- Razão Social da empresa;
- Endereço;
- CGC/Registro de produtor rural;
- Peso líquido (do produto);
- Peso líquido drenado (conservas);
- Componentes em ordem decrescente;
- Cuidados de conservação do produto;
- Modo de preparar, se for o caso;
- Data de fabricação;
- Prazo de validade;
- lote;
- Registro no SIM (espaço reservado);
- Indústria Brasileira - Produto Artesanal;
- Informações de nutrientes.

Art. 110. As carcaças, partes de carcaças e cortes armazenados, em trânsito ou entregues ao comércio, oriundos de estabelecimentos sob controle do SIM, devem estar identificados por meio de carimbagem.

§ 1º A carimbagem conterá obrigatoriamente, a palavra INSPEÇIONADOS por registro do estabelecimento e a palavra SIM, a qual representará o Serviço de Inspeção Municipal- SIM.

§ 2º As carcaças de aves e outros pequenos animais de consumo serão isentos de carimbo direto, desde que acondicionados por peças em embalagens individuais e invioláveis, onde conste o referido carimbo juntamente com os demais dizeres, exigidos para os rótulos.

CAPÍTULO XIV

DAS TAXAS

Art. 111. A taxa pelas inspeções sanitárias municipais serão cobradas de acordo com a tabela estabelecida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

CAPÍTULO XV

DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES

Art. 112. As infrações às normas previstas nesta lei, no seu respectivo regulamento ou na legislação pertinente, serão punidas, de forma isolada ou cumulativa.

Parágrafo único. A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção, a qual será feita por escrito pelo responsável pelo SIM.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 113. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM disporá de pessoal técnico habilitado em número adequado à realização da inspeção sanitária "ante-mortem", "post-mortem" e tecnologia, obedecendo a legislação vigente e este pessoal ficará vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Os serviços de inspeção em produtos de origem animal deverão ser exercidos por profissional Médico Veterinário, conforme lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968.

Art. 114. O SIM manterá atualizados dados estatísticos referentes a produção e condenação de produtos alimentícios de origem animal, vegetal e seus derivados, e outros dados julgados importantes.

Art.115. No que couber, o SIM poderá desenvolver ações conjuntas com a vigilância sanitária municipal, estadual e órgãos oficiais fiscalizadores competentes afins, utilizando-se sempre que necessários recursos técnicos laboratoriais disponíveis neste organismo.

Art. 116. O Poder Executivo Municipal baixará os regulamentos necessários à execução desta lei, estando autorizado a celebrar convênios com organismos públicos.

Art. 117. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15.04.2009, revogando a Lei nº 658/96, de 12 de dezembro de 1996 e demais

disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 27 de março de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Lei 1309/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROJETO DE LEI Nº. 1309/2013

"Termo de Convênio de Cooperação que celebram o Município de Atalanta-SC e a Associação Abrigo Mão Amiga."

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação Abrigo Mão Amiga, da Cidade de Ituporanga - SC, objetivando a cooperação na manutenção de vagas para internos oriundos do Município de Atalanta.

Parágrafo Único - A Minuta do Termo de Convênio que trata o artigo anterior fará parte integrante da presente LEI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15.04.2009.

.Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 12 de março de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ATALANTA/SC E A ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA.

O Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.616/0001-09, de ora em diante simplesmente denominado Município, representado neste ato pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor (a) _____, brasileiro (a), residente e domiciliado na Rua _____, Município de Atalanta-SC, portador do RG _____ e CPF _____, e por outro lado a Associação Abrigo Mão Amiga, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.377.460/0001-08, com sede na Rodovia SC 302, Km 05 - Cx. Postal nº 73 - Bairro Cerro Negro - Ituporanga / SC, neste ato representada pelo seu Presidente Luiz Fernando Iop, brasileiro, casado, portador de RG 200.315.40-08 SSP RS, CPF 249.892.230-04, em conformidade com a Lei Federal nº 1426 de 02/06/1994 e nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), nos termos da Lei Municipal n.º ____/2013, RESOLVEM em comum acordo CELEBRAR o presente Termo de Convênio de Cooperação, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem como objetivo a cooperação na manutenção de vagas para 03 (três) internos oriundos do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, junto a ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA, da cidade de Ituporanga - SC.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

Para execução do objeto do presente instrumento, o MUNICÍPIO pagará mensalmente a ASSOCIAÇÃO, o valor de R\$ 892,00 (oitocentos e noventa e dois reais), para cada vaga destinada aos internos oriundos do Município de Atalanta. O valor ora fixado será de acordo com o índice inflacionário oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- 1 - Colocar a disposição instalações físicas adequadas para receber os idosos do Município conforme cláusula primeira.
- 2 - Fornecer pessoal especializado para tratamento dos idosos.
- 3 - Fornecer ao idoso, alimentação, espiritual e moral, ministrar medicamentos prescritos visando o seu bem estar e condições dignas de vida.
- 4 - Emitir e encaminhar mensalmente ao setor de Assistência Social do Município relatórios sobre a execução das ações de sua responsabilidade, com os dados dos idosos provenientes do município de Atalanta-SC.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Destinar recursos financeiros específicos, conforme estipulado na cláusula segunda, para custear as ações, objeto do presente convênio.
- 2- Disponibilizar medicação, exames, equipamentos auxiliares, fraldas e transporte especial, para o idoso que necessitar para sua estadia no serviço de acolhimento.
- 3 - No caso de óbito de idoso o município e a família tem obrigação na organização e custeio do funeral.
- 4 - Para que seja viabilizada vaga social ao idoso do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, é indispensável encaminhamento formal pela equipe de assistência social do referido município.
- 5 - Supervisionar e acompanhar a execução das ações da ASSOCIAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 01 (um) ano, iniciando-se a partir do dia __/__/__, encerrando-se __/__/__, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA RECISÃO

As partes poderão rescindir a qualquer tempo o presente Convênio, mediante aviso prévio, quando ocorrer inadimplência de qualquer das condições ajustadas, arcando o inadimplente com as penalidades da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas acerca deste convênio, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Atalanta, ____ de _____ 2013.

Prefeito Municipal Presidente da Associação

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

RG: _____ RG: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____

Decreto 032/2013

DECRETO N.º 032/2013.

"Aprova o Loteamento Liberdade e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o artigo nº 65, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município de Atalanta de 05 de abril de 1990 e com base no Plano Diretor da Cidade, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o plano de loteamento apresentado em duas vias a esta Prefeitura, nomeado Liberdade, por Valmor Chiquetti Junior, do terreno de sua propriedade, nos termos exigidos em LEI:

Art. 2º Fica também autorizado, o Senhor Valmor Chiquetti Junior, a lotear o terreno de sua propriedade, sito nesta cidade, na Avenida XV de Novembro, conforme planta anexa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 27 março de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 10/2013 - Dispensa de Licitação Nº 3/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2013

Reconheço a Dispensa de Licitação para a locação de uma área rural sem benfeitorias de propriedade do Sr. NILSON JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 030.375.339-00, R.G nº 208.103-2 SSP/SC, com domicílio residencial na Rua Douglas Alexandre nº 200, na cidade de Gaspar- SC, conforme especificações do objeto abaixo:

Objeto: LOCACAO DE UMA AREA RURAL SEM BENFEITORIAS, MEDINDO 36M², NA LOCALIDADE DE RIBEIRÃO XAXIM, MUNICIPIO DE AGROLÂNDIA, PARA INSTALAÇÃO DE UMA ANTENA REPETIDORA, COM ABRANGENCIA PARA O MUNICÍPIO DE ATALANTA.

JUSTIFICATIVA: TENDO EM VISTA QUE O IMÓVEL A SER LOCADO ATENDE AS NECESSIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA ANTENA REPETIDORA E QUE O LOCAL É PROPÍCIO PARA ABRANGÊNCIA EM TODO O MUNICÍPIO DE ATALANTA, PELAS CONDIÇÕES PRÉ-ESTABELECIDAS PELO PREÇO DE R\$ 7.920,00 (SETE MIL NOVECIENTOS E VINTE REAIS) E NÃO HAVENDO OUTRO CONCORRENTE, SENDO QUE O PREÇO ESTÁ COMPATÍVEL COM O PRATICADO NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE UMA ÁREA RURAL, OU SEJA, DE R\$ 880,00 (OITOCENTOS E OITENTA REAIS) MENSAIS, PELO PRAZO DE 09 MESES.

Fundamento: A presente dispensa fundamenta-se no art. 24 - X da Lei nº 8.666/93, em face a solicitação feita pelo Sr. TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal.

A despesa ocorrerá pela Dotação Orçamentária nº 05.01.2.025.3390.00 - 80 - 55/2013 - Promoção da Cultura e Tradições Locais.

Atalanta-SC, 27 de março de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 40/2013

DECRETO Nº 040/2013 DE 26 DE MARÇO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE INPLAC INDÚSTRIA DE PLÁSTICO S.A. OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a utilidade pública, parte do imóvel de propriedade de Inplac Indústria de Plástico S.A. ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 16.920, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - Uma fração ideal de terra com 165,00 m² de um terreno no Bairro Centro, nesta cidade, com área total de 112.123,00m² de propriedade de Inplac Indústria de Plástico S.A., com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto V1, de coordenadas N 2142.369 m e E 1077.881 m; deste, segue confrontando com PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU; com os seguintes azimutes e distâncias: 54º23'56" e 55.00 m até o vértice ponto M8, de coordenadas N 2174.387 m e E 1122.601 m; deste, segue confrontando com INPLAC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS SA; com os seguintes azimutes e distâncias: 146º25'21" e 3.00 m até o vértice ponto M7, de coordenadas N 2171.887 m e E 1124.260 m; 234º23'56" e 55.00 m até o vértice ponto M6, de coordenadas N 2139.870 m e E 1079.540 m; 236º25'44" e 3.00 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para aumentar o perímetro da área de entrada e saída de veículos no Centro de Convivência dos Idosos, no Centro de Biguaçu.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 26 de março de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto Nº 41/2013

DECRETO Nº 041/2013 DE 26 DE MARÇO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base na Portaria nº 013/2012 de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e da Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades, em conjunto com o Poder Legislativo Municipal, Representante dos Trabalhadores e Representante do Empresariado do Município de Biguaçu.

CONSIDERANDO que a Conferência das Cidades é o fórum legítimo para o debate e a pactuação entre o Poder Público e a Sociedade Civil sobre a política de Desenvolvimento Urbano em seu território, nas três esferas de governo, porquanto possibilita a participação da sociedade na elaboração, controle e avaliação das políticas públicas e sua implementação.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª. Conferência Nacional das Cidades de Biguaçu, doravante denominada como Conferência Municipal de Biguaçu a realizar-se no dia 22 de maio de 2013, sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Biguaçu, que publicará Edital de Convocação contendo as informações necessárias para a adequada divulgação do evento.

Art. 2º. - A Conferência Municipal de Biguaçu, seguirá a temática definida pelo Conselho Nacional das Cidades - "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já" e tem por objetivos:

I - Construir propostas para subsidiar as discussões da 5ª Conferência Estadual das Cidades e da 5ª Conferência Nacional das Cidades, de acordo com os temas definidos pelo Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades e respectivo Texto Base, e os determinados pelo artigo 5º. do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades;

II - Fortalecer o processo de operacionalização do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu; e,

III - Eleger os quatro (04) delegados do Município de Biguaçu à 5ª Conferência Estadual das Cidades - a realizar-se nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2013, conforme critérios de quantidade e proporcionalidade determinados no Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades e apresentados no Anexo deste Decreto.

Art. 3º. - A Conferência Municipal de Biguaçu será presidida pelo Secretário de Planejamento e Gestão, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica.

Art. 4º. - Cumprindo com as determinações constantes no artigo 17 do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades, fica constituída a Comissão Preparatória Municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade, conforme proporcionalidade estabelecida no artigo 15 daquele Regimento.

§ 1º - A Comissão Preparatória Municipal, composta por

representação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da Conferência Municipal de Biguaçu, observando o disposto no Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades e no Regimento da etapa estadual.

§ 2º - Caberá à Comissão Preparatória Municipal:

I - Definir o Regimento Municipal, de acordo com as determinações dos regimentos nacional e estadual, que contenha o seguinte conteúdo mínimo:

a) critérios de participação para a Conferência;

b) critério para a eleição de delegados, para participar da etapa estadual da 5ª Conferência das Cidades, respeitadas as definições e a proporcionalidade de distribuição dos segmentos determinadas pelo Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades;

II - Elaborar cópia do Decreto Municipal de Convocação da Conferência, bem como a comprovação da ampla divulgação nos meios de comunicação local e regional;

III - Enviar ao Conselho das Cidades de Santa Catarina cópia deste Decreto, assim como as informações referidas nos incisos I e II, deste parágrafo, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la;

IV - Elaborar relatório com os resultados da Conferência Municipal de Biguaçu, que impresso e contendo a assinatura do executivo municipal deverá ser encaminhado à Comissão Preparatória Estadual e ao Conselho das Cidades de Santa Catarina, em até 5 (cinco) dias após sua realização.

V - Os resultados da Conferência Municipal de Biguaçu, Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, também devem ser enviados para o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), em formulário próprio a ser distribuído, via internet, pelo Ministério das Cidades.

§ 3º - A Comissão Preparatória Municipal será nomeada por Decreto ou Portaria Municipal a ser publicada até 30 (trinta) dias antes da data da Conferência Municipal de Biguaçu.

Art. 5º. - Os casos omissos nesta norma serão resolvidos pela Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único. Durante a Conferência Municipal de Biguaçu os casos omissos que por ventura surgirem serão resolvidos por decisão conjunta da Comissão Preparatória Municipal com os participantes com direito a voto, ficando garantida a facilitação dos encaminhamentos pelo mediador do evento.

Art. 6º. - Este Decreto entrará, em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 26 de março de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 04/2013 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (ESGUICHO REGULÁVEL E MANGUEIRAS DE COMBATE A INCÊNDIO) PARA ABTR 04, PLACAS, MAQ 0391 DA UNIDADE DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 16 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às

14:00 horas, do dia 16 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 60/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRAJES (UNIFORMES) PARA SEREM FORNECIDOS ÀS COPEIRAS E PARA A RECEPCIONISTA .

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 16 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 16 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 1 de abril de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Contrato Número 10.043/2013 - PP 16/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.043/2013/FMS

PROCESSO: PP 16/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO-ATENDIMENTO, PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: 1000MEDIC DISTR. IMP E EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 57.811,43 (CINQUENTA E SEIS MIL E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.044/2013 - PP 16/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.044/2013/FMS

PROCESSO: PP 16/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO-ATENDIMENTO, PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 3.115,60 (TRÊS MIL CENTO E QUINZE REAIS E SESENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital Pregão Presencial 1/2013 FMS - SRP

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 3/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 1/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 09:00 horas do dia 16.04.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de material odontológico. Maiores informações na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 01 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.499

DECRETO Nº 5.499, de 22 de março de 2013.

Anula Processo de Compra nº 03/2013 - FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, previstas no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo de Compra nº 3/2013, referente ao Processo de Licitação nº 10/2013 - Pregão Presencial nº 8/2013, do Fundo Municipal de Saúde, pelo princípio da autotutela, tendo em vista que não foi verificada na sessão que o Certificado da condição de MEI substitui o documento descrito no item 2.6 do Edital, desta forma, não foi aberto o prazo de habilitação nos termos da Lei nº 123/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
prefeito municipal

Portaria Nº 22.521

PORTARIA Nº 22.521, de 22 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal, JOÃO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de auxiliar de

serviços e obras públicas, com carga horária de 44h (quarenta e quatro) horas semanais, em exercício na Fundação de Meio Ambiente - Fundema, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
prefeito municipal.

Portaria Nº 22.522

PORTARIA Nº 22.522, de 22 de março 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de auxiliar de serviços e obras públicas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ocupado pelo Servidor Público Municipal JOÃO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS, em virtude de seu pedido de exoneração, com efeitos a contar de 01 de março de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
prefeito municipal.

Portaria Nº 22.525

PORTARIA Nº 22.525, de 22 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ROSILEI TERESINHA POLONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de sua filha no dia 27/02/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
prefeito municipal.

Portaria Nº 22.526

PORTARIA Nº 22.526, de 22 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:



CONCEDER a Servidora Pública Municipal ROSILEI TERESINHA POLONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 27/02/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
prefeito municipal.

Aviso de Licitação - Prorroga Prazo TP 01-2013 -FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PRORROGA DE PRAZO DE ABERTURA

EDITAL: Tomada de Preço nº 01/2013 - FUNDEMA
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (materiais e serviços)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE FILTRO E DE LONAS NO SISTEMA DE DECANTAÇÃO NUMERO 04 DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14h00min do dia 18/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/04/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Avenida Santa Catarina, 195, no site www.cacador.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 27 de Março de 2013.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Presidente.

Aviso Licitação PR 28-2013 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 28/2013
TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS ATÉ A SEDE DO SESC-LER NO BAIRRO BERGER

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 17/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:30 Horas do Dia 17/04/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 01 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 29-2013 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 29/2013

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL DIRETO DA BOMBA, E AQUISIÇÃO DE DIESEL ARLA E QUERESONE EM EMBALAGEM FECHADA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 17/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:30 Horas do Dia 17/04/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 01 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 30-2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 30/2013 - PREFEITURA - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA NELSON EUGENIO BUSATO NO BAIRRO MARTELLO COM AREA DE 2.880,00M2 CONFORME PROJETO E MEMORIAL ANEXOS. (Convênio Ministério das Cidades/Caixa), PELO PRAZO DE 60 DIAS, localizada no Bairro Martello, conforme Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento Analítico, parte integrante deste independente de transcrição. Referente ao Processo Licitatório nº 19/2013 Tomada de Preços nº 01/2013. Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA/CNPJ nº 09.223.659/0001-81, com sede em Joaçaba/SC. Valor Total: R\$ 234.016,03. Prazo: 60 dias.

Ata de Registro de Preços Nº 50-2013 - Prefeitura

ATA nº 50/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013 Registro de preços para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A POLÍCIA MILITAR**. Referente ao processo licitatório nº 15/2013, Pregão Presencial nº 10/2013 Fornecedor: **ARENA INFORMÁTICA LTDA-ME/CNPJ nº 14.360.508/0001-05**, com sede na na cidade de Porto Alegre/RS. Prazo 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	15	UNID	COMPUTADOR COMPOSTO POR: GABINETE 04 BAIAS PRETO, FONTE 500 WATTS REAL, HD SATA II 500 GIGA BYTES, MEMÓRIA DDR3 COM 8 GIGA BYTES DDR3, PROCESSADOR BOX, SOQUETE LGA 1155, CACHÊ 8 MB 3,4 GHZ, 8 NÚCLEOS SENDO 4 VIRTUAL E 4 FÍSICOS, PROCESSADOR GRÁFICO 850 MHZ, PLACA MOTHERBORD LGA 1155. FORMATO ATX, QUATRO SOQUETES DIMM DDR3, SUPORTE ATÉ 32 GB DE MEMÓRIA DDR3, 02 PORTA USB 3.0, 08 PORTAS USB 2.0, UM SOQUETE PCI-EXPRESS 2+0X16. TRES SLOT PCI EXPRESS X1, DOIS SLOT PCI CONVENCIONAL COM PLACA DE REDE 10/100/1000, PLACA DE VÍDEO PCI EXPRESS 1 GIGA BYTE DE MEMÓRIA DDR3, 128 BITS, LEITOR E GRAVADOR DE DVD E CD, TECLADO PADRÃO ABNT, MOUSE ÓPTICO, CAIXA DE SOM, CABOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO, COM WINDOWS SEVEN PROFISSIONAL 64 BITS COM LICENÇA DE USO, 110/220 VOLTS.	ADVANCED/ ADV ONE	3.190,00	47.850,00
2	15	UNID	MONITOR LED 21.5", WIDESCREEN, 250 CD/M2. MEGA DECR-5M 4.1920X1080 (FULL HD), TEMPO DE RESPOSTA 5MS, 170°X160°, 16.7M, INTERFACE D-SUBXI E DVIXI, ALIMENTAÇÃO 100-240V AUTOMÁTICO, COR PRETO.	SAMSUNG S22B300B	499,00	7.485,00
3	2	UNID	LICENÇA KASPERSKY SMALL OFFICE SECURITY 2	KASPER-SKY	560,00	1.120,00
4	2	UNID	WINDOWS SERVER 2008 OPEN LICENSING	MICRO-SOFT	2.842,00	5.684,00
TOTAL GERAL R\$						62.139,00

Ata de Registro de Preços Nº 51-2013 - Prefeitura

ATA nº 51/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 Registro de preços para PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Fazenda, Fundação Municipal de Esportes e Polícia Civil. Referente ao processo licitatório nº 16/2013, Pregão Presencial nº 11/2013 Fornecedor: WEGNER AUTO MECÂNICA LTDA ME/CNPJ nº 79.644.605/0001-75, com sede na cidade de Caçador/SC. Prazo: 12 meses.

LOTE 01	FIAT				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
01	MAF-3658	FIAT UNO (DRP)	1994	42,50	10%

LOTE 05	RENAULT				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
09	MFM-0369	LOGAN-RENAULT (DPCO)	2007	44,50	10%
11	MGQ-4405	LOGAN-RENAULT (DPCO)	2007	44,50	10%

LOTE 11	GM				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
18	MIO-3378	CORSA SEDAN PREMIUM-GM (PRO-CURADORIA)	2011-2012	44,50	10%
19	MHA-7996	CORSA HATCH- GM (ADM)	2010-2011	44,50	10%

Ata de Registro de Preços Nº 54-2013 - Prefeitura

ATA nº 54/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 Registro de preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E PINTURA, SERVIÇOS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ESTOFARIA EM VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR. Referente ao processo licitatório nº 27/2013, Pregão Presencial nº 19/2013 Fornecedor: ELETRO DÍNAMO LTDA ME/ CNPJ nº 04.756.125/0001-05, com sede na cidade de Caçador/SC. Prazo: 12 meses.

LOTE 02

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
06	1.000	Hora	Serviço elétrico em auto-móvel de passeio	35,00	35.000,00
07	500	Hora	Serviço elétrico em camionete	35,00	17.500,00



08	500	Hora	Serviço elétrico em micro ônibus	35,00	17.500,00
09	500	Hora	Serviço elétrico em caminhão	35,00	17.500,00
10	80	Hora	Serviço elétrico em motocicleta	35,00	2.800,00
VALOR TOTAL LOTE 02 R\$					90.300,00

Ata de Registro de Preços Nº 55-2013 - Prefeitura

ATA nº 55/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 Registro de preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E PINTURA, SERVIÇOS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ESTOFARIA EM VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR. Referente ao processo licitatório nº 27/2013, Pregão Presencial nº 19/2013 Fornecedor: EZEQUIEL DA SILVA ME- DUARTE ESTOFARIA E ACESSÓRIOS/ CNPJ sob o nº 07.225.431/0001-03, com sede na cidade de Caçador/SC.Prazo: 12 meses.

LOTE 03

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
11	40	Hora	Serviço de estofaria – bancos – em motocicleta	30,00	1.200,00
12	500	Hora	Serviço de estofaria – carpetes e bancos – em automóvel de passeios	30,00	15.000,00
13	130	Hora	Serviço de estofaria – carpetes e bancos – em camionete	30,00	3.900,00
14	200	Hora	Serviço de estofaria – carpetes e bancos – em micro ônibus	30,00	6.000,00
15	200	Hora	Serviço de estofaria – carpetes e bancos – em caminhão	30,00	6.000,00
VALOR TOTAL LOTE 03 R\$					32.100,00

Ata de Registro de Preços Nº 58-2013 - Prefeitura

ATA nº 58/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 Registro de preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Referente ao processo licitatório nº 17/2013, Pregão Presencial nº 12/2013 Fornecedor: MANTOMAC- COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA/CNPJ nº 79.879.318/0001-44 com sede na cidade de Chapecó/SC. Prazo: 12 meses

LOTE 07	IMB				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
14	MAQ. 68	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO CA 250	2010	135,00	10%
LOTE 09	KOMATSU				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
16	MAQ. 61	ESCAVADEIRA HIDR. PC 150-KOMATSU	2003	136,50	9%

Ata de Registro de Preços Nº52-2013 - Prefeitura

ATA nº 52/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 Registro de preços para PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Fazenda, Fundação Municipal de Esportes e Polícia Civil. Referente ao processo licitatório nº 16/2013, Pregão Presencial nº 11/2013 Fornecedor: MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME/CNPJ nº 09.006.650/0001-19 com sede na cidade de Caçador/SC.Prazo: 12 meses.

LOTE 02	VOLKSWAGEM				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
02	MEK-7343	GOL-VOLKSWAGEM (DRP)	2008	44,50	10%

03	MCC-0103	PÓLO SEDAN-VOLKSWAGEM (DRP)	2006	44,50	10%
05	MBX-9403	PÓLO SEDAN- VOLKSWAGEM (DPCO)	2006	44,50	10%
06	MBN-9682	PARATI-VOLKSWAGEM (DPCO)	2001	44,50	10%
07	MBT-2961	GOL- VOLKSWAGEM (DPCO)	2001	44,50	10%

LOTE 03	FORD				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
04	MIR-8664	FOCUS – FORD (DRP)	2011	44,50	10%
12	MKM7401	FORD FIESTA (DPCO)	2012	44,50	10%
16	MHO7936	FIESTA FLEX-FORD	2010-2011	44,50	10%

LOTE 06	HONDA				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
10	MDJ-7916	XR 250- HONDA (DPCO)	2001	42,75	5%

LOTE 07	PEUGEOT				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
14	MHE-5246	PEUGEOT 307 SD 2.0 – PEUGEOT (GABINETE)	2010	44,50	10%

LOTE 09	FORD				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
15	MDB-1509	FOCUS GHIA- FORD (GABINETE)	2002-2003	26,70	10%
17	CYE-1430	SCORT GL 16 V F- FORD (DEF. CIVIL)	1998	26,70	10%

LOTE 10	FIAT				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
21	MIY-7628	PALIO FIRE FLEX-FIAT (PROCON)	2011-2012	44,50	10%
22	DDS-3823	PALIO- FIAT (DEF. CIVIL)	2001	44,50	10%
23	MFV-8962	PALIO HLX- FIAT (ADM)	2006	44,50	10%

LOTE 12	FIAT				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
20	HUT-3895	FIAT TEMPRA- FIAT (GABINETE)	2011	44,50	10%
24	LZK- 7080	UNO MILLE EP- FIAT (ADM)	1995-1996	44,50	10%

Ata de Registro de Preços Nº53-2013 - Prefeitura

ATA nº 53/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 Registro de preços para PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Fazenda, Fundação Municipal de Esportes e Polícia Civil. Referente ao processo licitatório nº 16/2013, Pregão Presencial nº 11/2013 Fornecedor: AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA EPP/CNPJ nº 03.725.881/0001-04 com sede na cidade de Caçador/SC.Prazo: 12 meses.

LOTE 04	CHEVROLET				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
08	MHJ-3444	BLAZER ADVANCE-CHEVROLET (DPCO)	2009	47,50	5%

LOTE 13	TOYOTA				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇAS %
25	LZH-1720	TOYOTA (DEF. CIVIL)	1994-1995	47,50	5%

Ata de Registro de Preços Nº56-2013 - Prefeitura

ATA nº 56/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 Registro de preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Referente ao processo licitatório nº 17/2013, Pregão Presencial nº 12/2013 Fornecedor: PAVIMÁQUINAS COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA/CNPJ nº 85.199.578/0001-71, com sede na cidade de Chapecó/SC. Prazo: 12 meses

LOTE 01	CATERPILLAR				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
01	MAQ. 56	MOTONIVELADORA-CATERPILLAR	2000	138,00	8%
02	MAQ. 54	MOTONIVELADORA-CATERPILLAR	2000	138,00	8%
03	MAQ. 58	MOTONIVELADORA-CATERPILLAR	2001	138,00	8%
04	MAQ. 69	MOTONIVELADORA-CATERPILLAR	2010	138,00	8%
05	MAQ. 70	MOTONIVELADORA-CATERPILLAR	2010	138,00	8%
06	MAQ. 44	ROLO COMPAC-CATERPILLAR	2002	138,00	8%

LOTE 02	CCM				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
07	MAQ. 56	BRITADOR MÓVEL CCM MOD. 50X30	2011	138,00	8%

LOTE 03	MICHIGAN				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
08	MAQ. 52	PÁ CARREGADEIRA-MICHIGAN	1994	138,00	8%

LOTE 04	CATERPILLAR				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
09	MAQ. 50	PÁ CARREGADEIRA-CASE W20	1991	138,00	8%

LOTE 05	MULLER				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
10	MAQ. AP 21	ROLO COMPAC-MULLER	1978	138,00	8%
11	MAQ. 13	ROLO COMPACTADOR MULLER V-48	2004	138,00	8%

LOTE 08	RANDON				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
15	MAQ.66	RETRO ESCAVADEIRA RANDON RK 406	2010	138,00	8%

LOTE 10	JCB				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
17	MAQ. 63	RETROESCAVADEIRA JCB 214S	2005	138,00	8%

LOTE 11	NEW HOLLAND				
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
18	MAQ. 71	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAN LB 90	2010	138,00	8%

Ata de Registro de Preços Nº57-2013 - Prefeitura

ATA nº 57/2013 - PREFEITURA –PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 Registro de preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Referente ao processo licitatório nº 17/2013, Pregão Presencial nº 12/2013 Fornecedor: BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA/CNPJ sob o nº 02.959.545/0001-55 com sede na cidade de Caçador/SC. Prazo: 12 meses

LOTE 06	WACKER				
---------	--------	--	--	--	--

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
12	SAP 01	COMPACTADOR MANUAL-WACKER	2006	50,00	5%
13	CAM 02	CORTADOR A DE ASFALTO-WACKER	2006	50,00	5%
LOTE 12					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
19	MMF 65	ESTRUSORA DE PERFIS-IMB	2006	150,00	5%
20	MAQ.28	TRATOR DE PNEU VAL-MET TRAÇADO	1985	150,00	5%
LOTE 13					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	MO R\$	PEÇA %
21	MDH 7541	MICRO ÔNIBUS	2003	60,00	5%
22	MDM 6072	MICRO ÔNIBUS	2003	60,00	5%

Camboriú

PREFEITURA

PR 14/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS E CHUVEIROS PORTÁTEIS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS, VISANDO A MELHOR COMODIDADE DOS VISITANTES DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 15 (Quinze) de Abril de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 15/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2013-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTAÇÕES PORTÁTEIS (RÁDIO/COMUNICAÇÃO) E CENTRAIS, FIXAS, DESTINADO AO EVENTO "XXXI ENCONTRO DOS GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA", QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 20 DE ABRIL A 01 DE MAIO DE 2013, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas

no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 15 (Quinze) de Abril de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 534/2008

Edital de Penalidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 534/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFB6852	55541577B	6602/0	06/07/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MHP0990	54885591B	7366/0	27/06/2008	R\$ 85,13	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 600/2009

Edital de Autuação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 194 600/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW7383	55958821B	6599/2	20/09/2009	230 * V
ABB4032	55959675B	6599/2	13/10/2009	230 * V
AEK0925	55959295B	6599/2	20/10/2009	230 * V
AEK0925	55959295B	6912/0	20/10/2009	232
AHP1449	55539641B	5274/1	15/06/2009	175
AHP1449	55539642B	5169/1	15/06/2009	165
AHP1449	55539643B	5185/1	15/06/2009	167
AJU1466	55369470C	6920/0	27/10/2009	233
AKD5160	55958828B	5010/0	25/09/2009	162 * I
AKD5160	55958829B	6599/2	25/09/2009	230 * V
AKD5160	55958830B	6610/2	25/09/2009	230 * VII
AKD5160	55958831B	6912/0	25/09/2009	232
ALC4204	55959214B	6700/1	25/09/2009	230 * XVI
ALD7649	55959482B	6920/0	30/09/2009	233
ALY8849	55959554B	6726/1	23/09/2009	230 * XVIII
AVL2601	55958837B	5614/4	02/10/2009	182 * V
BCL0001	55955212B	6599/2	12/06/2009	230 * V
BFD4932	55959314B	6050/1	13/10/2009	208
BGP8909	55958633B	6920/0	23/06/2009	233
CCE9135	55957189B	5819/2	15/06/2009	193
CNM9698	55959318B	5207/0	14/10/2009	169
DEA1778	55959751B	6599/2	15/11/2009	230 * V
DEH6323	55959493B	6920/0	14/10/2009	233
DOI1834	55369607C	6599/2	15/11/2009	230 * V
HBR0126	55369819C	5550/0	13/11/2009	181 * XVIII
HTW1021	55959749B	5720/0	25/10/2009	186 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEF1294	55959479B	6920/0	30/09/2009	233
IEI3622	55959476B	6920/0	30/09/2009	233
IFA6201	54121397B	6920/0	08/09/2009	233
JZB5820	55959609B	5010/0	22/10/2009	162 * I
JZB5820	55959610B	5061/0	22/10/2009	163 c/c 162 * I
KAC4064	55369456C	6920/0	14/10/2009	233
LAJ2930	55958270B	6602/0	20/06/2009	230 * VI
LWR1067	55959684B	6599/2	24/10/2009	230 * V
LWX6722	55369453C	6920/0	14/10/2009	233
LXG2379	55541247B	6920/0	27/11/2009	233
LXI2363	55959293B	6726/1	19/10/2009	230 * XVIII
LXK5712	55959580B	5169/1	18/10/2009	165
LXS7219	55958517B	5452/1	18/10/2009	181 * VIII
LYA2461	55958638B	6920/0	23/06/2009	233
LYA7171	55958745B	5819/2	11/10/2009	193
LYF4621	55959472B	6920/0	30/09/2009	233
LYK4079	55958368B	6769/1	17/05/2009	230 * XXII
LYM6548	55369559C	6599/2	12/11/2009	230 * V
LYO7264	55958637B	6920/0	23/06/2009	233
LYR5572	55541241B	6920/0	27/11/2009	233
LZA3459	55959592B	6726/1	24/10/2009	230 * XVIII
LZD3061	55369460C	5878/0	21/10/2009	199
LZI5014	55955235B	5010/0	07/09/2009	162 * I
LZL0241	55959960B	5835/0	28/10/2009	195
LZN6932	55959615B	5010/0	30/10/2009	162 * I
LZN6932	55959616B	6599/2	30/10/2009	230 * V
LZN6932	55959617B	5738/0	30/10/2009	186 * II
LZN8355	55959628B	6599/2	22/11/2009	230 * V
LZX9721	55959737B	5010/0	15/10/2009	162 * I
MAC3559	55959231B	6912/0	13/10/2009	232
MAC3559	55959232B	6599/2	13/10/2009	230 * V
MAC3559	55959233B	6556/5	13/10/2009	230 * I
MAL2812	55959438B	5525/0	10/10/2009	181 * XV
MAM1393	55956821B	6599/2	22/06/2009	230 * V
MAO5828	55959656B	7374/0	27/09/2009	253
MAY0757	55369452C	6920/0	14/10/2009	233
MAZ8656	55959980B	5010/0	19/11/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAZ8656	55959981B	5061/0	19/11/2009	163 c/c 162 * I
MBF0355	55959246B	6599/2	13/11/2009	230 * V
MBI3144	55958696B	6912/0	24/10/2009	232
MBI3144	55959300B	6637/2	24/10/2009	230 * IX
MBK0787	55959237B	6599/2	16/10/2009	230 * V
MBL5524	55959604B	5819/2	29/09/2009	193
MBN8233	55959498B	6920/0	14/10/2009	233
MBO9064	55959485B	6920/0	30/09/2009	233
MBQ6473	55959951B	5010/0	26/10/2009	162 * I
MBQ6473	55959952B	6599/2	26/10/2009	230 * V
MBQ6473	55959953B	6610/2	26/10/2009	230 * VII
MBQ6473	55959955B	6912/0	26/10/2009	232
MBQ6473	55959956B	6670/0	26/10/2009	230 * XIII
MBR9964	55958534B	6599/2	14/11/2009	230 * V
MBT9502	55958834B	6548/2	27/09/2009	229
MBT9502	55958835B	5185/1	27/09/2009	167
MBV1776	55958792B	6920/0	22/09/2009	233
MBW0171	55959043B	5720/0	26/10/2009	186 * I
MBW0171	55959468B	6920/0	30/09/2009	233
MBW0513	55956838B	6599/2	20/09/2009	230 * V
MBW0513	55956839B	6912/0	20/09/2009	232
MBW0513	55956840B	6602/0	20/09/2009	230 * VI
MBW0513	55956841B	6637/1	20/09/2009	230 * IX
MBW0513	55959095B	5835/0	20/09/2009	195
MBW0513	55959096B	5274/1	20/09/2009	175
MBW0513	55959097B	5274/1	20/09/2009	175
MBW0513	55959098B	7064/0	20/09/2009	244 * IV
MBW0513	55959099B	5819/1	20/09/2009	193
MBW0513	55959100B	5738/0	20/09/2009	186 * II
MBW2736	55959129B	6599/2	19/09/2009	230 * V
MBZ3547	55958262B	5819/2	14/05/2009	193
MCA7000	55959744B	5010/0	21/10/2009	162 * I
MCA7000	55959745B	5061/0	21/10/2009	163 c/c 162 * I
MCB0964	55958881B	5010/0	08/10/2009	162 * I
MCE4222	55959500B	6920/0	14/10/2009	233
MCE8876	55956973B	5010/0	10/09/2009	162 * I
MCE8876	55956974B	5061/0	10/09/2009	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCQ0416	55369606C	6599/2	15/11/2009	230 * V
MCQ1033	55958350B	5010/0	08/06/2009	162 * I
MCQ1033	55958469B	6599/2	08/06/2009	230 * V
MCQ1033	55958470B	5061/0	08/06/2009	163 c/c 162 * I
MCQ1033	55958471B	6912/0	08/06/2009	232
MCQ8005	55959903B	5819/2	27/10/2009	193
MCR0186	55369853C	5061/0	28/11/2009	163 c/c 162 * I
MCR0186	55369854C	5010/0	28/11/2009	162 * I
MCR0186	55369855C	6599/2	28/11/2009	230 * V
MCV1694	55959294B	6653/1	19/10/2009	230 * XI
MCX1564	55959679B	6599/2	19/10/2009	230 * V
MCX1564	55959680B	6912/0	19/10/2009	232
MCY8297	55959676B	6599/2	18/10/2009	230 * V
MCY8297	55959677B	6556/5	18/10/2009	230 * I
MDD4501	55959730B	6599/2	13/10/2009	230 * V
MDD4501	55959731B	5010/0	13/10/2009	162 * I
MDD4501	55959732B	5061/0	13/10/2009	163 c/c 162 * I
MDF5575	55958631B	5878/0	16/06/2009	199
MDN5932	55958744B	5835/0	23/11/2009	195
MDN5932	55958750B	5010/0	23/11/2009	162 * I
MDP6443	55958544B	6599/2	24/11/2009	230 * V
MDP6443	55958545B	6912/0	24/11/2009	232
MDQ2349	55959855B	5460/0	22/11/2009	181 * IX
MDU3230	55959733B	5320/0	14/10/2009	176 * V
MDU3230	55959735B	6637/2	14/10/2009	230 * IX
MDU3230	55959736B	6637/2	14/10/2009	230 * IX
MDV7287	55959141B	6599/2	05/10/2009	230 * V
MDX8320	55959851B	6599/2	12/11/2009	230 * V
MDX8320	55959852B	5010/0	12/11/2009	162 * I
MDX8320	55959853B	6912/0	12/11/2009	232
MEA5857	55959033B	5274/1	22/10/2009	175
MEA5857	55959034B	5819/4	22/10/2009	193
MEA5857	55959035B	5835/0	22/10/2009	195
MEB2157	55959576B	5010/0	16/10/2009	162 * I
MEB2157	55959577B	6637/2	16/10/2009	230 * IX
MEB2157	55959578B	7340/0	16/10/2009	252 * IV
MEB2157	55959738B	5010/0	20/10/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB2157	55959739B	6610/2	20/10/2009	230 * VII
MEI3529	55958748B	6637/2	21/11/2009	230 * IX
MEI3529	55958749B	5258/3	21/11/2009	174
MEJ3344	55959559B	6637/1	30/09/2009	230 * IX
MEM9126	55956983B	6599/2	18/11/2009	230 * V
MEM9126	55956984B	5045/0	18/11/2009	162 * V
MEN0445	55957196B	5010/0	18/06/2009	162 * I
MEP0106	55959292B	6653/1	19/10/2009	230 * XI
MEP6685	55959274B	6599/2	18/09/2009	230 * V
MEP6685	55959275B	6653/1	18/09/2009	230 * XI
MER0227	55959084B	7030/2	14/09/2009	244 * I
MER4791	55959929B	6599/2	08/11/2009	230 * V
MER4791	55959930B	5010/0	08/11/2009	162 * I
MET4453	55958889B	5720/0	22/11/2009	186 * I
MEV7918	55958505B	5045/0	05/10/2009	162 * V
MEV7918	55958506B	6912/0	05/10/2009	232
MEW7490	55958417B	6599/2	11/06/2009	230 * V
MEW7490	55958418B	7030/2	11/06/2009	244 * I
MEX9663	55957344B	6599/2	06/09/2009	230 * V
MEZ9146	55959128B	6610/2	18/09/2009	230 * VII
MFD5260	55959936B	6599/2	20/11/2009	230 * V
MFD5260	55959937B	6912/0	20/11/2009	232
MFE7229	55959147B	6599/2	25/10/2009	230 * V
MFI1741	55959289B	5010/0	15/10/2009	162 * I
MFI1741	55959290B	6653/1	15/10/2009	230 * XI
MFI3884	55959584B	5525/0	20/10/2009	181 * XV
MFL0402	55958673B	5010/0	19/06/2009	162 * I
MFL0402	55958674B	5061/0	19/06/2009	163 c/c 162 * I
MFL0402	55958675B	6599/2	19/06/2009	230 * V
MFL1062	55959020B	5169/1	26/09/2009	165
MFL1062	55959021B	5282/0	26/09/2009	176 * I
MFM1623	55959299B	5010/0	23/10/2009	162 * I
MFS2731	55369661C	7056/1	21/11/2009	244 * III
MFY4993	55958868B	6912/0	29/09/2009	232
MFZ4006	55958514B	6912/0	18/10/2009	232
MGB5342	55959671B	5010/0	11/10/2009	162 * I
MGF6052	55959315B	5207/0	13/10/2009	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH9033	55959624B	5010/0	14/11/2009	162 * I
MGI2102	55958793B	6920/0	22/09/2009	233
MGK1975	55959321B	5010/0	18/11/2009	162 * I
MGK7042	55959567B	6653/1	08/10/2009	230 * XI
MGN6699	55369851C	5908/0	22/11/2009	202 * I
MGP2803	55959135B	5010/0	24/09/2009	162 * I
MGP2803	55959136B	7048/1	24/09/2009	244 * II
MGP2803	55959137B	5061/0	24/09/2009	163 c/c 162 * I
MGP7173	55959036B	5010/0	23/10/2009	162 * I
MGP7173	55959037B	5061/0	23/10/2009	163 c/c 162 * I
MGP8975	55958697B	5010/0	25/10/2009	162 * I
MGX3141	55959607B	5819/2	14/10/2009	193
MGX5682	55959460B	5010/0	17/09/2009	162 * I
MHC2351	55959443B	5878/0	17/11/2009	199
MHH5214	55956846B	6610/2	01/11/2009	230 * VII
MHH7810	55369701C	5010/0	17/11/2009	162 * I
MHH7810	55369702C	5061/0	17/11/2009	163 c/c 162 * I
MHH7810	55369703C	6653/1	17/11/2009	230 * XI
MIS5760	55959045B	5010/0	31/10/2009	162 * I
MIS5760	55959046B	5061/0	31/10/2009	163 c/c 162 * I
MIS8400	55957847B	6599/2	25/10/2009	230 * V
MIS8400	55957849B	5720/0	25/10/2009	186 * I
MJA8870	55958886B	5720/0	22/11/2009	186 * I
MKL6120	55957198B	6599/2	21/06/2009	230 * V
MPS6160	55959132B	5169/1	22/09/2009	165
MRX0094	55959575B	6599/2	16/10/2009	230 * V
MUV4326	55959497B	6920/0	14/10/2009	233
MVG9630	55959146B	7366/2	20/10/2009	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.693 de 28 de Março de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.693 DE 28 DE MARÇO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 08 e 09 do Conselho Municipal de Saúde, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
28 de março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/03/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 27 DE MARÇO DE 2013

"APROVA A ALTERAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DA CONSULTA EM ORTOPEDIA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO 26/2009"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de março de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a alteração do valor unitário da consulta em ortopedia referente ao credenciamento 26/2009.

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas e Ortopedia	R\$ 50,00	120

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de março de 2013.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 006 de 20 de março de 2013.

Campo Alegre/SC, 27 de março de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 009 DE 27 DE MARÇO DE 2013

"APROVA RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

REFERENTE AO ANO DE 2012"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 27 de março de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado o Relatório Anual de Gestão referente ao ano de 2012.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 27 de março de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Decreto Nº 7.692 de 28 de Março de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.692 DE 28 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora - CLAUDIA CATARINA HACK WANESKI, Matrícula Funcional nº 000622, Registro no Sistema Sob o nº 955047, declarando vacância no Cargo Público na função de Agente Administrativo II, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 28 de março de 2013.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/03/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.694 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.694 DE 01 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. THAYS PAGANI, Regime Estatutário, Matrícula Funcional nº 000727, Registro no Sistema sob nº 955235, ao cargo público de Agente administrativo II, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.064,35 (um mil, sessenta e quatro reais e sessenta e cinco reais, trinta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. THAYS PAGANI, aprovada em 6º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.695 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.695 DE 01 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 6º DA EC 41/03, DO ART. 79-C DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537/01 DA SERVIDORA PÚBLICA MARIA ORINDA FERNANDES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 002/2013 nos termos do art. 6º, da EC 41/03, combinado com o artigo 79-C da Lei Municipal nº 2.537/01 de 17 de julho de 2001, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a Servidora Pública MARIA ORINDA FERNANDES, portadora do CPF/MF nº 808.382.439-91 e do RG nº 1.097.408, detentora da Matrícula Funcional nº 000049, Registro no Sistema sob nº 150300, Pis/Pasep nº 12078688748, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição da Servidora Pública, correspondendo o valor de R\$ 1.127,69 (um mil trezentos e um reais, noventa e seis centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Prefeito Municipal Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.696 de 02 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.696 DE 02 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. TIAGO LOPES RODRIGUES, para exercer o cargo de Professor VI - Matemática, Registro no Sistema sob o nº 955236, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.567,08 (um mil, quinhentos e sessenta e sete reais, oito centavos) mensais, pelo período de 02 de abril de 2013 a 19 de dezembro de 2013, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 013/2012, em 3º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 02/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resolução Nº 008 de 27 de Março de 2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 008 DE 27 DE MARÇO DE 2013

"APROVA A ALTERAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DA CONSULTA EM ORTOPEDIA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO 26/2009"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de março de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990,

e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a alteração do valor unitário da consulta em ortopedia referente ao credenciamento 26/2009.

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas e Ortopedia	R\$ 50,00120	

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de março de 2013.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 006 de 20 de março de 2013.

Campo Alegre/SC, 27 de março de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

Resolução Nº 009 de 27 de Março de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 009 DE 27 DE MARÇO DE 2013
"APROVA RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO
REFERENTE AO ANO DE 2012"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 27 de março de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado o Relatório Anual de Gestão referente ao ano de 2012.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 27 de março de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

Portaria Nº 9.917 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.917 DE 01 DE ABRIL DE 2013
REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DAS PORTARIAS Nº 9.800; 9.801; 9.802; 9.803; 9.804 E 9.805 DE 18 DE JANEIRO DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Revogar todas as disposições das Portarias nº 9.800; 9.801; 9.802; 9.803; 9.804; e 9.805 de 18 de janeiro de 2013, a partir desta data.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.918 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.918 DE 01 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE "PREFEITURA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Designar os responsáveis pela movimentação das Contas Correntes de titularidade do Município de Campo Alegre - "PREFEITURA MUNICIPAL", o Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, CPF/MF nº 379.515.489-37 e a Chefe do Serviço de Contabilidade, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contratar ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.800 de 17 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.919 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.919 DE 01 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, CPF/MF nº 061.299.189-09 e a servidora Pública Municipal responsável pela Tesouraria Srª. ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.801 de 17 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.920 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.920 DE 01 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, CPF/MF nº 061.299.189-09 e a servidora Pública Municipal responsável pela Tesouraria Srª. ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar

saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.802 de 17 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.921 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.921 DE 01 DE ABRIL DE 2013
AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, CPF/MF nº 061.299.189-09 e a servidora Pública Municipal responsável pela Tesouraria Srª. ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.803 de 17 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.922 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.922 DE 01 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar a Diretora Executiva do IPRECAL Srª. MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, CPF/MF nº 004.572.629-90 e a servidora Pública Municipal responsável pela Tesouraria Srª. ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.804' de 17 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.923 de 01 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.923 DE 01 DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar a Coordenadora da Defesa Civil Srª. DENISE APARECIDA ROCHA, CPF/MF nº 694.310.869-72 e a servidora Pública Municipal responsável pela Tesouraria Srª. ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito;

autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.805 de 18 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 01/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Aditivo Contratual Nº 12/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ADITIVO CONTRATUAL Nº 12/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando a previsão de prorrogação contratual conforme cláusula segunda do contrato nº 88/2009;
Considerando o interesse de ambas as partes na prorrogação contratual;

RESOLVE,
Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 88/2009

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VIVO S/A, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 88/2009.

Cláusula Primeira - Da Vigência
O prazo do contrato nº 88/2009 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2013.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais
Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 88/2009 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal
Contratante

VIVO SA
Contratada

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO
OAB-SC 13976
Assessor Jurídico

Aditivo Contratual Nº 13/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ADITIVO CONTRATUAL Nº 13/2013.
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES
SEXTO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO
ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA GAZETA DO
NORTE LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre
si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de
outro lado a empresa EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA, as par-
tes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 78/2010 até 31 de dezem-
bro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PREVISÃO DE GASTOS

Empenha-se como previsão de gastos a quantidade de 14.500 cm²
(quatorze mil e quinhentos centímetros quadrados), para presta-
ção de serviços de publicidade legal (obrigatória) e institucional
(divulgação de atos e ações) da Administração Pública Municipal
de Campo Alegre-SC, em jornal com circulação local (no Município
de Campo Alegre), com frequência mínima de 6 (seis) edições
semanais, de acordo com as solicitações do Município. Conforme
parágrafo segundo da cláusula terceira do contrato nr. 78/2010, o
valor unitário para o período em questão, é de R\$ 1,09 (um real e
nove centavos), perfazendo o valor de R\$ 15.805,00 (quinze mil,
oitocentos e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta
das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2013:

- 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.0136 (24) - Outros Ser-
viços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação
das Atividades, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de
Administração.

CLAÚSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.65, da Lei
8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 78/2010 permane-
cem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente
instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se
a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA
Prefeito Municipal Contratada
Contratante

MANOLO DEL OLMO
OAB-SC 13976
Assessor Jurídico

Aditivo Contratual Nº 14/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ADITIVO CONTRATUAL Nº 14/2013.

Considerando a necessidade da continuação dos serviços contra-
tados da empresa BETHA SISTEMAS LTDA, através do Contrato
n.º 56/2010 (firmado através do Processo Licitatório nº 3/2010,
modalidade Tomada de Preço;

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço
contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no ins-
trumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,

Prorrogar o contrato nº 56/2010 até 31/12/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES

NONO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE
ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALE-
GRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre
si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de
outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam
o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 56/2010 até 31 de dezem-
bro de 2013.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei
8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 56/2010 permane-
cem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente
instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se
a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e for-
ma.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI BETHA SISTEMAS LTDA
Prefeito Municipal Contratada
Contratante

MANOLO DEL OLMO
OAB-SC 13976
Assessor Jurídico

Aditivo Contratual Nº 15/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ADITIVO CONTRATUAL Nº 15/2013.

Considerando a necessidade da continuação dos serviços contra-
tados da empresa BETHA SISTEMAS LTDA, através do Contrato
n.º 53/2011 (firmado através do Processo Licitatório nº 38/2011,
modalidade Pregão);

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Educação
na continuação dos serviços/locação contratados;

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço
contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no ins-
trumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,

Prorrogar o contrato nº 53/2011 até 31/12/2013.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES**

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 53/2011 até 31 de dezembro de 2013.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 53/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI	BETHA SISTEMAS LTDA
Prefeito Municipal	Contratada
Contratante	

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

OAB-SC 13976
Assessor Jurídico

Aditivo Contratual Nº 16/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ADITIVO CONTRATUAL Nº 16/2013

Considerando a necessidade da execução de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2013, demonstrada através da Requisição nº 449;

Considerando a prorrogação do contrato nº 23/2012 através do Termo Aditivo nº 100/2012;

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

Prorrogar o prazo do contrato nº 23/2012 até 31 de dezembro de 2013. A quantidade para o ano letivo de 2013 será de 288.200 quilômetros. As linhas passam a vigorar conforme segue.

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASS TURISMO LTDA. - ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa ASS TURISMO LTDA. - ME, as partes acordam que o contrato nº 23/2012 (originado do processo licitatório

nº 1/2012, modalidade Pregão presencial como Registro de Preços), passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO

1.1 □ Constitui objeto do presente contrato a prestação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO, NUM TOTAL ESTIMADO DE 1.441 QUILOMETROS POR DIA, PARA O LETIVO DE 2013 (200 DIAS), TOTALIZANDO 288.200KM, DISTRIBUÍDO NAS SEGUINTE LINHAS:

LINHA 01 -RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (casa do senhor Antonio Rivaldo Fuckner), Ximbuvinha, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Bateias de Cima, Saltinho, Bateias de Baixo (escola Argemiro Gançaves).

RETORNO: Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves) Saltinho, Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Ximbuvinha, Ximbuva (casa do senhor Antonio Rivaldo Fuckner) Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.(oficina)

LINHA 02 - BATEIAS DE CIMA / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 108 km/dia

HORÁRIO: período matutino/ vespertino

SAÍDA: Bateias de Cima, Papanduvinha, Pirizal, Bateias de Baixo, Lageado, E.E.B. Lebon Régis, EMEB. Maria José, APAE, CMEI. Alegre Infância, Carlos Schneider, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, Carlos Schneider, Cmei. Alegre ãozinho, Apae, Emeb. Maria José, Eeb. Lebon Régis, Lageado, Bateias de Baixo, Pirizal, Papanduvinha e Bateias de Cima (Entrada De Campinas)

Bateias De Cima, Papanduvinha, Bateias de Baixo, Saltinho, Bateias de Cima.

LINHA 03 - CUBATÃO/ CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 97 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA Cubatão (Igreja) passando por: Cubatão , Tijucume, Campinas, Bateias do Meio, Bateias De Cima, Saltinho - Alto da Lavrinha, São Miguel, EEB. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância

RETORNO: Saída: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, São Miguel, Saltinho, Bateias de Cima, Bateias do Meio, Campinas, Tijucume, Cubatão (Igreja).

LINHA 04 - CAMPINAS / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 101 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Centro, Passando Por: São Miguel, Papanduva, Campinas (Senhor João Munhoz), Entrada Laranjeiras (de Deus), EEF Lebon Régis, EMEB. Maria José, APAE, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: APAE, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, E.E.B. Lebon Régis, São Miguel, Entrada Laranjeiras, Papanduva, Campinas, Saltinho, Papanduva, São Miguel, Centro.

LINHA 05 - FRAGOSOS / RIO REPRESO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 78 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Distrito de Fragosos, Rio Represo, Israelenses, Avenquinha, Rio Bonito, EEF. Lebon Régis, EMEB. Maria José.

RETORNO: EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Rio Bonito, Avenquinha, Israelenses, Rio Represo, Distrito de Fragosos, Vespertino:

SAÍDA: Distrito de Fragosos Corredeiras, EEB Jerônimo Pacheco). Retorno: EEF Jerônimo Pacheco, Corredeiras, Distrito de Fragosos

LINHA 06 - RIO REPRESO / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 82 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Rio Represo, Ecoflex, Parque Industrial, Vila Briski, E.E.B. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância, EMEB Antônio Domingos Corrêa, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, E.M.E.B. Maria José, Antonio Domingos Corrêa, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Vila Briski, Parque Industrial, Ecoflex, Rio Represo, Campo Alegre.

LINHA 07 - LAGEADO /CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 25 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Lageado E.E.B. Lebon Régis.

RETORNO: E.E.F. Lebon Régis, Lageado e Campo Alegre.

LINHA 08 - FRAGOSOS CORREDEIRAS

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 14 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Distrito de Fragosos, Corredeiras E E.F. Jerônimo F. C. Pacheco.

RETORNO: E.E.F. Jerônimo F. C. Pacheco, Corredeiras e Distrito de Fragosos.

LINHA 09 - FRAGOSOS/AVENCA DO RIO NEGRO/CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 94 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Distrito De Fragosos Passando Por: Capinzal, Turvo, Avenca Do Rio Negro, Salto, Avenquinha, Queimados, E.E.B. Lebon Régis, Emeb. Maria José, CMEI. Alegre Infância, APAE. Carlos Schneider, CMEI. Alegre Infância. EMEB. Maria José.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, Carlos Schneider, APAE, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, E.E.B. Lebon Régis, Queimados, Avenquinha, Salto, Avenca do Rio Negro, Turvo, Capinzal e Distrito de Fragosos.

LINHA 10 - BATEIAS DE BAIXO/ CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 126 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: : Bateias De Baixo, Saltinho, São Miguel, EEF. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância, Bela Vista, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, Bela Vista, CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, São Miguel, Saltinho E Bateias de Baixo.

PERÍODO: VESPERTINO -

SAÍDA: Bateias de Baixo: Pirizal, Queimados, Lageado, E.E.B. Lebon Régis, Emeb. Maria José, CMEI Alegre Infância, Bela Vista, CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, Bela Vista, CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Lageado, Queimados, Bateias de Baixo, Pirizal e Bateias de Baixo.

LINHA 11 - SERRINHA/AVENQUINHA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 90 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: : Campo Alegre Passando Pelas Localidades de Avenquinha, Rio Bonito, Serrinha, EEB Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, Serrinha, Rio Bonito e Avenquinha.

PERÍODO VESPERTINO: AVENQUINHA / TURVO

SAÍDA: Avenquinha passando por: Faxinal EEB Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI . Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon

Régis, Faxinal, Avenquinha e Campo Alegre.

LINHA 12- AVENQUINHA / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 80 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Centro: Mangueira Velha, Salto, Queimados, Avenca do Rio Negro, Avenquinha, Queimados, EEB. Lebon Régis, E.M.E.B. Maria José, CMEI Alegre Infância, EMEB Antônio Domingos Corrêa. EMEB, Maria José, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EMEB Domingos Corrêa, CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, Queimados, Avenquinha, Avenca do Rio Negro, Queimados, Salto, Mangueira Velha e Centro.

LINHA 13 - SÃO MIGUEL / CAMPO ALEGRE

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 47 km / dia

HORÁRIO: MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, São Miguel, Eeb. Lebon Régis, EMEB. Maria José.

RETORNO: EMEB Maria José, EEB. Lebon Régis, EMEB. Antônio Domingos Corrêa, Dirigindo-se à São Miguel, km 48

NUCLEAÇÃO E.M.E.B. PAULO FUCKNER - BATEIAS DE CIMA**LINHA 14 - RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE CIMA**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO

SAÍDA: Rodeio De Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (Igreja), Cãozinho, Ribeirão Do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, passando por: Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva (Igreja), Santana, Rodeio Grande e Rodeio De Santa Cruz.

VESPERTINO: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva, Cãozinho, Ribeirão do Meio, Bateias de Cima.

RETORNO: Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.

LINHA 15 - XIMBUVA / BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 102 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Bateias De Cima, Cãozinho, (Casa Nenibi), Onça Parda, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Ribeirão do Meio, E.M.E.B. Paulo, Fuckner.

Retorno: E.M.E.B. Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Bar Luci (Vai / Volta), Cãozinho.

Vespertino: Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Onça Parda, Ribeirão Do Meio, Paulo Fuckner.

Retorno: E.M.E.B. Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha, Onça Parda.

LINHA 16 - SANTANA / BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 98 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO / VESPERTINO

SAÍDA: De Santana Passando Por: Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias do Meio EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: Saída Da E.M.E.B. Paulo Fuckner Passando Por: Bateias do Meio, Campinas, Tijucume, Mato Bonito, Tijucume, Cubatão.

VESPERTINO: Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias Do Meio, Paulo Fuckner.

RETORNO: Paulo Fuckner, Bateias Do Meio, Campinas, Tijucume, Cubatão e Santana.

LINHA 17 - RODEIO GRANDE / BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 99 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: : Rodeio Grande, Santana, Mato Bonito, Casa Janguinho

Rocha, Ribeirão do Meio, Bar Luci (Vai / Volta), Emeb. Paulo Fuckner
RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Casa Janguinho Rocha, Santana, Rodeio Grande
VESPERTINO: Rodeio Grande Santana, Cubatão, Tijucume, Mato Bonito, Ribeirão do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.
RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Tijucume, Cubatão, Santana, Rodeio Grande.

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 23/2012 permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2013.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ASS TURISMO LTDA. - ME

Contratada

Aditivo Contratual Nº 23/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ADITIVO CONTRATUAL Nº 23/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 002PL/2013 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 82/2011 (originado do Processo Licitatório nº 79/2011, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 82/2011, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 82/2011.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 82/2011 fica prorrogado até o dia 05 de abril de 2013.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 18 de fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

Aditivo Contratual Nº 27/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ADITIVO CONTRATUAL Nº 27/2013.

Considerando a necessidade da contratação demonstrada através do ofício nº 003PL/2013, recebido do Serviço de Planejamento e Obras;

Considerando a Autorização da Secretaria Municipal de Finanças; Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 82/2011 (originado do Processo Licitatório nº 79/2011);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, acrescentar quantitativos ao Contrato nº 82 /2011, conforme segue:

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede a RUA ANÉLIO NICOCELLI, nº 1720, Bairro FIGUEIRINHA, cidade Guaramirim-SC, representada por Mauricio Vogelsanger, CPF nº 638.924.309-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA,, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 71/2011, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS

Acresce ao contrato nº 82/2011 os seguintes serviços/fornecimento e valores (para a mesma obra, objeto do contrato):

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 08.1.017.4.4.90.51.00.00.00.00.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contato nº 82/2011, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

Aditivo Contratual Nº 6/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ADITIVO CONTRATUAL Nº 6/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 001PL/2013 recebido do Serviço de

Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 82/2011 (originado do Processo Licitatório nº 79/2011, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 82/2011, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 82/2011.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 82/2011 fica prorrogado até o dia 20 de fevereiro de 2013.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 02 de janeiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

OAB-SC 13976

Assessor Jurídico

Extrato de Contrato Nº 1/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2013

Objeto Prestação de serviços postais e telemáticos. Dotação Orçamentária: 03.01.24.3.3.90.39.00.00.00.00.0136 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração - Secretaria Municipal de Administração. Vigência: Início em 02/01/2013 e expira em 31/12/2013. Do valor total: R\$ 14.400,00. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Processo de Dispensa de Licitação nº 1/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações. RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 10/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2013

Objeto: aquisição de gasolina comum, óleo diesel, óleo 2 T, óleo motor, filtro de óleo motor e disco de tacógrafo, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	25.350	litros	Gasolina comum	Shell	2,777	70.396,95
02	5.000	litros	Óleo diesel	Shell	2,117	10.585,00

04	60	caixas	Disco de tacógrafo, caixa contendo 10 discos para 7 dias	DML	22,99	1.379,40
05	50	frascos	Óleo 2 T (para roçadeira Still), frasco com 500 ml	Stihl/cas-trol	16,49	824,50
06	25	litros	Óleo motor SAE 20 W-40 semi-sintético para 5.000 Km (para veículos Corsa, Ipanema e Gol)	Ipiranga	22,99	574,75
07	25	litros	Óleo motor 5 W-30 semi-sintético para 7.000 Km (para veículos Corsa, Ipanema e Gol)	Ipiranga	18,99	474,75
08	30	Unid.	Filtro de óleo motor W7 multi 18 (para veículos Corsa, Ipanema e Gol)	Tecfil	14,99	449,70
VALOR TOTAL DO CONTRATO						84.685,05

Dotação Orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Finanças; Unidade: 04.01 – Serviço do Controle Fazendário; Função: 04 – Administração; Subfunção: 123 – Administração Financeira; Programa – 07 – Coordenação e Manutenção das Atividades Financeiras; Projeto: 2.103 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 - Ordinários;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 – Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino fundamental; Programa – 10 – Ensino Fundamental; Projeto: 2.105 – Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10118 – Receitas Impostos e Transf. De Impostos – Educ;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.06 – Serviço de Manutenção do Salário Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa – 13 – Salário Educação; Atividade: 2.108 – Manutenção e Coordenação das Atividades Específicas do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10102 – Receitas Salário Educação;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.01 – Serviço de Apoio Administrativo a Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa – 08 – Apoio Administrativo a Educação; Atividade: 2.104 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10118 – Receitas Impostos e Transf. De Impostos – Educ;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social; Unidade: 06.02 – Serviço de Bem Estar Social; Função: 8 – Assistência Social; Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente; Programa – 24 – Conselho Tutelar; Atividade: 2.036 – Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 – Ordinários;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 07.02 – Divisão de Desenvolvimento Econômico; Função: 11 – Trabalho; Subfunção: 334 – Fomento ao Trabalho; Programa: 26 – Desenvolvimento e Crescimento Econômico; Projeto: 2.109

– Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 – Ordinários;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 11.00 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Unidade: 11.01 – Coordenadoria de Cultura; Função: 13 – Cultura; Subfunção: 392 – Difusão Cultural; Programa: 82 – Cultura Descentralizada e Democratizada; Projeto: 2.107 – Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 – Ordinários;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 – Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 – Saneamento; Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 – Águas de Campo Alegre; Atividade: 2.124 – Manutenção das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10766 – Saneamento Básico;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 – Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 – Transporte; Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário; Programa: 47 – Frota Municipal; Atividade: 2.212 – Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 – Ordinários;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 – Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviço Urbano; Programa: 45 – Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Projeto: 2.023 – Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 – Ordinários;

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 – Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 6 – Segurança Pública; Subfunção: 181 – Policiamento; Programa: 50 – Convênio com Polícia Militar e Civil; Atividade: 2.040 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 0.10080 – Ordinários.

Vigência: 15/01/2013 a 31/12/2013

Do valor total: R\$ 84.685,05 (Oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos)

Contratado: AUTO POSTO JK LTDA, - Processo licitatório nº 146/2012 modalidade Pregão como Registro de Preços. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações. RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 11/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2013

Objeto: na aquisição de 200.000 (duzentos mil) litros de óleo diesel S500 e de 20.000 (vinte mil) litros de óleo diesel S10, para serem utilizados pela frota municipal. Dotação Orçamentária: - Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa: Frota Municipal; Atividade: 2.212 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10080 - Ordinários;

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.06 - Serviço de Manutenção do salário educação; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 13 - Salário Educação; Projeto: 2.108 - Manter e Coordenar Atividades Específicas do

Ensino Fundamental ; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; - Recursos Salário Educação.

Vigência: Início em 15/02/2013 e expira em 31/12/2013.

Do valor total: R\$ R\$ 438.260,00 (Quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta reais)

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Processo licitatório nº 143/2012 na modalidade Pregão (presencial), como Registro de Preços. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 18/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2013

Objeto: Cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE. Dotação Orçamentária: 2.101.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania. Vigência: Início em 05/02/2013 e expira em 31/12/2013. Do valor total: R\$ 6.164,40. Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.. Processo de Dispensa de Licitação nº 19/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 19/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2013

Objeto: Leitura/acompanhamento do Diário da Justiça, através de leitura diária. Dotação Orçamentária: 02.01.13.3.3.90.39.00.00.00.00.0136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania. Vigência: Início em 05/02/2013 e expira em 31/12/2013. Do valor total: R\$ 1.430,00. Contratada: INDOBEL - Assinatura Leitura e Publicação Ltda. Processo de Dispensa de Licitação nº 21/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 2/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2013

Objeto: locação de 01 (uma) sala comercial, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 15, em Campo Alegre-SC, com área aproximada de 50 m² (cinquenta metros quadrados), em bom estado de conservação, para manutenção das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental (Águas de Campo Alegre). Dotação Orçamentária: 13.01.3.3.90.36.00.00.00.00.0766 (296) - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Serviço de Saneamento Ambiental

- Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. Vigência: Início em 02/01/2013 e expira em 31/12/2013. Do valor total: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quarenta reais), Contratado: FLORISVAL HASSELMANN Processo de Dispensa de Licitação nº 2/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 20/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2013

Objeto: Cessão dos direitos de uso, de manutenção e fornecimento de novas versões de sistema de computador em código objeto (cartão ponto). Dotação Orçamentária: 03.01.24.3.3.90.39.00.00.00.0136 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração - Secretaria Municipal de Administração. Vigência: Início em 05/02/2013 e expira em 31/12/2013. Do valor total: R\$ 1.705,00. Contratada: PONTUAL INFORMÁTICA LTDA. Processo de Dispensa de Licitação nº 20/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 22/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2013

Objeto: locação mensal de software comercial de gestão de saneamento para execução do serviço de leitura e impressão simultânea de faturas de água, para gerenciamento do sistema de abastecimento de água no Município de Campo Alegre. Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 - Águas de Campo Alegre; Atividade: 2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recursos: 0.1.0766 - Saneamento Básico. Vigência: 05/02/2013 a 05/07/2013

Do valor total: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Contratado: RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA Dispensa de Licitação IV nº 22/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 24/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagem/recauchutagem de pneus (incluindo consertos), para a manutenção da frota municipal no exercício 2013, consoante Processo Licitatório nº 18/2013, modalidade Convite, conforme itens e valores abaixo discriminados:

ITEM	QTDE	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
------	------	-----	-----------	----------------	-------------

01	24	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 1.400x24, convencional, em seu desenho original	565,00	13.560,00
02	04	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 19.5x24, convencional, em seu desenho original	440,00	1.760,00
03	04	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 17.5x25, radial, em seu desenho original	700,00	2.800,00
04	02	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 12,5x80x18, convencional, em seu desenho original	750,00	1.500,00
05	02	Und	Recauchutagem de pneu (à quente), 17.5x25, convencional, em seu desenho original	630,00	1.260,00
06	*de acordo com a necessidade	Und	Conserto de pneus tipo "tip top" de nº 5 a 9	28,00	*de acordo com a necessidade
07	*de acordo com a necessidade	Und	Conserto de pneus tipo "vulcaniz" com numeração superior a 9	100,00	*de acordo com a necessidade

* a quantidade e o valor total dependerá da quantidade necessária de consertos quando da realização do serviço de recapagem/recauchutagem

Legalidade: Contratação através de processo licitatório nº 18/2013, modalidade Convite, com base na Lei de Licitação.

Dotação Orçamentária: - Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa: 47 - Frota Municipal; Projeto: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 00.01.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 181). Vigência: Inicia-se em 25/02/2013 e expira-se em 31/12/2013. Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP. Ordenador da despesa:

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 25/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagem/recauchutagem de pneus (incluindo consertos), para a manutenção da frota municipal no exercício 2013, consoante Processo Licitatório nº 18/2013, modalidade Convite, conforme itens e valores abaixo discriminados:

ITEM	QTDE	Und	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
08	16	Und	Recapagem de pneu (à frio), 1.000,x20, liso, convencional	300,00	4.800,00

09	48	Und	Recapagem de pneu (à frio), 1.000x20, borrachudo, convencional	310,00	14.880,00
10	16	Und	Recapagem de pneu (à frio), 1.000x20, borrachudo, radial	350,00	5.600,00
11	04	Und	Recapagem de pneu (à frio), 900x20, borrachudo, convencional	295,00	1.180,00
12	02	Und	Recapagem de pneu (à frio), 900,20, liso, convencional	270,00	540,00
13	*de acordo com a necessidade	Serv.	Conserto de pneus tipo "vulgarizado" com numeração superior a 9	95,00	*de acordo com a necessidade
14	*de acordo com a necessidade	Serv.	Conserto de pneus tipo "tip top" de nº 5 a 9	20,00	*de acordo com a necessidade

* a quantidade e o valor total dependerá da quantidade necessária de consertos quando da realização do serviço de recapagem/recauchutagem

Legalidade: Contratação através de processo licitatório nº 18/2013, modalidade Convite, com base na Lei de Licitação.

Dotação Orçamentária: - Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 – Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 – Transporte; Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário; Programa: 47 – Frota Municipal; Projeto: 2.112 – Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Recurso: 00.01.0080 – Recursos Ordinários (código reduzido: 181). Vigência: Inicia-se em 25/02/2013 e expira-se em 31/12/2013. Contratada: RECAPADORA SÃO BENTO LTDA. Ordenador da despesa:

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 28/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2013

Objeto: a aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola, consoante Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2013, conforme itens e valores abaixo discriminados:

Item/Grupo	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
------------	-----------	------------	-----------------------	--------------------

1	ORE CONVENCIONAL PEQUENO – cap. 23 passageiros adultos ou 29 alunos sentados.	01	132.000,00	132.000,00
---	---	----	------------	------------

Legalidade: Contratação através Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2013, com base na Lei de Licitação.

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número de Empenho	Data de Empenho	Valor (R\$)
113	830	4.4.90.52.00	710	28/02/2013	132.000,00

Vigência: Inicia-se em 28/02/2013 e expira-se em 31/12/2013.

Contratada: IVECO LATIN AMERICA LTDA. Ordenador da despesa:

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 29/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2013

Objeto: a aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica da rede pública de ensino do Município de Campo Alegre-SC, consoante Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2013, conforme itens e valores abaixo discriminados:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
4	ORE 2 - Ônibus Rural Escolar com comprimento total máximo de 9.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000kg, comportando transportar 31 passageiros adultos sentados ou 44 alunos sentados, e podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular.	01	214.880,00	214.880,00

Legalidade: Contratação através Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2013, com base na Lei de Licitação.

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número de Empenho	Data de Empenho	Valor (R\$)
05.02.12.361.0113.2014	830	4.4.90.52.00	711	28/02/2013	214.880,00

Vigência: Inicia-se em 28/02/2013 e expira-se em 31/12/2013. Contratada: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Ordenador da despesa:

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 30/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2013

Objeto: a aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica da rede pública de ensino do Município de Campo Alegre-SC, consoante Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2013, conforme itens e valores abaixo discriminados:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
6	ORE 3 - Ônibus Rural Escolar com comprimento total máximo de 11.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.000kg, comportando transportar 44 passageiros adultos sentados ou 59 alunos sentados, e podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular.	01	226.840,00	226.840,00

Legalidade: Contratação através Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 29/2013, com base na Lei de Licitação.
Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número de Empenho	Data de Empenho	Valor (R\$)
05.02.12.361.0113.2014	830	4.4.90.52.00	712	28/02/2013	226.840,00

Vigência: Inicia-se em 28/02/2013 e expira-se em 31/12/2013. Contratada: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Ordenador da despesa:

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 8/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2013

Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Campo Alegre ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 22/2009.

Dotação Orçamentária: nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2013, nos termos da Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual).

Despesas correntes:

- 55% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70, no valor de R\$ 2.112,00;
- 30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70, no valor de R\$ 1.152,00.

Despesas de capital:

- 15% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70, no valor de R\$ 576,00 (para contabilização desta despesa será necessário a criação desta dotação orçamentária no orçamento vigente).

Vigência: 02/01/2013 a 31/12/2013

Do valor total: R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais).

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) Dispensa de LicitaçãoXXVI nº 4/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.707/13 - Nomeia Conselho Diretor da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio

DECRETO Nº 6.707/13 DE 01/04/2013

NOMEIA CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Diretor da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio:

I - Representante do Executivo Municipal
Nelson De Paula

II - Representante da Classe Médica:
Dr. Marcelo Kutzke

III - Representante da ACIRCAN:
Alexandre Rossa Ribeiro

IV - Representante da OAB:
Titular: Dr. Herlon Rafael Mazo
Suplente: Drª. Giane Carla Perotoni

V - Representante da Câmara de Vereadores:
Ana Carla Wolff Lopes

Art. 2º - Os representantes das classes constantes dos incisos II a V terão mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.766/09 de 13/03/09.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
1º de abril de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Nº. 06/2013

DECRETO Nº 6/2013

VISA CONCEDER A COMENDA "JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO" AO SENHOR "GILBERTO NUNES".

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa conceder a "Comenda João Gonçalves de Araújo" ao senhor "Gilberto Nunes", considerando que o mesmo contribuiu muito com a cultura de nosso município, tendo em vista que o mesmo foi autor intérprete do Hino de Campos Novos.

Parágrafo único - Gilberto Nunes, nascido aos 23 de dezembro do ano de 1956 no município de Tangará - SC. Gravou varias músicas, seu 1º disco vinil em 1973 com o sucesso "A Volta da Rosa Branca", depois disto gravou mais 7 Lps pelas gravadoras Copacabana, California, RGE, RCA Victor e por último em 1987 na gravadora ACIT de Caxias do Sul - RS. Gilberto Nunes é autor do Hino de Campos Novos juntamente com o compositor José Milton Machado. Recentemente gravou mais três sucessos que foram inseridos ao Disco "Pedácio de Pátria" regravando sucessos, tais músicas são: "Rodeio no Rio Do Mato", "Homenagem aos Bertussi" e "Dois Galos", a última música fala dos times Grêmio e Internacional de Porto Alegre - RS. Como último relato Gilberto Nunes participou em 1987 do filme "CALIBRE 12" estrelado pelo cantor João Amorim, grande artista Catarinense do cinema.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 27 de março de 2013.
DIRCEU JOSÉ KAIPER
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº PMC 06/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 47/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 06/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23 de abril de 2013, às 15h00min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO NA OBRA DA CENTRAL DE CONGELAMENTO E ARMAZENAMENTO DE PEQUENOS FRUTOS, A FIM DE ADEQUAR EXIGÊNCIAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E TORNÁ-LA APTA PARA OPERAÇÃO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Editais Nº. 015/2013

EDITAL Nº. 015/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do

Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o

exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 015/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

ANDRESSA CASSIAS PEREIRA

Capinzal

PREFEITURA

Lei 2.427/2002

LEI Nº 2.427/2002

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILVO DORINI, Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, segundo a Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de Capinzal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização, segurança, habitação e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais, nos termos da lei federal.

Parágrafo único - O município destinará recursos e espaços



públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- II - Conselho Tutelar;
- III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO DE DIREITOS

Art. 4º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, observada a composição paritária dos seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Direitos fica vinculado ao Gabinete do Prefeito municipal.

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por finalidade garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Seção II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão de decisão autônomo e de representação paritária entre o governo municipal e a sociedade civil, composto por 10 membros titulares e 10 suplentes, da forma seguinte:

- I - 05 representantes do Poder Público Municipal das áreas de políticas sociais, de orçamento, finanças e outras a serem definidas pelo Poder Executivo;
- II - 05 representantes da sociedade civil, de movimentos sociais e entidades que tenham por objetivo, dentre outros:
 - a) atendimento social à criança e ao adolescente;
 - b) defesa dos direitos da criança e do adolescente;
 - c) defesa dos trabalhadores vinculados à questão;
 - d) estudos, pesquisas e formação com intervenção política na área;
 - e) defesa da melhoria das condições de vida da população.

§ 1º - Os conselheiros representantes do poder público serão indicados pelo Prefeito, a partir das indicações apresentadas pelas respectivas secretarias ou órgãos, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito de sua área e identificadas com a questão.

§ 2º - Os conselheiros representantes da sociedade civil deverão ser eleitos em assembléia geral das entidades e movimentos inscritos no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, convocada para esse fim pelo Poder Público Municipal e

coordenada pelo Conselho Municipal de Direitos;

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição apenas uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º - O Regimento Interno do Conselho regulará os casos de substituição dos membros efetivos pelos suplentes.

Seção III

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 7º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular o Plano Municipal de Ação para a Infância e Adolescência, fixando prioridades e estabelecendo os princípios, diretrizes e metas para a sua consecução;

II - Estabelecer políticas públicas municipais que garantam os direitos da criança e do adolescente, previstos em lei, em comum acordo com os representantes dos órgãos e secretarias afins;

III - Acompanhar e avaliar as ações governamentais e não-governamentais dirigidas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do município;

IV - Participar da elaboração da proposta orçamentária destinada à execução das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, inclusive a que se refere aos Conselhos Tutelares;

V - Fiscalizar e controlar o cumprimento das prioridades estabelecidas na formulação das políticas públicas e das ações previstas no Plano Municipal;

VI - Gerir o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, em conjunto com o Poder Público Municipal, definindo o Plano de Aplicação dos recursos, de acordo com as prioridades definidas no Plano municipal de Ação;

VII - Controlar e fiscalizar o emprego e a utilização dos recursos destinados a esse fundo;

VIII - Elaborar seu Regimento Interno;

IX - Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, em casos de vacância;

X - Manifestar-se sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de convênios e consórcios intermunicipais;

XI - Inscrever os programas governamentais e não-governamentais, com especificação dos regimes de atendimento, conforme especifica a Lei Federal 8.069, em seu artigo 90, mantendo registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

XII - Proceder ao registro das entidades não-governamentais de atendimento e autorizar o seu funcionamento, observando o que dispõe o parágrafo único do artigo 91 da Lei Federal 8.069, e que mantenham programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação sócio-familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;

g) internação, fazendo cumprir as normas previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

XIII - Divulgar a Lei Federal nº. 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente - dentro do âmbito do município, prestando à comunidade orientação permanente sobre os direitos da criança e do adolescente;

XIV - Informar e motivar a comunidade, através dos diferentes meios de comunicação, sobre a situação social, econômica, política

e cultural da criança e do adolescente na sociedade brasileira;
XV - Garantir a reprodução e afixação, em local visível das instituições públicas e privadas, dos direitos da criança e do adolescente e proceder ao esclarecimento e orientação sobre esses direitos, no que se refere à utilização dos serviços prestados;
XVI - Receber, analisar e encaminhar denúncias e/ou propostas para melhor encaminhamento da defesa da criança e do adolescente;
XVII - Levar ao conhecimento dos órgãos competentes, mediante representação, os crimes, as contravenções e as infrações que violarem os interesses coletivos e/ou individuais da criança e do adolescente;
XVIII - Promover conferências, estudos, debates e campanhas visando à formação de pessoas, grupos e entidades dedicadas à solução de questões referentes à criança e ao adolescente e/ou que afetem indiretamente sua qualidade de vida;
XIX - Propor ao Poder Público Municipal a remuneração dos membros do Conselho Tutelar;
XX - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar suas deliberações;
XXI - Prestar contas, anualmente, à sociedade civil e aos poderes constituídos, de suas ações e deliberações;
XXII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do município;
XXIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos membros nos termos do respectivo regulamento, declarar vago o posto por perda de mandato e chamada dos suplentes para assumir o posto, nos termos da lei.

Seção IV

DA CASSAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 8º - Perderá o mandato o Conselheiro que se ausentar injustificadamente a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato, ou for condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º - Ficam impedidos de servir no Conselho a autoridade judiciária e representantes do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício no município.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Seção I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 10 - Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo o Plano de Aplicação e as deliberações definidas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

Seção II

DA COMPOSIÇÃO DO FUNDO

Art. 11 - O Fundo Municipal da Infância e Adolescência é composto por um Conselho Gestor, assim formado:

- I - 01 representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - 01 representante do Poder Público Municipal, da área de finanças e orçamento;
- III - 01 representante das entidades de atendimento e defesa dos

direitos da criança e do adolescente atuantes no município, inscritas no Conselho de Direitos;

§ 1º - O representante do poder público será indicado pelo Prefeito Municipal e deverá ter a responsabilidade técnica e operacional sobre a liberação dos recursos do fundo;

§ 2º - O representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será indicado pelo respectivo Conselho, juntamente com a ata da reunião que aprovou a referida indicação;

§ 3º - O representante das entidades será escolhido e indicado pelas mesmas, na Assembléia que elege os representantes não-governamentais no Conselho e Direitos;

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho Gestor coincide com o mandato dos membros do Conselho de Direitos.

Art. 12 - Constituem receitas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal às verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso do período;

II - recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - doações de pessoas físicas ou jurídicas através de incentivos fiscais;

IV - dotações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

V - produto de aplicações dos recursos disponíveis e de venda de materiais, publicações e eventos;

VI - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VII - multas previstas no artigo 214 da Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990, e oriundas das infrações aos artigos 245 a 258 da referida lei;

VIII - receitas advindas de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas e públicas federais, estaduais, nacionais e estrangeiras para repasse a entidades governamentais e não-governamentais executoras de programas do Pano Municipal de Ação.

Seção III

DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 13 - Compete ao Conselho Gestor do fundo providenciar os meios necessários à destinação dos recursos de acordo com as diretrizes do Plano de Aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS TUTELARES

Seção I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 14 - Fica criado o Conselho Tutelar do município de Capinzal - SC, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, com a finalidade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do município.

§ 1º - O Conselho Tutelar funcionará em sala a ele disponibilizada pela Administração Municipal, com plantão permanente.

§ 2º - O horário de funcionamento do Conselho Tutelar, será equivalente ao das repartições públicas municipais e a escala de plantões, será estabelecida pelo próprio Conselho Tutelar, com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município.

Seção II

DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 15 - O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros eleitos para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.

Art. 16 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residir no município de Capinzal há mais de 02 (dois) anos;
- IV - estar no gozo dos direitos políticos;
- V - VETADO;
- VI - VETADO;
- VII - possuir curso de informática concluído ou estar cursando;

Seção III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 17 - Os conselheiros serão eleitos por representantes de entidades, órgãos governamentais e não governamentais e clubes de serviços devidamente cadastrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em eleição regulamentada pelo CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público.

Seção IV

DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 18 - O exercício efetivo de Conselheiro Tutelar constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 19 - Na qualidade de membros eleitos por mandato, os Conselheiros não serão funcionários do quadro da Administração Municipal, mas terão remuneração fixada pelo Conselho municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentada pelo poder executivo Municipal, não podendo essa remuneração exceder aos níveis salariais dos funcionários ativos do município e deverão prestar serviço na sede do Conselho Tutelar, na forma da escala que vier a ser estabelecida, por no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, incluindo os plantões.

Seção V

DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 20 - Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção, por improbidade ou que faltar a 04 (quatro) reuniões ordinárias do Conselho Tutelar, sem justificativa.

Parágrafo único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho de Direitos declarará vago o posto, dando posse imediata ao primeiro suplente.

Art. 21 - Serão impedidos de servir no Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro e nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridades e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na comarca, foro regimental ou distrital local.

Seção VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 22 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender às crianças e adolescentes cujos direitos, garantidos pela Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990, forem ameaçados ou violados:

- a) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- c) em razão de sua conduta.

II - atender e aconselhar crianças e adolescentes, aplicando as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- g) abrigo em entidade.

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as seguintes medidas:

- a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) encaminhamento a tratamento psicológico e psiquiátrico;
- d) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo em estabelecimento de ensino e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- g) advertência.

IV - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas decisões.

V - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

VI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VII - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 22, inciso II, letras "a" a "g" desta lei, para adolescente autor de ato infracional, quando necessário;

VIII - expedir notificações;

IX - requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança e do adolescente, quando necessário;

X - assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações da perda ou suspensão do pátrio-poder;

XIII - fiscalizar juntamente com o Ministério Público, as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento, referidas no artigo 90 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

XIV - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 23 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária competente.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 1.652/92, de 22 de outubro de 1992, nº 1.731/93, de 16 de junho de 1993 e Lei nº 1.993/96, de 25 de outubro de 1.996.

Prefeitura Municipal de Capinzal - SC, em 20 de dezembro de 2002.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário de Administração e Finanças

Resolução Cialar

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 01 DE ABRIL DE 2013

Designa Coordenador Social, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto nos artigos 17, VI e 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada Kelly Cristina Lopes Moschen, brasileira, casada, nascida em 26 de setembro de 1978, inscrita no CPF sob o nº 023.508.299-60, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Social do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo referido no art. 1º com dedicação exclusiva, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Contrato de Consórcio do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 01 de abril de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito de Capinzal
Presidente do CIALAR

Resultado de Análise de Documentos - Processo Licitatório Nº 51/2013 - Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 1/2013.

RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Processo Licitatório Nº 51/2013

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 1/2013

OBJETO: Contratação de empresa para a pavimentação Asfáltica com CAUQ de parte da Rua Alcir Masson, que dá acesso ao Loteamento Nova Capinzal com valor máximo da obra fixado em R\$ 473.359,42 com recursos do Ministério das Cidades e com repasse nº 0352.423-44/2011, programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, até 31/12/2013, por intermédio da CEF - conforme Memorial descritivo, planilhas, cronogramas e demais anexos.

Após analisar os documentos constatou-se que as empresas:

Enghevia Serviços e Obras Ltda.; e
Viga Pavimentações e Obras Ltda.

Apresentaram documentos necessários para comprovar a sua habilitação sendo declaradas habilitadas.

A empresa: Enghevia Serviços e Obras Ltda., registra que irá interpor recurso administrativo para a inabilitação da empresa Viga Pavimentações e Obras Ltda., por não cumprir totalmente o item 3.3.6 do edital alegando que a sua concorrente não apresentou as ART's quitadas original ou por meio de cópia autenticada, que deveriam acompanhar os atestados ou certidões que o citado item do edital se refere.

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da LEI.

Capinzal, 02 de abril de 2012.
PAULO RONALDO WAMES
Presidente da CPL.

FMS Contrato 0052/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0052/2013

Pregão Presencial Nº 0006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES

OBJETO: Aquisição fracionada de óleo lubrificantes destinados a manutenção de veículos do Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 8.369,50

VIGÊNCIA: 26/03/2013 ate 31/12/2013

FMS Termo Aditivo 001/2013

TERMO ADITIVO 001/2013

CONTRATO 0030/2010

Pregão Eletrônico Nº 009/2010

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: CLINICA REVIVER LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2013.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 02/04/2013 até 31/12/2013

FMS Termo Aditivo 002/2013

Termo Aditivo TA 02-13/71-12

Processo Licitatório Nº 25/2012

Pregão Eletrônico Nº 0012/2012

CONTRATO 71/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: MENEGOTTO & FILHO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação do prazo de vigência do contrato original até dia 02 de maio de 2013.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 02/03/2013 até 02/05/2013

PMC Contarto 0112/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0112/2013

Pregão Presencial Nº 0021/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: TAIZE APARECIDA ROSALEN POIER

OBJETO: Aquisição de 40.000m³ (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município, recursos próprios.

VALOR R\$: 5.560,00

VIGÊNCIA: 27/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0098/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0098/2013

Pregão Eletrônico Nº 0006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COMERCIO E TRANSPORTES CAPINZAL LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de socorro escolar para o ano de 2013, a pagar com recursos próprios da Secretaria de Educação, Cultura e esportes, Salário Educação e recursos próprios do Departamento de Cultura.

VALOR R\$: 20.720,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0099/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0099/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: BELLENZIER PNEUS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 6.200,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0100/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0100/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: TURBO AUTO PECAS E ACESSÓRIOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 111.938,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0101/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0101/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 96.236,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0102/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0102/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 81.258,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0103/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0103/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 6.032,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0104/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0104/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULO

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura

e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 110.248,60

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0105/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0105/2013

Pregão Presencial Nº 0018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: JOACABA PNEUS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de pneus, câmaras e protetores novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar, recursos próprios.

VALOR R\$: 88.642,00

VIGÊNCIA: 25/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0106/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0106/2013

Pregão Presencial Nº 0019/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPAINHA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: Aquisição de seguro contra terceiros - danos corporais e materiais, morte e invalidez por pessoas e DMHRS para veículo Toyota LXH 1260, da Secretaria de Agricultura - Patrulha Mecanizada, recursos próprios.

VALOR R\$: 850,00

VIGÊNCIA: 26/03/2013 ate 18/01/2014

PMC Contrato 0107/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0107/2013

Pregão Presencial Nº 0020/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: OUROGRAF SERVICOS GRAFICOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de material impresso para todas as secretarias, órgãos, departamentos e diretorias à elas vinculadas, recursos próprios.

VALOR R\$: 42.875,00

VIGÊNCIA: 26/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0108/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0108/2013

Pregão Presencial Nº 0021/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ROSELI MONTEIRO GUIMARÃES

OBJETO: Aquisição de 40.000m3 (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município, recursos próprios.

VALOR R\$: 11.120,00

VIGÊNCIA: 27/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0109/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0109/2013

Pregão Presencial Nº 0021/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: OSVINO MARTINAZZO

OBJETO: Aquisição de 40.000m3 (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município, recursos próprios.

VALOR R\$: 6.950,00

VIGÊNCIA: 27/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0110/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0110/2013

Pregão Presencial Nº 0021/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ERVATEIRA RIFFEL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de 40.000m3 (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município, recursos próprios.

VALOR R\$: 8.400,00

VIGÊNCIA: 27/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0111/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0111/2013

Pregão Presencial Nº 0021/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: MAIRA FEIJO ALMEIDA

OBJETO: Aquisição de 40.000m3 (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município, recursos próprios.

VALOR R\$: 13.900,00

VIGÊNCIA: 27/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0113/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0113/2013

Pregão Presencial Nº 0021/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: FONTANA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCR

OBJETO: Aquisição de 40.000m3 (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e

estradas no interior do município, recursos próprios.

VALOR R\$: 9.800,00

VIGÊNCIA: 27/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0114/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0114/2013

Pregão Presencial Nº 0025/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: PRINTMAX COMERCIO DE CARTUCHOS E TONER E

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de 55 (cinquenta e cinco) equipamentos (multifuncionais laser e impressora laser) e manutenção/assistência técnica de 07 (sete) copiadoras e impressoras de propriedade do município para uso de todas as Secretarias Municipais do Poder Executivo para o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 52.754,66

VIGÊNCIA: 28/03/2013 ate 31/12/2013

Editais Chamada Pública

EDITAL Nº 013, DE 01 DE ABRIL DE 2013

Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e Lei municipal nº 2.962, de 18 de maio de 2011 e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 004/2013, torna público os procedimentos para a chamada pública de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2013 na rede municipal de ensino.

1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 A data determinada para a Chamada Pública para os cargos de Professor de Geografia será dia 05/04/2013 (sexta-feira), das 14h às 15h, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, sito à Rua Ernesto Hachmann, nº 505 - térreo do Centro Educacional Prefeito Celso Farina, Centro, Capinzal.

1.2 As vagas existentes estão publicadas no mural público da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 04/04/2013

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1 deste Edital munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- b) comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação de licenciatura em Geografia, com data atualizada;
- c) comprovante de tempo de serviço na área de atuação.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Professores com Pós-Graduação na área na qual pretendam

atuar;

- b) Professores com Graduação na área na qual pretendam atuar;
- c) Professores cursando licenciatura na área na qual pretendam atuar, de forma decrescente, conforme a fase;
- d) Maior tempo de serviço na área de atuação.

3.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Capinzal, em 01 de abril de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Ata 001/2013 - CMDCA

"CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

ATA Nº 001/2013

Às dezesseis horas do dia vinte de março de dois mil e treze, reuniram-se nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Capinzal, Elena Casagrande Rech, Josimari Dondoni do Amaral, Karise Fátima Woiciechoski, Gisela Nara Martins, Rosemari Zimmermann Boaretto, Marcela Machado Cavichioli e João Aladir Chaves da Silva, Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon, Luana Cristina Baldo, Mirian Golin Fagundes, Glacir Antonio Boff e Marinete Ferreira de Lemos, membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o intuito de eleger a nova diretoria do conselho. A Presidente Rosemari Zimmermann Boaretto, iniciou a reunião apresentando as atribuições do CMDCA bem como a lei nº 2.427/2002 que dispõe sobre a política dos direitos da criança e do Adolescente e foi discutido ainda sobre as aplicações e manutenção do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) que é regido pelo CMDCA. Iniciou-se então a eleição da nova diretoria do conselho, sendo apresentada, por indicação, a chapa composta por Josimari Dondoni do Amaral, como presidente, Rosemari Zimmermann Boaretto, como vice-presidente e Karise Fátima Woiciechoski como secretária. A chapa foi eleita por aclamação dos membros presentes. A nova diretoria tem como primeiras atribuições a elaboração do Plano Plurianual, contendo as ações do conselho para os próximos quatro anos e a elaboração do Plano de Ação 2013, com as ações para o referido ano. Nada mais havendo a tratar, eu Karise Fátima Woiciechoski, lavrei esta ata que será lida e aprovada em reunião e assinada pelos membros presentes.

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.881 de 14 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.881/13 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2012 VINCULADOS AOS RECURSOS DO FUNDEB"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 4º, inciso II da Lei Municipal nº 2.386 de 2012, art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e art. 21, § 2º Lei Federal nº 11.494, de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO
361 ENSINO FUNDAMENTAL
2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB
68 318 DESPESAS CORRENTES - Recursos do FUNDEB R\$ 61.128,80

Art. 2º - Constituem recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2012, de acordo com o saldo verificado nas fontes de recursos vinculadas ao FUNDEB (018 e 019), no valor de R\$ 61.128,80 (Sessenta e um mil cento e vinte e oito reais e oitenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Catanduvas SC, 14 de Março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Decreto Nº 1.882 de 25 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.882, de 25 de março de 2013.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 28 de março de 2013, constitui-se na Quinta-feira Santa (Endoenças), dia imediatamente anterior à Sexta-feira da Paixão da Semana Santa Cristã - Solenidade religiosa da celebração eclesial da Paixão de Cristo, quando começa o tríduo pascal - vigília que celebra, na noite do Sábado de Aleluia, a Ressurreição de Jesus Cristo;

CONSIDERANDO, que tradicionalmente é cultuado o silêncio, ocasião em que os poderes públicos e algumas instituições privadas limitam os trabalhos na quinta-feira, mesma situação deste ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal o dia 28 de março de 2013, somente a partir das 12:00 horas, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 1º de abril.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários da manutenção das normais atividades no período vespertino do dia 28 de março, para os atendimentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 25 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

pPrefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Decreto Nº 1.883 de 27 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.883, de 27 de março de 2013.

"CONVOCA A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC) no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades, decreta:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 14 de maio de 2013, sob a coordenação da servidora Rosimeri Fátima Spazini.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pela Prefeita Municipal Gisa Aparecida Giacomini, e no seu impedimento, pela servidora Sandra Maria Dilda Bucco.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal, elaborado pelas entidades componentes do Conselho da Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo único. O Regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 27 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

pPrefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0032/2013 - Pregão Nº 0021/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2013

PREGÃO Nº 0021/2013

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a Aquisição de tubos e blocos de concreto, meio fio e grade para bueiro visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura. Abertura das Propostas: às 09h00min do dia 16 de abril de 2013. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 02 de abril de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 02 de abril de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

pPrefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0030/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0030/2013

Processo Licitatório n.º 0014/2013

Pregão n.º 0008/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem de pneus para o ano de 2013, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: OLMIRO TRÓES & CIA LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 1.780,00 (hum mil setecentos e oitenta reais).

Prazo de vigência: de 11 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 11 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0031/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0031/2013

Processo Licitatório n.º 0014/2013

Pregão n.º 0008/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem de pneus para o ano de 2013, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP.

Valor global contratado: R\$ 8.688,00 (oito mil seiscentos e oitenta e oito reais).

Prazo de vigência: de 11 de março de 2013 até 31 de dezembro

de 2013.

Data e assinatura do contrato: 11 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0032/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0032/2013

Processo Licitatório n.º 0014/2013

Pregão n.º 0008/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem de pneus para o ano de 2013, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA RODA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 22.988,00 (vinte e dois mil novecentos e oitenta e oito reais).

Prazo de vigência: de 11 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 11 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0033/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0033/2013

Processo Licitatório n.º 0014/2013

Pregão n.º 0008/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem de pneus para o ano de 2013, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: FM PNEUS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: de 11 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 11 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 9912291125

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912291125

Objeto: Múltipla prestação de serviços e venda de produtos, prestados e fornecidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

Valor global contratado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Prazo de vigência: de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 02 de janeiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0137/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0137/2012

Inexigibilidade nº 0006/2012

Objeto: Aquisição de Material Didático para o exercício de 2013, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): EDITORA POSITIVO LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 17 do Contrato Original c/c o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO solicitação do Setor de Compras e Licitação e da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO a necessidade de aumentar a quantidade de materiais didáticos em relação ao previsto no Contrato Original, visando o bom desempenho das atividades educacionais na Educação Infantil do Município;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Aditivar o Contrato Original nas seguintes quantidades e valores:

Nível	Série	Quantidade	Valor Unitário Coleção	Valor Total
Educação Infantil	G1	21	R\$ 196,00	R\$ 4.116,00
Educação Infantil	G2	24	R\$ 196,00	R\$ 4.704,00
Educação Infantil	G3	22	R\$ 258,60	R\$ 5.689,20
Educação Infantil	G5	25	R\$ 258,60	R\$ 6.465,00

Parágrafo único - O presente aditivo acresce ao Contrato original a importância de R\$ 20.974,20 (vinte mil novecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, ambas assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 26 de março de 2013.

Contrato Originário: 26 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Lei N.º 0570 de 27.03.2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0570 DE 27.03.2013

"DENOMINA DE ERONE MANOEL MACIEL O ESPAÇO FÍSICO DESTINADO À "TRIBUNA LIVRE" DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO".

José Bráulio Inácio, Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado de ERONE MANOEL MACIEL o espaço físico destinado a "Tribuna Livre" da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado SC.

Art. 2º A Câmara de Vereadores providenciará a colocação de placas indicativas no local.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
27 de março de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 142 de 02.04.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 142/2013

- CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 04/2013, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

- CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da prestação dos serviços essenciais de limpeza na Secretaria Municipal da Saúde;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o art. 2º, VII, da Lei Complementar Nº 040, de 15/05/2009, RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário MARCIA MACIEL, para exercer as funções do Cargo de Agente de Serviços Gerais ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 03.04.2013 a 31.12.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadão do Lageado,

02 de abril de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 143 de 02.04.13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 143/2013

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, ANDRÉ SEBOLD, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, para exercer suas atividades junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente

e Turismo, a partir de 03.04.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,

02 de abril de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 41/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2013

- PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 16 de abril de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO, para atender o Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e os demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 03 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2013

- PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 16 de abril de 2013, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é A presente licitação tem por objeto à aquisição de medicamentos, não integrantes da Farmácia Básica, para atender a demanda apresentada no Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, através do maior percentual de desconto sobre a tabela de preços divulgada pela ABCFARMA (listagem de A a Z do Órgão Oficial - Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico - ABCFARMA/GUIA DA FARMÁCIA). As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 03 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº011/2013 de 01/04/2013

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº011/2013 de 01/04/2013.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder que esta Câmara Municipal de Vereadores, passe a ter o horário de expediente das 13:00 as 18:00 horas, exceto nos dias de Sessão Legislativa conforme dispõe nosso Regimento Interno onde o horário será das 13:00 horas até o término da sessão.

Este horário entra em vigor a contar do dia 03/04/2013 e fica revogada a Portaria nº 007/2007 de 03/07/2007.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado,

02 de abril de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Portaria Nº012-2013 de 02-04-2013

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº012/2013 de 02/04/2013.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

A SERVIDORA Elaine Aparecida Franz da Silveira ocupante do cargo de Contadora, vinte dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, sendo dez dias de abono pecuniário e dez dias no período de 03/04/2013 a 12/04/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

02 de abril de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 314/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 314/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Nomeia LOURDES SGARBOSSA no cargo de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental II.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29



de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora LOURDES SGARBOSSA, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental II - Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 14 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 315/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 315/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Nomeia SARAONICE SARTURI PROVENCÍ no cargo de Chefe do Departamento de Programas de Saúde e Postos de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora SARAONICE SARTURI PROVENCÍ, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Programas de Saúde e Postos de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 14 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 316/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 316/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº

259/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e no Decreto nº 5.696, de 10 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 259/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

a) efetivo: ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 317/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 317/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ANDRE DE PARIS DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor ANDRE DE PARIS DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de fevereiro de 2008 a 6 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 318/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 318/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SO-LANGE KLASSMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora SO-LANGE KLASSMANN, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de janeiro de 2008 a 11 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 319/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 319/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CLADIR PADOAN ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora CLADIR PADOAN ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52540-03, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de março de 2008 a 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 320/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 320/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA CRISTINA BERTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Enfermeiro, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de janeiro de 2008 a 11 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 321/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 321/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NEUSA GOLLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora NEUSA GOLLO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2008 a 15 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 322/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 322/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CATTIA TERESINHA FAVERO BIAZZI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora CATTIA TERESINHA FAVERO BIAZZI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91480-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2007 a 28 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 323/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 323/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor DOMINGOS DIAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor DOMINGOS DIAS, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 9 de fevereiro de 2008 a 8 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DIÓGENES MARCHESAN
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 324/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 324/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor SALIN URBANO DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor SALIN URBANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DIÓGENES MARCHESAN
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 325/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 325/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor SEBASTIÃO LENINHO SCHUASTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor SEBASTIÃO LENINHO SCHUASTZ, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de fevereiro de 2008 a 6 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 326/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 326/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ALBERTO ANTONIO CASTOLDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor ALBERTO ANTONIO CASTOLDI, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 327/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 327/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NOELI BRUECKMANN DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora NOELI BRUECKMANN DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2008 a 15 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 328/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 328/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LIANA MACHADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora LIANA MACHADO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 96873-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 329/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 329/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SILVANE TERESINHA RIVA CANTELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora SILVANE TERESINHA RIVA CANTELLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91014-05, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 330/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 330/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NEUSA PILGER APPEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora NEUSA PILGER APPEL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2008 a 11 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 331/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 331/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JORGE TAKEO TOKUSUMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor JORGE TAKEO TOKUSUMI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88404-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 14 de janeiro de 2008 a 13 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 332/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 332/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora MARILEI SALETE FRASNELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARILEI SALETE FRASNELLI, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 7 de março de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 333/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 333/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40690-04, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 14 de março de 2005 a 13 de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 334/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 334/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI, ocupante do cargo Pedagogo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de março de 2008 a 3 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 335/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 335/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DANIELI FERNANDA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora DANIELI FERNANDA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2008 a 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 336/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 336/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANDREIA DE PINHO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora ANDREIA DE PINHO, ocupante do cargo Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de janeiro de 2008 a 25 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 337/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 337/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Dá nova redação a alínea "b" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 579/2012, de 29 de junho de 2012, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 202.202/89, de 24 de abril de 1989 e alterações e no Decreto nº 4.527, de 24 de outubro de 2002.

D E C R E T A :

Art. 1º A alínea "b" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 579/2012, de 29 de junho de 2012, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

b) suplente: SANDRA ZANDEVALLI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 338/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 338/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MIRIA FATIMA GUZZO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora MIRIA FATIMA GUZZO, ocupante do cargo Professor, código 10.12, matrícula 40959-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 339/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 339/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA RITTER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora MARIA RITTER, ocupante do cargo Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 9 de fevereiro de 2008 a 8 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 340/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 340/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELENIR GRANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora ELENIR GRANELLA, ocupante do cargo Secretário Escolar, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2008 a 2 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 341/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 341/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de março de 2013, aos servidores abaixo relacionados, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de chefia, com dedicação exclusiva:

I - ANDRE HERMINIO MALESKI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, pelo exercício da função de chefia da Equipe de Servidores Operacionais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

II - PAULO HENRIQUE VICARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, pelo exercício da função de chefia do Setor de Registro de Imóveis;

III - SADI DOMINGOS ALBIERO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, pelo exercício da função de chefia do Setor de Manutenção do Aeroporto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 342/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 342/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARA ROSANE SAATKAMP.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora MARA ROSANE SAATKAMP, ocupante do cargo Professor, código 10.12, matrícula 91979-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 343/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 343/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JANETE TEREZINHA FRIZON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora JANETE TEREZINHA FRIZON, ocupante do cargo Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2008 a 15 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 344/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 344/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor LEONIR LUIS CHINELATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor LEONIR LUIS CHINELATTO, ocupante do cargo Operador de Equipamentos, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de abril de 2004 a 31 de março de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DIÓGENES MARCHESAN

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 345/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 345/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ELIANDRO LUIS KOPSEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2013, ao servidor ELIANDRO LUIS KOPSEL, ocupante do cargo Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de março de 2008 a 5 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 34/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013- PMC

Objeto: Aquisição de correntes e pedestais para uso na sinalização do trânsito durante a Expo Concórdia 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/04/2013.

Abertura: dia 19/04/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 01 de Abril de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 35/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013- PMC

Objeto: Aquisição de material impresso para manutenção das atividades das unidades administrativas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/04/2013.

Abertura: dia 24/04/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 02 de Abril de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Comunicação de Interposição Recursal - Concorrência Nº 1/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 1/2013 - PMC

Objeto: seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão do direito à exploração do serviço público de gestão das áreas especiais destinadas ao estacionamento por tempo limitado, regulamentado e pago de veículos, nas vias e logradouros públicos do Município de Concórdia que compõem a chamada "Área Azul", instituída pela Lei Municipal nº 3.051/98.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 02/04/2013 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: ORION TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 12/03/2013, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 02 de abril de 2013.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

Comunicação de Interposição Recursal - Pregão Presencial Nº 22/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013 - PMC

Objeto: Aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica a serem instalados na Praça do Bairro Petrópolis, conforme especificações constantes nos Anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos as licitantes: MURILO BRACHT MALAGUTTI EPP, GADOSNKI E CIA LTDA ME, JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR, MULTIARTE IND E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA, J. E. SCRAMIN EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA-ME e RC ENGENHARIA LTDA que a licitante: I. SILVEIRA E CIA LTDA, interpôs, na data de 27 de março de 2013, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação final do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 1º de abril de 2013.
TUANY ANDIARA R. G. KLEIN
Pregoeira

Convocação Para Assinatura de Ata de Registro de Preços - Src Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA

O MUNICIPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa SRC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO

DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.108.017/0001-79, com sede na Rua Fritz Spornau, nº 500, Bairro Fortaleza, Blumenau, SC, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura da Ata de Registro de Preços originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 17 do Edital.

Concórdia, SC, 02 de Abril de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Notificação - Convênio FnDE/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.380,22 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Concórdia SC, 02 de abril de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Editais de Notificação - Convênio FnDE/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 16.619,56 (dezesseis mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

Concórdia SC, 02 de abril de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Editais de Notificação - Convênio FnDE/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.636,62 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Concórdia SC, 02 de abril de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 371.2013

Estabelece normas para utilização de veículos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer normas para utilização de veículos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia na forma desta Resolução.

Art. 2º Os veículos serão utilizados, exclusivamente, pelos vereadores e servidores da Câmara:

I - nos deslocamentos em todo o território nacional para participação em eventos, reuniões, cursos entre outros relacionados à função pública;

II - no transporte de materiais referentes aos serviços da Câmara;

III - no transporte de pessoal a serviço da Câmara:

a) quando no estrito cumprimento de atividade solicitada pela Câmara;

b) cujo contrato preveja expressamente o transporte a cargo da Câmara.

Art. 3º É vedado:

I - o transporte de familiares de servidores ou vereadores e de pessoas estranhas ao serviço público da Câmara;

II - o transporte para estabelecimentos comerciais, restaurantes e congêneres, salvo quando o usuário se encontrar no desempenho de função pública;

III - o uso de veículos oficiais em excursões ou passeios, salvo quando se tratar de eventos relacionados à função pública;

IV - o uso de veículos oficiais nos sábados, domingos e feriados, salvo para eventual desempenho de encargos inerentes ao exercício da função pública com autorização formal do Presidente da Câmara;

V - a guarda de veículos oficiais em garagem residencial, salvo quando houver autorização formal do Presidente da Câmara;

VI - inserir quaisquer tipos de adesivos ou propagandas nos veículos oficiais;

VII - o empréstimo de veículos oficiais da Câmara a outros órgãos públicos e a terceiros.

Art. 4º Ao condutor de veículo oficial caberá:

I - a responsabilidade dos atos praticados na direção do veículo, todas as multas de percurso, estacionamento, parada e atitude no trânsito;

II - estar habilitado para condução do veículo, devendo informar ao Presidente da Câmara, qualquer ocorrência envolvendo a sua CNH;

III - fornecer os dados e documentos necessários, quando solicitado pelo Presidente da Câmara, para informar ao DETRAN sobre eventuais infrações que venha a cometer;

IV - preencher e assinar o controle de quilometragem do veículo quando da saída e do seu retorno;

V - efetuar o ressarcimento aos cofres públicos, referentes às multas cobradas em consequência de infração de trânsito a que der causa;

VI - efetuar o ressarcimento aos cofres públicos, referente à franquia do seguro do veículo, quando do envolvimento em acidente e restar comprovada a culpa do condutor, após o devido processo legal, respeitado o direito da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º Os veículos oficiais devem ser recolhidos em garagem ou estacionamento apropriados e resguardados de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e das ameaças climáticas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 1º de abril de 2013.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

MAURO MENDES
Vice-Presidente

ARLAN GULIANI
1º Secretário

VILMAR COMASSETTO
2º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1008/2013 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial

LEI Nº 1008/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 21

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2012.
Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: : 20.606.2510.2.009- Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

Modalidade de Aplicação: 335000 - 81

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 72.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2012.
Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 72.000,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 337100 - 9

Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - R\$ 6.500,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 5º será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 317100 - 7

Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - R\$ 6.500,00

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 253/2013

DECRETO Nº253/2013, DE 28 DE MARÇO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder, pelo período de 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. THAISA FIDELIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária semanal 40 h, lotada na Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 254/2013

DECRETO Nº254/2013, DE 28 DE MARÇO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família, à Servidora Municipal, Sra. DAIANE SEGUETTO, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 255/2013

DECRETO Nº255/2013, DE 01 DE ABRIL DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Nomear os membros que constituirão a Comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2013:

Josiane Matos Carneiro - Presidente

Katia Ana Di Domênico - Membro

Kely Cristina Ranzan - Membro

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de analisar as inscrições e documentação dos candidatos, acompanhar a realização das provas, receber o resultado final, analisar as impugnações se houverem e realizar demais deliberações que se fizerem necessárias.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 256/2013

DECRETO Nº256/2013, DE 01 DE ABRIL DE 2013

"DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAL PARA REALIZAR AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Designa as servidoras municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, e a Sra. ANDRÉIA REGINA DI DOMÊNICO, auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, para realizar as inscrições do Processo Seletivo, objeto do Edital nº 003/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Corupá**PREFEITURA****Decreto Nº 574/13**

DECRETO Nº 574/13

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que é de competência do Município de Corupá a realização da Conferência Municipal da Educação.

DECRETA:

Art. 1º - Conferência Municipal de Educação, com instalação pública solene no dia 26 de abril de 2013.

Art. 2º - O tema central da Conferência Municipal de Educação é, " O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração", com base nos seguintes eixos temáticos;

Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos

Educação, trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente

Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem.

Art. 3º - Delegar ao Secretário Municipal de Educação no uso de suas atribuições para:

- Estabelecer a estrutura organizacional da Conferência;
- Indicar pessoal técnico e administrativo para coordenar e executar os trabalhos, que dizem respeito ao êxito da Conferência
- Firmar instrumentos de parcerias com entidades públicas e privadas no sentido de apóia e patrocinar a realização da Conferência.

Art. 4º - Os recursos necessários para a realização da Conferência correrão por conta da Secretaria de Educação e Cultura

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 15 de Março de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Nº 4.950/2013

LEI Nº 4.950/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECONHECER E PAGAR DÉBITOS, ABRE CREDITO E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e pagar débitos junto ao COINCO referente ao pagamento dos serviços da Coleta seletiva realizada no período de 01/12/2012 a 09/01/2013 no valor de R\$ 17.578,60 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais, sessenta centavos).

Art. 2º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.919/2012 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 17.578,60 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais, sessenta centavos) para cobertura das despesas reconhecidas no artigo 1º.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO

339300000.00.123 APLICAÇÃO DIRETA DECOR. OPERAÇÃO DE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES. INT. ORÇAMENTO FISCAL SEG. SOCIAL COM CONS. PÚBLICOS R\$ 17.578,60

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012 no montante de R\$ 17.578,60 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais, sessenta centavos):

ANULAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO

3371000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 17.578,60

Art. 4º. Para cobertura do crédito especial conforme especificações acima, ficam utilizados recursos das anulações de dotações orçamentárias previstas no artigo 2º.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 23 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 4.951/2013

LEI Nº 4.951/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E

ESPORTIVA OGUE CARVALHO - ACOC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Associação Cultural e Esportiva Ogue Carvalho - ACEOC" entidade dedicada à promoção e execução de projetos musicais, culturais e esportivos, enaltecendo a arte e a cultura no município de Curitibanos/SC.

Art. 2º Fica assegurado a "Associação Cultural e Esportiva Ogue Carvalho - ACEOC", todos os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 23 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e tres dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 4.952/2013

LEI Nº 4.952/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSUMIR OS CUSTOS DAS AUTORIZAÇÕES DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR REPRESENTADAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir os custos das Autorizações de Internação Hospitalares - AIH's e efetuar o pagamento para a Fundação Hospitalar de Curitibanos, "Hospital Hélio Anjos Ortiz", com sede na Rua Altino Gonçalves de Farias, 1832, neste município, inscrito na CNPJ sob nº 95.991.113/0001-02, na importância de R\$ 180.309,75 (cento e oitenta mil, trezentos e nove reais e setenta e cinco), referente ao valor das internações que excederam as AIH's - fornecidas pelo Sistema Único de Saúde - SUS conforme planilhas anexas ao presente.

Art. 2º - O valor referido no artigo 1º será repassado a Fundação Hospitalar de Curitibanos, "Hospital Hélio Anjos Ortiz", em seis parcelas mensais, sendo a primeira no dia 10 de julho de 2013 no valor de R\$ 30.309,75 e as demais nos meses subsequentes no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas da execução da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

CARINE TATSCH

Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.953/2013

LEI Nº 4.953/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS - APAE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Educação, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município e que mantém serviços sociais, educacionais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Educação, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais) em nove parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 8.400,00 e as demais no valor de R\$ 4.200,00.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de março de 2013

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Secretário de Educação e Cultura

TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS - APAE

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial, através do Fundo Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo através do Fundo Municipal de Educação, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e

dois mil reais) em nove parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 8.400,00 e as demais no valor de R\$ 4.200,00.

CLÁUSULA TERCEIRA : A APAE obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

§ 1º A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º A APAE ficará responsável ainda por obter e apresentar as certidões negativas necessárias.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.953/2013 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de março de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.953/2013, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 23 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

APAE

Lei Nº 4.954/2013

LEI Nº 4.954/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde autorizado a firmar convênio com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 95.991.113/0001-02, objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento do atendimento do hospital local no ano de 2013.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, repassará à Fundação Hospitalar a importância de R\$ 372.000,00 (Trezentos e setenta e dois mil reais), destinados a auxílio na manutenção do nosocômio, em nove parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 42.000,00 e as demais, mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de

salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

§ 2º - Os valores repassados incorporam, para todos os fins, a cota orçamentária destinada à manutenção da saúde pública.

§ 3º - A Fundação prestará constas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003.

Art. 3º - O presente convênio iniciar-se-á na data da publicação desta lei com término previsto para 10 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado mediante autorização legislativa.

Art. 4º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

CARINE TATSCH

Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE CONVÊNIO 01/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

O MUNICÍPIO DE Curitibanos, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à Rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE Curitibanos, inscrita no CNPJ sob n.º 95.991.113/0001-02, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos estabelecidos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse das verbas pelo Município à Fundação, para manutenção e funcionamento do atendimento ambulatorial/ emergencial do Hospital.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio, o Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde, repassará à Fundação Hospitalar a importância de R\$ 372.000,00 (Trezentos e setenta e dois mil reais), destinados a auxílio na manutenção do nosocômio, em nove parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 42.000,00 e as demais, mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1.º - Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

§ 2.º - Os valores repassados incorporam, para todos os fins, a cota orçamentária destinada à manutenção da saúde pública.

§ 3.º - A Fundação prestará contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003.

CLÁUSULA TERCEIRA: A FUNDAÇÃO deverá determinar a abertura de conta especial em agência oficial bancária para recebimento

dos recursos, encaminhando mensalmente ao MUNICÍPIO a devida e respectiva prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUARTA: O presente convênio terá prazo de nove meses, iniciando-se em 01 de abril de 2013, com término previsto para 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA QUINTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal n.º 4.954/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações aqui previstas, pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da FUNDAÇÃO durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA: O Município, através da Secretaria de Saúde, efetuará o repasse dos recursos até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente convênio.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitibanos, 23 de março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Fundação Hospitalar de Curitibanos

Decreto Nº 4.268/2013

DECRETO Nº 4.268/2013

ESTABELECE NORMAS PARA SOLICITAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e Lei Complementar n. 11/95,

DECRETA

Art. 1º - A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, deverá ser destinada para o financiamento de ações continuadas de assistência que visam o atendimento periódico e sucessivo à família, à criança ao adolescente, a pessoa idosa e à pessoa com deficiência, bem como as relacionadas pelos Programas de Erradicação de Trabalho Infantil, da Juventude e de combate à violência contra crianças e adolescentes.

Art. 2º. Fica vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.

Art. 3º - São condições para obtenção de recursos do FMAS para viabilização de programas, projetos, serviços e benefícios, de acordo com o nível de Proteção Social, por meio de partilha de recursos do FMAS:

- a) Estar à entidade devidamente cadastrada no CMAS;
- b) A entidade somente poderá encaminhar 01 (um) Projeto, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; organizado por níveis de complexidade;
- c) Estar o projeto em conformidade com o presente instrumento;
- d) Obedecer fielmente a legislação que fundamenta a Prestação de Contas e Termos de Convênios;
- e) Serão priorizados projetos que desenvolvam ações continuadas

de assistência;

f) A aprovação do projeto e plano de trabalho não implicará no repasse do valor total solicitado;

g) Após a aprovação dos projetos e planos de trabalho, estes deverão ser readequados, se necessário, de acordo com os valores que serão repassados pelo FMAS;

h) O repasse de recursos financeiros alocados aos Convênios a serem firmados com o Município, será realizado após aprovação pelo CMAS e tramites legais.

Art. 4º. O projeto deverá ser apresentado de acordo com o Modelo de Projeto, em 01 (uma) via, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última, assinada pelo representante legal da entidade.

Parágrafo único: O Modelo de Projeto e do Plano de Trabalho deverão ser solicitados na sede do CMAS.

Art. 5º. Os projetos deverão ser encaminhados e protocolados impreterivelmente até as 14:00 horas do dia 10/04/2013 ao Conselho Municipal de Assistência Social, sito a Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 em Curitiba.

Parágrafo Único: As entidades deverão ater-se ao seguinte cronograma:

10/04/2013 - Entrega do projeto no CMAS

11/04/2013 - Avaliação dos projetos pela Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação

12/04/2013 - 13:30 - Apresentação dos projetos em audiência pública

12/04/2013 - 15:00 Reunião do CMAS para partilha do recurso e exposição das avaliações da equipe técnica da SMASH.

Art. 6º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de março de 2012.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.269/2013

DECRETO Nº 4.269/2013

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.919/2012

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.919/2012,

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3190000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de março ano de dois mil e treze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.270/2013

DECRETO Nº 4.270/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012,

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2058 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%

319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4919/2012, no montante de R\$ 368.210,39 (trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e dez reais, trinta e nove centavos), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 220.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2058 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%

319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 148.210,39

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 368.210,39

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso FUNDEB ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de março de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.271/2013

DECRETO Nº 4.271/2013

ESTABELECE NORMAS PARA SOLICITAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO FUNDO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e Lei n. 2.742/93,

DECRETA

Art. 1º - A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

I- Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II- Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, §2º VI, da Constituição Federal e do art. 260 §2º da Lei nº 8.069/90, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III- Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV- Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V- Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI- Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º. Fica vedada a utilização de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.

Parágrafo único: Além das condições estabelecidas no caput, fica vedada a utilização dos recursos do Fundo do Direito da Criança e Adolescente - FIA para:

I - transferência financeira sem deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento do CMDCA

IV - Financiamento das políticas públicas sociais básicas em caráter continuado e que disponham de fundo específico nos termos definidos pela legislação pertinente.

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 3º - Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, dos projetos apresentados e desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 4º - As organizações governamentais e não governamentais, terão prazo de 28/03/2012 a 10/04/2012 no horário das 13:00 as 17:00 horas, para inscrição dos projetos que deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Declaração de Entidade de Atendimento a Crianças e Adolescentes, inscrita no respectivo conselho municipal;
- b) Certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidões negativas no INNS E FGTS;

Art. 5º- Os representantes das entidades deverão apresentar os projetos em audiência pública no dia 12 de abril de 2013 a partir das 13:00 horas no auditório da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação onde estarão presentes os conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente e a comissão de avaliação.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de março de 2012.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.272/2013

DECRETO Nº 4.272/2013

CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e em conformidade com os termos da Resolução Normativa n. 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades:

DECRETA

Art. 1º. Fica convocada a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba - SC, com data a ser definida pela Comissão Preparatória Municipal.

Art. 2º. A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba, etapa integrante da 5ª Conferência Estadual das Cidades e 5ª Conferência Nacional das Cidades, desenvolverá seus trabalhos a partir do tema: "Quem Muda a Cidade Somos Nós: Reforma Urbana Já!"

Art. 3º. A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba será presidida pela Secretária de Planejamento e Urbanismo que coordenará também a Comissão Preparatória Municipal, responsável pelo seu planejamento, execução e demais atribuições elencadas no Regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 1º A Comissão Preparatória Municipal, deve ser composta por representantes dos segmentos da sociedade civil e do Poder Público, conforme estabelecido no Regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 2º Na ausência ou impedimento da Secretária de Planejamento e Urbanismo o substituirá o Diretor de Engenharia e Arquitetura.

Art. 4º O Regulamento da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba, disporá sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre processo democrático de escolha de delegados que irão representar o município na Conferência Estadual das Cidades.

Art. 5º As despesas com a realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba, ocorrerão por conta dos recursos orçamentários do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

HERCILIO BEPLER
Secretário Municipal Transportes e Obras

Decreto Nº 4.267/2013

DERETO Nº 4.267/2013
RECONHECE E PAGA DÉBITOS, ABRE CREDITO E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 4.850/2013

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e na forma da Lei n. 4.850/2013

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecidos os débitos junto ao COINCO referente ao pagamento dos serviços da Coleta seletiva realizada no período de 01/12/2012 a 09/01/2013 no valor de R\$ 17.578,60 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais, sessenta centavos).

Art. 2º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.919/2012 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 17.578,60 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais, sessenta centavos) para cobertura das despesas reconhecidas no artigo 1º.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
339300000.00.123 APLICAÇÃO DIRETA DECOR. OPERAÇÃO DE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES. INT. ORÇAMENTO FISCAL SEG. SOCIAL COM CONS. PÚBLICOS R\$ 17.578,60

Art. 3º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.950/2013 no montante de R\$ 17.578,60 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais, sessenta centavos):

ANULAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
337100000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 17.578,60

Art. 4º. Para cobertura do crédito especial conforme especificações acima, ficam utilizados recursos das anulações de dotações orçamentárias previstas no artigo 2º.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de março de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial Nº 12/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para Aquisição de Gêneros Alimentícios para Manutenção dos Programas: Cras, Casa de Proteção Infância Juvenil, Creche e 3ª idade, conforme anexo i deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/04/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 19/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Curitiba, 20 de Março de 2013-04-01
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 17/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra

aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DESTINADOS A CURSOS DE CAPACITAÇÃO, PROJETOS, REUNIÕES, GRUPOS DE ESTUDOS, PARA OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/04/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. A partir das 14:00 horas do dia 22/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 22 de março de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Minuta de Edital de Pregão Presencial Nº 61/2013

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PRAÇAS DA CIDADE, SEMÁFAROS E DAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 23/04/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 23/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 26 de março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Minuta Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 18/2013

MINUTA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2013

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL,

com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para A AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL..

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/04/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 23/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 27 de março de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Contrato Nº.: 100/2013

Contrato Nº.: 100/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Valor : 27.622,80 (vinte e sete mil seiscentos e vinte e dois reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 101/2013

Contrato Nº.: 101/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Concord Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 102/2013

Contrato Nº.: 102/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dimaci pr Material Cirúrgico Ltda.

Valor : 51.044,50 (cinquenta e um mil e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 103/2013

Contrato Nº...: 103/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

Valor : 14.532,00 (quatorze mil quinhentos e trinta e dois reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 104/2013

Contrato Nº...: 104/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dimérios Materiais Cirúrgicos Ltda

Valor : 16.195,00 (dezesseis mil cento e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 105/2013

Contrato Nº...: 105/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Distribuidora de medicamentos Londrina EIRELI EPP

Valor : 6.865,00 (seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 106/2013

Contrato Nº...: 106/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MAT. LTDA

EPP

Valor : 2.142,00 (dois mil cento e quarenta e dois reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 107/2013

Contrato Nº...: 107/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Farmácia Preço Bom - Com. Medic. Ltda

Valor : 24.534,50 (vinte e quatro mil quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 108/2013

Contrato Nº...: 108/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : GENÉSIO A MENDES & CIA LTDA

Valor : 6.487,00 (seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 109/2013

Contrato Nº...: 109/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : GRACIOSA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA

Valor : 6.078,34 (seis mil e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 110/2013

Contrato Nº...: 110/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : NUNESFARMA DIST. DE PRO. FARM. LTDA

Valor : 6.156,00 (seis mil cento e cinquenta e seis reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 111/2013

Contrato Nº...: 111/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : PRO-DIET FARMACEUTICA LTDA-Curitiba 0001-40

Valor : 10.032,16 (dez mil e trinta e dois reais e dezesseis centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 112/2013

Contrato Nº...: 112/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Promefarma Representações Comerciais Ltda

Valor : 30.892,40 (trinta mil oitocentos e noventa e dois reais e

quarenta centavos)
Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 113/2013

Contrato Nº.: 113/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
Valor : 22.306,55 (vinte e dois mil trezentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 114/2013

Contrato Nº.: 114/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Sódrgas Distrib. Med. Mat. Médicos Hosp.
Valor : 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais)
Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 115/2013

Contrato Nº.: 115/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda
Valor : 700,00 (setecentos reais)
Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 116/2013

Contrato Nº.: 116/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : NICOSSARINI LABORATÓRIOS LTDA.
Valor : 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 27/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento de Clínica para realização de exames laboratoriais para usuários do SUS cadastrados junto ao Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 28 de Março de 2013

Contrato Nº.: 117/2013

Contrato Nº.: 117/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Felipe de Ananias Fraga
Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Consultas médicas especializadas na área de oftalmologia.

Curitiba, 28 de Março de 2013

Contrato Nº.: 81/2013

Contrato Nº.: 81/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Posto de Combustíveis Real Paraíso Ltda.
Valor : 884,43 (oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos)
Vigência : Início: 01/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2011
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 412082

Objeto : Termo aditivo de acréscimo de valor para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato ao Contrato original nº 5/2013 para aquisição de gasolina para abastecimento da frota.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 82/2013

Contrato Nº.: 82/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Dallarosa Dist. Brindes Ltda.
Valor : 36.975,00 (trinta e seis mil novecentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 01/03/2013 Término: 01/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para implementação de ações preventivas da Vigilância Epidemiológica.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 83/2013

Contrato Nº.: 83/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Jucoskimed Serv. Médicos S/S Ltda.
Valor : 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 06/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Realização de consultas médicas especializadas nas áreas de Anestesiologia e Cirurgia Vascular.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 84/2013

Contrato Nº.: 84/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dourado Serviços Médicos S/S Ltda.
Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência : Início: 06/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Realização de consultas médicas especializadas na Oftalmologi.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 85/2013

Contrato Nº.: 85/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : JOSÉ MARCELO RIBEIRO DE CARVALHO
Valor : 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 11/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Realização de consultas médicas especializadas na Otorrinolaringologi.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 86/2013

Contrato Nº.: 86/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Driussi Serv. Médicos S/S Ltda.
Valor : 70.800,00 (setenta mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 12/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Realização de consultas e procedimentos médicos especializadas na Ortopedi.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 87/2013

Contrato Nº.: 87/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Construtora Edificação Ltda ME
Valor : 77.714,07 (setenta e sete mil setecentos e quatorze reais e sete centavos)
Vigência : Início: 12/03/2013 Término: 22/05/2013
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Conclusão da construção do andar térreo da ampliação na Unidade de Saúde do centro, conforme memoriais descritivos, planilhas de orçamentos globais e plantas em anexo que passam a fazer parte integrante deste edita.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 88/2013

Contrato Nº.: 88/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Dallarosa Dist. Brindes Ltda.
Valor : 15.470,00 (quinze mil quatrocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 18/03/2013 Término: 17/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais informativos/educativos para campanhas de promoção à saúde desenvolvidas pelo Dpto. de Vigilância Epidemiológica.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 89/2013

Contrato Nº.: 89/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : SOLANGE DACOL PELIZZARO
Valor : 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : A realização de procedimentos de exames clínicos de Fonoaudiologia a fim de atender as necessidades da população de Curitiba durante o ano de 2013 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 90/2013

Contrato Nº.: 90/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda
Valor : 18.792,34 (dezoito mil setecentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 20/03/2013 Término: 20/05/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº.: 91/2013

Contrato Nº.: 91/2013
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada : REUNIDAS TURISMO S/A
Valor : 5.500,32 (cinco mil e quinhentos reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 20/03/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2012
Recursos : Dotação:

Objeto : Termo aditivo de acréscimo de valor para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato ao Contrato original nº 12/2013 para aquisição de passagens de serviços de transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros para atender a pacientes conveniados SUS, que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Curitiba.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 92/2013

Contrato Nº...: 92/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : 1000 Medicamentos Distr. Import. Medic. Ltda.

Valor : 9.952,57 (nove mil novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 93/2013

Contrato Nº...: 93/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Valor : 13.794,00 (treze mil setecentos e noventa e quatro reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 94/2013

Contrato Nº...: 94/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 20.361,95 (vinte mil trezentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 95/2013

Contrato Nº...: 95/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Andromeda Distrib. Medicamentos Ltda

Valor : 8.150,95 (oito mil cento e cinquenta reais e noventa e cinco centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 96/2013

Contrato Nº...: 96/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. LTDA

Valor : 16.148,77 (dezesseis mil cento e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 97/2013

Contrato Nº...: 97/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA

Valor : 16.756,15 (dezesseis mil setecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 98/2013

Contrato Nº...: 98/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor : 5.261,00 (cinco mil duzentos e sessenta e um reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Contrato Nº...: 99/2013

Contrato Nº...: 99/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda.

Valor : 14.512,00 (quatorze mil quinhentos e doze reais)

Vigência : Início: 22/03/2013 Término: 22/05/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamento.

Curitiba, 27 de Março de 2013

Ermo**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 018/2013.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2013.

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico Destinado à Execução dos Serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana, Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais no Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo Único destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros

para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais no Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei Estadual nº 13.517/2005.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto periodicidade a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual. Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com a prestadora dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

Parágrafo único. No caso de descumprimento do estabelecido no caput, a prestadora dos serviços fica obrigada a cumprir o Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação, nos termos do art.19, §6º da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de abril de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Lei N° 309, de 28 de Março de 2013.

LEI N° 309, de 28 de março de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como Utilizar Recursos na Promoção de Ações de Apoio e Incentivo à Atividade e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de

tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art. 2º Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de devolução integral em espécie 100% para produtores enquadrados no grupo V do Pronaf, renda bruta superior a 70 mil com teto de renda no enquadramento do Pronaf. Devolução percentual em espécie de 70% para produtores com renda bruta superior a 50 mil, 50 % para produtores com renda bruta superior a 20 mil, e de, 30% para produtores enquadrados no grupo B do Pronaf após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo de fomento a agricultura familiar, para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º O valor utilizado pelos produtores terá um custo (juros) de 0,5 % para os agricultores enquadrados no Pronaf grupo B e de 2,0% (por cento) ao ano (até o teto do apoio).

Art. 5º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais (com autorização do proprietário), mutuários dos programas governamentais como Banco da Terra e PNCF, localizados no Município de Ermo.

Art. 6º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal através da DAP.

Art. 7º Cada produtor terá direito a (30) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Art. 8º Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

Parágrafo primeiro. Os valores estipulados no artigo 7º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

Parágrafo segundo. O valor cobrado corresponderá ao óleo diesel e hora maquina utilizada no serviço.

Art. 9º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo único. O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), Prefeitura Municipal e Epagri.

Art. 10º Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa de desenvolvimento da piscicultura do município.

Art. 11º Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão prioridade na formulação de seus projetos.

Art. 12º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 062, de 01 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 062, de 01 de abril de 2013.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º inciso IV da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MÍRIAM COELHO FERNANDES KUPINSKI em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 01 de abril de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 063, de 01 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 063, de 01 de abril de 2013.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º inciso IV da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ELISÂNGELA MANARIM DE OLIVEIRA em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 01 de abril de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 060, de 01 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº. 060, de 01 de abril de 2013.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001 do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS - que Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;

Considerando que nosso município foi contemplado com o referido Programa e a necessidade de servidor para atuar junto ao mesmo; e

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARISTELA POSSAMAI LEONARDO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Plano Municipal de Saneamento Básico de Ermo

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL**

Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – Edital 005/2009

Plano Municipal de Saneamento Básico de Ermo

Fase IX

Abril de 2013

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**João Raimundo Colombo**

Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL****Paulo Roberto Barreto Bornhausen**

Secretário de Estado

DIRETORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – DSMA**Luiz Antônio Garcia Corrêa**

Diretor

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS**Daniel Casarin Ribeiro**

Coordenador de Projetos Especiais

GERÊNCIA DE DRENAGEM URBANA, ÁGUA E ESGOTO - GEDRA**Thays Saretta Sulzbach**

Gerente de Drenagem Urbana, Água e Esgoto

**COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO
PROJETO**

Bruno Henrique Beilfuss – Engº Florestal

Catusia Gabriel - Bióloga

Cláudio Caneschi – Engº Civil

Cleiton Prestes Guedes – Engº Civil

Daniel Casarin Ribeiro – Engº Agrônomo

Eduardo Sartor Scangarelli - Geólogo

Frederico Gross – Engº Ambiental

Livia Ceretta – Geógrafa

Lúcia Andrea de Oliveira Lobato – Eng^a Agrônoma

Maureen Albina Gonçalves - Pedagoga

Milton Aurélio Uba de Andrade Junior – Engº Ambiental

Robson Ávila Wolff – Engº Sanitarista

Solano Andreis – Engº Agrônomo

Stevens Spagnollo – Engº Sanitarista e Ambiental

Thays Saretta Sulzbach - Bióloga

Victor Speck – Engº Ambiental

EQUIPE TÉCNICA DA CONCREMAT

Coordenador Geral

Celso Silveira Queiroz

Engº. Civil

Coordenadores da Equipe Especializada em Água e Esgoto

Ivanildo de Araújo Calheiros

Engº. Civil e Sanitarista

José Alcure Neto

Engº. Civil

Márcio Junqueira de Oliveira

Engº. Civil

Especialista em Resíduos Sólidos

Antonio Cosme Iazzetti D'Elia

Engº. Civil

Especialista em Drenagem Urbana

Lidiane Souza Gonçalves

Engº. Civil

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

Ediane Rosa - Engº. Sanitarista e Ambiental

Coordenadora Geral

Alexandre José Viveiros da Costa – Engº. Civil

Andressa de Almeida Ferreira – Engº. Sanitarista

Anna Eloisa Leone – Engº. Civil

Deisy Maria Andrade Batista – Engº. Civil

Lívia Maria Ribeiro de Souza – Engº. Civil

Marinela Fonseca da Cruz Galvão – Engº. Sanitarista

Nara Raquel Alves Gocks – Advogada

Paulo Edgard Fiamenghi – Engº. Civil

Regina Megumi Hasegawa Watanabe – Técnico em Obras Hidráulicas

Ricardo Ângelo Dal-Farra – Engº Agrônomo

Vinicius Teixeira Tambara – Engº Civil

Walmor José Prudêncio – Arquiteto e Urbanista

Wilson dos Santos Rocha – Engº. Civil



APRESENTAÇÃO

Saneamento básico é definido como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas, como descreve a Lei Federal nº 11.445/07. Esses serviços são essenciais para que seja possível atingir o bem estar social, ampliando assim a qualidade de vida das pessoas.

Destaca-se que a universalização do saneamento básico foi assumida como um compromisso de toda a sociedade brasileira, conforme a Lei 11.445/2007, que ao mesmo tempo aponta para um importante esforço de reforma institucional que envolve governos, prestadores de serviços, indústrias, agentes financeiros e a sociedade por meio de suas organizações e dos canais de participação. Este esforço se manifesta na busca da prestação de um serviço de melhor qualidade, por meio da reorganização e do fortalecimento institucional das atividades de gestão, planejamento, regulação, fiscalização, prestação de serviços e controle social.

Dentro deste contexto, o presente trabalho, objeto do contrato firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina e a Concremat Engenharia e Tecnologia S.A constitui-se na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB de 18 municípios do Estado de Santa Catarina, conforme previsto na Lei Federal nº. 11.445/07, e em conformidade com o Edital de Chamamento nº. 005/2009, emitido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Os 18 municípios contemplados são: Armazém, Ermo, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Grão - Pará, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Pedras Grandes, Praia Grande, Rio Fortuna, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, São Martinho, Timbé do Sul, Treviso e Treze de Maio.

Objetiva-se através deste trabalho demonstrar formas de planejamento das ações de saneamento com a participação popular, atendendo aos princípios da política nacional de saneamento básico. Seguindo tais preceitos, os Planos Municipais de Saneamento Básico vem sendo desenvolvidos, observando-se nove fases de execução, sendo elas:

FASE I Processo de participação da sociedade na elaboração do plano;



- FASE II Diagnóstico da situação do saneamento e de seus impactos nas condições de vida da população;
- FASE III Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento;
- FASE IV Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;
- FASE V Ações para emergências e contingências;
- FASE VI Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
- FASE VII Elaboração do Sistema de Informações do Plano de Saneamento;
- FASE VIII Elaboração da Versão Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- FASE IX Elaboração da Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico e documento do Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico.

No presente relatório constam os resultados obtidos na Fase VIII, que trata sobre a versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Ermo.



LISTA DE SIGLAS

AGESC: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Santa Catarina

AMUREL: Associação dos Municípios da Região de Laguna

APP: Área de Proteção Permanente

ARIS: Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico

BDI: Bonificação de Despesas Indiretas

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento

CASAN: Companhia Catarinense de Água e Saneamento

CDP: Condicionantes Deficiências e Potencialidades

CEF: Caixa Econômica Federal

DBO: Demanda Bioquímica de Oxigênio

EE: Estação Elevatória

EEAB: Estação Elevatória de Água Bruta

EEAT: Estação Elevatória de Água Tratada

EEE: Estação Elevatória de Esgotos

EPI: Equipamento de Proteção Individual

ETA: Estação de Tratamento de Água

ETE: Estação de Tratamento de Esgoto

GE: Grupo Executivo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP/DI: Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna

IPT/CEMPRE: Instituto de Pesquisas Tecnológicas/Compromisso Empresarial para Reciclagem

IPTU: Imposto Predial Territorial Urbano

ISA: Índice de Salubridade Ambiental

LP: Ligação Predial

MS: Ministério da Saúde

NBR: Norma Brasileira

OGU: Orçamento Geral da União

PM: Prefeitura Municipal

PMSB: Plano Municipal de Saneamento Básico

PNRS: Plano Nacional de Resíduos Sólidos

RH: Região Hidrográfica

RSS: Resíduo de Serviço de Saúde



SAA: Sistema de Abastecimento de Água

SDS: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

SES: Sistema de Esgotamento Sanitário

SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SST: Sólidos Suspensos Totais

VPL: Valor Presente Líquido



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da estrutura administrativa da prefeitura de Ermo.....	19
Figura 2 - Poço de captação 1.....	23
Figura 3 - Poço de captação 2.....	23
Figura 4 - Desenho Esquemático da ETA de Ermo – Sistema Sede	24
Figura 5 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Abastecimento de Água	37
Figura 6 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Esgotamento Sanitário	37
Figura 7 - Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Abastecimento de Água	38
Figura 8 - Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Esgotamento Sanitário	38
Figura 9 - Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro SANTEC	58
Figura 10 - Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro Municipal	58
Figura 11 - Cronograma das Ações para os Serviços de Drenagem Urbana.....	73
Figura 12 - Cronograma da Agenda Institucional – Cenário Exclusivamente Municipal.	90
Figura 13 - Cronograma da Agenda Institucional – Cenário Parcialmente Municipal....	90
Figura 14 - Interface do programa ArcExplorer e apresentação de janela de consulta dos dados sobre Planos e Ações	109



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estimativa da população em 2009.....	20
Tabela 2. Projeção Populacional.....	20
Tabela 3. Dados e Unidades Operacionais Principais dos SAAs Públicos	22
Tabela 4. Cumprimento a Legislação de Outorga de Captação e Licenças Ambientais da ETA dos Sistemas Públicos.....	23
Tabela 5. Índices de Avaliação Operacional.....	25
Tabela 6. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Água e Esgoto	26
Tabela 7. Cenário Normativo para os SAAs Sede.....	27
Tabela 8. Cenários de Demandas para os Serviços de Esgotamento Sanitário	28
Tabela 9. Critérios de cálculo para projeção de demandas para os sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	29
Tabela 10. Demanda Global dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário por Cenário Alternativo	30
Tabela 11. Demandas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	31
Tabela 12. Projeção de Ligações, Extensão de Rede e Número de Fossa-Filtro_Sumidouro para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário ...	32
Tabela 13. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistema Sede	33
Tabela 14. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistemas Individuais	34
Tabela 15. Custos Específicos do Sistema Esgotamento Sanitário.....	41
Tabela 16. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Abastecimento de Água.....	42
Tabela 17. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Esgotamento Sanitário – Cenário de Recursos Onerosos.....	42
Tabela 18. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Esgotamento Sanitário – Cenário de Recursos Não Onerosos	42
Tabela 19. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....	43
Tabela 20. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....	45
Tabela 21. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.....	47
Tabela 22. Diretrizes para a Elaboração do Plano de Racionamento.....	48
Tabela 23. Quantidade de Caminhões Pipa necessários	49



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 24. Tipos de Resíduos produzidos no município de Ermo e respectivos órgãos responsáveis por seu gerenciamento	51
Tabela 25. Empresas Terceirizadas contratadas pela Prefeitura de Ermo	51
Tabela 26. População Atendida x Quantidade de Resíduos Produzido em 2009	51
Tabela 27. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Resíduos Sólidos	53
Tabela 28. Quantidade de Resíduos a Serem Coletados Conforme Meta de Cobertura Estabelecida para o Município (ton/mês)	55
Tabela 29. Intervenções para os Serviços de Resíduos Sólidos	56
Tabela 30. Metas do Cenário Normativo para Resíduos Sólidos.....	57
Tabela 31. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – utilização do aterro sanitário da SANTEC.....	60
Tabela 32. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – disposição final individual ou consorciada	60
Tabela 33. Despesas em coleta e disposição final e depreciação dos equipamentos	61
Tabela 34. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	62
Tabela 35. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	63
Tabela 36. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	64
Tabela 37. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Drenagem Urbana	68
Tabela 38. Intervenções para os Serviços de Drenagem Pluvial.....	69
Tabela 39. Metas do Cenário Normativo de Drenagem Urbana	71
Tabela 40. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais	75
Tabela 41. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	76
Tabela 42. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	77
Tabela 43. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Sistema de Drenagem e suas possíveis causas	79
Tabela 44. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços.....	81
Tabela 45. Programas de Ações Intercetoriais e de Educação Sanitária Ambiental	85
Tabela 46. Programas de Inclusão Social	86
Tabela 47. Organograma de Integração dos Entes Envolvidos	88



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 48. Hierarquização dos Serviços de Saneamento Básico.....	91
Tabela 49. Projeção do Índice de Salubridade Ambiental para 2014, 2019 e 2025 e suas Principais Metas.	94
Tabela 50. Diretos e Deveres dos Usuários dos Serviços de Saneamento Básico.....	97
Tabela 51. Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saneamento Básico	98
Tabela 52. Procedimentos de Avaliações dos indicadores dos Serviços de Saneamento Básico	99
Tabela 53. Alternativas para delegação dos entes responsáveis para realização das ações dos instrumentos	103
Tabela 54. Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico .	104



SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	17
1.1. Aspectos ambientais e socioeconômicos	17
1.2. Aspectos Institucionais e Legais.....	19
1.3. Projeção Populacional.....	19
2. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO ...	22
2.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população	22
2.1.1. Abastecimento de Água	22
2.1.2. Esgotamento Sanitário.....	24
2.1.3. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	26
2.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização..	27
2.2.1. Projeções e Demandas.....	29
2.2.2. Metas.....	33
2.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas	34
2.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira	39
2.4. Ações para Emergências e Contingências	43
2.5. Ações preventivas de contingências.....	43
2.6. Ações de emergência.....	44
2.7. Estabelecimento de diretrizes para os planos de racionamento e aumento de demanda temporária.....	48
2.8. Estabelecimento de regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços.....	49
3. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	51
3.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população	51
3.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	52
3.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização..	53
3.2.1. Projeções e Demandas.....	53
3.2.2. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço	56



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



3.2.3. Metas	56
3.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas	57
3.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira	59
3.4. Ações para Emergências e Contingências	62
3.4.1. Ações preventivas de contingências	62
3.4.2. Ações de emergência	63
3.4.3. Estabelecimento de diretrizes para os planos de aumento de demanda temporária	65
4. SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	66
4.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população	66
4.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	68
4.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização..	69
4.2.1. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço	69
4.2.2. Metas	70
4.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas	72
4.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira	74
4.4. Ações para Emergências e Contingências	76
4.4.1. Ações preventivas de contingências	76
4.4.2. Ações de emergência	76
5. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	80
5.1. Objetivos do Plano para os Serviços	80
5.2. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços	81
6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	84
6.1. Programas Complementares	84
6.2. Ações Institucionais	88
6.3. Hierarquização dos Serviços de Saneamento	91
7. CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SALUBRIDADE AMBIENTAL	92
8. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS	95



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



8.1.	Instrumentos de Controle Social e de Transparência e Divulgação das ações	95
8.2.	Instrumentos de Avaliação	98
8.3.	Diretrizes para os Instrumentos Regulatórios	101
8.4.	Diretrizes para Compatibilização da Avaliação da Eficácia das Ações com os Planos de Bacias Hidrográficas	102
8.5.	Diretrizes para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, compreendendo entre outros o Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico	102
9. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		107
9.1.	SIG dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Ermo	107
9.2.	Planos e ações propostos no Plano de Saneamento abordados no SIG	108



1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A colonização do município teve início na época do povoamento do Vale do Araranguá, entre 1848 e 1880 pelos açorianos e a partir de 1920 pelos italianos.

O nome “Ermo” foi dado pelos imigrantes, que consideravam o local de difícil acesso por causa das matas e das várzeas alagadas. Após duas tentativas frustradas o município de Ermo foi emancipado em 1992. Ermo foi distrito de Turvo desde 1956.

Localizado na região sul do Estado de Santa Catarina na microregião de Araranguá, Ermo possui uma área territorial de aproximadamente 64 km². Os seus limites são: ao norte com Turvo, a leste com Araranguá, ao sul com Sombrio e a oeste com Jacinto Machado.

O município pertence à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá e é filiado à Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina – AMESC. O município de Ermo conta com associações de moradores como: Associação de Moradores da Comunidade de Santana – ASMOS; de Água Branca – ASMOAB; de Vista Alegre – ASMOVISA; de Linha Simão – ASMOLIS; e Associação dos Moradores de Morro do Soares – ASMOMS.

1.1. Aspectos ambientais e socioeconômicos

O município possui as quatro estações bem definidas, sendo janeiro o mês mais quente e julho o mês mais frio. Segundo a conhecida classificação de Köppen - Cfa Ermo se enquadra como Cfa, subtropical mesotérmico úmido, com verões quentes, apresentando uma temperatura média anual de 19 a 20° C.

A precipitação média anual do município é de 1.800 mm, normalmente bem distribuídas durante ao longo do ano.

Ermo está inserido na unidade das Planícies Litorâneas, associados a grandes variações do nível do mar, e da Planície Colúvio-Aluvionar, que corresponde à superfície plana, posiciona-se entre as Planícies Litorâneas e os Patamares da Serra Geral, adentrando pelos vales dissecados.



Em relação aos recursos hídricos, o município de Ermo pertence à Região Hidrográfica do Sul Catarinense - RH 10, formada pelas Bacias Hidrográficas dos rios Araranguá, Urussanga e Mampituba. O município está inserido na bacia do rio Araranguá, os corpos hídricos de maior destaque em Ermo são: Rio Itoupava, Sanga das Águas Brancas, Rio Ermo, Rio Laje, Rio Turvo e Rio Jundiá.

O município de Ermo está inserido na região fitoecológica de Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Pluvial Tropical, local de alimentação, abrigo, reprodução e descanso para diversos grupos da fauna, tais como insetos, anfíbios, aves, mamíferos, entre outros.

Entre a vegetação remanescente destacam-se a canela, peroba, vassourão, maricá, açoita-cavalo, araçá, pitangueira, guabiroba, ingá, ipê-amarelo, garapuvu e coqueiro. A área sob cobertura reflorestada é ocupada com eucaliptos, pinus e palmeira real.

De acordo com o IBGE, em 2000, o município de Ermo possuía 2.057 habitantes, sendo 593 na área urbana e 1.464 na área rural. Os dados demonstram um município tipicamente rural. Em 2007 a população era de 1.843 habitantes.

As escolas em Ermo estão localizadas tanto na área urbana quanto na área rural, oferecendo em 4 escolas municipais o ensino infantil, e em outras 3 escolas também municipais o ensino fundamental (zona urbana e rural). Há uma escola estadual localizada na área urbana que oferece ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, além da educação de jovens e adultos (zona urbana).

O município não possui um programa específico de educação ambiental, mas o assunto é tratado na rede escolar de maneira interdisciplinar. Além disso as escolas tem um calendário com eventos ligados ao dia da água, ao dia da árvore, entre outros.

No centro de Ermo há uma unidade de saúde pública municipal, no centro da cidade, na qual não há atendimento ambulatorial completo.

No município de Ermo ocorre um grande fluxo de trabalhadores que se deslocam para os municípios vizinhos onde mantêm seus empregos e em época de colheita os trabalhadores rurais também são deslocados.

A maior parte das ações sociais junto à comunidade de Ermo é realizada com recursos provenientes da Prefeitura Municipal. O Governo Federal fornece recursos através do Programa Bolsa Família.



1.2. Aspectos Institucionais e Legais

O organograma da estrutura administrativa do poder executivo da prefeitura de Ermo é apresentado na Figura 1.

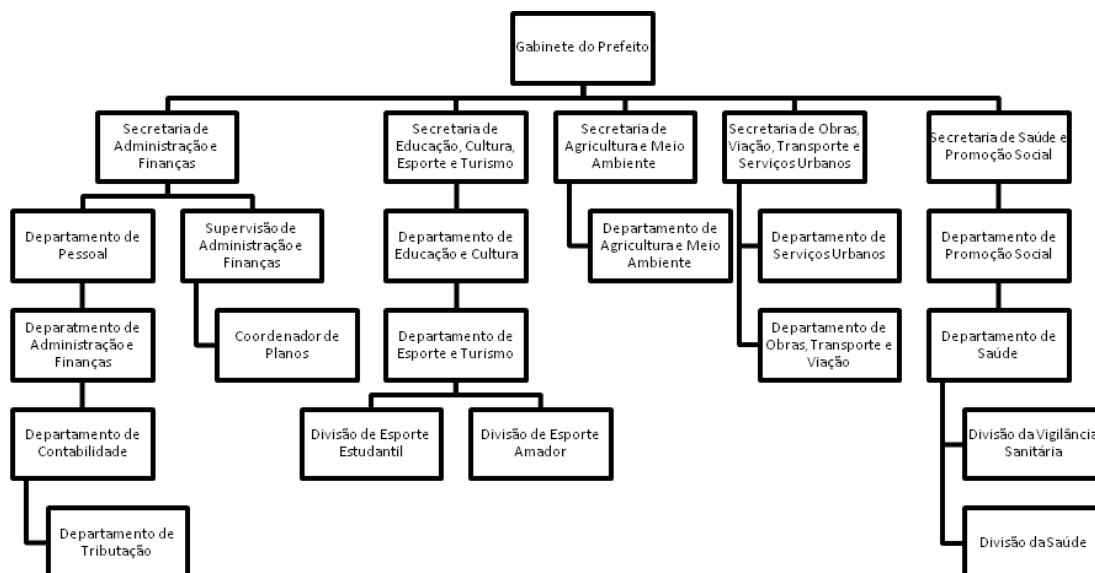


Figura 1 - Organograma da estrutura administrativa da prefeitura de Ermo

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 2, Figura 4.

Com relação aos instrumentos legais, a Fase II – Diagnóstico da Situação do Saneamento e de seus Impactos nas Condições de Vida da População apresenta um levantamento geral da legislação federal e estadual pertinente ao PMSB, assim como da legislação do município de Ermo, que influenciou diretamente na organização dos dados utilizados na elaboração do diagnóstico que norteou a construção do presente PMSB, principalmente no que concerne aos aspectos ambientais. Também relaciona a legislação que tem uma correlação com as regras relativas à administração pública municipal, à base tributária e ao planejamento urbano, todas com a respectiva análise crítica.

1.3. Projeção Populacional

A estimativa da população para o ano de 2009 foi feita com base no estudo demográfico apresentado na Fase II – Diagnóstico da Situação do Saneamento e de seus Impactos nas Condições de Vida da População do presente Plano Municipal de Saneamento Básico. A Tabela 1 apresenta os valores obtidos para a população total, urbana e rural do município.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 1. Estimativa da população em 2009

População		Total	Urbana	Rural
Ano	2009	1.807	540	1.268

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 2, Tabela 2.

O resultado do estudo demográfico apresentado na **Fase II**, Capítulo 3 – Estudo Demográfico, está sintetizado na Tabela 2 e no Gráfico 1, a seguir, com a projeção populacional por ele definida.

Tabela 2. Projeção Populacional

População		Total	Urbana	Rural
Ano	2010	1.790	537	1.253
	2011	1.782	536	1.246
	2012	1.774	536	1.238
	2013	1.766	536	1.230
	2014	1.758	535	1.223
	2015	1.750	535	1.215
	2016	1.748	537	1.211
	2017	1.746	538	1.207
	2018	1.743	539	1.204
	2019	1.741	541	1.200
	2020	1.739	542	1.196
	2021	1.738	544	1.194
	2022	1.737	546	1.191
	2023	1.737	548	1.188
	2024	1.736	550	1.186
	2025	1.735	552	1.183
	2026	1.735	555	1.181
	2027	1.735	557	1.178
	2028	1.735	559	1.176
	2029	1.735	561	1.174
	2030	1.735	563	1.171

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 3, Tabela 10.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

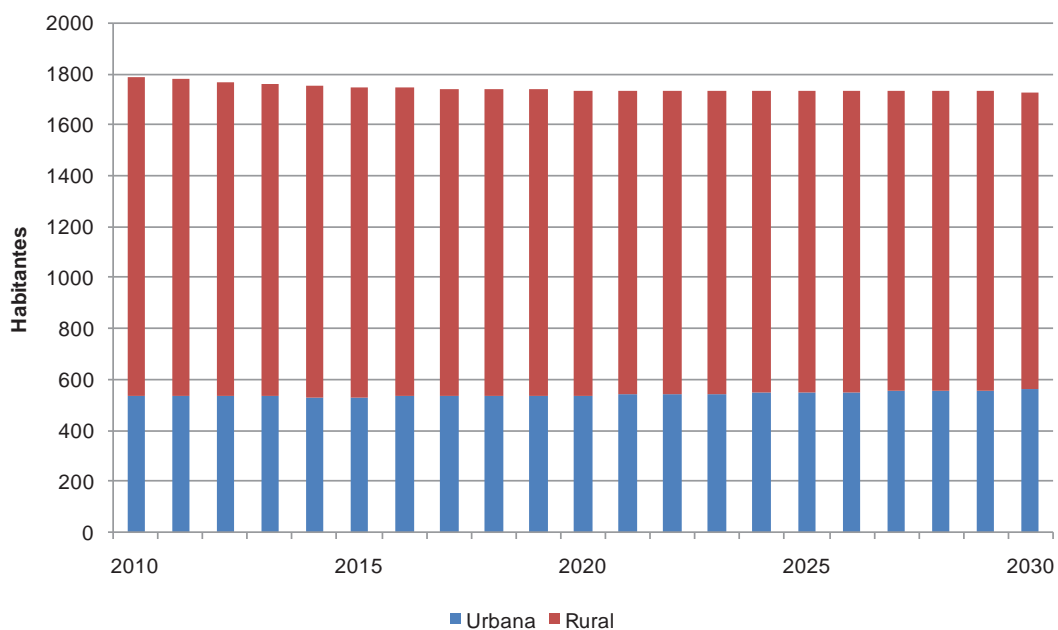


Gráfico 1 - Projeção da População Urbana e Rural do Município



2. SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

2.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população

2.1.1. Abastecimento de Água

A responsabilidade dos serviços públicos de abastecimento de água no município de Ermo é da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, sociedade de economia mista com administração pública.

Os serviços de abastecimento de água na sede urbana do município são operados pela CASAN. As localidades rurais são abastecidas por sistemas individuais.

A avaliação da situação atual do sistemas de abastecimento de água é abordada de forma abrangente na **Fase II**, Capítulo 4 do presente plano. A avaliação compreende em: operacional, do consumo, da qualidade da água distribuída e do prestador de serviços.

A seguir, a Tabela 3 apresenta resumidamente os dados e unidades operacionais principais dos dois sistemas públicos de abastecimento de água.

Tabela 3. Dados e Unidades Operacionais Principais dos SAAs Públicos

Dado e Unidade			SAA Sede
Índice de Atendimento	Urbano	%	94,6
	Rural*	%	6,3
Consumo "Per Capita" Efetiva		l/hab x dia	107
Índice de Perdas Totais		%	37,6
Ligações de água		Un.	193
Economias de água		Un.	206
Rede de distribuição		m	4.743
Manancial		Subterrâneo	2 Poços tubulares profundos
Captação		Subterrâneo	3,0 l/s
ETA	Tipo	Filtros em série com processos de oxidação e clarificação	
	Capacidade	1,2 l/s	
Reservatório		Capacidade	100 m³

Fonte: Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4.

Nota: (*) Este Índice de Atendimento Rural refere-se à população rural do município.

ND = Não Disponível

O cumprimento a legislação de outorga de captação e licenças ambientais da ETA dos sistemas de abastecimento público estão apresentados na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4. Cumprimento a Legislação de Outorga de Captação e Licenças Ambientais da ETA dos Sistemas Públicos

Legislação		Sistema Sede
Licença Ambiental da ETA	Existência	Não
Outorga de Captação	Existência	Não
	Q outorgada	-

Fonte: Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4.

2.1.1.1. Sistema de Abastecimento Sede

O município de Ermo, além da sede urbana, possui diversos núcleos habitacionais na área rural, distribuídos em pontos isolados do município. O abastecimento urbano é operado pela CASAN. As localidades rurais são abastecidas por sistemas individuais, poços residenciais, ou por pequenos sistemas coletivos operados pela Prefeitura Municipal.

A captação do sistema sede é realizada em um manancial subterrâneo. A água bruta é captada através de 2 poços ativos tubulares profundos. Nas Figuras 2 e 3, a seguir, mostra os poços de captação.



Figura 2 - Poço de captação 1



Figura 3 - Poço de captação 2

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Figuras 6 e 7.

A estação de recalque de água bruta possui duas bombas submersas instaladas (sendo uma em cada um dos 2 poços) com uma média de funcionamento de 8 a 10 horas diárias. A adutora de recalque de água bruta é em PEAD, com 40 metros de extensão e 63 mm de diâmetro.

O tratamento é através de filtros em série de areia e carvão com processos de oxidação e clarificação para a remoção de ferro e manganês, presentes na água captada. A seguir na Figura 4 apresenta-se um desenho esquemático do tratamento realizado no município.

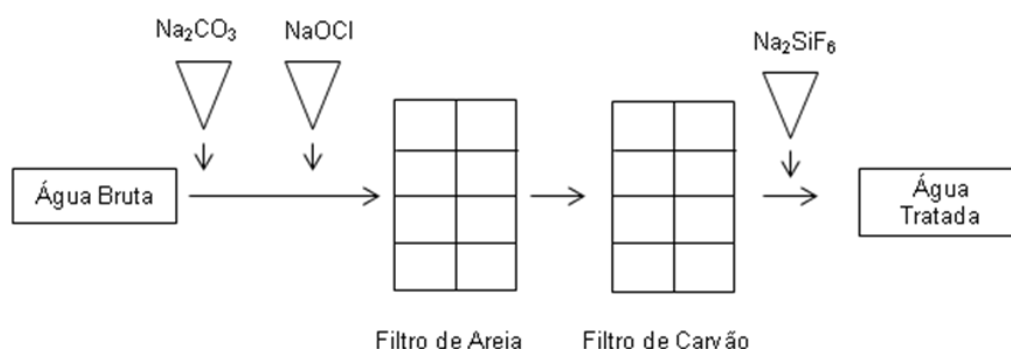


Figura 4 - Desenho Esquemático da ETA de Ermo – Sistema Sede

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Figura 10.

A estação de recalque de água tratada possui dois conjuntos motobomba, sendo um de reserva, com vazão de 2,75 l/s e com potência de 1,5 cv, que leva a água tratada até o reservatório elevado. A adutora de água tratada tem extensão de 16 metros em tubos de FºFº com diâmetro de 50 milímetros.

O reservatório de distribuição é de montante, elevado e construído em concreto armado com 100 m³ de capacidade.

2.1.2. Esgotamento Sanitário

De acordo com o Convênio de Cooperação para Gestão Associada nº 386/09, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN também é responsável pelos serviços de esgotos, entretanto, este serviço ainda não é realizado de fato.

O município de Ermo não possui sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário.



O Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) é predominantemente caracterizado pela utilização de soluções individuais através de fossas sépticas e filtros anaeróbios. Tanto as fossas, quanto os filtros são associados a sumidouros.

Em alguns casos, as residências não são atendidas pelos dispositivos individuais e são lançados in natura na rede pluvial e córregos, contaminando assim os recursos hídricos existentes na região. Os principais corpos d'água atingidos pela contaminação de esgotos são os Rios Ermo e Taquaruçú.

A Tabela 5 abaixo consolida os índices de avaliação operacional dos serviços de esgotamento sanitário apresentados na Fase II.

Tabela 5. Índices de Avaliação Operacional

Índice	Unidade	Valor
Lançamento em corpos d'água ou galerias pluviais	nº de domicílios rurais	92
	%	11
Atendimento rural por fossa ou filtro	%	88
Frequência de limpeza das unidades de tratamento	vezes por ano	-

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 49

Não há um programa de limpeza sistemática do lodo acumulado nas fossas e/ou controle por parte da Prefeitura para a realização deste serviço.

A formação geológica do município de Ermo é caracterizada por depósitos sedimentares inconsolidados, compostos por camadas argilosas entre sedimentos arenosos compondo um solo, de acordo com a avaliação da capacidade de absorção dos solos, com permeabilidade baixa.

As fossas sépticas apresentam baixa eficiência na remoção de $DBO_{5,20}$ e SST, produzindo um efluente de qualidade razoável, que de preferência deve ser encaminhado a um pós-tratamento complementar para a remoção da matéria orgânica dissolvida. O lodo depositado no fundo deve ser periodicamente removido para que não haja perda de eficiência.

Com relação aos efluentes dos filtros anaeróbios, apesar de apresentarem baixa concentração de matéria orgânica e aspecto clarificado, são ricos em sais minerais, com grande quantidade de microorganismos patogênicos.

Assim sendo, a existência de fossas e/ou filtros na maioria das residências não é suficiente para a melhoria das condições de salubridade da região, ressaltando-se a importância de um monitoramento constante por meio de um programa de limpeza e manutenção sistemática das unidades de esgotamento individuais, com a finalidade de diminuir a contaminação do solo e dos cursos d'água.



Há também a necessidade de ser feito, regularmente, uma fiscalização nas edificações e empreendimentos existentes no município para impedir o lançamento de dejetos de animais, efluentes de culturas e efluentes sanitários de edificações (mesmo os oriundos de fossas e filtros) nas galerias de águas pluviais ou diretamente nos córregos e rios da região.

As soluções individuais ainda são formas viáveis de esgotamento sanitário, sobretudo em zonas rurais ou residências isoladas. No entanto, à medida que as comunidades e a concentração demográfica tornam-se maiores, as soluções individuais para remoção e destino do esgoto doméstico devem dar lugar às soluções de caráter coletivo, denominadas sistemas de esgotos.

2.1.3. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Os elementos resultantes do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico, sejam estes problemas ou fatos, foram classificados em condicionantes, deficiências e/ou potencialidades, atribuindo a cada um deles uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Essas três categorias podem ser superpostas, resultando em 7 formas possíveis de classificação, sendo elas, CDP, CD, CP, DP, apenas D, apenas P e apenas C, que permitem a identificação das áreas prioritárias para a ação municipal.

A Tabela 6 apresenta as áreas prioritárias de ação municipal definidas após a classificação de cada elemento nos segmentos do saneamento básico.

Tabela 6. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Água e Esgoto

Setor	Elemento	Classificação	Prioridade
Abastecimento de Água	Captação	CDP	1ª
	Estação de Tratamento de Água	CDP	1ª
	Rede de Distribuição	CDP	1ª
	Manancial subterrâneo	CD	2ª
	Adutora de Recalque de Água Bruta	CD	2ª
	Adutora de Recalque de Água Tratada	CD	2ª
	Sistemas Rurais	CD	2ª
	Estação de Recalque de Água Bruta	CP	3ª
	Estação de Recalque de Água Tratada	CP	3ª
	Reservatório	CP	3ª
Esgotamento Sanitário	Plano Diretor Municipal	CP	3ª
	Sistema de Tratamento Individual (Fossa Séptica / Filtro Anaeróbio)	CDP	1ª
	Sistema de Esgotamento Sanitário	CDP	1ª
	Contrato de Concessão	CD	2ª
	Plano Diretor Municipal	CP	3ª

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 5, Tabela 87.



2.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização

A formulação das alternativas físicas dos sistemas para atendimento das demandas e necessidades dos serviços de saneamento básico deve se originar da avaliação de distintos cenários.

Nesse contexto, foram desenvolvidos até três cenários de demanda para cada serviço, sendo eles, o atual, em que foram mantidas a situação e/ou os índices diagnosticados no horizonte de planejamento, o de universalização dos serviços e um intermediário às duas situações, denominado de básico.

As alternativas das intervenções físicas nos sistemas que compatibilizem as necessidades diagnosticadas com a disponibilidade de serviços devem considerar, em cada momento de planejamento, um efetivo balanço entre a oferta e demanda.

As premissas da demanda em cenários evolutivos são abordadas no Capítulo 3 da **Fase III** – Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, e a oferta, que se traduz pela capacidade instalada, está descrita e avaliada no relatório da **Fase II**.

Serão apresentadas as intervenções físicas e as metas para o cenário de universalização dos serviços de saneamento básico, estabelecido como cenário normativo, conforme preconizado pela Lei Federal 11.445/2007 e da Lei Estadual 13.517/2005. A Tabela 7 apresenta a composição do cenário de Universalização de demanda para o SAA Sede.

A população não atendida pelo SAA o acesso à água se dá através de sistemas individuais com situação atual considerada igual a 100% de abastecimento.

Tabela 7. Cenário Normativo para os SAAs Sede

Parâmetro		Cenário Normativo
		SAA Sede
Índice de Atendimento	Sistema	100% em 2030
Índice de Consumo Per Capita		120 l/hab. x dia a partir de 2020
Índice de Perdas		25 % em 2030

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3, Tabela 9.

A linha de tendência de cobertura para o SAA Sede e para o município de Ermo considerando o cenário normativo é apresenta no Gráfico 2 a seguir.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

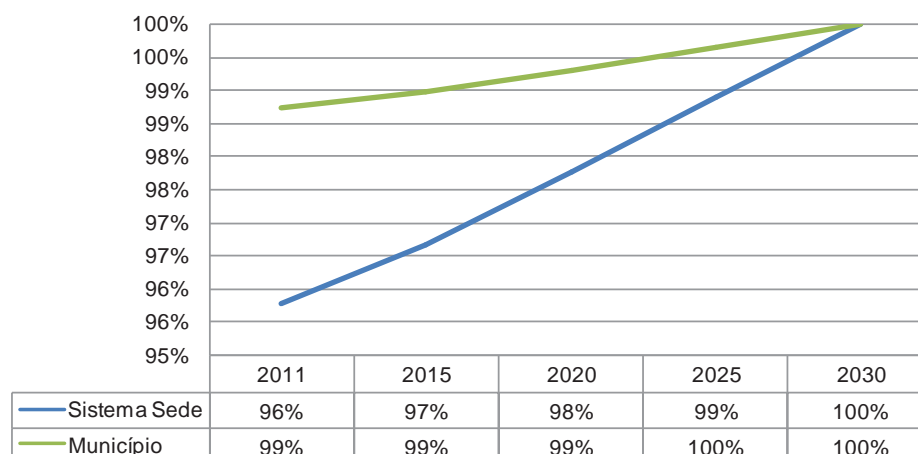


Gráfico 2 - Curva de Tendência do Índice de Cobertura dos Serviços de Abastecimento de Água para o Cenário Normativo de Demanda

Para os serviços de esgotamento sanitário, a escolha do cenário normativo foi baseada também na densidade populacional e existência de abastecimento de água no local. Sendo assim, o cenário normativo mais adequado para áreas urbanizadas, como a sede do município, é o de universalização, e para áreas rurais de um modo geral é o cenário atual. A Tabela 8 apresenta a composição dos cenários normativos para os sistemas de esgotamento sanitário.

Tabela 8. Cenários de Demandas para os Serviços de Esgotamento Sanitário

Parâmetro	Cenário Normativo	
	Atual	Universalização
	Áreas Rurais	Sede
Índice de Atendimento por Fossa/Filtro	100% em 2030	0%
Índice de Coleta	0%	100% em 2030
Índice de Tratamento	100% em 2030	100% do esgoto coletado

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3, Tabela 20.

Nesse caso, vale ressaltar que para o cenário atual se faz necessário adequar aqueles sistemas compostos por fossa-sumidouro ou filtro-sumidouro ao Código Estadual do Meio Ambiente por meio de tratamento complementar, modificando-os para fossa-filtro-sumidouro.

A linha de tendência de cobertura para o serviço de esgotamento sanitário em relação ao cenário normativo de demanda é apresentada no Gráfico 3 a seguir.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

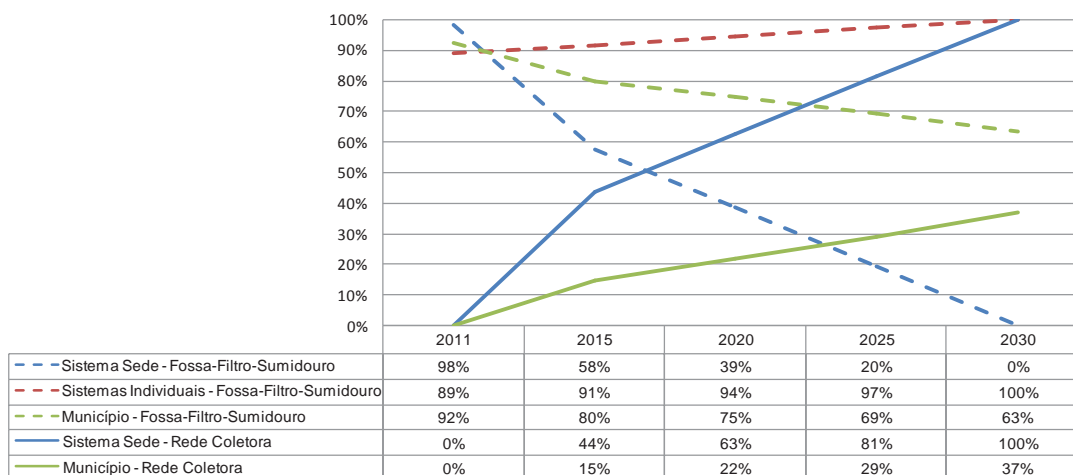


Gráfico 3 - Curva de Tendência do Índice de Cobertura dos Serviços de Esgotamento Sanitário para o Cenário Normativo de Demanda

2.2.1. Projeções e Demandas

Os critérios de cálculo utilizados para projetar as demandas necessárias para o abastecimento de água e esgotamento sanitário foram definidos na **Fase III** e apresentadas resumidamente na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Critérios de cálculo para projeção de demandas para os sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Critérios de Cálculo	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário
	Os percentuais de cobertura a serem perseguidos.	Coefficiente de retorno: $C = 0,80$, conforme admite a NBR 9649/1986.
	A respectiva população a atender nos termos da projeção estudada.	Número de ligações: estimado através da população a ser coletada dividida média de habitantes por ligação de água do SAA.
	Os parâmetros de consumo, metas de perdas e quantidade de consumo per capita.	Extensão de rede: estimada pelo número de ligações vezes a relação extensão de rede de distribuição por ligação de água do SAA.
	A demanda média, em m^3 ao dia.	Taxa de infiltração = adotado $0,05 \text{ l/s.km}$ de acordo com os estudos geológicos e características do município.
	O coeficiente de majoração para os dias de maior consumo: adoção de coeficiente de 20% a mais para os dias mais quentes no ano (pico do consumo diário).	Carga Orgânica: adotado $54 \text{ g DBO} \times \text{hab.} \times \text{dia}$.

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.

As demandas globais para os serviços de água e esgoto considerando os três cenários propostos no presente Plano Municipal de Saneamento Básico são apresentadas na Tabela 10.



Tabela 10. Demanda Global dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário por Cenário Alternativo

Ano	População Total	Cenário					
		Atual		Básico		Universalização	
		Água (m³/dia)	Esgoto (m³/dia)	Água (m³/dia)	Esgoto (m³/dia)	Água (m³/dia)	Esgoto (m³/dia)
2011	1.782	241	166	241	164	242	164
2012	1.774	240	166	240	164	241	164
2013	1.766	239	166	239	164	241	164
2014	1.758	238	165	238	164	240	164
2015	1.750	237	165	237	164	239	164
2016	1.748	237	166	237	164	239	164
2017	1.745	236	166	237	164	239	164
2018	1.743	236	166	237	165	240	165
2019	1.741	236	167	237	165	240	165
2020	1.738	236	167	236	166	240	166
2021	1.738	236	167	236	166	239	166
2022	1.737	236	167	236	166	238	166
2023	1.736	236	167	236	166	238	166
2024	1.736	236	167	236	166	237	166
2025	1.735	236	167	236	166	236	166
2026	1.736	236	167	237	166	236	166
2027	1.735	236	167	237	166	235	166
2028	1.735	236	167	237	166	235	166
2029	1.735	236	167	237	166	234	166
2030	1.734	236	166	237	166	234	166

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.

As demandas para os sistemas de água e esgoto e o total municipal considerando o cenário normativo estão apresentados na Tabela 11. A Tabela 12 apresenta as projeções de ligações, extensão de rede para os sistemas de água e esgoto e nº de fossa-filtro-sumidoro, além da totalização para o município considerando o cenário normativo para cada serviço conforme Tabelas 7 e 8.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 11. Demandas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ano	Demanda Média de Água (m³/dia)			Vazão de Esgoto (m³/dia)							
				Gerada			Coletada		Tratada		
	Sistema		Total	Sistema		Total	Sistema		Sistema		Total
	Sede	Individual		Sede	Individual		Sede	Total	Sede	Individual	
2011	102	140	242	52	112	164	0	0	0	112	112
2012	102	139	241	53	111	164	0	0	0	111	111
2013	103	138	241	53	110	164	0	0	0	110	110
2014	103	137	240	54	110	164	21	21	21	110	131
2015	103	136	239	54	109	164	24	24	24	109	133
2016	103	136	239	55	109	164	26	26	26	109	135
2017	104	136	239	56	108	164	29	29	29	108	137
2018	104	135	240	57	108	165	31	31	31	108	139
2019	105	135	240	57	108	165	34	34	34	108	142
2020	105	134	240	58	108	166	36	36	36	108	144
2021	105	134	239	58	107	166	39	39	39	107	146
2022	105	134	238	59	107	166	41	41	41	107	148
2023	104	133	238	59	107	166	44	44	44	107	150
2024	104	133	237	59	107	166	46	46	46	107	153
2025	104	133	236	60	106	166	49	49	49	106	155
2026	103	133	236	60	106	166	51	51	51	106	157
2027	103	132	235	60	106	166	54	54	54	106	159
2028	103	132	235	61	106	166	56	56	56	106	162
2029	102	132	234	61	106	166	59	59	59	106	164
2030	102	132	234	61	105	166	61	61	61	105	166

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 12. Projeção de Ligações, Extensão de Rede e Número de Fossa-Filtro_Sumidouro para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ano	Ligações (unidade)				Nº de Fossa-Filtro-Sumidouro (unidade)		Extensão de Rede (m)			
	Água		Esgoto				Água		Esgoto	
	Sistema	Total	Sistema	Total	Sistema	Total	Sistema	Total	Sistema	Total
	Sede		Sede		Individual		Sede		Sede	
2011	194	194	0	0	381	381	4.768	4.768	0	0
2012	194	194	0	0	378	378	4.768	4.768	0	0
2013	194	194	0	0	376	376	4.768	4.768	0	0
2014	194	194	77	77	374	374	4.768	4.768	1.892	1.892
2015	194	194	85	85	371	371	4.768	4.768	2.089	2.089
2016	195	195	93	93	370	370	4.792	4.792	2.285	2.285
2017	196	196	100	100	369	369	4.817	4.817	2.458	2.458
2018	196	196	108	108	368	368	4.817	4.817	2.654	2.654
2019	197	197	116	116	367	367	4.841	4.841	2.851	2.851
2020	198	198	124	124	366	366	4.866	4.866	3.047	3.047
2021	199	199	131	131	365	365	4.890	4.890	3.219	3.219
2022	200	200	140	140	364	364	4.915	4.915	3.441	3.441
2023	201	201	148	148	363	363	4.940	4.940	3.637	3.637
2024	202	202	156	156	362	362	4.964	4.964	3.834	3.834
2025	203	203	165	165	362	362	4.989	4.989	4.055	4.055
2026	204	204	174	174	361	361	5.013	5.013	4.276	4.276
2027	205	205	182	182	360	360	5.038	5.038	4.473	4.473
2028	206	206	191	191	360	360	5.062	5.062	4.694	4.694
2029	207	207	200	200	359	359	5.087	5.087	4.915	4.915
2030	208	208	208	208	358	358	5.112	5.112	5.112	5.112

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3.



2.2.2. Metas

O PMSB terá como marco inicial o ano de 2011, com o planejamento se estendendo até o ano de 2030 e tendo os marcos intermediários de 2013 (metas imediatas), 2018 (curto prazo), 2024 (médio prazo). A vigência do Plano se dará após a sua publicação mediante legislação municipal.

As metas contratuais para os sistemas de abastecimento de água, Sede e Individuais, considerando o cenário normativo compondo o objeto, indicador e prazo para consecução (ano-meta) dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são apresentadas a seguir nas Tabelas 13 e 14 para cada sistema acima descrito, respectivamente.

Tabela 13. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistema Sede

Objeto		2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas					
Cobertura de Rede de Água	Sistema Sede	96%	97%	99%	100%
Cobertura de Rede de Esgoto	Sistema Sede	0%	55%	78%	100%
Quantidade mínima					
Quantidade Ofertada de Água	Sistema Sede	100%	100%	100%	100%
Tratamento					
Índice de Tratamento de Água	Sistema Sede	100%	100%	100%	100%
Índice de Tratamento de Esgoto	Sistema Sede	0%	100%	100%	100%
Metas Qualitativas					
Qualidade dos planos e projetos					
Educação Ambiental		30%	50%	70%	100%
Gestão adequada para o Sistema de Abastecimento de Água		100%	100%	100%	100%
Gestão adequada para o Sistema de Esgotamento Sanitário		0%	100%	100%	100%
Qualidade dos produtos					
Qualidade da Água Distribuída	Sistema Sede	100%	100%	100%	100%
Qualidade do Efluente de Esgoto	Sistema Sede	0%	100%	100%	100%
Metas Qualitativas					
Qualidade do abastecimento					
Continuidade do Abastecimento	Sistema Sede	10%	5%	0%	0%
Regularidade do Abastecimento	Sistema Sede	100%	100%	100%	100%
Qualidade do atendimento ao usuário					
Prazo de solicitação de serviço		90%	100%	100%	100%
Índice de reclamações gerais		10%	5%	0%	0%
Índice (pesquisa) de satisfação		90%	100%	100%	100%
Metas de eficiência operacional					
Medição do serviço					
Índice de Perdas de Água	Sistema Sede	35%	32%	29%	25%
Índice de Hidrometração	Sistema Sede	100%	100%	100%	100%
Índice de Macromedicação de Água	Sistema Sede	80%	90%	100%	100%
Índice de Macromedicação de Esgoto	Sistema Sede	0%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 47.



Tabela 14. Metas do Cenário Normativo para os Serviços de Água e Esgoto – Sistemas Individuais

Objeto		2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas					
Cobertura de Rede de Água	Sistemas Individuais	100%	100%	100%	100%
Cobertura por Fossa	Sistemas Individuais	90%	93%	97%	100%
Tratamento					
Índice de Tratamento de Esgoto	Sistemas Individuais	90%	93%	97%	100%
Metas Qualitativas					
Qualidade dos produtos					
Qualidade da Água Distribuída	Sistemas Individuais	100%	100%	100%	100%
Qualidade do Efluente de Esgoto	Sistemas Individuais	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 47.

2.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas

Os programas de eficiência que promoverão a meta de Quantidade e Qualidade da Água Ofertada são resumidos a seguir:

- Programa, Projetos e Ações de Redução de Perdas: de caráter permanente em todo o PMSB, e se divide em duas fases:
 - Ações imediatas: são ações a cargo do prestador, de fácil execução e retorno de resultados entre as quais: a) detecção de fraudes nas ligações; b) atualização do cadastro comercial (de usuários); c) substituição dos hidrômetros mais precários e obsoletos; d) pesquisa de vazamentos não visíveis; e) modernização da macro-medição da produção como instrumento necessário para conhecimento das perdas e seu controle;
 - Ações do Plano de médio e longo prazo: ações a cargo do prestador, uma de execução mais simples, como: a) substituição programada de hidrômetros, como rotina operacional permanente; e outras de execução mais complexa, como b) substituição de redes obsoletas e que apresentam maior índice de vazamentos; c) e por fim a de maior complexidade que é a setorização da rede e implantação de macro-medidores por setor.



- Programa de Uso Racional de Água: de caráter permanente em todo o PMSB, e se divide em duas fases:
 - Ações imediatas: são ações educativas a cargo do prestador com apoio do município e participação da população usuária, com medidas de conscientização sobre desperdícios;
 - Ações do Plano de médio e longo prazo: ações em conjunto do prestador, Prefeitura e comunidade usuária para incentivo e financiamento de peças hidráulicas prediais poupadoras (baixo consumo de água).
- Programa de Eficiência Energética: ações a estão a cargo do prestador como meta de médio prazo. Trata-se de revisão de todo sistema de alimentação de energia e principalmente modernização dos equipamentos de bombeamento, usando inversores de frequência e outros instrumentos de racionalização energética.
- Programa de Qualidade de Água: atividade permanentemente preventiva com atuação no âmbito da vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, para a promoção da saúde. O Programa se dividirá em três fases:
 - Análise permanente e sistemática da informação sobre a qualidade da água para confirmar se o manancial, o tratamento e a distribuição atendem aos objetivos e regulamentos estabelecidos na legislação vigente;
 - Avaliação sistemática das diversas modalidades de fornecimento de água às populações, seja coletiva ou individual, de forma a verificar o grau de risco representado à saúde pública em função do manancial abastecedor, adequabilidade do tratamento e questões de ordem operacional;
 - Análise da evolução da qualidade física, química e microbiológica e sua correlação com as enfermidades relacionadas com a qualidade da água em todo o sistema de abastecimento de água, a fim de determinar o impacto na saúde dos consumidores.



O conjunto das ações relacionadas as intervenções a serem levadas a efeito pelo responsável dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o sistema público Sede e os sistemas individuais, seguem através de cronogramas apresentados nas Figuras 5 a 8, respectivamente.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Meta	Medida	Ação	Período da ação							
			Imediato			Curto	Médio	Longo		
			2011	2012	2013	2014 - 2018	2019 - 2024	2025 - 2030		
Quantidade e qualidade da água ofertada	Não Estrutural	Obtenção da Outorga de Captação de Água Bruta								
		Obtenção das Licenças Ambientais da ETA								
	Melhorias Operacionais	Adequação para a disposição do lodo gerado no processo de lavagem dos filtros								
Universalização	Não Estrutural	Monitoramento permanente dos parâmetros da Portaria 518 e ações visando manter a conformidade dos mesmos								
		Implantação de Ligações de Água				1 unidade	2 unidades	6 unidades	6 unidades	
	Estrutural	Ampliação da rede de distribuição				25 m	49 m	147 m	148 m	
Eficiência dos serviços	Melhorias Operacionais	Deteção de fraudes no conjunto de ligações existentes								
		Pesquisa de vazamentos não visíveis em toda rede								
		Substituição de hidrômetros								
		Atualização do cadastro comercial (usuários)								
		Atualização do cadastro técnico (unidades do sistema)								
		Sistema de indicadores de desempenho								
		Automação e controle operacional a distância								
Qualidade do atendimento ao usuário		Instalação de equipamentos para racionalização energética								
		Regulamento incluindo as regras, prazos para atendimento das solicitações diretos e deveres de usuários e prestador								
		Montagem do sistema de registro de solicitações e reclamações e de indicadores de qualidade do atendimento								
		Realização a cada 2 anos de pesquisa de satisfação								
		Manutenção do registro permanente de atendimento ao público e do sistema indicadores de qualidade do atendimento								

Figura 5 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Abastecimento de Água

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 3.

Meta	Medida	Ação	Período da ação								
			Imediato			Curto		Médio		Longo	
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024		2025 - 2030	
Universalização	Não Estrutural	Elaboração do Plano Diretor Municipal, definindo estratégias para os serviços de esgotamento sanitário									
		Definição do Prestador de Serviços de Esgotamento Sanitário									
	Estrutural	Implantação de rede coletora de esgoto				2.654 m		1.180 m		1.278 m	
		Implantação de Ligações de Esgoto				108 unidades		48 unidades		52 unidades	
		Implantação de sistema tratamento de esgotos				0,7 l/s					
	Não Estrutural	Obtenção das Licenças Ambientais da ETE									
Quantidade e qualidade do tratamento de esgotos		Monitoramento do efluente tratado de esgotos em conformidade com os padrões legais de lançamento									
		Ações para garantia do volume tratado de esgotos e em conformidade com os padrões legais de lançamento									
Eficiência dos serviços	Melhorias Operacionais	Ações educativas e de incentivo à adesão aos serviços									
		Pesquisa de lançamentos indevidos, tanto de esgoto na rede pluvial quanto de águas pluviais na rede de esgotos									
		Formatação do cadastro técnico (unidades do sistema)									
		Sistema de indicadores de desempenho									
		Automação e controle operacional a distância									
		Instalação de equipamentos para racionalização energética									
		Adequação do regulamento para o serviço de esgoto									
Qualidade do atendimento ao usuário		Realização a cada 2 anos de pesquisa de satisfação									
		Adequação do sistema de registro de atendimento									
		Manutenção do registro permanente do atendimento ao público e do sistema indicadores de qualidade e satisfação									

Figura 6 - Cronograma das Ações para o Sistema Sede de Esgotamento Sanitário

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 4.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Meta	Medida	Ação	Período da ação							
			Imediato			Curto	Médio		Longo	
			2011	2012	2013	2014 - 2018	2019 - 2024		2025 - 2030	
Quantidade e qualidade da água ofertada	Não Estrutural	Ações para correção dos parâmetros que estão fora de conformidade com a Portaria 516/MS								
		Monitoramento permanente dos parâmetros da Portaria 516 e ações visando manter a conformidade dos mesmos								

Figura 7 - Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Abastecimento de Água

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 3.

Meta	Medida	Ação	Período da ação										
			Imediato			Curto		Médio		Longo			
			2011	2012	2013	2014 - 2018		2019 - 2024		2025 - 2030			
Universalização	Estrutural	Adequação dos sistemas individuais existentes em atendimento à Lei 14.675/09											
		Ampliação dos sistemas individuais											
Quantidade e qualidade do tratamento de esgotos	Melhorias Operacionais	Pesquisa de lançamentos indevidos, tanto de esgoto na rede pluvial quanto de águas pluviais na rede de esgotos											
		Controle sobre as atividades de caminhão limpa-fossa											

Figura 8 - Cronograma das Ações para os Sistemas Individuais de Esgotamento Sanitário

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 4.



2.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira

A determinação dos investimentos necessários para as ações de produção e distribuição de água potável, utilizou-se para elaboração dos custos unitários, os preços constantes na “Tabela de Preços – Obras Civil” da CASAN, com lo-dezembro de 2009.

Todos os serviços estimados estão de acordo com os códigos encontrados na Tabela de Preços e a descrição dos serviços contida nas “Regulamentações de Preços e Critérios de Medição” de cada serviço da CASAN. Estão inclusos nos preços um BDI de 30% e a taxa de inflação de 14,74% a.a., baseada nos anos 2010 e 2011, até o mês de maio, do IGP/DI.

Os custos apresentados se referem a uma obra padrão e não devem ser considerados como preço executivo para licitação, uma vez que não foram consideradas particularidades de projetos para cada serviço, mas alguns enquadramentos gerais.

Os investimentos estimados nos serviços de abastecimrnto de água para o PMSB são referentes às ações propostas para a produção e distribuição de água potável para os sistemas operados pela CASAN, Sede e Gabiroba.

Para as localidades rurais do município, não atendidas pelos SAAs Sede e Gabiroba, foi proposta a continuidade de sistemas individuais para o de abastecimento de água. Para essas regiões, a maior deficiência levantada foi a falta de controle sobre a qualidade da água captada necessitando de ações para a correção e monitoramento permanente dos parâmetros de qualidade em conformidade com a Portaria MS nº 518/2004.

Para esses sistemas, a responsabilidade da fiscalização e controle de qualidade fica a cargo da Vigilância Sanitária Municipal. Pode-se viabilizar o controle de qualidade com arranjos consorciados e a instalação de um laboratório próprio, uma vez que com um fator de escala, número de análises, justificaria os investimentos.

Os indicadores de receita e despesa por economia foram obtidos do SNIS – Sistema Nacional de Informações do Saneamento relativo ao ano de 2008.



Considerando que os recursos financeiros para execução das metas e ações de abastecimento de água poderão vir de recursos próprios (da CASAN ou do Governo Estadual) ou ainda de financiamentos nacionais, a taxa de desconto do empreendimento de 6,25% ao ano corresponde ao valor de financiamento dos órgãos nacionais, com valor médio entre o praticado pela CEF e pelo BNDES.

Quanto ao valor de depreciação, observa-se o seguinte: considerando que haverá continuidade da prestação do serviço de água pela CASAN, todos os custos de serviço de água foram calculados com base no já praticado por este prestador, traduzidos em custo por economia atendida. Isto vale também para depreciação, que teve o valor de R\$21,54 por economia.

Na sequência, a Tabela 16 apresenta o fluxo de caixa projetado para água. O equilíbrio econômico-financeiro constitui requisito essencial aplicável a qualquer regime de prestação de serviços públicos. Nota-se, a partir dos valores indicados na que o fluxo de caixa resultante dos serviços de abastecimento de água se demonstra sustentável econômico – financeiro.

Os investimentos estimados nos serviços de esgotamento sanitário para o PMSB são referentes às ações propostas para a coleta e tratamento dos esgotos gerados do sistema de esgotamento sanitário a ser implantado na Sede municipal.

Para as localidades rurais foram propostas ações para ampliação e adequação (substituição) dos sistemas individuais. O PMSB considera sistemas individuais como sendo fossa-filtro-sumidouro. O custo unitário estimado para a implantação foi de R\$ 3.350,00, sendo que a responsabilidade da execução e manutenção é do morador e a responsabilidade da fiscalização e controle de qualidade fica a cargo da Vigilância Sanitária Municipal.

Para esses sistemas, o controle de qualidade para o atendimento a Lei Estadual 14.675/09 pode-se viabilizar com arranjos consorciados e a instalação de um laboratório próprio, uma vez que com um fator de escala, número de análises, justificaria os investimentos.

Como não existe sistema coletivo de esgotos no município, os indicadores de custo específico por economia foram projetados conforme premissas apresentadas na Tabela 15.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

**Tabela 15. Custos Específicos do Sistema Esgotamento Sanitário**

Pessoal		Energia	Terceiros	Outras
Qtd	R\$/ Mês	R\$/m³	R\$/econ.	R\$/econ.
1 / 500 LP	1.200,0	0,200	14,00	12,50

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 32.

As receitas serão adotadas em função de dois cenários distintos de tarifa dos serviços, conforme apresentado a seguir, onde:

- Cenário 1 - se os investimentos se fizerem a partir de recursos onerosos (financiamento do prestador), quando se fará necessário cobrar 100% da tarifa de água;
- Cenário 2 - se os investimentos se fizerem a partir de recursos não onerosos (fundo perdido obtido pelo município), quando se adotará tarifa de 65% da tarifa de água.

Ainda com base nos referidos cenários, as Tabelas 17 e 18 a seguir, apresentam o fluxo de caixa projetado para esgoto considerando respectivamente, recursos onerosos e não onerosos. O equilíbrio econômico-financeiro resultante apresentado 0 para os serviços de esgotamento sanitário se demonstram insustentáveis econômico – financeiro, indicando a adoção de alternativas para atingir o equilíbrio.

A principal alternativa a ser aplicada no município é a gestão tarifária do serviço propondo modificações nos limites das faixas de consumo, da relação entre os valores das tarifas de cada faixa, bem como das categorias de uso.

É fundamental que se aplique uma fórmula paramétrica de reajuste tarifário, reunindo diversos componentes de variação de preços dos fatores efetivamente representativos do serviço de água e esgoto, protegendo o usuário de atos de alteração tarifária não representativos a realidade do serviço, especialmente no que se refere a ineficiência do prestador.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 16. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Abastecimento de Água

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	1.799.704,30	87.553,18	87.553,18	87.553,18	87.553,18	87.553,18	87.976,14	88.399,11	88.399,11	88.822,07	89.245,03	89.667,99	90.090,96	90.936,88	91.359,84	91.782,80	92.205,77	92.628,73	93.051,69	93.474,65	93.897,62
Receita operacional		82.129,97	82.129,97	82.129,97	82.129,97	82.129,97	82.526,74	82.923,50	82.923,50	83.320,26	83.717,03	84.113,79	84.510,55	85.304,08	85.700,84	86.097,60	86.494,37	86.891,13	87.287,89	87.684,66	88.081,42
Outras receitas		5.423,21	5.423,21	5.423,21	5.423,21	5.423,21	5.449,41	5.475,61	5.475,61	5.501,81	5.528,01	5.554,20	5.580,40	5.632,80	5.659,00	5.685,20	5.711,40	5.737,60	5.763,80	5.790,00	5.816,20
Saída de caixa	1.053.453,24	48.240,27	52.427,77	48.240,27	48.240,27	48.240,27	52.500,01	52.893,86	48.706,36	52.966,10	53.359,95	53.432,19	53.826,04	54.292,13	54.364,37	54.758,22	54.830,46	55.224,31	55.296,55	55.690,40	55.923,44
Despesa de exploração		24.418,43	24.418,43	24.418,43	24.418,43	24.418,43	24.536,40	24.654,36	24.654,36	24.772,32	24.890,29	25.008,25	25.126,21	25.362,14	25.480,10	25.598,07	25.716,03	25.833,99	25.951,96	26.069,92	26.187,89
Depreciação		4.458,76	4.458,76	4.458,76	4.458,76	4.458,76	4.480,30	4.501,84	4.501,84	4.523,38	4.544,92	4.566,46	4.588,00	4.631,08	4.652,62	4.674,16	4.695,70	4.717,24	4.738,78	4.760,32	4.781,86
Investimento em produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em rede/LP		0,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	6.010,00	6.250,00	0,00	6.010,00	6.250,00	6.010,00	6.250,00	6.250,00	6.010,00	6.250,00	6.010,00	6.250,00	6.010,00	6.250,00	6.250,00
Imposto sobre lucro		19.363,08	17.300,58	19.363,08	19.363,08	19.363,08	17.473,32	17.487,66	19.550,16	17.660,40	17.674,74	17.847,48	17.861,82	18.048,91	18.221,65	18.235,99	18.408,73	18.423,07	18.595,81	18.610,16	18.703,70
Saldo de caixa anual	746.251,06	39.312,91	35.125,41	39.312,91	39.312,91	39.312,91	35.476,13	35.505,25	39.692,75	35.855,96	35.885,08	36.235,80	36.264,92	36.644,75	36.995,47	37.024,59	37.375,30	37.404,42	37.755,14	37.784,26	37.974,17
VPL (i=6,25% ao ano)	446.675,98																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 28

Tabela 17. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Esgotamento Sanitário – Cenário de Recursos Onerosos

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	1.082.360,35	0,00	0,00	0,00	34.682,90	38.489,56	41.873,26	45.256,96	48.640,66	52.447,32	55.831,01	59.214,71	63.021,37	66.828,03	70.634,69	74.441,35	78.670,98	82.054,67	86.284,30	90.090,96	93.897,62
Receita operacional		0,00	0,00	0,00	32.534,58	36.105,45	39.279,55	42.453,66	45.627,76	49.198,63	52.372,74	55.546,84	59.117,71	62.888,58	66.259,45	69.830,32	73.797,95	76.972,05	80.939,68	84.510,55	88.081,42
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	2.148,32	2.384,12	2.593,71	2.803,30	3.012,89	3.248,69	3.458,28	3.667,87	3.903,66	4.139,45	4.375,25	4.611,04	4.873,03	5.082,62	5.344,61	5.580,40	5.816,20
Saída de caixa	3.438.073,35	0,00	0,00	0,00	984.828,88	136.184,80	138.494,58	129.936,20	142.937,86	145.081,45	147.101,42	138.241,88	161.441,48	152.772,27	155.012,80	169.176,21	170.304,73	160.411,65	171.745,41	172.343,19	162.058,53
Despesa de exploração		0,00	0,00	0,00	18.141,09	18.547,73	18.934,56	19.325,79	19.721,34	20.151,73	20.551,97	20.937,92	21.352,07	21.767,94	22.185,52	22.604,84	23.052,35	23.448,65	23.899,72	24.326,04	24.754,12
Despesas Fiscais		0,00	0,00	0,00	1.961,32	2.176,58	2.367,93	2.559,28	2.750,63	2.965,90	3.157,24	3.348,59	3.563,86	3.779,13	3.994,39	4.209,66	4.448,84	4.640,19	4.879,38	5.094,64	5.309,91
Depreciação		0,00	0,00	0,00	28.179,63	31.414,06	33.145,66	34.510,51	36.419,47	37.917,39	39.345,78	40.414,75	41.973,32	43.178,78	44.786,46	47.809,48	48.251,32	48.276,37	48.414,09	48.370,28	47.948,07
Investimento em Tratamento		0,00	0,00	0,00	127.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em rede/LP		0,00	0,00	0,00	808.946,84	84.046,42	84.046,42	73.540,62	84.046,42	84.046,42	84.046,42	73.540,62	94.552,23	84.046,42	84.046,42	94.552,23	94.552,23	84.046,42	94.552,23	94.552,23	84.046,42
Imposto sobre lucro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo de caixa anual	-2.355.712,99	0,00	0,00	0,00	-950.145,97	-97.695,24	-96.621,32	-84.679,24	-94.297,21	-92.634,13	-91.270,41	-79.027,17	-98.420,11	-85.944,24	-84.378,11	-94.734,86	-91.633,76	-78.356,97	-85.461,12	-82.252,24	-68.160,92
VPL (i=6,25% ao ano)	-1.530.942,40																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 36.

Tabela 18. Fluxo de Caixa Projetado para os Serviços de Esgotamento Sanitário – Cenário de Recursos Não Onerosos

Ano	TOTAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Entrada de caixa	703.534,23	0,00	0,00	0,00	22.543,89	25.018,22	27.217,62	29.417,02	31.616,43	34.090,76	36.290,16	38.489,56	40.963,89	43.438,22	45.912,55	48.386,88	51.136,13	53.335,54	56.084,79	58.559,12	61.033,45
Receita operacional		0,00	0,00	0,00	21.147,48	23.468,54	25.531,71	27.594,88	29.658,05	31.979,11	34.042,28	36.105,45	38.426,51	40.747,58	43.068,64	45.389,70	47.968,67	50.031,83	52.610,79	54.931,86	57.252,92
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	1.396,41	1.549,68	1.685,91	1.822,15	1.958,38	2.111,65	2.247,88	2.384,12	2.537,38	2.690,65	2.843,91	2.997,17	3.167,47	3.203,70	3.474,00	3.627,26	3.780,53
Saída de caixa	1.103.843,68	0,00	0,00	0,00	47.595,58	51.376,57	53.619,38	55.499,83	57.928,72	59.996,96	61.949,96	63.529,25	65.641,90	67.403,15	69.568,34	73.150,60	74.195,41	74.741,15	75.485,40	76.007,84	76.153,64
Despesa de exploração		0,00	0,00	0,00	18.141,09	18.547,73	18.934,56	19.325,79	19.721,34	20.151,73	20.551,97	20.937,92	21.352,07	21.767,94	22.185,52	22.604,84	23.052,35	23.448,65	23.899,72	24.326,04	24.754,12
Despesas Fiscais		0,00	0,00	0,00	1.274,86	1.414,78	1.539,16	1.663,53	1.787,91	1.927,83	2.052,21	2.176,58	2.316,51	2.456,43	2.596,35	2.736,28	2.891,75	3.016,12	3.171,59	3.311,52	3.451,44
Depreciação		0,00	0,00	0,00	28.179,63	31.414,06	33.145,66	34.510,51	36.419,47	37.917,39	39.345,78	40.414,75	41.973,32	43.178,78	44.786,46	47.809,48	48.251,32	48.276,37	48.414,09	48.370,28	47.948,07
Imposto sobre lucro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo de caixa anual	-400.309,45	0,00	0,00	0,00	-25.051,69	-26.358,35	-26.401,76	-26.082,81	-26.312,29	-25.906,20	-25.659,80	-25.039,69	-24.678,01	-23.964,93	-23.655,79	-24.763,72	-23.059,28	-21.405,62	-19.400,61	-17.448,72	-15.120,19
VPL (i=6,25% ao ano)	-221.446,19																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 37.



2.4. Ações para Emergências e Contingências

O Plano de Emergências e Contingências objetiva estabelecer os procedimentos de atuação assim como identificar a infraestrutura necessária do prestador nas atividades tanto de caráter preventivo quanto corretivo que elevem o grau de segurança e garantam com isto a continuidade operacional dos serviços.

Para tanto o Prestador deve, nas suas atividades de operação e manutenção, utilizar mecanismos locais e corporativos de gestão no sentido de prevenir ocorrências indesejadas através de controles e monitoramento das condições físicas das instalações e equipamentos visando minimizar ocorrência de sinistros e interrupções na prestação dos serviços.

Vale ressaltar que algumas ações descritas a seguir, tanto de contingências como emergenciais, foram baseadas em elementos que atualmente não existem nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana e na drenagem pluvial, em decorrência de sua possível implantação.

2.5. Ações preventivas de contingências

As possíveis situações críticas que exigem ações de contingências podem ser minimizadas através de um conjunto de procedimentos preventivos de operação e manutenção como os listados na Tabela 19 a seguir.

Tabela 19. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Serviço	Situações	Ações Preventivas
Abastecimento de Água	Controle dos mananciais	Recarga do manancial subterrâneo: nível e rebaixamento, tempo diário de funcionamento
		Limitações aos usos do solo na bacia de captação: registro dos produtos químicos utilizados na agropecuária praticada na região, controle da atividade humana e das descargas de águas residuárias
		Fiscalização regular na bacia hidrográfica do rio Araranguá contra atividades poluidoras
	Controle das instalações de produção	Realização de medição periódica na saída da captação e entrada da ETA
		Monitoramento a distância do bombeamento da captação
		Monitoramento a distância dos principais pontos de controle da ETA e do bombeamento da elevatória de água tratada
		Qualidade nos mananciais e controle sanitário da bacia de montante
		Qualidade da água distribuída conforme legislação vigente
	Controle dos equipamentos	Horas trabalhadas e consumo de energia
		Corrente, tensão, vibração e temperatura
		Controle de equipamentos reserva

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.



Tabela 19. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Serviço	Situações	Ações Preventivas
Abastecimento de Água	Monitoramento do sistema distribuidor	Vazões encaminhadas aos setores
		Pressão e regularidade na rede
		Programação de limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios
	Gestão da manutenção	Cadastro de equipamentos e instalações
		Programação da manutenção preventiva
		Programação da manutenção preditiva em equipamentos críticos
		Programação de limpeza periódica da captação
		Programação de inspeção periódica em tubulações adutoras
		Programação de limpeza periódica na ETA
		Registro do histórico das manutenções
Esgotamento Sanitário	Controle das condições do tratamento	Realização de medição na entrada da ETE
		Monitoramento a distância dos principais pontos de controle da ETE e do bombeamento da EEE (elevatória) final
		Qualidade dos efluentes conforme legislação vigente
	Controle dos equipamentos	Horas trabalhadas e consumo de energia
		Corrente, tensão, vibração e temperatura
		Controle de equipamentos reserva
	Gestão da manutenção	Cadastro de equipamentos e instalações
		Programação da manutenção preventiva
		Programação da manutenção preditiva em equipamentos críticos
		Programação de limpeza periódica em coletores e ramais
		Programação de limpeza periódica de elevatórias e na ETE
		Registro do histórico das manutenções

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.

2.6. Ações de emergência

As emergências provenientes de situações adversas exigem ações imediatas que devem ser enfrentadas através de um conjunto de procedimentos corretivos. A Tabela 20 apresenta a relação das ações corretivas com a respectiva indicação de responsabilidade.



Tabela 20. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ações Corretivas		Responsável	Contato
1	Comunicação à concessionária de energia	CASAN	(48) 3525-0513
2	Comunicação à Polícia / Bombeiros		
3	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil	CASAN e Prefeitura Municipal	CASAN (48) 3525-0513 PM (48) 3546-0081
4	Comunicação ao Órgão Ambiental e/ou Polícia Ambiental	CASAN	(48) 3525-0513
5	Comunicação ao responsável técnico		
6	Controle da água disponível em reservatórios		
7	Descarga de rede		
8	Disponibilidade de frota de caminhões tanque		
9	Execução de rodízio de abastecimento		
10	Instalação de contenção		
11	Interrupção no fornecimento de energia elétrica	Cooperativa de Eletrificação Rural Sul Catarinense Ltda. (CERSUL)	(48) 3525-8400
12	Transferência de água entre setores (manobras de rede)	CASAN	(48) 3525-0513
13	Paralisação parcial do serviço		
14	Paralisação total do serviço		
15	Possível ação de disponibilidade de gerador de emergência		
16	Reparo das instalações danificadas		
17	Solicitação de apoio a município vizinho		
18	Substituição de pessoal		
19	Uso de equipamento ou veículo reserva		

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabelas 1 e 2; Capítulo 3, Tabelas 4 e 5; Capítulo 4, Itens 4.4.2 e 4.5.

Atualmente, não há prestador do serviços de esgotamento sanitário. Nesse caso, caberá ao prestador escolhido efetuar as ações corretivas delegadas à CASAN na Tabela 20.

Para as localidades rurais, não abastecidas pelos sistemas operados pela CASAN, o responsável pelas ações corretivas para os serviços de abastecimento de água, descritas na Tabela 20, é a Prefeitura Municipal, com exceção da ação de número 11 que é realizada pela cooperativa responsável pelo fornecimento e distribuição de energia elétrica do município.

Foram identificadas as situações adversas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Tabela 21 inter-relaciona as situações encontradas com as ações corretivas para os principais elementos dos sistemas. Para as áreas rurais atendidas por sistemas individuais de abastecimento de água ou soluções alternativas coletivas, pode-se aplicar também aos seus respectivos elementos de sistema a inter-relação das situações adversas com as ações corretivas.



Vale ressaltar que os operadores dos serviços devem fazer o registro das situações de emergência com a avaliação crítica das ações corretivas relacionadas na Tabela 20 a fim de que seja realizado o aperfeiçoamento necessário.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 21. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Elementos do Sistema		Situações Adversas												
		Acidente Ambiental	Deslizamento e movimento do solo	Estiagem	Falta ao Trabalho	Falta de Energia	Greve	Incêndio	Interrupção no bombeamento	Inundação	Rompimento	Vandalismo	Vazamento de cloro	Vazamento de Produtos Químicos
Sistema de Abastecimento de Água	Manancial	2,3,4,5,6,9,10,13,14	2,3,4,5,6,9,13,14,16	1,2,3,5,6,8,9,12,13,15,16						2,3,4,5,6,13,14		2,3,4,5,16,19		2,4,5,10
	Captação / EEAB	2,4,5,7,10	2,3,4,5,6,13,14,16	3,5,6,8,9,12,13	5,6,13,18	1,2,3,5,6,8,9,12,13,15,16	3,5,6,13,18	1,2,3,4,5,6,9,11,13,14,15,16,19	1,2,5,6,8,9,12,13,14,15,16	1,2,3,4,5,6,8,9,11,12,13,14,17	2,5,6,12,13,16,19	1,2,3,4,5,6,8,9,12,15,16,19		2,4,5,9,10,14,15
	Adutora de Água Bruta		2,3,4,5,13,14,16		5,13,18	1,5,13	5,13,18			2,4,5,13,14	1,2,5,6,7,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		
	ETA	2,4,5,6,7,9,13,14	2,3,4,5,6,13,14,16	5,6,13	5,6,13,18	1,2,5,6,8,9,12,13,15,16	5,6,13,18	1,2,4,5,6,11,13,14,15,16,19	1,2,6,8,9,12,15,16	1,2,4,5,6,11,13,14	2,5,6,8,13,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19	2,4,5,13,14,16	2,4,5,9,13,14
	EEAT				5,6,13,18	1,2,5,6,8,9,13,15,16	5,6,13,18	1,3,4,5,6,11,13,14,15	1,2,3,5,6,8,9,12,13,14,15,16	1,5,8,11,12	5,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		
	Adutora de Água Tratada		4,5,16		5,14,18	1,5,13	5,13,18			4,5,13,14	1,2,5,6,7,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		
	Reservatórios	2,4,5,6,7,8,9,13,14	2,3,4,5,6,13,14,16	5,6,9	5,6,13,18	1,5,6,13	5,6,13,18		1,5,6	5,6	1,2,5,6,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,8,9,12,15,16,19		2,4,5,9,13,14
	Rede de Distribuição	2,4,5,13,14	2,3,4,5,13,14,16		5,6,13,18	1,5,6,13	5,6,13,18		1,5,6	4,5,13,14	1,2,5,6,7,8,9,12,13,15,16,19	1,2,4,5,6,7,8,9,12,15,16,19		2,4,5,9,13,14
Sistema de Esgotamento Sanitário	Rede Coletora		4,5,16		5,13,18		5,13,18			2,4,5,13,14	2,5	4,5,16,19		
	Coletores e Interceptores		4,5,16		5,13,18	2,5,13	5,13,18			2,4,5,13,14	1,2,4,5,13,15,16,19	1,2,4,5,15,16,19		
	EEE	1,2,4,15,16	4,5,16		5,13,18	1,2,4,5,13,15,16	5,13,18	1,2,4,5,11,13,14,15,19	1,2,4,5,15,16	1,2,4,5,11,13,14	1,2,4,5,15,16,19	1,2,4,5,15,16,19		
	ETE	2,4,10,13,14,16	4,5,16		5,13,18	1,2,4,5,13,15,16	5,13,18	1,2,4,5,11,13,14,15,16,19	1,2,4,5,15,16	1,2,4,5,13,14,15,16	1,2,4,5,13,15,16,19	1,2,4,5,15,16,19		2,4,5
	Corpo Receptor	2,4,10,13,14												2,4,5,10

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabela 3.



2.7. Estabelecimento de diretrizes para os planos de racionamento e aumento de demanda temporária

O racionamento de água e o aumento de demanda temporária devem ser compreendidos como uma situação de contingência e, portanto, deve ser previsto um conjunto de ações preventivas para o seu controle, conforme apresentado acima.

Nos casos de eventos anormais resulte uma situação de emergência ou nos casos de anormalidade do abastecimento por motivo de força maior, a CASAN deverá estabelecer um plano com a indicação dos períodos de racionamento, que deverão ser submetidos à aprovação ao ente regulador.

Nos casos dos planos de racionamento, a CASAN deverá contemplar, prioritariamente: hospitais, postos de saúde, escolas, asilos, orfanatos, creches, delegacias.

Para uma efetiva aplicação do Plano de Racionamento é fundamental que haja uma adequada articulação no relacionamento da CASAN com a Prefeitura municipal, além das organizações e setores da sociedade. Na Tabela 22 apresenta algumas diretrizes que o prestador deverá considerar para a elaboração do Plano de Racionamento no abastecimento de água.

É fundamental que seja contemplado no Plano de Racionamento um programa de comunicação com o objetivo de avisar à população atingida as diretrizes do plano. Suas ações devem ser executadas por meio das diversas áreas da comunicação: rádio, TV, impressos, jornais.

Tabela 22. Diretrizes para a Elaboração do Plano de Racionamento

Plano e Estratégia	Ação
Plano de comunicação	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil
	Comunicação à concessionária de energia
	Possível ação de disponibilidade de gerador de emergência
	Comunicação à Polícia/Bombeiros.
Estratégia de operação	Controle da água disponível nos reservatórios
	Disponibilidade de frota de caminhões tanque
	Ação com a gestão de recursos hídricos para controle da demanda
	Reparo das instalações danificadas
	Execução de rodízio de abastecimento

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.3.1.



Em consulta feita ao município foi indicado que não há disponibilidade local de caminhão pipa; para tanto, nas regras contratuais com o Prestador deverá ser exigida a responsabilidade de dispor destes caminhões, em resposta às situações de racionamento de água e aumento da demanda que venham atingir o sistema de abastecimento de água, através de veículos próprios ou locados por contratação junto a terceiros. A Tabela 23 apresenta a quantidade de caminhões necessários para o abastecimento da população em casos de racionamento.

Tabela 23. Quantidade de Caminhões Pipa necessários

Localidade	População Abastecida		Quantidade de caminhão pipa		Responsabilidade
	2012	2030	2012	2030	
Sede	594	638	1	1	CASAN
Rural	1.159	1.096	2	2	Prefeitura Municipal

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.3.3.

No estudo populacional abordado em relatório anterior não foi constatada a ocorrência de população flutuante, visto que não há no município histórico de eventos extraordinários de vulto que aumentem de forma significativa o afluxo de pessoas. Assim o cálculo da disponibilidade de caminhões e o consequente aumento da geração de resíduos na situação de aumento da demanda deverá ser avaliado em cada momento.

2.8. Estabelecimento de regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços

As situações críticas que podem ocorrer nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e/ou drenagem pluvial devem ser ponderadas e consideradas nos planejamentos dos prestadores de serviços.

Em casos de ocorrência das situações críticas deve-se priorizar o atendimento das atividades essenciais relacionadas à saúde pública. Outros fatores também considerados como critério de prioridade de atendimento são: nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

Para essas situações podem ser utilizados mecanismos tarifários de contingência. O emprego das tarifas de contingência é assegurado pela Lei Federal 11.445/2007 através do seu Artigo 46.



Para o município de Ermo, a autoridade gestora dos recursos hídricos é o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Araranguá, responsável pelo estabelecimento da situação crítica e consequentemente pela adoção de racionamento no fornecimento de água.

O responsável pela instituição da tarifa de contingência é o ente regulador da prestação de serviços, seja de abastecimento de água ou de limpeza urbana. O município de Ermo não possui ente regulador desses serviços, o qual deverá ser instituído no prazo imediato das metas.

Caso seja adotada, a tarifa de contingência de abastecimento de água incidirá, preferencialmente, sobre os consumidores que ultrapassarem os limites definidos no racionamento.



3. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população

A responsabilidade de gerenciamento dos resíduos gerados no município é especificada de acordo com a sua origem, conforme apresenta a Tabela 24 a seguir.

Tabela 24. Tipos de Resíduos produzidos no município de Ermo e respectivos órgãos responsáveis por seu gerenciamento

Origem do Resíduo	Órgão Responsável
Domiciliar, Comercial, Limpeza Pública	Prefeitura Municipal
Industrial	A própria empresa geradora
Agrícola	Os próprios fornecedores de insumos para a lavoura
Área de Saúde	Vigilância Sanitária

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 59.

Para a realização de outros serviços, a Prefeitura conta com contratos de periodicidade anual com empresas terceirizadas conforme apresenta a Tabela 25 a seguir.

Tabela 25. Empresas Terceirizadas contratadas pela Prefeitura de Ermo

Empresa Terceirizada	Serviço Prestado
SANTEC	Aterro Sanitário
COLIX	Coleta, Transporte e Tratamento de RSS

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabela 61.

De acordo com as informações obtidas na Prefeitura Municipal, a quantidade de resíduo produzido pelo município apresentado na Tabela 26 corresponde em termos de coleta, ao atendimento em 100% da população urbana e 90% da população rural representando desta forma ao atendimento de 1.681 habitantes.

Tabela 26. População Atendida x Quantidade de Resíduos Produzido em 2009

População Atendida por Coleta (hab.)		População Total (hab.)	Quantidade de Resíduo Produzido (ton./mês)
Urbana	540	540	19,50
Rural	1.141	1.268	
Total	1.681	1.808	

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 4, Tabelas 62 e 63.



O serviço de limpeza pública é realizado somente na área urbana e em ruas pavimentadas diariamente. Conforme informado pela Prefeitura, os resíduos desses serviços, quando em pequena quantidade, são queimados. No entanto, quando esta ação não é possível, os resíduos são dispostos em terreno da prefeitura localizado na Estrada Geral Morro do Ermo.

Não há catadores e nenhuma ação de organização da atividade por parte do poder público. Também não há coleta seletiva, centro de triagem ou processo de compostagem no município.

Os resíduos gerados nas unidades de saúde são armazenados em recipientes específicos nas próprias unidades, até o dia de coleta, que ocorre uma vez por semana (segunda-feira) por empresa especializada. Todas as unidades, públicas e particulares de saúde do município, possuem o PGRSS - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - aprovado.

A disposição final dos resíduos domiciliares e industriais no aterro sanitário no município de Içara - SANTEC apresenta um alto índice de qualidade alcançando a nota 9, ou seja, os resíduos são depositados de forma adequada, diminuindo os riscos ambientais e de saúde pública relacionados à disposição inadequada dos resíduos sólidos.

3.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Os elementos resultantes do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico, sejam estes problemas ou fatos, foram classificados em condicionantes, deficiências e/ou potencialidades, atribuindo a cada um deles uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Essas três categorias podem ser superpostas, resultando em 7 formas possíveis de classificação, sendo elas, CDP, CD, CP, DP, apenas D, apenas P e apenas C, que permitem a identificação das áreas prioritárias para a ação municipal.

A Tabela 27 apresenta as áreas prioritárias de ação municipal definidas após a classificação de cada elemento nos segmentos do saneamento básico.

**Tabela 27. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Resíduos Sólidos**

Setor	Elemento	Classificação	Prioridade
Resíduos Sólidos	Coleta dos resíduos domiciliares	CDP	1ª
	Coleta dos resíduos de limpeza pública	CDP	1ª
	Disposição final dos resíduos	CDP	1ª
	Coleta seletiva, Centro de triagem e Compostagem	CD	2ª
	Plano Diretor de Limpeza Urbana	CP	3ª
	Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde - PGRSS	CP	3ª
	Coleta dos resíduos sólidos de saúde	CP	3ª

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 5, Tabela 87.

3.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização

A formulação das alternativas físicas dos sistemas para atendimento das demandas e necessidades dos serviços de saneamento básico deve se originar da avaliação de distintos cenários.

Nesse contexto, foram desenvolvidos até três cenários de demanda para cada serviço, sendo eles, o atual, em que foram mantidas a situação e/ou os índices diagnosticados no horizonte de planejamento, o de universalização dos serviços e um intermediário às duas situações, denominado de básico.

O cenário normativo que se pretende estabelecer tem no plano de metas o resumo do que é de essencial no PMSB. Ele diz respeito a metas, não só no sentido preciso de quantidades e prazos a alcançar, mas também a regras, no sentido de padrões de qualidade, eficiência e confiabilidade operacional.

Para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do município, o cenário selecionado como normativo é o cenário de universalização.

3.2.1. Projeções e Demandas

A Tabela 28 a seguir apresenta, ano a ano dentro do horizonte de projeto, as seguintes informações:

- Os percentuais de cobertura a serem alcançados;
- A respectiva população a atender nos termos da projeção estudada;
- A geração média de resíduo, em kg/dia;
- A quantidade total de resíduo a ser coletado (ton./mês);
- A quantidade por tipo de resíduo em ton./mês para disposição final.



A demanda global para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos corresponde à projeção da geração de resíduos sólidos estimada para a população total do município que, conforme mencionado acima, está apresentada na Tabela 28, ano a ano.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 28. Quantidade de Resíduos a Serem Coletados Conforme Meta de Cobertura Estabelecida para o Município (ton/mês)

Marco	Ano	Meta de Cobertura (%)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	Per capita de Geração de Resíduo (kg/hab./dia)	População Atendida Conforme Meta (hab)	Projeção da Geração de Resíduo (população total=urbana+rural)	
								(kg/dia)	(ton./mês)
Imediato	2011	95	1.782	536	1.246	0,39	1.693	660	19,81
	2012	95	1.774	536	1.238		1.685	657	19,72
	2013	95	1.766	536	1.230		1.678	654	19,63
Curto Prazo	2014	100	1.758	535	1.223		1.758	686	20,57
	2015	100	1.750	535	1.215		1.750	683	20,48
	2016	100	1.748	537	1.211		1.748	682	20,45
	2017	100	1.746	538	1.207		1.746	681	20,43
	2018	100	1.743	539	1.204		1.743	680	20,39
Médio Prazo	2019	100	1.741	541	1.200		1.741	679	20,37
	2020	100	1.739	542	1.196		1.739	678	20,35
	2021	100	1.738	544	1.194		1.738	678	20,33
	2022	100	1.737	546	1.191		1.737	677	20,32
	2023	100	1.737	548	1.188		1.737	677	20,32
	2024	100	1.736	550	1.186		1.736	677	20,31
Longo Prazo	2025	100	1.735	552	1.183		1.735	677	20,30
	2026	100	1.735	555	1.181		1.735	677	20,30
	2027	100	1.735	557	1.178		1.735	677	20,30
	2028	100	1.735	559	1.176		1.735	677	20,30
	2029	100	1.735	561	1.174		1.735	677	20,30
	2030	100	1.735	563	1.171		1.735	677	20,30

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 3, Tabela 23.



3.2.2. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço

As intervenções físicas para o cenário normativo, juntamente com as necessidades apontadas na metodologia CDP– Condicionante, Deficiência e Potencialidade dos serviços de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos estão resumidas na Tabela 29.

Tabela 29. Intervenções para os Serviços de Resíduos Sólidos

Meta	Objeto	Intervenção
Imediata	Planos e Projetos	Elaboração do Plano Diretor de Limpeza Pública(*)
	Infraestrutura	Aquisição de equipamentos/veículo para ampliação da abrangência da área de cobertura de coleta(*)
		Implantação do centro de triagem e compostagem para conseqüente aumento da receita, à medida que os resíduos serão separados e comercializados(*)
Curto prazo	Programas / Projetos	Implantação da coleta seletiva através de projetos e educação ambiental(*)
Médio prazo	Programas / Projetos	Implantação de Programa de Óleo de cozinha
		Implantação da coleta de resíduos tecnológicos (Pilhas e Baterias), o qual deverá ser realizado de forma individual (sem misturar com a coleta seletiva), estocando os materiais nos barracões de reciclagem onde permanecerão até a definição do destino final mais adequado.
	Infraestrutura	Ampliação das unidades de triagem acompanhando o crescimento de material reciclável
	Administração	Continuidade das metas de curto prazo, com as melhorias e ampliações necessárias para atingir a meta de cobertura de coleta em 100% da população
Longo prazo	Administração	Continuidade dos programas anteriores, com melhorias, atualizações tecnológicas e busca de economias mantendo o atendimento a todo o território (100%), acompanhando o crescimento populacional do município.

Nota: (*) ações oriundas da metodologia CDP

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 4, Tabela 37.

3.2.3. Metas

O PMSB terá como marco inicial o ano de 2011, com o planejamento se estendendo até o ano de 2030 e tendo os marcos intermediários de 2013 (metas imediatas), 2018 (curto prazo), 2024 (médio prazo). A vigência do Plano se dará após a sua publicação mediante legislação municipal.

As metas contratuais para o cenário normativo compondo o objeto, indicador e prazo para consecução (ano-meta) dos serviços são apresentadas a seguir na Tabela 30.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

**Tabela 30. Metas do Cenário Normativo para Resíduos Sólidos**

Objeto	2013	2018	2024	2030
Metas Quantitativas				
Cobertura (universalização)				
Cobertura de coleta	95%	100%	100%	100%
Coleta Seletiva	30%	60%	90%	100%
Metas Qualitativas				
Qualidade dos planos e projetos				
Gestão adequada para o Sistema de Limpeza urbana	100%	100%	100%	100%
Educação Ambiental	70%	80%	90%	100%
Qualidade do atendimento				
Índice de reclamações gerais	20%	10%	5%	5%
Índice (pesquisa) de satisfação	80%	90%	95%	95%
Metas de eficiência operacional				
Medição do serviço				
Implantação do Centro de Triagem existente	30%	60%	90%	100%
Índice de Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Sólidos	100%	100%	100%	100%
Índice de Saturação do Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos	100%	100%	100%	100%

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabela 48.

3.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas

O conjunto de metas e ações a serem levadas a efeito pelo prestador dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos seguem através de dois cenários, um considerando que o município continuará a compartilhar os serviços de disposição final do Consórcio SANTEC ou outro aterro nos próximos 20 anos e outro considerando que o município poderá implantar local de disposição final individualmente. As Figuras 9 e 10 a seguir apresentam o cronograma para os dois cenários.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



			Imediato			Curto						Médio						Longo					
Natureza	Prazo	Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																					
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública																					
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social																					
		Serviços de Limpeza Urbana																					
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador																					
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental																					
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPIs																					
Não Estrutural	2014-2030	Carrinhos para varrição																					
		Implantação do Centro de Triagem																					
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução																					
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos																					
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																					
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana																					
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional																					
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Municipal de Limpeza Pública como																					
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação																					

Figura 9 - Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro SANTEC

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 5.

			Imediato			Curto						Médio						Longo				
Natureza	Prazo	Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública																				
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social																				
		Serviços de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador																				
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPIs																				
Não Estrutural	2014-2030	Carrinhos para varrição																				
		Implantação do Centro de Triagem																				
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução																				
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos																				
		Disposição final																				
Não Estrutural	2019-2030	Retroescavadeira																				
Não Estrutural	2019-2030	Terraplenagem																				
Estrutural	2019-2030	Obras Cíveis																				
Estrutural	2019-2030	Obras Complementares																				
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																				
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana																				
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional																				
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Municipal de Limpeza Pública como																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação																				

Figura 10 - Cronograma das Ações para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Aterro Municipal

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 6.



3.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira

O Programa de Investimentos do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é constituído por:

- Gestão adequada dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos - compreende a elaboração dos planos que traçarão as diretrizes para adequação dos serviços.
- Serviços de Limpeza Urbana - estimativa dos equipamentos necessários para a adequação dos sistemas de limpeza urbana no tocante a melhoria dos serviços de coleta, varrição e serviços congêneres.
- Melhorias no Centro de Triagem - compreende reforma do Centro de Triagem existente e aquisição de equipamentos visando melhores condições de trabalho e qualidade do resíduo a ser comercializado.
- Destinação Final - concepção do sistema de destinação final e estimativa dos investimentos necessários para dotar o município de um sistema que assegure a melhoria das condições sanitárias e ambientais.
- Planejamento, fiscalização e regulação - compreende a criação de departamento responsável, aparelhamento institucional, aprovação do plano diretor de limpeza pública e delegação dos serviços de regulação.

Neste contexto, as Tabelas 31 e 32 a seguir apresentam uma estimativa de investimentos para as referidas ações propostas.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 31. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – utilização do aterro sanitário da SANTEC

Natureza	Prazo	Descrição	Investimentos	O&M	Emergencial			Curto					Médio					Longo						
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																						
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública	55.000,00	-	18.333,33	18.333,33	18.333,33																	
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social	20.000,00	-	6.666,67	6.666,67	6.666,67																	
		Serviços de Limpeza Urbana																						
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador	250.000,00	12.500,00				54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental	2.880,00	144,00																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPIs	2.520,00	126,00				126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00
Não Estrutural	2014-2030	Carrinhos para varrição	1.050,00	100,00				362,50	262,50	262,50	262,50	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		Implantação do Centro de Triagem																						
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução	85.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos	25.000,00	1.250,00				1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																						
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana	10.000,00	96.000,00				96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional	40.000,00	3.600,00				3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Limpeza Pública como	15.000,00	-																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação	15.000,00	159,40				159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40
		Subtotais	521.450,00	116.879,40	28.000,00	28.000,00	28.000,00	158.664,57	158.564,57	158.564,57	158.564,57	158.402,07	158.402,07	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40	116.735,40
		Total Geral (Investimentos + O & M até 2030)		2.957.581,20																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 38

Tabela 32. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – disposição final individual ou consorciada

Natureza	Prazo	Descrição	Investimentos	O&M	Emergencial			Curto					Médio					Longo						
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
		Gestão Adequada do Sistema de Limpeza Urbana																						
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Limpeza Pública	55.000,00	-	18.333,33	18.333,33	18.333,33																	
Não Estrutural	2011-2013	Elaboração do Plano de Comunicação Social	20.000,00	-	6.666,67	6.666,67	6.666,67																	
		Serviços de Limpeza Urbana																						
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de caminhão compactador	250.000,00	12.500,00				54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	54.166,67	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
Não Estrutural	2014-2030	Ferramental	2.880,00	144,00																				
Não Estrutural	2014-2030	Uniformes e EPIs	2.520,00	126,00				126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00	126,00
Não Estrutural	2014-2030	Carrinhos para varrição	1.050,00	100,00				362,50	262,50	262,50	262,50	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		Implantação do Centro de Triagem																						
Estrutural	2011-2030	Projeto e execução	85.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aquisição de equipamentos	25.000,00	1.250,00				1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
		Disposição final																						
Não Estrutural	2019-2030	Retrosscavadeira	230.000,00	11.500,00										11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00
Não Estrutural	2019-2030	Terraplenagem	120.000,00	6.000,00										6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Estrutural	2019-2030	Obras Cíveis	8.000,00	400,00										400,00										
Estrutural	2019-2030	Obras Complementares	5.000,00	250,00										250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00
		Planejamento, Fiscalização e Regulação																						
Não Estrutural	2014-2030	Criação de um Departamento de Limpeza Urbana	10.000,00	96.000,00				96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Não Estrutural	2014-2030	Aparelhamento institucional	40.000,00	3.600,00				3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	2014-2030	Aprovação do Plano Diretor de Limpeza Pública como	15.000,00	-																				
Não Estrutural	2014-2030	Delegação dos serviços de regulação	15.000,00	159,40				159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40	159,40
		Subtotais	884.450,00	135.029,40	28.000,00	28.000,00	28.000,00	158.664,57	158.564,57	158.564,57	158.564,57	158.402,07	158.402,07	134.885,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40	134.485,40
		Total Geral (Investimentos + O & M até 2030)		3.534.381,20																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 39.



As despesas com os serviços de limpeza urbana e a depreciação dos equipamentos (caminhão compactador e retroescavadeira) são apresentados ano a ano na Tabela 33, evidenciando os anos propostos como metas para alcançar a universalização.

A depreciação dos equipamentos (caminhão compactador e retroescavadeira) foi calculada com base no Manual de Gerenciamento Integrado do IPT/CEMPRE, (2000), que considera uma taxa de depreciação de 16% ao ano e vida útil de 5 anos para os equipamentos.

Tabela 33. Despesas em coleta e disposição final e depreciação dos equipamentos

Ano	Despesa Estimada com coleta e disposição final ** (R\$)	Valor anual da depreciação	
		Caminhão compactador	Retroescavadeira
2011	53.605,50	-	-
2012	53.374,11	40.000,00	36.800,00
2013	53.117,01	33.600,00	30.912,00
2014	52.885,62	28.224,00	25.966,08
2015	52.654,23	23.708,16	21.811,51
2016	52.577,10	19.914,85	18.321,67
2017	52.525,68	52.000,00	47.840,00
2018	52.422,84	43.680,00	40.185,60
2019	52.371,42	36.691,20	33.755,90
2020	52.320,00	30.820,61	28.354,96
2021	52.268,58	25.889,31	23.818,17
2022	52.242,87	67.600,00	62.192,00
2023	52.217,16	56.784,00	52.241,28
2024	52.191,45	47.698,56	43.882,68
2025	52.191,45	40.066,79	36.861,45
2026	52.191,45	33.656,10	30.963,62
2027	52.191,45	87.880,00	80.849,60
2028	52.191,45	73.819,20	67.913,66
2029	52.191,45	62.008,13	57.047,48
2030	52.191,45	52.086,83	47.919,88

Notas: * Considera per capita de 0,391 kg/hab/dia

** Para efeito de cálculo, tomou-se como base a quantidade de resíduo coletado em 2009 e o valor dispensado para sua coleta e disposição final. (compreende as despesas com a coleta realizada pela Prefeitura, o centro de triagem e a disposição final no Aterro).

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabelas 40 a 42.



3.4. Ações para Emergências e Contingências

O Plano de Emergências e Contingências objetiva estabelecer os procedimentos de atuação assim como identificar a infraestrutura necessária do prestador nas atividades tanto de caráter preventivo quanto corretivo que elevem o grau de segurança e garantam com isto a continuidade operacional dos serviços.

Vale ressaltar que algumas ações descritas a seguir, tanto de contingências como emergenciais, foram baseadas em elementos que atualmente não existem nos sistemas de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, em decorrência de sua possível implantação.

3.4.1. Ações preventivas de contingências

As possíveis situações críticas que exigem ações de contingências podem ser minimizadas através de um conjunto de procedimentos preventivos de operação e manutenção como os listados na Tabela 34 a seguir.

Tabela 34. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Situações	Ações Preventivas
Controle dos equipamentos	Manutenção periódica dos equipamentos
	Fiscalização permanente das condições de uso e conservação dos equipamentos, com registro dos responsáveis por quaisquer danos ocorridos nos equipamentos
	Manutenção programada, disponibilidade de guarnição reserva para incrementar a coleta e limpeza pública, e utilização de equipamentos adicionais para dar suporte ao sistema de coleta e disposição final dos resíduos sólidos
Prestadores de Serviços	Cadastro atualizado das empresas prestadoras de serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, como também das empresas detentoras de equipamentos coletores, compactadores e caminhões para aluguel
Segurança do Trabalhador	Treinamento e capacitação sistemática dos funcionários envolvidos na coleta de resíduos sólidos domiciliares / hospitalares
	Campanha de vacinação contra tétano, hepatite e outras, por meio do setor de imunização da Secretaria Municipal de Saúde
	Elaboração de manual que aborde condições sanitárias, EPI, procedimentos em caso de acidentes de trabalho, sinalização, trabalho a céu aberto, prevenção e combate a incêndio
	Avaliação auditiva pela exposição ao ruído proveniente do compactador de lixo
	Elaboração de programas de treinamento em higiene visando esclarecer sobre os métodos de manuseio e utilização de substâncias e seus riscos à saúde
Educação Ambiental	Proibição formal do fumo durante a jornada de trabalho
	Campanhas educativas envolvendo a comunidade para que promovam o acondicionamento correto dos resíduos, em especial o material perfuro – cortante, orientação quanto ao volume a ser acondicionado, colocação do lixo em local seguro e de fácil acesso aos trabalhadores da coleta
	Campanhas educativas envolvendo a comunidade para que descartem o lixo em locais adequados. As vias públicas, bueiros, bocas de lobo, córregos, não podem ser depósitos de lixo, pois em situação de enchente aumentam os riscos de epidemias
Controle Financeiro	Avaliar sistematicamente a sustentabilidade econômica financeira do sistema para reajuste tarifário em caso dos custos dos serviços excederem a receita do manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.



3.4.2. Ações de emergência

As emergências provenientes de situações adversas exigem ações imediatas que devem ser enfrentadas através de um conjunto de procedimentos corretivos. A Tabela 35 apresenta a relação das ações corretivas com a respectiva indicação de responsabilidade.

Tabela 35. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Ações Corretivas		Responsável	Contato
1	Comunicação à Prefeitura – Secretaria ou órgão responsável	Prefeitura Municipal	(48) 3645 6100
2	Comunicação à Defesa Civil e /ou Bombeiros		
3	Comunicação à população, instituições e autoridades		
4	Comunicação ao Órgão Ambiental e/ou Polícia Ambiental		
5	Isolamento da área e remoção de pessoas		
6	Paralisação parcial do serviço		
7	Paralisação total do serviço		
8	Responsável Técnico pela operação do aterro sanitário		
9	Solicitação de apoio a município vizinho		
10	Substituição de pessoal		
11	Substituição de equipamento		
12	Uso de equipamento ou veículo reserva		

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabelas 1 e 2; Capítulo 3, Tabelas 4 e 5; Capítulo 4, Itens 4.4.2 e 4.5.

No caso do manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, atualmente, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal as ações corretivas a serem tomadas quando da ocorrência de uma situação adversa.

Foram identificadas as situações adversas dos limpeza pública e manejo de resíduos sólidos. A Tabela 36 inter-relaciona situações encontradas com as ações corretivas para os principais elementos dos sistemas.

Vale ressaltar que os operadores dos serviços devem fazer o registro das situações de emergência com a avaliação crítica das ações corretivas relacionadas na Tabela 35 a fim de que seja realizado o aperfeiçoamento necessário.

Com relação à coleta de resíduos sólidos nas áreas rurais, também se pode aplicar a inter-relação das situações adversas com as ações corretivas, apresentada na Tabela 36, aos seus respectivos elementos de sistema.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

**Tabela 36. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**

Elementos do Sistema		Situações Adversas									
		Acidente Ambiental	Escorregamento	Falha mecânica	Falta ao trabalho	Greve	Impedimento de acesso	Incêndio	Inundação	Precipitações Intensas	Vazamento de Chorume
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Coleta			1,6,9,10	1,6,8	1,3,6,8	1,2,6,8	1,2,3,4,5,6,9,11	1,2,3,4,6,7	1,2,6	
	Transporte	1,2,3,4,6,7		1,6,9,10	1,6,8	1,3,6,8	1,2,6,8	1,2,3,4,5,6,9,11	1,2,3,4,6,7	1,2,6	1,2,3,4,5,6,7,11
	Disposição Final	1,2,3,4,6,7,8	1,2,4,6,8,9	1,6,8,10,11	1,6,8,9	1,3,6,8,9	1,2,6,8,9	1,2,3,4,5,6,8,9,11	1,2,3,4,6,7,8,9	1,2,6,8,9	1,2,3,4,5,6,7,8,11

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 3, Tabela 6.



3.4.3. Estabelecimento de diretrizes para os planos de aumento de demanda temporária

No estudo populacional abordado em relatório anterior não foi constatada a ocorrência de população flutuante, visto que não há no município histórico de eventos extraordinários de vulto que aumentem de forma significativa o afluxo de pessoas. Consequente aumento da geração de resíduos na situação de aumento da demanda deverá ser avaliado em cada momento.



4. SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

4.1. Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população

O município de Ermo situa-se na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá. Sua sede está inserida junto ao Rio Manuel Alves, afluente do Rio Mãe Luzia, que juntamente com o Rio Itoupava formam o Rio Araranguá.

Este município, juntamente com outros municípios que integram a bacia hidrográfica do Rio Araranguá, instituíram no ano de 2001, o Comitê da Bacia do Rio Araranguá, com atuação em toda a bacia hidrográfica do Rio Araranguá e seus Tributários e vinculado ao CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina. Este Comitê encontra-se atualmente em plena atividade, atuando como órgão consultivo e deliberativo das ações inerentes aos recursos hídricos da bacia.

O rio Itoupava, na altura da sede do município de Ermo, abrange uma área de 866 km² (obtido com base na Carta 1:50.000 do IBGE), sendo um importante afluente da bacia do rio Araranguá. Os trechos de maiores declividades propiciam o escoamento superficial com maiores velocidades, favorecendo os processos erosivos, com conseqüente aumento da turbidez da água, e assoreamento do leito nas áreas mais planas.

Hidrologicamente pode ser caracterizada por regimes torrenciais, de escoamentos superficiais rápidos e bruscas variações de descargas, por apresentar declividade média elevada, próximo às nascentes, com rede de drenagem densa, pouca cobertura vegetal, pouca profundidade e baixa permeabilidade dos solos.

Nas áreas mais planas, próximo a sede de Ermo, as condições de escoamento atendem ao regime de ocupação sazonal das várzeas, incluindo alterações freqüentes dos meandros, com deposição de material caracterizado como seixo rolado.

As grandes flutuações de vazão são subseqüentes à ocorrência de chuvas contínuas, distribuídas próximas às cabeceiras da bacia e concentrando rapidamente grandes volumes de água, que se propagam com velocidade elevada rio abaixo.



As obstruções nas margens dos cursos d'água ocorrem devido à grande retirada de mata ciliar do leito dos rios, para implantação de atividades agropecuárias.

Deve-se ressaltar a importância de transformação do entorno dos rios em parques lineares de preservação permanente, garantindo assim sua preservação.

Em termos básicos o município apresenta carência tanto em relação à microdrenagem quanto a macrodrenagem. Não possui um cadastro da rede de micro e macrodrenagem existente, bem como o conhecimento do comportamento dos rios que cruzam seu território para um controle sistemático de cheias.

Os eventos sazonais de cheias vêm assolando o município e ressalta-se a continuidade de sua ocorrência, haja vista a topografia do município, localizado na várzea, local de ocorrências históricas de inundações naturais.

O manejo mais adequado dos usos do solo na bacia do Rio Itoupava pode melhorar esta condição, embora com limitações evidentes em termos de redução do pico das cheias.

O município de Ermo apresenta carência em termos de uma estrutura própria para gerenciar o desassoreamento dos rios, limpeza das bocas de lobo e sarjetas.

Constatam-se invasões das margens dos rios, deslizamentos de pequeno porte, áreas sujeitas à inundação, lançamento de dejetos de animais, lançamentos de esgoto sanitário, contaminação das águas por defensivos agrícolas utilizados nas lavouras e assoreamento do fundo da calha do rio.

Há necessidade de elaboração de um estudo integrado da bacia do rio Itoupava, inclusive referente ao remanso gerado pela elevação do Rio Araranguá. Existem relatos de produtores de arroz que afirmam a ocorrência de salinização das águas do rio.

Os estudos referentes à fixação da barra do Rio Araranguá deve influenciar positivamente no comportamento hídrico dos cursos de água da referida bacia hidrográfica, devendo ser considerados em longo prazo.



4.1.1. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Os elementos resultantes do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico, sejam estes problemas ou fatos, foram classificados em condicionantes, deficiências e/ou potencialidades, atribuindo a cada um deles uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade. Isto significa que as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Essas três categorias podem ser superpostas, resultando em 7 formas possíveis de classificação, sendo elas, CDP, CD, CP, DP, apenas D, apenas P e apenas C, que permitem a identificação das áreas prioritárias para a ação municipal.

A Tabela 37 apresenta as áreas prioritárias de ação municipal definidas após a classificação de cada elemento nos segmentos do saneamento básico.

Tabela 37. Priorização das Áreas para Ação Municipal dos Serviços de Drenagem Urbana

Setor	Elemento	Classificação	Prioridade
Drenagem Urbana	Existência de pontos de obstrução do sistema de drenagem da área urbana, incluindo subdimensionamento na área Central	CD	2ª
	Assoreamento do Rio Itoupava e afluentes, principalmente Rio Ermo (montante) e Araranguá (jusante).	CD	2ª
	Lançamento de resíduos sólidos e esgoto sanitário na rede de drenagem, a qual apresenta-se subdimensionada	CD	2ª
	Bacias Hidrográficas com inúmeros problemas de ocupação e manejo, principalmente APP	CD	2ª
	Plano Diretor Municipal em elaboração	CP	3ª
	Não possui estrutura própria para gerenciar o desassoreamento de canais, limpeza das bocas de lobo e sarjetas.	CP	3ª
	Carência de equipamentos apropriados para limpeza e desobstrução de galerias existentes.	CP	3ª
	Carência de Projetos para as soluções estruturais da drenagem urbana	D	5ª
	Inexistência de Cadastro da rede de drenagem existente	D	5ª
	Ausência de Programa de Educação Ambiental	D	5ª
	Não possui Plano Diretor de Drenagem Urbana	D	5ª
	Alagamentos junto a zona urbana pela elevação dos Rios Itoupava e Ermo	D	5ª
	Comitê de bacia Hidrográfica do Araranguá já constituído e atuante desde 2001, integrando o CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos).	P	6ª

Fonte: Fase II - Diagnóstico da situação e seus impactos nas condições de vida da população, Capítulo 5, Tabela 87.



4.2. Prognóstico, Objetivos, Metas de curto, médio e longo prazo para a Universalização

A formulação das alternativas físicas dos sistemas para atendimento das demandas e necessidades dos serviços de saneamento básico deve se originar da avaliação de distintos cenários.

Nesse contexto, foram desenvolvidos até três cenários de demanda para cada serviço, sendo eles, o atual, em que foram mantidas a situação e/ou os índices diagnosticados no horizonte de planejamento, o de universalização dos serviços e um intermediário às duas situações, denominado de básico.

Para os serviços de drenagem urbana e rural do município, o cenário selecionado como normativo pode ser definido como cenário de universalização, tendo com base o conjunto de ações estruturais e não estruturais necessárias, para melhoria do funcionamento do sistema existente (físico), bem como abrangendo as questões institucionais e operacionais envolvidas.

4.2.1. Intervenções para o Atendimento das Carências do Serviço

As intervenções físicas para o cenário normativo, juntamente com as necessidades apontadas na metodologia CDP– Condicionante, Deficiência e Potencialidade dos serviços de Drenagem são resumidas na Tabela 38.

Tabela 38. Intervenções para os Serviços de Drenagem Pluvial

Meta	Tipo	Diagnóstico	Intervenção
Imediata	Estrutural	Inundações Sazonais do Rio Itoupava e Afluentes	Elaboração de um estudo integrado da bacia do rio Itoupava, inclusive referente ao remanso gerado pela elevação do Rio Araranguá(*)
		Erosão das Margens do Rio Itoupava e Afluentes	Projeto e execução de recuperação emergencial de áreas degradadas junto às margens do Rio Itoupava e Afluentes(*)
	Não Estrutural	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente	Elaboração de um cadastro topográfico da rede de drenagem existente, bem como o conhecimento do comportamento dos rios que cruzam seu território para um controle sistemático de cheias(*)
		Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação	Aparelhamento institucional para realização da fiscalização das obras e manutenção das condições planejadas pelos Planos Diretores de Drenagem e Desenvolvimento Urbano ao longo da vigência do Plano Municipal de Saneamento(*)
			Criação de um Departamento de Drenagem Urbana do município de Ermo;
			Elaboração do Plano Diretor de Drenagem como Lei(*)
			Delegação dos serviços de regulação da prestação de serviços de drenagem;
		Erosão das Margens do Rio Itoupava e Afluentes	Aumento da fiscalização em termos de uso do solo nas APP(*)

Nota: (*) ações oriundas da metodologia CDP

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 4, Tabela 39.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 38. Intervenções para os Serviços de Drenagem Pluvial

Meta	Tipo	Diagnóstico	Intervenção
Curto Prazo	Estrutural	Comprometimento da Qualidade da Água	Implantação de sistemas individuais e condominiais de tratamento de esgotos domésticos na área rural
	Não Estrutural	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente	Elaboração de um Plano Diretor de Drenagem com proposição de medidas prioritárias, elaborados em comunhão com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
		Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei
Médio Prazo	Estrutural	Erosão das Margens do Rio Itoupava e Afluentes	Programa de manutenção das margens do Rio Itoupava e Afluentes
	Não Estrutural	Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios	Sistemas de cultivo mínimo, evitando-se a exposição do solo e reduzindo a erosão e conseqüente assoreamento
		Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente	Elaboração de um Banco de Projetos de micro e macrodrenagem conforme hierarquia definida pelo Plano Diretor e viabilizar obtenção de recursos
		Erosão das Margens do Rio Itoupava e Afluentes	Promover criação de restrições de uso e implementação de parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APP(*)
Longo Prazo	Estrutural	Inundações Sazonais do Rio Itoupava e Afluentes	Desassoreamento do leito do Rio Itoupava e Afluentes
		Alagamentos na Área Urbana	Execução de obras do sistema de microdrenagem na área urbana Execução de obras do sistema de macrodrenagem na área urbana e rural
	Não Estrutural	Comprometimento da Qualidade da Água	Controle de uso de agrotóxico na agricultura; Controle de tratamento de dejetos oriundos da criação de animais.
		Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios	Reposição florestal de mata ciliar ao longo do desenvolvimento das APPs
		Falta de consciência quanto à participação da comunidade no PMSB	Programa de Educação Ambiental voltado para a gestão sustentável das águas urbanas

Nota: (*) ações oriundas da metodologia CDP

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 4, Tabela 39.

4.2.2. Metas

O PMSB terá como marco inicial o ano de 2011, com o planejamento se estendendo até o ano de 2030 e tendo os marcos intermediários de 2013 (metas imediatas), 2018 (curto prazo), 2024 (médio prazo). A vigência do Plano se dará após a sua publicação mediante legislação municipal.

As metas contratuais para o cenário normativo compondo o objeto, indicador e prazo para consecução (ano-meta) dos serviços são apresentadas a seguir na Tabela 39.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

**Tabela 39. Metas do Cenário Normativo de Drenagem Urbana**

Prazo	Medidas Estruturais	Indicador / Meta
Inundações Sazonais do Itoupava e Afluentes		
Imediato	Verificação das obras de arte afetadas pelos eventos hidrológicos extremos	100 % das obras de arte vistoriadas
Longo	Execução das obras estruturais, travessias e pontes e desassoreamento do leito do Rio Itoupava e afluentes	Trechos desassoreados e Volume de Sedimentos
Alagamentos na Área Urbana		
Longo	Elaboração de projeto e execução de obras do sistema de micro e macrodrenagem na área central e vias pavimentadas	100 % das vias pavimentadas
Comprometimento da Qualidade da Água		
Ver SES	Projeto e execução do Sistema de Esgotamento Sanitário	Conclusão do Projeto e Execução da Obra
Curto	Implantação de sistemas de tratamento de esgotos na área rural	100 % instalados
Longo	Controle de uso de agrotóxico na agricultura	Padrões de Qualidade da Água do Rio Itoupava
Longo	Controle de tratamento de dejetos animais	Padrões de Qualidade da Água do Rio Itoupava
Erosão das Margens do Rio Itoupava e Afluentes		
Imediato	Projeto e execução de recuperação das margens do Rio Itoupava e afluentes	Conclusão do Projeto e Execução da Obra
Médio	Programa de manutenção das margens do Rio Itoupava e afluentes	Mapeamento e controle estatístico das erosões das margens
Prazo	Medidas Não Estruturais	Indicador / Meta
Inundações Sazonais do Itoupava e Afluentes		
Curto	Elaboração de um estudo integrado da bacia do rio Itoupava, inclusive referente ao remanso gerado pela elevação do Rio Araranguá	Conclusão do estudo apontando plano de ações para solução do problema
Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios		
Médio	Sistemas de cultivo mínimo reduzindo a erosão e assoreamento	Controle com ferramenta de sensoriamento remoto e análise dos volumes de desassoreamento
Longo	Reposição florestal de mata ciliar e APPs	Controle com ferramenta de sensoriamento remoto
Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente		
Imediato	Cadastro topográfico da rede de drenagem	100 % da rede da área urbana
Curto	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem	Conclusão do Plano
Médio	Elaboração de um Banco de Projetos	100 % das soluções de projeto concluídas
Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação		
Imediato	Definição da Gestão da Drenagem com a Secretaria de Obras do município	Existência Profissional Responsável
Imediato	Aparelhamento institucional	Plena operação do Departamento em suas atribuições
Imediato	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	Publicação da Lei
Imediato	Delegação dos serviços de regulação	Formalização documental
Longo	Definição de Metas Progressivas para estudo e enquadramento dos cursos d'água	Adequação das metas definidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica
Erosão das Margens do Rio Itoupava		
Imediato	Aumento da fiscalização em termos de uso do solo nas APPs	Relatórios de Controle de 100 % das APPs
Médio	Promover restrições de uso e implementação de parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APPs	Controle com ferramenta de sensoriamento remoto, atingimento de 100 % das APPs
Médio	Delimitação e plantio de mata ciliar nativa nas APPs	Controle com ferramenta de sensoriamento remoto, atingimento de 100 % das APPs

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 7, Tabelas 49 e 50.



4.3. Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas

O conjunto de metas e ações a serem levadas a efeito pelo responsável dos serviços de drenagem urbana seguem através do cronograma apresentado na Figura 11.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Figura 11 - Cronograma das Ações para os Serviços de Drenagem Urbana

		Imediata			Curto						Médio						Longo				
Natureza	Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Inundações Sazonais do Rio Itoupava																				
Estrutural	Desassoreamento emergencial do leito do Rio Itoupava e Rio Ermo, no entorno da área urbana																				
Não Estrutural	Verificação das obras de arte existentes, como ponte da SC 285, travessias e bueiros																				
Estrutural	Estudos, Projetos e Obras de recuperação e contenção das margens do Rio Itoupava e Rio Ermo																				
	Alagamentos na Área Urbana																				
Estrutural	Projeto e obras de microdrenagem da Área Urbana																				
	Comprometimento da Qualidade da Água																				
Não Estrutural	Controle de uso de agrotóxico na agricultura e lançamento de dejetos animais																				
	Erosão do Solo e Assoreamento dos Rios																				
Não Estrutural	Sistemas de cultivo mínimo reduzindo a erosão e assoreamento																				
Não Estrutural	Reposição florestal de mata ciliar e APPs																				
	Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente																				
Não Estrutural	Cadastro topográfico da rede de drenagem																				
Não Estrutural	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem																				
Não Estrutural	Elaboração de um Banco de Projetos																				
	Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação																				
Não Estrutural	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana																				
Não Estrutural	Aparelhamento institucional																				
Não Estrutural	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei																				
Não Estrutural	Delegação dos serviços de regulação																				
Não Estrutural	Promover ações efetivas de integração com municípios vizinhos/comitê																				
Não Estrutural	Implantação de um Sistema de Registro de Atendimento ao usuário																				
Não Estrutural	Estudo integrado da bacia do rio Itoupava / Rio Araranguá com conceitos de modelagem hidrodinâmica																				
	Erosão das Margens do Rio Itoupava																				
Não Estrutural	Promover zoneamento e restrições de uso, parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APPs																				
Não Estrutural	Aumento da fiscalização em termos de uso do solo nas APPs																				
	Educação Ambiental																				
Não Estrutural	Implantação de um Programa de Educação Ambiental Existente																				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 7.



4.3.1. Sustentabilidade Econômico-Financeira

A Tabela 40 a seguir apresenta uma estimativa de investimentos para as referidas ações/serviços propostos para a drenagem e manejo de águas pluviais.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 40. Estimativa de Investimentos para os Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

Natureza	Prazo	Descrição	Investimentos	O&M	Imediata				Curto				Médio				Longo							
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Inundações Sazonais do Rio Itupava																								
Estrutural	Longo	Desassoreamento emergencial do leito do Rio Itupava e Rio Ermo, no entorno da área urbana	3.300.000,00	16.500,00	-	-	-	566.500,00	566.500,00	566.500,00	566.500,00	566.500,00	566.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00
Não Estrutural	Imediata	Verificação das obras de arte existentes, como ponte da SC 285, travessias e bueiros	40.000,00	-	16.000,00	12.000,00	12.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estrutural	Longo	Estudos, Projetos e Obras de recuperação e contenção das margens do Rio Itupava e Rio Ermo	45.000,00	10.000,00	-	-	-	55.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Atagamentos na Área Urbana																								
Estrutural	Curto	Projeto e obras de microdrenagem da Área Urbana	2.500.000,00	12.500,00	-	-	-	833.333,33	833.333,33	833.333,33	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
Comprometimento da Qualidade da Água																								
Não Estrutural	Longo	Controle de uso de agrotóxico na agricultura e lançamento de dejetos animais	-	30.000,00	-	-	-	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Erosão de Solo e Assoreamento dos Rios																								
Não Estrutural	Médio	Sistemas de cultivo mínimo reduzindo a erosão e assoreamento	-	30.000,00	-	-	-	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Não Estrutural	Longo	Reposição florestal de mata ciliar e APPs	80.000,00	30.000,00	26.666,67	26.666,67	26.666,67	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Falta de Dimensionamento da Rede de Drenagem Existente																								
Não Estrutural	Imediata	Catálogo topográfico da rede de drenagem	5.000,00	2.000,00	1.666,67	1.666,67	1.666,67	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Não Estrutural	Curto	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem	45.000,00	-	-	-	45.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Estrutural	Médio	Elaboração de um Banco de Projetos	125.000,00	-	-	-	-	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	-	-	-	-
Falta de Planejamento, Fiscalização e Regulação																								
Não Estrutural	Imediata	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana	10.000,00	96.000,00	10.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Não Estrutural	Imediata	Aperfeiçoamento institucional	40.000,00	3.600,00	40.000,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Não Estrutural	Curto	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	15.000,00	-	-	-	-	15.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Estrutural	Imediata	Designação dos serviços de regulação	15.000,00	11,26	15.000,00	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26	11,26
Não Estrutural	Imediata	Promover ações efetivas de integração com municípios vizinhos/comitê	-	12.000,00	-	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Não Estrutural	Imediata	Implantação de um Sistema de Registro de Atendimento ao usuário	10.000,00	24.000,00	10.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
Não Estrutural	Curto	Estudo integrado da bacia do rio Itupava / Rio Araranguá com conceitos de modelagem hidrodinâmica	60.000,00	-	-	-	-	20.000,00	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Erosão das Margens do Rio Itupava																								
Estrutural	Médio	Promover zoneamento e restrições de uso, parques lineares e corredores ecológicos ao longo das APPs	15.000,00	-	15.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Estrutural	Imediata	Aumento da fiscalização em termos de uso do solo nas APPs	-	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Educação Ambiental																								
Não Estrutural	Imediata	Implantação de um Programa de Educação Ambiental Existente	-	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Sub Total Investimentos e O&M anual					184.333,33	310.944,59	265.944,59	1.817.861,26	1.797.861,26	1.797.861,26	917.027,93	917.027,93	917.027,93	367.027,93	367.027,93	367.027,93	367.027,93	367.027,93	367.027,93	356.611,26	356.611,26	356.611,26	356.611,26	356.611,26
Sub Total Investimentos 2012/2030					6.305.000,00																			
Total Investimentos e O&M 2012/2031					12.841.113,94																			

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 8, Tabela 43.



4.4. Ações para Emergências e Contingências

O Plano de Emergências e Contingências objetiva estabelecer os procedimentos de atuação assim como identificar a infraestrutura necessária do prestador nas atividades tanto de caráter preventivo quanto corretivo que elevem o grau de segurança e garantam com isto a continuidade operacional dos serviços.

Vale ressaltar que algumas ações descritas a seguir, tanto de contingências como emergenciais, foram baseadas em elementos que atualmente não existem nos sistemas drenagem pluvial, em decorrência de sua possível implantação.

4.4.1. Ações preventivas de contingências

As possíveis situações críticas que exigem ações de contingências podem ser minimizadas através de um conjunto de procedimentos preventivos de operação e manutenção como os listados na Tabela 41 a seguir.

Tabela 41. Ações Preventivas de Contingência dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Situações	Ações Preventivas
Controle Operacional	Verificação do dimensionamento e das condições físicas de funcionamento das estruturas que compõem o sistema existente, como bocas de lobo, poços de visita, canais, redes tubulares, travessias, bueiros, comportas (necessidade da existência de um cadastro digital atualizado)
	Monitoramento dos níveis dos canais de macrodrenagem e rios
	Qualidade da água de escoamento superficial
	Prevenção de acidentes nos sistemas
	Plano de ação nos casos de colapso de pontes, travessias, bueiros e estruturas
	Gestão de riscos ambientais em conjunto com órgãos ambientais e de recursos hídricos
Gestão de Manutenção	Programação de limpeza e desassoreamento das bocas de lobo, poços de visita, redes tubulares, canais e rios
	Plano de manutenção preventiva de travessias e canais, sobretudo em áreas mais propensas à ocorrência de inundações
	Cadastro de equipamentos e instalações
	Programação da manutenção preditiva em estruturas e equipamentos críticos
	Registro do histórico das manutenções

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Item 2.1; Capítulo 3, Item 3.1; Capítulo 4, Item 4.4.1.

4.4.2. Ações de emergência

As emergências provenientes de situações adversas exigem ações imediatas que devem ser enfrentadas através de um conjunto de procedimentos corretivos. A Tabela 42 apresenta a relação das ações corretivas com a respectiva indicação de responsabilidade.



Tabela 42. Relação das Ações Corretivas para os Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Ações Corretivas		Responsável
1	Comunicação à população, instituições, autoridades e Defesa Civil	Faz-se necessária a definição dos órgãos/instituições por parte do município, bem como a identificação dos responsáveis com os respectivos telefones fixos e móveis
2	Comunicação aos órgãos de controle ambiental e Defesa Civil	
3	Reparo das instalações danificadas	
4	Reparo das instalações e infraestrutura danificadas	

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 2, Tabelas 1 e 2; Capítulo 3, Tabelas 4 e 5; Capítulo 4, Itens 4.4.2 e 4.5.

A gestão do Manejo de Águas Pluviais e da Drenagem no município de Ermo é realizada sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transporte e Serviços Urbanos.

Entretanto, a administração geral do sistema de drenagem envolve a participação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria da Indústria e Turismo e Secretaria da Saúde e Promoção Social.

Destaca-se ainda a Defesa Civil e a EPAGRI que atuam diretamente nos momentos críticos, em se tratando da ocorrência de inundações e deslizamentos associados ao sistema de drenagem.

A eventual implantação de um departamento de drenagem municipal deve centralizar as ações de gestão do sistema, bem como viabilizar a obtenção de melhores resultados seja em termos de prevenção, seja na implantação de medidas corretivas, ou ainda na ação emergencial frente a ocorrência de eventos de inundações, enchentes e deslizamentos.

Cabe salientar que há ocorrências históricas de eventos de enchentes provocadas pela elevação do Rio Ermo e Rio Itoupava, importante formador da Bacia do Rio Araranguá. Estes eventos acarretam prejuízos econômicos e sociais à população que reside na sede municipal, bem como em pontos isolados na área rural.

Foram identificadas as situações adversas dos serviços de drenagem pluvial. A Tabela 43 inter-relacionam as situações encontradas com as ações corretivas para os principais elementos dos sistemas.

Além disso, se faz necessária a implantação de um sistema de monitoramento, alerta e alarme, gerenciado com auxílio de ferramenta SIG - Sistema de Informações Geográficas para prever a ocorrência dos eventos, com o máximo de antecedência possível, além de reduzir o fator surpresa, os danos e prejuízos, bem como aperfeiçoar as ações de resposta, minimizando as vulnerabilidades.



Recomenda-se uma ação integrada do Comitê da Bacia do Rio Araranguá frente a esta demanda regional.

Cabe aqui a definição de um Programa de Estudos de modelagem matemática que represente o comportamento dos cursos d'água que compõem a bacia hidrográfica, cuja metodologia utilize conceitos hidrodinâmicos.

Sugere-se a utilização de um programa como o Hydrologic Engineering Centers River Analysis System (HEC-RAS), que pode ser obtido gratuitamente no endereço virtual <http://www.hec.usace.army.mil/software/hec-ras/hecras-download.html>.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 43. Inter-relação entre as Situações Adversas e as Ações Corretivas para o Sistema de Drenagem e suas possíveis causas

Elementos do Sistema	Situações Adversas*		Causas Possíveis				
Drenagem Urbana e Rural	Inundações das áreas urbanas e rurais	1,3	Precipitação de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema	Mau funcionamento do sistema por presença de assoreamento, resíduos e entulhos, comprometendo a capacidade de escoamento	Obstrução das calhas do rio por consequência de colapso de estruturas e obras de arte	Efeito de remanso do Rio Araranguá	
	Enxurradas nas áreas dos morros (nas nascentes dos rios)	1,3	Precipitação de intensidade acima da capacidade de escoamento do sistema	Mau funcionamento do sistema por presença de resíduos e entulhos, comprometendo a capacidade de escoamento	Obstrução de canais por consequência de colapso de estruturas e obras de arte		
	Deslizamento de encostas e movimento do solo	2,4	Remoção da cobertura do solo em áreas de risco	Precipitação de significativa intensidade em períodos intercalados com precipitações de menor intensidade, e prolongados	Desmoronamento de taludes ou paredes de canais	Erosões de fundos de vale	Rompimento de travessias

Fonte: Fase V - Ações para emergências e contingências, Capítulo 4, Item 4.4.2.

Nota: * Uma vez passado o efeito danoso, devem ser realizadas vistorias, a fim de avaliar o comprometimento das estruturas do sistema de drenagem, bem como das edificações e dos potenciais riscos quanto a novas ocorrências.



5. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Nos termos da Lei Federal 11.445/2007, as funções de gestão dos serviços de saneamento básico envolvem o planejamento, a prestação e a regulação e fiscalização, devendo-se assegurar o controle social de todas as funções. Para facilitar este entendimento, pode-se dizer, de forma resumida, que a maior inovação da lei foi a segregação das atividades que envolvem os serviços, de modo a que os entes envolvidos tivessem seus papéis claros e distintos.

5.1. Objetivos do Plano para os Serviços

O novo marco regulatório dos serviços de saneamento básico tem primordialmente na Lei Federal nº 11.445/2007, e complementarmente nas leis 8.987/1997 e 11.107/2005, a base jurídica e legal fundamental para o entendimento do objetivo do Plano de Saneamento Básico e do seu contexto integral.

O Plano, uma vez estabelecido, será ferramenta básica e fundamental para o Titular e o ente Regulador monitorar os termos contratuais que envolvem a prestação dos serviços, devendo ser parte integrante dos contratos estabelecidos, que podem se dar por instrumentos diversos tais como:

- Por ato de autorização direta e preferencialmente com Contrato de Gestão se o prestador for ente próprio do titular;
- Por delegação a terceiros via gestão associada e Contrato de Programa, conforme disciplina a lei 11.107/2005, se o prestador for uma entidade de direito público ou privado que integre a administração indireta do ente da Federação conveniado;
- Por delegação a terceiros via concessão ou permissão, precedida de licitação, conforme a lei 8.987/1997, se o prestador for uma entidade de direito privado.

A decisão sobre a regulação também pode seguir caminhos distintos, e que demandará do titular os instrumentos legais conforme o caso:

- Por ato de autorização direta e preferencialmente com Contrato de Gestão se o regulador for ente próprio do titular, e neste caso como autarquia criada por lei;



- Por delegação a ente público de outro esfera federativa, via gestão associada e convênio de cooperação, ou ente público originado de consorciação com outros municípios, ambas as situações conforme os termos da lei 11.107/2005.

A regulação se dá, portanto, essencialmente como “regulação por contrato” e este por sua vez tem no Plano sua base de legitimação quanto às metas e regras.

5.2. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

A efetivação e sustentabilidade do PMSB dependem fundamentalmente de uma agenda institucional, com objetivos relacionados à concretização dos instrumentos de planejamento, regulação, controle social e prestação dos serviços.

As ações que constituem a agenda institucional estão todas inseridas como metas imediatas e estão descritas seguindo as alternativas sugeridas no Item 2.2 anterior. Os prazos sugeridos terão como marco inicial a vigência do PMSB após sua publicação como instrumento legal do município.

A Tabela 44 apresenta as ações para a institucionalização dos sistemas de planejamento, regulação, controle social e prestação dos serviços de saneamento básico.

Tabela 44. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

	Objeto	Prazo
Planejamento	Alternativa de Grupo Executivo Municipal	
	Instituir por portaria o sistema municipal de planejamento	2 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio de Planejamento existente	
	Elaborar o Protocolo de intenções para adesão ao consórcio	1 mês
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio de Planejamento a ser criado	
	Articulação para formação do Consórcio	6 meses
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Assembleia estatuinte do Consórcio	3 meses
Regulação	Alternativa de Agência Municipal	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação da Agência	4 meses
	Aprovação legislativa de criação da Agência	3 meses
	Instituição da Agência	1 mês
	Alternativa de vinculação a Agência Reguladora Estadual	
	Aprovação legislativa do Convênio de Cooperação	3 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio Regulador existente	
	Protocolo de intenções para adesão ao Consórcio	1 mês
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Alternativa de vinculação a Consórcio Regulador a ser criado	
	Articulação para formação do Consórcio	6 meses
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Assembleia estatuinte do Consórcio	3 meses

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 8, Tabelas 49 a 55.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 44. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

	Objeto	Prazo
Controle Social	Alternativa de Conselho no âmbito municipal	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do Conselho	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do Conselho	3 meses
	Instituição do Conselho e indicação / eleição de seus membros	3 meses
	Alternativa de Conselho no âmbito de Consórcio Regional	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do Conselho	3 meses
Prestação do Serviço de Abastecimento de Água	Indicação / eleição de seus membros	3 meses
	Alternativa de Prestação de serviço com a CASAN	
	Negociação para adequação do Contrato vigente	2 meses
	Assinatura de aditivo ao Contrato vigente	2 meses
	Alternativa de Prestação de serviço - Recursos da CASAN	
	Negociação para adequação do Contrato vigente	2 meses
	Assinatura de aditivo ao Contrato vigente	2 meses
	Alternativa de Prestação de serviço pelo município de forma integral	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	3 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Alternativa de Prestação de serviço pelo município com contrato de apoio CASAN	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Contrato com a CASAN para serviços de apoio	2 meses
	Instituição do prestador	1 mês
Prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário	Alternativa de Prestação de serviço - Recursos da CASAN	
	Negociação para adequação do Contrato vigente	2 meses
	Assinatura de aditivo ao Contrato vigente	2 meses
	Alternativa de Prestação de serviço pelo município de forma integral	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	3 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Alternativa de Prestação de serviço pelo município com contrato de apoio CASAN	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Contrato com a CASAN para serviços de apoio	2 meses
	Instituição do prestador	1 mês
Prestação de Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Prestação de serviço pelo município de forma integral	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	3 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Prestação de serviço por empresa terceirizada	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Contrato da empresa terceirizada com a Prefeitura	2 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Prestação de serviço através de consórcio de forma direta ou por contrato de concessão	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do consórcio	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do consórcio	3 meses
	Contrato de Programa com o Consórcio	2 meses
	Instituição do consórcio	1 mês

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 8, Tabelas 49 a 55.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 44. Agenda Institucional para a Gestão dos Serviços

	Objeto	Prazo
Prestação de Serviços de Drenagem Urbana	Prestação de serviço pelo Município	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Aprovação legislativa de criação do prestador	3 meses
	Instituição do prestador	1 mês
	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana	4 meses
	Aparelhamento institucional	8 meses
	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	24 meses
	Prestação de serviço em Consórcio	
	Elaborar os instrumentos jurídicos para criação do prestador	2 meses
	Indicação / eleição de seus membros	3 meses
	Aprovação legislativa do Protocolo e adesão ao Consórcio	3 meses
	Assembléia estatuinte do Consórcio	3 meses
	Criação de um Departamento de Drenagem Urbana	4 meses
	Aparelhamento institucional	8 meses
	Aprovação do Plano Diretor de Drenagem como Lei	24 meses

Fonte: Fase III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento, Capítulo 8, Tabelas 49 a 55.



6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

O alcance e concretização das metas, programas e ações até aqui propostas tem seu sucesso intrinsecamente relacionado à eficácia do sistema de gestão e sustentação institucional a ser estabelecido. E esta eficácia só ocorre se no arcabouço institucional não apenas a prestação tenha organização estável e eficiente; a Lei 11.445/07 mostra de forma lúcida a necessidade de tornar transparente o exercício distinto das atividades de planejamento, regulação e controle social e mais ainda, a necessidade de que tais entes sejam suficientemente fortes em sua ação para garantir o cumprimento das metas e dar à população usuária dos serviços a garantia de qualidade e sustentabilidade que se precisa.

Foram sugeridas, para cada atividade institucional envolvida – planejamento, regulação, controle social e prestação, diversas alternativas às quais compete ao titular concedente avaliar e decidir.

Seguindo esta lógica sugere-se um conjunto de diretrizes que auxilie a avaliação das metas alternativas de gestão. Este contexto implica em, partindo da estrutura vigente no município, contexto regional e no estado, analisar as estratégias possíveis para cada cenário institucional alternativo, marcando claramente os passos e ações necessárias para a concretização da estratégia.

6.1. Programas Complementares

As Tabelas 45 e 46 apresentam os programas de Ações Intersetoriais, Educação Sanitária e Ambiental e de Inclusão Social, respectivamente, propostos para o município de Ermo.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 45. Programas de Ações Intercetoriais e de Educação Sanitária Ambiental

Programas Complementares	Programa de Ações Intersetoriais	Programa de Educação Sanitária e Ambiental
Conceito	Atividades integradas que pressupõe a formalização de parcerias nas ações públicas.	Consiste num processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, desenvolvendo as habilidades e formação de atitudes.
	Busca a promoção à saúde dentro de um quadro desenvolvimento social, econômico sustentável.	
Objetivo	Promover ações de saneamento básico de forma mais socializada e participativa, tendo por base a integração e a cooperação das comunidades;	Comportamento: comprometimento com uma série de valores e ter interesse pelo meio ambiente, participando da proteção e melhoria do meio ambiente;
	Inserir as famílias que se encontram em situações de exclusão, como carência financeira, falta de saneamento básico adequado e saúde pública deficiente, em programas sociais e ambientais, para que estas sejam acolhidas e qualificadas sob uma perspectiva intersetorial, e assim conquistem uma melhor qualidade de vida;	Consciência: ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se a adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões;
	Contribuir para a criação ou a efetivação de redes de compromisso e co-responsabilidade, quanto à qualidade de vida da população, tornando todos, responsáveis e participantes desse processo;	Conhecimentos: adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas;
	Promover ações voltadas para a educação e informação, em saúde e proteção ambiental, tendo em vista a responsabilidade social, através de ações complementares envolvendo a gestão municipal, os demais órgãos públicos em nível municipal, estadual e federal, as organizações e as entidades de representação social e a sociedade civil.	Habilidades: adquirir as habilidades necessárias para identificar e resolver os problemas ambientais;
		Participação: participar ativamente das tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.
Ações a Realizar	Programação de seminários para planejar ações mais direcionadas, com vistas à complementaridade de programas e projetos, que possam vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias em pauta;	Levantamento do perfil ambiental das escolas e dos Projetos já realizados;
	Desenvolvimento de novos programas e projetos ou inserção nos já existentes na esfera municipal, estadual e federal;	Mobilização de toda a comunidade escolar para o desenvolvimento de atividades durante a Semana do Meio Ambiente, com finalidade de conscientizar a população sobre as questões ambientais;
	Sensibilização da população através de campanhas informativas sobre saneamento básico, proteção ambiental e saúde pública, levando-se em consideração as demandas existentes para cada realidade local;	Realização da divulgação do Programa utilizando os meios de comunicação disponíveis e distribuição de panfletos, cartazes, a fim de informar e incentivar a população em relação à problemática ambiental;
	Momentos de lazer, conhecimento, informação, debate e, discussão de propostas e soluções, relacionadas às ações do saneamento básico e às questões sócio-ambientais.	Realização de campanhas educativas sócio-ambientais através de palestras. Promover a integração entre as organizações que trabalham nas diversas dimensões da cidadania, com o objetivo de ampliar o conhecimento e efetivar a implementação dos direitos de cidadania no cotidiano da população.
Prazo do Programa	Concentrados em um período entre 5 a 10 anos a e se dará a partir da institucionalização da gestão dos serviços, esta com prazo até 2013	Caráter permanente até o horizonte do Plano (2030) e se dará a partir da institucionalização da gestão dos serviços, esta com prazo até 2013.

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 6



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 46. Programas de Inclusão Social

Programas Complementares		Conceito		Objetivo			Ações a Realizar				
Manejo de Materiais Reciclados		Incentivo ao mercado de recicláveis oriundos dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais.	Um processo fundamental para a construção de um novo tipo de sociedade.	Inserir socialmente pessoas de baixa renda que têm pouca ou nenhuma chance de competir por uma vaga no mercado de trabalho através de formas econômicas do manejo de materiais recicláveis.			Promoção de capacitação em cursos e oficinas voltadas para o conhecimento e a discussão de temáticas como: resíduos sólidos: manejo e aproveitamento de materiais recicláveis; sobre a proteção ao meio ambiente; valor econômico dos materiais recicláveis, entre outros temas.		Realização de campanhas informativas, visando sensibilizar a população e os empresários sobre a importância de ações de reciclagem dos resíduos.		Apoio público permanente como forma de planejar as estratégias de manejo e comercialização dos materiais recicláveis.
Programa Estadual de Coleta Reciclagem e Bebeficiamento de Óleo Cozinha – De Óleo no Futuro		Programa estadual desenvolvido pela SDS, com base na Lei Estadual 14.330/08.		Consientizar os alunos e a sociedade em favor do meio ambiente, favorecendo assim a exploração econômica da reciclagem dos óleos e gorduras em questão, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar mais emprego e renda para os catarinenses.			Coletar o óleo dos pontos de recebimento, de cada Município pertencente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional			Garantir o destino correto do óleo coletado	
Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2		Programa estadual desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca		Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações.			Implantação da estrutura de gestão em três bacias hidrográficas abrangendo uma área de 8,4 mil km2.	Implantação de dois corredores ecológicos abrangendo uma área de 4,2 mil km2.	Implantação de sistemas de coleta de dejetos animais em 16.500 propriedades.	Manejo e conservação do solo e água, em 250.000 hectares, beneficiando 50.000 famílias.	Implantação de mata ciliar em 2.000 km.
							Implantação do Programa de Educação Ambiental em 1.000 escolas rurais, atingindo 92.850 pessoas entre agricultores, professores e escolares.	Consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.	Implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água beneficiando 30.000 famílias.	Destinação adequada de efluentes domésticos beneficiando 14.500 famílias.	Reforma de moradias beneficiando 15.000 famílias.
Saneamento em Municípios com População total até 50.000 habitantes – FUNASA		Programa nacional desenvolvido pela Fundação Nacional da Saúde		Fomentar a implantação de sistemas de abastecimento de água para controle de doenças e outros agravos com a finalidade de contribuir para a redução da morbimortalidade provocada por doenças de veiculação hídrica e para o aumento da expectativa de vida e da produtividade da população.	Fomentar a implantação e/ou ampliação de sistemas de coleta, tratamento e destino final de esgotamento sanitário visando o controle das doenças e outros agravos, assim como contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.	Fomentar a implantação e ou a ampliação de sistemas de coleta, transporte e tratamento e/ou destinação final de resíduos sólidos para controle de endemias e epidemias que encontram, nas deficiências dos sistemas públicos de limpeza urbana, condições ideais de propagação de doenças e outros agravos à saúde.	Fomentar a construção de melhorias sanitárias domiciliares para controle de doenças e outros agravos ocasionados pela falta ou inadequação das condições de saneamento básico nos domicílios.	O município não se encaixa nos critérios de elegibilidade do programa.			
Sistema de Limpeza Publica		Programa nacional desenvolvido pelo Ministério das Cidades		Incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, e promover a inserção social de catadores por meio da eliminação dos lixões e do trabalho infantil no lixo.			Estudos, planos, projetos, implantação, ampliação ou melhoria dos serviços de limpeza urbana, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, envolvendo implantação ou adequação de aterros sanitários, centrais de reciclagem e compostagem, equipamentos para coleta e acondicionamento, remediação de lixões, inserção social dos catadores, organização de cooperativas de trabalho, outros trabalhos sociais relacionados, bem como capacitação e desenvolvimento institucional.				

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 6.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 45. Programas de Inclusão Social

Programas Complementares	Conceito	Objetivo	Ações a Realizar
Programas do Governo Federal destinados aos Municípios – Ministério da Integração Nacional	Programa Pró Água Infra-Estrutura	A execução do Programa se dá por meio da construção de obras complementares e da recuperação de obras existentes, da construção de novas barragens para regularização e armazenamento de água e das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso à água para abastecimento e produção.	Elaboração de estudos e implantação de projetos estruturantes que visem aumentar a oferta de água para consumo humano e produção, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região.
	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Ações voltadas para a aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica, o fomento à inovação no agronegócio, o apoio a sistemas de rastreabilidade agroalimentar em cadeias produtivas agrícolas, o apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, o apoio às cadeias produtivas pecuárias e ao cooperativismo e associativismo rural.	-
	Programa de Conservação de Bacias Hidrográficas – PROBACIAS	Promover a conservação e recuperação de nascentes e mananciais hídricos, com articulação institucional por bacia ou sub-bacia hidrográfica. Recuperar áreas degradadas visando a implementação de técnicas de manejo, conservação e uso sustentável do solo e dos corpos d'água com a participação da sociedade local, com vistas ao aumento da oferta de água de boa qualidade e o desenvolvimento econômico e social da região.	-
	Programa de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis. As ações integrantes deste Programa possuem objetivos e finalidades específicas, sendo elas: implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental; gestão compartilhada da educação ambiental e publicidade de utilidade pública; formação de educadores ambientais e produção e difusão de informação ambiental de caráter educativo.	-

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 6.



6.2. Ações Institucionais

A seqüência de implantação das ações será representada em cronograma onde representa a prioridade e ordem prevalecente em que devem ser colocadas na ordem do dia pelos responsáveis. Contudo, se pode perceber que certas ações de prioridades subseqüentes possam se realizar em tempo mais curto do que a ação prioritária.

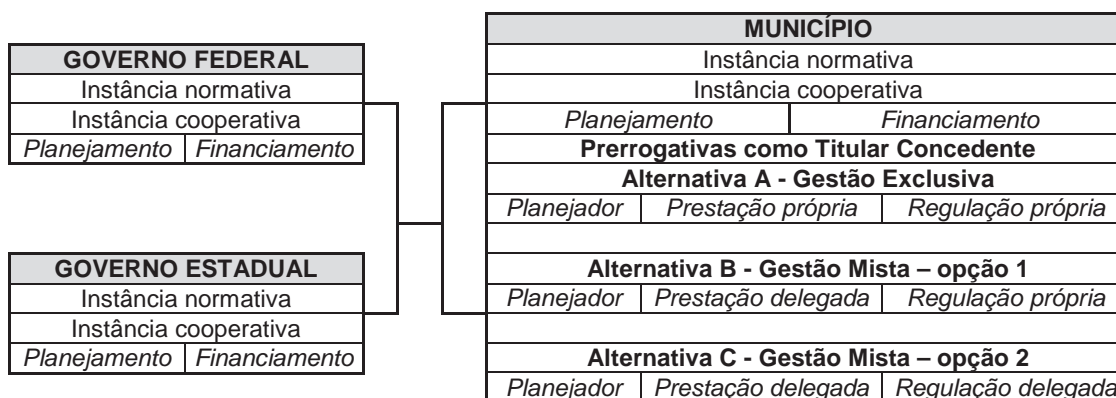
A implementação das ações institucionais, em todas suas fases, serão de responsabilidade integral do Município no caso do Cenário exclusivamente municipal. No caso do Cenário parcialmente municipal as iniciativas devem ser originadas no Município, contudo dependerá de ações coordenadas com os órgãos instituídos (Agencia Estadual ou Consórcio Estadual já existentes) ou com os demais municípios caso se proponha a formação de novo Consórcio.

As Figuras 12 e 13 apresentam os cronogramas de implementação das ações institucionais para os dois cenários descritos acima.

Os instrumentos legais que norteiam as premissas de articulação e integração entre os entes distintos dos poderes federativos – União, Estados e Municípios, para a atividade de serviços públicos, de saneamento e ainda da saúde pública, se inicia nos institutos da Constituição Federal.

As premissas de integração dos entes de todas as instâncias têm então o município como ente central no contexto do PMSB. Considerando a amplitude do arcabouço legal, o que dá margem a diversos arranjos institucionais que podem ser estabelecidos, a Tabela 47 apresenta o papel do Município dentro desta integração em diferentes cenários alternativos.

Tabela 47. Organograma de Integração dos Entes Envolvidos



Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 4, Tabela 19.



A articulação das informações entre os entes envolvidos deverá ser transparente permitindo a avaliação e o monitoramento da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico. A obtenção das informações entre os entes envolvidos deverão ser desenvolvidas ações com vistas a melhorar o grau de informação, tais como:

- Assinatura de Acordos de Cooperação técnica entre as esferas, viabilizando o intercâmbio de informação e de experiências;
- Criação de Conselhos e/ou Associações e/ou Consórcios;
- Edição e difusão de materiais educativos;
- Estabelecimento de fóruns e/ou mesas redondas, promovendo a interlocução e o debate;
- Parcerias com instituições.



Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 1.

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Figura 2.



6.3. Hierarquização dos Serviços de Saneamento

A hierarquização dos serviços de saneamento básico é fundamental para a implementação do PMSB na sede e nos distritos rurais do município. Para eleger a hierarquia foi utilizada a aplicação de três parâmetros:

- Índice Populacional – Ip: Parâmetro de concentração populacional, em relação ao ano de 2009, o resultante de cada área estudada em relação a população total do município;
- Índice de carência na cobertura dos serviços (Ic): 1,0 – índices de cobertura estimados para 2009;
- Índice de insatisfação da sociedade em relação a prestação dos serviços (Iis): estimado, para cada serviço, com base na manifestações da população através das audiências públicas realizadas.

A hierarquização para cada serviço considerando a localidade do município foi estimada através da média os índices apresentadas anteriormente. A Tabela 48 apresenta a hierarquização final do PMSB.

Tabela 48. Hierarquização dos Serviços de Saneamento Básico

Serviços	Localidade	Sede	Rural
Abastecimento de Água		↓	↓
Esgotamento Sanitário		↓	→
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos		→	↑
Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais		↑	↑
↑	Alta Prioridade		
→	Média Prioridade		
↓	Baixa Prioridade		

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 7, Tabela 23.



7. CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SALUBRIDADE AMBIENTAL

O Índice Municipal de Salubridade Ambiental pode ser traduzido como o conjunto de indicadores relacionados às condições de saneamento como o abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

Esses indicadores foram selecionados conforme a disponibilidade dos dados e informações do município, buscando a uniformidade da base de dados e informações utilizadas, assim como dos critérios e formas de cálculo, a fim de possibilitar a comparabilidade das situações de salubridade entre os municípios do Estado de Santa Catarina.

Este índice auxilia na avaliação por parte da Administração Pública quanto à necessidade de implantação de medidas de saneamento ambiental, visando à promoção da qualidade ambiental, podendo ser utilizado como um instrumento da política de saneamento.

Dessa forma, o ISA tem como principal mérito reunir e apresentar sinteticamente a “situação de salubridade ambiental” do município através de um valor numérico.

O Índice de Salubridade Ambiental – ISA foi calculado pela média ponderada dos seguintes indicadores:

- I_{AB} = indicador de abastecimento de água;
- I_{ES} = indicador de esgotos sanitários;
- I_{RS} = indicador de resíduos sólidos;
- I_{CV} = indicador de controle de vetores;
- I_{RH} = indicador de recursos hídricos;
- I_{DR} = indicador de drenagem urbana;
- I_{SE} = indicador sócio-econômico.

A metodologia de cálculo desses indicadores, as fórmulas e sua composição, seus objetivos e responsáveis pela informação estão apresentados no Capítulo 9 da **Fase IV** – Programas, projetos e ações.



Para o município de Ermo foi encontrado o seguinte índice de salubridade ambiental:

$$ISA = 0,25I_{AB} + 0,25I_{ES} + 0,25I_{RS} + 0,05I_{CV} + 0,10I_{RH} + 0,05I_{DR} + 0,05I_{SE}$$

$$ISA = (0,25 \times 99,2) + (0,25 \times 30,51) + (0,25 \times 73,25) + (0,05 \times 37,5) + (0,10 \times 50) \\ + (0,05 \times 13) + (0,05 \times 67,42)$$

$$ISA = 61,61$$

De acordo com pontuação específica do ISA, o município pode ser considerado de média salubridade ambiental, devendo ser tomadas as providências necessárias para a melhoria deste índice municipal.

Levando-se em consideração as ações, obras e programas que deverão ser executados para atingir essas metas estabelecidas, torna-se possível estabelecer objetivos de longo alcance e de metas de médio e curto prazo, de modo a projetar estados progressivos de desenvolvimento da salubridade ambiental no município.

Sendo assim, em consonância com os marcos das intervenções definidos na Fase III, os índices de salubridade ambiental foram calculados para os anos em que estes marcos se iniciam, conforme descrito a seguir:

- 2014: meta de curto prazo;
- 2019: meta de médio prazo;
- 2025: objetivo de longo alcance.

Na Tabela 49 são apresentados os índices de salubridade ambiental resultantes das intervenções previstas nos serviços de saneamento básico e as principais metas para o desenvolvimento da salubridade ambiental no município. O Gráfico 4 apresenta a linha de tendência da progressão do ISA.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 49. Projeção do Índice de Salubridade Ambiental para 2014, 2019 e 2025 e suas Principais Metas.

Marco			Atual	Curto	Médio	Longo
Ano			2009	2014	2019	2025
Água	% de cobertura		98%	99%	99%	100%
	Sede	% de perda	38%	35%	32%	28%
		Per capita efetivo (l/hab.dia)	107	113	119	120
Esgotos	% de coleta		92%	94%	96%	98%
	% de tratamento		0%	94%	96%	98%
Controle de Vetores	Nº de casos	Dengue	1	0	0	0
		Esquistossomose	0	0	0	0
		Leptospirose	3	0	0	0
	Enchentes		sim	sim	não	não
Recursos Hídricos	Sede	Qualidade Manancial Subterrâneo	0%	0%	0%	0%
		Demanda futura (l/s)	1,5	1,4	1,4	1,4
Sócio-econômico			67%	73%	78%	85%
Resíduos Sólidos	% de coleta		93%	100%	100%	100%
	% de tratamento e disposição final		100%	100%	100%	100%
Drenagem	Risco de enchente		25%	25%	75%	100%
	Prestação do serviço		0%	45%	85%	100%
Índice de Salubridade Ambiental - ISA			62%	86%	92%	94%

Fonte: Fase IV - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, Capítulo 9, Tabela 49.

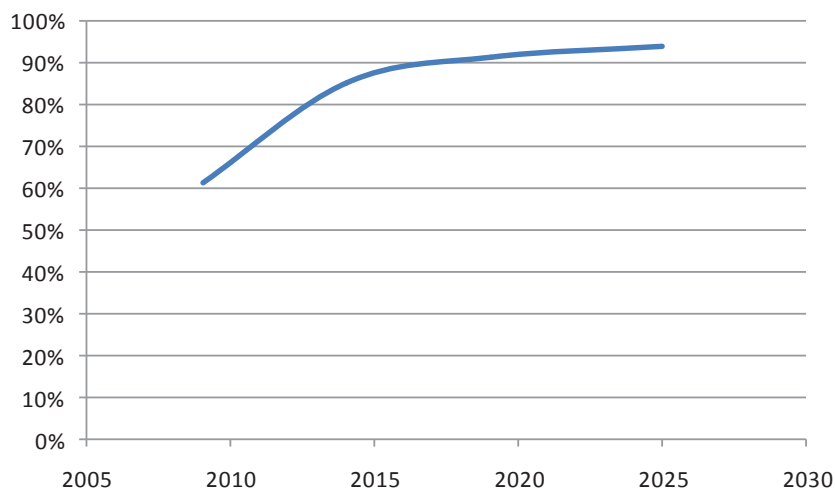


Gráfico 4 - Linha de Tendência da Estado Progressivo da ISA



8. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS

A avaliação das metas, ações e programas terá um endereço legal e institucional principal, que é o Ente Regulador, que tem, por definição dos termos da Lei Federal 11.445/2007, a prerrogativa de monitorar, avaliar, e principalmente agir com poder de “polícia” aplicando procedimentos e sanções legais, poder só dado a ente institucional da característica deste.

Essa avaliação se dará sem prejuízo de que outras ações fiscalizatórias com competência legal definidas sejam também exercidas paralelamente e sem prejuízo ainda de que exista alternativa institucional de âmbito local, como a Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Os aspectos institucionais que envolvem o cumprimento da Lei exigem a atualização periódica do PMSB, o que significa ação permanente do titular dos serviços na obtenção dos dados de base que permitam esta atualização. Assim sugere-se a criação, pelo poder concedente, um organismo de Planejamento e de Informações do Saneamento, com objetivo de:

- Acompanhar as ações programadas para o cumprimento das metas;
- Atualizar os elementos que constituem o planejamento dos serviços;
- Operacionalizar o Sistema Municipal de Informações do Saneamento;
- Coordenar a atualização periódica do PMSB.

8.1. Instrumentos de Controle Social e de Transparência e Divulgação das ações

O Controle Social é conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico

Para melhor eficácia do controle social sobre os serviços, é fundamental que ele seja num contexto estritamente municipal, para um maior grau de participação dos munícipes no processo de formulação da política, do planejamento e informação, e, a depender, da regulação.



A participação social se fará eficiência de sua ação com a instituição de um conselho (não vinculante) com uma estrutura consultiva e com participação indireta e funcional na administração pública.

O melhor formato para este controle se traduzirá, nos termos indicados pela Lei, na constituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Os mecanismos de participação social a serem empregados, quanto aos interesses sociais para o acompanhamento, discussão, implementação, atualização e divulgação das ações podem ser:

- a) Consulta pública (abertura de prazo para manifestação por escrito de terceiros, antes de decisão, em matéria de interesse geral);
- b) Audiência pública (sessão de discussão, aberta ao público, sobre tema ainda passível de decisão);
- c) Assessoria externa (convocação da colaboração de especialistas para formulação de projetos, relatórios ou diagnósticos sobre questões a serem decididas).

É importante a definição clara dos direitos e deveres dos usuários. São poucos os serviços que possuem o regulamento próprio, em geral os de água e esgotos. Mas mesmo nestes, os regulamentos tradicionais ainda em uso pelas companhias estaduais são pouco explícitos nos direitos dos usuários.

Os aspectos importantes de direitos e deveres do usuário que devem constar, no mínimo, de um regulamento dos serviços de Saneamento Básico estão apresentados na Tabela 50.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 50. Diretos e Deveres dos Usuários dos Serviços de Saneamento Básico

Serviços	Diretos		Deveres
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Prazos dos serviços a que tem direito	Nova ligação	Remunerar em dia os serviços obtidos;
		Aferição de hidrômetro	Zelar pelo cavalete e hidrômetro quando estiver dentro de seu imóvel, respondendo por furtos ou danos e ainda não provocar alterações no medidor;
		Confirmação de leitura e revisão de erro na conta	Não provocar danos a danos aos componentes do sistema e ainda não executar furos em adutora e rede ou mesmo derivação no ramal;
		Troca de titular da conta	Colaborar no controle do consumo de água, evitando desperdício, corrigindo vazamentos internos ou outros fatores internos ao seu imóvel;
		Eliminação de vazamento em ramal	Executar obrigatoriamente a ligação de esgoto na rede pública disponibilizada;
	Prazos para atendimento a reclamações	Alta de água (descontinuidade)	Não lançar sólidos ou águas pluviais na rede coletora de esgotos;
		Intermitência e baixa pressão (regularidade)	Permitir acesso ao operador, devidamente identificado, para vistoria do hidrômetro ou verificação do consumo no interior imóvel, respeitada a privacidade do lar
		Qualidade ruim da água	
		Desobstrução de rede de esgotos	
		Correção de vazamento na rede água	
	Ter prazo	Para quitar débitos atrasados	
		Para recorrer de sanções impostas	
	Informações a que tem direito	Sobre a potabilidade da água nos termos da Portaria MS 518/2004	
		Sobre a qualidade do efluente de esgotos	
		Sobre as autuações do ente regulador	
		Sobre o resultado de pesquisa de satisfação	
Limpeza e Manejo de resíduos	Prazos para atendimento a reclamações	Falta de coleta (descontinuidade)	Remunerar em dia os serviços obtidos;
		Desrespeito a frequência (regularidade)	Não provocar danos a danos aos componentes do sistema, como container, peças de acondicionamento, veículos e ferramentas;
	Ter prazo	Para quitar débitos atrasados	Não depositar resíduos em local não apropriado ou não autorizado;
		Para recorrer de sanções impostas	Colaborar com campanhas de redução de resíduos e de triagem e coleta seletiva
	Informações a que tem direito	Sobre a adequação do destino final	
		Sobre as autuações do ente regulador	
		Sobre o resultado de pesquisa de satisfação	
Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Prazos para atendimento a reclamações	Inundações frequentes	Não provocar danos aos componentes do sistema
		Recuperação de estruturas danificadas	Não depositar resíduos na rede de drenagem
	Informações a que tem direito	Sobre a adequação do sistema existente	Desconectar a ligação dos efluentes cloacais na rede de drenagem
		Prazos de melhorias e riscos associados	Atender à legislação que define as restrições de uso das áreas eventualmente alagáveis
		Sobre o resultado de pesquisa de satisfação	

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 3, Item 3.2.



8.2. Instrumentos de Avaliação

No contexto deste PMSB e da legislação na qual se insere este plano, um conjunto de metas deverá fazer parte das obrigações contratuais a serem estabelecidas com os prestadores dos serviços, estes em síntese os responsáveis últimos pela sua consecução.

A relação dos indicadores de avaliação dos serviços de saneamento básico está apresentada na Tabela 51, a seguir.

Tabela 51. Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saneamento Básico

Meta	Serviço	Indicador	Definição
Universalidade dos Serviços	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	U1. Cobertura da rede de água e esgotos	Relação numérica, dado em percentual, entre o número de imóveis com acesso a rede sobre o total de imóveis existentes.
		U2. Cobertura do tratamento de esgotos coletados	Relação numérica, dado em percentual, entre o número de imóveis com esgotos dirigidos ao tratamento sobre o total de imóveis coletados.
	Drenagem Urbana	U3. Cobertura da rede de micro-drenagem	Relação numérica, dado em percentual, entre a extensão do sistema viário coberto com pavimentação e dispositivos de drenagem superficial (meio fio, sarjetas, bocas de lobo, escadas, canaletas) e subterrânea (poços de visita e rede de drenagem) e o comprimento total do sistema viário existente consolidado.
	Resíduos Sólidos	U4. Cobertura do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de imóveis não atendidos na frequência estipulada, salvo as interrupções previstas em lei, sobre o total de imóveis coletados.
Qualidade dos Serviços	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Q1. Qualidade da água distribuída	Cumprimento da Portaria 518 do MS.
		Q2. Qualidade do efluente de esgotos tratados	Cumprimento da Legislação ambiental pertinente.
		Q3. Quantidade de água ofertada	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume disponibilizado sobre o volume demandado conforme estimativa do PMSB.
		Q4. Índice de tratamento de esgotos	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume tratado e o volume coletado de esgotos.
	Resíduos Sólidos	Q5. Índice de disposição adequada dos resíduos	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume dispostos de forma adequada e o volume coletado de resíduos.
	Abastecimento de Água	Q6. Continuidade do abastecimento de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de imóveis atingidos pela interrupção e/ou insuficiência do abastecimento, salvo as interrupções previstas em Lei, sobre o total de imóveis existentes.
		Q7. Regularidade do abastecimento de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de pressão conforme medida nos ramais sobre o total de ramais avaliados.
	Resíduos Sólidos	Q8. Regularidade da coleta de resíduos	Relação numérica, dado em percentual, entre o total de imóveis não atendidos na frequência estipulada, salvo as interrupções previstas em lei, sobre o total de imóveis coletados.
	Drenagem Urbana	Q9. Regularidade do funcionamento da rede pluvial	Relação do número de ocorrência de inundações para eventos de precipitação dentro dos critérios de dimensionamento da pluvial (TR 5 anos para microdrenagem e TR 10 anos para macrodrenagem).
	Geral	Q10. Índice de reclamações dos serviços (água, esgotos e resíduos)	Relação numérica, dado em percentual, entre total de reclamações relativas a cada serviço em relação ao número de imóveis atendidos pelo serviço.
		Q11. Índice de satisfação dos usuários (água, esgotos, resíduos e drenagem)	Relação numérica, dado em percentual, da nota média obtida em pesquisa de satisfação sobre o padrão estipulado.

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 4, Itens 4.1, 4.2 e 4.3.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

**Tabela 51. Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saneamento Básico**

Meta	Serviço	Indicador	Definição
Eficiência dos Serviços	Abastecimento de Água	E1. Índice de perdas de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume disponibilizado e a soma dos volumes consumidos de água.
		E2. Índice de hidrometração	Relação numérica, dado em percentual, entre o número de ligações ativas hidrometradas sobre o número de ligações ativas totais de água.
		E3. Índice de macro-medição de água	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume macro-medido na saída das unidades de tratamento sobre o volume produzido de água.
	Esgotamento Sanitário	E4. Índice de macro-medição de esgotos	Relação numérica, dado em percentual, entre o volume macro-medido na entrada das unidades de tratamento sobre a estimativa do volume coletado de esgotos.
	Drenagem Urbana	E5: Índice de efetividade das intervenções na rede pluvial	Relação de ocorrência de inundações para eventos de precipitação dentro dos critérios de dimensionamento da pluvial (TR 5 anos para microdrenagem e TR 10 anos para macrodrenagem), após intervenção realizada na rede pluvial.

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 4, Itens 4.1, 4.2 e 4.3.

Os procedimentos de avaliação dos indicadores propostos apresentados na Tabela 52, deverá ser objeto de detalhamento por parte do Ente Regulador, em comum acordo com o Titular concedente.

Tabela 52. Procedimentos de Avaliações dos indicadores dos Serviços de Saneamento Básico

Indicador	Procedimento
Cobertura dos serviços	Número de imóveis cobertos pelo serviço (água, esgoto coletado e esgoto tratado e coleta de resíduos) será identificado pelo cadastro do prestador, o qual deverá estar atualizado e avaliado pelo Ente Regulador
	Número de imóveis totais existentes será fornecido pelo cadastro imobiliário municipal ou por dados censitários e projeções oficiais aceitas pelo Regulador
Indicadores volumétricos de água e esgotos	Volume disponibilizado ou tratado de água: macro-medidor na saída de cada unidade de tratamento de água
	Volume tratado de esgotos: macro-medidor na entrada de cada unidade de tratamento de esgoto
	Volume produzido de água: enquanto não se tem 100% de macro-medição dos volumes disponibilizados, será aceito a quantificação do tempo de adução e respectiva vazão aduzida de água bruta
	Volume coletado de esgotos: enquanto não se tem 100% de tratamento e respectiva macro-medição dos volumes tratados, será aceito a quantificação dos tempos e respectiva vazão bombeada nas elevatórias finais
	Volume consumido de água para aferição das perdas de água será obtido pela soma dos volumes micro-medidos e estimados, estes enquanto não se completar a hidrometração total do serviço
Indicadores volumétricos de coleta de resíduos	Aferidos pela cubagem dos resíduos transportados
Qualidade da água distribuída	Periodicidade e critérios de amostragem definidos nos instrumentos legais
Lançamento do efluente do tratamento de esgotos	
Indicadores para avaliação da continuidade do abastecimento	
Regularidade da coleta de resíduos	
Índice geral de reclamações	
	Dados estatísticos do sistema de registro de atendimento ao usuário de cada prestador e do ente regulador

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 4, Item 4.4.



A avaliação de impactos e benefícios deve ser planejada, sistemática, de modo a gerar dados históricos comparativos que permitam a análise do grau de evolução e relevância das intervenções e investimentos empreendidos.

Deve ser realizada pelo Grupo Executivo de Planejamento, Informação e Acompanhamento, e que sua ação seja complementar ao realizado pelo Ente Regulador, este mais voltado para o monitoramento das metas contratuais. Este grupo deverá desenvolver então os itens de avaliação e indicadores de relevância que atendam à missão a que se propõe o Programa. Entre os critérios de avaliação são:

- Eficiência: significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- Eficácia: medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- Impacto (ou efetividade): indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- Sustentabilidade: mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- Análise custo-efetividade: similar à idéia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- Satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;
- Equidade: procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

A partir deste conjunto de critérios, deverão ser verificadas as conformidades, apurar os dados, analisar e sistematizar os resultados e proceder à análise dos desníveis entre o projetado e realizado.



8.3. Diretrizes para os Instrumentos Regulatórios

O estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico, além das demais Políticas, a nível nacional e estadual, seria o marco regulatório para o município de Praia Grande.

Os instrumentos legais para a regulação no Estado de Santa Catarina foram estabelecidos com a promulgação de uma legislação que dispõe a respeito ao saneamento básico. As principais lei para o setor são:

- Lei Nº 13.517/2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento;
- Lei Nº 13.557/2005 que estabelece a Política Estadual sobre Resíduos Sólidos;
- Lei Nº 9.022/1993 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei Nº 9.748/1994 que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Lei Nº 14.675/2009, que instituiu o “Código Estadual do Meio Ambiente”.

Os instrumentos regulatórios de cada setor do saneamento básico, independentemente da forma de prestação, deverão ser concebidos para garantir o respeito aos contratos e o uso adequado dos incentivos à eficiência, à expansão dos serviços e à modicidade tarifária (inclusive as formas de subsídios), além de serem importantes para garantir a obrigatoriedade da prestadora em fornecer as informações requeridas pelo ente regulador.

A Política de Saneamento Básico institui alguns instrumentos regulatórios:

- Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Sistema Municipal de Saneamento Básico;
- Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- Fundo Municipal de Saneamento Básico.



8.4. Diretrizes para Compatibilização da Avaliação da Eficácia das Ações com os Planos de Bacias Hidrográficas

As diretrizes que devem ser compatibilizadas com os Planos de Bacia Hidrográficas no formato de avaliação da eficácia das ações programadas neste PMSB são:

- Cobertura e eficiência no tratamento dos esgotos: constitui-se em meta regulatória do serviço de esgotos de grande impacto e benefício nos corpos hídricos; os parâmetros de lançamento dos efluentes deverão estar em consonância com as classes dos corpos receptores e seu monitoramento deve estar incluído nas informações manejadas pelo sistema de recursos hídricos;
- Gestão de perdas: tem impacto na demanda dos serviços e sua eficácia traz ganho significativo no uso racional e conservação dos recursos hídricos; para tanto, o monitoramento desta meta regulatória deverá estar em consonância com as diretrizes de conservação da bacia em uso e sua avaliação deve estar incluída nas informações manejadas pelo sistema de recursos hídricos;
- Uso de equipamentos poupadores e re-uso: o incentivo ao uso de instalações hidráulicas poupadoras e ainda a adaptação de instalações sanitárias para o re-uso são ações que devem ser estabelecidas entre metas dos serviços; contribuem para a redução do consumo e conseqüente benefício na conservação dos recursos;
- Captação domiciliar e retenção de águas pluviais: são mecanismos que devem ser colocados como metas não estruturais no serviço de drenagem urbana e manejo de águas pluviais que tem impacto também na diminuição do consumo.

8.5. Diretrizes para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, compreendendo entre outros o Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico

O Sistema Municipal de Saneamento deve contemplar todos os instrumentos que envolvem os serviços de saneamento básico. Será constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no município. Os desenhos possíveis deste Sistema Municipal estão condicionados às diferentes alternativas apresentadas na Tabela 53 a seguir.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo



Tabela 53. Alternativas para delegação dos entes responsáveis para realização das ações dos instrumentos

Instrumentos do Sistema Municipal de Saneamento Básico	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3	Alternativa 4
	Regulação e Prestação dos Serviços Municipal	Regulação Municipal e Prestação dos Serviços Parcialmente Municipal	Regulação e Prestação dos Serviços Parcialmente Municipal	
Regulação	Atividades centralizadas no Ente Municipal de Regulação		Atividades delegadas a Agência Reguladora de outra instância federativa (Estado ou Consórcio)	
Planejamento e informações			Atividades centralizadas no Ente Municipal de Planejamento	
Controle Social	Órgão colegiado funcionando como Conselho Consultivo do Ente Municipal de Regulação		Órgão colegiado funcionando como Conselho Consultivo do Ente Municipal de Planejamento	
Prestação dos Serviços	Atividades centralizadas no Ente Municipal de Prestação dos serviços de água, esgoto, limpeza e manejo de resíduos e drenagem e manejo de águas pluviais	a) atividades da prestação de água: delegadas à CASAN; b) atividades da prestação de esgoto: delegadas à CASAN ou municipal c) atividades da prestação de limpeza e drenagem: através do Ente Municipal de Prestação dos serviços de limpeza e drenagem	a) atividades da prestação de água: delegadas à CASAN b) atividades da prestação de esgoto: delegadas à CASAN ou municipal c) atividades da prestação de limpeza e manejo de resíduos: delegada à terceiro d) atividades da prestação de drenagem: através do Ente Municipal de Prestação dos serviços de drenagem	
Fundo Municipal de Saneamento Básico	Formado por recursos orçamentários municipais e extra-orçamentários (transferências por programas estaduais e do OGU) e ainda o superávit operacional da receita de tarifas e taxas dos serviços			
Política Municipal de Saneamento Básico	Instrumento em formato de lei que consolida o Sistema Municipal no formato da alternativa escolhida e institucionaliza o PMSB			
Conselho Municipal de Saneamento Básico	Instância colegiada de caráter deliberativo, consultivo e representação paritária, com a competência de formular as políticas públicas de saneamento ambiental, definir estratégias e prioridades, além de acompanhar e avaliar sua implementação.			

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 7, Tabela 1.

A Instituição da Política Municipal de Saneamento Básico de Ermo tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do município. Os princípios, objetivos e diretrizes da Política estão apresentados na Tabela 54.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

**Tabela 54. Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico**

Princípios	Objetivos		Diretrizes
Universalidade	Estabelecer diretrizes, objetivos e instrumentos para a promoção da melhoria da saúde pública e da salubridade ambiental, do direito à cidade, da proteção dos recursos hídricos e da sustentabilidade ambiental.		Promover ações de saneamento ambiental como uma meta social, subordinada ao interesse público, de forma que cumpram sua função social
Integralidade das Ações	Estabelecer os mecanismos para a adequada articulação do planejamento e da prestação dos serviços de saneamento básico com	a Política Urbana, considerando o Plano Diretor, os Planos de Habitação e os Planos de Mobilidade Urbana	Garantir a prática de tarifas e taxas justas do ponto de vista social
Equidade		as políticas e os planos locais e regionais de saúde, recursos hídricos meio ambiente e inclusão social	Prestar os serviços de saneamento ambiental de forma que seja garantida a máxima produtividade e a melhor qualidade
Participação e Controle Social	Estabelecer a adequada articulação institucional dos atores públicos e privados e demais segmentos organizados da sociedade que atuam nos 4 (quatro) componentes dos serviços públicos do saneamento básico		Realizar o planejamento do uso e da ocupação do solo do município, de forma que sejam adotadas medidas para a proteção dos ecossistemas e dos recursos hídricos
Titularidade Municipal	Definir os instrumentos da gestão: a sistemática de planejamento, o modelo e as diretrizes para prestação, a regulação e a fiscalização dos serviços		Adotar indicadores e parâmetros ambientais, sanitários, epidemiológicos e socioeconômicos para o planejamento, a execução e a avaliação das ações de saneamento ambiental
Gestão Pública	Fixar os direitos e deveres dos usuários		Fomentar a capacitação tecnológica da área e a formação e a capacitação de recursos humanos
Articulação / Integração Institucional	Estabelecer mecanismos institucionais e de acesso à informação para o efetivo controle social e participação popular no planejamento, monitoramento e avaliação do Plano e seus programas e nas atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços, atendendo aos princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) e do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001)		Buscar a adoção de tecnologias apropriadas às condições socioculturais e ambientais de cada local
Sustentabilidade	Estabelecer as condições para a formalização dos contratos: definir a elaboração do plano de saneamento básico e a de estudo da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços; definir as normas de regulação, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; definir casos e condições para a retomada dos serviços; e prever a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato		Aperfeiçoar os arranjos institucionais e gerenciais, de forma que sejam adequados às condições locais em termos econômicos, sociais e culturais
Direto à informação	Estabelecer as diretrizes, os instrumentos e prever os quadros normativos para a fiscalização e a regulação da prestação dos serviços de saneamento básico		Apoiar as ações das instituições responsáveis pela proteção e pelo controle ambiental
Direito à educação sanitária e ambiental	Estabelecer diretrizes para a organização e implementação do Sistema de Informações Municipal em Saneamento Básico, em consonância com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, com a definição de indicadores e índices para o monitoramento e avaliação da situação de acesso, qualidade, segurança, eficiência, eficácia e efetividade na gestão e na prestação dos serviços e nas condições de saúde e de salubridade ambiental		Realizar, sistematicamente, o acompanhamento e a divulgação de informações sobre os indicadores de saneamento ambiental, saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e educação sanitária e ambiental
Prestação adequada dos serviços	Definir diretrizes e indicar os limites e possibilidades para a gestão associada de parte(s) ou de todo o serviço de saneamento básico, considerando as particularidades, local e regional		Respeitar as legislações relacionadas à proteção ambiental e à saúde pública no planejamento e na execução de ações, em obras e serviços de saneamento, cabendo, aos órgãos e às entidades por elas responsáveis, seu licenciamento, sua fiscalização e seu controle, nos termos de sua competência legal

Fonte: Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, Capítulo 7, Itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3.



Um dos mecanismos para dar suporte às ações de saneamento básico no âmbito municipal é a promulgação de lei instituindo a Política Municipal de Saneamento Básico. Como contribuição, apresenta-se, na **Fase VI**, uma minuta do projeto de lei.

A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, composto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico; Conferência Municipal de Saneamento Básico; Conselho Municipal de Saneamento Básico; Fundo Municipal de Saneamento Básico; e do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

O Conselho Municipal de Saneamento Ambiental é a instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo, com representação paritária, composto por representantes do Poder Público municipal, dos prestadores de serviço, dos usuários, de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico e de outros segmentos sociais, devendo ser criado por lei municipal. O Conselho tem a competência de formular as políticas públicas de saneamento ambiental, definir estratégias e prioridades, além de acompanhar e avaliar sua implementação.

Cabe a esse Conselho, e às demais instâncias municipais competentes, regular, avaliar e realizar o controle da prestação dos serviços de saneamento ambiental, mediante apoio técnico de instituição capacitada. Essa instituição pode ser municipal, resultar de associação entre municípios ou pertencer ao governo estadual.

O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental tem como objetivo financiar as ações públicas de saneamento, conforme a Política e o Plano Municipal de Saneamento, constituindo-se em uma fonte complementar e permanente do financiamento das ações a custos subsidiados, visando garantir a permanência da universalização e a qualidade dos serviços. Suas fontes de recursos podem ser constituídas de dotações orçamentárias do município e de outros níveis de governo, bem como de outros fundos, doações e subvenções nacionais e internacionais, além de recursos financeiros de agências de financiamentos nacionais.



A Conferência Municipal de Saneamento Ambiental é realizada a cada dois anos, servindo para subsidiar a formulação da política e a elaboração do Plano. É uma forma eficaz de mobilização pois permite a democratização das decisões e o controle social da ação pública. Possibilita a construção de pactos sociais na busca de políticas democráticas e de serviços de saneamento, com atendimento universal e de boa qualidade, contribuindo para a construção da cidadania.



9. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Em busca de um melhor entendimento e visualização das informações diagnosticadas e das propostas elaboradas referentes aos serviços de saneamento dos municípios contemplados pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, montou-se um banco de dados associado a um Sistema de Informações criado em ambiente de geoprocessamento.

O SIG do Plano de Saneamento e o banco de dados a ele associado têm como objetivo facilitar a manipulação dos dados e a visualização da situação de cada serviço ofertado pelo município, a fim de se identificar os problemas e auxiliar na busca de soluções para os mesmos.

Foram identificados e georreferenciados os principais componentes dos seguintes serviços: Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Drenagem Pluvial e Resíduos Sólidos. Como base para o levantamento e georeferenciamento de todos esses elementos foram utilizadas cartas cartográficas digitalizadas, do Estado de Santa Catarina, disponibilizadas pela SDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável na escala 1:50.000.

Os dados e informações do diagnóstico e propostas referentes a cada município foram tabuladas em um banco de dados (Excel) associado ao programa de geoprocessamento ArcGis 10. Para facilitar o acesso às informações foi utilizado o aplicativo ArcGis Explorer, visualizador SIG gratuito e de fácil manuseio.

9.1. SIG dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Ermo

No município de Ermo foram espacializadas as principais unidades do sistema público de abastecimento de água que atende a Sede do município. A localização das unidades foi feita com base em informações obtidas da prefeitura do município, em visitas a campo, na utilização de ferramenta de geoprocessamento, no caso o ArcGis, e a ferramenta Google Earth.

Os dados e informações que compõem o banco de dados do sistema de abastecimento de água no município de Ermo referem-se aos seguintes componentes georreferenciados no ArcGis:

- Ponto de captação de água bruta;
- Estação de recalque de água bruta;
- ETA – Estação de Tratamento de Água;



- Reservatórios;
- Estação de recalque de água tratada;
- Adutoras de água bruta e de água tratada;
- Áreas atendidas pelo Sistema Público de Abastecimento de Água.

No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário do município, poucas informações puderam ser georreferenciadas tendo em vista à falta no município de um sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto, que na maioria das residências se dá por meio de tanques ou fossas sépticas.

A situação dos serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos no município pôde ser visualizada através da identificação e georreferenciamento das seguintes unidades:

- Terreno de Descarte dos Resíduos de Limpeza Urbana;
- Hospitais com o Plano de Resíduos Sólidos de Saúde aprovado;
- Aterro.
- Abrangência dos serviços de coleta.

As características de cada componente citado acima são relatadas no banco de dados associado à ferramenta de geoprocessamento no caso o ArcGIS. Essas características foram obtidas do próprio diagnóstico do PMSB (**Fase II**) e se referem às potencialidades e deficiências de cada componente.

9.2. Planos e ações propostos no Plano de Saneamento abordados no SIG

As propostas desenvolvidas para o atendimento das metas e objetivos que visam à universalização dos serviços de saneamento envolvem um conjunto de atividades a serem executadas no município e que foram ordenadas no banco de dados por setor de saneamento (Água, Esgoto, Resíduos, Drenagem), sendo informados os prazos e o valor do investimento para cumprimento de cada atividade.

A Figura 14 mostra a interface do aplicativo ArcGis Explorer com o usuário, onde podem ser visualizadas, a partir dos marcadores dentro do município, as atividades propostas no PMSB referentes a cada setor do saneamento.



Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Ermo

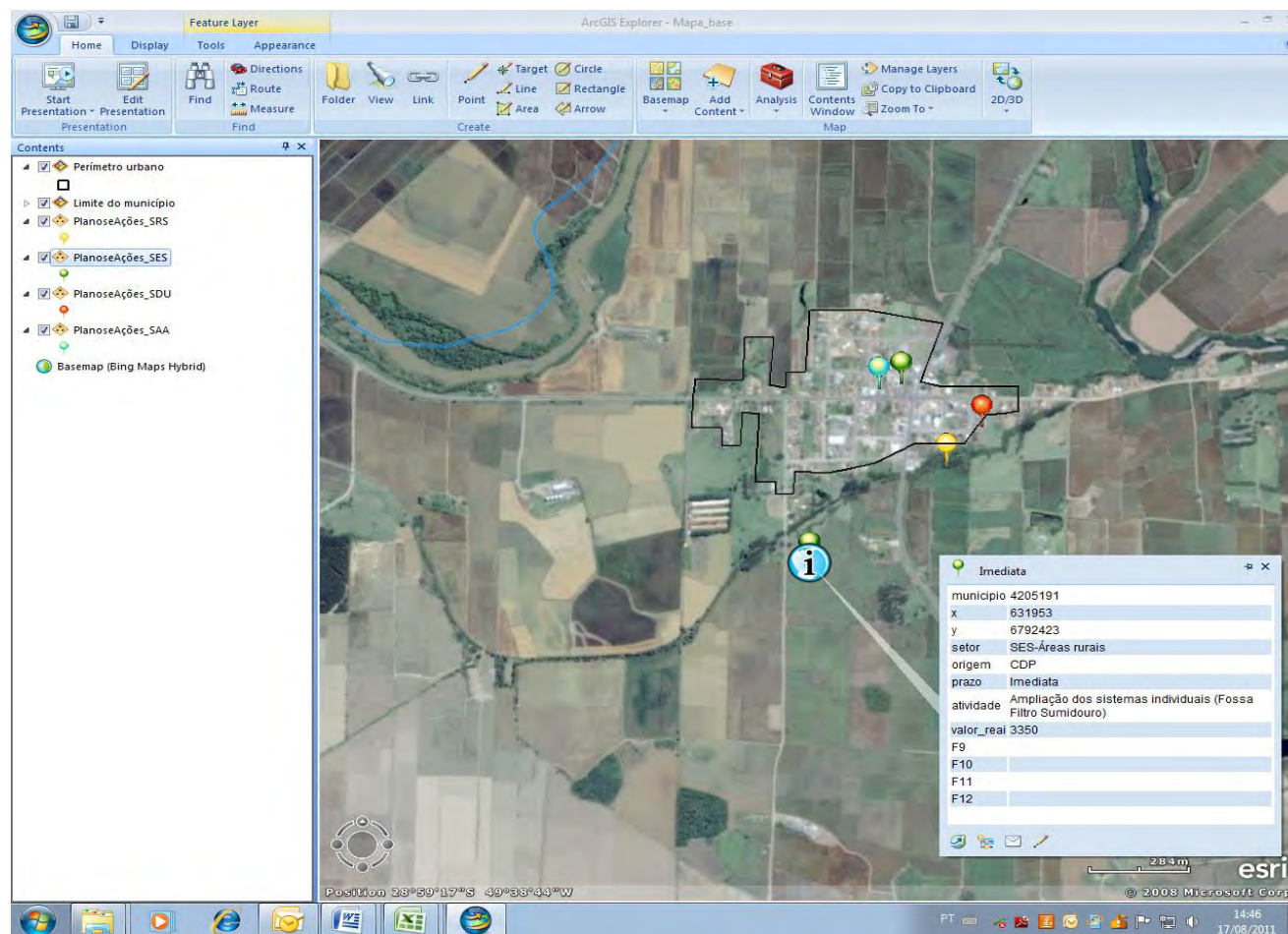


Figura 14 - Interface do programa ArcExplorer e apresentação de janela de consulta dos dados sobre Planos e Ações



GLOSSÁRIO

AFLUENTE: curso de água que deságua em outro curso de água considerado principal. Também corresponde a água residuária ou líquido que flui para um reservatório, corpo d'água ou instalação de tratamento.

ADUTORA DE ÁGUA BRUTA: Tubulação que conduz a água bruta de um ponto ao outro, sob pressão ou gravidade.

ADUTORA DE ÁGUA TRATADA: Tubulação que conduz a água tratada de um ponto ao outro, sob pressão ou gravidade.

ÁGUA RESIDUÁRIA: qualquer despejo ou resíduo líquido com potencialidade de causar dano ambiental.

BACIA HIDROGRÁFICA: espaço geográfico delimitado por divisores de água que concentra o escoamento para um único ponto (corpo d'água, córrego ou rio).

BOCAS-DE-LOBO: estruturas hidráulicas para captação das águas superficiais transportadas pelas sarjetas e sarjetões, normalmente localizam-se sob o passeio ou sob a sarjeta.

BOOSTER: Recalque em linha de adução.

CAPINA: conjunto de procedimentos concernentes ao corte, manual ou mecanizado, ou à supressão, por agentes químicos, da cobertura vegetal rasteira considerada prejudicial e que se desenvolve em vias e logradouros públicos, bem como em áreas não edificadas, públicas ou privadas, abrangendo eventualmente a remoção de suas raízes e incluindo a coleta dos resíduos resultantes.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA: conjunto de equipamentos e instalações utilizados para a tomada de água do manancial.

CHORUME: líquido percolado, de cor escura, geralmente com elevado potencial poluidor, proveniente da decomposição da parcela orgânica biodegradável existente nos resíduos sólidos; e das águas pluviais que perpassam a massa dos mesmos, quando acumulados em depósitos de quaisquer categorias, ou dispostos em aterros (controlados ou sanitários).

COLETA SELETIVA: conjunto de procedimentos referentes ao recolhimento diferenciado de resíduos recicláveis (papéis, plásticos, metais, vidros, etc.) e/ou de resíduos orgânicos compostáveis, que tenham sido previamente separados dos demais resíduos considerados não reaproveitáveis, nos próprios locais em que tenha ocorrido sua geração.



ECONOMIA: para os sistemas de saneamento, são as moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

EFLUENTE: tudo aquilo que eflui, sai de algum lugar, substância que sai de canais, dutos, estações de tratamento etc.

FATURAMENTO: valor da receita operacional decorrente das atividades-fim do prestador de serviços.

GALERIAS: condutos destinados ao transporte das águas captadas nas bocas coletoras e ligações privadas até os pontos de lançamento;

HIDRÔMETRO: aparelho para medir e indicar a quantidade de água fornecida pela rede distribuidora a uma edificação (domiciliar, comercial, industrial, órgão público etc.).

LIGAÇÃO: ramal predial conectado à rede de distribuição de água ou à rede coletora de esgoto. Pode estar ativa ou inativa.

LIXÃO (OU VAZADOURO): local em que os resíduos sólidos urbanos, de todas as origens e naturezas, são simplesmente lançados, sem qualquer tipo ou modalidade de controle sobre os resíduos e/ou sobre seus efluentes.

MANANCIAL: fonte de onde se retira a água.

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: conjunto dos procedimentos inerentes à coleta, ao transbordo e transporte, à triagem, ao reaproveitamento, ao reuso, à reciclagem, ao tratamento e à disposição final de resíduos sólidos urbanos; à varrição, à limpeza, a capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros serviços pertinentes à limpeza urbana, exceto quando referentes aos resíduos cujo manejo seja de responsabilidade do gerador.

REDES: conjunto de tubulações e acessórios de um sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário ou drenagem urbana.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO: condução da água para os edifícios e pontos de consumo, por meio de tubulações instaladas nas vias públicas.

RECALQUE: Estação Elevatória.

RESERVAÇÃO: armazenamento da água para atender a diversos propósitos, como a variação de consumo e a manutenção da pressão mínima na rede de distribuição.



SALUBRIDADE AMBIENTAL: estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural.

SARJETA: o canal longitudinal, em geral triangular, situado entre a guia e a pista de rolamento, destinado a coletar e conduzir as águas de escoamento superficial até os pontos de coleta;

UNIDADE DE COMPOSTAGEM: conjunto das instalações, dotadas ou não de equipamentos eletromecânicos, e destinadas ao processamento de resíduos orgânicos facilmente biodegradáveis, de modo a transformá-los em “composto orgânico” (fertilizante e condicionador de solo), sob controle e monitoramento sistemáticos. Entende-se como compostáveis os resíduos provenientes da poda de árvores e gramados, a fração orgânica resultante de processo de separação executada em unidades de triagem e os provenientes de coletas diferenciadas junto a residências ou junto a centrais de abastecimento, mercados, sacolões, supermercados ou outros locais em que esse tipo de resíduo seja gerado em maiores quantidades. Tais unidades compreendem desde um “pátio” de compostagem até um biodigestor.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 48/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada Contratação na prestação de serviços de assessoria continuada para a Elaboração de projetos e Gestão de Contratos e Convênios com o Governo Federal, para o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de abril de 2013 às 16:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8122 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 02 de abril de 2013.

KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato Nº. 49/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 49/PMF/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PONTO ARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA.

OBJETO - O presente Termo Contratual tem por objetivo a Aquisição de material de informática e expediente para consumo na Secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Educação e nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 152,75 (cento e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0501.2014.3390 (46).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 30/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 14 de março de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 118/2013

DECRETO N.º 118, DE 02 DE MARÇO DE 2013.
ALTERA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DE FRAIBURGO - ORTFRAI

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;
DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o seguinte membro titular para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Fraiburgo:

I - João Albino de Barros - representante do Poder Executivo Municipal;

II - Órgão Executor:

a) Diretor Administrativo: Jesse da Cruz;

b) Diretora Técnica: Solange Rigo;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 02 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 119/2013

DECRETO Nº. 119, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0017 de 28 de fevereiro de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 02 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1246/2013

PORTARIA Nº 1.246, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Revoga Portaria que Nomeou Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.241, de 28 de março de 2013, que nomeou a servidora FABIANE GUIMARÃES GONÇALVES CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.703.399-92, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 02 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1247/2013

PORTARIA N.º 1.247, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0648/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELAINE DA LUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.387.239-04, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1248/2013

PORTARIA N.º 1.248, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0644/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ROSELI DE FÁTIMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.971.299-69, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1249/2013

PORTARIA N.º 1.249, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0649/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 075.226.169-05, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1250/2013

PORTARIA N.º 1.250, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0647/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.754.409-37, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1251/2013

PORTARIA N.º 1.251, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0646/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELAÍNE DOMINGUES GRANEMANN MUSSOLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 071.065.959-85, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1252/2013

PORTARIA N.º 1.252, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0651/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 37 (trinta e sete) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JESSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, pelo período de 03 de abril de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1253/2013

PORTARIA Nº 1.253, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 0650/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 0484, de 01 de fevereiro de 2013, que ampliou carga horária da servidora ALESSANDRA DE SOUZA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 021.184.719-47, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1254/2013

PORTARIA N.º 1.254, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0653/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ROSMARI DE SOUZA, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 560.015.259-00, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1255/2013

PORTARIA N.º 1.255, DE 02 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0652/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MILENA CRISTINA MORAIS DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.697.909-14, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Republicação do Pregão Presencial Nº 0043/2013-PMF-Dom

Aviso de Republicação do Pregão Presencial nº 0043/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores, novos, para uso do Fundo Municipal de Saúde. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Alteração: Fica alterada a data de Abertura do presente Certame, passando para o dia: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:15 horas do dia 16.04.2013. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Recursos: Transf. Rec. SUS - Estruturação Rede de Serviços e de contrapartida, recursos próprios. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial 0009/2013- Sf

Aviso de Pregão Presencial 0009/2013-SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2013 - SF

Objeto: Aquisição de equipamentos e serviços de instalação do sistema de monitoramento na Estação de Tratamento de Água (ETA) no bairro Santo Antonio. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 16.04.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de abril de 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0042/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0042/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios prontos, para o Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã", para o período de abril a julho de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 15.04.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0050/2013-PMF Rp 0028

Aviso do Pregão Presencial nº 0050/2013 - PMF
Registro de Preços Nº 0028/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de equipamentos de proteção individual e segurança, e uniformes, para uso de servidores do Órgão Gerenciador (Município

de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: abril a outubro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 18.04.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 1º de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Decreto Nº. 041/2013.

DECRETO Nº. 041, DE 01 DE ABRIL DE 2013.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que os serviços de iluminação pública do Município são contínuos e não podem ser interrompidos em pró do bem-estar e segurança pública.

Considerando que a Secretaria Municipal de Infraestrutura necessita, com urgência, de profissionais especializados para garantir a manutenção dos serviços de iluminação pública.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2013, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Portaria N.º 310/2013.

PORTARIA N.º 310, DE 01 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 003/2013, da Comissão de Processo Administrativo, referente a Portaria n.º 106/2013:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 106/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 03/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso Chamada Pública Nº 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2013

A Prefeitura Municipal de Garopaba, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba/SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.836.057/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CARLOS LUIZ, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta até dia 30 de novembro do corrente ano, chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações deste Município, de 2ª a 6ª feiras, das 13h00min às 18h00min ou no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 01 de Abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato 1º Termo Aditivo Contrato Nº 71/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 71/2012; Processo nº. 180/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: JL Construtora Ltda. - ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 71/2012 por 60 (Sessenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura; Data da Assinatura: 27/03/2013.

Edital N.º 0011/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0011/2013

Considerando que os serviços de iluminação pública do Município são contínuos e não podem ser interrompidos em pró do bem-estar e segurança pública.

Considerando que a Secretaria Municipal de Infraestrutura necessita, com urgência, de profissionais especializados para garantir a manutenção dos serviços de iluminação pública.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas, para atuar em Setores da Prefeitura Municipal de Garopaba,

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, conforme a legislação vigente.

O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa do contratado;
- c) por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d) pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão recebidas de 03 de abril de 2013 a 18 de abril de 2013, das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Infraestrutura de Garopaba, situada na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias e originais dos documentos a seguir:

Carteira de Identidade ;
CPF;
Comprovante de Residência;
Certificado de conclusão do ensino fundamental, devidamente registrado no MEC;
Certificado de conclusão de curso técnico em redes elétricas de acordo com a NBR10;
Comprovante de experiência mínima de dois anos em redes de concessionárias de abastecimento de energia ao consumidor final;
2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação da documentação apresentado pelo candidato.

DAS VAGAS

São as seguintes vagas:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária	Remuneração R\$
Eletricista	03	40 hs semanais	1.518,71

4.1 DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma.

O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

A qualquer tempo a Comissão poderá convocar os candidatos inscritos para entrevista, na qual poderão ser solicitadas informações complementares.

CLASSIFICAÇÃO

A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da contagem de títulos e da experiência comprovada.

Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;

DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

Classificação no processo seletivo simplificado;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

Cédula de Identidade;

Cartão de inscrição no CPF;

Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;

Carteira de Trabalho;

Prova de inscrição no PIS/PASEP;

Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina (para os cargos com exigência);

Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

Comprovante de residência;

Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

Uma foto 3X4, de frente e recente;

Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;

Declaração de bens;

Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a) Nº do Processo Seletivo;

b) Cargo a que concorre;

c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

e) Identificação do candidato.

Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

A homologação das inscrições e do resultado será publicada em jornal de circulação regional.

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 01 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÃO: ELETRICISTA

ATRIBUIÇÕES: executar serviços atinentes aos sistemas de iluminação pública e redes elétricas, instalação e reparos de circuitos de aparelhos elétricos e de som; instalar, inspecionar e reparar instalações elétricas, interna e externa, luminárias e demais equipamentos de iluminação pública, cabos de transmissão, inclusive os de alta tensão; consertar aparelhos elétricos em geral; operar com equipamentos de som, planejar, instalar e retirar alto-falantes e microfones; proceder a conservação de aparelhagem eletrônica, realizando pequenos consertos; reparar e regular relógios elétricos, inclusive de controle de ponto; fazer enrolamentos de bobinas; desmontar, ajustar, limpar e montar geradores, motores elétricos, dinamos, alternadores, motores de partida, etc.; reparar buzinas, interruptores, reles, reguladores de tensão, instrumentos de painel e acumuladores; executar a bobinagem de motores; fazer e consertar instalações elétricas em veículos automotores; executar e conservar redes de iluminação dos próprios municípios e de sinalização; providenciar o suprimento de materiais e

peças necessárias a execução dos serviços; executar tarefas afins. Atividade especial sujeita a uso de uniforme e equipamento de proteção individual.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Ensino Fundamental Completo; curso técnico em redes elétricas de acordo com a NBR10, experiência mínima de dois anos em redes de concessionárias de abastecimento de energia ao consumidor final.

ANEXO II

ELETRICISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	7 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	1 ponto (por curso)	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 0011/2013

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

Carteira de Identidade;

CPF;

Comprovante de Residência;

Certificado de conclusão do ensino fundamental, devidamente registrado no MEC;

Certificado de conclusão de curso técnico em redes elétricas de acordo com a NBR10;

Comprovante de experiência mínima de dois anos em redes de concessionárias de abastecimento de energia ao consumidor final;

Garopaba – SC, ____/____/2013

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 100/2013

DECRETO Nº 100, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

“Dispõe sobre a regulamentação para emissão e validade do Alvará de Localização e Funcionamento.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar 026/2005 de 23 de dezembro de 2005, e Decreto 07/2006 de 20 de Janeiro de 2006;

DECRETA:

Art. 1º - O Alvará de Localização e Funcionamento será concedido após a apresentação de cópia dos seguintes documentos:

Alvará expedido pela Vigilância Sanitária

Atestado de Funcionamento aprovado e expedido pelo Corpo de Bombeiros

Atestado de Funcionamento aprovado e expedido pela Secretaria de Saneamento Ambiental

Quitação da guia do TLL -Taxa Licença e Localização

§ 1º - Solicitar o HABITE-SE, quando do não cadastramento.

§ 2º - Quando a empresa estiver localizada às margens da Rodovia Federal BR 101, apresentar autorização da Auto Pista Litoral Sul de viabilidade para a atividade, exceto se a empresa estiver estabelecida anterior à 01 de julho de 2008.

§ 3º - Quando a empresa estiver localizada às margens da Rodovia Estadual SC 412 e SC 415, apresentar autorização do DEINFRA de viabilidade para atividade, exceto quando a sede do estabelecimento estiver sido instalada antes da construção da Rodovia.

§ 4º - Quando for empresa de revenda de Gás GLP, deve-se ter Registro na ANP (Agência Nacional de Petróleo) e autorização da mesma para comercialização de GLP.

§ 5º - Quando for empresa de representação comercial, deverá apresentar o registro no CORE – Conselho Regional dos Representantes comerciais do estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Para cálculo da Taxa do ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, fica determinado:

PORTE	FAIXA INICIAL Quantidade em UFM	Faturamento Anual em UFM
MICROEMPRESA	50,0000	Até 100000,0000
Pequena empresa - EPP	150,0000	Até 200000,0000
Médio Porte	240,0000	Até 420000,0000
Grande Porte	450,0000	Acima de 420000,00

Parágrafo Único - O faturamento das empresas será compreendido do período de Novembro do ano anterior a outubro do ano em exercício.

Art. 3º - A taxa do ALVARA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO, será cobrado em quota única, sendo no dia 10 de março.

Art. 4º - O ALVARA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO terá validade até o dia 31 de março do ano subsequente.

Parágrafo Único – Fica determinado o período de 01 de janeiro a 31 de março para providencias relativas a entrega da documentação necessárias para a emissão do ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E

FUNCIONAMENTO do ano em exercício.

Art. 05º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 61/2013.

Art. 06º - Este Decreto entrara em vigor na data da sua publicação

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 71/2013

DECRETO Nº. 071 de 08 de fevereiro de 2013

"Dispõe sobre a nomeação da Servidora Melissa Rodrigues de Lima da Silva, para a função de Diretora de Escola."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a servidora MELISSA RODRIGUES DE LIMA DA SILVA, para exercer a função de Diretora da Escola Municipal Iça Mirim, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Conceda-se a servidora gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 43, § 4º da LC 045/09.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 04/02/2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 99/2013

DECRETO No. 99 de 25 de março de 2013

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1650/2012, de 17/12/2012.

DECRETA:

Art. 1o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Habitação 3390 01.00.00 R\$ 29.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Habitação 3190 01.00.00 R\$ 29.000,00

Art. 3o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr. de Promoção e Prev. Des. Social 3390 01.00.00 R\$ 24.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do

Artigo 3o., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr. de Promoção e Prev. Des. Social 3190 01.00.00 R\$ 24.000,00

Art. 5o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 225/2013

PORTARIA Nº 225, de 26 de março de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 046/2009 de 16/10/2009;

CONSIDERANDO o Art.443 da CLT;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E A LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 046/2009, DE 16/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSANGELA NUNES DE ALMEIDA, inscrita no CI-RG 3.147.026 e CPF 987.881.089-53, na função de Agente Comunitária de Saúde, por 220 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.427, de 01 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.427, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO DE BERÇARISTA, A SERVIDORA LARISSA GESUINA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de abril de 2013, a servidora LARISSA GESUINA DOS SANTOS, do cargo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 1.225/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.428 de 01 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.428 DE 01 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
GUSTAVO LINDNER FOPPA	TOPÓGRAFO	40	1º	Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata Decreto 5426/2013.

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 5.426, de 27 de março de 2013, veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1208, de 01 de abril de 2013, nos seguintes termos:

Onde se lê em seu Art. 1º:

§2º []

Ligação de ejetor ou de bomba ao ramal ou alimentador predial

R\$ 185,40

Ligação abusiva ² R\$ 185,40

§4º []

Ligação diâmetro de 1/2" (meia polegada) 1

R\$ 220,21

Leia-se

§2º []

Ligação de ejetor ou de bomba ao ramal ou alimentador predial

R\$ 185,34

Ligação abusiva ² R\$ 185,34

§4º []

Ligação diâmetro de 1/2" (meia polegada) 1

R\$ 220,61

Gaspar, 01 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria RH 19/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 19/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Rosilene Marli de Souza Francisco, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 27/05/2002 a 29/07/2007, devendo folgar a partir de 01/04/2013 a 29/06/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 20/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 20/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Mariângela Melo, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 07/10/2007 a 14/11/2012, devendo folgar a partir de 15/04/2013 a 13/07/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 11/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.11/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 18/04/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 18/04/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os

interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 1 de abril de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 12/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.12/2013

OBJETO: Registro de preços visando a aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades da Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 23/04/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 23/04/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 1 de abril de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preço 01

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

O município de Governador Celso Ramos torna público que fará realizar licitação do tipo técnico e preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando profissionais com conhecimento em legislação tributária, coleta de dados, software de apoio para a recuperação fiscal, atendimento aos contribuintes da dívida ativa, ajustes nos cadastros, visando a recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de receita tributária. Data da entrega dos envelopes: 03 de Maio de 2013 até as 14:00h. Data da abertura da Habilitação: 03 de Maio de 2013 às 14h:30min. Local para retirada do Edital e abertura da Licitação: Sala da Diretoria de Compras da Prefeitura de Governador Celso Ramos, Praça 6 de novembro, n.º 01, bairro Ganchos do Meio.

Governador Celso Ramos 01 de Abril de 2013.

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS.

Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Aviso de Licitação Tomada de Preço 02

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

O município de Governador Celso Ramos torna público que fará realizar licitação do tipo técnico e preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando sistemas de informática na modalidade de locação, com instalação, implantação e treinamento dos funcionários, já inclusas alterações legais e manutenção corretivas se houverem, incluindo a migração de todos os dados do sistema ora em uso. Data da entrega dos envelopes: 03 de Maio de 2013 até as 16:00h. Data da abertura da Habilitação: 03 de Maio de 2013 às 16h:30min. Local para retirada do Edital e abertura da Licitação: Sala da Diretoria de Compras da Prefeitura de Governador Celso Ramos, Praça 6 de novembro, n.º 01, bairro Ganchos do Meio.

Governador Celso Ramos 01 de Abril de 2013.

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS.

Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 002/2013

Tipo : Menor Preço - por itens

Sistema Registro de Preços.

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA O LAR DA CRIANÇA

Entrega dos Envelopes: 16/04/2013 às 10:00h

Abertura dos Envelopes: 16/04/2013 às 10:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda através do site: www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM (SC), 02/04/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 37/2013

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSULTORIA E GESTÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAREM SERVIÇOS PARA DESENVOLVER PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOSE CULTURAIS JUNTO ÀS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO E FUNDAÇÃO CULTURAL.
Entrega dos Envelopes: 15/04/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 15/04/2013 às 09:05h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247 ou ainda através do site: <http://www.guaramirim.sc.gov.br>

GUARAMIRIM (SC), 02/04/2013.
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Errata de Edital Nº25/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE COMPRAS
ERRATA DO EDITAL
Edital: Pregão - 25/2013
Tipo : Menor Preço - por lote

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS

Altera-se a descrição dos seguintes itens:

Onde se lê na descrição do sub item 1.01: Capacidade da bandeja de saída: 200 folhas

Leia-se na descrição do sub item 1.01: Capacidade da bandeja de saída: 150 folhas

Onde se lê na descrição do sub item 1.04: Máquinas Impressora Laser Categoria

Leia-se na descrição do sub item 1.04: Máquina Copiadora Multifuncional (Copiadora, Impressora, Scanner)

Onde se lê na descrição do sub item 1.05: Capacidade da bandeja de saída: 200 folhas

Leia-se na descrição do sub item 1.05: Capacidade da bandeja de saída: 150 folhas

Justificativa: Devido a publicação desta errata estar dentro do prazo de 8 (oito) dias úteis antes da abertura do certame, e ainda, se tratar de interesse público o objeto licitado, fica mantido a data prevista para a abertura da licitação.

Dia 16 de abril de 2013, horário: 09:00.

GUARAMIRIM (SC), 02/04/2013.
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato Ata de Rp 09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 16/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DEVIGILI LTDA - EPP, localizada na Rua Athanásio Rosa, n.º 237, Centro, Guaramirim (SC) inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.614.054/0001-72

Vencedor dos itens: 01 e 02.

Valor: R\$ 40.676,00 (Quarenta mil e seiscentos e setenta e seis reais)

Vigência: Início: 01/04/2013 Término: 31/03/2014.

Guaramirim-SC, 01 de abril de 2013
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 08/2013-PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 35/2013-PMG

Processo de Licitação: 35/2013
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, SERVIÇO DE GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC.

PERMITENTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

PERMISSIONÁRIA: SERVIÇOS DE GUINCHOS GUIMARÃES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 09.634.358/0001-40, com sede na Rua: Ervino Hanemann, nº 497, bairro Avaí, Guaramirim, SC.

Valor do Contrato: Devido ao tipo de licitação a empresa Serviços de Guinchos Guimarães Ltda., não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipal, pela prestação dos serviços e por quaisquer prestações de serviços de remoção, apreensão e retidos de circulação, deste modo não há previsões orçamentárias.

Data da Assinatura: 28/03/2013 Vigência 28/09/2013

GUARAMIRIM (SC), 28/03/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Retificação Extrato Contrato 91/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

NO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 91/2010-PMG, PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1040 DE 24/07/2012 F. 75, ONDE LÊ-SE VIGENCIA 31/12/2012, LEIA-SE VIGENCIA 24/05/2013.

GUARAMIRIM (SC), 18/02/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato Ata de Rp 112013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 16/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DEVIGILI LTDA - EPP, localizada na Rua Athanásio Rosa, n.º 237, Centro, Guaramirim (SC) inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.614.054/0001-72

Vencedor dos itens: 03.

Valor: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)

Vigência: Início: 01/04/2013 Término: 31/03/2014.

Guaramirim-SC, 01 de abril de 2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 295/2013

PORTARIA Nº 295/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ODOVIR FOIATO (Matr. 2907), a partir de 01 de abril de 2013, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível - DAS - 4, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI Nº 012.2013

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 012, de 19 de março de 2013.

Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das funções públicas municipais, e

Considerando, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 1449/2013;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a possíveis irregularidades que levariam o credor Ivani de S. Miranda ME a receber créditos municipais estando o mesmo supostamente impedido de auferi-los.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Fernando Melo da Silva, Assistente Administrativo, matrícula nº 1048, lotado na Procuradoria Geral do Município, que a presidirá;
II - Luiz Octavio Ribeiro de Castro, Agente Administrativo, matrícula nº 4451, lotado na Procuradoria Geral do Município; e
III - Eduardo Cristiano Moraes, Assistente Administrativo, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da LEI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de março de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 129/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 129, de 01 de abril de 2013.

Dispõe sobre a Admissão de Agrônoma contratada temporariamente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, JULIANA DA SILVA IGNÁCIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 047.294.089-93, matrícula 7039, em 15 de março de 2013, contratada temporariamente em caráter emergencial, para exercer as funções do cargo/emprego público de Agrônoma, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 22/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 27/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 15 de abril de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, aquisição de 02 (dois) veículos para uso da secretaria municipal da fazenda. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 03 de abril de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 23/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 28/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 15 de abril de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para locação de 02 veículos (ônibus 49 e 42 lugares) para transporte de alunos da rede municipal de ensino. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 03 de abril de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 001, de 26 de Março de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a criação de Comissão Permanente de Legislação Participativa, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba em seu Título II, Capítulo III, Seção I, Art. 46, Parágrafo Único, fica acrescido do seguinte inciso IV:

“IV - Comissão de Legislação Participativa.”

Art. 2º O Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba em seu Título II, Capítulo III, Seção IV, fica acrescido do Art. 79-A, com a seguinte redação:

“Art. 79-A. Compete à Comissão de Legislação Participativa opinar

obrigatoriamente sobre:

I - sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos, tais como:

a) projetos de lei;

b) projetos de Decreto Legislativo;

c) requerimentos de audiência públicas, de depoimentos de autoridade ou cidadão, de pedido de informações a Secretário Municipal, de convocação para depor;

d) sugestões de providências aos Poderes Executivo e Judiciário;

e) sugestões de emendas ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA); e II - pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no inciso I.

§ 1º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas à Mesa para tramitação.

§ 2º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão arquivadas.

§ 3º As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para o trâmite regimental.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de março de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/03/2013 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Portaria CMI Nº 30/2013

PORTARIA CMI Nº 30/2013

“Concede Férias à Servidora FERNANDA BERNARDO”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sr.ª FERNANDA BERNARDO, Assessora Parlamentar Especial, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 16/02/2012 a 15/02/2013, a ser gozada no período de 20/03/2013 a 18/04/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 19 de Março de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19/03/2013.

Portaria CMI - Leg Nº 003/2013

PORTARIA CMI - LEG Nº 003/2013

Constitui as Comissões Permanentes para a 1ª e 2ª Sessões Legislativas, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve designar os seguintes Vereadores, para as respectivas funções, nas seguintes Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Imbituba.

I - Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Dorlin Nunes Júnior (PSDB) - Presidente;
- b) Guilherme Santos Souza (PMDB) - Vice-Presidente; e
- c) Renato Carlos de Figueiredo (PSD) - Membro.

II - Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização:

- a) Rui Geraldo Rodrigues (PSDB) - Presidente;
- b) Roberto Luiz Rodrigues (PSD) - Vice-Presidente; e
- c) Rosália Maria de Souza Sgrott (PP) - Membro.

III - Comissão de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social:

- a) Rogberto de Farias Pires (PPS) - Presidente;
- b) Jesiel Oliveira Antulino (PSDB) - Vice-Presidente; e
- c) Anderson Teixeira (PSD) - Membro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando Revogada a Portaria nº 001/2013.

Sala das Sessões, 26 de março de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/03/2013 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

RAFAELA DA ROSA OLIVEIRA

Secretária Administrativa

Ato da Presidência Nº 014/13

Ato da Presidência nº 014/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 8ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 25 de março de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
014	PL nº 4.343/2013	14/03/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria o Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Imbituba – FUMDEC e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.339/2013	08/03/13	Legislativo Municipal	Renato Carlos Figueiredo	Declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva e Cultural London Futebol Society.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PR nº 001/2013	11/03/13	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a criação de Comissão Permanente de Legislação Participativa, e dá outras providências.	Ordinário	Única	Única
	REQ 011/2013	08/03/13	Legislativo Municipal	Guilherme Santos Souza	Requer informações sobre o canil da cidade de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).



Gabinete da Presidência, 21 de março de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA Presidente	LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA Vice-Presidente
ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT Primeira-Secretária	

Ato da Presidência Nº 015/13

Ato da Presidência nº 015/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 9ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 01 de abril de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
014	PLC nº 278/2013	22/03/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre extinção e criação de cargos e vagas na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
016	PL nº 4.345/2013	21/03/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Desafeta parcela de bem público situado no Centro de Imbituba de sua destinação primitiva e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.444/2013	15/03/13	Legislativo Municipal	Walfredo Amorim	Declara de Utilidade Pública a Associação Real Esporte Clube.	Ordinário	1ª	1ª
	REQ nº 012/2013	20/03/13	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Imbituba, Senhor Jaison Cardoso de Souza, cópia do projeto do Centro de Eventos do município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 013/2013	20/03/13	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Imbituba, Senhor Jaison Cardoso de Souza, informações sobre o orçamento da solução da obra de contenção do córrego existente no bairro Vila Santo Antônio, município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 27 de março de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA Presidente	LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA Vice-Presidente
ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT Primeira-Secretária	

Iomerê

PREFEITURA

Lei 722/2013

LEI N. 722, DE 28 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza o Município de Iomerê a celebrar convenio com o Hospital Salvatoriano Divino Salvador - HSDS - e das outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convenio com o Hospital Salvatoriano Divino Salvador, entidade filantrópica, com sede na cidade de Videira, SC., inscrito no CNPJ 86.552.809/0003-03, para fins de atendimento de urgência-emergência e outros serviços descritos na minuta de convenio, que faz parte integrante da presente Lei, nos mesmos padrões dos serviços dispensados aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Art. 2. O valor do convenio será composto pelo valor fixo, mensal, de R\$ 34.205,47(trinta e quatro mil, duzentos e cinco reais e quarenta e sete centavos) e, pela soma dos valores variáveis, gastos com exame e demais procedimentos eventualmente utilizados pelo Município, conforme Minuta de Convenio que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 3. O convenio passa a vigorar a partir de 01 de abril de 2013, com duração até 31 de março de 2014, podendo ser renovado através de termos aditivos, até o limite previsto na Lei n. 8.666/93, mediante ajuste entre as partes.

Art. 4. O valor do Convenio poderá ser reajustado através de termos aditivos, mediante proposta devidamente justificada, observados os índices oficiais de reajuste do IGPDI.

Art. 5. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento vigente do corrente ano, do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6. O Termo de Convenio será regido pelas disposições da Lei n. 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Art. 7. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, SC, 28 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

MINUTA DE CONVENIO

CV13PMI0001

Convênio que entre si celebram o Município de Iomerê, SC, através do Fundo Municipal de Saúde e o Hospital Salvatoriano Divino Salvador para remunerar em caráter complementar, onerando o Tesouro Municipal, a prestação de serviços médico-hospitalar aos usuários do Sistema Único de Saúde residentes e domiciliados no Município de Iomerê - S.C.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Iomere, SC., através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.612.744/20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. LUCIANO PAGANINI, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, e de outro, o Hospital Salvatoriano Divino Salvador - HSDS, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 86.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes nº. 180, Centro, Videira/SC, neste ato representado pelo seu Diretor SR. FLAMARION DA SILVA LUCAS, doravante denominado CONVENIENTE, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIENTE, representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, DR.FERNANDO DE ASSIS BRASIL ROCHA, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Convênio para custeio, com ônus para o Tesouro Municipal, referente à prestação de serviços médico-hospitalar aos usuários do Sistema Único de Saúde residentes e domiciliados no Município de Iomerê - S.C., encaminhados pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser ofertados de acordo com a capacidade técnica e de infra-estrutura instalada, respeitando a sua complexidade sendo:

1) Internação

Disponibilidade de leitos, em quantidade compatível com o número de Autorizações de Internação Hospitalar nas especialidades ou especificidades dos leitos, na seguinte conformidade:

- Clínica médica;
- Clínica cirúrgica
- Clínica pediátrica;
- Clínica ortopédica;
- Clínica neurocirurgia;
- Anestesiologia;
- Obstétrica (clínica e cirurgia);
- UTI Adulto.

2) Assistência de Urgência e Emergência

Disponibilidade de atendimentos de urgência e emergência nas seguintes áreas de assistência:

- a) Consulta de médico plantonistas;
- b) Consulta de médico especialista, disponíveis no Corpo Clínico do Hospital e solicitadas pelo médico plantonista;
- c) Observação clínica;
- d) Procedimentos ambulatoriais;

3) Outros Serviços

- a) Diagnóstico em laboratório clínico;
- b) Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (mamografia, RX, ultrassonografia, tomografia);
- c) Procedimentos ambulatoriais;
- d) Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de atendimento hospitalar;
- e) Utilização de materiais e insumos necessários ao atendimento, respeitando a complexidade;
- f) Procedimentos e cuidados de enfermagem necessárias durante o processo de atendimento hospitalar;
- g) Diárias de hospitalização em enfermaria, respeitados os direitos do acompanhante para casos previstos em lei, ou por necessidade do paciente, de acordo com a indicação médica.
- h) Alimentação para o paciente com observância das dietas prescritas;
- i) Procedimentos especiais, quando houver indicação médica, como fisioterapia, nutrição, psicologia e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando sua complexidade.

Parágrafo Primeiro - Os serviços ora CONVENIADOS compreendem a utilização, pelos usuários do Sistema Único de Saúde, residentes e domiciliados no Município de Iomerê - SC, da capacidade instalada da CONVENIADA, respeitando a sua complexidade, incluídos os equipamentos médico-hospitalares e nos limites discriminados e quantificados no Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA IDENTIFICAÇÃO E ATENDIMENTO

A identificação do paciente procedente do Município de Iomerê se dará através de:

1) Internação

A internação eletiva se dará de acordo com o quantitativo de Autorizações para Internação Hospitalar disponíveis no município de Iomerê, devendo o paciente apresentar no momento da internação o Laudo para Internação Hospitalar autorizado pelo Gestor Municipal.

Para este tipo de tratamento (paciente eletivo) o HSDS reserva o direito de planejar esse evento combinando a disponibilidade de leitos e outras condições que se façam necessárias para que haja resolutividade no caso. O HSDS reserva também o direito de cancelar todo e qualquer atendimento eletivo sempre que houver necessidade, ou seja, quando sua capacidade de atendimento for comprometida em detrimento das urgências e emergências.

A Internação de urgência/emergência será feita mediante indicação do médico plantonista do Pronto Socorro do Hospital Salvatoriano Divino Salvador, cabendo ao CONVENIENTE o envio posterior da Autorização para Internação Hospitalar

2) Assistência de Urgência e Emergência

O atendimento de Pronto Socorro será feito mediante encaminhamento por profissional devidamente habilitado da Secretaria Municipal de Saúde de Iomerê, ao médico de plantão no Pronto Socorro da CONVENIENTE, em papel timbrado, contendo nome do paciente, breve histórico do atendimento já realizado e anexando os exames complementares, caso já realizados pelo paciente.

Parágrafo único: É dispensado o encaminhamento nos casos de emergência em que o transporte ocorra pelo Corpo de Bombeiros ou SAMU, ou em necessidade de atendimento nos horários em que a Unidade de Saúde do Município de Iomerê não esteja funcionando.

3) Serviços de Apoio e Diagnóstico Terapêutico - SADT

Os serviços de apoio e diagnóstico terapêutico serão realizados mediante prescrição médica, nas seguintes situações:

- a) Para pacientes internados;
- b) Para pacientes em observação;
- c) Para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Iomerê, no limite dos quantitativos discriminados no anexo I.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE se compromete a observar e cumprir as obrigações estabelecidas abaixo:

- a) Prestar em suas instalações e dependências, por seu quadro técnico profissional, assistência médico-hospitalar aos pacientes encaminhados pela CONCEDENTE, nas condições acima citadas;
- b) Proceder, quando necessário, o encaminhamento de pacientes que necessitem de atendimento em serviços SUS de maior complexidade ou para atendimento em serviços que não possua em sua estrutura;
- c) Esgotar todas as possibilidades de atendimento/tratamento para proceder ao encaminhamento do paciente a outros serviços de referência SUS;
- d) Utilizar, preferencialmente, o transporte do SAMU nos encaminhamentos dos pacientes para outros serviços de referência SUS;
- e) Não cobrar nada pelo atendimento prestado aos pacientes encaminhados conforme disposto neste Convênio;
- f) Primar pela resolutividade dos casos recebidos.
- g) Enviar ao CONCEDENTE, até o décimo dia útil subsequente ao mês base da prestação dos serviços, relação com nomes e endereços completos dos pacientes atendidos através do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

O CONCEDENTE se compromete a observar e cumprir as obrigações estabelecidas abaixo:

- a) Encaminhar seus pacientes previamente triados por profissional habilitado da Secretaria Municipal de Saúde de Iomerê ao plantonista do Pronto Socorro da CONVENIENTE;
- b) As gestantes e parturientes deverão trazer para o atendimento o Cartão do SISprenatal;
- c) Na impossibilidade do SAMU em atender as solicitações da CONVENIENTE, caberá ao CONCEDENTE dispor de transporte adequado para os casos que necessitem de transferência para atendimento em outros serviços SUS;
- d) Dispor de profissional de enfermagem e/ou médico para os

casos com indicação e que o SAMU não possa atender;

e) Nos casos em que o paciente necessitar de Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapia (SADT) e o CONVENIENTE não dispor do serviço, o CONCEDENTE indicará onde deverá ser realizado o exame, sem ônus para o paciente, responsabilizando-se pelas despesas;

f) Referenciar durante a vigência deste Convênio, as Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), para toda a demanda de internação que ocorram nas dependências/instalações da CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para a execução do referido Convênio, a CONCEDENTE se compromete a pagar mensalmente o valor fixo de R\$ 34.205,47 (trinta e quatro mil, duzentos e cinco reais setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), referentemente aos serviços descritos no Anexo I. Os pagamentos respectivos deverão ser realizados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços, acompanhada dos relatórios de serviços prestados no respectivo mês.

Os serviços constantes no anexo II somente serão pagos em caso de utilização destes, constituindo-se assim, em valores variáveis, que seguirão a tabela de preços anexa (Anexo II) e que faz parte integrante do presente termo de convenio, devendo, para estes valores variáveis, ser emitida nota fiscal diversa daquela que compreende os valores fixos praticados no presente convênio, acompanhada de relatório dos serviços prestados e pacientes atendidos.

CLAUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

No caso de prorrogação do convênio, os valores dos serviços prestados serão reajustados pelos índices oficiais do IGPD-I, mediante termo aditivo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando em 01/04/2013 e encerrando em 31/03/2014, podendo ser prorrogado, em havendo interesse das partes, nos termos e prazos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

O presente convênio se extinguirá, automaticamente, pelo simples vencimento do prazo avençado, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único: Ocorrerá à extinção contratual automática, também sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial, pelo não pagamento oportuno do valor indicado na cláusula quarta supra.

E por assim estarem as partes justas e contratas, firmam o presente convênio, comprometendo-se, por seu representados e sucessores, a cumpri-lo em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Convênio, fica eleito o foro de Videira - SC, com renúncia expressa de outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem as partes justas e contratas, firmam o presente convênio, comprometendo-se, por seu representados e sucessores, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Iomerê, 01 de abril de 2013.

Município de Iomerê
Fundo Municipal de Saúde
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal
Concedente

Hospital Salvatoriano Divino Salvador - HSDS
FLAMARION DA SILVA LUCAS
Diretor
Conveniente

DR. FERNANDO DE ASSIS BRASIL ROCHA
Diretor Clínico do HSDS

TESTEMUNHAS:
Assessoria Jurídica do Município
Paula Pasqual
Oab.sc 16.164

Nome
CPF

Nome
CPF

Portaria 2126/2013

Portaria nº 2126 de 20 de março de 2013
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Recomendação nº 0001/2013/02PJ/VID do Ministério Público em cancelar o teste seletivo nº 0002/2013, o qual contemplava a inscrição para Motorista de Ambulância;

CONSIDERANDO o fato de o servidor Jacir Devalieri, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista de ambulância, ter se licenciado, conforme portaria 2015/2012;

CONSIDERANDO que o Município não dispõe de servidor disponível a ser designado para cobrir as funções de motorista de ambulância do servidor licenciado;

CONSIDERANDO que os serviços de ambulância não podem, sob qualquer fundamento, serem paralisados, pois colocaria em risco à vida e à saúde de pacientes que diuturnamente necessitam dos serviços de transporte;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, e o fato de que, não nomeado servidor em caráter temporário, o serviço público de relevante interesse social ficaria paralisado,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Odir Pagno, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 765.790.939-00, para a função temporária de motorista de ambulância, no período compreendido entre 15 de março de 2013 a 30 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2013.

Iomerê - SC, 20 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e

Finanças, em 20 de março de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. Administração e Finanças

Portaria 2127/2013

PORTARIA Nº 2127 DE 26 DE MARÇO DE 2013.
Nomeia MARCELO MARANINCHI PAVESI para o cargo de Médico Clínico Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações e de acordo com a aprovação no concurso público nº 01/2012:

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARCELO MARANINCHI PAVESI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 6079813751 e CPF nº 970.422.000-63, para o cargo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria de Saúde e Ação Social carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 26 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 26 de março de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2128/2013

PORTARIA Nº 2128 de 27 de março de 2013.
Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 044/97 de 19 de Junho de 1997:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os seguintes membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Iomerê.

I - Representantes do Poder Público Municipal:

a) Titulares:
Sibele Fiorentin
Deisi Cantu Paganini
Marcelino Rech

b) Suplentes:
Karoline Fachini
Sibele Orsatto
Nádia Scur

II - Representantes das Organizações representativas da participação popular:

a) Titulares
Irmã Áurea Walter
Elizete Toldo
Diana Nava Peretti

b) Suplentes:
Marilde Toldo Bridi
Padre André Giombelli
Genimar José Moreto

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê(SC), 27 de março de 2013
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 27 de março de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2129/2013

PORTARIA Nº 2129 DE 27 DE MARÇO DE 2013
Nomeia Conselho Municipal de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Saúde previsto na Lei nº 0018/97 de 26 de fevereiro de 1997 e alterações, constituída pelos seguintes integrantes:

I - Representantes dos Usuários:

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: Jair Munaro
Suplente: Elena Devalieri

b) Mulheres Agricultoras:
Titular: Rejeane Ansiliero
Suplente: Iraci Chiapinotto

c) Clube de Mães de Iomerê
Titular: Elizete Toldo
Suplente: Marilde Bridi

d) Pais e Professores - APP Frei Evaristo
Titular: Valéria Mugnol
Suplente: Maristela Paravisi

e) Pastoral da Saúde
Titular: Lindacir Crestani
Suplente: Leonilda Casagrande

f) Lions Clube de Iomerê
Titular: Diana Nava Peretti
Suplente: Márcio Borga

II - Representantes dos Trabalhadores da Saúde:

a) Unidade Básica de Saúde
Titular: Elizete Buffon Balbinot
Suplente: Isabela Rech Biscaro

b) Profissionais da Saúde
Titular: Dirce Simionato Modena
Suplente: Adirce Thomazi
Núcleo de Apoio à Saúde da Família
Titular: Sibeli Morelato
Suplente: Geovana Liebel

III - Representantes do Governo:

a) Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Titular: Deisi Cantu Paganini
Suplente: Carla Cnadiago

b) Secretaria Municipal da Saúde
Titular: Milto Luiz Borga
Suplente: Eduardo Paulo Riedtmann da Silva

IV - Representantes dos Prestadores de Serviços

a) Instituto de Ensino e Assistência Social - Hospital Salvatoriano Divino Salvador
Titular: Simara Cividini
Suplente: Luciana Aparecida Paviani

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 27 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 27 de março de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2130/2013

PORTARIA Nº 2130 DE 28 DE MARÇO DE 2013
Autoriza funcionário a conduzir veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a funcionária KARINA SCUR PICCOLI, a conduzir veículos do Município de Iomerê.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 28 de Março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 18 de janeiro de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2131/2013

PORTARIA Nº 2131 DE 28 DE MARÇO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VANESSA LARA BERNART, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013 a contar de 08/04/2013 a 07/05/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 28 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de março de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2132/2013

PORTARIA Nº 2132 DE 28 DE MARÇO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINÊS CRESTANI FRANCO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2011 a 31/05/2012 a contar de 01/04/2013 a 30/04/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 28 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de março de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2133/2013

PORTARIA Nº 2.133 DE 28 DE MARÇO DE 2013
HOMOLOGA PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2013

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a licitação nº 0014/2013, modalidade pregão presencial, e por conseguinte, adjudica o objeto à seguinte empresa:

Empresa DELCIR BOESING ART. DE CIMENTO, inscrita no CNPJ sob nº 07.515.006/0001-40, pelo seguinte preço:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO
1	TUBO CONCRETO 100 CM	50	145,78
2	TUBO CONCRETO 80 CM	100	121,48
3	TUBO CONCRETO 60 CM	300	50,22
4	TUBO CONCRETO 40 CM	300	23,49

Totalizando R\$ 41.550,00 (quarenta e um mil quinhentos e cinquenta reais)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Iomerê - SC, 28 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2134/2013

PORTARIA Nº 2.134 DE 28 DE MARÇO DE 2013
HOMOLOGA PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2013

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a licitação nº 0013/2013, modalidade pregão presencial, e por conseguinte, adjudica o objeto à seguinte empresa:

Empresa RESTAURANTE IOMERÊ LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.586.050/0001-19, pelo seguinte preço:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO
1	REFEIÇÃO	1	15,00

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Iomerê - SC, 28 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2135/2013

PORTARIA Nº 2135 DE 28 DE MARÇO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias ao servidor MOACIR ERNESTO CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2011 a 02/09/2012 a contar de 01/04/2013 a 30/04/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 28 de março de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de março de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 219/2013 de 01 de Abril de 2.013.

NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE GERENTE EM PROGRAMAS DE SAÚDE.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 e seu § 3º da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005 e Lei Complementar nº.74 de 16 de Março de 2010, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

PATRICIA DE PINHO BONASSI, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº2.698.315.CPF sob o nº.033.329.299-50, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE EM PROGRAMAS DE SAÚDE - GERE - NÍVEL - 020, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal de Saúde, da Lei Complementar 018/2.005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-020, da Lei supramencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 216/2013 de 01 de Abril de 2013.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL EFETIVA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSIMAR FERRAZZO, Matrícula 1914-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4163164 e do CPF 026.647.569-82, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 091/2012, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 217/2012 de 01 de Abril de 2.013

REDUZ CARGA HORARIA EM DIFINITIVO DE MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL POR PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei

complementar nº. 003/2002 e Lei Complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

ALTERA

Fica reduzida definitivamente a carga horária de trabalho da servidora SUSIMAR PERETTI, Brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município de Ipumirim - SC, portadora da cédula de Identidade nº. 3572331-9 e CPF sob o nº.022.091.269-67, no cargo efetivo de Professor na disciplina de Inglês, passando de 30 horas semanais para 20 horas semanais, com lotação no Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani e Núcleo Educacional Municipal Prefeito Isidoro Giacomo Savaris.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Abril de 2013.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 218/2013 de 01 de Abril de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

DIRLEI SIEVERT, sob a Matrícula 2136-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.451 e do CPF 059.795.639-11, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giacomo Savaris, para o período de 01/04/2013 a 13/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2013.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 220/2013 de 01 de Abril de 2013.

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO NO CARGO DE SERVENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2012 e 008/2013.

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2138-5, CLEIBER GERSON MULLER, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.935.715 e do CPF 038.709.259-57, para o cargo de provimento efetivo de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2013.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto N º 2392/2013

DECRETO N º 2392/2013

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o disposto na Lei n º 1274/2007 de 11/05/2007, com redação dada pela Lei nº 1374/2008, de 29/07/2008,

DECRETA:

Art 1º - Ficam nomeados os membros para fazerem parte do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

1) Representantes do Poder Executivo Municipal
Efetivos: AMILTON DE SOUZA
JOCELANE MARCINIAK BOBROVICZ
Suplentes: SEZINANDA APARECIDA DOS SANTOS
KARINA JURASZEK.

2) Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:
Efetivo: MARILDA SENN MICHAHOUSKI
Suplente: VILMA CARVALHO DA ROCHA.

3) Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:
Efetivo: VALCI ILDA KNOLL ROSINSKI
Suplente: SOELI KONOPKA BINDER.

4) Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:
Efetivo: FABIANE TAMEHIRO
Suplente: EDILSON PRUST.

5) Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:
Efetivos: MARIA FERNANDA HAWRYSZKO CRESTANI
ROSANI SCHAFASCHEKI CHAPIEWSKI

Suplentes: EVANI STEIN KUHLER
ELLEN APPEL KUTINSKI.

6) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:
Efetivos: MARIANE JURASZEK
ALENIR SOARES MARTINS
Suplentes: ALCENI DA FÁTIMA BRAZ
GISLAINE APARECIDA KODERER KRACINSKI.

7) Representantes do Conselho Municipal da Educação:
Efetivo: WILZA CARLA HENNING
Suplente: JOSÉ OSNIR CARDOSO.

8) Representantes do Conselho Tutelar:
Efetivo: DANIEL APPEL
Suplente: TAIS ALINI KERSCHER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n º 2076/2011 e demais disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), 27 de março de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 149/2013

PORTARIA N º 149/2013

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE EDITAL N º 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR o resultado final do Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde Edital n º 001/2013, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 1º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de março de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato Processo Licitatorio 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 18 de abril de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 9.666/93, visando a execução de Serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do município. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00,

sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 02 de abril de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Edital de Notificações

Edital de Notificações referente ao mês de Março de 2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 778/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATC0775	59907653D	5169/1	13/01/2013	165
ATC0775	59907654D	6556/1	13/01/2013	230 * I
CIU2548	59907550D	6920/0	14/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 779/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABI2327	55233385D	6920/0	15/10/2012	R\$ 127,69	233
AHO1402	59907568D	5010/0	08/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
IQX9699	55233386D	6920/0	15/10/2012	R\$ 127,69	233
KQL0941	55233391D	6920/0	08/11/2012	R\$ 127,69	233
LXB8016	55233381D	6920/0	15/10/2012	R\$ 127,69	233
MAK7407	55233262D	6920/0	19/10/2012	R\$ 127,69	233
MAT4109	55233265D	6920/0	19/10/2012	R\$ 127,69	233
MCG0210	55233380D	6920/0	15/10/2012	R\$ 127,69	233
MCX5782	55233383D	6920/0	15/10/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 780/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHX1800	59907860D	6920/0	21/01/2013	233
ALD0486	55232740D	6599/2	01/02/2013	230 * V
ALD0486	55232741D	6556/1	01/02/2013	230 * I
ALD0486	55232742D	6556/5	01/02/2013	230 * I
MAZ6564	59907669D	6599/2	03/02/2013	230 * V
MGL0231	59907666D	6920/0	31/01/2013	233
MHJ3453	59907864D	6726/1	01/02/2013	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 781/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CWX2111	55233267D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
MDZ0043	59907592D	6599/2	25/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0043	59907593D	5010/0	25/11/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 782/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHU8144	59907903D	6920/0	14/02/2013	233
LYO6904	59907632D	5169/1	23/01/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 783/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHE9798	59907766D	6670/0	23/02/2013	230 * XIII
AHI4596	55233000D	6920/0	29/01/2013	233
ALL8792	59907723D	5010/0	20/02/2013	162 * I
ALL8792	59907724D	5061/0	20/02/2013	163 c/c 162 * I
ALX2788	59907640D	6548/2	01/02/2013	229
ASO8457	59907920D	6920/0	27/02/2013	233
CHT2610	59907636D	6599/2	01/02/2013	230 * V
IQV6777	55232749D	5010/0	01/02/2013	162 * I
IQV6777	55232750D	6599/2	01/02/2013	230 * V
JKT4516	59907869D	6556/5	01/02/2013	230 * I
JKT4516	59907870D	6769/1	01/02/2013	230 * XXII
LXC6368	59907767D	6599/2	23/02/2013	230 * V
LXC6368	59907768D	5010/0	23/02/2013	162 * I
LXK3479	59907773D	5010/0	26/02/2013	162 * I
LXK3479	59907774D	6599/2	26/02/2013	230 * V
LYC3354	59907668D	6599/2	03/02/2013	230 * V
MAZ2048	55233281D	6670/0	17/02/2013	230 * XIII
MCX9035	59907917D	6920/0	27/02/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 784/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFG0515	59907528D	6920/0	21/11/2012	R\$ 127,69	233
AGL1156	59907524D	6920/0	21/11/2012	R\$ 127,69	233
AKJ0049	59907526D	6920/0	21/11/2012	R\$ 127,69	233
AOU8094	55233388D	6920/0	24/10/2012	R\$ 127,69	233
AQD3958	55232925D	5061/0	31/10/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AQD3958	55232926D	5193/0	31/10/2012	R\$ 191,53	168
ATC4375	55232931D	7030/2	16/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
ATC4375	55232932D	6050/2	16/12/2012	R\$ 191,53	208
ATC4375	55232933D	5835/0	16/12/2012	R\$ 127,69	195
ATC4375	55233342D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
CBK5557	55233135D	6920/0	31/10/2012	R\$ 127,69	233
DDN5140	55233136D	7366/2	14/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LXS4196	59907631D	5274/2	19/01/2013	R\$ 191,53	175
LZP7050	55233330D	5010/0	01/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZP7050	55233331D	6599/2	01/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZP7050	55233332D	5835/0	01/11/2012	R\$ 127,69	195
MAX0955	59907579D	6599/2	13/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MES9631	55232944D	7048/1	07/01/2013	R\$ 191,53	244 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 785/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ1622	59907642D	6610/2	01/02/2013	230 * VII
AEW4976	59907907D	6920/0	14/02/2013	233
AGR0983	59907909D	6920/0	14/02/2013	233
AHM2752	59907710D	6599/2	11/02/2013	230 * V
AHM2752	59907711D	6912/0	11/02/2013	232
AJR2279	59907805D	5185/1	28/01/2013	167
LYR0510	59907908D	6920/0	14/02/2013	233
MED0813	59907760D	6670/0	17/02/2013	230 * XIII
MGA5481	59907658D	5185/1	28/01/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 786/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADI7118	59907651D	6599/2	01/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
ADI7118	59907652D	5045/0	01/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
AHE9798	59907656D	5010/0	22/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
DHQ6168	59907571D	6599/2	01/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
DHQ6168	59907572D	5053/1	01/11/2012	R\$ 191,53	162 * VI
HBN2212	55233345D	5525/0	13/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MBU3572	59907853D	6912/0	21/01/2013	R\$ 53,20	232
MHY9811	54781829C	5967/0	19/12/2012	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOIS/SC, 1 DE ABRIL DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**Aviso de Licitação**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitação nº 09/2013, Pregão Presencial nº 08/2013; Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos de informática para uso nos ESF's e Secretaria Municipal da Saúde. Entrega dos Envelopes; Até às 09:00 horas do dia 16 de Abril de 2013; Abertura dos Envelopes: as 09:15 horas do dia 16 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, Fone 047 3652 1787.

Itaiópolis, 02 de Abril de 2013.
JUCEMARA SCHMITZ
Secretária Municipal de Saúde.

Itapoá**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº26/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº26/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: MURATORE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA com sede à Rua Guia Lopes, nº 398, Bairro: Santo Antonio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.354.574/0001-32 e Inscrição Estadual nº Isento, representada neste ato por representante legal, o Sr. Eduardo Campana, portador do CNPJ/MF nº 004.105.309-56 e do CI. RG nº 2.844.216-4
Licitação: CONVITE N.º 02/2013 - PROCESSO Nº 07/2013.

Objeto Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar o sistema de tratamento de esgoto na Unidade de Educação Infantil, no Balneário São José, conforme especificações constantes no Anexo I, Projeto Básico, ART, e Planilha Orçamentária, partes integrantes do Edital.

VALOR R\$: R\$ 29.961,75 (vinte e nove mil novecentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26/03/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega total do objeto, ou até 31/12/2013.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 02 de abril de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Resolução Nº 003/2013/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 003/2013/CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba - SC FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais), sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/entidades: Abrigo Municipal Frei Bruno, sendo R\$ 8.316,00 (oito mil trezentos e dezesseis reais) para custeio e R\$ 5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais) para investimento.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-sc, 01 de abril de 2013
DORVALINA LANGE
Presidente - CMAS - Joaçaba - SC

Resolução Nº 004/2013/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2013/CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba - SC/ FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social no valor de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais), sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio;

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-sc, 01 de abril de 2013.
DORVALINA LANGE
Presidente CMAS - Joaçaba - SC



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Resolução Nº: 002/13/CMAS-Jba.

Resolução Nº: 002/13/CMAS-JBA.

Defere sobre a aprovação do Projeto Fortalecimento da Convivência Comunitária dos Idosos de Joaçaba, apresentado pela Entidade União da Melhor Idade de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com as deliberações da Reunião Ordinária de 13 de março de 2013.

Considerando a Lei 12.101 de novembro de 2009 da Presidência da República que dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social.

Considerando a Resolução Nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Fortalecimento da Convivência Comunitária dos Idosos de Joaçaba apresentado pela Entidade União da Melhor Idade de Joaçaba, solicitando liberação de subvenção social, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para 2013.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de março de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

Extrato Alteração PP 17/2013/PMJ - PL 30/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE ALTERAÇÃO 1

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 17/2013/PMJ, cujo objeto é a "aquisição de 01 (um) trator agrícola de pneus destinado a manutenção das atividades da Intendência de Agricultura de Joaçaba (SC)":

1) No anexo I do Edital - ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA PROPOSTA / VALOR MÁXIMO, ONDE SE LÊ:

"Trator agrícola sobre rodas, novo, de fabricação nacional, com motor a diesel turbo de quatro cilindros em linha, sistema de injeção direta e potência mínima de 85 CV. Transmissão sincronizada com, no mínimo, 12 velocidades à frente e 12 velocidades à ré, com alavancas de acionamento a direita do operador. Tração nas quatro rodas, com acionamento eletro hidráulico. Diferencial traseiro com sistema de bloqueio. Tomada de potência com acionamento mecânico, acoplamento independente da transmissão, velocidade de 540 RPM e eixo de 35 mm de diâmetro com 06 estrias. Sistema hidráulico categoria II, com memória mecânica de posição, vazão de, no mínimo 44,5 l/min., capacidade de levantar mínima de 3.330 kgf. no olhal de engate e estabilizadores telescópicos. Controle remoto com duas válvulas de dupla ação. Direção hidrostática. Freios de serviço a disco em banho de óleo, com pedais independentes. Painel de instrumentos com horímetro, indicador de nível de combustível, indicador de temperatura, tacômetro, luzes de advertência da pressão do óleo / alternador / restrição do filtro de ar, luzes indicadoras do bloqueio do diferencial / acionamento da tomada de força / acople da tração dianteira. Estrutura de proteção contra capotagem, com toldo. Plataforma de operação plana

revestida com tapete de borracha. Assento do operador ajustável com suspensão, apoios para os braços e cinto de segurança. Pesos dianteiros e pesos nas rodas. Faróis dianteiros. Pisca alerta e piscas direcionais - traseiros e dianteiros. Para lamas traseiros. Pneus dianteiros no mínimo de 14.4x24/R1 e pneus traseiros no mínimo de 18.4x33/R1. Pesos dianteiros e traseiros."

LEIA-SE:

"Trator agrícola sobre rodas, novo, de fabricação nacional, com motor a diesel turbo de quatro cilindros em linha, sistema de injeção direta e potência mínima de 85 CV. Transmissão sincronizada com, no mínimo, 12 velocidades à frente e 12 velocidades à ré, com alavancas de acionamento a direita do operador. Tração nas quatro rodas. Diferencial traseiro com sistema de bloqueio. Tomada de potência com acionamento mecânico, acoplamento independente da transmissão, velocidade de 540 RPM e eixo de 35 mm de diâmetro com 06 estrias. Sistema hidráulico categoria II, com memória mecânica de posição, vazão de, no mínimo 40 l/min., capacidade de levantar mínima de 2.500 kgf. no olhal de engate e estabilizadores telescópicos. Controle remoto com duas válvulas de dupla ação.

Direção hidrostática. Freios de serviço a disco em banho de óleo, com pedais independentes. Painel de instrumentos com horímetro, indicador de nível de combustível, indicador de temperatura, tacômetro, luzes de advertência da pressão do óleo / alternador / restrição do filtro de ar, luzes indicadoras do bloqueio do diferencial / acionamento da tomada de força / acople da tração dianteira. Estrutura de proteção contra capotagem, com toldo. Plataforma de operação plana revestida com tapete de borracha. Assento do operador ajustável com suspensão, apoios para os braços e cinto de segurança. Pesos dianteiros e pesos nas rodas. Faróis dianteiros. Pisca alerta e piscas direcionais - traseiros e dianteiros. Para lamas traseiros. Pneus dianteiros no mínimo de 12.4x24/R1 e pneus traseiros no mínimo de 18.4x30/R1. Pesos dianteiros e traseiros."

2) Diante das alterações efetuadas no objeto, a data e horário de abertura fica alterado das 14 horas do dia 03/04/2013, para as 14 horas do dia 17/04/2013;

2) O horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, fica alterado de até as 14 horas do dia 03/04/2013, para até as 14 horas do dia 17/04/2013.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefone 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 1º de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Parecer Emitido Pela Comissão de Análise de Amostras do PP 12/2013/FMS - PL 14/2013/FMS - Materiais de Enfermagem

ANÁLISE DAS AMOSTRAS ENVIADAS – LICITAÇÃO ENFERMAGEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Empresa Especificação
------	---------------	--------------------------

33	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 6 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Aliança - Cremer Reprovada: Dimaci – Neve (60% algodão); Altermed – Bruna (90% algodão); Starmed – Neve (23% algodão). Sem amostra: Olimed
34	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 8 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 17,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Aliança - Cremer Reprovada: Dimaci – Neve (60% algodão); Altermed – Bruna (90% algodão); Starmed – Neve (23% algodão). Sem amostra: Olimed
35	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 10 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 26,09 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Aliança - Cremer Reprovada: Dimaci – Neve (60% algodão); Altermed – Bruna (90% algodão); Starmed – Neve (23% algodão). Sem amostra: Olimed
36	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 12 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 26,09 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Aliança - Cremer Reprovada: Dimaci – Neve (60% algodão); Altermed – Bruna (90% algodão); Starmed – Neve (23% algodão). Sem amostra: Olimed
37	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 15 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 32,7 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Aliança - Cremer Reprovada: Dimaci – Neve (60% algodão); Altermed – Bruna (90% algodão); Starmed – Neve (23% algodão). Sem amostra: Olimed
38	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 20 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 42,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Aprovada: Aliança - Cremer Reprovada: Dimaci – Neve (60% algodão); Altermed – Bruna (90% algodão); Starmed – Neve (23% algodão). Sem amostra: Olimed

39	Atadura de rayon em rolo, não estéril. 7,5 cm X 5 m. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Altermed – Polarfix; Starmed – Medi House Sem amostra: Olimed; Aliança e Dimaci
42	Avental (capote) confeccionado em TNT, gramatura mínima 20, manga longa, punho com elástico, com abertura nas costas e dois pontos com tiras para amarração (um ponto na gola e outro ponto nas costas), resistente, devendo proporcionar barreira antimicrobiana efetiva. Tamanho G - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovado: Olimed – Andona Demais empresas não mandaram amostra
43	Avental descartável, confeccionado em TNT, gramatura mínima 20, sem manga. Cor Azul. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Nenhuma empresa enviou amostra.
80	Compressa cirúrgica 23 x 25 cm, com 13 fios, 08 dobras - pacote com 50 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovado: Dimaci – América Altermed – MB Têxtil Aliança – Polarfix
81	Compressa cirúrgica 45 x 50 cm, com 13 fios, 8 dobras, gramatura 35 gr - pacote com 50 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovado: Dimaci – América: 35 gramas Reprovada: Altermed – América: 27 gramas; Aliança – Farol: 30 gramas
82	Compressa de gaze 10 x 10 cm, com 13 fios, 08 dobras - pacote com 500 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Aprovada: Aliança - Neve; Diamci – América. Reprovado: Altermed – não atende especificação do edital: 10x15 conforme descrição na Nota de amostras, mas não veio amostra.
85	Curativo cirúrgico estéril (chumaço), 10 x 15, 100% algodão, esterilizado por E.T.O, pronto uso, super absorvente. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovado: Olimed – Medi House e Altermed – Medi House
86	Curativo redondo para pós-coleta de sangue. Caixa com 100 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Altermed Reprovada: Starmed – baixa aderência a pele.

87	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto - num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna – venosa e arterial – pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top - com 85 gramas. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Sem amostra
99	Dispositivo Incontinência Urinária nº 4, de látex. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA -	Aprovada: Altermed – Cirurgia Brasil
102	Encosto de cabeça (imobilizador de cabeça), confeccionado em espuma de poliuretano expandida e emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura. Base fixada na prancha: 40 x 25 cm. Laterais fixadas na base: 25 x 16 x 0,9 cm. Orifício auricular para verificar sangramento: 80 mm. Lavável. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Aprovada: Altermed – Marimar; Demais empresas não enviaram amostra.
111	Esparadrapo impermeável, composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos, tais como: afixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 10 cm x 4,5 m, com capa. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Todas as empresas – marca: Missner
112	Esparadrapo impermeável composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos, tais como: afixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 05 cm x 4,5 m, com capa. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovada: Todas as empresas – marca: Missner

113	Esfigmomanômetro Adulto, resistente às quedas e livre de látex. Visor com uma leitura fácil e precisa. Pera e manguito isentos de látex. Braçadeira com fechamento em velcro resistente e lavável. Manômetro em liga termoplástica proporcionando durabilidade e absorção a impactos com grande absorção de choques. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia contra defeitos de fabricação e calibração e materiais por período não inferior a 05 anos após a data de compra, conforme Manual registrado na ANVISA. As informações também devem ser comprovadas através do catálogo original do produto. Deverá acompanhar os seguintes acessórios: 01 braçadeira com manguito adulto, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em português. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	As empresas não enviaram amostra.
114	Esfigmomanômetro Obeso, resistente às quedas e livre de látex. Visor com uma leitura fácil e precisa. Pera e manguito isentos de látex. Braçadeira com fechamento em velcro resistente e lavável. Manômetro em liga termoplástica proporcionando durabilidade e absorção a impactos com grande absorção de choques. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia contra defeitos de fabricação e calibração e materiais por período não inferior a 05 anos após a data de compra, conforme Manual registrado na ANVISA. As informações também devem ser comprovadas através do catálogo original do produto. Deverá acompanhar os seguintes acessórios: 01 braçadeira com manguito adulto, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em português. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	As empresas não enviaram amostra.
115	Esfigmomanômetro Infantil, resistente a quedas e livre de látex. Visor com uma leitura fácil e precisa. Pera e manguito isentos de látex. Braçadeira com fechamento em velcro resistente e lavável. Manômetro em liga termoplástica proporcionando durabilidade e absorção a impactos com grande absorção de choques. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia contra defeitos de fabricação e calibração e materiais por período não inferior a 05 anos após a data de compra, conforme Manual registrado na ANVISA. As informações também devem ser comprovadas através do catálogo original do produto. Deverá acompanhar os seguintes acessórios: 01 braçadeira com manguito adulto, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em português. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	As empresas não enviaram amostra.

116	Especulo vaginal descartável tamanho médio. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovado: Marca – Vagspec: Empresas: Altermed, Aliança, Starmed, Dimaci.
117	Especulo vaginal descartável tamanho grande. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
118	Especulo vaginal descartável tamanho pequeno. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
120	Estetoscópio, em aço inox com auscultador duplo, projetado para obter uma captação precisa dos mínimos ruídos pulmonares e arteriais. Provido de tubo de "Y", condutores flexíveis de borracha ou vinil, anel não frio. Hastes de metal providas de mola flexíveis, proporcionando articulação perfeita durante o uso. Oliva isenta de rebarbas, provida de rosca para adaptação na haste ou perfeitamente afunilada, proporcionando segurança durante o uso do aparelho. Tubos de borracha c/ diâmetro compatível c/ a haste de metal, sendo um provido de adaptação p/ o auscultador. Deverá ser leve e resistente e vir acompanhado de dois pares de olivas, sobressalentes, de plástico c/ formato anatômico, c/ ajuste confortável e perfeita vedação contra ruídos ambientais. O estetoscópio deverá ser provido de auscultador tipo diafragma modelo adulto. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Olimed: não enviou amostra.
121	Estetoscópio, em aço inox com auscultador duplo, projetado para obter uma captação precisa dos mínimos ruídos pulmonares e arteriais. Provido de tubo de "Y", condutores flexíveis de borracha ou vinil, anel não frio. Hastes de metal providas de mola flexíveis, proporcionando articulação perfeita durante o uso. Oliva isenta de rebarbas, provida de rosca para adaptação na haste ou perfeitamente afunilada, proporcionando segurança durante o uso do aparelho. Tubos de borracha c/ diâmetro compatível c/ a haste de metal, sendo um provido de adaptação p/ o auscultador. Deverá ser leve e resistente e vir acompanhado de dois pares de olivas, sobressalentes, de plástico c/ formato anatômico, c/ ajuste confortável e perfeita vedação contra ruídos ambientais. O estetoscópio deverá ser provido de auscultador tipo diafragma modelo infantil. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	As empresas não enviaram amostra.

131	Fita adesiva hipoalergênica, p/ pele porosa, composta para fixação de curativos, composta por dorso de viscose não tecido recoberto por um adesivo de base acrílica e comprovadamente hipoalergênico / cor branca / validade 02 anos / medida mínima 100 mm x 4,5 m. Com 20 rolos. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Aprovado Altermed, Olimed e Starmed: Missner Dimaci: 3M Aliança: CIEX e Missner
132	Fita hipoalergênica, suave para a pele, porosa, composta de viscose não tecido com adesivo acrílico hipoalergênico - medida mínima 25 mm x 4,5 m com capa plástica. Com 12 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
133	Fita hipoalergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoalergênico, rolo medida mínima 50 mm x 4,5 cm, com capa plástica. Com 12 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
134	Fita hipoalergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoalergênico - medida mínima 12 mm x 4,5 cm, com capa plástica. Com 12 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
138	Gaze em rolo tipo queijo com 08 dobras, 13 fios - 91 cm x 91 m. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Aprovado Altermed: MB Têxtil Dimaci: América Demais empresas não enviaram amostra
146	Kit para aparelho de nebulização completo - adulto - contendo máscara, copinho e extensão (mangueira). SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA -	Aprovado Altermed: Nevoni Starmed: Daru
147	Kit para aparelho de nebulização completo - infantil - contendo máscara, copinho e extensão (mangueira). SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
148	Kit citologia: 01 escova cervical estéril com cerdas macias com formato levemente cônico e 01 espátula de Ayre de madeira estéril. Embalado individualmente em envelope de papel cirúrgico com filme de poliéster em envelope de polietileno. Com 100 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
149	Lâmina p/ bisturi nº 11 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA -	Aprovado Starmed – Advantive Altermed – Embramac Demais empresas não enviaram amostra Aprovada: Altermed – Press control Demais empresas não enviaram amostra
150	Lâmina p/ bisturi nº 24 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
151	Lâmina para bisturi nº 15 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
153	Lanterna clínica pupilar, à pilha, confeccionada em alumínio. - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA -	

158	Lupa manual redonda com três vezes de aumento, lente de vidro com cabo e proteção lateral em PVC. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Não veio amostra
159	Luva de raspa - confeccionada em raspa na face palmar, unheiras em raspa, dorso e punho em lona, flanelada internamente na palma. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Não amostra veio amostra
160	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico número 8,5 - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	Aprovada: Starmed, Aliança e Dimaci: Sanro; Olimed: Maxitex Altermed não enviou amostra.
161	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 6,5. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	
162	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 7,0. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
163	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 7,5. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
164	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 8,0. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	
		Aprovado: Olimed – Med Sonda
208	Saco para vômito, tamanho único. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Demais empresas não mandaram amostras
272	Termômetro para geladeira, com dois displays, que permita visualizar a temperatura mínima e máxima, interna e externa da geladeira, bem como a temperatura do momento. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	Não vieram amostras
273	Termômetro para geladeira, interno, tipo capelinha. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA.	

COMISSÃO:

- BARBARA BROLLO PICULI _____
 - DEBORA LOPES CESAR _____
 - MARIANA ZOPELETTI _____

Contrato 53/2013 PMJ

CONTRATO Nº 53/2013/PMJ

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e as cláusulas e condições seguintes.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 211, sala 106, no Município de Maravilha – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MARCOS FERNANDES GASPARELLO, portador da Carteira de Identidade nº 1.717.885-1 – SESP/SC e CPF nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Avenida

Presidente Kennedy, 509 – Bairro Padre Antonio, na cidade de Maravilha - SC, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Processo de Licitação nº 11/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ, homologado em 20/03/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Joaçaba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma da lei, por sucessivas vezes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou Comissão Especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Os serviços, objeto desta contratação, estão detalhados nos Anexos I, II, III, IV, V e VI, partes integrantes do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ.

Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

Para o início dos serviços a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.

Licenças Ambientais necessárias para a execução dos serviços; ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

A destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, será em área de propriedade e/ou responsabilidade da CONTRATADA.

Os serviços de operação, manutenção e monitoramento de Aterro Sanitário serão prestados em área de propriedade e/ou responsabilidade da CONTRATADA.

Será facultado à CONTRATADA efetuar ou não a coleta e transporte de resíduos, caso verifique-se que os mesmos sejam ou contenham substâncias, tóxicas, venenosas, explosivas, inflamáveis, ou de qualquer tipo de material corrosivo, em suma, toda e qualquer substância que se revele danosa e capaz de colocar em risco a saúde pública e o(s) equipamento(s) da mesma.

Será abrangida pelos serviços toda a área urbana do Município de Joaçaba (SC), bem como os distritos de Santa Helena e Nova Petrópolis, conforme definido nos Anexos V e VI do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ.

Os itens a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada no Processo de Licitação. Caberá a CONTRATADA obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Fica estabelecido que, a prestação dos serviços somente poderá ser efetuada pela CONTRATADA, vedada, portanto, a subcontratação dos mesmos, sem prévio consentimento do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total ora contratado é o de R\$ 3.019.395,84 (três milhões, dezenove mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação, importando o valor mensal de R\$ 251.616,32 (duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos), correspondente a (os) seguinte(s) item (ns):

ITEM	QTDE. MENSAL ESTIMADA	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	600,00	ton	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais	139,24	85.544,00
	600,00	ton	Operação, manutenção e monitoramento de Aterro Sanitário.	98,21	58.926,00
VALOR TOTAL DO ITEM / LOTE 1 – R\$					142.470,00
2	300,00	km	Varrição manual de vias e logradouros públicos	97,66	29.298,00
VALOR TOTAL DO ITEM 2 – R\$					29.298,00
3	1,00	Eqp	Fornecimento de Equipe Apoio	79.848,32	79.848,32
VALOR TOTAL DO ITEM 3 – R\$					79.848,32

Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

O pagamento será realizado mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, mediante a apresentação de documento fiscal atestado por servidor competente, acompanhado dos comprovantes de pesagem e medição.

O pagamento somente poderá ser efetuado após a apresentação de comprovantes de pesagem, para verificação do valor a ser pago pela coleta e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos.

Para os serviços de varrição, deve ser apresentado laudo de medição pelo Setor de Infraestrutura. Em ambos os casos, o valor a ser pago será o preço unitário, multiplicado pela pesagem ou quilometragem.

No caso da equipe padrão, o valor a ser pago será o constante no item III da planilha acima.

Além dos requisitos acima citados, para a realização do pagamento, deverá a CONTRATADA comprovar o recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes

ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei 9.032/95, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

Os preços serão reajustados anualmente pelo INPC (IBGE) e revisados quando houver quebra do equilíbrio econômico financeiro, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

Para efeito de cálculo do reajustamento dos preços será considerada como data base o mês de apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2.004 – CONSERVAÇÃO DE BENS DE USO COMUM DO POVO
39 – 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000000 – OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para a PREFEITURA DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 82.939.380/0001-99, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

A nota fiscal deverá ser emitida separando-se o valor correspondente a mão de obra do relativo a materiais e equipamentos.

A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES**Responsabilidades da CONTRATADA:**

Executar o objeto obedecendo rigorosamente às especificações do Edital CC nº 01/2013/PMJ e seus anexos, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação.

Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

Exigir do CONTRATANTE a Ordem de Serviço Inicial;

Responsabilidades do CONTRATANTE:

Efetuar os pagamentos conforme o ajustado neste instrumento. Emitir ordem de serviço, que deverá ser entregue à CONTRATADA, para início da prestação de serviços.

Fiscalizar a execução do presente contrato;

Conceder reajustes anuais pelo INPC (IBGE) e revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da CONTRATADA, devidamente instruído com a comprovação do aumento dos custos;

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes

sanções:

Advertência;

Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Contrato e do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" acima, poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

O atraso injustificado na execução dos serviços, objeto do presente contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por dia de atraso.

A multa a que aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;

Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA(SC), 01 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Extrato Contrato 52/2013/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2013/PMJ

PL 19/2013/PMJ - CV 2/2013/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LOCADOR: ELETROPNEUS OURO LTDA

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a obra de extensão de rede de distribuição elétrica (média e baixa tensão), na intersecção da Rua Prefeito Odilo Antonio Coppi com a Estrada Municipal José Pino Gomes, no Distrito Industrial do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 62.070,28 (sessenta e dois mil, setenta reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 47.271,91, referente ao material e meio mecânico e R\$ 14.798,37, referente à mão-de-obra..

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.039 - MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.03.0017.0 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 45 (quarenta e cinco) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado se de interesse das partes.

DATA DE ASSINATURA: 28/03/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Termo Aditivo 914/2012 - TA 01

CONTRATO Nº 914/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, estabelecida na Rua Orlando Willi Lotermann, 390, Bairro Bela Vista, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sr. Wilson da Rosa, portador do CPF nº 539.442.409-87 e CI nº 11/R 858.366, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 914/2012/PMJ, firmado em 22/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2012/PMJ - Dispensa nº 4/2012/PMJ, homologado em 22/03/2012, cujo objeto é a execução e acompanhamento, com mão de obra especializada, pela

CONTRATADA, de 74 unidades habitacionais, medindo 37,20 m² cada, conforme especificações dos projetos de engenharia, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada, passando de 12 (doze) para 14 (quatorze) meses, contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial (22/03/2012), em atendimento ao requerimento da CONTRATADA, corroborado pelo parecer da Procuradoria Jurídica do Município e em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 21 de março de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA

Vilson da Rosa

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

SIMAE

Portaria JHL 58/2013

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 58/2013 DE 28.03.2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições,

Considerando o art. 175, inciso III da Constituição Federal, o Art. 2º da Lei nº 2.193 de 12 de dezembro de 1994, da Prefeitura Municipal de Joaçaba-SC, o art. 2º da Lei nº 1.545 de 23 de fevereiro de 1995, da Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste e Art. 3º da Lei nº 250 de 27 de Novembro de 2000 da Prefeitura Municipal de Luzerna,

RESOLVE:

Reajustar em 6,77% as Tarifas de Água e Esgoto e demais taxas do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, de acordo com os valores constantes nas tabelas em anexo, a partir da competência Maio/2013.

Joaçaba-SC, 28 de março de 2013.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

ANEXO I

SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SC
ANEXO DO DO DECRETO Nº 1.874 DE 24/06/98 ALTERADO PELO
DECRETO 2.154/01 DE JOAÇABA
ANEXO DO DO DECRETO Nº 1.161 DE 15/07/98 ALTERADO PELO
DECRETO 1.245/99 DE HERVAL D'OESTE
DECRETO 264 DE 02/01/01 DE LUZERNA
ANEXO DA PORTARIA Nº JHL 58/2013
A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2013

LIGAÇÃO DE ÁGUA

Até 25mm

CONDIÇÕES	PRESTAÇÕES	TOTAL
A VISTA	R\$ 306,39	
2	pagamentos R\$ 156,26	R\$ 312,52
3	pagamentos R\$ 106,26	R\$ 318,78
4	pagamentos R\$ 81,29	R\$ 325,16
5	pagamentos R\$ 66,33	R\$ 331,65
6	pagamentos R\$ 56,38	R\$ 338,28

OBS:

1. Com diâmetro acima de 25mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

LIGAÇÃO DE ESGOTO

Até 100mm

CONDIÇÕES	PRESTAÇÕES	TOTAL
A VISTA	R\$ 210,12	
2	pagamentos R\$ 107,16	R\$ 214,32
3	pagamentos R\$ 72,87	R\$ 218,61
4	pagamentos R\$ 55,75	R\$ 223,00
5	pagamentos R\$ 45,49	R\$ 227,45
6	pagamentos R\$ 38,66	R\$ 231,96

OBS:

1. Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

2. O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido de ligação.

ANEXO II

TARIFAS DE ÁGUA

"CATEGORIA ""A"" - RESIDENCIAL"

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m ³	R\$ 20,84
De 11 a 15m ³	R\$ 20,84 R\$ 3,06
p/m ³ excedente de 10m ³	
De 16 a 20m ³	R\$ 36,14 R\$ 3,52
p/m ³ excedente de 15m ³	
De 21 a 30m ³	R\$ 53,74 R\$ 3,92
p/m ³ excedente de 20m ³	
De 31 a 40m ³	R\$ 92,94 R\$ 4,26
p/m ³ excedente de 30m ³	
Acima de 40m ³	R\$ 135,54 R\$ 3,49
p/m ³ excedente de 40m ³	

"CATEGORIA ""B"" - COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS"

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m ³	R\$ 34,54
De 11 a 30m ³	R\$ 34,54 R\$ 4,47
p/m ³ excedente de 10m ³	
De 31 a 100m ³	R\$ 123,94 R\$ 4,91
p/m ³ excedente de 30m ³	
Acima de 100m ³	R\$ 467,64 R\$ 3,84
p/m ³ excedente de 100m ³	
CATEGORIA INDUSTRIAL	

FAIXA DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 10m³	R\$ 36,50	
De 11 a 30m³	R\$ 36,50	R\$ 4,68
p/m³ excedente de 10m³		
De 31 a 100m³	R\$ 130,10	R\$ 5,17
p/m³ excedente de 30m³		
Acima de 100m³	R\$ 492,00	R\$ 3,98
p/m³ excedente de 100m³		

OBSERVAÇÕES:

1 . A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressaltado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo da cobrança será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art.81 do Regulamento.

2 . Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias ou temporárias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.
ANEXO III

ITEM OUTROS SERVIÇOS VALOR

1 **RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:**
No cavalete por falta de pagamento R\$ 23,44
No cavalete por falta de pagamento c/lacre violado R\$ 126,41

2 AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:

Por solicitação do usuário, até ¾" R\$ 38,94
Por solicitação do usuário, acima de 1" R\$ 52,30

3 DESLIGAÇÃO:

Por solicitação do usuário- temporária (Art. 72 Inciso VII) R\$ 22,48
Por solicitação do usuário- definitiva R\$ 43,32

4 VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:

Por solicitação do usuário até 2 pavimentos R\$ 46,42
Por solicitação do usuário, por pavimento excedente a 2 R\$ 24,74

5 CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:

Custo fixo de consumo até 15 dias R\$ 283,67
Custo fixo mensal período superior a 15 dias R\$ 486,71

6 CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:

De encanador R\$ 15,64
De auxiliar R\$ 10,10

7 DESLOCAMENTO DO CAVALETE:

Por solicitação do usuário (conforme material e tempo empregado, mais taxa de deslocamento veículo).

8 AVISO DE INTERRUPÇÃO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS

(suprimido conforme Decreto 2651/2005)
(art. 72)

9 EXPEDIENTE:

Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, e outros R\$ 2,20

10 ANÁLISE DE ÁGUA:

Físico-Químico R\$ 67,31
Bacteriologia R\$ 77,69
Nitrogênio Total R\$ 90,08
DQO e DBO R\$ 108,82
Fosfato R\$ 59,71

11 HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:

*(Valor das peças empregadas, taxas de aferição, mais taxa de deslocamento de veículo)

12 HIDRÔMETRO ROUBADO:

* - (Valor das peças, mão-de-obra, deslocamento de veículo, hidrômetro e taxa de expediente)

13 PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE

Empregado em ligações de água até 25mm R\$ 2,59

14 TAXA DE DESLOCAMENTO DE VEÍCULO,

Será cobrada em caso de visita improdutiva e na composição do R\$ 12,40
custo dos itens 07, 11, 12 e 16 deste anexo

15 DESENTUPIMENTO RAMAL DOMICILIAR DE ESGOTO SANITÁRIO R\$ 72,72**16 ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS**

a pedido do usuário (Uma taxa de expediente e uma taxa R\$ 14,60
deslocamento de veículo)

OBS.:

*Valor a ser cobrado conforme orçamento.

ANEXO IV**SERVIÇO NÃO MEDIDO****CATEGORIA VALOR**

RESIDENCIAL - R1 10 R\$ 20,84
R2 18 R\$ 46,71
R3 25 R\$ 73,38
R4 40 R\$ 135,63

R1 - Com área até 40m2

R2 - Com área de 41 a 80 m2

R3 - Com área de 81 a 120 m2

R4 - Com área acima de 120 m2

O Consumo estimado para as demais categorias será de acordo com a área e utilização

do imóvel, observado o seguinte:

- Quando a água for utilizada apenas para fins higiênicos:

10 litros por m2 de área

"útil/dia;"

- Quando além dos fins higiênicos, ainda for utilizada na

"produção de bens e serviços: 40 litros por m2 da área útil/dia;"

Para cálculo dos valores tarifários será aplicado o contido no anexo II.

ANEXO V**ITEM VALOR**

I intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços R\$ 181,87
"públicos de água e de esgoto;"

II ligações clandestinas de qualquer canalização à rede 15 vezes a tarifa
"distribuidora de água e coletora de esgotos;" correspondente
ao consumo
básico da categoria
econômica da
ligação

III violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de R\$ 217,78
"consumo;"

IV interconexão da instalação com canalizações alimentadas com R\$ 181,87
"água não procedente do abastecimento público;"

V utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial R\$ 60,75
para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel
"ou economia;"

VI uso de dispositivos, tais como bombas ou ejetores, na rede R\$ 363,80
"distribuidora ou ramal predial;"

VII "lançamento de águas pluviais na instalação de esgoto do prédio;" R\$ 181,87

VIII lançamento de despejos "in natura", que por suas R\$ 363,80
características exijam tratamento prévio, na rede coletora de
"esgoto;"

IX início da obra de instalação de água e de esgoto em loteamentos R\$ 1.818,03
ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do
"SIMAE;"

X alteração de projeto de instalações de água e de esgoto em R\$ 727,95
loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia
"autorização do SIMAE;"

XI inobservância das normas e/ou instalações do SIMAE na R\$ 363,80
"execução de obras e serviços de água e esgoto;"

XII Qualquer impedimento para acesso ao hidrômetro, para R\$ 90,98
realização de leitura, suspensão de fornecimento de água ou
"manutenção do hidrômetro;"

XIII Intervenção e/ou utilização de hidrantes para fins não R\$ 492,02
"autorizados pelo SIMAE;"

XIV Construção sobre redes de distribuição de água e rede coletora R\$ 181,87
"de esgotos;"

XV Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SIMAE Multa de 2,0% (dois
(Alterado pela Lei 2961 de 2007 Joaçaba)(Decreto 2.259 de por cento). Juros de

2007 Herval d'Oeste)(Decreto Nº 839 de 2007 Luzerna)
Mora calculados à
taxa referencial do
Sistema de Liquidação
e Custódia, SELIC,
acumulada
mensalmente.

Obs: As multas previstas neste anexo, poderão ser aplicadas em dobro, em caso de
reincidência, exceto aquelas decorrentes da impontualidade no
pagamento de tarifas
(§ 4º Art. 1º do Decreto 2.154/01 Joaçaba)(§ 4º Art. 1º do Decreto Nº 1.245/99 de Herval
D'Oeste).

ANEXO VIII

TARIFAS DE ÁGUA RURAL

"CATEGORIA ""A"" - RESIDENCIAL"

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m³	R\$ 18,73
De 11 a 15m³	R\$ 18,73
p/m³ excedente de 10m³	R\$ 2,99
De 16 a 25m³	R\$ 33,68
p/m³ excedente de 15m³	R\$ 3,35
Acima de 25m³	R\$ 67,18
p/m³ excedente de 25m³	R\$ 3,49

"CATEGORIA ""B"" - COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS"

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m³	R\$ 26,61
De 11 a 50m³	R\$ 26,61
p/m³ excedente de 10m³	R\$ 2,80
De 51 a 100m³	R\$ 138,61
p/m³ excedente de 30m³	R\$ 3,18
Acima de 100m³	R\$ 297,61
p/m³ excedente de 100m³	R\$ 3,48

CATEGORIA INDUSTRIAL

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m³	R\$ 33,50
De 11 a 30m³	R\$ 33,50
p/m³ excedente de 10m³	R\$ 4,41
De 31 a 100m³	R\$ 121,70
p/m³ excedente de 30m³	R\$ 5,18
Acima de 100m³	R\$ 484,30
p/m³ excedente de 100m³	R\$ 3,98

TARIFA DE ESGOTO

A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo da cobrança será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art.81 do regulamento.

ANEXO IX

TARIFAS DE ÁGUA SOCIAL

"CATEGORIA ""A"" - RESIDENCIAL"

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m³	R\$ 10,42
De 11 a 15m³	R\$ 10,42
p/m³ excedente de 10m³	R\$ 1,54
De 16 a 20m³	R\$ 18,12
p/m³ excedente de 15m³	R\$ 3,52
De 21 a 30m³	R\$ 35,72
p/m³ excedente de 20m³	R\$ 3,92
De 31 a 40m³	R\$ 74,92
p/m³ excedente de 30m³	R\$ 4,26
Acima de 40m³	R\$ 117,52
p/m³ excedente de 40m³	R\$ 3,49

ANEXO X

TARIFAS DE ÁGUA COMERCIAL II

"CATEGORIA ""B"" - COMERCIAL"

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
Até 10m³	R\$ 20,84
De 11 a 30m³	R\$ 20,84
p/m³ excedente de 10m³	R\$ 4,47
De 31 a 100m³	R\$ 110,24
p/m³ excedente de 30m³	R\$ 4,91
Acima de 100m³	R\$ 453,94
p/m³ excedente de 100m³	R\$ 3,84

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA - PRESIDENTE DO SIMAE

Pregão JHL 0011/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0014/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2013
PROTOCOLO JHL 0766/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0011/2013 - Licitação 0014/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E LIMPEZA DA SEDE ADMINISTRATIVA PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 16/04/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 16/04/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 03/04/2013 a 16/04/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 03 de Abril de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Contrato JHL 0020/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0020/2013
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 0022/2010
PREGÃO PRESENCIAL 0006/2010
PROTOCOLO Nº 0113/2010

Data: 02/04/2013

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DEDICADA PARA O SIMAE.

Contratado: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EM-BRATEL.

Valor mensal do contrato: R\$1.202,13 (Hum mil, duzentos e dois reais e treze centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0028.2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.97.00

Prazo de vigência: 15/04/2013 A 14/04/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

PP 03 e 08-2013 FMAS; PP 08 e 23-2013 PML; PP 08-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 03-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 06/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 49.135,68

Modalidade: PP 08-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Alimentos e Descartáveis

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 08/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 49.722,96

Modalidade: PP 08-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Fraldas Descartáveis Infantis e Geriátricas

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 16/03/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 400.040,00

Modalidade: PP 08-2013 PML

Objeto: Fornecimento de Passagens Rodoviárias Intermunicipais e Interestaduais

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 07/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 254.458,00

Modalidade: PP 23-2013 PML

Objeto: Contratação de Empresa para Locação, Instalação e Manutenção de Pirâmides e Tendas

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 09/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 16.575,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 01 de abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Errata de Licitação - Pregão Presencial Nº 17/2013
ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Walter Vetterli, 239 - Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que houveram alterações no edital do pregão presencial n.º 17/2013.

A data de abertura do Pregão Presencial fica mantida para o dia 08 de abril de 2013 às 11:00 horas.

Fica também estipulado o dia 05/04/2013, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, para realização das vistorias nos veículos na garagem municipal, além da data já prevista no edital.

Lauro Müller, 02 de abril de 2013.
FÁBIO LEAL
Pregoeiro

Extrato de Contrato Nº 03/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2013
Processo Licitatório nº 5/2013 - Pregão presencial nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: Akon Ltda ME
Valor: R\$ 946,00 (novecentos e quarenta e seis reais)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 04/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2013
Processo Licitatório nº 5/2013 - Pregão presencial nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: ANCS Distribuidora Ltda
Valor: R\$ 6.476,36 (seis mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 05/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2013
Processo Licitatório nº 5/2013 - Pregão presencial nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: Macro Mundy Atacado Ltda ME
Valor: R\$ 4.378,22 (quatro mil trezentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 06/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2013
Processo Licitatório nº 5/2013 - Pregão presencial nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: Orleans Informática Ltda ME
Valor: R\$ 1.112,98 (um mil cento e doze reais e noventa e oito centavos)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 07/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2013
Processo Licitatório nº 5/2013 - Pregão presencial nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: TM Schillickmann e Cia Ltda ME
Valor: R\$ 7.034,50 (sete mil trinta e quatro reais e cinquenta centavos)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 08/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2013
Processo Licitatório nº 7/2013 - Pregão presencial nº 3/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE COPA E COZINHA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: ANCS Distribuidora Ltda EPP
Valor: R\$ 8.810,00 (oito mil oitocentos e dez centavos)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 09/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2013
Processo Licitatório nº 7/2013 - Pregão presencial nº 3/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE COPA E COZINHA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: Orleans Informática Ltda ME
Valor: R\$ 13.271,95 (treze mil duzentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos)
Prazo de Vigência: 01/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 10/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2013
Processo Licitatório nº 11/2013 - Dispensa de Licitação nº 3/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, CONSULTAS MÉDICAS E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: Brandão Ortopedia e Traumatologia Ltda
Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Prazo de Vigência: 06/03/2013 à 30/04/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 11/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2013
Processo Licitatório nº 14/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 1/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REABILITAÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS MAIS FREQUENTES E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013
Contratado: Ricardo Rabelo Serafim
Valor: R\$ 16.690,00 (dezesseis mil seiscentos e noventa reais)
Prazo de Vigência: 19/03/2013 à 19/04/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 26/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2013
Processo Licitatório nº 19/2013 - Dispensa de Licitação nº 6/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPAL EM CARÁTER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE NOVO PREGÃO PRESENCIAL, SENDO QUE NÃO HOUVERAM INTERESSADOS NO PREGÃO 02/2013
Contratado: Empresa União de Transportes Ltda

Valor: R\$ 55.020,00 (cinquenta e cinco mil e vinte reais)
Prazo de Vigência: 04/03/2013 à 18/04/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 27/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2013
Processo Licitatório nº 17/2013 - Pregão Presencial nº 7/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
Contratado: ANCS Distribuidora Ltda EPP
Valor: R\$ 2.663,76 (dois mil seiscentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos)
Prazo de Vigência: 12/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 28/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2013
Processo Licitatório nº 17/2013 - Pregão Presencial nº 7/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
Contratado: Mercado Pescador Ltda - ME
Valor: R\$ 23.413,20 (vinte e três mil quatrocentos e treze reais e vinte centavos)
Prazo de Vigência: 12/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 29/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2013
Processo Licitatório nº 18/2013 - Pregão Presencial nº 8/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL PARA O PROGRAMA "LEITE É VIDA"
Contratado: Mercado Pescador Ltda - ME
Valor: R\$ 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos reais)
Prazo de Vigência: 12/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 30/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2013
Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contratado: Bebidas Portal - LTDA
Valor: R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)

Prazo de Vigência: 20/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 31/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2013
Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contratado: Marivaldo Pescador Me
Valor: R\$ 1.695,00 (hum mil seiscentos e noventa e cinco reais)
Prazo de Vigência: 20/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 32/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2013
Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contratado: Mercado Pescador Ltda Me
Valor: R\$ 3.682,25 (três mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos)
Prazo de Vigência: 20/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 33/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2013
Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contratado: Orleans Informática Ltda ME
Valor: R\$ 7.284,00 (sete mil duzentos e oitenta e quatro reais)
Prazo de Vigência: 20/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 34/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2013
Processo Licitatório nº 22/2013 - Pregão Presencial nº 11/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AGREGADOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS
Contratado: Librelato Industria e comércio de Britas Ltda
Valor: R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

Prazo de Vigência: 20/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 35/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2013
Processo Licitatório nº 22/2013 - Pregão Presencial nº 11/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AGREGADOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS
Contratado: Parmazzatti Comércio de Mat. De Construção Ltda
Valor: R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais)
Prazo de Vigência: 20/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 36/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2013
Processo Licitatório nº 16/2013 - Pregão Presencial nº 9/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
Contratado: Copal Com. de Pneus e Acessórios Ltda
Valor: R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais)
Prazo de Vigência: 21/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 37/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2013
Processo Licitatório nº 16/2013 - Pregão Presencial nº 9/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
Contratado: JK Pneus Ltda
Valor: R\$ 61.680,00 (sessenta e um mil seiscentos e oitenta reais)
Prazo de Vigência: 21/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 38/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2013
Processo Licitatório nº 16/2013 - Pregão Presencial nº 9/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
Contratado: Modelo Pneus Ltda
Valor: R\$ 33.210,00 (trinta e três mil duzentos e dez reais)
Prazo de Vigência: 21/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 39/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2013
Processo Licitatório nº 16/2013 - Pregão Presencial nº 9/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
Contratado: Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda
Valor: R\$ 123.110,00 (cento e vinte e três mil cento e dez reais)
Prazo de Vigência: 21/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 40/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2013
Processo Licitatório nº 31/2013 - Inexigibilidade nº 2/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: Frigorífico Santos Agostinho Ltda
Valor: R\$ 13.760,00 (treze mil setecentos e sessenta reais)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 41/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2013
Processo Licitatório nº 32/2013 - Inexigibilidade nº 3/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: Suzana Fernandes de Andrade Vieiro
Valor: R\$ 3.032,05 (três mil trinta e dois reais e cinco centavos)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 42/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2013
Processo Licitatório nº 33/2013 - Inexigibilidade nº 4/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: Maria Josefina Gianizella Vieiro
Valor: R\$ 3.708,20 (três mil setecentos e oito reais e vinte centavos)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 43/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2013
Processo Licitatório nº 34/2013 - Inexigibilidade nº 5/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: João Mazzuco
Valor: R\$ 1.509,60 (hum mil quinhentos e nove reais e sessenta centavos)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 44/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2013
Processo Licitatório nº 35/2013 - Inexigibilidade nº 6/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: Adair Rizzi
Valor: R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 45/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2013
Processo Licitatório nº 36/2013 - Inexigibilidade nº 7/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: João Luiz Cândido
Valor: R\$ 1.187,20 (hum mil cento e oitenta e sete reais e vinte centavos)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 46/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2013
Processo Licitatório nº 37/2013 - Inexigibilidade nº 8/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013
Contratado: João Luiz Honório Fernandes
Valor: R\$ 7.539,10 (sete mil quinhentos e trinta e nove reais e dez centavos)
Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 47/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2013

Processo Licitatório nº 38/2013 - Inexigibilidade nº 9/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº
001/2013

Contratado: Maria Salete Caciatore

Valor: R\$ 5.434,90 (cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais
e noventa centavos)

Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 48/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2013

Processo Licitatório nº 39/2013 - Inexigibilidade nº 10/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº
001/2013

Contratado: Andrea Sérgio

Valor: R\$ 5.025,00 (cinco mil e vinte e cinco reais)

Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 49/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2013

Processo Licitatório nº 40/2013 - Inexigibilidade nº 11/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº
001/2013

Contratado: Adair Carboni

Valor: R\$ 7.158,50 (sete mil cento e cinquenta e oito reais e cin-
quenta centavos)

Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 50/2013 - Pmlm

Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2013

Processo Licitatório nº 41/2013 - Inexigibilidade nº 12/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CHAMADA PÚBLICA Nº
001/2013

Contratado: Andrei Rangel Bonifácio

Valor: R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais)

Prazo de Vigência: 25/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 077/2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2013 - de 1 de abril de 2013.

"Altera o artigo 2º da Lei nº 604 de 18 de outubro de 1991,"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em confor-
midade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Municí-
pio, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica alterado o artigo 2º da Lei 604 de 18 de outubro de
1991, o qual passara a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural será
constituída por 15 (quinze) membros da seguinte forma:

01 (um) representante da Prefeitura Municipal de Lebon Régis

01 (um) representante da Câmara de Vereadores de Lebon Régis

01 (um) representante da EPAGRI

01 (um) representante do Banco do Brasil

01 (um) representante do SICOB - Sistema de Cooperativas de
Crédito do Brasil

01 (um) representante do Banco Bradesco

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura

04 (quatro) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
de Lebon Régis

04 (quatro) representantes do Sindicato Rural de Lebon Régis

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-
gando-se as disposições em contrário contidas na Lei Complemen-
tar nº 058/2009 de 10 de dezembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis - SC, em 12 de janeiro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal 1.420/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1420/2013, de 1º de abril de 2013.

Autoriza o Poder Executivo a renovar sua participação como mem-
bro efetivo do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO
- COINCO, alterar a redação do artigo 9º e anexo 01 do estatuto
e dá outras providências.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em confor-
midade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Muni-
cípio, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte
LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Público Municipal autorizado a renovar sua
participação como membro efetivo do "Consortio Intermunicipal
Contestado", associação de caráter público, que tem por objetivo
pugnar pela solução dos problemas relacionados com os resíduos
sólidos e outros que degradam o meio ambiente, além das formas
de educação sócio-ambiental para uma eficaz e verdadeira preser-
vação do meio ambiente, visando um desenvolvimento sustentá-
vel, em atendimento às prerrogativas legais emanadas pelo art.
225 da Constituição Federal do Brasil, bem como alterar o artigo
9º e anexo I do Estatuto do "Consortio Intermunicipal do Con-
testado" - COINCO, que trata da fixação do período do mandato
da presidência do consorcio e fixação do vencimento de auxiliar
administrativo (Plano de Cargos e Salários), que tinha a seguinte
redação:

Art.9º. A "Assembleia de Prefeitos" será presidida pelo seu presidente ou na sua falta pelo Vice-Presidente, eleitos em votação dentre seus membros, com mandato de 06 (seis) meses, facultada a reeleição.

Art. 2º. Através do presente Projeto de Lei o artigo 9º do Estatuto do "Consortio Intermunicipal do Contestado" - COINCO passará a vigorar com seguinte redação:

Art. 9º. A "Assembleia de Prefeitos" será presidida pelo seu presidente ou na sua falta pelo Vice-Presidente, eleitos em votação dentre seus membros, com mandato de 12 (doze) meses, facultada a reeleição.

Art. 3º. Fica também alterado o Anexo I, item "b" - vencimento, do Estatuto do "Consortio Intermunicipal do Contestado" - COINCO, o qual passara a vigorar com a seguinte redação:

a) Atividades Operacionais de Administração:

Nome do Cargo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Vagas	01

Atividades Específicas Atividade de auxiliar em qualquer setor do COINCO, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata do Diretor Executivo, trabalhos administrativos de rotinas, tais como redigir, digitar documentos oficiais, fazer serviços bancários e outras atividades correlatas.

Habilitação Profissional Portador de Certificado de conclusão de curso de ensino médio e de curso de informática básica.

Horas	44 horas semanais
Vencimento	R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor de cada município, permanecendo os demais artigos inalterados.

Art. 5º. Ficam mantidas as demais disposições inseridas no Estatuto do "Consortio Intermunicipal do Contestado" COINCO e Anexo 01.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Lebon Régis (SC), 1º de abril de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.419/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1.419/2013, de 1º de abril de 2013.

"Autoriza o Município de Lebon Régis a reconhecer e contratar parcelamento de débito de INSS da Câmara Municipal, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio e dá outras providências."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em

conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica reconhecido e autorizado o Município de Lebon Régis a contratar parcelamento de débito relativo à contribuição previdenciária do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio no valor de R\$ 120.095,18, (cento e vinte mil, noventa e cinco reais e dezoito centavos) correspondente ao período de junho a dezembro de 2012 e décimo terceiro, eda Câmara Municipal de Vereadores de Lebon Régis no valor de R\$ 16.457,87 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos) correspondente ao mês de dezembro de 2012.

§ 1º - O valor total do parcelamento será no valor de R\$ 136.553,05(cento e trinta e seis mil quinhentos e cinquenta e três reais e cinco centavos).

§ 2º - O pagamento será realizado de forma parcelada, em ate 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste parcelamento correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Lebon Régis (SC), 1 de abril de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.421/2013

Lei Municipal Nº 1.421/2013 - de 2 de abril de 2013.

"Autoriza contratar locação de imóvel e realizar cessão de uso, e contem outras providencias".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar a locação de imóvel, mediante regular processo licitatório (Pregão ou Tomada de Preço), com a estrita observância da Lei 8666/93, bem como, cedê-lo a título gratuito, na modalidade de incentivo econômico à empresa Premier Confecções Ltda., que tem como atividade principal a industrialização e comercialização de artefatos de couro e seus derivados, serviços de facção para outras empresas do ramo calçadista e vestuário, além do comercio varejista de artigos do vestuário.

Parágrafo único. O valor da locação deve ser limitado ao máximo em um salário mínimo vigente, e reajustado anualmente sempre quando houver aumento do salário mínimo com marco inicial para pagamento após a homologação do certame.

Art. 2º - O prazo da locação será de 45 (quarenta e cinco) meses, sendo este o tempo suficiente para que a empresa possa se instalar em sua sede própria..

Art. 3º - As condições e prazos deverão ser estabelecidos no Termo de Cessão de Uso a ser elaborado entre o Município e a empresa

Premier Confecções Ltda. que deverá conter obrigatoriamente:

I) proibição de:

- a) transferência ou cessão a terceiros;
- b) utilizar de forma diversa da prevista em seu objeto social;

II) extinção do termo:

- a) em havendo a paralisação das atividades da empresa por período superior a 06 (seis) meses;
- b) plano de recuperação judicial;
- c) ao término do prazo de 45 (quarenta e cinco) meses;

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e suplementadas oportunamente se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de abril de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Pregão Presencial Nº 04/2013 - Processo Licitatório Nº 04/2013 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria de Bem Estar Social no ano de 2013. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 15 de Abril de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 15/04/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 01 de Abril de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

Portaria Nº 267/2013 - Hmmsaa

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0267/2013 de 28 de Março de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIA, ADRIANA PEREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 28 de Março de 2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 28 de Março de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Portaria Nº 268/2013 - Hmmsa

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0268/2013 de 28 de Março de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIO, EDUARDO PIERDONÁ, ocupante do cargo de CHEFE DE PATRIMÔNIO, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 28 de Março de 2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 28 de Março de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Contratos Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 32/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : LIDER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA

Valor : 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 07/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2013

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (74), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (77),

2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (206)

Objeto : Locação de máquinas fotocopadoras.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 30/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA

Valor : 169.400,00 (cento e sessenta e nove mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Prestação de serviços especializados de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais e compactáveis,
gerados dentro do perímetro urbano de Lebon Régis/SC

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 31/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA

Valor : 33.930,00 (trinta e três mil novecentos e trinta reais)

Vigência : Início: 07/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (27),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (65), 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (74),
2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (94), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : Prestação de serviços de vigilância eletrônica.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 33/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,

Valor : 16.200,00 (dezesesseis mil duzentos reais)

Vigência : Início: 18/03/2013 Término: 30/06/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O contrato presente tem por objeto a prestação de serviços de 200 (duzentas) horas máquinas de Escavadeira Hidráulica.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 34/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : SEGMENTE AMBIENTAL ASSESSORIA LTDA - ME

Valor : 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 30/08/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviços na área de Segurança do Trabalho, na elaboração do LTCAT -
(Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho).

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 35/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Valor : 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 36/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Soeli Pedroso

Valor : 19.942,50 (dezenove mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 37/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : RENATO VALENTIN PELEGRINELO

Valor : 15.963,00 (quinze mil novecentos e sessenta e três reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 38/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Maria Alves Gomes

Valor : 18.837,20 (dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 39/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : João Batista Semam

Valor : 10.551,00 (dez mil quinhentos e cinquenta e um reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 40/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : ROSANI LOPES

Valor : 13.402,60 (treze mil quatrocentos e dois reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 41/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Nadir de Camargo

Valor : 19.216,80 (dezenove mil duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 42/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Crislei Sostizzo

Valor : 14.610,00 (quatorze mil seiscentos e dez reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 43/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : José Volnei da Rocha

Valor : 6.529,00 (seis mil quinhentos e vinte e nove reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 44/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : MARCOS DE SOUZA

Valor : 19.707,00 (dezenove mil setecentos e sete reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 45/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Fabricio Cassio Tonial

Valor : 19.879,78 (dezenove mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 46/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Agenor Ribeiro

Valor : 18.797,00 (dezoito mil setecentos e noventa e sete reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 47/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : Ivo Mariano de Oliveira

Valor : 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 31/07/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, para o primeiro semestre de 2013.

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 48/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : DAL-MAS & AMARAL LTDA

Valor : 170.480,00 (cento e setenta mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 27/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de materias de construção, material hidráulico e material elétrico para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 49/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : LZK CONSTRUTORA LTDA

Valor : 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 27/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de Pedras Britas para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013

Contrato Nº.: 50/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : DELCIR BOESING

Valor : 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 27/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de Tubos de Concreto para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o

ano de 2013

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013
 Contrato Nº.: 51/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
 Contratada : TURKOT & OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS
 Valor : 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 27/03/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013
 Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de Madeiras de Eucalipto, Pinheiro e Pinus para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013

Lebon Régis, 1 de Abril de 2013
 Contrato Nº.: 52/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
 Contratada : ANIZIO DE SOUZA GOMES
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 27/03/2013 Término: 26/07/2013
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2013
 Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Objeto : prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, administrativa, jurídica e tributária, com o propósito de promover no Município de Lebon Régis uma reforma tributária, através da adequação, revisão e atualização da Legislação Tributária Municipal.

Contratos Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2013
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS
 Contratada : PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA
 Valor : 11.310,00 (onze mil trezentos e dez reais)
 Vigência : Início: 07/03/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2013
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (12)

Objeto : Prestação de serviços de vigilância eletrônica.

FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO-SECRETARIO
 Lebon Régis, 27 de Março de 2013
 Contrato Nº.: 06/2013
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS
 Contratada : RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP
 Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)
 Vigência : Início: 19/03/2013 Término: 29/03/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2013
 Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra para troca de peças e conserto de um veículo FIAT DUCATO 2008/2009, pertencente à Secretaria de Saúde.

Lebon Régis, 27 de Março de 2013
 FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO-SECRETARIO

Contratos Social

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2013
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS
 Contratada : PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA
 Valor : 15.120,00 (quinze mil cento e vinte reais)
 Vigência : Início: 07/03/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2013
 Recursos : Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 (17) Saldo: 102.608,74

Objeto : Prestação de serviços de vigilância eletrônica.

Lebon Régis, 27 de Março de 2013
 Contrato Nº.: 2/2013
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS
 Contratada : COMERCIAL LUCIANO LTDA
 Valor : 115.205,00 (cento e quinze mil duzentos e cinco reais)
 Vigência : Início: 21/03/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação:

Objeto : O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, gás e água, conforme descrição detalhada do Termo de Referência e da Proposta Comercial, as quais independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcrito.

Lebon Régis, 27 de Março de 2013
 Contrato Nº.: 3/2013
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS
 Contratada : CONFEITARIA ALTAS HORAS LTDA ME
 Valor : 27.125,00 (vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais)
 Vigência : Início: 21/03/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação:

Objeto : O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios, conforme descrição detalhada do Termo de Referência e da Proposta Comercial, as quais independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcrito.

Lebon Régis, 27 de Março de 2013

Homologação Prefeitura

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/13
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/13
 HOMOLOGAÇÃO: 06/03/13
 CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica para atendimento da Prefeitura Municipal e Departamento de Educação.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 33.930,00 (trinta e três mil novecentos e trinta reais)

DATA: 27/03/13
 LUDOVINO LABAS
 Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/13
HOMOLOGAÇÃO: 06/03/13
CONTRATADO: LIDER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Locação de Máquinas Fotocopiadoras, em bom estado e perfeitas condições de uso e funcionamento, para demanda das Secretarias Municipais: Administração e Finanças, Educação, Escolas e Creches e Agricultura.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/13
HOMOLOGAÇÃO: 12/03/13
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Contratação de 250 horas máquina de escavadeira hidráulica para atendimento dos agricultores do Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.250,00 (vinte mil duzentos e cinquenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: MARCOS DE SOUZA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas.

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.707,00 (dezenove mil setecentos e sete reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: ROSANI LOPES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.402,60 (treze mil quatrocentos e dois reais e sessenta centavos)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Soeli Pedroso
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas.
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.942,50 (dezenove mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: RENATO VALENTIN PELEGRINELO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.963,00 (quinze mil novecentos e sessenta e três reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Maria Alves Gomes
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 18.837,20 (dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: João Batista Semam
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 10.551,00 (dez mil quinhentos e cinquenta e um reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Nadir de Camargo
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 19.216,80 (dezenove mil duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Crislei Sostizzo
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 14.610,00 (quatorze mil seiscentos e dez reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Ivo Mariano de Oliveira
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Agenor Ribeiro
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 18.797,00 (dezoito mil setecentos e noventa e sete reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: José Volnei da Rocha
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE

nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 6.529,00 (seis mil quinhentos e vinte e nove reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

OUTRAS MODALIDADES Nº 1/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13
HOMOLOGAÇÃO: 13/03/13
CONTRATADO: Fabricio Cassio Tonial
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: O objeto da Chamada Pública nº 01/2013 é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiar rural organizado em grupo formal/informal, conforme especificação dos gêneros alimentícios - Anexo III, em observância ao disposto no § 4º do art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas. VALOR DA DESPESA: R\$ 19.879,78 (dezenove mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/13
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/13
CONTRATADO: SEGMENTE AMBIENTAL ASSESSORIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente dispensa tem como objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços na área de Segurança do Trabalho, na elaboração do LTCAT - (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho). VALOR DA DESPESA: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações. DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/13
HOMOLOGAÇÃO: 21/03/13
CONTRATADO: SAMUEL SANTIAN
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestar serviços horas de mão de obra mecânica com as seguintes modalidades: mecânica leve (automóveis e vans) e serviços elétricos, mecânica pesada (ônibus, caminhões, máquinas, tratores, implementos agrícolas) e serviços de torno e de solda. VALOR DA DESPESA: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/13
HOMOLOGAÇÃO: 21/03/13
CONTRATADO: SILVA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestar serviços horas de mão de obra mecânica com as seguintes modalidades: mecânica leve (automóveis e vans) e serviços elétricos, mecânica pesada (ônibus, caminhões, máquinas, tratores, implementos agrícolas) e serviços de torno e de solda. VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/13
HOMOLOGAÇÃO: 25/03/13
CONTRATADO: DAL-MAS & AMARAL LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Aquisição de material de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeira para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 170.480,00 (cento e setenta mil quatrocentos e oitenta reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/13
HOMOLOGAÇÃO: 25/03/13
CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Aquisição de material de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeira para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/13
HOMOLOGAÇÃO: 25/03/13
CONTRATADO: DELCIR BOESING
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Aquisição de material de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeira para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais)

DATA: 27/03/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/13
HOMOLOGAÇÃO: 25/03/13

CONTRATADO: TURKOT & OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Aquisição de material de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubas de concreto e madeira para atendimento dos diversos setores e secretarias da Administração Municipal para o ano de 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais)

DATA: 27/03/13

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/13

HOMOLOGAÇÃO: 26/03/13

CONTRATADO: ANIZIO DE SOUZA GOMES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Consultoria e assessoria técnica, administrativa e jurídica com o propósito de promover no Município de Lebon Régis uma reforma tributária, através da adequação, revisão e atualização da Legislação Tributária Municipal.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 27/03/13

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Homologação Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/13

HOMOLOGAÇÃO: 06/03/13

CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica para atendimento do Fundo de Saúde do Município.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.131,00 (um mil cento e trinta e um reais)

DATA: 27/03/13 - FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO - Gesto Do Fundo Municipal De Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/13

HOMOLOGAÇÃO: 19/03/13

CONTRATADO: RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa contratação de serviços de mão de obra para troca de peças e conserto de um veículo FIAT DUCA-TO 2008/2009, pertencente a Secretaria de Saúde.

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DATA: 27/03/13 - FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO - Gesto Do Fundo Municipal De Saúde.

Homologação Social

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/13

HOMOLOGAÇÃO: 06/03/13

CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE

LEBON REGIS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica para atendimento do Fundo de Assistencia Social
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.508,00 (um mil quinhentos e oito reais)

DATA: 01/04/13 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Gestor Do Fundo De Assistencia Social.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/13

HOMOLOGAÇÃO: 20/03/13

CONTRATADO: COMERCIAL LUCIANO LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e produtos de higiene e limpeza, para atendimento da Secretaria de Bem Estar Social e Peti, conforme especificações, quantitativos, preços copilados.
VALOR DA DESPESA: R\$ 115.205,00 (cento e quinze mil duzentos e cinco reais)

DATA: 01/04/13 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Gestor Do Fundo De Assistencia Social.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/13

HOMOLOGAÇÃO: 20/03/13

CONTRATADO: CONFEITARIA ALTAS HORAS LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e produtos de higiene e limpeza, para atendimento da Secretaria de Bem Estar Social e Peti, conforme especificações, quantitativos, preços copilados.

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.125,00 (vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais)

DATA: 01/04/13 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Gestor Do Fundo De Assistencia Social.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/13

HOMOLOGAÇÃO: 25/03/13

CONTRATADO: FUNERÁRIA SANTA CECILIA LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa a elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de URNAS MORTUÁRIAS E ATENDIMENTO DE TRASLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL A PESSOAS CARENTES

VALOR DA DESPESA: R\$ 51.380,00 (cinquenta e um mil trezentos e oitenta reais)

DATA: 01/04/13 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Gestor Do Fundo De Assistencia Social.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 023/2013

DECRETO Nº 023, DE 02 DE ABRIL DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 933 de 06 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	172,73
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	172,73
Função	04	Administração	172,73
Sub-função	122	Administração Geral	172,73
Programa	03	Gestão geral e Administrativa	172,73
Atividade	2003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	172,73
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	172,73
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	172,73
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	172,73
Fonte de Recursos	0.3.0024	Transferências de Convênios - Outros	172,73
Detalhamento da Fonte	307	Conv. n.º 6385/2012-1 Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais Municipais de Leoberto Leal	172,73
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			172,73

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro, verificado no exercício anterior na seguinte fonte e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.3.0024	Transferências de Convênios - Outros	172,73

Detalhamento da Fonte	307	Conv. n.º 6385/2012-1 Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais Municipais de Leoberto Leal	172,73
TOTAL DE RECURSOS DO SUPERAVIT UTILIZADOS			172,73

Parágrafo Único – O valor de que trata o caput corresponde aos rendimentos auferidos pela aplicação financeira dos recursos do referido convênio no exercício de 2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de abril de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato do Pregão Presencial FMS 02/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

RONALDO PISCINI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, sistema REGISTRO DE PREÇOS, para possível aquisição de materiais para atendimentos odontológicos, materiais para enfermagem, e reagentes para vigilância sanitária, as 08:30 horas do dia 16 de março de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 02 de março de 2013.

RONALDO PISCINI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato Pregão 26/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de instituição de ensino superior, para realização de serviços de inscrição de candidatos, elaboração de questões inéditas, aplicação das provas (escritas e práticas), correção, avaliação, e julgamento de eventuais recursos inerentes ao concurso público a ser realizado pelo Município, as 08:30 horas do dia 15 de abril de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras

e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 02 de março de 2013.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1092 - Proerd

LEI Nº 1092 de 21 de março de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) objetivando a realização do PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA junto ao do ensino fundamental do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) em parceria com a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através do 26º BPM.

Parágrafo Único - As despesas referem-se a aquisição do Kit-PROERD que será entregue aos alunos beneficiados pelo PROERD no MUNICÍPIO DE LUZERNA e premiação a ser concedida a um dos participantes do Programa.

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - elemento - 3.3.90.32.99 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita e 3.3.90.31.99 - Outras Premiações - Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1093 - Perímetro Urbano

LEI Nº 1093 de 21 de março de 2013.

"APROVA LIMITES DEMARCATÓRIOS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O perímetro urbano da sede do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), com 19.754,20 m e área total de 4.901.459,32 m²

fica aprovado com os seguintes limites demarcatórios:

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por montante pelo rio, dividindo-o com o RIO DO PEIXE; Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 27°29'05" e a distância de 293.98 m até o marco '2' (E=452548.463 m e N=6997721.725 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 9°57'12" e a distância de 202.23 m até o marco '3' (E=452583.419 m e N=6997920.914 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 28°14'31" e a distância de 191.15 m até o marco '4' (E=452673.868 m e N=6998089.306 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 26°18'00" e a distância de 110.71 m até o marco '5' (E=452722.922 m e N=6998188.558 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 12°37'11" e a distância de 180.49 m até o marco '6' (E=452762.356 m e N=6998364.690 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 3°59'43" e a distância de 99.90 m até o marco '7' (E=452769.316 m e N=6998464.345 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 12°37'58" e a distância de 159.13 m até o marco '8' (E=452804.118 m e N=6998619.621 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 42°07'09" e a distância de 151.69 m até o marco '9' (E=452905.851 m e N=6998732.135 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 56°37'08" e a distância de 82.20 m até o marco '10' (E=452974.493 m e N=6998777.363 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 92°12'33" e a distância de 64.00 m até o marco '11' (E=453038.443 m e N=6998774.896 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 95°49'12" e a distância de 114.26 m até o marco '12' (E=453152.113 m e N=6998763.310 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 102°56'00" e a distância de 207.09 m até o marco '13' (E=453353.953 m e N=6998716.959 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 111°04'20" e a distância de 348.07 m até o marco '14' (E=453678.751 m e N=6998591.810 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 97°30'59" e a distância de 124.02 m até o marco '15' (E=453801.709 m e N=6998575.586 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 85°22'07" e a distância de 172.24 m até o marco '16' (E=453973.391 m e N=6998589.494 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 78°07'26" e a distância de 225.23 m até o marco '17' (E=454193.795 m e N=6998635.845 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 63°56'52" e a distância de 242.74 m até o marco '18' (E=454411.871 m e N=6998742.453 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 69°39'04" e a distância de 261.40 m até o marco '19' (E=454656.961 m e N=6998833.353 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 62°10'06" e a distância de 251.05 m até o marco '20' (E=454878.973 m e N=6998950.562 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 67°42'17" e a distância de 118.12 m até o marco '21' (E=454988.259 m e N=6998995.374 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 69°27'44" e a distância de 127.75 m até o marco '22' (E=455107.885 m e N=6999040.190 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 82°50'32" e a distância de 104.52 m até o marco '23' (E=455211.593 m e N=6999053.214 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 95°26'58" e a distância de 182.29 m até o marco '24' (E=455393.060 m e N=6999035.902 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o

azimute de 88°37'06" e a distância de 75.72 m até o marco '25' (E=455468.761 m e N=6999037.728 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 98°11'58" e a distância de 95.81 m até o marco '26' (E=455563.595 m e N=6999024.063 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 101°38'16" e a distância de 90.32 m até o marco '27' (E=455652.059 m e N=6999005.843 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 94°57'57" e a distância de 84.21 m até o marco '28' (E=455735.950 m e N=6998998.554 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 107°20'08" e a distância de 91.72 m até o marco '29' (E=455823.504 m e N=6998971.225 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 112°35'58" e a distância de 109.51 m até o marco '30' (E=455924.608 m e N=6998929.140 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 125°02'42" e a distância de 49.37 m até o marco '31' (E=455965.031 m e N=6998900.788 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 127°08'38" e a distância de 43.84 m até o marco '32' (E=455999.977 m e N=6998874.317 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 132°41'23" e a distância de 101.91 m até o marco '33' (E=456074.888 m e N=6998805.216 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 106°12'31" e a distância de 96.35 m até o marco '34' (E=456167.407 m e N=6998778.322 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 81°00'10" e a distância de 117.06 m até o marco '35' (E=456283.026 m e N=6998796.628 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 77°02'48" e a distância de 184.53 m até o marco '36' (E=456462.857 m e N=6998837.991 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 53°20'08" e a distância de 188.38 m até o marco '37' (E=456613.966 m e N=6998950.479 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 43°35'36" e a distância de 174.48 m até o marco '38' (E=456734.273 m e N=6999076.843 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 36°55'15" e a distância de 149.14 m até o marco '39' (E=456823.864 m e N=6999196.077 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 13°20'45" e a distância de 213.81 m até o marco '40' (E=456873.217 m e N=6999404.115 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 8°34'12" e a distância de 360.22 m até o marco '41' (E=456926.897 m e N=6999760.310 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 4°46'01" e a distância de 236.38 m até o marco '42' (E=456946.541 m e N=6999995.876 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS, TRAVESSIA DA SC 303, TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 281°52'36" e a distância de 206.86 m até o marco '43' (E=456744.108 m e N=7000038.450 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 200°36'20" e a distância de 639.58 m até o marco '44' (E=456519.021 m e N=6999439.789 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 210°16'13" e a distância de 140.81 m até o marco '45' (E=456448.041 m e N=6999318.176 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 257°55'29" e a distância de 144.00 m até o marco '46' (E=456307.223 m e N=6999288.051 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 267°01'41" e a distância de 368.50 m até o marco '47' (E=455939.217 m e N=6999268.944 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 288°47'49" e a distância de 323.31 m até o marco '48' (E=455633.147 m e N=6999373.121 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de

318°27'06" e a distância de 599.35 m até o marco '49' (E=455235.628 m e N=6999821.671 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 270°00'00" e a distância de 118.98 m até o marco '50' (E=455116.650 m e N=6999821.671 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 180°00'00" e a distância de 257.55 m até o marco '51' (E=455116.650 m e N=6999564.118 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 299°03'58" e a distância de 254.84 m até o marco '52' (E=454893.904 m e N=6999687.924 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 359°46'04" e a distância de 256.79 m até o marco '53' (E=454892.863 m e N=6999944.708 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 245°24'59" e a distância de 149.90 m até o marco '54' (E=454756.548 m e N=6999882.346 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 338°45'05" e a distância de 79.01 m até o marco '55' (E=454727.913 m e N=6999955.986 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 326°57'40" e a distância de 432.25 m até o marco '56' (E=454492.249 m e N=7000318.339 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 326°20'48" e a distância de 571.96 m até o marco '57' (E=454175.287 m e N=7000794.443 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 309°43'20" e a distância de 217.38 m até o marco '58' (E=454008.090 m e N=7000933.361 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 275°28'22" e a distância de 306.94 m até o marco '59' (E=453702.546 m e N=7000962.635 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 319°53'18" e a distância de 280.05 m até o marco '60' (E=453522.113 m e N=7001176.816 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 305°45'04" e a distância de 183.85 m até o marco '61' (E=453372.906 m e N=7001284.234 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 281°53'23" e a distância de 127.55 m até o marco '62' (E=453248.093 m e N=7001310.513 m); Daí segue jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 213°07'46" e a distância de 51.83 m até o marco '63' (E=453219.768 m e N=7001267.113 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 184°32'34" e a distância de 12.06 m até o marco '64' (E=453218.813 m e N=7001255.090 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 137°52'26" e a distância de 25.43 m até o marco '65' (E=453235.872 m e N=7001236.228 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 169°26'43" e a distância de 24.28 m até o marco '66' (E=453240.319 m e N=7001212.361 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 151°00'28" e a distância de 17.23 m até o marco '67' (E=453248.669 m e N=7001197.293 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 98°43'20" e a distância de 8.37 m até o marco '68' (E=453256.946 m e N=7001196.023 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 73°47'51" e a distância de 22.43 m até o marco '69' (E=453278.482 m e N=7001202.281 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 49°51'57" e a distância de 15.53 m até o marco '70' (E=453290.356 m e N=7001212.292 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 6°47'54" e a distância de 2.24 m até o marco '71' (E=453290.622 m e N=7001214.520 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 85°13'42" e a distância de 31.54 m até o marco '72' (E=453322.056 m e N=7001217.144 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA

com o azimute de 95°30'17" e a distância de 35.56 m até o marco '73' (E=453357.451 m e N=7001213.733 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 113°25'45" e a distância de 15.26 m até o marco '74' (E=453371.453 m e N=7001207.665 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 116°20'47" e a distância de 17.28 m até o marco '75' (E=453386.940 m e N=7001199.995 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 130°43'20" e a distância de 13.29 m até o marco '76' (E=453397.009 m e N=7001191.328 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 156°04'50" e a distância de 19.09 m até o marco '77' (E=453404.749 m e N=7001173.877 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 149°56'44" e a distância de 16.74 m até o marco '78' (E=453413.130 m e N=7001159.392 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 137°10'01" e a distância de 12.46 m até o marco '79' (E=453421.604 m e N=7001150.252 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 155°34'00" e a distância de 16.50 m até o marco '80' (E=453428.428 m e N=7001135.232 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 129°24'20" e a distância de 56.63 m até o marco '81' (E=453472.184 m e N=7001099.283 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 159°02'24" e a distância de 12.71 m até o marco '82' (E=453476.731 m e N=7001087.412 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 130°42'18" e a distância de 10.30 m até o marco '83' (E=453484.543 m e N=7001080.692 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 105°11'31" e a distância de 35.10 m até o marco '84' (E=453518.419 m e N=7001071.493 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 152°39'23" e a distância de 36.61 m até o marco '85' (E=453535.237 m e N=7001038.970 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 167°30'35" e a distância de 13.68 m até o marco '86' (E=453538.196 m e N=7001025.611 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 143°55'16" e a distância de 31.73 m até o marco '87' (E=453556.883 m e N=7000999.965 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 145°54'19" e a distância de 19.12 m até o marco '88' (E=453567.600 m e N=7000984.133 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 160°28'18" e a distância de 49.72 m até o marco '89' (E=453584.220 m e N=7000937.272 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 203°09'26" e a distância de 20.63 m até o marco '90' (E=453576.107 m e N=7000918.302 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 179°02'07" e a distância de 5.08 m até o marco '91' (E=453576.192 m e N=7000913.218 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 161°46'15" e a distância de 8.67 m até o marco '92' (E=453578.904 m e N=7000904.985 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 114°53'35" e a distância de 61.04 m até o marco '93' (E=453634.270 m e N=7000879.293 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 147°11'45" e a distância de 21.70 m até o marco '94' (E=453646.025 m e N=7000861.054 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 146°09'46" e a distância de 6.44 m até o marco '95' (E=453649.612 m e N=7000855.704 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 140°56'38" e a distância de 8.02 m até o marco '96' (E=453654.665 m e N=7000849.477 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 167°31'56" e a distância de 17.67 m até o marco '97' (E=453658.480 m e N=7000832.221 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 161°39'47" e a distância de 39.54 m até o marco '98' (E=453670.919 m e N=7000794.689 m); Daí segue por jusante pelo rio

confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 151°36'56" e a distância de 34.29 m até o marco '99' (E=453687.220 m e N=7000764.521 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 155°28'32" e a distância de 10.31 m até o marco '100' (E=453691.500 m e N=7000755.141 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 154°49'27" e a distância de 10.72 m até o marco '101' (E=453696.059 m e N=7000745.442 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 145°19'59" e a distância de 16.21 m até o marco '102' (E=453705.282 m e N=7000732.105 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 157°22'12" e a distância de 26.03 m até o marco '103' (E=453715.297 m e N=7000708.082 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 160°09'01" e a distância de 23.33 m até o marco '104' (E=453723.217 m e N=7000686.143 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 199°58'10" e a distância de 23.90 m até o marco '105' (E=453715.055 m e N=7000663.682 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 187°05'56" e a distância de 5.02 m até o marco '106' (E=453714.435 m e N=7000658.701 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 139°12'06" e a distância de 5.02 m até o marco '107' (E=453717.715 m e N=7000654.902 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 104°29'15" e a distância de 5.52 m até o marco '108' (E=453723.055 m e N=7000653.522 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 128°31'39" e a distância de 16.18 m até o marco '109' (E=453735.714 m e N=7000643.443 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 122°17'42" e a distância de 15.50 m até o marco '110' (E=453748.813 m e N=7000635.163 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 114°20'05" e a distância de 10.58 m até o marco '111' (E=453758.452 m e N=7000630.804 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 118°35'32" e a distância de 15.66 m até o marco '112' (E=453772.199 m e N=7000623.311 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 106°00'25" e a distância de 10.10 m até o marco '113' (E=453781.911 m e N=7000620.525 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 85°23'39" e a distância de 10.47 m até o marco '114' (E=453792.350 m e N=7000621.366 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 87°03'14" e a distância de 21.07 m até o marco '115' (E=453813.389 m e N=7000622.449 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 124°53'11" e a distância de 10.95 m até o marco '116' (E=453822.369 m e N=7000616.188 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 134°55'29" e a distância de 10.65 m até o marco '117' (E=453829.908 m e N=7000608.668 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 128°29'41" e a distância de 13.93 m até o marco '118' (E=453840.807 m e N=7000600.000 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 123°53'26" e a distância de 18.53 m até o marco '119' (E=453856.186 m e N=7000589.670 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 122°23'14" e a distância de 10.49 m até o marco '120' (E=453865.046 m e N=7000584.050 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 133°28'05" e a distância de 16.92 m até o marco '121' (E=453877.325 m e N=7000572.411 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 130°52'15" e a distância de 15.71 m até o marco '122' (E=453889.204 m e N=7000562.131 m); Daí segue por jusante

pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 135°02'59" e a distância de 16.53 m até o marco '123' (E=453900.880 m e N=7000550.435 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 132°56'27" e a distância de 16.91 m até o marco '124' (E=453913.262 m e N=7000538.913 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 139°00'23" e a distância de 17.01 m até o marco '125' (E=453924.420 m e N=7000526.073 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 178°17'59" e a distância de 10.10 m até o marco '126' (E=453924.720 m e N=7000515.973 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 191°58'38" e a distância de 16.19 m até o marco '127' (E=453921.360 m e N=7000500.133 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 217°29'05" e a distância de 15.25 m até o marco '128' (E=453912.080 m e N=7000488.032 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 258°33'09" e a distância de 5.04 m até o marco '129' (E=453907.140 m e N=7000487.031 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 225°13'52" e a distância de 10.39 m até o marco '130' (E=453899.760 m e N=7000479.711 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 254°40'34" e a distância de 15.59 m até o marco '131' (E=453884.721 m e N=7000475.590 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 285°41'11" e a distância de 10.43 m até o marco '132' (E=453874.681 m e N=7000478.409 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 260°38'27" e a distância de 5.29 m até o marco '133' (E=453869.461 m e N=7000477.549 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 253°17'48" e a distância de 10.65 m até o marco '134' (E=453859.262 m e N=7000474.488 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 206°16'34" e a distância de 6.88 m até o marco '135' (E=453856.214 m e N=7000468.316 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 264°36'00" e a distância de 14.34 m até o marco '136' (E=453841.942 m e N=7000466.967 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 258°35'45" e a distância de 10.02 m até o marco '137' (E=453832.123 m e N=7000464.986 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 272°56'29" e a distância de 15.96 m até o marco '138' (E=453816.183 m e N=7000465.805 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 285°10'12" e a distância de 4.13 m até o marco '139' (E=453812.195 m e N=7000466.887 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 274°33'16" e a distância de 6.32 m até o marco '140' (E=453805.896 m e N=7000467.388 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 250°06'10" e a distância de 4.71 m até o marco '141' (E=453801.464 m e N=7000465.784 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 270°22'20" e a distância de 15.24 m até o marco '142' (E=453786.225 m e N=7000465.883 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 284°22'25" e a distância de 10.63 m até o marco '143' (E=453775.925 m e N=7000468.523 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 257°08'33" e a distância de 10.34 m até o marco '144' (E=453765.846 m e N=7000466.222 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 240°37'03" e a distância de 15.13 m até o marco '145' (E=453752.666 m e N=7000458.801 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 259°15'16" e a distância de 36.38 m até o marco '146' (E=453716.927 m e N=7000452.018 m); Daí segue por jusante

pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 265°25'40" e a distância de 15.57 m até o marco '147' (E=453701.408 m e N=7000450.777 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 243°33'24" e a distância de 20.39 m até o marco '148' (E=453683.149 m e N=7000441.696 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 259°30'16" e a distância de 31.30 m até o marco '149' (E=453652.370 m e N=7000435.994 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 264°29'42" e a distância de 26.08 m até o marco '150' (E=453626.411 m e N=7000433.492 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 272°43'22" e a distância de 20.60 m até o marco '151' (E=453605.832 m e N=7000434.471 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 258°36'07" e a distância de 8.91 m até o marco '152' (E=453597.099 m e N=7000432.710 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 261°59'32" e a distância de 18.42 m até o marco '153' (E=453578.859 m e N=7000430.144 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 236°47'40" e a distância de 18.04 m até o marco '154' (E=453563.768 m e N=7000420.267 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 227°14'35" e a distância de 22.21 m até o marco '155' (E=453547.461 m e N=7000405.189 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 209°51'50" e a distância de 25.77 m até o marco '156' (E=453534.627 m e N=7000382.837 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 205°23'58" e a distância de 27.52 m até o marco '157' (E=453522.822 m e N=7000357.974 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 192°41'39" e a distância de 18.34 m até o marco '158' (E=453518.792 m e N=7000340.085 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 185°53'54" e a distância de 16.35 m até o marco '159' (E=453517.112 m e N=7000323.823 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 201°01'29" e a distância de 31.50 m até o marco '160' (E=453505.811 m e N=7000294.422 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 204°58'48" e a distância de 20.70 m até o marco '161' (E=453497.071 m e N=7000275.661 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 212°34'16" e a distância de 31.28 m até o marco '162' (E=453480.231 m e N=7000249.300 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 209°13'53" e a distância de 35.35 m até o marco '163' (E=453462.969 m e N=7000218.454 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 214°02'25" e a distância de 31.01 m até o marco '164' (E=453445.609 m e N=7000192.754 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 213°41'32" e a distância de 16.08 m até o marco '165' (E=453436.688 m e N=7000179.375 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 210°02'35" e a distância de 21.09 m até o marco '166' (E=453426.128 m e N=7000161.115 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 209°45'54" e a distância de 15.39 m até o marco '167' (E=453418.487 m e N=7000147.756 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 224°16'19" e a distância de 15.53 m até o marco '168' (E=453407.647 m e N=7000136.636 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 197°34'13" e a distância de 10.47 m até o marco '169' (E=453404.487 m e N=7000126.656 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de

202°20'01" e a distância de 15.63 m até o marco '170' (E=453398.547 m e N=7000112.197 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 208°48'33" e a distância de 15.77 m até o marco '171' (E=453390.946 m e N=7000098.377 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 182°40'38" e a distância de 15.84 m até o marco '172' (E=453390.207 m e N=7000082.558 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 188°56'07" e a distância de 11.07 m até o marco '173' (E=453388.487 m e N=7000071.618 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 175°59'29" e a distância de 21.75 m até o marco '174' (E=453390.007 m e N=7000049.919 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 169°09'20" e a distância de 15.84 m até o marco '175' (E=453392.988 m e N=7000034.360 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 172°26'47" e a distância de 15.98 m até o marco '176' (E=453395.088 m e N=7000018.521 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 164°36'24" e a distância de 21.55 m até o marco '177' (E=453400.809 m e N=6999997.742 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 169°50'47" e a distância de 10.67 m até o marco '178' (E=453402.689 m e N=6999987.242 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 142°10'02" e a distância de 12.04 m até o marco '179' (E=453410.076 m e N=6999977.731 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 176°52'46" e a distância de 24.88 m até o marco '180' (E=453411.431 m e N=6999952.884 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 177°54'38" e a distância de 26.90 m até o marco '181' (E=453412.411 m e N=6999926.005 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 178°53'20" e a distância de 40.54 m até o marco '182' (E=453413.198 m e N=6999885.472 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 250°58'37" e a distância de 27.53 m até o marco '183' (E=453387.171 m e N=6999876.498 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 226°59'03" e a distância de 36.16 m até o marco '184' (E=453360.729 m e N=6999851.827 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 216°29'29" e a distância de 31.92 m até o marco '185' (E=453341.748 m e N=6999826.168 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 207°42'07" e a distância de 28.44 m até o marco '186' (E=453328.527 m e N=6999800.988 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 211°17'06" e a distância de 58.77 m até o marco '187' (E=453298.006 m e N=6999750.760 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 176°07'10" e a distância de 103.38 m até o marco '188' (E=453305.002 m e N=6999647.621 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 237°52'15" e a distância de 125.42 m até o marco '189' (E=453198.791 m e N=6999580.919 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS E JOSÉ VICENTE ROWEDDER com o azimute de 286°51'02" e a distância de 494.49 m até o marco '190' (E=452725.532 m e N=6999724.262 m); Daí segue por linha seca confrontando com MIRON MITTERER com o azimute de 180°12'30" e a distância de 336.61 m até o marco '191' (E=452724.308 m e N=6999387.657 m); Daí segue por linha seca confrontando com MIRON MITTERER com o azimute de 302°50'57" e a distância de 30.94 m até o marco '192' (E=452698.315 m e N=6999404.440 m); Daí segue por linha seca confrontando com MIRON MITTERER com o azimute de 304°30'58" e a distância de

38.56 m até o marco '193' (E=452666.539 m e N=6999426.292 m); Daí segue por linha seca confrontando com MIRON MITTERER com o azimute de 302°17'10" e a distância de 44.29 m até o marco '194' (E=452629.100 m e N=6999449.948 m); Daí segue por linha seca confrontando com OLÍMPIO MITTERER com o azimute de 204°42'40" e a distância de 116.93 m até o marco '195' (E=452580.217 m e N=6999343.724 m); Daí segue por travessia do rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 258°39'11" e a distância de 7.14 m até o marco '196' (E=452573.219 m e N=6999342.319 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 344°07'55" e a distância de 15.35 m até o marco '197' (E=452569.023 m e N=6999357.080 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 313°10'58" e a distância de 17.85 m até o marco '198' (E=452556.007 m e N=6999369.296 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 274°44'30" e a distância de 27.14 m até o marco '199' (E=452528.957 m e N=6999371.539 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 256°04'42" e a distância de 46.61 m até o marco '200' (E=452483.712 m e N=6999360.324 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 224°18'14" e a distância de 56.43 m até o marco '201' (E=452444.294 m e N=6999319.937 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 253°42'01" e a distância de 77.90 m até o marco '202' (E=452369.525 m e N=6999298.073 m); Daí segue por linha seca confrontando com MIRON MITTERER com o azimute de 358°49'20" e a distância de 72.14 m até o marco '202A' (E=452368.042 m e N=6999370.198 m); Daí segue por linha seca confrontando com JOÃO JACOB REISDORFER com o azimute de 263°14'25" e a distância de 106.87 m até o marco '202B' (E=452261.915 m e N=6999357.618 m); Daí segue por linha seca confrontando com JOÃO JACOB REISDORFER com o azimute de 181°38'21" e a distância de 63.66 m até o marco '203' (E=452260.094 m e N=6999293.981 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 264°44'20" e a distância de 75.56 m até o marco '204' (E=452184.851 m e N=6999287.053 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 265°03'00" e a distância de 79.57 m até o marco '205' (E=452105.575 m e N=6999280.187 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 265°03'00" e a distância de 46.82 m até o marco '206' (E=452058.930 m e N=6999276.147 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO NOGUEIRA com o azimute de 265°03'00" e a distância de 32.75 m até o marco '207' (E=452026.299 m e N=6999273.321 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA ARENHARDT com o azimute de 197°34'24" e a distância de 45.01 m até o marco '208' (E=452012.708 m e N=6999230.407 m); Daí segue por travessia estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL LINHA NOGUEIRA com o azimute de 197°34'25" e a distância de 7.96 m até o marco '209' (E=452010.305 m e N=6999222.820 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA ARENHARDT com o azimute de 197°34'24" e a distância de 213.30 m até o marco '210' (E=451945.903 m e N=6999019.470 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA ARENHARDT, FAMÍLIA REISDORFER, FAMÍLIA SCHLINDWEIN com o azimute de 102°10'07" e a distância de 903.61 m até o marco '211' (E=452829.206 m e N=6998828.998 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 131°08'19" e a distância de 83.56 m até o marco '212' (E=452892.133 m e N=6998774.028 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 226°11'40" e a distância de 49.27 m até o marco '213' (E=452856.579 m e N=6998739.926 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 217°15'43" e a distância de 55.52 m até o marco '214' (E=452822.961 m e N=6998695.735 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o

azimute de 211°49'51" e a distância de 34.44 m até o marco '215' (E=452804.798 m e N=6998666.478 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 205°52'05" e a distância de 37.82 m até o marco '216' (E=452788.299 m e N=6998632.451 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 198°03'02" e a distância de 36.66 m até o marco '217' (E=452776.940 m e N=6998597.596 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 195°54'32" e a distância de 68.21 m até o marco '218' (E=452758.242 m e N=6998531.994 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 190°58'05" e a distância de 35.00 m até o marco '219' (E=452751.583 m e N=6998497.633 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 186°02'15" e a distância de 27.95 m até o marco '220' (E=452748.643 m e N=6998469.842 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 182°09'57" e a distância de 61.36 m até o marco '221' (E=452746.325 m e N=6998408.530 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 188°17'13" e a distância de 14.29 m até o marco '222' (E=452744.265 m e N=6998394.389 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 189°56'31" e a distância de 16.45 m até o marco '223' (E=452741.425 m e N=6998378.189 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 196°32'03" e a distância de 16.79 m até o marco '224' (E=452736.646 m e N=6998362.088 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 199°26'30" e a distância de 17.24 m até o marco '225' (E=452730.906 m e N=6998345.828 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 201°12'49" e a distância de 59.58 m até o marco '226' (E=452709.348 m e N=6998290.286 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 201°01'09" e a distância de 49.62 m até o marco '227' (E=452691.549 m e N=6998243.965 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 201°45'12" e a distância de 69.12 m até o marco '228' (E=452665.931 m e N=6998179.764 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 206°44'08" e a distância de 17.83 m até o marco '229' (E=452657.911 m e N=6998163.844 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 207°42'23" e a distância de 17.03 m até o marco '230' (E=452649.992 m e N=6998148.763 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 209°08'18" e a distância de 89.78 m até o marco '231' (E=452606.275 m e N=6998070.342 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 207°57'24" e a distância de 19.50 m até o marco '232' (E=452597.135 m e N=6998053.122 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 207°24'55" e a distância de 19.24 m até o marco '233' (E=452588.276 m e N=6998036.041 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 205°01'15" e a distância de 23.59 m até o marco '234' (E=452578.296 m e N=6998014.661 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 289°53'27" e a distância de 94.11 m até o marco '235' (E=452489.797 m e N=6998046.681 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 205°29'14" e a distância de 259.40 m até o marco '236' (E=452378.175 m e N=6997812.528 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRENOS DIVERSOS com o azimute de 217°44'40" e a distância de 445.63 m até o marco '237' (E=452105.386 m e N=6997460.147 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o

azimute de 85°18'40" e a distância de 14.73 m até o marco '238' (E=452120.063 m e N=6997461.351 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 88°38'10" e a distância de 26.53 m até o marco '239' (E=452146.581 m e N=6997461.982 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 77°29'02" e a distância de 17.46 m até o marco '240' (E=452163.622 m e N=6997465.765 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 71°01'29" e a distância de 40.73 m até o marco '241' (E=452202.134 m e N=6997479.007 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 87°33'49" e a distância de 29.70 m até o marco '242' (E=452231.807 m e N=6997480.270 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 87°10'25" e a distância de 51.21 m até o marco '243' (E=452282.953 m e N=6997482.795 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 88°16'16" e a distância de 41.69 m até o marco '244' (E=452324.620 m e N=6997484.053 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 93°10'23" e a distância de 45.53 m até o marco '245' (E=452370.081 m e N=6997481.533 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 110°21'44" e a distância de 23.57 m até o marco '246' (E=452392.180 m e N=6997473.331 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 121°02'19" e a distância de 24.05 m até o marco '1' (E=452412.789 m e N=6997460.929 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 4.901.459,32 m².

Art.2º- O Memorial Descritivo, Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas e Mapa, elaborados pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE/AMMOC, onde constam todas as demarcações mencionadas no art. 1º, ficam fazendo parte integrante desta LEI.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei nº 1.058 de 12 de junho de 2012.

Luzerna(SC), 21 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1094 - Institui Vale Transporte Municipal

LEI Nº 1094 de 21 de março de 2013.

"INSTITUI VALE TRANSPORTE MUNICIPAL"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica instituído o VALE TRANSPORTE MUNICIPAL, que será antecipado aos servidores do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art. 2º - O vale transporte é destinado ao servidor para utilização efetiva nas despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do Sistema de Transporte Coletivo Urbano, com tarifas fixadas pelo poder competente.

Art. 3º- O vale transporte concedido:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

II - Não constitui base de incidência de contribuição tributária ou previdenciária.

Art. 4º - O vale transporte será custeado:

- I - Pelo beneficiário na parcela equivalente a 6% (seis por cento) da sua remuneração;
- II - Pelo Município no que exceder a parcela referida no item anterior.

Art. 5º - A concessão do Vale Transporte autorizará o empregador a descontar mensalmente o valor da parcela de que trata o inciso I do artigo anterior.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 7º - Os encargos decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1095 - Benefícios Eventuais

LEI Nº 1095 de 26 de março de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, autorizado a arcar com o custeio dos benefícios eventuais.

Parágrafo Único - O custeio dos benefícios eventuais será proveniente de recursos Federais, Estaduais e Municipais alocados no FMAS, bem como doações de entidades socioassistenciais cadastradas.

Art.2º- O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, na forma prevista nesta lei.

Parágrafo Único - O serviço de concessão dos benefícios eventuais visa o atendimento das necessidades humanas básicas e deve ser integrado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no Município, unificando assim, as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art.3º- O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros e será concedido mediante preenchimento dos requisitos constantes na presente Lei.

§1º- O acesso aos benefícios eventuais é um direito do cidadão, por isso deve ser concedido priorizando o respeito e a dignidade dos indivíduos que deles necessitem.

§2º- Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual devem ser evitadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§3º- Os benefícios eventuais são gratuitos, sendo vedado subordinar o seu recebimento a pagamentos prévios ou exigir compensações posteriores.

Art.4º- O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§1º- Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, conforme regulamento.

§2º- O Município poderá através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, encaminhar às entidades socioassistenciais os requerimentos deste benefício, caso haja entidades cadastradas que se comprometam a arcar com os seus custos.

§3º- O requerimento do benefício natalidade deve ser requerido a partir do oitavo mês de gestação e até trinta dias após o nascimento.

§4º- O benefício natalidade deve ser entregue até trinta dias após o requerimento.

Art.5º- O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo e serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art.6º- O alcance do benefício funeral será distinto e compreenderá o custeio de serviços das despesas com urna funerária, de velório, de sepultamento, traslado e transporte funerário, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Art.7º- O valor do benefício funeral será de até um salário-mínimo nacional, sendo que o valor concedido para pagamento de traslado dependerá do distanciamento e não ultrapassará dois salários-mínimos nacionais.

Parágrafo Único - O benefício funeral deverá ser requerido até quinze dias após o funeral.

Art.8º- Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art.9º- Os benefícios natalidade e funeral serão concedidos mediante requerimento formulado, junto ao profissional de serviço social, por parente de até segundo grau do recém-nascido ou falecido, ou pessoas por aqueles autorizadas, mediante procuração, devidamente instruídos com os documentos que comprovem a situação que autoriza a concessão de tais benefícios.

Art.10 - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§1º- Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação, e serão supridos através do fornecimento de cestas básicas, leite e passes de ônibus;

b) documentação, sendo suprida pelo fornecimento de fotos 3X4 para documentação civil; e

c) domicílio, suprido através do aluguel social, a ser instituído por legislação específica;

II - de desastres e de calamidade pública, sendo supridos através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme necessidades detectadas;

III- de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, supridas através do fornecimento de passagem rodoviária para situação de trânsito ou/e outras situações encaminhadas pelo Conselho Tutelar, CRAS.

§2º- Considera-se situação de trânsito aquela de indivíduos ou famílias vindos de outras cidades, em passagem pelo Município de Luzerna, sem referências, sem destino certo ou em busca de alternativas ou novos projetos de vida, não possuindo condições econômicas de custear o seu transporte.

Art.11 - Para os fins desta Lei, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Parágrafo Único - Para concessão dos benefícios devem ser considerados:

I - Usuários dos benefícios: famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outros) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados e removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário;

II - Período de funcionamento: na ocorrência de situações de emergência e de calamidades públicas, mediante a mobilização de equipe de prontidão escalonada pelo regime de plantão, a ser acionada em qualquer horário e dia da semana;

III- Ambiente físico: alojamento provisório para repouso e restabelecimento pessoal, com condições de salubridade, instalações sanitárias para banho e higiene pessoal, com privacidade individual e/ou familiar; espaço para realização de refeições; espaço para estar e convívio, com acessibilidade em todos seus ambientes;

IV - Trabalho social essencial ao serviço: proteção social proativa; escuta; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; orientação sociofamiliar; informação; comunicação e defesa de direitos; acesso à documentação pessoal; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; diagnóstico socioeconômico; provisão de benefícios eventuais.

Art.12 - Para a concessão dos benefícios eventuais, exceto em situação de calamidade pública, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

I - renda per capita familiar mensal de até um salário-mínimo;

II - comprovar residência no Município de Luzerna, exceto em caso de situação de trânsito;

III - estudo sócio-econômico realizado por profissional de serviço social;

§1º- Os benefícios eventuais serão encaminhados pelos serviços da rede socioassistencial pública e concedidos por servidor autorizado, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária, obedecendo aos critérios estabelecidos neste artigo.

§2º- Nas situações de calamidade pública os benefícios serão concedidos mediante a constatação de que a pessoa foi afetada pela situação anormal na forma prevista neste artigo.

Art.13 - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo Único - Não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas,

bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art.14 - Para o aprimoramento da gestão dos benefícios eventuais cabe ao Município, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

I - solicitar à equipe do CRAS ou equipe técnica da proteção social básica o mapeamento periódico da incidência de beneficiários dos benefícios eventuais e realizar estudos da realidade e monitoramento da demanda, com vista a sua universalização;

II - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

III - promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais e dos critérios para sua concessão;

Art.15 - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Estado e ao Município, informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios.

Art.16 - O Município regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da vigência desta LEI.

Art.17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 734 de 16 de agosto de 2007.

Luzerna(SC), 26 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1096 - Cejel

LEI Nº 1096 de 26 de março de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com a COOPERATIVA JOVENS ESTUDANTES LTDA/CEJEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.253.564/0001-23, com sede no Município de Água Doce(SC), para a criação de 03 (três) vagas no CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA no COLÉGIO AGRÍCOLA DE ÁGUA DOCE(SC), que serão preenchidas por alunos do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

§1º- O valor do Convênio será da ordem de R\$ 1.680,00 (hum mil, seiscentos e oitenta reais), por aluno matriculado em REGIME DE MATRÍCULA INTERNA, correspondendo a 60% (sessenta por cento) do valor total por aluno/ano, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária nº 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Categoria Econômica - 3.3.90 00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- As vagas que disporá o Município incluem alimentação e alojamento, pelo período de 01(um) ano letivo, no COLÉGIO AGRÍCOLA DE ÁGUA DOCE, correspondente ao CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

§3º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor acima mencionado será liberado à entidade em 02 (duas parcelas), sendo a primeira parcela paga em 20 de maio de 2013 e a segunda parcela em 20 de novembro de 2013, cabendo a CEJEL encaminhar bimestralmente, uma ficha informativa da participação e rendimento dos alunos beneficiados.

Art.3º- Os alunos beneficiados através da presente Lei ficam obrigados a prestar serviços ao Município de Luzerna(SC), seguindo determinação da Administração Municipal.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1097 - Cemitério

LEI Nº 1097 de 26 de março de 2013.

"ESTABELECE NORMAS RELATIVAS ÀS INUMAÇÕES E EXUMAÇÕES NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DAS INUMAÇÕES

Art.1º- Nenhum sepultamento se fará sem declaração de óbito expedida pela autoridade competente, ou documentação legal que o substitua.

Art.2º - Na falta da Declaração de Óbito e até sua exibição, o cadáver ficará depositado, concedendo-se aos familiares ou representantes legais, o prazo de até 24 horas para apresentação do documento.

Parágrafo Único - Não apresentada a Declaração de Óbito, o administrador do Cemitério, logo que termine o prazo fixado no "caput", comunicará o fato à autoridade policial.

Art. 3º - Quando o administrador suspeitar de algum crime por vício nos documentos, falta de concordância entre estes, com relação ao cadáver ou por qualquer outro motivo, fará comunicação à autoridade policial.

Art. 4º - Quando se tratar de cadáveres trazidos de fora do Estado dever-se-á exigir atestado da autoridade competente do local em que se deu o falecimento, em que se declare constatada a identidade do morto e a respectiva "causa mortis".

Art.5º - Os sepultamentos não poderão ser feitos antes de 24 (vinte e quatro) horas do momento do falecimento, salvo:

- a) se a causa da morte for moléstia contagiosa, epidêmica ou por recomendação médica;
- b) se o cadáver apresentar sinais inequívocos de princípio de putrefação.

Parágrafo Único - Não poderá, igualmente, qualquer cadáver permanecer insepulto, no cemitério, após 36 (trinta e seis) horas do momento em que tenha dado a morte, salvo se o corpo estiver devidamente embalsamado ou se houver nesse sentido ordem expressa de autoridade judicial ou policial competente.

Art.6º- Cada cadáver será sempre sepultado em caixão próprio.

Art. 7º - Os cadáveres que tiverem sido autopsiados serão conduzidos aos cemitérios em caixão de zinco ou de folha de flandres.

Art. 8º - Os membros ou vísceras dos cadáveres que tenham servido para estudos de anatomia serão depositados em caixão de zinco ou folha de flandres feito a propósito, soldados os tampos, e assim conduzidos ao cemitério.

Art. 9º - Em cada sepultura só se enterrará um cadáver de cada vez em cada divisão, salvo o do recém-nascido com o de sua mãe.

CAPÍTULO II DAS EXUMAÇÕES

Art. 10 - Nenhuma exumação poderá ser feita salvo:

I - se requisitada, por escrito, e na forma da lei, por autoridade competente;

II- depois de decorridos 4 (quatro) anos de inumação, lapso de tempo necessário à consumação do cadáver desde que:

- a) se trate de cadáver sepultado como indigente;
- b) a requerimento de pessoas habilitada.

Art. 11 - A exumação, nas condições previstas na alínea "b", do item II, do artigo anterior, será requerida por escrito à administração do cemitério pelo interessado, que provará:

- a) representação legal que autorize tal pedido;
- b) a razão do pedido;
- c) a causa da morte;
- d) consentimento da autoridade policial se a exumação for feita para transladação do cadáver para fora do Município;
- e) consentimento da autoridade consular respectiva, se for feita para transladação do cadáver outro país.

Art.12 - Quando a exumação for feita para transladação de cadáveres para outro cemitério, dentro ou fora do Estado, o interessado deverá apresentar previamente o caixão para tal fim, o qual deverá ser de madeira de lei, ajustada com parafusos, e será revestido inteiramente de lâminas de chumbo, com dois milímetros de espessura, perfeitamente soldadas, de modo a não permitir escapamento de gases.

Art. 13 - O administrador do cemitério assistirá à exumação para verificar se foram satisfeitas as condições aqui estabelecidas.

Art. 14 - Pelo administrador do cemitério será fornecida certidão da exumação, sempre que requerida.

Art. 15 - As requisições de exumações para diligências judiciais podem ser feitas diretamente ao administrador do cemitério, por escrito.

§ 1º- O administrador providenciará a indicação da sepultura, a respectiva abertura e o novo sepultamento imediatamente após terem terminado as diligências requisitadas.

§ 2º- Todos esses atos se farão na presença da autoridade que houver requisitado a diligência.

§ 3º- Se as diligências requisitadas forem feitas em virtude de requerimento de parte, deverá esta pagar para ressarcimento das despesas, o valor de 04 UFRM's.

§4º- Se o processo for "ex officio", nenhuma despesa será cobrada.

Art. 16 - Salvo as exumações requisitadas judicialmente, nenhuma será feita em tempo de epidemia.

Art.17 - Nos terrenos que vagarem em virtude de exumação poderá ser realizado novo sepultamento.

CAPÍTULO III DOS RESTOS MORTAIS

Art. 18 - Decorridos 04 (quatro) anos do falecimento, os restos mortais poderão ser removidos, a pedido de pessoa habilitada

para incineração em crematório legalmente instituído.

Art. 19 - Os ossos enterrados em ossários públicos poderão ser periodicamente incinerados.

CAPÍTULO IV

DO ENTERRAMENTO DE PARTES DO CORPO HUMANO

Art.20 - Nos cemitérios poderá existir área destinada ao sepultamento de parte do corpo humano, resultantes de amputações de qualquer natureza, ou de estudos anatômicos realizados por estabelecimentos científicos.

Art. 21 - As sepulturas destinadas ao sepultamento de partes do corpo humano terão as mesmas condições exigidas para as comuns, exceto no tocante às dimensões.

CAPÍTULO V

DA MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO

Art. 22 - Caberá ao Município promover a urbanização e limpeza das áreas comuns dos cemitérios e aos responsáveis pelos jazigos a manutenção destes, sob pena de responsabilização civil, penal ou administrativa.

Parágrafo Único - Nas capelas/jazigos que ficarem sem manutenção por 04 (quatro) anos, poderá a Administração promover a retirada dos restos mortais, acondicioná-los em invólucro devidamente identificado e depositá-los em ossário Municipal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 23 - A Administração, em virtude do procedimento de licenciamento do Cemitério Municipal Frei Bruno poderá determinar a remoção de jazigos que se encontrem em local considerado pelo órgão ambiental como impróprio para ocupação.

§ 1º- No caso de remoção, caberá à Administração disponibilizar novo espaço físico, fornecer material e construir o jazigo no mesmo padrão do antigo.

§ 2º- Será lançado edital pela Administração para a remoção de jazigos, cabendo ao responsável promovê-lo no prazo e nas condições fixadas, sob pena da Administração proceder a referida remoção.

Art.24 - Os encargos decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1098 - Conselho do Idoso

LEI Nº 1098 de 02 de abril de 2013.

“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO E SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- A Política Municipal do Idoso, prevista no artigo 143, da Lei Orgânica Municipal, regular-se-á pelas normas da presente Lei e princípio de ordem geral à sua adequada aplicação e

funcionamento, preconizada nas Constituições Federal e Estadual e no Estatuto do Idoso.

Art.2º- O atendimento ao Idoso do Município de Luzerna(SC), será promovido através de instituições organizadas, vinculadas ao Conselho Municipal de Assistência Social e através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, assegurando tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à participação comunitária e ao bem estar social.

Art.3º- Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de promoção, proteção, defesa e assistência aos direitos das pessoas idosas do Município, vinculado a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Parágrafo Único - O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO será constituído de 06 (seis) membros, com seus respectivos suplentes, compostos paritariamente de órgãos governamentais e não-governamentais, para mandato de dois (02) anos, assim definidos:

I - 02 representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sendo 01 representando o Setor de Saúde e 01 representando o Setor de Bem Estar Social;

II - 01 representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

III - 01 representante da Secretaria de Fazenda e Administração.

VI - 01 representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Centro);

V - 01 representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Interior);

VI - 01 representante de entidades prestadoras de serviços à comunidade de caráter assistencial ou de atendimento ao idoso;

VII - 01 representante de entidade de ensino superior.

Art.4º- As entidades não governamentais que prestam serviços a comunidade serão eleitas em Fórum especialmente convocado para este fim pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, observando-se os critérios e normas estabelecidas no regimento interno.

§1º- Uma vez realizada a eleição, a primeira entidade classificada será titular e as próximas serão suplentes, sendo que no dia da votação as entidades já deverão ter feito a indicação de seus representantes.

§2º- Os representantes poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§3º- Nas ausências ou impedimentos dos conselheiros, das entidades eleitas a suplência será assumida pela ordem de classificação ocorrida no Fórum.

Art.5º- Os membros do Conselho, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, devendo a indicação ser feita pelos responsáveis das entidades representativas.

Parágrafo Único - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida somente uma reindicação ou reeleição para o mandato imediatamente subsequente.

Art.6º- O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO terá sua estrutura formada por coordenação colegiada, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Parágrafo Único - A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente, em todos os atos inerentes a seu exercício ou por Conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

Art.7º- A Coordenação Colegiada de que trata o artigo anterior será escolhida dentre os seus membros, no dia da posse, por voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art.8º- Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo considerada a representação de caráter público relevante e de

interesse social.

Art.9º- Ao CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO compete:

I - Participar da elaboração, do diagnóstico social do Município e da formulação da Política Municipal do Idoso e do Plano Municipal da Assistência Social garantindo o atendimento integral ao idoso, através da Proteção Social Básica;

II- Aprovar projetos de acordo com a política de atenção integral ao idoso (Plano Municipal de Assistência Social);

III- Manifestar-se sobre a adequação das políticas sociais do idoso, em âmbito do Estado e do Município, aos princípios e diretrizes previstas na Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994;

IV- Deliberar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Assistência Social;

V- Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Atendimento ao Idoso;

VI - Atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso na rede pública de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VII - Acompanhar, controlar e avaliar as negociações de Convênio e contratos de entidades públicas com entidades privadas filantrópicas; em que serão aplicadas verbas governamentais do Município, Estado e União, controlando o desempenho das conveniadas;

VIII- Incentivar, apoiar, realizar eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa e assistência, visando o aperfeiçoamento do atendimento ao idoso;

IX - Dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos do idoso, que forem formuladas ou verificadas, controlando a execução das medidas cabíveis à sua apuração e defesa;

X - Registrar todos os programas e projetos no âmbito do Município, relacionados com o idoso, mantendo cadastro atualizado dos atos e fatos das atividades;

XI- Elaborar e revisar o Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, submetendo-o à apreciação, no prazo fixado.

XII- Manter a integração com os Conselhos Municipais, estadual e nacional congêneres, bem como organismos internacionais que tenham atuação quanto à proteção, amparo e promoção dos direitos e interesses do idoso.

Art.10- A organização estrutural e funcional do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, será estabelecida em Regimento Interno aprovado por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - No prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período a partir da data de publicação desta lei deverá ser elaborado e apresentado o respectivo Regimento Interno para aprovação.

Art.11- As entidades responsáveis pela execução dos programas de atendimento aos idosos deverão submeter à apreciação do Conselho Municipal do Idoso.

Art.12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1099 - Transporte Desportistas

LEI Nº 1099 de 02 de abril de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM TRANSPORTE DE DESPORTISTAS QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com o transporte de desportistas de futebol de campo dos Clubes Luzernense, Esporte Clube Vitória, Veteranos de Vila Kennedy, Esporte Clube Primavera de Leãozinho e Esporte Clube Aurora de Barra do Estreito, que representam o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes - Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes - elemento - 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Reduzido 087.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1100 - Concessão de Uso - Ifc

LEI Nº 1100 de 02 de abril de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal celebrar CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos de imóvel com área de 8.917,54 m² (oito mil, novecentos e dezessete metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados) com confrontações constantes no mapa em anexo, a ser desmembrada de área maior, devidamente registrada a área total sob nº 29.871 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC), com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS LUZERNA, autarquia federal, de caráter educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 106.354.240/0008-52, com sede na Rua São Roque, 41, neste Município de Luzerna(SC), objetivando a ampliação do Campus.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal celebrar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso disposto no "caput" deste artigo através de Dispensa de Licitação em razão de tratar-se de entidade sem fins lucrativos.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1101 - Termo de Uso - Senai

LEI Nº 1101 de 02 de abril de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - CETE LUZERNA, objetivando a cedência do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), consistindo em 01 (uma) sala no subsolo onde funcionava a Escola Profissional Feminina.

Parágrafo Único - As condições da cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei Complementar 113 - Serviço de Inspeção Municipal - Sim

LEI COMPLEMENTAR Nº 113 de 02 de abril de 2013.

“DISPÕE SOBRE O ABATE, ELABORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art.1º- Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, com a finalidade de fiscalizar os serviços de abate de animais, a industrialização, a elaboração artesanal e a comercialização de produtos de origem animal e vegetal no Município de Luzerna(SC), vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º- O Serviço de Inspeção Municipal - SIM atuará de acordo com o que dispõe a Lei nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950, o Decreto Federal nº 30.691, de 29 de Março de 1952, Decreto Federal nº 1.255, de 25 de junho de 1962, Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990, Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997, Lei Estadual nº 8.534, de 19 de janeiro de 1992, Decreto Estadual nº 3.748 de 12 de julho de 1993, Lei Estadual nº 10.610 de 01 de dezembro de 1997, Decreto Estadual nº 3.100 de 20 de julho de 1998, Legislação Sanitária Municipal, as normas oriundas da Lei nº 078 de 21 de novembro de 1997, Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 e demais legislações federais, estaduais pertinentes em vigor.

Art.3º- O Serviço de Inspeção Municipal - SIM será exercido em todo o território do Município de Luzerna e atenderá acerca das condições higiênico-sanitárias dos abatedouros de animais e estabelecimentos que industrializem e elaborem produtos destinados ao consumo humano, ressalvada a competência do Serviço de Inspeção Federal - SIF e Serviço de Inspeção Estadual - SIE.

§1º-A inspeção sanitária será instalada junto a cada estabelecimento de abate e industrialização e terá caráter permanente.

§2º- Não será permitida a comercialização no Município de Luzerna, de qualquer produto de origem animal que não ateste que tenha sido inspecionado pela autoridade federal (SIF), pela

autoridade estadual (SIE) ou pelo SIM de Luzerna, e qualquer produto de origem vegetal em desacordo com a legislação vigente, sendo, portanto, considerada clandestina e sujeita à apreensão, nos termos da legislação em vigor.

§3º- São considerados passíveis de industrialização ou elaboração de produtos comestíveis de origem animal e vegetal, as seguintes matérias-primas, seus derivados e subprodutos:

I - carnes, peixes, crustáceos e moluscos;

II - leite;

III - ovos;

IV - produtos apícolas;

V - frutas;

VI - cereais;

VII - outros produtos de origem animal e vegetal.

§4º- Os produtos destinados ao consumo humano em natureza ou derivados, deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos pela legislação sanitária e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Art.4º- No interesse da saúde pública, as atribuições do Serviço de Inspeção Municipal - SIM compreenderão:

I- a classificação dos estabelecimentos, a qual se desdobrará em:

a) de produção artesanal;

b) de produção industrial.

II - as condições e exigências para registro dos estabelecimentos;

III - a higiene dos estabelecimentos;

IV - a inspeção ante e post-mortem dos animais destinados ao abate;

V- a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas, durante as diferentes fases de industrialização ou elaboração;

VI- o registro de rótulo, obedecidas as exigências que disciplinam a matéria;

VII- a carimbagem de carcaças e cortes de carnes, bem como a identificação e demais dizeres a serem impressos nas embalagens de outros produtos industrializados ou elaborados, destinados ao consumo humano;

VIII- outros recursos que se tornem necessários para maior eficiência da inspeção industrial e sanitária dos produtos destinados ao consumo humano.

Parágrafo Único - A produção artesanal é subentendida aquelas advindas de pequeno produtor que não ultrapasse o seguinte volume de produção mensal:

a) mel de abelhas, até 100 kg;

b) ovos, até no máximo 1.200 dúzias;

c) embutidos de carnes suínas ou bovinas, até 500 kg;

d) produtos vegetais, até no máximo de 1.500 kg;

e) leite, ao natural ou derivados, até 3.000 kg.

Art. 5º- Na defesa da saúde pública não será permitido o funcionamento de qualquer estabelecimento que abata, industrialize e elabore produtos comestíveis que não disponham de Alvará Sanitário e do competente registro no SIM de Luzerna ou organismo da esfera estadual ou federal.

§1º- Para instalar no Município um estabelecimento para o abate e industrialização de produtos destinados ao consumo humano, deverá ser requerida a aprovação de seu projeto de construção e de localização junto ao SIM de Luzerna, salvo se este for aprovado junto ao SIF ou SIE.

§2º- Os estabelecimentos já existentes para se adequarem a esta Lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação e registro no SIM, com a ressalva do parágrafo anterior.

CAPÍTULO II

Da Obtenção de Registro, do Relacionamento e da Aprovação de Projetos

Art.6º- De conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23.11.89, Lei Estadual nº 8.534, de 19.01.92 e Lei Estadual nº 10.356, de

10.01.97, somente podem produzir e comercializar produtos de origem animal e vegetal, os estabelecimentos devidamente registrados ou relacionados junto ao SIM, ou por desenvolverem atividade de maior magnitude, estejam sob o abrigo de Registro Estadual ou Federal.

Art.7º- Estão sujeitos a registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, os seguintes estabelecimentos:

- I - matadouros de bovinos;
- II - matadouros de suínos, ovinos e caprinos;
- III - matadouros de aves e coelhos;
- IV - unidades de beneficiamento de pescado;
- V - estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal e derivados de carne, elaborem ou fabriquem conservas ou produtos gordurosos;
- VI - as usinas de beneficiamento de leite, fábricas de laticínios, postos de recebimento, refrigeração e desnatagem de leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação de seus derivados.

Art.8º- Estão sujeitos a relacionamento junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, os seguintes estabelecimentos:

- I - os postos e/ou entrepostos que, de modo geral, recebam, armazenem, fracionem, manipulem, conservem, distribuam ou acondicionem produtos de origem animal e vegetal, como carnes, pescados, ovos, mel, frutas, cereais e quaisquer produtos de origem animal e vegetal.

Art.9º- Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando a construção, instalação ou ampliação de estabelecimentos destinados ao abate de animais e industrialização ou elaboração de produtos de origem animal e vegetal.

Parágrafo Único. Para obterem aprovação no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, os projetos deverão ser encaminhados através de requerimento dirigido ao Prefeito Municipal e deles constar:

- I - atestado de vistoria da localização;
- II - plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;
- III - plantas de cortes e fachadas;
- IV - plantas hidrossanitárias com detalhes sobre rede de esgoto e abastecimento de água;
- V - atestado de aprovação ambiental.

Art.10 - Serão deferidos os projetos que se enquadrarem nos dispositivos da presente Lei, no que dispõe a legislação sanitária municipal e estadual.

Art. 11- Concluídas as obras e instalados os equipamentos, o estabelecimento deverá requerer ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM e à Vigilância Sanitária a vistoria prévia e a autorização para o início das atividades do estabelecimento.

Parágrafo Único. Cumpridas as exigências deste artigo, compete ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM instalar, de imediato, a inspeção sanitária no estabelecimento.

Art.12 - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM expedirá dois tipos de registros: um de caráter provisório, que não poderá ser superior a um ano, e outro de caráter definitivo, obedecendo cada qual uma série numérica própria.

Parágrafo Único. O registro de caráter provisório será emitido pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para estabelecimentos já existentes e que se enquadrem nos preceitos desta Lei ou para aqueles que, possuindo registro provisório, tenham concluído seus projetos de adequação a esta LEI.

Art.13- O número de registro dos estabelecimentos que abatem animais e industrializam ou elaboram produtos de origem animal e vegetal constará, obrigatoriamente, nos rótulos, certificados, carimbos de inspeção dos produtos, notas fiscais e outros documentos do estabelecimento.

Art.14 - O Serviço de Inspeção Municipal - SIM, ao conceder o

número de registro de um estabelecimento, fornecerá, também, o respectivo Título de Registro, no qual constará o nome da empresa, localização do estabelecimento, sua classificação, bem como outros elementos julgados necessários.

Parágrafo Único - Cada tipo de produto deverá ter registro de fórmula em separado junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, sendo cada qual objeto de norma específica respeitada a legislação vigente.

Art.15 - O requerimento de registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM será dirigido ao Prefeito Municipal, instruindo-se o processo com os seguintes documentos:

- I - inscrição junto à fazenda municipal;
- II - plantas de situação e localização;
- III - plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;
- IV - plantas de cortes e fachadas;
- V - plantas hidrossanitárias com detalhes sobre rede de esgoto e rede de abastecimento de água potável;
- VI - projeto de tratamento de efluentes.

§1º - O requerimento de registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para produtor da área artesanal, será instruído com a documentação necessária e seu pedido de inscrição será feito ao Prefeito Municipal.

§2º- Entretanto, sua instalação, pela evidência, poderá ser bem mais simplificada que a instalação para fins industrial, mas sem desprezar os requisitos necessários quanto aos princípios básicos de saúde, higiene e saneamento necessários à produção de alimentos à pessoa humana.

§3º - Tanto para o requerimento de registro, definitivo ou provisório, bem como relacionamento, considera-se indispensável a apresentação de boletim oficial de exame da água de abastecimento, cujo padrão microbiológico e químico deverá atender ao disposto no artigo 48, do Decreto Estadual nº 3.748, de 12.07.93.

Art.16 - O requerimento de relacionamento junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM será dirigido ao Prefeito Municipal e o Serviço de Inspeção Municipal - SIM só concederá o relacionamento após vistoria prévia, inclusive da Vigilância Sanitária.

§1º- A concessão do número de relacionamento junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, implicará no cadastramento do estabelecimento, não apenas neste organismo, como também na vigilância sanitária.

§2º- Todas as pessoas que atuem em estabelecimentos relacionados pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, deverão portar carteira de saúde, a qual deverá ser atualizada a cada seis meses.

§3º- Nos estabelecimentos relacionados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM que processem ou industrializem produtos de origem animal, haverá aleatoriamente colheita de amostras de seus produtos, conforme instruções da autoridade sanitária para a respectiva análise.

§4º- Constatada irregularidade comprometedora nos produtos, o estabelecimento será interditado e o seu relacionamento será suspenso e estas medidas cautelares só serão revogadas pelas autoridades sanitárias, quando cumpridas as providências que tiverem sido determinadas no ato de interdição.

§5º- No interesse da saúde pública, o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, juntamente com outros órgãos da administração municipal e estadual, promoverá treinamentos para os responsáveis e funcionários de estabelecimentos relacionados.

Art. 17 - Os estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverão manter livro oficial, onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do órgão de inspeção municipal, objetivando o controle sanitário da produção.

Parágrafo Único - O estabelecimento de processamento de alimentos de origem animal e vegetal manterá em arquivo próprio sistema de controle que permita confrontar, em quantidade e qualidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.

Art.18 - As instalações dos estabelecimentos registrados ou relacionados pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverão dispor de dependências e instalações mínimas necessárias ao funcionamento.

Parágrafo Único - As instalações para estabelecimento processador de alimentos de origem animal e vegetal serão diferenciadas e obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos, higiene e escala de produção, e sua especificação será estabelecida em regulamento próprio.

CAPÍTULO III

Do Controle e Fiscalização

Art.19 - O controle sanitário dos rebanhos que gerem matéria-prima para a produção de alimentos, é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal.

Art.20 - Compete à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, através de seus órgãos, a execução das ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, relacionamento, funcionamento, inspeção dos produtos e fiscalização dos estabelecimentos.

§1º- O Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverá ser exercido por profissional médico veterinário, podendo dispor de auxiliares treinados, que ficarão sob a responsabilidade deste profissional.

§2º- A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, através do Setor de Vigilância Sanitária e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, poderão, através do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, conveniar-se com instituições que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como, com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para a implantação e funcionamento da inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados nos estabelecimentos abrangidos por esta Lei.

§3º - Compete ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, o acompanhamento e a fiscalização das atividades inerentes aos convênios firmados com as instituições e entidades públicas, podendo ser cancelados quando não atenderem os requisitos desta LEI.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art.21 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para preservação de sua qualidade.

Art.22- A embalagem do produto, quando necessária, deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter todas as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, indicando a inscrição junto ao SIM.

Parágrafo Único - Quando a granel, os produtos de origem vegetal serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos e cartazes, contendo as informações previstas no "caput" deste artigo, os demais produtos obedecerão à legislação vigente.

Art.23- As infrações às normas previstas nesta Lei e Regulamento serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza cível e penal cabível;

I - ADVERTÊNCIA quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II - MULTA de até 10 (dez) UFRM's aos infratores da presente Lei e em dobro quando da reincidência;

a) as multas serão elevadas até o máximo de 100 (cem) vezes quando o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz;

III - APREENSÃO ou inutilização de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados - quando não se apresentarem dentro dos padrões higiênico-sanitários, físico-químicos e microbiológicos adequados à sua finalidade ou quando forem adulterados;

IV - SUSPENSÃO das atividades do estabelecimento - quando

causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizadora;

V - INTERDIÇÃO total ou parcial do estabelecimento - quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

a) a interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

b) se a interdição não for levantada nos termos do inciso anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro.

Parágrafo Único - As penalidades serão impostas pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, cabendo recurso à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, na forma regulamentar.

Art.24 - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art.25 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei Complementar nº 112 de 30 de outubro de 2012.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato Homologação Convite PML.006.2013 - Semen

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 006/2013 - PML

Convite nº 002/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 006/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite

- Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS AO PROGRAMA DE APOIO A BACIA LEITEIRA E MELHORAMENTO GENÉTICO DO GADO BOVINO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE LUZERNA.

- Empresa(s) Vencedora(s):

. SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA

- Valor total: R\$ 21.304,50

Luzerna (SC), 1 de abril de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato Homologação Pregão PML.010.13 - Arbitragem

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 010/2013 - PML

Pregão nº 008/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 010/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

- Proponente(s) Vencedora(s):
 . ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE
 - Valor total: R\$ 27.200,00

Luzerna (SC), 2 de abril de 2013.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

Extrato Pregão PML.015.2013 - Medalhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
 EXTRATO DE EDITAL
 Processo Licitatório nº 015/2013 - PML
 Pregão Presencial nº 0012/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: Aquisição de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos educativos, esportivos, artísticos e culturais do Município de Luzerna, de acordo com as características mínimas descritas no Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 16 de abril de 2013.
 ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 16 de abril de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
 MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato de Contrato PML.26.13

EXTRATO DE CONTRATO
 PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.26.13
 MODALIDADE: Convite p/Compras e Serviços nº 002/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONTRATADA: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: aquisição de material de consumo e equipamentos destinados ao Programa de Apoio a bacia leiteira e melhoramento genético do gado bovino da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Luzerna, conforme descrição em anexo.

VALOR: R\$ 21.304,50 (vinte e um mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos);

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro 2013, contados a partir da data da emissão da Autorização de Fornecimento inicial.

Luzerna(SC), 01 de abril de 2013.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal

CONTRATANTE
 CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON
 SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORT. LTDA
 CONTRATADA

Extrato de Contrato PML.27.13

EXTRATO DE CONTRATO
 PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.27.13
 MODALIDADE: Pregão Presencial nº 008/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

OBJETO: contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
 VALOR: R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais);
 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2013.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal
 CONTRATANTE

ACYR DA SILVA
 ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE
 FORNECEDOR 1

Edital de Homologação do Resultado Final - Processo Seletivo 0032013 - Análise de Currículo - Matemática e Educação Especial

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013 de 20 de março de 2013.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: PROFESSOR II – MATEMÁTICA - HABILITADO						
Inscr.	Candidato	Formação	Tempo de Serviço	Horas de Curso	Pontuação Final	Colocação
002	Cloé Regina de Souza	5,00	24,80	----	29,80	1º
001	Cristiane Turra	5,00	3,20	2,00	10,20	2º

Emprego Público: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO						
Inscr.	Candidato	Formação	Tempo de Serviço	Horas de Curso	Pontuação Final	Colocação
003	Laura Pasqual	2,00	1,60	2,00	5,60	1º

Luzerna(SC), 26 de março de 2013.
 REGINA CARIN JACOBY CUREAU
 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 003/2013.

Luzerna(SC), 26 de março de 2013.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

Abre Credito Suplementar

LEI Nº642, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando a Lei nº. 6221/12 de 11/12/2012 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

40.34 Manutenção das Festividades Municipais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

30.26 Ampliação da rede física escolar

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

30.35 Pavimentação de ruas e passeios

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

30.47 Aquisição de Maquinas e veículos

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº641, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2012, contas Vinculadas de convenio.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2012.

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

30.14 Ampliação da Rede Física de Saúde

44.90.3.55 Aplicações diretas

R\$ 11.780,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Alterar a Organização e Aumentar e Diminuir Vagas Nos Cargos de Fisioterapeuta, Enfermeira e Técnica Em Enfermagem, da Lei Complementar Nº40/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 26 DE MARÇO DE 2013

PARA ALTERAR A ORGANIZAÇÃO E AUMENTAR E DIMINUIR VAGAS NOS CARGOS DE FISIOTERAPEUTA, ENFERMEIRA E TÉCNICA EM ENFERMAGEM, DA LEI COMPLEMENTAR Nº40/2009.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Fica alterado o Anexo I da LEI COMPLEMENTAR Nº 40, de 28 de Dezembro de 2009, do Plano de Cargos de Contratação Temporária, aumentando vagas nos cargos, conforme segue abaixo:

I - O cargo de Fisioterapeuta, para o cumprimento de 40 horas semanais, terá duas vagas.

II - O cargo de Enfermeira, para o cumprimento de 40 horas semanais, terá duas vagas.

III - O cargo de Técnica em Enfermagem, para o cumprimento das 40 horas semanais, terá duas vagas

Art. 5º. - As demais disposições legais pertinentes à LEI COMPLEMENTAR Nº40 DE 2009, ficam inalteradas.

Art. 6º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar

LEI MUNICIPAL Nº 643, de 26 de março 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar

a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art. 2º - O objetivo desta Lei é proporcionar de forma acessível aos produtores interessados à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), subsidiando os custos.

Parágrafo único: A prestação do serviço realizada em favor do produtor beneficiado deverá ser ressarcida ao município, mediante regulamentação por decreto quanto à forma e valores pertinentes ao tempo dos serviços executados, considerando-se para todos os fins os incentivos desta Lei, mormente quanto ao abatimento dos valores do preço de mercado praticado na contratação de máquinas.

Art. 3º - O recurso arrecadado decorrente do serviço prestado aos produtores beneficiados deverá ser contabilizado como recursos livres, e aplicado obrigatoriamente no programa ora instituído.

Art. 4º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, e congêneres, localizados no Município de Macieira. .

Art. 5º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Parágrafo único: Ainda, somente poderão se habilitar e se beneficiar do incentivo desta Lei, os interessados/contribuintes que estiverem em dia com o fisco municipal, e apresentarem certidão negativa de tributos.

Art. 6º - Cada produtor terá direito às horas máquinas necessárias à realização do objeto desta lei, limitadas a 20 (vinte) horas anuais por máquina, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Parágrafo único: Eventuais excedentes ao caput deste artigo, será submetido ao Comitê Gestor Municipal para análise e posterior deferimento da continuidade da prestação do serviço, com os ônus correspondentes.

Art. 8º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Prefeitura Municipal e entidade de extensão rural -Epagri, e entidades representativas do setor, dependendo de homologação do Poder Executivo.

Art. 9º - Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa e de acordo com o cronograma definido pelo Comitê gestor.

Art. 10º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um cronograma de curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 11º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA,
EM 26/03/2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

a Criação de Programa de Apoio e Incentivo ao Pecuário Leiteiro

DECRETO Nº 1280, de 08 de Março de 2013.

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira em Exercício, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 58, VIII, da Lei Orgânica, c/c a Lei 546 de 25 de Outubro de 2011,
DECRETA:

Art. 1º. - A criação de programa de apoio e incentivo ao pecuarista leiteiro, proporcionando melhoramento da qualidade do gado leiteiro com o fornecimento de sementes para pastagens; melhoramento da genética com fornecimento de sêmen; atendimento in loco com a realização de exames nos animais; e o fornecimento de vacinas visando erradicar e prevenir doenças; tudo isso com o objetivo de atender aos interesses e subsistência dos agricultores pecuaristas e tornar o gado leiteiro macieirense referência e modelo à nível estadual e nacional, bem como por se tratar de uma das economias preponderantes do município.

Parágrafo Único: O decreto deverá atender às diretrizes dos artigos abaixo e atender à Lei 546/2011 pertinente ao incentivo.

Art. 2º. - Será fornecido aos pecuaristas leiteiros sementes de pastagem de acordo com o período apropriado para o plantio, compreendendo-se as variedades de sementes aquelas condizentes com a época do seu plantio, ou seja, aveia, azevem, milheto, capim Sudão, dentre outros convenientes e necessárias para o melhoramento e fortalecimento do gado leiteiro visando o aumento da produção de leite.

Parágrafo primeiro - A distribuição das sementes deverão observar os seguintes critérios:

- a) O agricultor/produtor interessado deverá manter cadastro na Secretaria de Agricultura para receber os benefícios, apoio e incentivo deste Decreto;
- b) Ao Agricultor/produtor que possuir mais que dez cabeças de gado leiteiro, devidamente registradas na Cidasc, terá direito a duas sacas de 40 quilogramas da semente de Aveia;
- c) As sacas de sementes não poderão exceder ao limite estabelecido acima por agricultor cadastrado;
- d) Ao agricultor/produtor que possuir menos que dez cabeças de gado leiteiro, terá direito ao recebimento de a uma saca de 40 quilogramas da semente de Aveia;
- e) Eventual fornecimento de outras sementes serão objeto de aditivo deste Decreto, contudo com o mesmo objetivo já frisado.

Parágrafo segundo - Apesar de existirem sementes de várias forrageiras no mercado, nem todas são apropriadas para formação de pastagem para o gado leiteiro. Uma vaca em lactação necessita ingerir forragem rica, não só em energia digerível, como também em proteínas, vitaminas e minerais. No entanto, não se deve esquecer dos atributos produtivos das forrageiras que garantem a sua persistência e vigor da rebrota. As principais características desejáveis de uma forrageira para formação de pastagem para gado leiteiro na região macieirense são as acima indicadas para esta época.

Parágrafo terceiro - Os interessados deverão comparecer à sede da Secretaria de Agricultura e retirar as sementes para a realização da pastagem.

Parágrafo quarto - A limpeza da área, preparo do solo, adubação, plantio, enfim todo e qualquer implemento necessário para a formação da pastagem será por conta exclusiva do produtor beneficiário.

Art. 3º. - Também será fornecido aos pecuaristas leiteiros, sêmen de animais com melhoramento genético para fertilização do gado leiteiro, incluindo o serviço inerente à inseminação, consistente em armazenamento em nitrogênio líquido, e a efetivação da inseminação propriamente dita, buscando qualificar e estruturar a raça/espécie do gado com o objetivo de fortalecer o gado e aumentar a produção do leite.

Art. 4º. - Além dos itens acima fornecidos, será proporcionado aos agricultores pecuaristas leiteiros atendimento na propriedade para realização de exames com aparelho de ultrassom, exames clínicos, e aplicação de vacinas contra as doenças reprodutivas IBR, BVD e leptospirose, em prevenção, no gado leiteiro com o mesmo objetivo já frisado anteriormente, e com repetição e/ou reforço, após passados trinta dias da primeira dose, para todos os animais leiteiros cadastrados na secretaria, mormente para que o investimento no gado leiteiro possa ser fiscalizado.

Parágrafo primeiro - O acompanhamento será realizado quando necessário ou quando se verificar alguma anormalidade quanto aos incentivos proporcionados.

Parágrafo segundo - A definição dos trabalhos e diligências ficará a cargo da Secretaria de Agricultura que designará a equipe para o desenvolvimento deste mister.

Parágrafo terceiro - A frequência das vacinas e dos exames será realizada de acordo com os programas e prospectos de melhoramento do gado leiteiro desempenhados pela Secretaria de Agricultura.

Art. 5º. - Para que os interessados tenham direito a este programa de incentivo, deverão possuir propriedade no Município de Macieira SC; comprovar a atividade com gado leiteiro; realizar o credenciamento perante a Secretaria de Agricultura; e, não possui débito fiscal junto ao Município.

Art. 6º. - Fica disponibilizado para a implementação deste programa de incentivo, benefício e apoio a quantia de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), com base no que dispõe a Lei 546/2011, proveniente de recurso da Secretaria da Agricultura.

Parágrafo primeiro: Em sendo necessário, poder-se-á majorar o recurso necessário, após o esgotamento do valor descrito no caput deste artigo, com a comprovação de inscrição de mais pecuaristas interessados prejudicados, e através de aditivo ao Decreto.

Parágrafo segundo: Em contra partida, havendo saldo remanescente deste programa, deverá retornar às contas do erário, devidamente documentado.

Art. 7º. - Os beneficiários interessados deverão comparecer à sede do Paço Público, na Secretaria de Agricultura, munidos da documentação exigida por este Decreto, e preencher a documentação necessária, para posterior análise e deferimento.

Art. 8º. - A Secretaria da Agricultura manterá fiscalização junto às propriedades dos interessados beneficiados que receberam o incentivo para a correta aplicação dos recursos fornecidos.

Parágrafo único: Em não se verificando a aplicação do incentivo fornecido pela Municipalidade, o responsável beneficiado será notificado e pagará uma multa pecuniária de 50% do salário mínimo mensal, vigente à época do pagamento, sendo referida multa lançada na dívida ativa fiscal da fazenda.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Agricultura, ao final do programa

objeto deste Decreto, encaminhará ao Prefeito, por meio de relatório circunstanciado, comprovação da aplicação dos recursos públicos.

Art. 10 - As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - Este programa terá validade no exercício vigente, podendo ser aditado por decreto suplementar.

Art. 12 -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Macieira SC.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1283, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2012, contas Vinculadas de convenio.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 641 de 26/03/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2012.

10.0 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

30.14 Ampliação da Rede Física de Saúde

44.90.3.55 Aplicações diretas

R\$ 11.780,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2013.

EMERSON ZANELA

Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1284, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando a Lei nº. 6221/12 de 11/12/2012 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 642 de 26/03/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

40.34 Manutenção das Festividades Municipais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

30.26 Ampliação da rede física escolar
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

02.06 Séc.Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
30.35 Pavimentação de ruas e passeios
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

30.47 Aquisição de Maquinas e veículos
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Regulamenta a Lei Que Criou o Tributo Que Taxa Os Reflorestamentos do Município de Macieira Instituído Os Valores das Taxas

DECRETO Nº1281, DE 08 DE MARÇO DE 2013.

Regulamenta a Lei que criou o tributo que taxa os reflorestamentos do Município de Macieira instituindo os valores das taxas.

EMERSON ZANELLA, Prefeito do Município de Macieira, no uso das atribuições com fulcro no art. 58, VIII, da Lei Orgânica, c/c a Lei 630 de 27 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Com supedâneo no art. 3º c/c 9º da Lei 630 de 27 de Dezembro de 2012, fica instituído no âmbito do Município de Macieira, a TAXA FLORESTAL MUNICIPAL na forma que segue:

I - Será devida taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por hectare reflorestado.

Parágrafo Primeiro - O lançamento da Taxa Florestal Municipal será realizado anualmente nos meses de julho e agosto, inclusive do corrente ano, devendo ser comunicado por escrito aos Contribuintes.

Parágrafo Segundo:- O produto financeiro resultante da arrecadação da Taxa Florestal deverá ser contabilizado obrigatoriamente como recursos livres, e aplicado preferencialmente na recuperação da malha viária municipal.

Art. 2º - São contribuintes da Taxa Florestal Municipal os proprietários rurais, os possuidores a qualquer título de terras, e as empresas cuja finalidade principal ou subsidiária seja a produção ou a extração de produto ou subproduto de origem florestal.

Art. 3º - Os contribuintes, inscritos na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico deverão recolher a TAXA FLORESTAL MUNICIPAL, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao mês de lançamento do tributo, cujo pagamento será feito através do Documento de Arrecadação Municipal nas Agências Bancárias conveniadas com o Município.

Parágrafo Único - Os Contribuintes poderão no mesmo prazo, requerer parcelamento do valor do tributo em até 3 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que o vencimento da última parcela não ultrapasse o último dia do exercício financeiro do fato gerador.

Art. 4º - Aos contribuintes que não efetuarem o recolhimento no prazo e forma estipulados, será aplicada multa de 2% (dois por

cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contado a partir da data do fato gerador, sendo considerado qualquer fração, um mês, bem como a atualização monetária à base do IPCA.

Art. 5º - O não cumprimento das disposições desta Lei, além das penalidades previstas nas legislações Federal e Estadual, implicará na aplicação pela fiscalização municipal:

I - Notificação de infração quando o infrator for primário, acompanhada de informações técnicas necessárias e orientação.

II - Multa de 10 (dez) Unidades Fiscais Municipais (UFM), até ao máximo de 1700 (uma mil e setecentas) Unidades Fiscais Municipais (UFM), para reincidentes, de acordo com a gravidade do ato a critério da fiscalização municipal.

Parágrafo único - O valor unitário da UFM fica estabelecido em R\$ 1,00 (um real) para fins de aplicação das sanções ora estabelecidas.

Art. 6º O contribuinte fica obrigado, no prazo de 90 dias, a contar da publicação deste Decreto, a fazer o cadastro junto à Prefeitura visando subsidiar o lançamento da taxa, fornecendo os seguintes elementos:

- I - Espécie de madeira e área reflorestada ou florestada;
- II - Quantidade e idade dos plantios e/ou reflorestamento na propriedade;
- III - Matrícula e/ou escritura, documento de posse ou contrato, relativo à propriedade/posse;
- IV - Contrato de parceria, comodato e arrendamento no empreendimento, se houver;

Parágrafo primeiro - Os elementos e dados dos contribuintes serão devidamente registrados em cadastro próprio junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo segundo - A omissão do contribuinte quanto ao cadastro, autoriza ao Município a lançar a taxa por estimativa, com base em parâmetros e dados técnicos para tal fim.

Art. 7º - Nas hipóteses de contrato de parceria, arrendamento e comodato, ou outra espécie de ajuste, a taxa será devida pelo responsável pelo plantio e/ou reflorestamento.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2949/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Adriana Aparecida

Paris Hass, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2936/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Agente de Construção e Manutenção I, para atendimento normal das atividades da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano;

Considerando, a inexistência de servidor público efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atendimento das necessidades acima citadas;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, que nos termos da lei autoriza a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr.º ARISTIDES ANTONIO DOS SANTOS, para exercer as funções de Agente de Construção e Manutenção I, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 01 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2956/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Flaviane Quaresma, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 15 (quinze) horas semanais, pelo período de 04 de março de 2013 a 01 de julho de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2959/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª JOCIANE DE MEIRA, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 05 (cinco) horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2947/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal de Macieira,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Agente de Copa e Higienização II, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Luciane Mezzari, para exercer as funções de Agente de Copa e Higienização II, SG-2, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2960/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Miriane Sinara Pries, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2958/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Motorista II, para atendimento normal das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Municipais;

Considerando, a inexistência de servidor público efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atendimento das necessidades acima citadas;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, que nos termos da lei autoriza a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr.º ROQUE LOCATELLI, para exercer as funções de Motorista II, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2935/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Agente de Serviços e Manutenção I, para atendimento normal das atividades

da Secretaria de Obras e Serviços Municipais; Considerando, a inexistência de servidor público efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atendimento das necessidades acima citadas;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, que nos termos da lei autoriza a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Senhor Jose Francisco Rodrigues, para exercer a função de Agente de Serviços e Manutenção I, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 01 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2954/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª JULIANA TASCA para exercer as funções de Professora MAG 1, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2955/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª MARA REGINA

SZALYGA, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 04 de março de 2013 a 01 de julho de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2938/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ao Sr.º Narciso Luiz Andrade, para exercer as funções de Professor MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 04 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2957/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª ROSANGELA TASCA WOSNIAK, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 04 de março de 2013 a 01 de julho de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2950/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei nº 290, de 10/02/2005, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 40, de 29/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Técnica em Saúde Bucal, para atendimento normal das atividades e programas da Secretaria Municipal de Saúde; Considerando, que a exigência de continuidade dos serviços públicos de saúde; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais para atendimento da necessidade acima citada;

Considerando que se trata de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, restando presentes os requisitos legais para a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso Público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª SOLANGE DOS SANTOS para exercer as funções de técnica em saúde bucal, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Concede Licença Maternidade À Servidora Que Especifica

PORTARIA N.º 2951/2013

"Concede Licença Maternidade à Servidora que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal, Adriana Aparecida Paris Hass, ocupante do cargo de Professora, por 120(cento e vinte) dias, conforme atestado em anexo, a contar de 04/03/2013.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Conversão de Férias ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2952/2013

Conceder Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições

legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para gozo no mês 03/13.

NOME	CARGO	GOZO
Edemar N Khun	Contador	11/03/13 a 20/03/13
Adelir da Silva	Motorista I	01/03/13 a 30/03/13

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Conversão e Gozo de Férias ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2948/2013

Conceder Conversão e gozo de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER conversão de 10 dias de férias e gozo de 10 dias de férias, a Servidora Pública Municipal, Iana Spanholo Abraão, para pagamento no mês 03/2013, e gozo de 11/03/13 a 20/03/13.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares

PORTARIA N.º 2953/2013

"Conceder Retorno da Licença para Tratar de Interesses Particulares".

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Municipal nº 09, de 23/03/1993, com previsão legal no Artigo 136, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei Complementar nº 33, de 05/12/2008;

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Jairo Bernardino, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias I, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Retorno da Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, a partir de 01/03/2013.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Considerando a Conclusão de 80 Horas de Curso Específico

PORTARIA Nº 2937/2013

"Conceder Avanço de uma referencia."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 27, da Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal,

Considerando a conclusão de 80 horas de curso específico;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Avanço de Uma Referência, a Servidora Pública Municipal, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Marylucy Bonassa Setti, ascendendo uma Referência, a partir de março de 2013.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 01 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Designa Servidor Que Especifica, e Dá Outras Providências

PORTARIA N.º 2944/2013

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pela organização, serviços e limpeza, do parque e do estádio municipal;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor DELFINO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços e manutenção II, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para exercer as funções de responsável pela organização, serviços e limpeza, do parque e do estádio municipal;

Para desempenho da atribuição ora designada, a servidora fará jus, nos termos do parágrafo único do artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a uma gratificação de função (FG), equivalente a 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Designa Servidor Que Especifica, e Dá Outras Providências

PORTARIA N.º 2945/2013

“Designa servidor que especifica, e dá outras providências.”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pelo atendimento ao público, e emissão de blocos de notas para os produtores rurais do Município;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;
RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora IDALINA CORREA FAVARIN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, para exercer as funções de responsável pelo atendimento ao público, e emissão de blocos de notas para os produtores rurais do Município.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos do parágrafo único do art. 33, da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 11 de março 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Designa Servidores Que Especifica Para Fiscalizar e Acompanhar Os Serviços

PORTARIA N.º 2974/2013

“Designa servidores que especifica para fiscalizar e acompanhar os serviços, referente ao Processo nº0021 e Pregão Presencial nº 0014/2013, e dá outras providências.”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor Ronivon Luiz Bridi ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços como gestor de convênios, referente ao Processo nº 0021/2013, Pregão Presencial nº 0014/2013.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 01 de abril de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Exonera, o Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2946/2013

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições

legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal Solange dos Santos, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Saúde, lotado da Secretaria de Saúde, a contar de 01/03/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Transferir de Secretaria a Caminhonete Fiat Ducato M Jaedi

PORTARIA Nº 2934 de 01 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal ,

RESOLVE

Art. 1º Transferir de Secretaria a Caminhonete Fiat Ducato M Jaedi, placa MDQ4896, renavam 893173223, da Secretaria de Saúde, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Macieira, em 01 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA,

Prefeito Municipal

Transferir de Secretaria o Automóvel Pólo Sedan

PORTARIA Nº 2943, de 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal ,

RESOLVE

Art. 1º Transferir de Secretaria o Automóvel Pólo Sedan 1,6, placa MGY2033, renavam 132463008, da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Macieira, em 11 de março de 2013.

EMERSON ZANELLA,

Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação - Assessoria Projetos

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2013

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e

de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0021/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0014/2013, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 15 de abril de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados para a prestação de serviços de consultoria e assessoria na gestão de convênios junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Macieira, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, conforme especificações do anexo I do edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 15/04/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 02 de abril de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maravilha

PREFEITURA

Extrato Edital de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 1.140/2013 - Modalidade Pregão Presencial
Registro de Preços n. 007/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, a aquisição de material de expediente para secretarias, departamentos e setores da Administração do Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 16 de abril de 2013, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 22 de março de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Balanço Orçamentário

PÁGINA: 1 DE 3

02/04/2013 08:59

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	39.881.800,00	39.881.800,00	7.193.550,37	18,04	7.193.550,37	18,04	32.688.249,63
Receitas Correntes	39.881.800,00	39.881.800,00	6.969.143,20	17,47	6.969.143,20	17,47	32.912.656,80
Receita Tributária	6.850.000,00	6.850.000,00	1.067.667,30	15,59	1.067.667,30	15,59	5.782.332,70
Impostos	5.700.000,00	5.700.000,00	883.946,42	15,51	883.946,42	15,51	4.816.053,58
Taxas	1.075.000,00	1.075.000,00	180.086,91	16,75	180.086,91	16,75	894.913,09
Contribuição de Melhoria	75.000,00	75.000,00	3.633,97	4,85	3.633,97	4,85	71.366,03
Receita De Contribuições	600.000,00	600.000,00	111.418,42	18,57	111.418,42	18,57	488.581,58
Cosip	600.000,00	600.000,00	111.418,42	18,57	111.418,42	18,57	488.581,58
Receita Patrimonial	305.000,00	305.000,00	28.461,89	9,33	28.461,89	9,33	276.538,11
Receitas Imobiliárias	125.000,00	125.000,00	14.695,62	11,76	14.695,62	11,76	110.304,38
Receitas De Valores Mobiliários	180.000,00	180.000,00	13.766,27	7,65	13.766,27	7,65	166.233,73
Receita Agropecuária	112.000,00	112.000,00	19.591,60	17,49	19.591,60	17,49	92.408,40
Outras Receitas Agropecuárias	112.000,00	112.000,00	19.591,60	17,49	19.591,60	17,49	92.408,40
Transferências Correntes	30.434.800,00	30.434.800,00	5.554.964,40	18,25	5.554.964,40	18,25	24.879.835,60
Transferências Intergovernamentais	30.104.800,00	30.104.800,00	5.548.489,14	18,43	5.548.489,14	18,43	24.556.310,86
Transferências De Instituições Privadas	45.000,00	45.000,00	6.475,26	14,39	6.475,26	14,39	38.524,74
Transferências De Pessoas	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Transferências De Convenios	280.000,00	280.000,00	-	-	-	-	280.000,00
Outras Receitas Correntes	1.580.000,00	1.580.000,00	187.039,59	11,84	187.039,59	11,84	1.392.960,41
Multas E Juros De Mora	950.000,00	950.000,00	91.031,76	9,58	91.031,76	9,58	858.968,24
Receita Da Dívida Ativa	300.000,00	300.000,00	34.830,96	11,61	34.830,96	11,61	265.169,04
Receitas Correntes Diversas	330.000,00	330.000,00	61.176,87	18,54	61.176,87	18,54	268.823,13
Receitas De Capital	-	-	224.407,17	-	224.407,17	-	-224.407,17
Operações De Crédito	-	-	224.407,17	-	224.407,17	-	-224.407,17
Operações De Crédito Internas	-	-	224.407,17	-	224.407,17	-	-224.407,17

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferencias De Capital	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	39.881.800,00	39.881.800,00	7.193.550,37	18,04	7.193.550,37	18,04	32.688.249,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	39.881.800,00	39.881.800,00	7.193.550,37	18,04	7.193.550,37	18,04	32.688.249,63
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	39.881.800,00	39.881.800,00	7.193.550,37	18,04	7.193.550,37	18,04	32.688.249,63
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	39.881.800,00	1.775.100,00	41.656.900,00	5.651.224,00	5.651.224,00	4.497.643,72	4.497.643,72	10,80	37.159.256,28
Despesas Correntes	34.997.155,00	-	34.997.155,00	5.490.518,60	5.490.518,60	4.379.412,82	4.379.412,82	12,51	30.617.742,18
Pessoal E Encargos Sociais	16.572.165,00	-	16.572.165,00	2.979.650,31	2.979.650,31	2.955.933,18	2.955.933,18	17,84	13.616.231,82
Juros E Encargos Da Divida	300.000,00	-	300.000,00	81.911,60	81.911,60	76.198,16	76.198,16	25,40	223.801,84
Outras Despesas Correntes	18.124.990,00	-	18.124.990,00	2.428.956,69	2.428.956,69	1.347.281,48	1.347.281,48	7,43	16.777.708,52
Despesas De Capital	4.789.419,00	1.775.100,00	6.564.519,00	160.705,40	160.705,40	118.230,90	118.230,90	1,80	6.446.288,10
Investimentos	4.166.369,00	1.775.100,00	5.941.469,00	9.534,70	9.534,70	2.905,20	2.905,20	0,05	5.938.563,80
Inversões Financeiras	293.050,00	-	293.050,00	-	-	-	-	-	293.050,00
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	330.000,00	-	330.000,00	151.170,70	151.170,70	115.325,70	115.325,70	34,95	214.674,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	95.226,00	-	95.226,00	-	-	-	-	-	95.226,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	39.881.800,00	1.775.100,00	41.656.900,00	5.651.224,00	5.651.224,00	4.497.643,72	4.497.643,72	10,80	37.159.256,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	39.881.800,00	1.775.100,00	41.656.900,00	5.651.224,00	5.651.224,00	4.497.643,72	4.497.643,72	10,80	37.159.256,28
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	2.695.906,65	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	39.881.800,00	1.775.100,00	41.656.900,00	5.651.224,00	5.651.224,00	4.497.643,72	7.193.550,37	17,27	37.159.256,28

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 02/Abr/2013, 08h e 59m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

Demonstrativo do Ensino

PÁGINA: 1 DE 7

02/04/2013 09:05

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	5.890.000,00	5.890.000,00	901.775,54	901.775,54	15,31
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.330.000,00	1.330.000,00	112.317,77	112.317,77	8,44
1.1.1-IPTU	1.200.000,00	1.200.000,00	107.480,71	107.480,71	8,96
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	-	-	-	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	14.790,33	14.790,33	11,38
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	-	-	-	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	9.953,27	9.953,27	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	193.863,89	193.863,89	19,39
1.2.1-ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	193.863,89	193.863,89	19,39
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.760.000,00	2.760.000,00	491.078,09	491.078,09	17,79
1.3.1-ISS	2.700.000,00	2.700.000,00	489.149,93	489.149,93	18,12
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	-	-	-	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	3.038,79	3.038,79	5,06
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	1.110,63	1.110,63	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	800.000,00	800.000,00	104.515,79	104.515,79	13,06
1.4.1-IRRF	800.000,00	800.000,00	104.515,79	104.515,79	13,06
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.631.000,00	23.631.000,00	4.388.163,36	4.388.163,36	18,57
2.1-Cota-Parte FPM	10.500.000,00	10.500.000,00	2.154.035,98	2.154.035,98	20,51
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.500.000,00	10.500.000,00	2.154.035,98	2.154.035,98	20,51
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	-
2.2-Cota-Parte ICMS	10.500.000,00	10.500.000,00	1.958.535,97	1.958.535,97	18,65
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	50.000,00	50.000,00	-	-	-
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	31.839,30	31.839,30	17,69
2.5-Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	36,27	36,27	3,63
2.6-Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	243.715,84	243.715,84	10,15
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	29.521.000,00	29.521.000,00	5.289.938,90	5.289.938,90	17,92

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	1.502,93	1.502,93	3,01
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	910.000,00	910.000,00	149.451,24	149.451,24	16,42
5.1 - Transferências do Salário-Educação	650.000,00	650.000,00	149.451,24	149.451,24	22,99
5.2 - Outras Transferências do FNDE	260.000,00	260.000,00	-	-	-
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	280.000,00	280.000,00	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.240.000,00	1.240.000,00	150.954,17	150.954,17	12,17

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.726.200,00	4.726.200,00	877.350,33	877.350,33	18,56
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	2.100.000,00	2.100.000,00	430.807,15	430.807,15	20,51
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	2.100.000,00	2.100.000,00	391.707,07	391.707,07	18,65
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	-	-	-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	36.000,00	36.000,00	6.085,82	6.085,82	16,91
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	200,00	200,00	7,25	7,25	3,63
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	48.743,04	48.743,04	10,15
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.500.000,00	6.500.000,00	1.237.792,72	1.237.792,72	19,04
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	6.500.000,00	6.500.000,00	1.237.792,72	1.237.792,72	19,04
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	1.773.800,00	1.773.800,00	360.442,39	360.442,39	20,32

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.750.000,00	5.750.000,00	998.036,34	998.036,34	17,36
13.1-Com Educação Infantil	3.000.000,00	3.000.000,00	503.799,85	503.799,85	16,79
13.2-Com Ensino Fundamental	2.750.000,00	2.750.000,00	494.236,49	494.236,49	17,97
14-OUTRAS DESPESAS	750.000,00	750.000,00	280,00	280,00	0,04
14.1-Com Educação Infantil	750.000,00	750.000,00	280,00	280,00	0,04
14.2-Com Ensino Fundamental	-	-	-	-	
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	6.500.000,00	6.500.000,00	998.316,34	998.316,34	15,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-18)/(11)x100)%					80,63
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					-23.997,86
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²					

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	7.380.250,00	7.380.250,00	1.322.484,73	1.322.484,73	17,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	5.248.080,00	5.248.080,00	603.702,62	603.702,62	11,50
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.750.000,00	3.750.000,00	504.079,85	504.079,85	13,44
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.498.080,00	1.498.080,00	99.622,77	99.622,77	6,65
24-ENSINO FUNDAMENTAL	4.208.800,00	4.208.800,00	612.112,73	612.112,73	14,54
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.750.000,00	2.750.000,00	494.236,49	494.236,49	17,97
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.458.800,00	1.458.800,00	117.876,24	117.876,24	8,08
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	
28-OUTRAS	-	-	-	-	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	9.456.880,00	9.456.880,00	1.215.815,35	1.215.815,35	12,86

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	360.442,39
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	360.442,39
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	855.372,96
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)X100)%	16,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	650.000,00	650.000,00	46.382,46	46.382,46	7,14
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	410.000,00	410.000,00	-	-	-
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.110.000,00	1.110.000,00	46.382,46	46.382,46	4,18
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	10.566.880,00	10.566.880,00	1.262.197,81	1.262.197,81	11,94
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.237.792,72	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	920.391,45	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	317.401,27	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 02/Abr/2013, 09h e 05m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

Despesas por Função/Sub-Função

PÁGINA: 1 DE 2

02/04/2013 09:03

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	39.881.800,00	41.656.900,00	5.651.224,00	5.651.224,00	4.497.643,72	4.497.643,72	100,00	10,80	37.159.256,28
Legislativa	1.836.000,00	1.836.000,00	191.534,84	191.534,84	142.167,15	142.167,15	3,16	7,74	1.693.832,85
Ação Legislativa	1.836.000,00	1.836.000,00	191.534,84	191.534,84	142.167,15	142.167,15	3,16	7,74	1.693.832,85
Administração	3.372.059,00	3.372.059,00	496.352,81	496.352,81	404.107,49	404.107,49	8,98	11,98	2.967.951,51
Administração Geral	2.857.059,00	2.857.059,00	416.298,47	416.298,47	333.467,06	333.467,06	7,41	11,67	2.523.591,94
Administração Financeira	515.000,00	515.000,00	80.054,34	80.054,34	70.640,43	70.640,43	1,57	13,72	444.359,57
Segurança Pública	1.215.000,00	1.215.000,00	83.294,86	83.294,86	42.999,00	42.999,00	0,96	3,54	1.172.001,00
Policiamento	280.000,00	280.000,00	5.341,23	5.341,23	3.294,52	3.294,52	0,07	1,18	276.705,48
Infra-Estrutura Urbana	935.000,00	935.000,00	77.953,63	77.953,63	39.704,48	39.704,48	0,88	4,25	895.295,52
Assistência Social	2.349.575,00	2.349.575,00	271.766,63	271.766,63	178.860,90	178.860,90	3,98	7,61	2.170.714,10
Assistência ao Idoso	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	852.000,00	852.000,00	58.381,79	58.381,79	47.793,88	47.793,88	1,06	5,61	804.206,12
Assistência Comunitária	1.421.575,00	1.421.575,00	213.384,84	213.384,84	131.067,02	131.067,02	2,91	9,22	1.290.507,98
Saúde	8.491.980,00	8.491.980,00	1.723.965,96	1.723.965,96	1.387.084,49	1.387.084,49	30,84	16,33	7.104.895,51
Atenção Básica	7.251.980,00	7.251.980,00	1.479.172,60	1.479.172,60	1.144.099,13	1.144.099,13	25,44	15,78	6.107.880,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.090.000,00	1.090.000,00	225.996,58	225.996,58	225.996,58	225.996,58	5,02	20,73	864.003,42
Vigilância Sanitária	150.000,00	150.000,00	18.796,78	18.796,78	16.988,78	16.988,78	0,38	11,33	133.011,22
Educação	11.096.880,00	11.096.880,00	1.567.244,89	1.567.244,89	1.262.257,81	1.262.257,81	28,06	11,37	9.834.622,19
Alimentação e Nutrição	600.000,00	600.000,00	8.323,92	8.323,92	60,00	60,00	0,00	0,01	599.940,00
Ensino Fundamental	5.248.800,00	5.248.800,00	781.105,91	781.105,91	658.495,19	658.495,19	14,64	12,55	4.590.304,81
Ensino Superior	90.000,00	90.000,00	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Educação Infantil	5.158.080,00	5.158.080,00	689.815,06	689.815,06	603.702,62	603.702,62	13,42	11,70	4.554.377,38
Cultura	438.915,00	1.128.915,00	42.330,41	42.330,41	25.674,46	25.674,46	0,57	2,27	1.103.240,54
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	120.000,00	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00
Difusão Cultural	318.915,00	318.915,00	42.330,41	42.330,41	25.674,46	25.674,46	0,57	8,05	293.240,54
Urbanismo	2.589.100,00	3.674.200,00	399.732,57	399.732,57	372.196,23	372.196,23	8,28	10,13	3.302.003,77
Planejamento e Orçamento	200.000,00	200.000,00	24.440,04	24.440,04	24.382,04	24.382,04	0,54	12,19	175.617,96
Infra-Estrutura Urbana	348.100,00	1.433.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.433.200,00
Serviços Urbanos	2.041.000,00	2.041.000,00	375.292,53	375.292,53	347.814,19	347.814,19	7,73	17,04	1.693.185,81
Habitação	385.000,00	385.000,00	5.801,44	5.801,44	5.801,44	5.801,44	0,13	1,51	379.198,56
Administração Geral	70.000,00	70.000,00	5.801,44	5.801,44	5.801,44	5.801,44	0,13	8,29	64.198,56
Habitação Rural	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Habitação Urbana	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2013/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
Gestão Ambiental	281.800,00	281.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.800,00
Preservação e Conservação Ambiental	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Recursos Hídricos	206.800,00	206.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.800,00
Agricultura	2.693.300,00	2.693.300,00	160.237,30	160.237,30	130.903,35	130.903,35	2,91	4,86	2.562.396,65
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção da Produção Animal	638.700,00	638.700,00	288,10	288,10	288,10	288,10	0,01	0,05	638.411,90
Extensão Rural	2.049.600,00	2.049.600,00	159.949,20	159.949,20	130.615,25	130.615,25	2,90	6,37	1.918.984,75
Indústria	1.108.050,00	1.108.050,00	17.260,14	17.260,14	6.248,44	6.248,44	0,14	0,56	1.101.801,56
Promoção Industrial	1.108.050,00	1.108.050,00	17.260,14	17.260,14	6.248,44	6.248,44	0,14	0,56	1.101.801,56
Comércio e Serviços	348.000,00	348.000,00	1.910,90	1.910,90	1.000,00	1.000,00	0,02	0,29	347.000,00
Extensão Rural	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Promoção Comercial	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00
Turismo	90.000,00	90.000,00	1.910,90	1.910,90	1.000,00	1.000,00	0,02	1,11	89.000,00
Transporte	1.222.000,00	1.222.000,00	171.551,37	171.551,37	81.275,00	81.275,00	1,81	6,65	1.140.725,00
Transporte Rodoviário	1.222.000,00	1.222.000,00	171.551,37	171.551,37	81.275,00	81.275,00	1,81	6,65	1.140.725,00
Desporto e Lazer	438.915,00	438.915,00	15.500,92	15.500,92	6.199,35	6.199,35	0,14	1,41	432.715,65
Desporto Comunitário	438.915,00	438.915,00	15.500,92	15.500,92	6.199,35	6.199,35	0,14	1,41	432.715,65
Encargos Especiais	1.920.000,00	1.920.000,00	502.738,96	502.738,96	450.868,61	450.868,61	10,02	23,48	1.469.131,39
Refinanciamento da Dívida Interna	590.000,00	590.000,00	227.674,88	227.674,88	186.116,44	186.116,44	4,14	31,55	403.883,56
Outros Encargos Especiais	1.330.000,00	1.330.000,00	275.064,08	275.064,08	264.752,17	264.752,17	5,89	19,91	1.065.247,83
Reserva de Contingência	95.226,00	95.226,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.226,00
Reserva de Contingência	95.226,00	95.226,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.226,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	39.881.800,00	41.656.900,00	5.651.224,00	5.651.224,00	4.497.643,72	4.497.643,72	100,00	10,80	37.159.256,28

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 02/Abr/2013, 09h e 03m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

Massaranduba

PREFEITURA

Licitação 27.2013 - PP 14 Aquisição de Piso MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2013
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 14/2013

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - aquisição de piso, argamassa e rejunte para o prédio da Prefeitura.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 15/04/2013.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 15/04/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 01 de Abril de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Ata 11.2013 - Aquisição de Glp Escolas

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2013

Processo Licitatório Nº. 19/2013

Pregão Presencial Nº. 09/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (25-03-2013 a 25-03-2014)

Aos 25 de Março de 2013, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 19/2013 - Pregão Presencial Nº. 9/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES E CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presente à empresa e seu representante. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
LOURIVAL WACHOLZ - ME, neste ato representado por LOURIVAL WACHOLZ	86.892.981/0001-44
COMPANHIA ULTRAGAZ S A, neste ato representado por Representante não Cadastrado	61.602.199/0232-44

CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS
EIRELI - ME, neste ato representado
por ELIANE RISCHBECK TODESCAT 16.985.597/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	LOURIVAL WACHOLZ - ME	RECARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO 13 KG	PECAS	Supergas Bras	15	R\$ 38,00	R\$ 570,00

Total do Fornecedor: 570,00

02	CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME	RECARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO 45 KG	PECAS	Supergas Bras	112	R\$ 159,90	R\$ 17.908,80
----	---	---	-------	---------------	-----	------------	---------------

Total do Fornecedor: R\$ 17.908,80

Total Geral dos Itens: R\$ 18.478,80

1.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 18.478,80 (DEZOITO MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 19/2013 - Pregão Presencial Nº.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 19/2013 - Pregão Presencial Nº. e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
05	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
001	GERENCIA DE EDUCACAO
2044	Manutenção do ensino fundamental
33903004000000	GAS ENGARRAFADO
15801	Transferência do Salário Educação
05	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
001	GERENCIA DE EDUCACAO
2054	Manutenção da educação infantil
33903004000000	GAS ENGARRAFADO
15801	Transferência do Salário Educação

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de ____ (____) dias após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato

decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 19/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarany (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 25/03/2013.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
LOURIVAL WACHOLZ - ME, neste ato representado por LOURIVAL WACHOLZ	86.892.981/0001-44
COMPANHIA ULTRAGAZ S A, neste ato representado por Representante não Cadastrado	61.602.199/0232-44
CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME, neste ato representado por ELIANE RISCHBECK TODESCAT	16.985.597/0001-00

CONTRATADA

LOURIVAL WACHOLZ - ME
LOURIVAL WACHOLZ
Contratada

CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME
ELIANE RISCHBECK TODESCAT
Contratada

Ata 12.2013 - Materiais Para Maquinas (Laminas, Dentes,..)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2013

Processo Licitatório Nº. 20/2013

Pregão Presencial Nº. 10/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (27-03-2013 a 27-03-2014)

Aos vinte sete dias do mês de Março de 2013, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 20/2013 - Pregão Presencial Nº. 10/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de lâminas, dentes, parafusos e porcas, para manutenção das Motoniveladoras e tratores de esteira da frota do Município de Massaranduba (SC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presente à empresa e seu representante:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
G. MAIOCHI E CIA LTDA, neste ato representado por RUBENS MANFRED BIAVATH	84.091.974/0001-18
TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA, neste ato representado por VILMAR FORRYTA	79.905.071/0001-93
JULIO SILVESTRI FILHO - ME, neste ato representado por JULIO SILVESTRI	15.608.150/0001-50

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de lâminas, dentes, parafusos e porcas, para manutenção das Motoniveladoras e tratores de esteira da frota do Município de Massaranduba (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$ Total
00001	G. MAIOCHI E CIA LTDA	LAMINA 13 FUROS 3/4 CURVA, 8 POLEGADAS COM DUREZA-ENTRE 270 A 350 HB.	UNID	RCP	50	312,50	15.625,00
00008	G. MAIOCHI E CIA LTDA	CANTO DE LÂMINA CURVA ESQUERDO E DIREITO, PARA KOMATSU D50 05 FUROS 1 POLEGADA. 280 A 350 HB.	JG.	RCP	2	290,00	580,00
00012	G. MAIOCHI E CIA LTDA	PARAFUSOS 24X120 MA 8.8	UNID	FEY	70	6,00	420,00
00013	G. MAIOCHI E CIA LTDA	PORCA TRAVANTE 24 MA 8.8	UNID	FEY	70	2,00	140,00
00014	G. MAIOCHI E CIA LTDA	CANTO LATERAL ESQUERDO E DIREITO (RAMPEADEIRA) PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 200 NEW HOLLAND COM PARAFUSOS E PORCAS TRAVANTES	JG.	RCP	2	320,00	640,00
00019	G. MAIOCHI E CIA LTDA	DENTES (2 FUROS) CONCHA TRASEIRA/DIANTEIRA DA RETROESCAVADEIRA JCB, ANO 2005	UNID	RCP	45	26,00	1.170,00
00021	G. MAIOCHI E CIA LTDA	DENTES CANTO ESQUERDO E DIREITO (2 FUROS) PARA CONCHA TRASEIRA/DIANTEIRA DA RETROESCAVADEIRA JCB, ANO 2005	JG.	RCP	5	106,00	530,00
00023	G. MAIOCHI E CIA LTDA	DENTES (2 FUROS) CONCHA TRASEIRA/DIANTEIRA DA RETROESCAVADEIRA: FIAT ALLINS, ANO 2000; NEW HOLLAND ANO 2010.	UNID	RCP	90	26,00	2.340,00
Total do Fornecedor: R\$ 21.445,00							
00002	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSOS 5/8 X 2 POLEGADAS, COM 12,9 KGF.	UNID	FIBAN	500	1,45	725,00
00003	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PORCAS 5/8, COM 12,9 KGF.	UNID	FEY	600	0,49	294,00
00004	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSOS 5/8 X 2.1/2 POLEGADAS, COM 12,9 KGF.	UNID	FIBAN	100	1,49	149,00
00006	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSOS 18 MM X 70 MM RETO, COM 10,9 KGF.	UNID	FIBAN	100	4,00	400,00
00007	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PORCAS 18 MM, COM 10,9 KGF.	UNID	FEY	100	2,00	200,00
00009	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSOS 3/4 X 4.1/2 CURVO, COM 12,9 KGF.	UNID	FIBAN	100	3,50	350,00
00010	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PORCA 3/4, COM 12,9 KGF.	UNID	FEY	100	0,79	79,00
00017	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PINO TRAVA (27051022-4236) PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 140	UNID	ECOPLAN	30	19,50	585,00

00018	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	CANTO LATE- RAL ESQUER- DO E DIREITO (RAMPEADEI- RA) PARA ES- CAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 140 COM PARAFUSO E PORCA TRA- VANTE.	JG.	ECOPLAN	2	499,50	999,00
00020	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSO E PORCA 3/4 PARA DENTE TRASEIRO/ DIANTEIRO DA RETROES- CAVADEIRA JCB, ANO 2005	UNID	FIBAN	90	3,49	314,10
00022	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSO E PORCA 3/4 PARA DEN- TE CANTO TRASEIRO/ DIANTEIRO DA RETROESCA- VADEIRA JCB, ANO 2005.	UNID	FIBAN	20	4,00	80,00
00024	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSO PARA DENTE DA RETROES- CAVADEIRA: FIAT ALLINS, ANO 2000; NEW HOLLAND ANO 2010.	UNID	FIBAN	180	1,99	358,20
00025	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PORCA PARA DENTE DA RETROESCA- VADEIRA: FIAT ALLINS, ANO 2000; NEW HOLLAND ANO 2010.	UNID	FEY	180	0,49	88,20
00027	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSO PARA PÁ CARREGADEI- RA MICH- IGAN E YALE 5/8X3.1/4.	UNID	FIBAN	80	3,49	279,20
00028	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PORCA PARA PÁ CARRE- GADEIRA MICHIGAN E YALE 5/8 TEM- PERADA.	UNID	FEY	80	0,99	79,20
00030	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSO C/ PORCA PARA LAMINA FD9.	UNID	FIBAN	90	6,00	540,00
00031	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	LAMINA PARA TRATOR D50 (2 DE 9 FU- ROS).	JG.	TBM	3	1.100,00	3.300,00
00032	TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	PARAFUSO C/ PORCA PARA LAMINA D50.	UNID	FIBAN	60	4,89	293,40
Total do Fornecedor: R\$ 9.113,30							

00005	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	CANTO DE LÂMINA RETA ESQUERDO E DIREITO, PARA FD 9 6 FUROS 1 . 270 A 350 HB.	JG.	METISA	5	387,00	1.935,00
00011	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	UNHAS PARA PC 150/200 PARA ROCHA E MACADAME -PESOMÍNIMO DE 5,5KG/ UNHA. (ES-CAVADEIRA HIDRÁULICA: E215B NEW HOLLAND 2009 E PC 150S KOMATSU 2002)	UNID	METISA	66	54,50	3.597,00
00015	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	CANTO LATERAL ESQUERDO E DIREITO (RAMPEADEIRA) PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 150S KOMATSU COM PARAFUSOS E PORCA TRAVANTE.	JG.	METISA	2	359,00	718,00
00016	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	UNHA (71300057C) PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 140	UNID	COLINA	25	57,40	1.435,00
00026	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	DENTES PARA PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN E YALE PARAFUSO 5/8 DISTANCIA 100MM.	UNID	METISA	40	129,00	5.160,00
00029	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	LAMINA PARA TRATOR FD9 (2 DE 6 FUROS, 1 DE 5 FUROS).	JG.	METISA	5	1.095,00	5.475,00

Total do Fornecedor: R\$ 18.320,00

Total Geral dos Itens: R\$ 48.878,30

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 48.878,30 (QUARENTA E OITO MIL E OITO-CENTOS E SETENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à

detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 20/2013 - Pregão Presencial Nº. 10/2013.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 20/2013 - Pregão Presencial Nº. 10/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente

instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

04.00 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERV.URBANOS

04.01 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3390303900 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

2068 - CONSERVACAO DE VIAS URBANAS

11600 - CIDE

04.00 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERV.URBANOS

04.03 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

3390303900 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

2086 - CONSERVACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS

10000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

09.00 – SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.01 – GERENCIA DE AGRICULTURA

3390303900 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

2076 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: almoxarifado anexo a Prefeitura.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da

contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na Ordem de Compra e Cronograma de Entrega, nos estabelecimentos de Ensino, respeitando o horário de entrega entre 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min;

11.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

11.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos

até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.6. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

11.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital;

11.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;

11.1.9. Entregar parceladamente o objeto desta licitação, conforme a quantidade a ser solicitada, devendo o licitante vencedor providenciar a entrega no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após solicitação, independente de valor para faturamento;

11.1.10. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue juntamente com o produto.

11.1.11. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 10/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	27	de	Março	de	2013
--------------------	----	----	-------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MARIO FERNANDO REINKE

Contratante

	JULIO SILVESTRI FILHO	TRATOR PECAS COM.
G. MAIOCHI E CIA LTDA	ME	DE PEÇAS TRATOR LTDA
RUBENS MANFRED BIAVATH	JULIO SILVESTRI	VILMAR FORYTA
Contratada	Contratada	Contratada

Meleiro

PREFEITURA

Decreto Nº 30/2013

DECRETO nº 30/2013 DE 28 DE MARÇO DE 2013.

Convoca a Conferência Municipal da Cidade de Meleiro/SC e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, no uso de suas atribuições e nos termos do Capítulo VII, art. 18 do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades, da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, Resolução Normativa nº 14/12, de 06

de junho de 2012, do Ministério das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade de Meleiro/SC, etapa preparatória da 5ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 22 de maio de 2013, com início às 8h e término às 17h, no AUDITÓRIO PEDRO PAULO MEZARI, NA ESCOLA MUNICIPAL INES TONELLI NAPOLE, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 20, Centro, no município de Meleiro/SC.

Art. 2º - A citada Conferência terá como temática "Quem muda a cidade somos nós: reforma urbana já".

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal, ou por delegação deste, o Sr. JOSE ARILTON DEMÉTRIO.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento dos citados, assumir a Presidência pessoa por ele designada.

Art. 4º - O Prefeito Municipal de Meleiro, expedirá portaria, constituindo a Comissão Preparatória Municipal e definindo e aprovando o Regimento da Conferência Municipal da Cidade de Meleiro.

Parágrafo Único - O Regimento disporá sobre a organização e o funcionamento da mesma.

Art. 5º - As despesas com a realização da Conferência Municipal da Cidade de Meleiro, correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC, 28 de março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Portaria N.º 170/2013

PORTARIA n.º 170/2013

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 098/2013, de 15 de Fevereiro de 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 098/2013, de 15 de Fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 18 de Fevereiro de 2013, edição 1179, pg 134, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

"Art. 1.º A Senhorita FLÁVIA VENSON BÚRIGO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo que 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini e10 (dez) horas no Peti, até o término das aulas."

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 171/2013

PORTARIA n.º 171/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor GUILHERME PETERLE, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, até o término das atividades, exercendo suas atribuições no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 173/2013

PORTARIA n.º 173/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRA CIVIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 266/2010 da senhorita SERGIANE BIFF, ocupante do cargo de Engenheira Civil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período até 12 de Maio de 2013, conforme Art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADTC, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/04/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm e Finanças

Portaria Nº 172/2013

PORTARIA nº 172/2013
TRATA DA NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - A Senhora LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI, para ocupar o cargo de Secretária de Escola, nível de referência MAG 270, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Aditivo de Retificação de Edital

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 08/2013
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Marcos Nei Correa Siqueira no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 08:45 Horas do dia 04/04/2013 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores,

nos casos omissos.

OBSERVAÇÃO:

As empresas que participarem desta licitação nos itens e consequentemente nos lotes que contenham materiais para manutenção, instalação e reposição de MATERIAIS ELÉTRICOS, em especial os que serão utilizados para a manutenção da iluminação pública (LOTE 01), DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE COTAR MARCAS QUE SEJAM HOMOLOGADAS PELA CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, Justifica-se tal exigência, pela obrigação dos municípios de Santa Catarina em se adequar a legislação do referido ente estatal, que não autoriza o uso de materiais que não se adéquem as normas do DVEN - Divisão de Engenharia e Normas, órgão interno da referida estatal.

As marcas homologadas e aprovadas pela CELESC poderão ser verificadas na página de internet da referida empresa.

Monte Carlo(SC), 21 de Março de 2013.
MARCOS NEI COREA SIQUEIRA
PREFEITO

Navegantes

PREFEITURA

Muda Denominação de Educandário

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
LEI Nº 2678 DE 25 DE MARÇO DE 2013
MUDA DENOMINAÇÃO DE EDUCANDÁRIO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Centro Municipal de Educação Infantil Profª Elvira Pierre da Silva passa a ter a denominação de Centro Municipal de Educação Infantil Profª Natalina Sabel do Amaral, conforme Resolução nº 02/2013 do Conselho Municipal de Educação de Navegantes - COMEN.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 572 de 26 de maio de 2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 de Março de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Decretos de Nomeação e Exoneração Em Função de Confiança

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 519 DE 1 º DE ABRIL DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III, A PEDIDO, a senhora NOEMI TEREZINHA RODRIGUES DE CAMPOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.

FERNANDO SEDREZ SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 520 DE 1 º DE ABRIL DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JORGE MACHADO RODRIGUES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.

FERNANDO SEDREZ SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 521 DE 1 º DE ABRIL DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente dos Postos de Saúde a senhora REGIANE RODRIGUES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.

FERNANDO SEDREZ SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 522 DE 1 º DE ABRIL DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente dos Postos de Saúde a senhora REGIANE RODRIGUES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.

FERNANDO SEDREZ SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 523 DE 1 º DE ABRIL DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Técnico III o senhor GIANN THIAGO MORO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 524 DE 1 º DE ABRIL DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico II o senhor GIANN THIAGO MORO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 525 DE 1 º DE ABRIL DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor JOÃO BATISTA ANSELMO

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 526 DE 1 º DE ABRIL DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora Adjunta de Escola CEI EJA (DESC-A-3) a senhora JULIANE WAGNER PACHECO a partir de 1º/4/2013.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 527 DE 1 º DE ABRIL DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica II a senhora JULIANE WAGNER PACHECO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 529 DE 2 DE ABRIL DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Migração a senhora JESIANE MARIA CALDEIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 530 DE 2 DE ABRIL DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica II a senhora JOZEELI TREVISAN MEDEIROS, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE ABRIL DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de abril de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Concorrência Nº 56/2013 PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 056/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: LEOPOLDO ARCANGELO DA ROCHA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PAULO, RUA LEOPOLDO ARCANGELO DA ROCHA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS II, RUA JOSÉ HERBS E TRAVESSA BORNHAUSEN, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS I, RUA FRANCISCO CORREA, LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS, RUAS MANOEL GAYA NETO, IDA RODRIGUES GALVES, BALNEÁRIO CAMBORIÚ E ESTEVÃO PIVATO LOCALIZADAS NO BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 06/05/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 06/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 02 de abril de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 41/2013 PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (CAMINHONETE) PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO

PÚBLICA E ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 15/04/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 15/04/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 02 de abril de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Ata Registro de Preço Nº 11/2013 FMS

Modelo de Extrato de Ata de Registro de Preços

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 011/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 011/2013 relativa ao Pregão Presencial nº 011/2013 FMS, contendo os preços registrados pelas empresas ROSSANE SERAFIM MATOS EPP CNPJ 03.302.477/0001-10, pelo valor TOTAL de R\$ 6.815,00 (SEIS MIL OITOCENTOS E QUINZE REAIS), CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA ME CNPJ 08.219.588/0001-80, pelo valor TOTAL de R\$ 54.226,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS), EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 11.873.020/0001-93, pelo valor TOTAL de R\$ 147.863,90 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL OITOCENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

Vigência: 11/03/2014. A ata está disponível no endereço: no Departamento de Licitações, Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de março de 2013.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato Ata Registro de Preço Nº 29/2013 PMN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 29/2013 PMN.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 29/2013 relativa ao Pregão Presencial PMN nº 29/2013 - contendo os preços registrados pela empresa MILANI COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ 04.947.092/0001-72, no valor total de R\$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS).

Vigência: 27/03/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 27 de março de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Edital de Convocação Para Audiência Publica Serviços de Transporte Coletivo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - Estado de Santa Catarina, através da Fundação Municipal de Vigilância, torna pública a CONVOCAÇÃO DE TODOS OS CIDADÃOS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE para a AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e debate do EDITAL para o CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE

NAVEGANTES.

A Audiência ocorrerá no dia 25 de abril de 2013, com início às 19h30min e término às 22h00min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio nº 100, Bairro centro, neste Município, e consistirá na apresentação da minuta do edital de concessão e discussão de seus termos para posterior publicação do edital de concorrência pública.

Perguntas e outras sugestões que não forem apreciadas por falta de tempo ou subsídios durante a audiência, poderão ser encaminhadas em até 07 dias a contar da audiência e serão apreciadas e respondidas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a mesma, ficando posteriormente disponíveis na Fundação Municipal de Vigilância ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, SC, 04 de abril de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

NAVEGANTESPREV

Portaria Nº 19 de 03 de Abril de 2013 "Aposentadoria Compulsória"

PORTARIA Nº 019 DE 03 DE ABRIL DE 2013

DETERMINA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º II da Constituição Federal (Redação da EC nº 20/1998), que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício da aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98) e do art. 35 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, ao servidor ALFREDO LIDIO RANGHETTI, detentora da matrícula funcional nº 211902, inscrita no CPF sob o nº 291.584.609-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Navegantes.

II Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, observada a metodologia de cálculo disposta nos § 3º e 17 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/2004, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 03 DE ABRIL DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 03 de abril de 2013.

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 030/2013

DECRETO nº 030/2013

CONVOCA OS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 01/2013 QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 02 de abril de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 01 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

PEDRO PIVA NETO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 030/2013)

CARGO: ENFERMEIRO

06	Clarissa Pucci
----	----------------

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

12	Eni Pinto Tejada
14	Karina Tomasi
15	Tânia Lúcia Santa Cruz Teodoro
16	Lucimere Eduarda de Souza

Portaria Nº 426/2013

PORTARIA Nº 426/2013.

DESIGNA SERVIDORES PARA RECEBEREM ADIANTAMENTO.

PEDRO PIVA NETO, Secretário da Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a delegação concedida pelo Senhor Prefeito Municipal através do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, Anexo I, Item 3.1.13.2,

Considerando, as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado através da IN TC 14/2012;

Considerando, as normas de controle interno relacionadas a adiantamento e aprovadas pelo Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo indicados para receberem adiantamento de recursos para realizar despesas miúdas e de pronto pagamento na forma estabelecida na Lei (Municipal) nº 2423/2011 e nas normas de controle interno constantes do Anexo I item 3.1.13, aprovadas pelo Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores.

Pedro Oreni Tomasi Matrícula 5555 Unidade Gestora: Prefeitura	Pedro Piva Neto Matrícula 5554 Unidade Gestora: Prefeitura
Maxiliano de Oliveira Matrícula 5553 Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	Luiz Carlos Orsi Matrícula 5551 Unidade Gestora: Prefeitura

Cont.Port.nº 426/2013

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 281, de 15 de março de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Trento, 01 de abril de 2013.

PEDRO PIVA NETO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Resultado Julgamento Habilitação CC 001/2013

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 003/2013 - Concorrência 001/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços de material de enfermagem para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos materiais e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida.

Houve a participação das seguintes empresas licitantes: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., ALIANÇA HOSPITALAR LTDA. ME, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES, ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA., PLASMEDIC COM. DE MATERIAIS MÉDICOS E LAB. LTDA, METROMED COM. DE MAT. HOSPITALAR LTDA., DOUSTOQ DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA. , EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA., FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA., STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., DIMACI-SC MAT. CIRÚRGICO LTDA. , CIRÚRGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL, PRO HOSPITAL SUL COM. MAT. MED. ODONT. LTDA.

Da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame as empresas: OLIMED, PRODUVALE, ALIANÇA, PROMEFARMA, SANTA CRUZ, ALTERMED, PLASMEDIC, METROMED, DOUSTOQ, EFETIVE, FUFA/SC, DIMACI, CIRÚRGICA BELA VISTA, PRO HOSPITAL. Inabilitada a empresa: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. por não apresentar Declaração conforme modelo do Anexo IV constante do edital (Item 3.1.6). Da análise final decidiu a comissão: A) Dar ciência da decisão aos participantes; B) Marcar para o dia 05/04/13 às 8;30 horas a abertura das propostas.

Nova Trento (SC), 01 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Termo de Retificação e Ratificação - Pregão Presencial Nº 023/2013

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 039/2013 - Pregão Presencial nº 023/2013

A Prefeitura de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA, o Edital de Licitação nº 039/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 023/2013, alterando a redação do do item 12 do Termo de Referencia do edital que passa a vigorar com a seguinte redação: Móveis confeccionados em MDF branco frost interna e externa, com puxadores em perfil alumínio, prateleiras como todas as demais partes dos móveis com 12 mm de espessura no mínimo e pés em metal. Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições do Pregão Presencial permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 02 de abril de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Termo de Retificação e Ratificação - Pregão Presencial Nº 025/2013

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 041/2013 - Pregão Presencial nº 025/2013

A Prefeitura de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA, o Edital de Licitação nº 041/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 025/2013, alterando a Especificação dos Itens 3 e 4 das Planilhas de preço máximo (Termo de Referencia) e Proposta de Preço, além do preço máximo a ser pago no item 02 e item 03, que passam a vigorar com a seguinte redação: Item 03 - Serviço de Transporte com Caminhão Caçamba traçada (tração nas 4 rodas) e com capacidade mínima para transportar 10 m³. Equipamento com no máximo 10 anos ; e Item 04 - Contratação de serviços para realização de trabalhos com Trator de Esteira, minimo D-4;

Item 02 - Preço máximo a ser pago de R\$ 165,00; e Item 03 - Preço máximo a ser pago de R\$ 65,00. Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições do Pregão Presencial permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 02 de abril de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação - Câmara

Extrato de Homologação do Processo de Licitação 03/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Novo Horizonte

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

Processo Licitatório nº. 03/2013

Pregão Presencial nº. 01/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Betha Sistemas Ltda

VALOR: sistemas R\$ 7.362,03 (sete mil trezentos e sessenta e dois reais e três centavos); serviços técnicos R\$ 1.426,78 (um mil quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos).

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) Locação de sistemas para gestão pública compreendendo CONTABILIDADE PÚBLICA, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, conforme as condições estabelecidas no Anexo VIII - Características Técnicas dos sistemas/módulos do Processo Licitatório 03/2013, Pregão Presencial 01/2013

b) A prestação de serviços técnicos especializados compreendendo:

b1) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.

b2) Conversão dos dados existentes.

b3) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados.

b4) Suporte técnico, após a implantação dos sistemas, quando solicitado.

b5) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

c) Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preço da CONTRATADA e o Pregão Presencial nº 01/2013 e seus Anexos.

Novo Horizonte - SC, 26 de março de 2013

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara de Vereadores

Extrato do Pregão FMS Nº 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 009/2013

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2013

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a Contratação de médico, através de pessoa jurídica, para prestação de serviços no atendimento ao Programa ESF (Estratégia de

Saúde da Família) na unidade de Saúde do Município de Novo Horizonte, com carga horária de 20 horas semanais, com no mínimo 20 atendimentos no período matutino, pelo período de 15 de abril a 14 de maio de 2013.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15/04/2013.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e/ou e-mail licitação@novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 03 de Abril de 2013.

TÂNIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Extrato Contratual - Câmara

Extrato contratual 04/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Novo Horizonte

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Betha Sistemas Ltda

VALOR: sistemas R\$ 7.362,03 (sete mil trezentos e sessenta e dois reais e três centavos); serviços técnicos R\$ 1.426,78 (um mil quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos).

Vigência: na data da implantação dos sistemas até 31 de dezembro de 2013,

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) Locação de sistemas para gestão pública compreendendo CONTABILIDADE PÚBLICA, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, conforme as condições estabelecidas no Anexo VIII - Características Técnicas dos sistemas/módulos do Processo Licitatório 03/2013, Pregão Presencial 01/2013

b) A prestação de serviços técnicos especializados compreendendo:

b1) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.

b2) Conversão dos dados existentes.

b3) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados.

b4) Suporte técnico, após a implantação dos sistemas, quando solicitado.

b5) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

c) Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preço da CONTRATADA e o Pregão Presencial nº 01/2013 e seus Anexos.

Novo Horizonte - SC, 26 de março de 2013

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara de Vereadores

Extrato Rescisão Contratual Nº 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : BORCIONI E DAL BIANCO ADVOGADOS ASSOCIADOS

TERMO DE RESCISÃO do Contrato nº 005/2013, Proveniente

do Processo Licitatório 003/2013, Edital de Carta Convite nº 002/2013, com fundamento na Cláusula Oitava do referido instrumento e no art. 78, XII e 79, II, da Lei nº 8.666/93.

Objeto : O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 005/2013, celebrado para a prestação de serviços de assessoria jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como tribunal de contas do Estado de Santa Catarina, celebrado em 22 de Janeiro de 2.013, sem quaisquer indenizações de ambas as partes, dão por terminado o Contrato a partir de 1º de Abril de 2.013.

NOVO HORIZONTE, 01 de Abril de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

Presencial 09/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 09/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 30/2013 - Pregão Presencial 09/2013, julgamento menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 8h45min do dia 16 de abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 9:00 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 01 de abril de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

Lei Nº 1973, de 28.03.2013.

Lei nº1973, de 28 de março de 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARIO SCHICOVSKI, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e Ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante projetos específicos.

Art. 2º. Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de devolução integral em espécie, após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º. Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º. Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários de imóveis rurais ou arrendatários, arrendamento este com prazo mínimo de 05 (cinco) anos, e/ou assentamentos, localizados no Município de Papanduva (SC).

Art. 5º. Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 6º. Cada produtor terá direito até (20) horas de máquinas anual, sendo utilizado o equipamento da Prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Art. 7º. Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, na data do pagamento, considerando um consumo médio de 15 (quinze) litros por hora/máquina.

Art. 8º. Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo único. O comitê gestor municipal será composto por 05 (cinco) membros, com a seguinte composição:

I - o Secretário da Agricultura;

II - o Secretário do Desenvolvimento Econômico;

III - um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

IV - um representante do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Papanduva;

V - um representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e

Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;

Art. 9º. Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 10. Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura, sendo obrigatória a presença dos beneficiados, e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 15% (quinze por cento), na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto na devolução do recurso utilizado.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 28 de março de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada na mesma data supra.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

1º Termo de Retificação do Processo Licitatório Pregão Presencial (Registro de Preços) Nº 057/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) nº057/2013. Objeto: Contratação de 03 (três) caminhões basculantes e 1 (uma) escavadeira hidráulica para a manutenção dos trabalhos da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 15 de abril de 2013 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 15/04/2013 - 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 01 de abril de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 065/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2013.

Objeto: Aquisição de automóvel novo 0 (zero) quilometro para o transporte de pessoas aos centros de referência de saúde. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 15 de abril de 2013 às 10:30hs; Início da Sessão Pública:



15/04/2013 - 10:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 01 de abril de 2013
ARILDO FERNANDES DIAS
Gestor do Fundo Municipal

Ata de Registro de Preços 016/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2013

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 025/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/03/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa CIMENTELA INDUSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 78.527.645/0001-74, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de tubos e meios fios de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preço é de R\$ 11.050,00 (onze mil e cinquenta reais), relativos ao item 01 do anexo I do Edital de Licitação 025/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na

forma do item

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão Presencial nº 025/2013 e seus anexos;
 - b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.
- 4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 - O pagamento será efetuado até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, receptor do objeto licitado.
- 5.2 - Constatando o receptor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.
- 5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 025/2013 e seus anexos;
- 6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;
- 6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- 6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
- 6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
 - a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 26 de Março de 2013

FÁBIO JOSÉ PADILHA - Pregoeiro

MARCIO WISNIEVSKI - Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO - Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES - Equipe de Apoio

ANDRE ELIAS PIERMANN

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela assessoria jurídica

ORLANDO MARCELO VIEIRA

Procurador Jurídico

OAB/SC 14035B

Ata de Registro de Preços 019/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2013

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 025/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/03/2013,

RESOLVE registrar os preços da empresa QUEIMADOS ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 78.531.704/0001-88, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de tubos e meios fios de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preço é de R\$ 150.750,00 (cento e cinquenta mil e setecentos e cinquenta reais), relativos aos itens 02, 04 e 10 do anexo I do Edital de Licitação 025/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 025/2013 e seus anexos;

b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 025/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva

ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 26 de Março de 2013

FÁBIO JOSÉ PADILHA - Pregoeiro

MARCIO WISNIEVSKI - Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO - Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES - Equipe de Apoio

LUIZ CARLOS OCZKOVSKI

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela assessoria jurídica

ORLANDO MARCELO VIEIRA

Procurador Jurídico

OAB/SC 14035B

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 087/2013

DECRETO Nº. 087 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o artigo 7º, Inciso IV da Lei Municipal Nº 860 de 14 de dezembro de 2012.

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 46.060,00 (quarenta e seis mil sessenta reais), no orçamento do Exercício de 2013;

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Ativ. 1.052 PAVIM. E DRENAGEM PLUVIAL DE RUAS E AVENIDAS

4.4.90.00.00.00.00.00 0094 (131) Aplicações Diretas R\$ 46.060,00

Total R\$ 46.060,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação, proveniente de recursos do CONTRATO DE REPASSE Nº 2624.366381-40/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, creditado na conta corrente nº 00647042-0 agência 2892 Da Caixa Econômica Federal - Sombrio.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal Nº. 832 de 12 de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres-SC, 01 de março de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de março de 2013.

GABRIELA GOMES FERRÁS
Secretária de Administração e Finanças

Licitação Nº 031/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES - SC
LICITAÇÃO Nº 31/2013 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. OS MATERIAIS DEVERÃO SER ENTREGUES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS. A ÍNTEGRA DO EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESSA DATA NO ENDEREÇO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ ÀS 14:00 HORAS DO DIA 12 DE ABRIL DE 2013. LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, AV. BEIRA RIO Nº 20, CÓPIAS DO EDITAL PODERÃO SER OBTIDAS NO ENDEREÇO ACIMA OU INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (048)35480035. NO HORÁRIO DAS 13:00 ÀS 19:00 HORAS, DE 2ª A 6ª FEIRA.

PASSO DE TORRES, 02 DE ABRIL DE 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 103/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 103/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal Giseli Noêmia Marcos, brasileira, portadora do CPF nº 052.523.339-39, matrícula nº 10864, ocupante do Cargo de Professora, contratada temporariamente pela portaria nº 078/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 098/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 098/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Ivo Sérgio Prates Streck, brasileiro, portador do CPF nº 437.825.660-68, matrícula nº 1024, ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 25/02/2013 até 11/03/2013, encaminhando-o à perícia no 16º dia.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 099/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 099/2013
Substitui membros da Comissão de Licitação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8883 de 08 de junho de 1994, resolve:

DESIGNAR, para formar a Comissão Permanente de Licitação, sem ônus para o erário público municipal, em substituição ao Membro Elize Teresinha Jorge a servidora Patrícia Paes da Silveira, permanecendo a presidente e efeitos da portaria nº 049/2013 de 24 de janeiro de 2013.

Ficando composta a Comissão Permanente de Licitações com os seguintes membros:

PRESIDENTE: Zenita Feliciano da Silva
MEMBROS: Patrícia Paes da Silveira
Ângela Correa Moizeis
Maria Aparecida dos Santos

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 100/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 100/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Conselheira Tutelar, Ana Paula Ramos, brasileira, portadora do CPF nº 069.495.529-98, matrícula nº 10812, nomeada pela portaria nº 158/2012, por motivos particulares, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 101/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 101/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Renata da Silva Nunes, brasileira, portadora do CPF nº 070.387.249-40, matrícula nº 10859, ocupante do Cargo de Professora, contratada temporariamente pela portaria nº 073/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 102/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 102/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Juliana Cardoso de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 037.806.019-82, matrícula nº 10860, ocupante do Cargo de Professora, contratada temporariamente pela portaria nº 074/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 103/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 103/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal Giseli Noêmia Marcos, brasileira, portadora do CPF nº 052.523.339-39, matrícula nº 10864, ocupante do Cargo de Professora, contratada

temporariamente pela portaria nº 078/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 104/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 104/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020-00, matrícula nº 10868, ocupante do Cargo de Professora, contratada temporariamente pela portaria nº 082/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 105/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 105/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Dulce Demetrio Mendes, brasileira, portadora do CPF nº 016.376.079-97, matrícula nº 10870, ocupante do Cargo de Professora, contratada temporariamente pela portaria nº 074/2013, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 106/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 106/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº 008/13. RESOLVE:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO Alex Dufloth Santim, brasileiro, portador do CPF nº 059.227.139-06, matrícula nº 10877, para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 01/03/2013 à 31/05/2013, até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 107/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 107/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 009/2013, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Tiago Manoel Silva, brasileiro, portador do CPF nº 008.596.609-66, matrícula nº 10878, classificado no Processo Seletivo nº 001/2013, em 1º lugar, para atuar no Cargo de Motorista, com carga horária de 220 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir 01/03/2013 em substituição ao efetivo José Ailton Rodrigues, que se encontra em auxílio doença, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 108/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 108/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Vigente, e exposições de motivo nº 001/2013. RESOLVE: CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, João Domingos da

Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 432.777.999-72, matrícula nº 10879, classificado no Processo Seletivo nº 003/2013 em 2º lugar, para atuar no cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 220 horas mensais, disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 01/03/2013 em substituição ao efetivo Carlos Aguiar Pires, que se encontra em auxílio doença, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 109/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 109/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente. RESOLVE:
NOMEAR EM COMISSÃO, Zoraide Lucio Cargnin, brasileira, superior completo, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 057.834.199-90, matrícula nº 10880, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretora de Unidade Escolar, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 110/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 110/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Rosimere Cabral Leite, brasileira, ensino médio completo, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 024.453.419-57, matrícula nº 10881, para ocupar o Cargo de Assessor Serviço de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 111/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 111/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente. RESOLVE:

NOMEAR EM COMISSÃO, Wildimar Vales Durans Cabral, brasileira, ensino médio completo, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 177.218.733-04, matrícula nº 10882, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Turismo, à disposição da Secretaria de Cultura e Turismo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 112/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020-00, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes, matrícula nº 10883, aprovada em Décimo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2011, homologado pelo decreto nº 028/2011, para ocupar o Cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimento fixado no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 04/03/2013 à 03/03/2016, sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 113/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 113/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Juliana Cardoso de Sousa, brasileira, portadora do CPF nº 037.806.019-82, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes, matrícula nº 10884, aprovada em Décimo Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2011, homologado pelo decreto nº 028/2011, para ocupar o Cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimento fixado no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 04/03/2013 à 03/03/2016, sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 114/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 114/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Renata da Silva Nunes, brasileira, portadora do CPF nº 070.387.249-40, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes, matrícula nº 10885, aprovada em Décimo Segundo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2011, homologado pelo decreto nº 028/2011, para ocupar o Cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimento fixado no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 04/03/2013 à 03/03/2016 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 115/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 115/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Giseli Noêmia Marcos, brasileira, portadora do CPF nº 052.523.339-39, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes, matrícula nº 10886, aprovada em Décimo Terceiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2011, homologado pelo decreto nº 028/2011, para ocupar o Cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 04/03/2013 à 03/03/2016 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 116/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 116/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação vigente, e exposições de motivo nº 009/13. RESOLVE: CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Eder Ney Colombelli, brasileiro, portador do CPF nº 036.924.909-76, matrícula nº 10887, para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 04/03/2013 à 31/05/2013, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 117/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 117/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Natalia Machado Rocha Luiz, brasileira, portadora do CPF nº 728.175.269-53, matrícula nº 10888, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 003/2013, para atuar no Cargo Motorista, com carga horária de 20 horas, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 04/03/2013 até 31/05/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 118/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 118/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Kellen Cristina Dantas, brasileira, portadora do CPF nº 007.944.089-40, superior incompleto, matrícula nº 10889, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 003/2013, para atuar no Cargo de Professora, com carga horária de 10 horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/03/2013 até 14/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 119/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 119/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Marcelino de Sousa Pacheco, brasileiro, portador do CPF nº 030.574.779-76, superior completo, matrícula nº 10890, classificado no Processo Seletivo nº 001/2013, para atuar no Cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/03/2013 até 13/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 120/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 120/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 819/1998 e exposições de motivo nº 001/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Raquel Damasio Crescencio, brasileira, portadora do CPF nº. 058.960.429-57, matrícula nº 10891, para atuar no cargo de Monitor II, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, com carga horária de 30 horas semanais, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 002/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 04/03/2013 até 20/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 121/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 121/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 002/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Julie Graziela Costa Corrêa, brasileira, portadora do CPF nº, 038.895.119-29, matrícula nº 10892, para atuar no cargo de Monitor II, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - (PETI), com carga horária de 30 horas semanais, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 002/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 04/03/2013 até 20/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 122/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 122/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Gilson Marcelino, brasileiro, residente e domiciliado em Paulo Lopes/SC, portador do CPF nº 068.853.389-23, matrícula nº 10893, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Patrimônio, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 123/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 123/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº 021/2013, resolve.

ALTERAR CARGA HORÁRIA, da Servidora Pública Municipal, Kelli Rodrigues Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 046.657.029-50 matrícula nº 10872, nomeada pela portaria nº 086/2013, de 10 horas para 20 horas, a partir de 04/03/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 124/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 124/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO, Maria Aparecida de Jesus, brasileira, portadora do CPF nº 942.180.219-53, matrícula nº 10894, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 003/2013,

para atuar no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 220 horas mensais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/03/2013 até 08/04/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 125/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 125/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal vigente, resolve:

NOMEAR E DAR POSSE, a Conselheira Tutelar, Lidia Mara Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 063.030.869-50, residente e domiciliada no Município de Paulo Lopes, matrícula nº 10895, aprovada para o mandato suplementar conforme eleição 001/2012.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 126/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 126/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Dalva da Silva, brasileira, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 740.375.369-00, matrícula nº 10896, para ocupar o Cargo de Chefe de Departamento de Esporte, à disposição da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 127/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 127/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal efetivo, Eroni Otacílio Sizino, brasileiro, portador do CPF nº 044.413.129-97, matrícula nº 10801, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, até 26/03/2013, conforme benefício nº 5643683460 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 128/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Andréia Michels de Oliveira, brasileira, portadora do CPF nº 268.250.368-31, matrícula nº 10240, ocupante do Cargo de Técnico de Enfermagem, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 26/02/2013 à 12/03/2013, encaminhando para a perícia no décimo sexto dia.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 129/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 129/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº 006/13. RESOLVE:
CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO Victor Cangussu Teixeira Campos, brasileiro, portador do CPF nº 079.779.346-12, matrícula

nº 10897, para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 11/03/2013 à 31/05/2013, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 130/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 130/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Adriana Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 744.176.069-00, matrícula nº 45, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 30/04/2013, conforme benefício nº 6003804134 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 131/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 131/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA de Secretaria de Unidade Escolar, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Márcia Judith Filho dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 665.468.189-49, matrícula nº 19, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 023/1990, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Março de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 20/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite nº 05/2013. Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 20/2013 - Carta Convite 05/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de Óleos Lubrificantes para veículos e máquinas da Frota Municipal incluindo Secretaria de Educação (Veículos do Transporte Escolar) Secretaria de Agricultura e DMER.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h30min do dia 10 de Abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 21/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Pública, do tipo Maior Oferta, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Concorrência Pública nº 01/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 21/2013 - Concorrência Pública 01/2013, julgamento Maior Oferta.

Objeto: Concessão do Direito Real de uso das instalações do Terminal Rodoviário Municipal Edson Marinho Bittencourt.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 14h do dia 06 de Maio de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h15min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº

63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 22/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Tomada de Preço nº 01/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 22/2013 - Tomada de Preço 01/2013, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo conforme edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 14h do dia 18 de Abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h15min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 23/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite nº 06/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 23/2013 - Carta Convite 06/2013, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de rede elétrica na rua Pedro Teobaldo Finger conforme projeto.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h30min do dia 10 de Abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 13h45min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações

complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 24/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 12/2013.

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 24/2013 - Pregão Presencial 12/2013, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o transporte de acadêmicos e estudantes de cursos técnicos.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 18 de Abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 25/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite nº 07/2013.

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 25/2013 - Carta Convite 07/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de Sêmen Bovino, Nitrogênio Líquido, Bainha plástica e Luvas Plásticas.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 15h do dia 10 de Abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 15h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 26/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 26/2013 - Inexigibilidade de Licitação 02/2013.

Objeto:

APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA O BAILE DE ESCOLHA DAS RAÍNHAS E PRINCESAS DO KERB FEST 2013.

Dados do Contrato:

Contrato nº 42/2013

Contratado: SOCIETY BAND LTDA - ME

CNPJ: 81.323.982/0001-54

Data do Contrato: 01/04/2013

Valor do Contrato: 5.000,00

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25, Inciso III.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Edital 27/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 13/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 27/2013 - Pregão Presencial 13/2013, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto: Aquisição de ladrilhos para serem utilizados em passeios públicos, conforme relação constante no Anexo I, deste edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 15h15min do dia 18 de Abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 15h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria N.º 090, de 08 de Março de 2013

PORTARIA N.º 090, DE 08 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA CONTADORA INTERINAMENTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o período de férias da contadora Simone Rabuske Olivo, compreendido entre os dias 11 a 30 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria Helena Mattana Mariani, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Coordenação e Planejamento, formação profissional de contadora, inscrita no CRC 020405/0-3, para exercer o cargo interinamente o cargo de Contadora do Município, no período de 11 a 30 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de março de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 088, de 04 de Março de 2013

PORTARIA Nº 088, DE 04 DE MARÇO DE 2013
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 014/2013 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 014/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de 300 horas/máquina tipo escavadeira hidráulica, e adjudica o objeto licitado à empresa TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.316.804/0001-55, pelo preço de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), por hora/máquina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 04 DE MARÇO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 089, de 06 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 089, DE 06 DE MARÇO DE 2013.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 001/2013 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 001/2013, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.428.416/0001-80, pelo preço global de R\$ 76.732,35 (setenta

e seis mil e setecentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 06 DE MARÇO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 091, de 12 de Março de 2013

PORTARIA Nº 091, DE 12 DE MARÇO DE 2013
HOMOLOGA A ADJUDICAÇÃO REFERENTE LICITAÇÃO Nº 015/2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira referente à licitação nº 015/2013, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 015/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à SERGIO CARLESSO, inscrito no CPF sob o n.º 049.806.078-02 pelo preço mensal de R\$ 1.465,00 (mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 DE MARÇO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 092, de 21 de Março de 2013

PORTARIA Nº 092, DE 21 DE MARÇO DE 2013
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 017/2013, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 017/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, referente a Contratação de seguro dos veículos e equipamentos da frota municipal, e adjudica o objeto licitado a empresa e PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.198.164/0001-60, pelo valor total de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 21 DE MARÇO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 095, de 25 de Março de 2013

PORTARIA Nº 095, DE 25 DE MARÇO DE 2013
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 018/2013, E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 018/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa CLÍNICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.462.961/0001-31 - médico pediatra, pelo preço mensal de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 25 DE MARÇO DE 2013
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º: 109/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 109/2013
CONTRATO SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL DO LIXO SAÚDE HOSPITALAR

Termo de Contrato de SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL LIXO HOSPITALAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e SERVIOSTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, autorizado através do Processo n. 072/2013, Licitação n. 002/2013, modalidade TOMADA DE PREÇOS, sujeitando-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93.

Valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Contrato de Fornecimento de Medicamentos Nº 110/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS nº 110/2013

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS" entre o Município de Pinheiro Preto a empresa FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA autorizado através do Processo n. 086/2013, Licitação n. 020/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de medicamentos - de referência, genéricos e similares, - constantes na lista da ABC FARMA, exceto os relacionados na lista Básica da farmácia da Unidade de Saúde, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, autorizado através da Licitação n. 020/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Preços:

Medicamentos de Referência: preço equivalente a 76 % da tabela ABCFARMA

Medicamentos genéricos: preço equivalente a 51,5 % da tabela ABCFARMA

Medicamentos similares: preço equivalente a 48 % da tabela ABCFARMA

Contrato de Fornecimento de Serviços Técnicos Generalizados N.º: 106/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 106/2013

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e SERGIO CARLESSO, autorizado através da Licitação nº 015/2013, Processo Administrativo nº. 063/2013 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Prestação de serviços técnicos especializados - professor de canto para alunos de educação infantil e educação fundamental - 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino.

Preço MENSAL de R\$. R\$ 1.465,00 (mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Contrato de Fornecimento de Serviços Técnicos Profissionais Especializados N.º: 108/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS N.º: 108/2013

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, exercício 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa/firma individual CLÍNICA MÉDICA DR MADEIRA LTDA, por intermédio do profissional LUCIANO MADEIRA DA SILVEIRA autorizado através do Processo nº 084/2013, Licitação n. 018/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Prestação de serviços técnicos especializados de pediatria, junto à unidade sanitária central de Pinheiro Preto.

Valor MENSAL de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias, exercício 2013:

Contrato de Fornecimento Nº 055/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 055/2013

Contrato de fornecimento de 250 litros de larvícida biológico - BTI (bacillus thuringiensis israelense), destinado ao controle do mosquito borrachudo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e AGRONATURAL BASSO LTDA, autorizado através do Processo n 021/2013, e Licitação n. 010/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL sujeitando-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93, e das cláusulas do contrato.

Valor de R\$ 54,90 (cinquenta e quatro reais) o litro, totalizando R\$ 13.725,00 (treze mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Termo Aditivo Nº 007/2013

TERMO ADITIVO Nº 007/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 054/2013

Primeiro Termo Aditivo FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 0024/2013, Licitação nº 012/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Fornecimento de óleo diesel, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013.

Os valores que passam a vigorar a partir desta data são os seguintes: de R\$ 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos) para R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos).

Pinheiro Preto - SC, 08 de março de 2013

Termo Aditivo Nº 008/2013

TERMO ADITIVO Nº 008/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 012/2013

Primeiro Termo Aditivo de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 339/2012, Licitação nº 058/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Fornecimento de óleo diesel, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº

058/2012.

Os valores que passam a vigorar a partir desta data são os seguintes: de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) para R\$ 2,17 (dois reais e dezessete centavos).

Pinheiro Preto - SC, 08 de março de 2013

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 001/2013 - Funsan

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2013 - FUNSAN

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 001/2013-FUNSAN, em conformidade com o Inciso XXVII do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Processo nº. 001/2013 - FUNSAN

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME PLANO DE TRABALHO EM ANEXO.

Contratado: COOP. DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VALE

Valor: R\$ 49.800,00 (Quarenta e nove mil e oitocentos reais).

Homologado: 01/03/2013.

Porto Belo / SC, 01 de março de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 153/2013

DECRETO Nº 153, de 1º de abril de 2013.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.081, de 16 de janeiro de 2013, DECRETA:

Art. 1º NOMEIA CHRISTIAN AGENOR MARTINS, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.081, de 16 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de abril de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 363/2013 - RH

PORTARIA Nº 363, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Vilson Marschalk, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 04 de março a 31 de julho de 2013, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 398/2013 - RH

PORTARIA Nº 398, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 27 de maio de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Andréa Aparecida Frankio, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com vencimentos na Classe "06", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Simone Smyk, que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde Centro, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 344/2013 - RH

PORTARIA Nº 344, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Karina Teixeira, do emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 345/2013 - RH

PORTARIA Nº 345, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Karina Teixeira, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 346/2013 - RH

PORTARIA Nº 346, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Wagner José Savaris, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 347/2013 - RH

PORTARIA Nº 347, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Vinícius André Makiak, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 348/2013 - RH

PORTARIA Nº 348, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Mariza Djanira Pereira, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 349/2013 - RH

PORTARIA Nº 349, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 02 de setembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marli Terezinha Zanella Pleczak, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades

junto às Unidades de Saúde do Interior, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 350/2013 - RH

PORTARIA Nº 350, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Franciele Andressa Dobler Zago, para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, com vencimentos na Classe "02", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Conselho Tutelar, órgão vinculado à administração direta deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 351/2013 - RH

PORTARIA Nº 351, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Contabilidade, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Cássia Nalon Conte, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 352/2013 - RH

PORTARIA Nº 352 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 a 18 de março de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Catia Carolina Muller, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Yara Pinto Ferreira que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 353/2013 - RH

PORTARIA Nº 353, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Carmen Cristine Scheramp, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "08", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 354/2013 - RH

PORTARIA Nº 354, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Valter Buenemeyer, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto à Escola de Educação Básica Nilo Peçanha, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 355/2013 - RH

PORTARIA Nº 355, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Ilza Terezinha Reinbold de Andrade, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "07", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Escola de Educação Básica Germano Wagenfur, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 356/2013 - RH

PORTARIA Nº 356, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Verônica Maina da Silva Homczinski, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 357/2013 - RH

PORTARIA Nº 357, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "10", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Antonio Gonzaga, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 358/2013 - RH

PORTARIA Nº 358, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Rúbia Cristina Braz de Oliveira, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "05", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para

atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Antonio Gonzaga, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 359/2013 - RH

PORTARIA Nº 359, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Vilma Terezinha Bulek, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "05", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Nilo Peçanha, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 360/2013 - RH

PORTARIA Nº 360, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Márcia Isabel Ludke Brixner, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 11 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "08", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Clementino Brito, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 361/2013 - RH

PORTARIA Nº 361, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Sirlei Helena Krysiak Schor, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 11 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "10", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Comunidade de Maratá, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 362/2013 - RH

PORTARIA Nº 362, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Marcelo Amaro, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 11 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao NE Jornalista Hermínio Mílis, NE São Bernardo do Campo, EEB Nilo Peçanha e EEB Antonio Gonzaga, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 364/2013 - RH

PORTARIA Nº 364 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Silmara Gasperin, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Annelore Wilke Cendron, com carga horária de 40 horas semanais, que está desempenhando a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional do Legru, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 365/2013 - RH

PORTARIA Nº 365, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 224 de 04 de fevereiro de 2013, que altera a carga horária da professora efetiva Luiza Carolina Petla.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 366/2013 - RH

PORTARIA Nº 366, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 11 de setembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sirlei Rosane Mariano Sepanhaki, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Luiza Carolina Petla que se encontra em Licença Maternidade, sendo 20 horas semanais para ministrar aulas de matemática e 20 horas semanais para atuar no Apoio Pedagógico do Programa Mais Educação, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 367/2013 - RH

PORTARIA Nº 367, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "08", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento).

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Antonio Gonzaga, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 368/2013 - RH

PORTARIA Nº 368, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Eroni Natália Guimarães de Brito, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "05", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento).

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 369/2013 - RH

PORTARIA Nº 369, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Dulcimar Neide Sonnestrahl, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "08", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento).

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Nilo Peçanha, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 370/2013 - RH

PORTARIA Nº 370, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Tiago Metzler de Brito, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto a Escola de Educação Básica Germano Wagenfur, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 371/2013 - RH

PORTARIA Nº 371 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adilson José Nazário, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física) com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Projeto AABB Comunidade desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Projeto AABB Comunidade, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 372/2013 - RH

PORTARIA Nº 372 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Anderson José Pinto, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física) com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Projeto AABB Comunidade desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Projeto AABB Comunidade, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 373/2013 - RH

PORTARIA Nº 373 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adriane Konrad Franken, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Artes) com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Projeto AABB Comunidade desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Projeto AABB Comunidade, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 374/2013 - RH

PORTARIA Nº 374 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março a 09 de abril de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elisabeth de Fátima Alves da Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Lidianne Regina Schreiner que se encontra em férias por 30 dias.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 374/2013 - RH

PORTARIA Nº 374 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março a 09 de abril de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elisabeth de Fátima Alves da Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Lidianne Regina Schreiner que se encontra em férias por 30 dias.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº.

3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 374/2013 - RH

PORTARIA Nº 374 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março a 09 de abril de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elisabeth de Fátima Alves da Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Lidiane Regina Schreiner que se encontra em férias por 30 dias.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 375/2013 - RH

PORTARIA Nº 375 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com

contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Andréia Mauren Correa, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Leila de Fátima Longo Ruaro que está atuando no AEE - Atendimento Educacional Especializado.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 376/2013 - RH

PORTARIA Nº 376 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daniele Ângela Missau, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Eliane Bradoski dos Santos que está a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis e Núcleo Educacional do Legru, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 377/2013 - RH

PORTARIA Nº 377 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Débora Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Sirlei Helena Krysiak Schor que está desempenhando a função de Secretária de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 378/2013 - RH

PORTARIA Nº 378 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de fevereiro a 28 de março de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Janete Paula e Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Joseane Cristina Jung Berezza que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 379/2013 - RH

PORTARIA Nº 379 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Tatyannne Roiek Lazier, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, 20 horas semanais em vaga vinculada da professora Leila de Fátima Longo Ruaro que está atuando no AEE Atendimento Educacional Especializado e 10 horas semanais em vaga vinculada da professora Sirlei Helena Krysiak Schor que está desempenhando a função de Secretária de Escola.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo e Legru, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 380/2013 - RH

PORTARIA Nº 380 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Nermi Francisca Amarantes, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento).

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10%

do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 381/2013 - RH

PORTARIA Nº 381 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alisandro Miquelasso Martini, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento).

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 382/2013 - RH

PORTARIA Nº 382 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de março

a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josilde Tusset, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Fundação Hermon, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 383/2013 - RH

PORTARIA Nº 383 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Erilde Kreuzberg, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 384/2013 - RH

PORTARIA Nº 384 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março

a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daiana Cássia Koguta, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 385/2013 - RH

PORTARIA Nº 385, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Giane Adriana Bormann Lenchiscki, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 22 de fevereiro a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "07", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para ministrar a disciplina de Artes no Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2013.

Porto União, SC em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 386/2013 - RH

PORTARIA Nº 386, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 de março de 2013 a 12 de março de 2014 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vinicius André Makiak, para exercer as funções do cargo de Engenheiro Civil, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I

e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Planejamento, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 387/2013 - RH

PORTARIA Nº 387 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Terezinha Eliane da Cruz Rabuske, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009 alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 389/2013 - RH

PORTARIA Nº 389 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Moisés Atilio Cabassa Junior, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal

nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 390/2013 - RH

PORTARIA Nº 390 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, José Cláudio Walkiu, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 391/2013 - RH

PORTARIA Nº 391 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rubens Ientz Junior, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22

de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 392/2013 - RH

PORTARIA Nº 392 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jorge Sérgio Schwartz, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 393/2013 - RH

PORTARIA Nº 393 de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cordovan Frederico de Melo Neto, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no

Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 394/2013 - RH

PORTARIA Nº 394, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Altair Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo e para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 395/2013 - RH

PORTARIA Nº 395, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Thiago Grossklaus, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de

2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo e para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 396/2013 - RH

PORTARIA Nº 396, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de março a 30 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Evelin Aparecida Pereira, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo e para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 397/2013 - RH

PORTARIA Nº 397, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 15 a 18 de março de 2013 o Contrato de Trabalho nº 047/2013, de 18 de fevereiro de 2013, de Denise Maria Soares dos Santos, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de

novembro de 2011, em substituição à servidora Juliana Base que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 399/2013 - RH

PORTARIA Nº 399, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 31 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Liara Aparecida Cruz, para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, com vencimentos na Classe "02", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 400/2013 - RH

PORTARIA Nº 400, de 15 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 15 de março a 18 de dezembro de 2013, o Contrato de Trabalho nº 058/2013, de 19 de fevereiro de 2013, de Cibele Cristina Ferreira, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Janemar Aparecida Dalfovo Miskievicz que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 401/2013 - RH

PORTARIA Nº 401, de 18 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Maria Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 402/2013 - RH

PORTARIA Nº 402 de 18 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de março a 16 de maio de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marta Maria Perdun, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Elisiane de Paula Franca que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 403/2013 - RH

PORTARIA Nº 403, de 19 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Delmara de Fátima Pxevosniki, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 404/2013 - RH

PORTARIA Nº 404 de 19 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de março a 28 de junho de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daisy Caldas da Fonseca, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Daisy Caldas da Fonseca que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 405/2013 - RH

PORTARIA Nº 405, de 19 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 19 de março a 09 de abril de 2013 o Contrato de Trabalho nº 071/2013, de 12 de março de 2013, de Cátia Caroline Muller, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em virtude do afastamento para tratamento de saúde da servidora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 406/2013 - RH

PORTARIA Nº 406, de 20 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Cleinir Aparecida Rodrigues, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 20 de março a 03 de abril de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Aline Cristina Colita que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 20 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 407/2013 - RH

PORTARIA Nº 407, de 20 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Carlos Augusto Fantin Kusiak do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 408/2013 - RH

PORTARIA Nº 408, de 20 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de março a 20 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elisandro da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 409/2013 - RH

PORTARIA Nº 409, de 20 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 20 de março de 2013 a 19 de março de 2014 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime da Consolidação das

Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, Eliel Aroldo Crema para o emprego público de Médico do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 410/2013 - RH

PORTARIA Nº 410, de 20 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "g", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Art 20, § 1º da Lei Municipal nº 2055/94, de 20 de outubro de 1994;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela interessada;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 20 a 31 de março de 2013, o prazo para a candidata Caroline da Silva Carneiro, aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2009, assumir a vaga para o cargo de Psicólogo com Especialização em Saúde Mental, a qual foi aprovada em 5º lugar.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 411/2013 - RH

PORTARIA Nº 411, de 21 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Autorização de Internação Hospitalar e Procedimentos de Alto Custo, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Cecil Laureano Leme, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 21 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 412/2013 - RH

PORTARIA Nº 412, de 21 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Antonio Carlos Pigatto Caus, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 413/2013 - RH

PORTARIA Nº 413, de 21 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Antonio Vanderlei de Matos, aprovado em 9º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "03" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 414/2013 - RH

PORTARIA Nº 414, de 21 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de março

a 20 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vanderson Tiago Bellaver, para exercer as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, com vencimentos na Classe "03", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 415/2013 - RH

PORTARIA Nº 415, de 21 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Fernanda Conceição Martins, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 21 março a 28 de junho de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Cleide Maria Rosa Gregório, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 21 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 416/2013 - RH

PORTARIA Nº 416, de 22 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Edgar Brasília Stelmachuk, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 22 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 417/2013 - RH

PORTARIA Nº 417, de 22 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de março a 31 de dezembro de 2013 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Silvio Moreira de Castilho, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 22 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Termo de Rescisão**TERMO DE RESCISÃO**

AO TERMO DE CESSÃO DE USO nº 002/2012, celebrado entre o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, situado na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro - Porto União - SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, doravante denominado MUNICÍPIO, neste

ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Anizio de Souza, portador da Carteira de Identidade nº 325.323 SC, CPF nº 180.245.569-87, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro - Florianópolis - SC, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CBMSC, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador da Carteira de Identidade Militar nº 908675-7 e do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, rescindir o presente Termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 002/2012, celebrado entre o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, em conformidade com a Cláusula Oitava - Prazo e Vigência do mesmo Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Por estarem justos e acordes, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Porto União (SC), 28 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Coronel BM - MARCOS DE OLIVEIRA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

1. Nome: Paulo Rubens Buch

CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA**Decreto N° 3280**

DECRETO Nº 3280, de 15 de março de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 013/2013".

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3093/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 013/2013, de 21.02.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- G Maiochi e Cia Ltda;

- Julio Silvestri Filho ME;

- Trator Peças com. Pec. Trator Ltda EPP .

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
15 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3280/2013

Pregão Presencial 013/2013 de 21.02.2013

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de lâminas, unhas, dentes e suportes para reposição em equipamentos da Secretaria de Obras.

Participantes: - G Maiochi e Cia Ltda;
- Julio Silvestri Filho ME;
- Trator Peças com. Pec. Trator Ltda EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- G Maiochi e Cia Ltda;
- Julio Silvestri Filho ME;
- Trator Peças com. Pec. Trator Ltda EPP.

Decreto Nº 3279

DECRETO Nº 3279, de 15 de março de 2013..
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 014/2013"

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3094/2013, o resultado da Carta Convite nº 014/2013, de 20.02.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Retífica Trevo/ COPAVEL LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
15 de março de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3279/2013

Carta Convite Nº 014/2013 de 20.02.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de materiais para

retífica de 01(um) motor Mercedes Bens 2418, frota nº 150. Secretaria de Obras.

Participantes: - Retífica Trevo/ COPAVEL LTDA;
- Presidente Indl. Importadora e Comercial Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- Retífica Trevo/ COPAVEL LTDA.

Decreto Nº 3286

DECRETO Nº 3286, de 18 de março de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2013 FMS".

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2013, de 13.02.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- METROMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICACA JAW COM. DE MAT. MED. HOSP. LTDA;
- ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;
- PARCOMED PARANA COM. REPRES. DE PROD. FARMAC. LTDA;
- PROHOSPITAL SUL LTDA.
- ALIANCA HOSP. LTDA;
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- DIMACI - SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- LIFE SUL PRODUTOS PROFISSIONAIS LTDA;
- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
18 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde.

ANEXO AO DECRETO Nº 3286/2013

Pregão Presencial 004/2013 de 13.02.2013

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de equipamentos e material médico hospitalar para atender necessidade de diversos setores desta Secretaria.

Participantes:

- SERMEDICALL ARP EQU. HOSPITALARES LTDA EPP;
- ESPECIALISTA PROD. PARA LAB. LTDA;
- ALIANÇA HOSPITALAR LTDA;
- PRODUVALER PROD. HOSPITALARES LTDA;
- CAOBIANCO MAT. MED. E HOSPITALARES LTDA;
- LIFE SUL PROD. PROFISSIONAIS LTDA;

- PARCOMED PARANA COM. REPR. DE PROD. FARM. LTDA;
- PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MED. E ODONTOLOGICOS;
- ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- OLIMED MAT. HOSPITALAR LTDA;
- METROMED MEDICAMENTOS E MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;
- DIMACI SC MAT. CIRURGICO LTDA;
- CIRURGICA CLIMAZA COM. DE MATERIAIS MED. E HOSPITALAR LTDA EPP;
- COINTER MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- METROMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICACA JAW COM. DE MAT. MED. HOSP. LTDA;
- ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;
- PARCOMED PARANA COM. REPRES. DE PROD. FARMAC. LTDA;
- PROHOSPITAL SUL LTDA.
- ALIANÇA HOSP. LTDA;
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- DIMACI - SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- LIFE SUL PRODUTOS PROFISSIONAIS LTDA;
- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Decreto Nº 3298

DECRETO Nº 3298, de 25 de março de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 007/2013 FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2013, de 20.02.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

Prodiet Farmacêutica SA.
Eli Lilly do Brasil Ltda;
Cirúrgica Jaw Com. De Mat. Médico Hospitalar Ltda;
ANB Farma Ltda
Altermed Mat. Hospitalar Ltda;
Angeomed Comércio de Prod. Médico Hospitalar Ltda;
Concord Distribuidora de Medicamentos Ltda;
1000 Medic Distrib. Imp. Exp. de Medicamentos Ltda;
Sanofi Aventis Comercial e Logística Ltda
Cirúrgica Santa Cruz Com. De Prod. Hosp. Ltda;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
25 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal da Saúde.

ANEXO AO DECRETO Nº 3298/2013

Pregão Presencial 007/2013 de 20.03.2013

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de medicamentos especiais e não- padronizados para esta Secretaria.

Participantes: Aglon Comércio e Representações Ltda;
1000 Medic Distrib. Imp. Exp. de Medicamentos Ltda;
Cirúrgica Santa Cruz Com.de Prod. Hospitalares Ltda;
Distri. de Medicamentos ANB Farma Ltda;
Angeomed Comércio de Prod. Médico Hospitalar Ltda;
Concord Distribuidora de Medicamentos Ltda;
Sanofi-Aventis Comercial e Logística Ltda;
Altermed Mat. Hospitalar Ltda;
Prosaúde Distr. de Medicamentos Ltda;
Eli Lilly do Brasil Ltda;
Cirúrgica Jaw Com. De Mat. Medico Hospitalar Ltda;
Prodiet Farmacêutica SA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

Prodiet Farmacêutica SA.
Eli Lilly do Brasil Ltda;
Cirúrgica Jaw Com. De Mat. Medico Hospitalar Ltda;
ANB Farma Ltda
Altermed Mat. Hospitalar Ltda;
Angeomed Comércio de Prod. medico Hospitalar Ltda;
Concord Distribuidora de Medicamentos Ltda;
1000 Medic Distrib. Imp. Exp. de Medicamentos Ltda;
Sanofi Aventis Comercial e Logística Ltda
Cirúrgica Santa Cruz Com. De Prod. Hosp. Ltda;

Decreto Nº 3309

DECRETO Nº 3309, de 27 de março de 2013..

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 011/2013 -FMS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado da Carta Convite nº 011/2013, de 15.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
27 de março de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 3309/2013

Carta Convite Nº 011/2013 de 15.03.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviços na área de engenharia civil para demolição do reservatório de água do prédio onde localiza-se a Policlínica de Referência Regional, da Secretaria de Saúde, com fornecimento de materiais e serviços.

Participantes:

- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA;
- CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA;

Decreto Nº 3311

Decreto Nº 3311, 27 de março de 2013.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

O Prefeito Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, dos Artigos 37 e 87 da Lei Orgânica e no Art. 96, da Lei Complementar nº 207/2010, DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, para compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, os membros abaixo relacionados:

- I Jailson Roberto de Oliveira - Diretor do Departamento de Patrimônio;
- II Ronaldo da Rocha - Diretor do Departamento de Cadastro Imobiliário;
- III José Luiz do Nascimento - Diretor do Deptº de Fiscalização Tributária;
- IV Agostinho Pisetta - CRECI 12002s;

Parágrafo Único - A nomeação dos membros mencionados no "caput" tem a vigência de 01 (um) ano, iniciando o período a partir do dia 19/03/2013, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º A Comissão ora nomeada, conforme disposição contida no Art. 87, da Lei Orgânica, tem a incumbência de avaliar previamente os bens imóveis, quando da aquisição pelo Município por compra, alienação, permuta, doação onerosa ou dação em pagamento.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 3295

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito
27 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 3312

DECRETO Nº 3312, de 27 de março de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 019/2013".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93

e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2013, de 11.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Comercial Automotiva Ltda;
- Modelo Pneus Ltda;
- Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
27 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3312/2013

Pregão Presencial 019/2013 de 11.03.2013

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de pneus, câmaras e projetores para reposição na frota rodoviária da Secretaria de Obras.

Participantes:

- Comercial Automotiva Ltda;
- Modelo Pneus Ltda;
- Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- Comercial Automotiva Ltda;
- Modelo Pneus Ltda;
- Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda..

Decreto Nº 3323

DECRETO Nº 3323, de 28 de março de 2013.
"EXONERA ORLANDO VIRGILIO PEDROZO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010, DECRETA:

Art.1º- Fica exonerado, a partir de 31/03/2013, o servidor ORLANDO VIRGILIO PEDROZO, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Música da Fundação Cultural de Rio do Sul, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
28 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT
Superintendente da Fundação Cultural

Decreto Nº 3327

DECRETO Nº 3327, de 01 de abril de 2013.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto na Lei nº 3.949/2003, alterada pelas Leis nº 4.022/2004, 4.095/2004, 4.356/2006 e 4.603/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, o seguinte membro:

1) Representantes da Sociedade Civil

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul - APAE

Titular: Danielle Cristina Zanella Radke

Suplente: Josiane Koth

b) Associação Jardins de Infância Vovó Belinha

Titular: Avair Teresinha Grah

Suplente: Sandra Maria Grah Xavier

c) Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul

Titular: Edileusa Kohler Teixeira

Suplente: Marina Lessa MansurPontes

d) Conferência São Vicente de Paulo de Rio do Sul

Titular: Mirian Elisabete Garcia Ferrari

Suplente: Aneliese Odebrecht Ohf

e) Organização Mulher em Movimento

Titular: Jane Maria Ghizzo Schmidt

Suplente: Adriana Elisabeth Zimmermann Ramezanali

f) Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio do Sul

Titular: Doralice Hioppe Maier

Suplente: Lourdes Claudino

g) Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul e Região do Alto Vale do Itajaí - Sititev

Titular: Patricia Hasse Battisti

Suplente: Tais Marchi

2) Representantes do Governo

a) Fundação Cultural de Rio do Sul

Titular: Larissa Carolina Tenfen

Suplente: Caroline Lisa Schultz

b) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Djanna Zita Fontanive

Suplente: Regina Garcia Ferreira

c) Secretaria Municipal de Obras

Titular: Marcia Maria Andrade de Oliveira

Suplente: Maria Joaquina Rosa

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Titular: Teresinha Moretti Noveletto

Suplente: Luciani Souza Lopes

e) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Fabiela da Silva Nazário

Suplente: Jurema Lanznaster

f) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Titular: Joana Pellizzetti

Suplente: Luciane Aparecida Ramos

g) Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

Titular: Bianca Juliana Piazzetta Veiga

Suplente: Daniela Beber Bosco

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

01 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Lotação

PORTARIA Nº. 0434/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal LUCIANA BARBOSA, ocupante do cargo NUTRICIONISTA, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Lotação

PORTARIA Nº. 0435/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal ALICE SILVEIRA SCHEFFER, ocupante do cargo NUTRICIONISTA, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0421/RH
PORTARIA N. 0421/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando n. 008/2013 emitido pelo Departamento de Controle Interno e documento em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 004/2013, a fim de apurar a responsabilidade do servidor Maurilio da Silva, matrícula n. 36324/01, Diretor do Departamento de Obras e Melhorias Viárias, onde em tese, teria transgredido o artigo 157, inciso III e artigo 158, incisos XIX e XX, ambos da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 0422/RH
PORTARIA N. 0422/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando n. 037/2013 emitido pelo Departamento de Patrimônio e documento em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 005/2013, a fim de apurar a responsabilidade pelo furto de 01 (um) registrador instantâneo de velocidade (tacógrafo), conforme Boletim de Ocorrência n. 00015-2013-01521, que estava instalado no veículo Ford F-14.000, placa MBU0585, fato este ocorrido nas dependências do pátio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Pregão Presencial 012/2013-FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras
EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 FMS

OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos para a ESF (Estratégia de Saúde da Família) Canoas da Secretaria de Saúde, visando a melhoria da infra-estrutura física e de equipamentos, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 09:30 horas do dia 16/04/2013.

CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE LANCES: As 10:00 horas do dia 16/04/2013, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, pelo e-mail sau.compras@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br, no link Licitações - Editais Secretaria da Saúde.

Rio do Sul (SC), 02 de abril de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Edital de Citação Nº 001/2013/Sindicância Administrativa Especial Nº 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 001/2013/Sindicância Administrativa Especial nº 001/2013

Francini Bianca Cipriani, presidente da Comissão designada no processo de Sindicância Administrativa Especial Nº 001/2013 do Prefeito Municipal, instaurada pela Portaria n.º 0147/RH de 04/02/2013, que apura fatos relacionados a possível irregularidade no resultado final do concurso público 002/2011, especificamente quanto ao cargo de advogado faz saber a CHARLES SILVEIRA, que está ocorrendo, em seus termos legais, os autos do Processo de Sindicância Administrativa Especial nº 01/2013 em que o mesmo figura como informante.

E, notificado através de email no dia 20 de fevereiro e via AR em 25 de fevereiro de 2013 e não ocorrendo a oitiva em virtude do não comparecimento, fica, pelo presente edital, citado para, no dia 16 (dezesesseis) de abril, próximo futuro, às 08h00, podendo-se fazer assistir por advogado legalmente constituído, comparecer, perante esta Comissão, sediada junto à sala de reuniões da Procuradoria Jurídica, localizada no 1º andar do Prédio da Prefeitura Municipal, na Praça 25 de julho, 01 em Rio do Sul, a fim de ser interrogado, sobre o fato. Para ciência do informante, é expedido o presente edital, a ser publicado no Jornal Diário Catarinense e no DOM, por três dias consecutivos.

Rio do Sul, 02 de abril de 2013.
FRANCINI BIANCA CIPRIANI
Presidente

Editais de Citação Nº 002/2013/Sindicância Administrativa Especial Nº 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 002/2013/Sindicância Administrativa Especial nº 001/2013

Francini Bianca Cipriani, presidente da Comissão designada no processo de Sindicância Administrativa Especial Nº 001/2013 do Prefeito Municipal, instaurada pela Portaria n.º 0147/RH de 04/02/2013, que apura fatos relacionados a possível irregularidade no resultado final do concurso público 002/2011, especificamente quanto ao cargo de advogado faz saber a SILVANA PAOLI, que está ocorrendo, em seus termos legais, os autos do Processo de Sindicância Administrativa Especial nº 01/2013 em que a mesma figura como informante.

E, notificada através de email no dia 19 de fevereiro e via AR em 22 de fevereiro de 2013 e não ocorrendo a oitiva em virtude do não comparecimento, fica, pelo presente edital, citada para, no dia 16 (dezesseis) de abril, próximo futuro, às 08h30, podendo-se fazer assistir por advogado legalmente constituído, comparecer, perante esta Comissão, sediada junto à sala de reuniões da Procuradoria Jurídica, localizada no 1º andar do Prédio da Prefeitura Municipal, na Praça 25 de julho, 01 em Rio do Sul, a fim de ser interrogada, sobre o fato. Para ciência da informante, é expedido o presente edital, a ser publicado no Jornal Diário Catarinense e no DOM, por três dias consecutivos.

Rio do Sul, 02 de abril de 2013.
FRANCINI BIANCA CIPRIANI
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 670

RESOLUÇÃO Nº 670, DE 01 DE ABRIL DE 2013
Autoriza pagamento de ½ (meia) diária e indenização de transporte a vereadoras e servidor

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária às Vereadoras Maria Helena Zimmermann, Janara Mafra e Zeli da Silva, no valor de R\$ 137,88 (cento e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) cada, bem como o pagamento de ½ (meia) diária ao servidor Roberto Andrade Bastos, no valor de R\$ 105,87 (cento e cinco reais e oitenta e sete centavos), para diligência ao município de Otacílio Costa, estado de Santa Catarina, com fito de ouvir testemunha, na sede do Poder Legislativo de Otacílio Costa, no dia 03 de abril do corrente ano, à partir das 13:30 horas, quanto a assuntos referentes à Comissão Legislativa Temporária de Inquérito, criada através da Resolução nº 666, de 11 de março de 2013.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e o município de Otacílio Costa será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL
Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO
2º Secretário

Portaria Nº 707/13

PORTARIA Nº 707, DE 18 DE MARÇO DE 2013
Autoriza pagamento de Licença Prêmio a servidora Juliana Eleutério

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o artigo 40, inciso XXXVI, alínea "a" da Resolução nº 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, e Resolução nº 615, de 13 de maio de 2011, Licença Prêmio, em pecúnia, a servidora municipal JULIANA ELEUTÉRIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo - Área Legislativa, referente ao quinquênio compreendido entre 23 de julho de 2007 a 23 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

Resumo Contrato Nº 03/2013

RESUMO DO CONTRATO Nº 03/2013

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.
Contratada: Stopanovski Consultoria em Gestão Empresarial LTDA

Objeto: Prestação de serviços pela CONTRATADA, sob orientação da CONTRATANTE, para ministrar palestra sobre o Tema "Transparência e Anticorrupção", no município de Rio do Sul / SC, na data de 27 de fevereiro de 2013, a partir das 07h30min, no Parque Universitário Norberto Frahm (PUNF).

Vigência: 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº Dp 0176/2013

PORTARIA Nº DP 0176/2013

"Nomeia Secretário do Município de Salto Veloso-SC e dá outras providências."

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei Complementar 016/2010 de 23/12/2010, Anexo I, do Quadro de Pessoal do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente, cargo em comissão, nível CC-1, a partir de 01/04/2013, o Sr. IVAN ELIAS BRUNETTA.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0154/2013

PORTARIA Nº. DP0154/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a AGNALDO MAURÍCIO PÉRICO LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0155/2013

PORTARIA Nº. DP0155/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo

de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ANDREA TEREZA DE BORTOLI ANSILIERO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0156/2013

PORTARIA Nº. DP0156/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a CRISTIANE LAZZARI SONDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0157/2013

PORTARIA Nº. DP0157/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a HELENE DE BORTOLI SOLDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0158/2013

PORTARIA Nº. DP0158/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a JULIANA BASSO ANSILIERO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0159/2013

PORTARIA Nº. DP0159/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a JOVILDE DE BASTIANI FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0160/2013

PORTARIA Nº. DP0160/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a KÁTIA RAQUEL DOTTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0161/2013

PORTARIA Nº. DP0161/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a LIRES ANSILIERO GETASSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0162/2013

PORTARIA Nº. DP0162/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARINES APARECIDA DE FREITAS PATEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0163/2013

PORTARIA Nº. DP0163/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MÔNICA GIACOMIN, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0164/2013

PORTARIA Nº. DP0164/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARIA SERIGUELLI VIEIRA RUIVO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0165/2013

PORTARIA Nº. DP0165/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARIA ABATI PÉRICO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0166/2013

PORTARIA Nº. DP0166/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a SILVANA TEREZINHA PEDROSO CESCA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0167/2013

PORTARIA Nº. DP0167/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a SOLANGE FERRANTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "B", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0168/2013

PORTARIA Nº. DP0168/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n. 16/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional por nova titulação nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei complementar n. 16/2010, de 23/12/2010, a MOZAR GANASINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Tributação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no importe de 10% (dez por cento) de incremento financeiro ao vencimento base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigindo seus efeitos a contar de 1º de Fevereiro 2013

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de Março de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0169/2013
PORTARIA Nº. DP0169/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n. 16/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional por nova titulação nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei complementar n. 16/2010, de 23/12/2010, a GILMAR PAULO CONTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no importe de 10% (dez por cento) de incremento financeiro ao vencimento base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigindo seus efeitos a contar de 1º de Março 2013

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de Março de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0170/2013
PORTARIA Nº. DP0170/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n. 16/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional por nova titulação nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei complementar n. 16/2010, de 23/12/2010, a JOSÉ ROBERTO TREVISOL BITTENCURT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no importe de 10% (dez por cento) de incremento financeiro ao vencimento base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigindo seus efeitos a contar de 1º de Março 2013

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de Março de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0171/2013
PORTARIA Nº. DP0171/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos

da Lei Complementar n.º 003/2005, a ANDRIANA PIVA MACARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0172/2013
PORTARIA Nº. DP0172/2013

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal nº 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-4, para a servidora MARILDE DEL MORO PAGANINI, pelo exercício de responsável pelo final de turno do setor de período integral da Creche municipal da Secretaria de Educação do Município de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de março de 2013.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 18 de Março de 2013
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0173/2013
PORTARIA Nº. DP0173/2013

"NOMEIA COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/201010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Coordenador de Transporte Escolar, cargo em comissão, nível CC-6, com 40 horas semanais, a partir de 01/03/2013 o Sr. VALMIR SARTOREL.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, 18 de Março de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0174/2013

PORTARIA Nº. DP0174/2013

"REVOGA PORTARIA Nº DP0158/2010 QUE ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR MUNICIPAL"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica Alterada a carga horária do servidor AGNALDO MAURICIO PERICO LIMA, nomeado pela portaria nº. DP0041/2006 de 02 de Março de 2009.

Artigo 2º. A carga horária do servidor supra passa a ser de 10 horas semanais.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/03/2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 18 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0175/2013

PORTARIA Nº. DP0175/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ALEXANDRE GATELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "B", da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dpa0175/2013

PORTARIA Nº. DPA0175/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 25 de Março de 2012 a 09 de Abril de 2013, totalizando 15 dias de férias a Servidora ELVIRA SCHUANTZ, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 10/02/2011 a 10/02/2012, correspondente a 15 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria

PORTARIA N.003, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

INSTITUI COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NOMEIA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVANO TINELLI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, nos uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, **RESOLVE:** Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, comissão de licitação, designando para compô-la os seguintes membros:

I-Abel Abati Filho, inscrito no CPF sob nº-384.813.679-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agrônomo do município de Salto Veloso, o qual presidirá a comissão;

II -Anderson Leobert, inscrito no CPF sob n 767.356.619-87, não efetivo trabalha como vendedor no município de salto veloso e região.

III - SIBELI APARECIDA MATOS GANASINI, inscrita no CPF sob nº- 715.854.609-82, ocupante de cargo de provimento efetivo de Secretaria Executiva da Câmara de Vereadores de Salto Veloso; a qual exercerá os trabalhos de secretária da comissão

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 02 de Abril de 2013.

SILVANO TINELLI
Presidente da Mesa Diretora

Licitação

Extrato de Aviso de Licitação

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Processo Licitatório nº 001/2013

Convite p/ Compras e Serviços nº 001/2013

OBJETO: Contratação de serviços radiofônicos, com alcance de frequência em todo o território do Município e região, para a divulgação semanal de atos do Poder Legislativo do Município de Salto Veloso.

Programa exclusivo aos sábados com duração de até dez minutos no horário entre às doze e treze horas.

Assessoria para produção de textos e edição do programa por conta da contratada.

A contratação será de Abril à Dezembro de 2013, podendo ser renovada em acordo de ambas as partes até o limite conforme determina a Lei de Licitações nº 8.666/93.

Valor máximo mensal: R\$ 1.200,00 reais

Data de abertura: 16/04/13 às 09:00hs

O edital na íntegra poderá ser retira junto à sede da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso - SC no Endereço: Rua Padre Agostinho Rombaldi, 58, centro, Salto Veloso - SC. ou pelo telefone (49)3536-0035.

SILVANO TINELLI
Presidente da Câmara de Vereadores

Licitação

Extrato de Aviso de Licitação

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Processo Licitatório nº 002/2013

Convite p/ Compras e Serviços nº 002/2013

OBJETO: Contratação de Empresa para Publicação de Atos Oficiais para a Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso em Jornal Regional para o exercício de 2013 com edições semanais.

Assessoria para produção de textos e edição no jornal por conta da contratada.

A contratação será de Abril à Dezembro de 2013, podendo ser renovada em acordo de ambas as partes até o limite conforme determina a Lei de Licitações nº 8.666/93.

Valor máximo mensal: R\$ 1.400,00 reais

Data de abertura: 16/04/13 às 14:00hs

O edital na íntegra poderá ser retirado junto à sede da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso - SC no Endereço: Rua Padre Agostinho Rombaldi, 58, centro, Salto Veloso - SC. ou pelo telefone (49)3536-0035.

SILVANO TINELLI

Presidente da Câmara de Vereadores

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Licitações**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 22/2013- PR

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Materiais de expediente e pedagógicos para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, durante o exercício 2013. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 08:45hs do dia 15/04/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, e-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Chamada Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

CHAMADA PÚBLICA 01/2013

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos da Rede Municipal de Educação Infantil e Fundamental, atendendo ao disposto na Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 38/2009, com entrega do envelope contendo o projeto de vendas e documentação de habilitação até as 9:45 Hs do dia 10 de Abril de 2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio

Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA.

Prefeito Municipal.

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Decreto Nº 162/2013**

DECRETO Nº 162/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: VOLMIR GREEF

CARGO: Diretor de Transporte Escolar

NÍVEL: CC-02

CÓDIGO: 1036

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

Decreto Nº 163/2013

DECRETO Nº 163/2013

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de Contratação imediata de um Técnico em Agropecuária;

Considerando que o Técnico em Agropecuária, lotado no Setor encontra-se em licença em virtude de cargo eletivo de Prefeito Municipal;

Considerando a indisponibilidade de atuação do referido cargo junto a secretaria de Agricultura, onde a vaga existe e encontra-se aberta, necessário se faz a contratação temporária, para dar andamento das atividades da junta a secretaria;

DECRETA

Art. 1º. Fica contratado o Senhor Elias Josoe Wantz, CPF nº 006.042.610.12 RG nº 4091746811, para desempenhar a função

de Técnico em Agropecuária, carga horária de 40 horas semanais, código 040, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 136/8

Decreto Nº161/2013

DECRETO Nº161/2013

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e Art. 80 da Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º. Fica Concedida Licença sem vencimentos a Servidora Municipal Senhora ILIANE SECHHI, matricula nº 861/3, ocupante da Função de Assistente Administrativa, por prazo indeterminado, a contar desta data, conforme solicitação em anexo.

Art. 2º. Ao município fica facultado o direito de cancelamento da devida licença em caso de necessidade funcional da pessoa ora licenciada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 01 de Abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 136/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 001/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013

DA ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Combustível que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB e a Empresa EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA.

DO OBJETO: Aquisição de combustível - gasolina comum - para

os veículos da frota da EMHAB Empresa Municipal de Habitação, com as seguintes características: automóvel Ford Courier placas MCY 8903, automóvel GM Corsa placas MBP 0676 e automóvel GM Corsa placas MBD 3494, conforme Convite nº 1/2013.

DO VALOR: R\$ 7.974,00 - Valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses, a contar de 01.02.2013.

São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2013.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, como Diretor Presidente da EMHAB.
EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 009/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LAVAÇÃO TAIÓ LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de lavagem e pulverização dos veículos da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul, conforme Compra Direta nº 74/2013.

DO VALOR: R\$ 3.250,00 - Valor total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 06 de março de 2013 e com término em 31 de dezembro de 2013.

São Bento do Sul, 06 de março de 2013.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

VILSON LORENZETTI, pela Empresa Contratada.

Extrato de Contrato Nº 048/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aluguel de Equipamento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e as CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A.

DO OBJETO: Locação de um transformador de distribuição trifásico, 225 KVA, nº 13602416 a ser instalado na unidade consumidora conta número 23269880, em São Bento do Sul no Centro Administrativo da Prefeitura, Rua Benjamin Constant, conforme Compra Direta nº 306/2013.

DO VALOR: R\$ 1.626,66 - Valor total.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 01 de fevereiro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 001/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato Empreitada de nº 008/2012, firmado entre o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 06 de agosto de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 4/2012.

Considerando o objeto do Contrato para ampliação e reforma na Nova Sede do IPRESBS, situada na Rua Alfredo Klimmek, Centro, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos e, devido as

solicitações e alterações de projeto visando melhoras no lay-out interno, conforme planilha anexa, faz-se necessário aditivar, suprimir e prorrogar o prazo de execução e vigência do Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 e Art. 57, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, portanto fica aditivado no Contrato o valor de R\$ 4.548,55 (quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), suprimido no Contrato o valor total de R\$ 2.200,18 (dois mil, duzentos reais e dezoito centavos) e fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 01 (um) mês, a contar de 16 de janeiro de 2013 e com término em 15 de fevereiro 2013 e a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 06 de fevereiro de 2013 e com término em 05 de março de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de agosto de 2012 e Termo Aditivo nº 009/2012 de 19 de dezembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de janeiro de 2013.

ASS: LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA, como Diretora Presidente do IPRESBS.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

IPRESBS

Errata Portaria IPRESBS Nº. 083/2013

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais resolve baixar as seguintes Portarias:

ERRATA

Portaria IPRESBS Nº. 083/2013, de 27/03/2013. Concede auxílio por incapacidade temporária para a servidora LIRIA LINZMEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 02 de Abril de 2013.
LUCILENE ZÉLIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 083/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 083/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/03/2013 a 15/04/2013, a servidora LIRIA LINZMEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/03/2013 a 26/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/03/2013.

São Bento do Sul, 27/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA

Diretor Presidente

SAMAE

Portaria/SAMAE /SBS/Nº 076, de 01 de Abril de 2013.

"NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 9º, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001 e da Lei Nº 2.966, de 29 de Fevereiro de 2012, DIEGO BARBIERI, aprovado no concurso público 009/2011, para o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ETA/ETE, Grupo Ocupacional 04, classe A, do Quadro de Pessoal efetivo desta Autarquia, com os vencimentos de LEI.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de abril de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE /SBS/Nº 078, de 01 de Abril de 2013.

"CONCEDE CONCLUSÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor DIEGO RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, Grupo Ocupacional 02, Classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a conclusão do Estágio Probatório na forma do art. 32 da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º - A conclusão a que se refere o artigo 1º, compreende o período de 15.06.2009 a 25.03.2013.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 25 de março 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 077, de 01 de Abril de 2013.**"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor JOANITO GONDARSKI, Motorista, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, Função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de abril de 2013, revogando-se a portaria nº 032/2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato 16/2013 Caixa Economica Federal

Contrato nº ..: 16/2013 - 3º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A

Vigência :Inicio:18/03/2013 Termina:18/03/2014

Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010

Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRA-BANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato 17/2013 Banco Bracce S.a.

Contrato nº ..: 17/2013 - 3º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :BANCO BRACCE S.A.

Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A

Vigência :Inicio:18/03/2013 Termina:18/03/2014

Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010

Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRA-BANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 11/2013 - Itajui Engenharia de Obras Ltda

Contrato nº ..:11/2013 - 2º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Valor :3.554.578,78 (três milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil quinhentos

e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)

Vigência :Inicio:01/03/2013 Termina:04/11/2013

Licitação :Concorrência p/ Obras e Serv.de Engenharia nº 53/2011

Recursos :Dotação: 48-1.003.4.4.90.51.00.00.00 (98)

Objeto :EXECUÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO

SÃO BENTO DO SUL, COMPREENDENDO COLETA DE ESGOTAMENTO

SANITÁRIO NA SUB-BACIA 3 DO RIO SÃO BENTO, NOS BAIRROS CENTRO, RIO NEGRO E BOHEMERWALD.

São Bento do Sul, 14 de fevereiro de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 12/2013 RH Global Cons. Assessoria Ltda

Contrato nº ..: 12/2013.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :RH GLOBAL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Valor :4.636,40 (quatro mil seiscentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) total

Vigência :Inicio:01/03/2013 Termina:30/03/2013

Licitação :Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 04/2013

Recursos :Dotação: 14-3.3.90.37.00.00.00.00 (05)

Objeto :SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA 02 PROFISSIONAIS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

São Bento do Sul, 01 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 13/2013 Centro de Integr. Estudantes - Estágios Cin

Contrato nº ..:13/2013 - 3º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN

Valor :717,12 (setecentos e dezessete reais e doze centavos) total

Vigência :Inicio:11/03/2013 Termina:11/03/2014

Licitação :Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 08/2010

Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (99)

Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, VISANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TREINO PRÁTICO, SITUAÇÕES DE VIDA E TRABALHO AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL PARA 04 ESTAGIÁRIOS, PODENDO SER DE ENSINO SUPERIOR, ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 E COM A LEI N. 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DO ESTÁGIO, QUE OBRIGATÓRIO OU NÃO, DEVERÁ SER PEDAGOGICAMENTE ÚTIL E POR ISSO, DE INTERESSE CURRICULAR, ENTENDIDO COMO UM ATO EDUCATIVO ESCOLAR SUPERVISIONADO, DESENVOLVIDO NO AMBIENTE

DE TRABALHO.

São Bento do Sul, 11 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 14/2013 Transresíduos Transp. Res. Inds. Ltda

Contrato nº ...:14/2013 - 3º T.A.
Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA
Valor :37,00 (trinta e sete reais) por tonelada transportada
Vigência :Início:11/03/2013 Término:11/09/2013
Licitação :Pregão Presencial nº 45/2012
Recursos :Dotação:61-3.3.90.39.00.00.00.00 (28)

Objeto :SERVIÇO DE RETIRADA DE LODO DAS ETE'S: CRUZEIRO, BRASÍLIA E SERRA ALTA, COM O CARREGAMENTO E TRANSPORTE REALIZADO PELA CONTRATADA.

São Bento do Sul, 11 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 15/2013 Hsbcbank Brasil S.a.

Contrato nº ...: 15/2013 - 3º T.A.
Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :HSBCBANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A
Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014
Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010
Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRABANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 18/2013 Banco Itau Unibanco S.a.

Contrato nº ...: 18/2013 - 3º T.A.
Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.
Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A
Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014
Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010
Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRABANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 19/2013 Banrisul

Contrato nº ...:19/2013 - 3º T.A.
Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :BANRISUL BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A
Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014
Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010
Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRABANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 20/2013 Banco Bradesco S.a.

Contrato nº ...:20/2013 - 3º T.A.
Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :BANCO BRADESCO S.A.
Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A
Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014
Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010
Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRABANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 21/2013 Banco do Brasil S.a.

Contrato nº ...:21/2013 - 3º T.A.
Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :BANCO DO BRASIL S.A.
Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A
Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014
Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010
Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRABANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato Nº 22/2013 - Cecred

Contrato nº ..:22/2013 - 3º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CE-CRED

Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A

Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014

Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010

Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRA-BANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Contrato Nº 23/2013 Banco Santander (Brasil) S.a.

Contrato nº ..:23/2013 - 3º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A

Vigência :Início:18/03/2013 Término:18/03/2014

Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010

Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRA-BANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Contrato Nº 24/2013 - Orbenk Adm. Serv. Ltda

Contrato nº ..:24/2013 - 5º T.A.

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada :ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Valor :92.135,88 (noventa e dois mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos) total

Vigência :Início:19/03/2013 Término:19/09/2013

Licitação :Pregão Presencial nº 32/2010

Recursos :Dotação:38-3.3.90.37.00.00.00.00 (99) e 60-3.3.90.37.00.00.00.00(99)

Objeto :SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA 06 AUXILIARES DE OPERAÇÕES/SERVIÇOS GERAIS.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Processo Licitatório Prefe N. 018/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 018/2013

TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 003/2013

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 18 de abril de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para contratação de empresa(s) especializada(s) para realização de Concurso Público, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas dos cargos e empregos públicos constantes no Quadro de Pessoal do Município de São Domingos/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 15 de março de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

Contrato Prefe N. 008 de 13/02/2013

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 008 DE 13/02/2013

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1,79 POR QUILOMETRO

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/02/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO TRAJETO SÃO DOMINGOS / ENGENHO VELHO / STA. LUCIA / SÃO DOMINGOS.

CONTRATADA: P & PETERSON TURISMO LTDA. ME

CPF/CNPJ: 17.012.913/0001-20

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 13/04/2013

Contrato Prefe N. 010 de 08/03/2013

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 010 de 08/03/2013

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 7.800,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/03/2013

DESCRIÇÃO: A contratação de profissional especializado para realização de atividades de assessoria à Secretaria Municipal de Assistência Social e de capacitação dos servidores municipais e equipe técnica vinculada a esta secretaria, a fim de capacitá-los acerca das novas aquisições e direcionamentos apresentados pelas novas normativas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), bem como aprimorar o trabalho desenvolvido pela equipe técnica do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social)

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinícius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: IRACI DE ANDRADE.

CPF/CNPJ: 11.758.765/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013

Contrato Prefe Nº 100/2012 de 28/12/12

DADOS E TEXTO DE CONTRATO:

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2012

NÚMERO CONTRATO: Contrato Prefe nº 100/2012 de 28/12/12 (Contrato de Repasse nº 400.648--89/2012/FNAS/CAIXA - Processo 776300/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 270.000,00 R\$ 10.000,00= R\$ 280.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/12/12

DESCRIÇÃO: O presente Contrato de Repasse que entre si celebram a UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), representado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC), tem por objetivo a execução de ações relativas ao Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - Construção de Centro de Referência da Assistência Social CRAS.

ASSESSORIA JURÍDICA: Caroline Zanchettin - OAB/SC n. 32.769

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FNAS

CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 28/12/2014

Contrato Prefe Nº 101/2012 de 19/12/12

DADOS E TEXTO DE CONTRATO:

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2012

NÚMERO CONTRATO: Contrato Prefe nº 101/2012 de 19/12/12 (Contrato de Repasse nº 398.187-50/2012/MDS/CAIXA - Processo 774666/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 450.000,00 R\$ 12.000,00= R\$ 462.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/12/12

DESCRIÇÃO: O presente Contrato de Repasse que entre si celebram a UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), representado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC), tem por objetivo a execução de ações relativas a Segurança Alimentar e Nutricional SESAN - Implantação de Unidade de Apoio a Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar UADAAF.

ASSESSORIA JURÍDICA: Caroline Zanchettin - OAB/SC n. 32.769

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MDS

CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 19/12/2014

São João do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 1.660 de 28 de Março de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LEI Nº 1.660 DE 28 DE MARÇO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar o ingresso do Município de São João do Sul no Consórcio Público denominado Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina (AGESAN), e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

proceder com o ingresso no Consórcio Público denominado Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina (AGESAN).

§1º - O ingresso de que trata o caput deste Artigo busca atender as disposições previstas no Art. 241 da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e na Lei Complementar Municipal nº. 010, de 25 de abril de 2012.

§2º - A adesão ao Consórcio obedecerá às normas previstas na Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 2º - As atribuições, competências e responsabilidades da Agência Reguladora junto ao Município serão as estabelecidas na legislação superveniente, em especial na Lei Federal nº. 11.445, de 2007, Lei Estadual nº. 13.517, de 04 de outubro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 010, de 2012 e na Lei Municipal nº. 1.638, de 08 de agosto de 2012.

Art. 3º - Constitui parte integrante desta Lei, na forma de Anexo Único, cópia do Protocolo de Intenções que com a vigência desta Lei será firmado com a Agência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se os efeitos da Lei Municipal nº. 1.649, de 11 de dezembro de 2012, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 28 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lei Nº. 1.659 de 28 de Março de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LEI Nº. 1.659 DE 28 DE MARÇO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio, através da Prefeitura Municipal, com a Associação Irmã Carmem, de Araranguá - SC, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de repasse de recursos financeiros, através da Prefeitura Municipal de São João do Sul, com a Associação Irmã Carmem, de Araranguá - SC, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), objetivando a cooperação financeira para manutenção das atividades de abrigo de crianças menores abandonadas ou em situação de risco social.

Art. 2º - O prazo para realização do Convênio de que trata o caput do Artigo anterior fica estabelecido em 27 de dezembro de 2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 28 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 041 a 047 de 18 de Fevereiro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

PORTARIA Nº 041 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Dar Vacância ao cargo de Professora, por motivo de aposentadoria da servidora MARIA CIRETE DA CUNHA CARDOSO, conforme Carta de Concessão, Benefício nº. 1543665958, espécie 42, do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar da presente data.

PORTARIA Nº. 042 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Conceder Gratificação, nível G8, ao Servidor JOELCIO ESPÍNDOLA RODRIGUES, ocupante do cargo de Motorista I, para exercer atividade de Agente de Serviço, com efeitos a partir de 01 de fevereiro

de 2013.

PORTARIA Nº. 043 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Cessar os efeitos da Portaria nº 021, de 03 de janeiro de 2011, que concedeu Gratificação, nível G8, para exercer atividade de Agente de Serviço, ao Servidor MICHEL SCANDOLARA BIANCHINI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº 044 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Conceder Férias para o Servidor JOELCIO ESPÍNDOLA RODRIGUES, ocupante do cargo de Motorista I, da seguinte forma: de 01/02/2013 a 10/02/2013 abono pecuniário, e de 11/02/2013 a 02/03/2013 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

PORTARIA Nº 045 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

Conceder Gratificação, nível G8, ao Servidor ROMUALDO ABEL ROLDÃO, ocupante do cargo de Motorista I, para exercer atividade de Agente de Serviço, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 046 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Conceder Férias para a Servidora MARIA IVONETE MOTTA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitarista Auxiliar, no período de 01/02/2013 a 02/03/2013, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

PORTARIA Nº. 047 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

Conceder Férias para o Servidor VALVITE RAUPP, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 05/02/2013 a 06/03/2013, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 040 de 15 de Fevereiro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

PORTARIA Nº. 040 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, para a servidora SUZANA BEDINOTE RODRIGUES MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Professora, por 02 (dois) anos, no período de 15/02/2013 á 14/02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Resumo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório Nº 023/2013 - Pregão Presencial Nº 006/2013 de

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013 DE 04/03/2013.

OBJETO: Aquisição de uma motoniveladora, nova, de fabricação nacional, equipada com motor com no mínimo 140 hp de potencia líquida no volante, 6 cilindros, diesel 4 tempos, injeção direta, turboalimentado. Peso operacional mínimo de 14.500 kg. transmissão com controle eletrônico de velocidade com no mínimo 6 velocidades a frente e 03 a ré, freios eficientes e preciso em banho de óleo, pneus com características mínimas 1400x24, direção hidrostática, cabine aberta, lâminas com deslocamento lateral e a inclinação da lâmina acionados hidráulicamente, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, com o menor preço de R\$ 499.900,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos reais). Sendo a empresa classificada

adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados.

São João do Sul, 25 de Março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Convênio Nº. 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 001/2013

OBJETO: SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS, PRONTO ATENDIMENTO, AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FÉRIAS, BEM COMO O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE AS 18:00 HORAS E AS 08:00 HORAS, AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC.

VIGÊNCIA: 03/04/2013 à 30/04/2013

VALOR: R\$ 10.000,00 - Total

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1658 de 28 de Março de 2013 e na Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.50.00.00.00.0085

São João do Sul - SC, 03 de Abril de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.601, de 02 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.601, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Reajusta o valor pecuniário mensal destinado às famílias participantes do Programa "Família Acolhedora", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 1.758, de 06 de agosto de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.927, de 15 de março de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o subsídio mensal, previsto no § 1º, do art. 8º, da Lei Municipal nº 1.758, de 06 de agosto de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.927, de 15 de março de 2011, destinado às famílias habilitadas, participantes do Programa Social "Família Acolhedora", da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, da seguinte forma:

I - em 3,25% (três vírgula vinte e cinco por cento), referente ao IGP-M acumulado no período de março de 2011 a março de 2012;

e

II - em 8,05% (oito vírgula zero cinco por cento), referente ao IGP-M, acumulado no período de março de 2012 a março de 2013. Parágrafo único. Através da aplicação cumulativa dos percentuais previstos do caput deste artigo, o valor do subsídio fica reajustado de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para R\$ 667,80 (seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos) mensais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2013.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - FMS - Processo Nº 18/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/04/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ NEOCATE PARA MENOR CONFORME PROCESSO JUDICIAL Nº 066.13.003463-3. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitações Processo Nº 051/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/04/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº37/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE UNIFORMES ESCOLARES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Processo Nº 52/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/04/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFALTÍCO USINADO A QUENTE DESTINADO A REPARAÇÃO DE VIAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO A SEREM RETIRADOS NA USINA ATÉ UMA DISTÂNCIA MÁXIMA DE 50 KM DO MUNICÍPIO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.624/2013 de 1º de Abril de 2013

DECRETO Nº 2.624/2013 de 1º de abril de 2013
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 5.006 de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando a Ata nº 77, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 77/2013 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

- Ilceu Bachmann;
- Letícia Gazola;
- Wilson Giebelmeier Strelow;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.625/2013 de 1º de Abril de 2013

DECRETO Nº 2.625/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Adelsio Luis Kohler	22	23
Ademir José Pereira	07	08
Afonso de Medeiros Zeferino	29	30
Andreia Czechowski de Oliveira	07	08
Claudinei Roncki	26	27
Erno Lauri Radetzki	15	16
Fernando Rodrigo da Rosa	52	53
Guideleine Alves	08	09
Marciane Neumann Stortz	21	22
Maria das Graças Campos Oliveira	07	08
Paulo Roberto Ferreira	25	26
Rafaela Susan Kienen	27	28
Raquel Keske	07	08
Rubiamar Batista Moreira Iancovski	21	22
Sueli Mariane Eichstadt Ramos	07	08
Volmir Inacio Kraemer	29	30

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Claudete Regina Dambros A. Oliveira	B-Inicial	B-1
Claudiane Maria Ehlke Vieira	A-Inicial	A-1
Eberton Vargas Trentin	B-1-I	B-2-I
Marciana Jacobi Lourenzetti	C-3-I	C-4-I
Tereza Stefan Harmel	C-Inicial	C-1
Vanessa Skorek	B-Inicial	B-1

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Republicação - Decreto Nº 2.622/2013, de 28 de Março de 2013.

DECRETO Nº2.622/2013, DE 28 DE MARÇO DE 2013.
CONVOCA A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual nº 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades, decreta:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 22 de maio de 2013, sob a coordenação do Senhor Harildo Konell.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal Senhor Osvaldo Jurck e no seu impedimento, pelo coordenador Senhor Harildo Konell.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho Municipal da Cidade.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 28 de março de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.050/2013, de 1º de Abril de 2013

PORTARIA Nº 5.050/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a Sra. Mariani de Oliveira Palhares, do cargo de Secretária de Saúde e Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.051/2013, de 1º de Abril de 2013
PORTARIA Nº 5.051/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o Sr. Nivaldo Lombardi, do cargo comissionado de Diretor Municipal de Defesa Civil, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.052/2013, de 1º de Abril de 2013
PORTARIA Nº 5.052/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Carolina Simões Veloso, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.053/2013, de 1º de Abril de 2013
PORTARIA Nº 5.053/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora

Silmara de Fátima Cordeiro Neuburger em 18 de março de 2013;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.597/2012, de 31/12/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Luciane Leu, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial 07, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, V, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.054/2013, de 1º de Abril de 2013
PORTARIA Nº 5.054/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Glauca Streit Chrast, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.055/2013, de 1º de Abril de 2013

PORTARIA Nº 5.055/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Josceane Maria Zanella Ramalho, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-1, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.056/2013, de 1º de Abril de 2013

PORTARIA Nº 5.056/2013, de 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Ivone Fatima Taffarel dos Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.057/2013, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 5.057/2013, de 02 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Adelaide Weidauer Mayer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 19/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013-PMS

PROCESSO Nº. 47/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: aquisição de veículo zero quilômetros, fabricação nacional, ano/modelo 2013/2013, com cinco lugares, para utilização do PROCON do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de abril de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 16 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 30/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 30/2013-FMS

Dispensa nº. 10/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 17/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98, estabelecida Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, Vila Parolin, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.220-410

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de medicamento destinado para atender emergências médicas do setor de Saúde Pública da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cloridrato de pro-metazina 50mg/2ml injetável	100	Ampola	0,90	90,00
VALOR R\$ TOTAL					90,00

Valor do contrato: R\$ 90,00 (noventa reais)

Data da Assinatura: 02/04/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Notificação - J.M.B. Aresta Me

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 142/2012

Fica a empresa J.M.B. ARESTA ME, CNPJ nº 14.579.435/0001-47, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 212/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 653/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
653/13	Folders tam. 22x31,4x4 cores, papel couchê Brilho 170g, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagens e prova print.	20/02/2013	28/02/2013

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 22 de março de 2013.

VALDEMAR DOS SANTOS

Diretor de Saneamento e Gestão Ambiental

A

Sr. Fabiano Augusto Nunes

J. M. B ARESTA ME

CNPJ: 14.579.435/0001-47

(41) 3473-4693

Timbé do Sul**PREFEITURA****Decreto 01/2013**

DECRETO Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os Servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Matrícula	Cargo
Jaqueline Dandolini	2445	Agente Comunitário de Saúde PSF/PACS
Marilene Pizzolo de Prá	2452	Agente Comunitário de Saúde PSF/PACS

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 02 de janeiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 02/2013

DECRETO Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

FIXA REMUNERAÇÃO DE SECRETÁRIA E PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das suas atribuições e em atendimento ao que estabelecem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 934/1997;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixadas as remunerações conforme especifica:

Nome/RG/CPF	Cargo	Nível
Alessandra Machado; 4.296.105; 053.110.829-50	Secretária do Conselho Tutelar	CC - 6
Oiara Tramontin Felisberto; 5.754.552; 511.048.140-72	Presidente do Conselho Tutelar	CC - 5

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem efeitos a contar de 1º de janeiro de 2013.

Timbé do Sul/ SC, 02 de janeiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 03/2013

DECRETO Nº. 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Anatoní Augusto Pezente, matrícula nº 2606, do Cargo de Diretor Do Departamento De Tesouraria, Nível CC-5, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 02 de janeiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 04/2013

DECRETO Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

NOMEIA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município

de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor ADELIRIO MARCHESINI, CPF nº 469.731.509-00 e RG nº 1.086.036, no Cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente CC-1, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de janeiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 05/2013

DECRETO Nº. 05, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Saimon Conti Biava, CPF nº 060.353.939-42 e RG 4.261.005, no Cargo de Diretor Do Departamento De Tesouraria, Nível CC-5, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 02 de janeiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 06/2013

DECRETO Nº. 06, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Anatoní Augusto Pezente Zilli, CPF nº 077.468.219-10 e RG 4.261.041, no Cargo de Controlador Interno, Nível CC-3, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 02 de janeiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 07/2013

DECRETO Nº. 07, DE 07 DE JANEIRO DE 2013.
ATUALIZA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL MONETÁRIA E DE OUTROS VALORES EXPRESSOS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul -SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º A UFM - Unidade Fiscal Monetária fica reajustada em 7,8119%, correspondente à variação do IGPM - Índice Geral de Preços Médios, verificado no exercício de 2012, tendo o valor fixado em R\$ 15,79 (quinze reais e setenta e nove centavos), conforme o art. 412, da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º A Planta Genérica de Valores, para efeito de apuração do Valor Venal do metro quadrado do terreno e da construção, fica reajustado em 7,8119%, correspondente à variação do IGPM - Índice Geral de Preços Médios, verificado no exercício de 2012, conforme o art. 414, da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal).

Art. 3º Os demais valores expressos em reais e corrigíveis ficam reajustados em 7,8119%, correspondente à variação do IGPM - Índice Geral de Preços Médios, verificado no exercício de 2012, conforme o art. 413, da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 07 DE JANEIRO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 08/2013

DECRETO Nº 08, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada à pedido, a Servidora Thaisa de Aguiar Moro, matrícula nº 2.363, ocupante do Cargo de monitor de creche e Pré Escolar do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 14 de janeiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 09/2013

DECRETO Nº. 09, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
FIXA O CALENDÁRIO PARA PAGAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO EXERCÍCIO 2013.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano Exercício 2013, serão efetuados em conformidade com o calendário abaixo:

*03(três) parcelas nos seguintes prazos:

- Parcela Única com 20% de desconto até 11/03/2013;
- 1ª Parcela até 11/03/2013;
- 2ª Parcela até 10/04/2013;
- 3ª Parcela até 10/05/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de janeiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 10/2013

DECRETO Nº. 10, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.
CONCEDE PENSÃO POR MORTE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 785 DE 10/12/1993;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 49 da Lei Municipal Nº 785 de 10/12/1993, Pensão por Morte do beneficiário HILÁRIO ROVARIS, conforme Certidão de Óbito matrícula nº 106591 01 55 2013 4 00040 015 001455587, em 14/01/2013, à sua Esposa, MAFALDA PIZZOLO ROVARIS, RG Nº 3.715.674 e CPF 018.618.179-59.

Art. 2º - O valor da pensão é o equivalente ao que percebia o beneficiário por ocasião do óbito; R\$ 1.098,28 (um mil e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 15 de janeiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 11/2013

DECRETO Nº 11, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Matrícula	Cargo
Nelson Alborghetti	2533	Odontólogo PSF/PACS

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 01 de fevereiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 12/2013

DECRETO Nº. 12, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Janaina Solange dos Santos, matrícula nº 2382, ocupante do Cargo de Secretário de Educação, Cultura e Esportes do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 01 de fevereiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 13/2013

DECRETO Nº 13, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013.
NOMEIA SERVIDORA EM CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada por tempo indeterminado, a Servidora INDIA MARA DOS SANTOS, CPF 027.986.839-12 E RG 6.575.792-3 no Cargo de Odontólogo PSF/PACS, no Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 1º de fevereiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 14/2013

DECRETO Nº 14, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 11 de fevereiro (segunda-feira) em decorrência do carnaval; feriado nacional e no dia 13 de fevereiro no período matutino; quarta-feira de cinzas.

Art. 2º - O expediente do dia 13 de fevereiro; quarta-feira será das 13:00 às 18:00 horas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 07 de fevereiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 15/2013

DECRETO Nº. 15, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES COMISSIONADOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados no Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Cargo	RG e CPF
Edson Velho	Diretor de Departamento de Esportes	2.753.160 789.739.109-49
Leliana Burigo Rocha	Diretor de Departamento de Educação	3.831.246 032.974.499-26

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 07 de fevereiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 16/2013

DECRETO Nº 16, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013.
NOMEIA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Servidora LURDETE VELHO GHELLERE, matrícula nº 654, CPF nº 584.019.209-06, no Cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esportes CC-1, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 07 de fevereiro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 17/2013

DECRETO Nº. 17, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.
ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 163 da Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município);

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o horário de funcionamento das Repartições Públicas Municipais, conforme abaixo disposto:

a) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Turno Matutino: 8:00 às 12:00 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30 horas

b) SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Turno Matutino: 8:00 às 12:00 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30 horas

c) SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Turno Matutino: 8:00 às 12:00 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30 horas

d) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Turno Matutino: 8:00 às 12:00 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30 horas

e) SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

Turno Matutino: 7:00 às 11:30 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:00 horas

f) SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Turno Matutino: 8:00 às 12:00 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30 horas

g) SECRETARIA DE SAÚDE

Turno Matutino: 8:00 às 12:00 horas

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30 horas¹²

- Unidade Central(Posto de Saúde)

Turno Único das 07:00 às 18:00 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Este Decreto tem efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2013.

TIMBÉ DO SUL - SC, 13 de fevereiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 18/2013

DECRETO Nº. 18, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2.013, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR PROVENIENTE DO FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, por conta do superávit do exercício anterior, provenientes da arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 15.574,03 (quinze mil, quinhentos e setenta e quatro reais e três centavos), distribuídos da seguinte forma:

Órgão 04:SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade 2.006: Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.3.88(115) - Aplicações Diretas R\$ 15.574,03

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, consta do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2012, deduzido os Restos a Pagar, creditado na conta corrente 10.248-2, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 13 de fevereiro de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 19/2013

DECRETO Nº. 19, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), distribuídos da seguinte forma:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 01 - Departamento de Educação
Proj./Atividade 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0469 (117) - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0469 (118) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0469 (119) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
Proj./Atividade 2.009 - Manutenção do Ensino Infantil
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0468 (120) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 54.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes:

- I - Provável Excesso de Arrecadação na fonte de recursos 469 - FNDE/PEJA R\$ - 44.000,00
- II - Provável Excesso de Arrecadação na fonte de recursos 468 - FNDE/CRECHES R\$ - 10.000,00

Art. 3º - As suplementações de que tratam este Decreto ficam condicionadas a efetiva apuração do excesso de arrecadação em cada fonte de recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 13 de fevereiro de 2013
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 20/2013

DECRETO Nº. 20, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE/EXERCÍCIO 2013, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária SAMAE de Timbé do Sul, abaixo discriminada, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 30.663,86 (Trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), distribuídos da seguinte forma:

Órgão 10 : SAMAE
Unidade 01 - Sistema de Água e Esgoto
Funcional:17.512.0115.1021-Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede
14-4.4.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.663,86

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º são decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, apurado na fonte de recursos (380) 0.6.080- Recursos Ordinários, no valor de R\$ 30.663,86(trinta mil e seiscentos

e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 13 de fevereiro de 2013
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 21/2013

DECRETO Nº. 21, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo identificados com nomenclatura de cargo e carga horária, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul – SC.

Nome/RG/CPF	Cargo/Nível/Carga horária
Alessandra Pizzolo de Prá 4.209.525-5 / 045.581.529-14	Professor 20 HS Nível 0088
Alexsandra Rosa de Oliveira 4.209.525-5 / 965.029.160-15	Professor 40 HS Nível 0088
Cleimara da Silva Ferreira 4.521.486 / 039.588.679-10	Professor 40 HS Nível 0088
Dinalva Panatta Mafioletti 4.492.217 / 072.891.029-24	Professor 40 HS Nível 0088
Deonilda Dos Santos 3.497.663 / 999.909.709-04	Professor 20 HS Nível 0088
Elisandra da Silva Marques 3.889.837/028.931.919-02	Professor 40 HS Nível 0088
Graziela de Souza Carminatti 4.098.786 / 030.559.449-41	Professor 20 HS Nível 0088
Luisi Velho 4.261.029/059.748.789-81	Professor 20 HS Nível 0088
Marcia Maciel Alves De Macedo 5.339.821-1 / 006.335.640-60	Professor 20 HS Nível 0088
Mateus Manganelli Burigo 4.225.749 / 057.257.939-07	Professor 40 HS Nível 0088
Rosangela de Oliveira 4.296.718 / 046.686.069-28	Professor 20 HS Nível 0088
Susana Dos Santos 4.230.470 / 008.688.879-00	Professor 20 HS Nível 0088
Tanise Pittigliani Silveira 4.209.307/036.449.079-94	Professor 20 HS Nível 0088
Gilberto Silva de Almeida 3.485.031-7/987.634.829-91	Motorista 40 HS Nível 0013
Lenoir Matos Coelho 241.625/172.605.740-20	Motorista 40 HS Nível 0013
Manoel Vitor Galdino da Rocha 5.628.561/077.617.209-32	Motorista 40 HS Nível 0013
Rogério Dassi 3.597.207/020.215.039-92	Motorista 40 HS Nível 0013
Romeu Malgarisi 202.395/284.476.540-87	Motorista 40 HS Nível 0013
Wagner Turossi Cadorin 4.230.477/038.575.919-35	Motorista 40 HS Nível 0013

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 18 de fevereiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 22/2013

DECRETO Nº. 22, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), distribuídos da seguinte forma:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.013 - Manutenção do Dpto de Promoção Social

92.3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.018 - Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes

100-4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.013 - Manutenção do Dpto de Promoção Social

96.3.3.90.00.00.00.00.0036 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.018 - Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes

90-3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transferências à Instituições Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de fevereiro de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 23/2013

DECRETO Nº. 23, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, na dotação abaixo discriminada, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais):

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.021 - Mac. Ambulatorial e Hospitalar

17-3.3.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.021 - Mac. Ambulatorial e Hospitalar

11-3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transferências à Consórcios Públicos R\$ 130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de fevereiro de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 24/2013

DECRETO Nº 24, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.013

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.663 de 26/02/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, na dotação abaixo especificada, no valor total de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais):

Órgão 04: Secretaria de Educação, Cultura e esportes

Unidade: 01 - Departamento de Educação

Proj./Atividade 2.008 - Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0093 (116)- Aplicações Diretas R\$ 132.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da contratação de financiamento junto ao BNDES, ocorrida no exercício 2012, Operação de Crédito 0342.698-57 - Agente Financiador CEF, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.532/2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de fevereiro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretario de Administração e finanças

Decreto 25/2013

DECRETO Nº. 25, DE 1º DE MARÇO DE 2013.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Servidora SAMIRA DAL TOÉ DE PRÁ, matrícula nº 2340, ocupante do Cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 26/2013

DECRETO Nº. 26, DE 1º DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam exonerados os servidores abaixo identificados, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Cargo	Matrícula
Adelmo Dal Pont	Diretor do Depto de Trânsito	2612
Evandro Marques	Secretário de Obras e Transportes	2702
Neimar Coral	Secretário de Saúde	2704

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 27/2013

DECRETO Nº 27, DE 1º DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SECRETÁRIO DE OBRAS E TRANSPORTES

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor EDUALDO SERAFIM, CPF nº 006.450.409-32 e RG nº 3.689.705, no Cargo de Secretario de Obras e Transportes CC-1, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 28/2013

DECRETO Nº 28, DE 1º DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SECRETÁRIO DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor RINALDO GHELLERE, CPF nº 767.404.399-15 e RG nº 2.399.310-3, no Cargo de Secretario de Saúde CC-1, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 29/2013

DECRETO Nº. 29, DE 1º DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo identificados com nomenclatura de cargo e carga horária, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul – SC, por prazo indeterminado.

Nome/RG/CPF	Cargo/Nível/Carga horária
DENIZE ZANZI CPF: 069.953.519-08 RG: 4.296.439	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40HS NÍVEL 1029
GILDONEI ALBUQUERQUE STECANELLA CPF: 733.254.069-04 RG: 2.395.535	MOTORISTA 40 HS NÍVEL 0013
FRANCIELI PIZZOLO CPF: 087.920.999-20 RG: 5.495.359	MONITOR DE CRECHE E PRE ESCOLAR 30HS NÍVEL 1023

MARILDA TUROSSI CPF: 042.549.929-47 RG: 4.209.294	MONITOR DE CRECHE E PRE ESCOLAR 30HS NÍVEL 1023
AMELIA ZANELATTO BROLESE CPF: 029.846.249-47 RG: 3.745.863	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40HS NÍVEL 0036
BEATRIZ ZANELATO ALESSIO CPF: 030.539.479-78 RG: 4.451.158	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40HS NÍVEL 0036
MANUELA SACHETTI DAL PONT CPF: 033.624.309-02 RG: 3.988.186	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40HS NÍVEL 0036

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 1º DE MARÇO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 30/2013

DECRETO Nº. 30, DE 1º DE MARÇO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES EM CARGOS COMISSIONADOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo identificados, com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Cargo	CPF/RG
Elcio Witt Albuquerque	Chefe do Serviço de Es- porte/40 hs Nível 1035	520.704.929-15 1.521.855
Gustavo Ferro Dal Pont	Diretor do Depto de Agricultura / 40 hs Nível 1036	048.931.309-43 4.070.027
Janieli Cenne Stecanella	Chefe do Serviço ds Criança, do Adolescente e do Idoso/ 40 hs Nível 1037	088.042.319-63 5.75.521

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 31/2013

DECRETO Nº. 31, DE 04 DE MARÇO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES EM CARGOS COMISSIONADOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo identificados, com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Cargo	CPF/RG
Evandro Marques	Diretor do Depto de Compras e Licitações/40 hs – Nível 1036	022.769.199-73 3.587.652
Neimar Coral	Diretor do Depto de Indústria, Comércio e Serviços/40 hs - Nível 1036	868.813.109-00 3.038.080-4

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 04 de março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 32/2013

DECRETO Nº. 32, DE 04 DE MARÇO DE 2013.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida a Senhora ANALICE PIZZOLO STECANELLA, CPF Nº 814.069.089-91 e RG nº 1.444.253-1, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo / 40 hs, em substituição a Servidora Adriana Nagildo Arcaro, afastada por auxílio doença.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 04 DE MARÇO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 33/2013

DECRETO Nº. 33, DE 04 DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam contratados os servidores abaixo identificados com nomenclatura de cargo e carga horária, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul – SC.

NOME / RG / CPF	CARGO
BRUNO MACHADO CESARIO CPF: 071.770.879-90 RG: 4.225.632	PROFESSOR 40HS NÍVEL 0088
CAMILA DE SOUZA PIZONI CPF: 051.313.779-35 RG: 4.296.482	PROFESSOR MAG 20HS NÍVEL 0042
DAIANE DE PRÁ CESA CPF: 035.309.139-10 RG: 3.889.801	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40HS NÍVEL 1012
DANIELA GRIGIO CPF: 072.891.029-24 RG: 4.492.217	MONITOR PETI 40HS NÍVEL 923
DANUBIA DE COSTA PIZZOLO CPF: 066.316.299-85 RG: 3067843635	AUXILIAR ADMINISTRATIVO 40HS NÍVEL 0990
FERNANDA MARTINS CPF: 077.640.789-99 RG: 4.296.765	MONITOR PETI 40HS NÍVEL 923
JOZIANE MACHADO IZIDORO CPF: 038.801.579-95 RG: 4.161.501	MONITOR PETI 40HS NÍVEL 923
KELI BERTI DE MELO CPF: 077.805.269-92 RG: 5.929.227	MONITOR PETI 40HS NÍVEL 923
LEDIANE SACHET ALBINO CPF: 006.114.409-62 RG: 3556053	PROFESSOR 20HS NÍVEL 0088
LILIAN CRISTINA TRAMONTIN CPF: 017.494.819-01 RG: 3.689.700	AUXILIAR ADMINISTRATIVO 40HS NÍVEL 0990
LUANA BIAVA CPF: 090.779.029-10 RG: 4.225.724	MONITOR PETI 40HS NÍVEL 923
SANDRA ARCARO DA ROSA SACHETTI CPF: 034.023.609-42 RG: 3.659.742-2	MONITOR PETI 40HS NÍVEL 923

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 04 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 34/2013

DECRETO Nº 34, DE 04 DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os Servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Matrícula	Cargo
Rafael Monsani de Souza	2510	Vigilante Ambiental
Gilberto Silva de Almeida	2771	Motorista

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 04 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 35/2013

DECRETO Nº. 35, DE 04 DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Servidor JOÃO LUIZ MARQUESINI, matrícula nº 2368, ocupante do Cargo de Pedreiro/Carpinteiro, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 36/2013

DECRETO Nº 36, DE 04 DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SERVIDOR EFETIVO EM CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Valdir Pelizzari, matrícula nº 829, no Cargo de Diretor do Departamento de Trânsito - 40 Hs/

Nível 1036, no Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 04 de março de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 37/2013

DECRETO Nº 37, DE 05 DE MARÇO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.665 d e05 de março de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente na Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) para a dotação abaixo identificada:

14.01 - Encargos Gerais do Município

0.004 - Encargos Gerais do Município

(114)3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(7)3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de fevereiro de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 38/2013

DECRETO Nº. 38, DE 05 DE MARÇO DE 2013.

ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam contratados os servidores abaixo identificados com nomenclatura de cargo e carga horária, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul – SC.

Nome/RG/CPF	Cargo/Nível/Carga horária
Alan Zanellato 951.868.839-72/ 3.376.492	Vigilante Ambiental /40 Hs Nível 0934
Aline Dagostin 037.487.449-27/ 4.205.785	Professor Nivelamento / 40 Hs Nível 0087
Diego Fornaza Tonetto 079.758.689-06 / 4.261.095	Motorista / 40 Hs Nível 0013
Daniela Gomes 072.891.019-52 / 4.209.656	Secretária / 40 Hs Nível 94
Maiquele Moro 059.748.809-60 / 4.261.196	Professor / 40 Hs Nível 0088

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 05 DE MARÇO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 39/2013

DECRETO Nº. 39, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES EM CARGOS COMISSIONADOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo identificados, com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Cargo	CPF/RG
Claudione Donadel Ghellere	Chefe dos Serviços de Patrimônio e Almoxarifado / 40 hs Nível 1037	942.332.259-04 3.497.779

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 06 de março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 40/2013

DECRETO Nº. 40, DE 08 DE MARÇO DE 2013.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida a Senhora CRISTIANE PIZZOLLO JACINTO, CPF Nº 068.318.629-93 e RG nº 4.296.461, para ocupar o cargo

de Auxiliar de Serviços Gerais I, em substituição a Servidora Vania Izidoro Moro, afastada por licença prêmio, por um período de 180 dias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 08 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 41/2013

DECRETO Nº. 41 DE 11 DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 e Lei Complementar 01/2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora abaixo identificada, com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Nome	Cargo	CPF/RG
Joana Stecanella	Chefe do Serviço de Expediente, Protocolo e Arquivo Geral / 40 hs Nível 1037	085.202.299-99 5.929.650

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 11 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 42/2013

DECRETO Nº. 42, DE 11 DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitido o Senhor GELSON EUZEBIO, CPF Nº 026.988.409-27 e RG nº 4.521.111, para ocupar o cargo de Motorista / 40 Hs Nível 0013, no Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 11 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 43/2013

DECRETO Nº. 43, DE 11 DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Edson Dias, matrícula nº 2714, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Obras, Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 11 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 44/2013

DECRETO Nº. 44, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.013

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.666/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), na dotação abaixo especificada:

Órgão 03: Secretaria de Administração e Finanças
Unidade: 01 - Secretaria de Administração e Finanças
Proj./Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.1.71.00.00.00.00.0080(121) - Transf a Consórcio Público R\$ 1.800,00
3.3.71.00.00.00.00.0080(122) - Transf a Consórcio Público R\$ 1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0080(123) - Transf a Consórcio Público R\$ 500,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.0080(7) - Aplicações Diretas R\$ 3.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 45/2013

DECRETO Nº.45, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 17.500,00(dezessete mil e quinhentos reais), distribuídos da seguinte forma:

02.01- Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(4)4.4.90.00.00.00.00.0152 - Aplicações Diretas R\$ 17.500,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do excesso ou provável excesso de arrecadação na Fonte 0152, no valor de R\$ 17.500,00(dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - A suplementação de que trata este Decreto fica condicionada a efetiva apuração do excesso de arrecadação no recurso indicado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 46/2013

DECRETO Nº. 46, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo identificados com nomenclatura de cargo e carga horária, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul - SC.

Nome/RG/CPF	Cargo/Carga horária
Adão José de Araújo 342.882.109-25/ 173.953	Motorista/ 40 hs
Debora Carminatti Dal Pont 093.341.619-90/ 5.628.580	Auxiliar Administrativo/ 40 Hs
Edson Dias 049.802.289-76/ 5.495.325	Auxiliar de Serviços Gerais II/40 horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 12 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 47/2013

DECRETO Nº 47, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor ROGERIO DASSI, matrícula nº 2.780, do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 12 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 48/2013

DECRETO Nº. 48, DE 13 DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida a Senhora LAODICEIA STECANELLA, CPF Nº 376.551.830-15 e RG nº 1.537.388, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, em substituição a Servidora Maria Salete Aguiar Dal Pont, matrícula nº 425, afastada por licença prêmio, por um período de 180 dias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 13 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 49/2013

DECRETO Nº. 49, DE 13 DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida HELOISA SAVIATTO TONETTO, CPF Nº 044.379.099-09 e RG nº 4.013.859, para ocupar o cargo de Farmacêutico / 40 Hs, no Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 13 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 50/2013

DECRETO Nº. 50, DE 14 DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Saimon Conti Biava, matrícula nº 2757, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Tesouraria, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 14 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 51/2013

DECRETO Nº. 51, DE 14 DE MARÇO DE 2013.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida SIRLENE DAL PONT, CPF Nº 038.767.119-67 e RG nº 4.296.792, para ocupar o cargo de Monitor de Pré Escolar / 30 Hs, no Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 14 DE MARÇO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 52/2013

DECRETO Nº. 52, DE 18 DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GESSICA SCOT TRAMONTIN, CPF nº 064.937.519-00 e RG 4.261.019, no Cargo de Diretor do Departamento de Tesouraria, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 18 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 53/2013

DECRETO Nº. 53, DE 18 DE MARÇO DE 2013.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais), distribuídos da seguinte forma:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.021 - Mac. Ambulatorial e Hospitalar

(20)4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.021 - Mac. Ambulatorial e Hospitalar

(11)3.3.71.00.00.00.00.00.0101 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 54/2013

DECRETO Nº. 54, DE 18 DE MARÇO DE 2013.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 59.500,00(cinquenta e nove mil e quinhentos reais), distribuídos da seguinte forma:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.016 - Apoio a Pessoa Idosa
(83)3.3.90.00.00.00.00.0038 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
2.018 - Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes
(96)3.3.90.00.00.00.00.0036 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
(97)3.3.90.00.00.00.00.0037 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
(100)4.4.90.00.00.00.00.0036- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 55/2013

DECRETO Nº 55, DE 19 DE MARÇO DE 2013.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora DEBORA CARMINATTI DAL PONT, matrícula nº 2.819, do Cargo de Auxiliar Administrativo, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 19 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 56/2013

DECRETO Nº. 56, DE 20 DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GIORGIA DANIEL, CPF nº 056.090.369-33, RG: 4.355.600, no Cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 20 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 57/2013

DECRETO Nº. 57, DE 21 DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SAIMON CONTI BIAVA, CPF: 060.353.939-42, RG: 4261005, no Cargo de Diretor do Departamento de Turismo, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 21 de março de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Extrato do Contrato 19/2013 _Fms

Prefeitura Municipal de Timbó do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 19/2013

Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: Pietsch e Menegaro Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações necessários (gerenciamento de rede e locação de antena distribuidora) para a conexão e acesso a Internet para os computadores do Fundo Municipal de Saúde..

Valor: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensal.

Vigência: de 01/04/2013 até 31/12/2013

Extrato do Contrato 55/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Termo de Contrato nº 55/2013

Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: José Paulo Polla 04207380965

Objeto: Prestação de serviço de monitor de capoeira para desenvolver o projeto sócio educacional e integração social: Capoeira "Grilhões da Liberdade"/CRAS, párea as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - Peti

Valor: R\$ 1.356,00 (um mil, trezentos e cinquenta e seis reais) mensal.

Vigência: de 01/04/2013 até 30/12/2013

Extrato do Contrato 56/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Termo de Contrato nº 56/2013

Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: Pietsch e Menegaro Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações necessários (gerenciamento de rede e locação de antena distribuidora) para a conexão e acesso a Internet para os computadores da Administração Municipal.

Valor: R\$ 869,90 (oitocentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) mensal.

Vigência: de 01/04/2013 até 31/12/2013

Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 12/2013

Concede férias ao servidor Joel Ricardo Raiter ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador da Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, art. 16, III da Lei Orgânica e art. 84 do Estatuto do Servidor Público, RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez dias de férias ao servidor Joel Ricardo Raiter, ocupante do cargo de Contador da Câmara Municipal de Timbó, com início no dia 8 de Abril de 2013 e término no dia 17 de Abril

de 2013, relativas ao período aquisitivo 09/01/2012 a 08/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 02 de Abril de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Portaria Nº 13/2013

Concede férias à servidora Patrícia Xavier ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, art. 16, III da Lei Orgânica e art. 84 do Estatuto do Servidor Público, RESOLVE:

Art. 1º Conceder vinte dias de férias à servidora Patrícia Xavier, ocupante do cargo de Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Timbó, relativas ao período aquisitivo 11/2/2012 a 10/2/2013.

§ 1º O gozo das férias dar-se-á a partir do dia 15 de Abril de 2013 encerrando-se no dia 4 de Maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 02 de Abril de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

PREFEITURA

Portaria Nº Fct-008, de 19 de Março de 2013

PORTARIA Nº FCT-008, DE 19 DE MARÇO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Lucas Ariel Prade Scoz, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, a contar desta data.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal LUCAS ARIEL PRADE SCOZ, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, pela Portaria nº FCT-002, de 02 de janeiro de 2013, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 19 de março de 2013; 142º ano de Fundação: 78º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

Portaria N° Fct-009, de 20 de Março de 2013

PORTARIA N° FCT-009, DE 20 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no 2º da Lei Complementar nº 290, de 03/10/2005 e alterações, ou seja, na manutenção das atividades da Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE o servidor abaixo identificado:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT				
Cargo: Auxiliar Operacional I Referencia Salarial: SG-08				
Nome	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lucas Ariel Prade Scoz (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público. Candidato aprovado no/ Proc.Seletivo 01/2013)	30/03/1993	045.275.229-90	44h	20/03/2013 a 29/03/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

Portaria N° Fct-010, de 26 de Março de 2013

PORTARIA N° FCT-010, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Admite Everton de Vargas para o exercício de emprego público, conforme Lei Complementar Municipal nº 356/2008 e 379/2009.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000 e alterações, e,

CONSIDERANDO-SE a criação do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento de Programas Culturais no município de Timbó, pela Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379 de 22 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO-SE a classificação dos candidatos no Concurso Público/Processo Seletivo Público nº 01/2010,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR o servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego público:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ				
Nome	CPF	Cargo Emprego Público	Referência Salarial	Jornada Semanal
Everton de Vargas	455.994.419-63	Atendente Museu do Imigrante	GA-39	35h

Art.2º CONVOCAR o admitido para que no prazo máximo de 15 dias, apresente toda a documentação necessária à subscrição do contrato, dando início ao exercício das respectivas funções, nos termos do artigo 3º, §§s 4º e 5º da Lei Complementar nº 356/2008, alterada pela Lei Complementar nº 379/2009, ressaltando que a inobservância do prazo estabelecido acarretará a nulidade da nomeação ora efetivada nos termos do §7º do mesmo dispositivo legal.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

Aviso Pregão Presencial N°. 05 2013 FMS - Fraldas Geriátricas

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

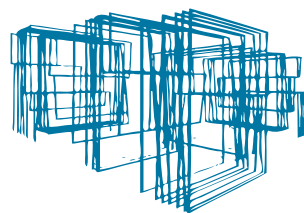
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 05/2013

OBJETO: aquisição de fraldas geriátricas para usuários atendidos na política de Saúde no Setor de Serviço Social. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 16 de abril de 2013. ABERTURA: dia 16 de abril de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 02/04/2013

ALFREDO BERRI

Secretário Municipal de Saúde



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Nº 756 388/2013
Nº 098 1448/2013
Nº 098 1449/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 388/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACQ4870	8756027930	6050/3	14/01/2013	R\$ 191,53	208
AGF7118	8756027527	7463/0	30/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
AGF7118	8756027567	7455/0	06/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMB1612	8756028044	7463/0	18/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
AMW8808	8756025212	7463/0	21/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
ANA2070	8756026750	7463/0	13/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
BGR7631	8756027853	7463/0	13/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
CNB8174	8756028106	6050/3	15/01/2013	R\$ 191,53	208
CVA1551	8756027400	6050/3	26/12/2012	R\$ 191,53	208
CWO7532	8756027433	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
DDJ7786	8756027294	6050/3	28/12/2012	R\$ 191,53	208
DZF8130	8756027338	7463/0	23/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
EBO2998	8756027468	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
HMC2333	8756027517	7455/0	29/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
IHU6154	8756027264	6050/3	28/12/2012	R\$ 191,53	208
IMN4672	8756027548	6050/3	03/01/2013	R\$ 191,53	208
JYF7938	8756024267	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXF0468	8756027163	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXL6820	8756027357	6050/3	23/12/2012	R\$ 191,53	208
LXL7227	8756027287	7455/0	31/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXO2194	8756027483	7455/0	26/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYH2201	8756027485	7455/0	26/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYI6092	8756026772	7455/0	13/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYQ9557	8756027614	7455/0	01/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYX7019	8756026798	7463/0	11/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYY4186	8756027052	7455/0	21/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZO6808	8756025298	7455/0	03/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZR4180	8756027766	5673/2	11/01/2013	R\$ 85,12	183
LZR5463	8756027059	7463/0	22/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAD0350	8756026441	6050/3	01/12/2012	R\$ 191,53	208
MAI9383	8756027261	5673/2	28/12/2012	R\$ 85,12	183
MAL0973	8756027422	6050/3	31/12/2012	R\$ 191,53	208
MAM7587	8756027814	7455/0	11/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAU4854	8756027391	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208
MAZ0190	8756025721	7455/0	17/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBK9093	8756027281	7463/0	30/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBR7769	8756027412	7455/0	29/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBV8103	8756027336	7463/0	28/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBW0003	8756026640	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW7420	8756027835	7455/0	09/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCB1070	8756027330	7455/0	23/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC3873	8756027375	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCM4967	8756027785	7455/0	10/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCT3095	8756027008	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCV5064	8756027239	6050/3	22/12/2012	R\$ 191,53	208
MDC3678	8756027625	7455/0	03/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDE0597	8756027057	7455/0	21/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDE9124	8756024309	7463/0	01/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDH5403	8756026832	7463/0	15/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDN3020	8756027439	7455/0	23/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDP4042	8756024768	7455/0	18/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDR0344	8756026705	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDS8925	8756027313	7455/0	28/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDT6255	8756027522	6050/3	30/12/2012	R\$ 191,53	208
MDX0406	8756027408	7463/0	29/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDX0406	8756027510	7463/0	29/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDX3359	8756027454	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
MDZ1618	8756024592	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEE3644	8756027370	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF0470	8756027406	7455/0	28/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEG0981	8756027308	7463/0	26/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEJ0254	8756027286	7455/0	31/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEK8521	8756027782	7455/0	14/01/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFA1067	8756027698	6050/3	05/01/2013	R\$ 191,53	208
MFB7648	8756027394	7455/0	26/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD6370	8756027554	5673/2	03/01/2013	R\$ 85,12	183
MFF9151	8756025209	7455/0	21/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFK3829	8756025509	7455/0	12/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFM1933	8756027380	7463/0	25/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFM8490	8756027291	5673/2	26/12/2012	R\$ 85,12	183
MFM8813	8756026769	7455/0	13/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFP4332	8756026690	6050/3	02/12/2012	R\$ 191,53	208
MFS4013	8756027649	7455/0	06/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFS4013	8756027702	7463/0	06/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFX3586	8756027526	7455/0	30/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY6173	8756027197	7455/0	16/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGF5313	8756028186	6050/3	15/01/2013	R\$ 191,53	208
MGJ9771	8756027515	7455/0	29/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL9606	8756027629	7455/0	03/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGL9606	8756027675	7463/0	02/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGM2958	8756027584	7455/0	06/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGP9928	8756027541	7455/0	31/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS0770	8756027641	7455/0	05/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHL7548	8756027106	7471/0	20/12/2012	R\$ 574,61	218 * III
MHP3257	8756027369	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHS9257	8756026997	7455/0	12/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU0411	8756027620	7455/0	02/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIA0256	8756027476	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIF7289	8756027529	7455/0	30/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIM3006	8756027434	6050/3	29/12/2012	R\$ 191,53	208
MIM8081	8756028140	7455/0	15/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH4792	8756025551	7455/0	05/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH4792	8756026643	7455/0	07/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH4792	8756026699	7455/0	08/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJK6674	8756027441	7455/0	23/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJM1238	8756026123	7455/0	22/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS3021	8756027173	7463/0	22/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJS3021	8756027405	7455/0	28/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJV0489	8756026978	7455/0	10/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKA7579	8756027528	7455/0	30/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKK1826	8756026862	7455/0	11/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MMT3534	8756027636	7455/0	05/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMT3534	8756027647	7455/0	06/01/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1448/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CFC7560	55643125D	6548/2	09/01/2013	R\$ 85,12	229
IBP3279	55370700D	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233
IKG5199	55370739D	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
KNQ0125	55643131D	6548/2	09/01/2013	R\$ 85,12	229
LXU5845	55370738D	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
LYU6500	55370238D	6726/1	04/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAJ3049	55370653D	6920/0	05/10/2012	R\$ 127,69	233
MFQ0543	55643140D	6548/2	14/01/2013	R\$ 85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE ABRIL DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1449/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KLZ8329	55643142D	5185/1	14/01/2013	R\$ 127,69	167
LWU6263	55643122D	5185/1	08/01/2013	R\$ 127,69	167
LXV0805	55643104D	5541/1	07/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY9608	55371999D	5185/1	18/01/2013	R\$ 127,69	167
MHP8680	55643149D	5185/1	15/01/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITONº 756 387/2013
Nº 098 1446/2013
Nº 098 1447/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 387/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS4417	8756028598	6050/3	27/01/2013	208
ABW4924	8756028617	7455/0	01/02/2013	218 * I
AHK3784	8756028834	7455/0	03/02/2013	218 * I
ALY2641	8756029242	7455/0	21/02/2013	218 * I
AME5761	8756028480	7455/0	25/01/2013	218 * I
CAW5225	8756029636	6050/3	27/02/2013	208
CHS3246	8756028110	7455/0	17/01/2013	218 * I
DER2555	8756028650	7455/0	27/01/2013	218 * I
DFV4675	8756028358	7455/0	26/01/2013	218 * I
DFV4675	8756028512	7463/0	28/01/2013	218 * II
DMS7059	8756028564	7463/0	28/01/2013	218 * II
DSS2847	8756028851	7455/0	03/02/2013	218 * I
EBF5634	8756028819	7463/0	05/02/2013	218 * II
ICM7838	8756028829	7455/0	08/02/2013	218 * I
IDT2284	8756028647	6050/3	29/01/2013	208
IJS3753	8756029552	7455/0	27/02/2013	218 * I
IJS3753	8756029571	7455/0	27/02/2013	218 * I
IJS3753	8756029634	7455/0	27/02/2013	218 * I
LWY0764	8756028601	6050/3	30/01/2013	208
LXI3825	8756029601	7463/0	02/03/2013	218 * II
LXL6752	8756028701	7455/0	02/02/2013	218 * I
LXM7367	8756029538	5673/2	25/02/2013	183
LXQ1480	8756029470	7463/0	27/02/2013	218 * II
LYL2731	8756029529	7455/0	01/03/2013	218 * I
LYP5792	8756028548	7455/0	28/01/2013	218 * I
LYV0424	8756028710	6050/3	02/02/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW4150	8756028524	7455/0	28/01/2013	218 * I
LZW5389	8756029269	7455/0	22/02/2013	218 * I
MAF6659	8756029530	7455/0	01/03/2013	218 * I
MAG9386	8756029478	7455/0	28/02/2013	218 * I
MAT1114	8756028671	7455/0	30/01/2013	218 * I
MAT1114	8756029380	7455/0	22/02/2013	218 * I
MAX1121	8756028702	7455/0	02/02/2013	218 * I
MBB3312	8756029574	6050/3	28/02/2013	208
MBB4094	8756029545	6050/3	27/02/2013	208
MBB4630	8756028570	7455/0	29/01/2013	218 * I
MBC5307	8756029568	5673/2	01/03/2013	183
MBF9835	8756029093	7455/0	16/02/2013	218 * I
MBL5127	8756028654	7455/0	27/01/2013	218 * I
MCA5978	8756028668	7455/0	29/01/2013	218 * I
MCA5978	8756028739	7455/0	30/01/2013	218 * I
MCA5978	8756028896	7455/0	03/02/2013	218 * I
MCE3730	8756028696	6050/3	02/02/2013	208
MCM0531	8756029677	7455/0	24/02/2013	218 * I
MDI8936	8756028518	7463/0	28/01/2013	218 * II
MDR1429	8756028629	7455/0	01/02/2013	218 * I
MDR7095	8756029559	5673/2	24/02/2013	183
MDW5427	8756029647	7455/0	01/03/2013	218 * I
MDZ1895	8756029337	7455/0	21/02/2013	218 * I
MDZ5785	8756028676	7463/0	31/01/2013	218 * II
MED8409	8756028036	7455/0	18/01/2013	218 * I
MEF6366	8756029605	7455/0	24/02/2013	218 * I
MEF7872	8756028688	7455/0	02/02/2013	218 * I
MEF7872	8756028741	7455/0	30/01/2013	218 * I
MEI4457	8756029702	6050/3	01/03/2013	208
MEK8337	8756029655	7455/0	02/03/2013	218 * I
MET9607	8756028554	7455/0	28/01/2013	218 * I
MEY7807	8756029548	7455/0	24/02/2013	218 * I
MEY9147	8756029644	7455/0	28/02/2013	218 * I
MFL6669	8756028685	6050/3	01/02/2013	208
MFO9404	8756029666	6050/3	01/03/2013	208
MFT6953	8756029691	6050/3	26/02/2013	208
MFV2960	8756028697	7455/0	02/02/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFW5463	8756028832	7463/0	07/02/2013	218 * II
MGE3345	8756028634	7455/0	30/01/2013	218 * I
MGG3592	8756029510	7455/0	28/02/2013	218 * I
MGJ0276	8756029588	7455/0	25/02/2013	218 * I
MGJ2409	8756028690	7455/0	02/02/2013	218 * I
MGJ2409	8756028727	7455/0	27/01/2013	218 * I
MGL3363	8756028659	7455/0	28/01/2013	218 * I
MGL3363	8756028700	7463/0	02/02/2013	218 * II
MGL3363	8756028873	7455/0	07/02/2013	218 * I
MGM2809	8756029653	7455/0	01/03/2013	218 * I
MGO8128	8756028848	6050/3	03/02/2013	208
MGP7865	8756029707	7455/0	02/03/2013	218 * I
MGR6237	8756029262	7471/0	22/02/2013	218 * III
MGT8970	8756029479	7455/0	28/02/2013	218 * I
MGY7033	8756028871	6050/3	06/02/2013	208
MGZ3924	8756028620	7455/0	31/01/2013	218 * I
MHH0277	8756029516	7455/0	01/03/2013	218 * I
MHO9669	8756029595	7455/0	02/03/2013	218 * I
MHQ9632	8756029626	7455/0	25/02/2013	218 * I
MHR1877	8756029472	7455/0	27/02/2013	218 * I
MHT7935	8756029494	7463/0	28/02/2013	218 * II
MHV3088	8756029694	6050/3	27/02/2013	208
MID6050	8756028811	7455/0	05/02/2013	218 * I
MID6050	8756028864	7455/0	05/02/2013	218 * I
MIH8800	8756028830	7455/0	04/02/2013	218 * I
MII6224	8756029520	7455/0	01/03/2013	218 * I
MIJ0601	8756028608	7455/0	30/01/2013	218 * I
MIK1125	8756029503	7455/0	28/02/2013	218 * I
MIM8081	8756029631	7455/0	26/02/2013	218 * I
MIP6347	8756028725	7455/0	27/01/2013	218 * I
MIP7453	8756029456	7455/0	25/02/2013	218 * I
MIQ7196	8756028723	7455/0	27/01/2013	218 * I
MIT4524	8756028802	5673/2	05/02/2013	183
MJG1761	8756029657	7455/0	02/03/2013	218 * I
MJM2476	8756029469	7471/0	27/02/2013	218 * III
MJP5862	8756029696	7455/0	28/02/2013	218 * I
MJP7729	8756028711	6050/3	02/02/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJQ4574	8756028760	7455/0	02/02/2013	218 * I
MJQ4729	8756029463	7455/0	27/02/2013	218 * I
MJR0930	8756028826	7463/0	04/02/2013	218 * II
MJR6001	8756029542	5673/2	02/03/2013	183
MJY6107	8756028913	6050/3	05/02/2013	208
MKG8239	8756029652	7463/0	01/03/2013	218 * II
MKK8157	8756028923	7455/0	07/02/2013	218 * I
MKV0327	8756029509	7463/0	28/02/2013	218 * II
MLE6127	8756029535	7455/0	01/03/2013	218 * I
MLV0960	8756028748	7455/0	31/01/2013	218 * I
MMI0410	8756029590	7455/0	26/02/2013	218 * I
MMJ5330	8756028917	6050/3	06/02/2013	208
MWU4740	8756029562	5673/2	25/02/2013	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1446/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYS6136	55371869D	6599/2	21/02/2013	230 * V
DNS5343	55371527D	6920/0	05/03/2013	233
GWL7050	55371550D	6920/0	05/03/2013	233
LYL3761	55371751D	6599/2	08/03/2013	230 * V
LYM9643	55370587D	6599/2	28/02/2013	230 * V
MAT8644	55371530D	6920/0	05/03/2013	233
MBR2918	55370632D	5010/0	08/03/2013	162 * I
MBR2918	55370633D	6599/2	08/03/2013	230 * V
MBR2918	55370634D	5061/0	08/03/2013	163 c/c 162 * I
MCL6447	54762881C	6599/2	19/02/2013	230 * V
MCL6447	54762882C	5010/0	19/02/2013	162 * I
MDR3943	55371937D	6920/0	28/01/2013	233
MFE5114	55643459D	6548/0	08/03/2013	229
MHJ1276	55371546D	6920/0	05/03/2013	233
MJR0930	55370807D	5169/1	04/02/2013	165
MJR0930	55370808D	6599/2	04/02/2013	230 * V
MKP8469	55371542D	6920/0	05/03/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE ABRIL DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1447/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ6257	55643423D	5185/1	27/02/2013	167
AZU0099	55643450D	5185/1	07/03/2013	167
HCA1305	55370244D	5185/1	27/02/2013	167
HCA1305	55370245D	7366/2	27/02/2013	252 * VI
KFH2275	55643307D	5185/1	04/02/2013	167
LYK7096	54766539C	5541/1	01/03/2013	181 * XVII
LYL3761	55371752D	5185/1	08/03/2013	167
LYX8880	55643442D	5967/0	06/03/2013	203 * V
MCO0608	55370246D	5185/1	27/02/2013	167
MDH4653	55643433D	5185/1	01/03/2013	167
MFW1627	55643306D	7366/2	04/02/2013	252 * VI
MGH9461	55370247D	5495/0	02/03/2013	181 * XII
MID1482	55643320D	5967/0	05/02/2013	203 * V
MLN2711	55643448D	5967/0	06/03/2013	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Três Barras

PREFEITURA

Lei Nº 3.049 de 1º de Abril de 2013

LEI Nº 3.049 DE 1º DE ABRIL DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DESAPROPRIAR ÁREA DE TERRA COM 8.904,00 M² SITUADA NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC DE PROPRIEDADE DE AKIO TAKAHASHI E TOSHI TAKAHASHI.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a desapropriação de área de terra com 8.904,00 m² (oito mil, novecentos e quatro metros quadrados), situada na localidade de Barra Grande, município de Três Barras, objeto da matrícula nº 913 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC, identificada conforme mapa e memorial descritivo elaborado por Antonio Carlos Silva de Souza - Engenheiro Florestal CREA/SC nº 32.276, de propriedade de Akio Takahashi e Toshi Takahashi.

Art. 2º. A desapropriação da área destina-se a construção de reservatório de água potável nos termos do art. 5º, alíneas "h" e "n" do Decreto-lei nº 3.365/41.

Art. 3º. O valor da área a ser desapropriada, a título de justa indenização, será de R\$ 21.814,80 (vinte e um mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta centavos) conforme apurado pela Comissão Permanente de Avaliação.

Art. 4º. Fica incluída a ação de desapropriação tratada no art. 1º, no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão custeadas pelo orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 1º de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Portaria Nº 151 de 07 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 151 DE 07 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC., usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a compensação de horário do expediente de quinta-feira do servidor TADEU KURPIEL JÚNIOR - Advogado Municipal matrícula nº 8475-1 do quadro do pessoal comissionado, na sexta-feira período vespertino, conforme requerimento protocolado sob o nº 232/2013.

Art. 2º. O período de compensação será de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., 07 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 152 de 07 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 152 DE 07 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora JULCIMAR B. PIRES DOBROCHINSKI - matrícula 301.8-14, ocupante do cargo de Professor, licença prêmio pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de 11.03.2013, cujo período aquisitivo se operou de 01.08.2007 à 31.07.2012, com fundamento no art. 75 da Lei Complementar 140/2009 e requerimento nº 034/2013-SECE.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 07 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 153 de 07 de Março de 2013

PORTARIA Nº 153 DE 07 DE MARÇO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento nº 013/2013-SECE;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 75 da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento em pessoa da família à servidora MARIA ELIANE CARLOS DE MARIA, matrícula 226.7-12, ocupante do cargo de professor, pelo prazo de 90 (noventa) dias, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2013, sem prejuízo da remuneração correspondente ao mês de fevereiro.

Art. 2º. À partir de 03 de março de 2013, a licença seguirá, contudo, sem remuneração, nos termos do § 2º do art. 75 da Lei Complementar nº 138/2009.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 07 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 164 de 13 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 164 DE 13 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 041/2013-SECE;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares à servidora LETÍCIA REGINA CORRÊA, matrícula 13629.8-1, ocupante do cargo de nutricionista, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 15 de março de 2013.

Art. 2º. A licença de que trata os artigos anteriores, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 13 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 165 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 165 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a realização das avaliações dos servidores do Município que se encontravam em estágio probatório, vem sofrendo modificações na sua forma, e sua aplicação restou prejudicada em determinados períodos em função de tais modificações;

CONSIDERANDO, que os servidores que completaram o interregno de tempo necessário à aquisição da estabilidade não podem ser prejudicados pela ausência de procedimento avaliativo;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 138/2009 e art. 16 da Lei Complementar nº 140/2009, no que se refere à aquisição da estabilidade.

RESOLVE:

Art. 1º. Conferir estabilidade aos servidores do Município de Três Barras que, até a presente data, contem com mais três anos de efetivo exercício no cargo para o qual foram nomeados, homologando, assim, o estágio probatório dos mesmos, em decorrência do cumprimento das condições legalmente impostas.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 166 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 166 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 005/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira ao servidor EDSON LUIZ DE SOUZA, matrícula 10522.8-0, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 167 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 167 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 015/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora SIMONE SANTOS LIMA IQUEUTI, matrícula 12861.9-5, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação,

passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 168 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 168 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 017/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora VALÉRIA CALDAS, matrícula 10255.5-6, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 169 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 169 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 018/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira ao servidor VAGNER JOSÉ DETONI, matrícula 11289.5-5, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 170 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 170 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 019/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora FRANCISLEINE ALVES, matrícula 15270.6-0, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 171 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 171 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 021/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora CYNTHIA CARLA BUENO DA SILVA EGGERS, matrícula 15263.3-0, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 172 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 172 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 022/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora CLÁUDIA REGINA VIEIRA, matrícula 12224.6-3, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 173 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 173 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei

Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 023/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira ao servidor JOÃO EDUARDO BISHOP, matrícula 784.6-9, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 174 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 174 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 025/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora MARILETE DE FÁTIMA PEREIRA CASTILHO, matrícula 859.1-11, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 175 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 175 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 026/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora ZELINDA MAZOROVICZ DOMINGOS PINTO, matrícula 14642.0-1, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 176 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 176 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 027/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora SANDRA MARA GUEDES CACHUC, matrícula 10621.6-3, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 177 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 177 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 028/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora CLARICE DE FÁTIMA RODRIGUES SIEMS, matrícula 10028.5-3, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 178 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 178 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 029/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora ALINE IOLANDA PADILHA DARMORUS, matrícula 9255.0-4, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 179 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 179 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 030/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora JACINTA DE FÁTIMA FUCK, matrícula 15199.8-0, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 180 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 180 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 031/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora ROSA HELENA DOS SANTOS VEIGA ITO, matrícula 14631.5-1, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 181 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 181 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 033/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora CLÁUDIA MIL-CHEVSKY, matrícula 10790.5-8, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 182 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº 182 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 036/2013-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora JOELMA SOARES DA SILVA, matrícula 12152.5-4, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de março de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 145 de 01 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 145 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido a Servidora ROSILENE DOS PASSOS IURKIV, das funções que exercia no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Aprovada através do Processo Seletivo 05/2011, conforme o Decreto Lei 3.915 de 31 de março de 2011. Quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Saúde desde município. A contar a dispensa 08 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 146 de 01 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 146 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido a Servidora KARINA DOS SANTOS, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 20hrs Aprovada através do Processo Seletivo 01/2013, conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013. Quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a dispensa da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 147 de 01 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 147 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido servidora JENNIFER SUELEN LIMA, das funções que exercia no cargo de Fisioterapeuta, 30hrs semanais, aprovada através de Processo Seletivo Temporário conforme o Decreto Lei 3.915 de 31/03/2011, lotada na secretaria de Saúde

deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 148 de 01 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 148 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a senhora ELIZABETH DOMINGUES DE LIMA, para exercer suas funções no cargo de ASSESSORA, PC 08, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na secretaria de Agricultura & Meio Ambiente deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 149 de 01 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 149 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido Servidora MARIA D PEREIRA HENRIQUE, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 40hrs semanais, quadro de funcionários efetivo desta Prefeitura desde 01/02/1988, lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes. Motivo da exoneração a concessão da Aposentadoria da mesma. A contar o pedido da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 150 de 01 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 150 DE 01 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:**CONTRATAR**, as Senhoras:

- ALINE MOARA LOURENÇO GOMES DE SOUZA

- JENNIFER SUELLEN LIMA

Aprovadas em Teste Seletivo 01/2013, para exercer suas funções no cargo de Fisioterapeuta, 20hrs semanais, regime Estatutário, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013. Lotadas na Secretaria de Saúde desde município. A contar a contratação da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 154 de 07 de Março de 2013.**PORTARIA Nº. 154 DE 07 DE MARÇO DE 2013.**

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido a Servidora JUSSARA RUCHERT DA SILVA Aprovada em Teste Seletivo 06/2012, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 20hrs semanais, regime Estatutário, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a dispensa 04 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 155 de 07 de Março de 2013.**PORTARIA Nº. 155 DE 07 DE MARÇO DE 2013.**

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido a Servidora ISABELA CRISTINA COSTA FLORINDO Aprovada em Teste Seletivo 06/2012, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 20hrs semanais, regime Estatutário, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a dispensa 05 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 156 de 07 de Março de 2013.**PORTARIA Nº. 156 DE 07 DE MARÇO DE 2013.**

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido a Servidor ALTAVIR DAMASO DA SILVEIRA FILHO Aprovado em Teste Seletivo 06/2012, das funções que exercia no cargo de PROFESSOR, 20hrs semanais, regime Estatutário, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a dispensa 05 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 157 de 07 de Março de 2013.**PORTARIA Nº. 157 DE 07 DE MARÇO DE 2013.**

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido a Servidora MAGALI DE FÁTIMA STUBER DA SILVA Aprovada em Teste Seletivo Emprego Público, das funções que exercia no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, regime celetista, Conforme o Decreto Lei 3.951 de 09 de junho de 2011. Lotada na Secretaria de Saúde desde município. A contar a dispensa 06 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 158 de 07 de Março de 2013.**PORTARIA Nº. 158 DE 07 DE MARÇO DE 2013.**

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido o Servidor OSMAR PEDRO BARBOZA Aprovado em Teste Seletivo, das funções que exercia no cargo de CONDUTOR DE VEICULOS & MAQUINAS, regime Estatutário, Conforme o Decreto Lei 3.915 de 31 de março de 2011. Lotado na Secretaria Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a dispensa 08 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 159 de 07 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 159 DE 07 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, á pedido o Servidor WILSON MENDES Aprovado em Teste Seletivo, das funções que exercia no cargo de CONDUTOR DE VEICULOS & MAQUINAS, regime Estatutário, Conforme o Decreto Lei 3.915 de 31 de março de 2011. Lotado na Secretaria Saúde desde município. A contar a dispensa 08 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 160 de 07 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 160 DE 07 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, por Término de Contrato a Servidora MARLENE TOMELIM NUNES Aprovada em Teste Seletivo 05/2011, das funções que exercia no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, 40 HRS SEMANAIS, regime Estatutário, Conforme o Decreto Lei 3.915 de 31 de março de 2011. Lotada na Secretaria Saúde desde município. A contar a dispensa 01 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 161 de 11 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 161 DE 11 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, os servidores abaixo citados para exercer suas

funções no cargo de CONDUTOR DE VEICULOS & MAQUINAS, 40hrs, semanais, Aprovados através do Processo Seletivo 01/2013, quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura, Conforme o Decreto Lei 4.209 de 06 de março de 2013.A contar da presente data.

Nº	Matricula	Nome:
1.	11051.5 0	ALFEU MOZART ALVES DOS SANTOS
2.	7728.3 1	ANTONIO REINALDO WELK
3.	17727.0 0	ARISTIDES ATAIDES KACZOROWSKI
4.	11814.1 0	ELIZIO DANIEL KESSIN
5.	17351.7 1	HELIO BALAK
6.	603.3 5	LIRIO ODELLI
7.	1074.0 1	LUIS CEZAR DE BARROS
8.	14433.9 1	LUIZ CARLOS GONCALVES MIRANDA
9.	17726.1 0	NICOLAU VIELEVSKI
10.	12369.2 3	OSMAR PEDRO BARBOZA
11.	10759.0 0	REGINALDO TEODORO DUBIELA
12.	10137.0 7	WILSON DE OLIVEIRA ROSA
13.	7713.5 6	WILSON MENDES

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 162 de 11 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 162 DE 11 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor GERSON LUIS LESCOVITZ, Condutor de Veículos e Máquinas, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, GRATIFICAÇÃO de 60% (sessenta) sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de CONDUTOR DE ÔNIBUS, conforme o Anexo III da Lei Complementar nº139 de 08 de outubro de 2009, a contar de da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 183 de 15 de Março de 2013.
PORTARIA Nº. 183 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ADEMAR DE OLIVEIRA CANTOVIK, das funções que exercia no cargo de ASSESSOR, PC 08, quadro de

funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a dispensa 08 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2013.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRES BARRAS - SC - CNPJ: 83.529.305/0001-12.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAUDE DESTINADOS A ATENÇÃO A SAUDE.

FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94 e EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2012 deste município.

Três Barras - SC, 27 de março de 2013.

ELOI JOSE QUEGE - Prefeito Municipal
SALVADOR DE MAIO NETO - Assessor Jurídico.

Tunápolis

PREFEITURA

Portaria N.º 3.326/2013 de 01 de Abril de 2013.

PORTARIA N.º 3.326/2013 de 01 de Abril de 2013.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO, E OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 111 da LEI COMPLEMENTAR Nº. 13/2006 de 17 de maio de 2006, criar a Comissão Disciplinar nº. 002/2013, e designar os servidores: Lilian Maria Ritter Eidt, Portaria nº. 1.965/2007, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Tributário, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Elsa Queli Valduga, Portaria 2.850/2011, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social; e, Vanderlei Stoffel, Portaria nº. 1.065/2002, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário e Epidemiológico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, como membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia formal contra a servidora, Sra. Verediana Sehn Wuitschick, nomeado pela Portaria nº. 2.473/2010, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, 40 horas, haja vista ocorrência de abaixo assinado pedindo a substituição da agente de saúde em virtude de não saber repassar informações referente os programas Estratégia de Saúde da Família - ESF, bem como suspeita de conduta desrespeitosa e deixar de visitar certas famílias de

sua micro área de atuação, conforme anexo, tendo em vista que, a princípio, caracterizam transgressões disciplinares tipificadas no artigo 79, inciso I, III, IV e VIII, da Lei Complementar Municipal nº. 13/2006, sem prejuízo de outra tipificação que no curso da apuração seja constatada.

Art. 2º No processo de apuração serão observados os procedimentos constantes na Lei Complementar nº. 13/2006, nos artigos 98 a 126.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de até 60 dias para a apresentação de relatório conclusivo sobre a responsabilidade ou não do Servidor, relativamente aos fatos investigados, podendo, a requerimento, ser prorrogado, conforme Art. 115.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 01 de Abril de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Ata de Registro de Preços ao Processo 30/2013. Luana Wink

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 30/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 27/2013

REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 30/2013.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a Contratação de Serviço de Arbitragem, para os campeonatos a serem realizados pela Comissão Municipal Esportes durante o exercício de 2013.

Aos 15 dias do mês de Março de 2013, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº30/2013 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 09/2013, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a Contratação de Serviço de Arbitragem, para os campeonatos a serem realizados pela Comissão Municipal Esportes durante o exercício de 2013 do pregão presencial nº 27/2013, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor J.L.Organizações Esportivas Ltda -ME, estabelecida á Rua São Luiz, nº 80, centro no Município de Tunápolis/SC neste ato representado pela sócia administradora a Sra. Luana Wink, portadora do RG n.º 4.173.388 e do CPF n.º 076.017.979-45.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Descrição do(s) item(s):

Item	Unid.	Quantidade estimada	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	partidas	20	Serviços de arbitragem para os Jogos de bocha. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 2 (dois) árbitros	19,50	390,00
			Total Geral		390,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 09/2013.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2013 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - A Licitante Vencedora deverá emitir as notas fiscais/faturas e entregá-las na Comissão Municipal de Esporte, o pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelo recebimento e conferência das mesmas pelo Presidente da Comissão Municipal, acompanhada de relação de jogos realizados.

4.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A prestação dos serviços, objeto do presente contrato, deverá ser realizada conforme o cronograma das competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal de Tunápolis, (CME) devendo o contratado dispor de pessoal suficiente para prestar o serviço de arbitragem para um mesmo dia.

6.2 A locomoção até o local da competição e o retorno será por conta do contratado, bem como, as demais despesas referentes à entrega do objeto, despesa essas previstas e/ou computadas na proposta.

6.3 A não prestação do serviço, objeto deste contrato conforme estabelecido no item 6.1, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2013, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº30/2013 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.:

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e

a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 15 de Março de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
Contratante

J.L.Organizações Esportivas Ltda -ME
LUANA WINK- sócia administradora
Contratada

Ata de Registro de Preços ao Processo 30/2013. Serviço de Arbitragem

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 30/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 27/2013

REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 30/2013.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a Contratação de Serviço de Arbitragem, para os campeonatos a serem realizados pela Comissão Municipal Esportes durante o exercício de 2013.

Aos quinze dias do mês de março de 2013, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº30/2013 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 09/2013, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a Contratação de Serviço de Arbitragem, para os campeonatos a serem realizados pela Comissão Municipal Esportes durante o exercício de 2013 do pregão presencial nº 27/2013, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: Academia Fernando Rempel Ltda -ME inscrito sob o CNPJ n.º 11.504.881.0001-02 com sede na Rua Evaldo Schneider, 40, bairro: Centro no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Fernando Rempel, portadora do RG n.º 4.269.021-8 e do CPF n.º 009.640.679-86

Descrição do(s) item(s):

Item	Qtd.	unid	Especificações do Objeto	Preço Unit R\$	Preço Total
01	236	Partidas	Serviços de arbitragem para os Jogos nas modalidades de Fut - Sal, Voleibol, Handebol, Vôlei de Areia, Futebol 7. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 3 (três) árbitros, sendo por 2 (dois) árbitros e 1(um) mesário.	70,00	16.520,00
02	36	Partidas	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de Campo. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros 2 (dois) assistentes, e 1(um) mesário.	340,00	12.240,00
			Total Geral		28.760,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 09/2013.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º 27/2013 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 – A Licitante Vencedora deverá emitir as notas fiscais/faturas e entregá-las na Comissão Municipal de Esporte, o pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelo recebimento e conferência das mesmas pelo Presidente da Comissão Municipal, acompanhada de relação de jogos realizados.

4.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A prestação dos serviços, objeto do presente contrato, deverá ser realizada conforme o cronograma das competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal de Tunápolis, (CME) devendo o contratado dispor de pessoal suficiente para prestar o serviço de arbitragem para um mesmo dia.

6.2 A locomoção até o local da competição e o retorno será por conta do contratado, bem como, as demais despesas referentes à entrega do objeto, despesa essas previstas e/ou computadas na proposta.

6.3 A não prestação do serviço, objeto deste contrato conforme estabelecido no item 6.1, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2013, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº30/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial nº 27/2013.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 15 de março de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Academia Fernando Rempel Ltda -ME
CONTRATADA
FERNANDO REMPEL
Sócio administrador

Contrato Nº 26/2013. Mec. Griebeler

Contrato nº 26/2013.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Mecânica Griebeler Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 72.378.052/0001-07, estabelecida na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representado pelo Sr. Ivo Pedro Griebeler, Procurador, inscrito no CPF: 249.546.169-72, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 24/2013 Pregão nº 21/2013, Registro de Preço nº 08/2013 e seus anexos.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos automotivos, manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, a serem executados para todas as Secretárias e toda frota de máquinas e veículos desta Municipalidade, cujas solicitações verificar-se-ão em função da necessidade e interesse da Administração e especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	unid	Descrição - Especificação	Preço unit	Preço Total
1	600	horas	Prestação de serviços mecânicos e manutenção de máquinas pesadas, caminhões, ônibus tratores e implementos.	40,00	24.000,00
Total Geral					24.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora, perfazendo um total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil e sessenta centavos) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação dos serviços e entrega da nota fiscal. Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, para a conclusão dos serviços, ressalvado a fixação de prazo menor, a critério da Administração, à época devida, observada a complexidade do serviço a ser executado, contado da data da autorização da respectiva ORDEM DE SERVIÇO ou, na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável.

4.2 Antes da execução de cada serviço proposto, a empresa contratada deverá informar ao secretário responsável os serviços a serem executados, peças a serem substituídas, materiais a serem empregados, tempo (estimado) para execução do serviço de forma à verificação objetiva, e posterior autorização através da emissão da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente por

parte da Secretaria .

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do veículo leve, motos e máquinas pesadas além de compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço utilizado pelas Concessionárias.

5.2 Permitir o acompanhamento, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 O fornecimento de peças e do material elétrico necessário, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, das peças a serem substituídas.

5.4 Além da aprovação do orçamento das peças, ou do material elétrico a aquisição somente ocorrerá com a aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, da necessidade de substituição.

5.5 Os serviços de conserto e revisão/manutenção dos veículos da Prefeitura de Tunápolis, objeto deste contrato, deverão se dar por conta integral do licitante vencedor, sendo vedado à Administração Municipal qualquer serviço auxiliar de transporte ou afim.

5.6 O traslado do local onde estejam os veículos até o local onde o licitante vencedor irá efetuar os serviços corre por conta e expensas exclusivas deste.

5.7 Oferecer garantia de mercado para cada serviço executado, que será no mínimo de 90 (noventa) dias. Caso o veículo apresente problema/defeito em decorrência do serviço efetuado dentro do prazo de garantia, deverá ser refeito o mais rápido possível.

5.8 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.9 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.10 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.11 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.12 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao

trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003	
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009	
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010	
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013	
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023	
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027	
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028	

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com

prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., em 15 de março de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA
Contratado
IVO PEDRO GRIEBELER
Procurador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 27/2013. Freiburger Materiais Elétricos Ltda -Me

Contrato nº 27/2013.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Freiburger Materiais Elétricos Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.377.422/0001-33, estabelecida á Rua São Miguel, 101, Centro, no Município de Tunápolis/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 24/2013 Pregão nº 21/2013, Registro de Preço nº 08/2013 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços Elétricos com instalações, rebobinagem em bombas de água, manutenções elétricas internas e afins, cujas solicitações verificar-se-ão em função da necessidade e interesse da Administração e especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Horas	Descrição dos e serviços a serem fornecidos	Características Principais	Preço Un.	Preço Total
6	250	horas	Mão de Obra com Manutenção corretiva ELÉTRICA.	Mão-de-obra referente serviços de instalações Elétricas prediais, manutenção da rede elétrica interna, iluminação e afins.	25,00	6.250,00
7	250	horas	Manutenção E Conserto De Bombas de água no Interior e Sede do Município interior e sede do município.	Instalação de redes elétricas internas, reforma, recuperação, e rebobinagem, efetuados em bombas de água no interior e sede do município.	30,00	7.500,00
				Total Geral		13.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 25,00 (vinte cinco reais) por hora para o item 6(seis),R\$ 30,00 (trinta reais) por hora para o item 7(sete) perfazendo um total de R\$ 13.750,00(Treze mil setecentos e cinquenta reais)cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação dos serviços e entrega da nota fiscal. Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, para a conclusão dos serviços, ressalvado a fixação de prazo menor, a critério da Administração, à época devida, observada a complexidade do serviço a ser executado, contado da data da autorização da respectiva ORDEM DE SERVIÇO ou, na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável.

4.2 Antes da execução de cada serviço proposto, a empresa contrata deverá informar ao secretário responsável os serviços a serem executados, peças a serem substituídas, materiais a serem empregados, tempo (estimado) para execução do serviço de forma à verificação objetiva, e posterior autorização através da emissão da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente por parte da Secretaria .

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 Permitir o acompanhamento, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.2 O fornecimento de peças e do material elétrico necessário, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, das peças a serem substituídas.

5.3 Além da aprovação do orçamento das peças, ou do material elétrico a aquisição somente ocorrerá com a aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, da necessidade de substituição.

5.4 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.5 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.6 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.7 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.8 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003	
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009	
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010	
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013	
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023	
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027	
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028	

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., em 15 de março de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Freiberger Materiais Elétricos Ltda -ME
Contratado
ANTÔNIO FREIBERGER
Sócio Administrador

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259.60



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Turvo

PREFEITURA

Contratos PMT Fevereiro/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Folha: 1/4

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: POSTO ROMANO LTDA

CNPJ: 03.075.558/0001-24

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 9/2013

Número do Processo: 9/2013

Número do Contrato ou Aditivo: 13/2013

Fundamento Legal:

Objeto: fornecimento de 220.00 (duzentos e vinte mil) litros de Óleo Diesel Comum, 60.000 (sessenta mil) litros de gasolina filtrada comum e 20.000 (vinte mil) litros de óleo diesel s-50, com as características constantes da proposta julgada vencedora e abaixo descrito, para atender as necessidades da CONTRATANTE, no abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos

Data da Assinatura: 01/02/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 01/02/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 286, 287, 288, 289

Valor: 622.800,00

Forma de Pagamento: CFE CONTRATO

Contratado: MARIA STELA BRISTOT BRINA ME

CNPJ: 07.862.407/0001-77

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 10/2013

Número do Processo: 10/2013

Número do Contrato ou Aditivo: 14/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 08/02/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 08/02/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 325, 326, 327

Valor: 491.080,10

Forma de Pagamento: CFE ENTREGA DE MATERIAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA**CNPJ:** 07.605.075/0001-45**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 08/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 321, 322, 323**Valor:** 45.077,05**Forma de Pagamento:** CFE ENTREGA DE MATERIAL**Contratado:** ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP**CNPJ:** 01.980.629/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 08/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 316, 317, 318**Valor:** 47.108,00**Forma de Pagamento:** CFE ENTREGA DE MATERIAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP**CNPJ:** 01.980.629/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 08/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 324**Valor:** 19.550,00**Forma de Pagamento:** CFE ENTREGA DE MATERIAL**Contratado:** BRASQUIL QUIMICA BRASILEIRA LTDA-ME.**CNPJ:** 00.493.562/0001-14**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 08/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 315**Valor:** 17.847,50**Forma de Pagamento:** CFE ENTREGA DE MATERIAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME**CNPJ:** 04.927.884/0001-85**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 08/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 319, 320**Valor:** 50.310,00**Forma de Pagamento:** CFE ENTREGA DE MERCADORIA**Contratado:** KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 07.890.398/0001-28**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 13/2013**Número do Processo:** 13/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: O PRESENTE PROCESSO TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 18/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 525**Valor:** 146.205,00**Forma de Pagamento:** À Vista

Contratos PMT Março/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 08.001.411/0001-03
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 12/2013 **Número do Processo:** 12/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 22/2013
Fundamento Legal:
Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE TURVO-SC.

Data da Assinatura: 05/03/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/03/2013 a 05/07/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 211.999,48 **Forma de Pagamento:** CE ENTREGA DE MEDIÇÃO

Contratado: RIO DO SALTO TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME
CNPJ: 17.481.949/0001-53
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 14/2013 **Número do Processo:** 14/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 23/2013
Fundamento Legal:
Objeto: TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE TURVO PARA E.E.B. JORGE SCHUTZ, E.E.B. JOÃO COLODEL, NUCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO NO CENTRO DO MUNICÍPIO E DEMAIS ESCOLAS LOCALIZADAS NOS ITINERÁRIOS PERCORRIDOS, NAS CONDIÇÕES, HORÁRIOS E ITINERÁRIOS DESCRITOS NO MEMORIAL DESCRITIVO. TOTALIZADO 1.148,14 KM/DIÁRIOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Data da Assinatura: 05/03/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/03/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 518, 519, 520, 521
Valor: 629.307,46 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CNPJ: 83.665.141/0001-50
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 11/2013 **Número do Processo:** 11/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 24/2013
Fundamento Legal:
Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR FINALIDADE A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RODOVIA DE ACESSO AS COMUNIDADES DE PONTE ALTA E RIO APARECIDA, NO MUNICÍPIO DE TURVO-SC.

Data da Assinatura: 05/03/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/03/2013 a 05/09/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 527, 528
Valor: 2.472.859,07 **Forma de Pagamento:** CFE MEDIÇÃO

Contratado: GUILHERME BARDINI FASCIN
C.P.F.: 066.399.489-66
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 17/2013 **Número do Processo:** 17/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 21/2013
Fundamento Legal:
Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO PODER EXECUTIVO NA ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, PARECERES NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO, REDAÇÃO DE PROJETOS DE LEI E DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS E ASSESSORIA JURÍDICA EM GERAL, NA CONDIÇÃO DE ADVOGADO COM CAPACIDADE PROFISSIONAL RECONHECIDA NO RAMO DE DIREITO PUBLICO DOS ADVOGADOS DO BRASIL, PARA O MUNICÍPIO DE TURVO-SC.

Data da Assinatura: 08/03/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 08/03/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 654
Valor: 24.000,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BRADESCO SEGUROS S.A.**CNPJ:** 33.055.146/0255-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 15/2013**Número do Processo:** 15/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA A CONCESSÃO COM EXCLUSIVIDADE DOS DIREITOS REFERENTE A ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS SALÁRIOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC."

Data da Assinatura: 11/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/03/2013 a 11/03/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 400.001,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**CNPJ:** 06.224.121/0012-56**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2013**Número do Processo:** 16/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA NOVA, POTÊNCIA LIQUIDA MINIMA DE 130HP, COM NO MÍNIMO SEIS MARCHAS À FRENTE E NO MÍNIMO TRÊS MARCHAS A RÉ, FABRICAÇÃO NACIONAL, CHASSI ARTICULADO À FRENTE DA CABINE, FREIOS DE EMERGÊNCIA DE ACUMULADORES DE NITRÓGENIO E CABINE FECHADA ROPS/FOPS, PARA O MUNICÍPIO DE TURVO-SC.

Data da Assinatura: 11/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/03/2013 a 11/03/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 586, 587**Valor:** 499.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2013**Número do Processo:** 20/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: "ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE DE 760 (SETECENTOS E SESSENTA) VIAGENS DE CAMINHÃO COM NO MÍNIMO 10M³ DE SEIXO EM UM TOTAL DE ATÉ 10 KM(DEZ KILOMETROS), POR VIAGEM, PARA A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2013."

Data da Assinatura: 13/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 642**Valor:** 76.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 21/2013**Número do Processo:** 21/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: "ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE 390 (TREZENTOS E NOVENTA) HORAS DE ESCADEIRA HIDRÁULICA PARA RETIRAR SEIXO DO RIO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC."

Data da Assinatura: 13/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 640**Valor:** 75.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 22/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS DE TRATOR ESTEIRA PARA ESPALHAMENTO E NIVELAMENTO DE TERRENO ONDE DA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, TERRENOS PUBLICOS E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE AVIARIOS PARA O INCENTIVO A AGROPECUARIO DA MUNICIPIO.

Data da Assinatura: 13/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 641**Valor:** 75.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 23/2013**Número do Processo:** 23/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE CARGAS DE SAIBRO NO MÍNIMO 12M³, EM UM TOTAL DE ATÉ 15 KM (QUINZE QUILOMETROS) POR VIAJEM, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC

Data da Assinatura: 13/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 639**Valor:** 77.000,00**Forma de Pagamento:** CFE ENTREGA DE MATERIAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JCB ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME**CNPJ:** 00.757.509/0001-83**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 27/2013**Número do Processo:** 27/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM NA ESTRADA MUNICIPAL TVO-464 E ESTRADA MUNICIPAL TVO-468 LINHA MARAGNO, NO MUNICÍPIO DE TURVO-SC.**Data da Assinatura:** 14/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/03/2013 a 14/05/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 652**Valor:** 30.390,35**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 26/2013**Número do Processo:** 26/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE GALERIAS EM CONCRETO ARMADO, NA ESTRADA MUNICIPAL TVO 464 COMUNIDADE DE PONTE ALTA E NA ESTRADA MUNICIPAL TVO 468 LINHA MARAGNO, NO MUNICÍPIO DE TURVO - SC.**Data da Assinatura:** 14/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/03/2013 a 12/07/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 644**Valor:** 99.800,00**Forma de Pagamento:** CFE MEDIÇÃO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 7/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 25/2013**Número do Processo:** 25/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO TEM POR FINALIDADE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA COBERTURA DE GALERIA COM LAJE PRÉ FABRICADA FUNDOS DA SERVIDÃO RABELO DO CENTRO D MUNICÍPIO DE TURVO-SC.**Data da Assinatura:** 14/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/03/2013 a 14/05/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 653**Valor:** 15.500,00**Forma de Pagamento:** CFE MEDIÇÃO**Contratado:** K.P. ENGENHARIA LTDA ME**CNPJ:** 79.414.488/0001-53**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 28/2013**Número do Processo:** 28/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARA PREFEITURA DE TURVO-SC.**Data da Assinatura:** 14/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 643**Valor:** 40.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 8/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EQUIMAF S/A EQUIPAMENTOS MAQUINAS E FERRAMENTAS**CNPJ:** 38.046.579/0001-04**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** REF. VALOR DE 08 UN DE AR CONDICIONADO APARELHO TIPO 4 - 24.000 BTUS, PARA SEREM COLOCADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TURVO-SC.**Data da Assinatura:** 14/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/03/2013 a 14/03/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.592,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CIGA CONSORCIO DE INFORMATICA GESTAO PUB. MUNICIPAL**CNPJ:** 09.427.503/0001-12**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA.**Data da Assinatura:** 14/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.355,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 9/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** COMERCIAL ELÉTRICA SUL LTDA - EPP**CNPJ:** 82.100.223/0001-95**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 24/2013**Número do Processo:** 24/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TURVO - SC**Data da Assinatura:** 15/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/03/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 635**Valor:** 77.627,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** POSITIVO INFORMATICA S.A**CNPJ:** 81.243.735/0001-48**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 36/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** REF. A AQUISIÇÃO DE VINTE (20) NOTEBOOKS COM GARANTIA DE 24(VINTE E QUATRO) MESES, A SEREM ENTREGUES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO-SC**Data da Assinatura:** 15/03/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/03/2013 a 14/03/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 619**Valor:** 29.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 10/10

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CNPJ: 05.568.964/0001-54

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Número do Contrato ou Aditivo: 39/2013

Fundamento Legal:

Objeto: O PRESENE CONTRATO TEM POR OBJETIVO PRESTAR Á CONTRATANTE, ASSESSORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS.

Data da Assinatura: 15/03/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 15/03/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.950,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: CLAVIO MARCON FRANCISCO ME

CNPJ: 00.094.427/0001-04

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 29/2013

Número do Processo: 29/2013

Número do Contrato ou Aditivo: 40/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS PNEUS PARA OS VEICULOS, MAQUINAS E CAMINHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO - SC.

Data da Assinatura: 15/03/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 15/03/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 78.384,00

Forma de Pagamento: À Vista

RREO do 1º Bimestre de 2013

Município de TURVO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	36.282.271,75	
Previsão Atualizada		—	36.282.271,75	
Receitas Realizadas		4.213.324,01	4.213.324,01	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	34.782.271,75	
Créditos Adicionais		—	2.920.000,00	
Dotação Atualizada		—	37.702.271,75	
Despesas Empenhadas		6.948.514,05	6.948.514,05	
Despesas Liquidadas		2.642.458,23	2.642.458,23	
Superavit Orçamentário		—	1.570.865,78	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.948.514,05	6.948.514,05	
Despesas Liquidadas		2.642.458,23	2.642.458,23	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			24.929.259,11	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-2.400.345,18	0,00
Resultado Primário		0,00	1.686.780,22	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	179,52	0,00	0,00	179,52
EXECUTIVO	179,52	0,00	0,00	179,52
TOTAL:	179,52	0,00	0,00	179,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		66.565,07	25%	2,13
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		442.052,79	11.282.051,21	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de TURVO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	197.247,98
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	498.290,91	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

TURVO, 02/04/2013

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

Convenio PMT 004/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 004/2013
CONVENIADA: Associação dos Estudantes Técnicos Universitários de Turvo

OBJETO: Ajuda financeira para auxiliar no custeio de despesas com transporte coletivo de acesso e retorno as cidades de Araranjá - SC e Criciúma - SC.
VALOR: R\$ 175.000,00
VIGÊNCIA: Março/2013 a Dezembro/2013

Convenio PMT 005/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 005/2013
CONVENIADA: Associação Clube de Mães do Município de Turvo

OBJETO: Repasse de verba pecuniária, visando cooperar no fornecimento de programas de atendimento aos cursos oferecidos para as mães do município com trabalhos culturais, artesanais e outros.
VALOR: R\$ 50.000,00
VIGÊNCIA: Março/2013 a Dezembro/2013

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GRÁFICA BOSCARDIN LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.
VALOR: R\$ 39.482,50 (trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 44/2013.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GRÁFICA-PEL GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.
VALOR: R\$ 14.100,50 (catorze mil e cem reais e cinquenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 45/2013.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: LEONIR ANTONIO HECKLER - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.
VALOR: R\$ 17.434,00 (dezessete mil quatrocentos e trinta e quatro reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 46/2013.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: VISUAL SERIGRAFIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.
VALOR: R\$ 4.573,60 (quatro mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 47/2013.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: UPEMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de peças e mão-de-obra para aplicação no equipamento Trator CAT D-5E.
VALOR: R\$ 34.870,60 (trinta e quatro mil oitocentos e setenta reais e sessenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 48/2013.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DARLEI BONAI ME

OBJETO: Aquisição de pneus novos.
VALOR: R\$ 24.170,00 (vinte e quatro mil cento e setenta reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 49/2013.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MICHELON PNEUS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de pneus novos.
VALOR: R\$ 52.458,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 50/2013.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de cestas básicas.
VALOR: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 51/2013.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de alimento nutricional em pó.
VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 52/2013.

Vargeão, SC, 02 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.880/12

LEI Nº 2.880/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.051 - Manutenção de Praças, Parques e jardins
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 300.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.881/13

LEI Nº 2.881/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do quiosque da Praça Nereu Ramos, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Associação de Amigos da Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.881/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Associação de Amigos da Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.881/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso do quiosque da Praça Nereu Ramos, com a finalidade de realizar, mensalmente, a Feira do Sebo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nos dias 06 de abril, 4 de maio, 8 de junho, 6 de julho, 10 de agosto, 5 de outubro, 2 de novembro e 7 de dezembro de 2013, das 08h00min às 16h00min.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
- a. Segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nas datas e horários constantes no item II, da Cláusula Segunda, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA MUNICIPAL EUCLIDES DA CUNHA
Prefeito Municipal Interino Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 2.882/13

LEI N.º 2.882/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelos alunos do curso de fotografia Professor Gustavo Felix, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.882/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, os alunos do curso de fotografia Professor Gustavo Félix, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.882/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização da exposição fotográfica "Um caminho, vários olhares" - Professor Gustavo Félix, a ocorrer no dia 11 de maio de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 11 de maio de 2013.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
- a. Serviço de segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigam-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 11 de maio de 2013, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

ALUNOS DO CURSO DE FOTOGRAFIA

PROFESSOR GUSTAVO FELIX

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Lei Nº 2.883/12

LEI Nº 2.883/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do ginásio da Escola de Educação Básica Municipal Criança do Futuro - CAIC, localizado na Rua Mário Porto Lopes, no Bairro Campo Experimental, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Igreja o Brasil para Cristo, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.883/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a IGREJA O BRASIL PARA CRISTO, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.883/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do ginásio da Escola de Educação Básica Municipal Criança do Futuro - CAIC, localizado na Rua Mário Porto Lopes, no Bairro Campo Experimental, com a finalidade de realização de um Congresso Religioso, a ocorrer nos dias 13 e 14 de abril de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, nos dias 13 e 14 de abril de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigam-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nos dias 13 e 14 de abril de 2013, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, 27 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

IGREJA O BRASIL PARA CRISTO

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Lei Nº 2.884/13

LEI Nº 2.884/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, crédito adicional no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 215.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 215.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 215.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 215.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto 10.373/13

DECRETO Nº 10.373/13, DE 22 DE MARÇO DE 2013.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

LOURENÇO BECKER, Prefeito Municipal Interino de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 15.066/12, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Luizabete Scussiato;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informam o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (duas) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 2.366,82 m2 (dois mil, trezentos e sessenta metros e oitenta e dois decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 1.000,00 m2 (um mil metros quadrados), de propriedade de Luizabete Scussiato, constante da matrícula 26.106, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 6.633,18 m2 (seis mil, seiscentos e trinta e três metros e dezoito decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 15.066/12.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto 10.374/13

DECRETO Nº 10.374/13, DE 22 DE MARÇO DE 2013.

Regulamenta a Lei nº 2.879/13, de 20 de março de 2013, que "Dispõe sobre a Concessão de Bolsas de Estudo a alunos economicamente carentes e portadores de deficiência e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.879/13;

DECRETA

Art. 1º Este decreto regulamenta o PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO no Município de Videira, instituído pela Lei nº 2.879/13.

DA FINALIDADE

Art. 2º O Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo destinar-se-á a contemplar os estudantes economicamente carentes e portadores necessidades especiais que residam no Município de Videira e estudem em instituições particulares de ensino regular localizadas em Videira ou em Municípios vizinhos num raio de

até 100 km (cem quilômetros) da cidade de Videira.

DOS RECURSOS MUNICIPAIS

Art. 3º Os recursos destinados ao pagamento de bolsas de estudo a alunos economicamente carentes serão provenientes de recursos próprios do município previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 4º O repasse dos recursos destinados ao pagamento de bolsas de estudo a aluno economicamente carente será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação, através da Secretaria de Finanças, diretamente ou através de convênio, às Instituições que atendam aos seguintes critérios:

I - cadastro na Secretaria Municipal de Educação;

II - sede própria no Município e/ou no Município vizinho, num raio de 100 km (cem quilômetros);

III - credenciamento aprovado no Ministério da Educação - MEC ou no Conselho Estadual de Educação - CEE;

IV - cursos presenciais aprovados e em funcionamento; e

DA COMISSÃO ESPECIAL E DO EDITAL

Art. 5º O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Especial nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, composta por 05 (cinco) membros e seus respectivos suplentes:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Um representante do Clube de Diretores Lojistas de Videira;
- c) Um representante da Associação Comercial de Videira;
- d) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira;
- e) Um assistente social representante da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, o lançamento do Edital, até 31 de março de cada ano, para inscrição dos pretendentes ao benefício, devendo conter todas as informações necessárias, no âmbito da Lei nº 2.879/13 e do presente decreto.

Art. 6º Caberá à Comissão Especial, fundamentado pelos critérios estabelecidos neste Decreto:

I - Distribuir os quantitativos de bolsas de estudo em cada modalidade, por instituição de ensino e curso;

II - Estudar e opinar conclusivamente sobre a aprovação, fiscalização, concessão ou cancelamento do benefício instituído pela Lei nº 2.879/13;

III - Divulgar a relação dos bolsistas selecionados e assegurar a manutenção das bolsas de estudos;

DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDO

Art. 7º São requisitos à concessão da bolsa de estudo:

I - ser estudante brasileiro nato ou naturalizado;

II - ser residente na cidade de Videira;

III - estar regularmente matriculado em Instituição de Ensino participante do programa, na qual o estudante se inscreveu;

IV - não possuir diploma de curso superior e não estar matriculado em instituição pública de ensino;

V - firmar compromisso de participar, quando solicitado, das atividades, programas e projetos executados pela Prefeitura Municipal de Videira;

VI - firmar termo de compromisso assinado em que o candidato assume as responsabilidades previstas no Art. 21 deste Decreto;

VII - conhecer e atender as determinações deste Decreto e as exigências do Edital.

Art. 8º Terão preferência na concessão do benefício de Bolsa de Estudo, os alunos economicamente carentes e portadores de necessidades especiais.

Parágrafo Único - São condições para a preferência, além dos requisitos previstos no caput do artigo anterior:

I - apresentação de laudo médico que comprove a necessidade especial, conforme determina a Legislação Federal;

II - declaração, sob as penas da Lei, de que não recebe benefício semelhante de qualquer outra fonte;

III - atender os critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 9º A concessão de bolsa de estudo a aluno economicamente carente se efetivará, considerando as exigências dos Art. 7º e 8º deste Decreto, mediante seleção e classificação do candidato.

DA SELEÇÃO DE BOLSISTAS

Art. 10 A seleção dos estudantes a serem beneficiados pelo programa, será efetuada e homologada pela comissão especial em atenção aos critérios estipulados neste Decreto e considerará a pontuação obtida na aplicação da fórmula que segue:

ICB = AS RF - AP

Onde:

ICB - Índice de Classificação do Bolsista

AS - Avaliação Social

RF - Renda Familiar

AP - Avaliação Patrimonial

§1º A avaliação social será pontuada da seguinte forma:

I - Número de membros e idade dos integrantes do grupo familiar:

a) Grupo familiar composto de 06 (seis) ou mais membros - 100 pontos;

b) Grupo familiar composto de 04 (quatro) a 05 (cinco) membros - 50 pontos;

c) Grupo familiar composto de até 03 (três) membros - 10 pontos.

II - Existência de portador de necessidades especiais no grupo familiar:

a) O candidato ser portador de necessidades especiais - 100 pontos;

b) Membro da família portador de necessidades especiais - 50 pontos;

c) Não ser e não possuir membro portador de necessidades especiais - 10 pontos.

III - Existência de doença crônica no grupo familiar:

a) O candidato possui doença crônica - 100 pontos;

b) Membro da família com doença crônica - 50 pontos;

c) Não ser e não possuir membro com doença crônica - 10 pontos.

§2º A Renda Familiar será pontuada da seguinte forma:

I - A renda bruta mensal do grupo familiar:

- a) Até 03 (três) salários mínimos - 100 pontos;
- b) De 03 (três) a 05 (cinco) salários mínimos - 50 pontos;
- c) Mais de 05 (cinco) salários mínimos - 10 pontos.

II - Despesas com moradia (aluguel/financiado):

- a) Imóvel alugado ou financiado em nome do estudante - 100 pontos;
- b) Imóvel alugado ou financiado em nome de um dos membros do grupo familiar - 50 pontos;
- c) Imóvel próprio quitado, em nome do estudante ou em nome de um dos membros do grupo familiar - 10 pontos.

III - Despesas com transporte (ida e volta - Residência para Instituição e vice-versa):

- a) Transporte público (municipal ou intermunicipal) - 100 pontos;
- b) Transporte privado (vans ou micro-ônibus) - 50 pontos;
- c) Transporte próprio - 10 pontos.

IV - Despesas com saúde:

- a) Acima de R\$ 1.000,00 - 100 pontos;
- b) De R\$ 400,00 até R\$ 1.000,00 - 50 pontos;
- c) Até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) - 10 pontos.

V - Despesas com educação, exceto ao da respectiva solicitação:

- a) Acima de R\$ 1.000,00 - 100 pontos;
- b) De R\$ 400,00 até R\$ 1.000,00 - 50 pontos;
- c) Até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) - 10 pontos.

§3º A Avaliação Patrimonial será pontuada da seguinte forma:

I - Bens Móveis e Imóveis:

- a) Bem móvel e/ou imóvel próprio - 100 pontos;
- b) Bem móvel e/ou imóvel de um dos integrantes do grupo familiar - 50 pontos;
- c) Não possui - 10 pontos.

II - Proprietário ou participação de empresas:

- a) Proprietário e/ou participação em empresa (sócio) - 100 pontos;
- b) Membro do grupo familiar proprietário e/ou com participação em empresa (sócio) - 50 pontos;
- c) Não possui - 10 pontos.

§4º Em caso de empate, terá preferência o estudante:

I - Que obtiver maior pontuação na Avaliação Social;

II - Que obtiver maior pontuação na Renda Familiar;

III - Que obtiver a menor pontuação na Avaliação Patrimonial;

IV - De maior idade.

Art. 11 Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia ou que dependem e/ou contribuem para a mútua manutenção da família, que:

I - sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco:

- a) pai/mãe;
- b) padrasto/madrasta;
- c) cônjuge;
- d) companheiro (a);
- e) filho (a);

- f) enteado (a);
- g) irmão (ã);
- h) avô (ó);
- i) sogro (a);
- j) outros (a ser informado).

II - usufruam da renda bruta mensal familiar, desde que:

- a) para os integrantes do grupo familiar que possuam renda própria, seus rendimentos brutos individuais sejam declarados na composição da renda bruta mensal familiar;
- b) para os integrantes do grupo familiar que não possuam renda própria, a relação de dependência seja comprovada por meio de documentos emitidos ou reconhecidos por órgãos oficiais (ex: IRPF) ou pela fonte pagadora dos rendimentos de qualquer um dos componentes do grupo familiar.

Parágrafo único - Caso o grupo familiar informado se restrinja ao próprio candidato, este deverá comprovar renda própria que supere seus gastos, condizente com seu padrão de vida e de consumo, sob pena de exclusão deste processo seletivo.

Art. 12 Entende-se como renda bruta mensal familiar o somatório dos rendimentos auferidos por todos os integrantes do grupo familiar, composto pelo valor bruto de salários, proventos, vale alimentação, gratificações eventuais ou não, gratificações por cargo de chefia, pensões, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros, de todos os integrantes do grupo familiar, incluindo o candidato.

Parágrafo único - Somente poderá ser abatido da renda referida no caput deste artigo o montante pago a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim determine.

Art. 13 Observados os critérios de classificação crescente de maior carência sócio-econômica para menor carência sócio-econômica, os estudantes serão contemplados, pela ordem de pontuação, com recursos próprios do Município, conforme a fórmula adotada no art. 10 deste Decreto.

Parágrafo único - A seleção referida no caput assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à bolsa respectiva, condicionando-se seu efetivo usufruto à aprovação nas fases posteriores do processo seletivo, ao percentual definido pela Comissão Especial com base na disponibilidade de recursos.

Art. 14 Os 30 (trinta) primeiros estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 50% (cinquenta por cento) de suas mensalidades, enquanto que os demais estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 30% (trinta por cento) do valor de suas mensalidades até se esgotarem os recursos públicos municipais destinados a esse programa.

Parágrafo único - Esgotados os recursos públicos municipais destinados a esse programa e remanescendo candidatos classificados, esses permanecerão em lista de espera anual para obtenção da bolsa em contemplações futuras nos casos previstos neste Decreto.

DA INSCRIÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 15 A inscrição do candidato à bolsa passa a ter validade após comparecer na Secretaria Municipal de Educação, no período estabelecido em Edital, para a entrega da:

I - Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo aluno;

II - Documentos que comprovem as informações prestadas, de

acordo com Art. 17 deste Decreto.

§1º Um servidor devidamente designado pelo Secretário Municipal de Educação receberá os documentos, na presença do candidato ou responsável, por ele designado.

§2º A entrega da documentação será feita somente no local, data e horário, designados em edital.

§3º O beneficiário com bolsa de estudo responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações por ele prestadas.

§4º Será automaticamente desclassificado o estudante que apresentar ficha de inscrição incompleta, sem assinatura ou sem documentos exigidos no Edital.

§5º A qualquer tempo, em caso de comprovada inautenticidade dos documentos e/ou inveracidade das informações prestadas, conforme cada caso, o estudante:

I - Será desclassificado do processo seletivo;

II - Terá a bolsa de estudo cancelada;

III - Estará obrigado a restituir aos cofres públicos os recursos recebidos a título de bolsa de estudo.

Art. 16 Na aferição das informações prestadas pelos candidatos a Comissão Especial, através de seus representantes, analisará a pertinência e a veracidade das informações prestadas:

I - Concluindo pela aprovação, a comissão fará o encaminhamento para concessão de bolsa de estudo;

II - O candidato cuja documentação for considerada inadequada ou que as informações prestadas sejam consideradas inverídicas será considerado desclassificado.

Art. 17 No processo de aferição de informações, o estudante deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos atualizados, próprios e dos integrantes do seu grupo familiar:

§1º Comprovante de rendimentos do estudante e dos integrantes de seu grupo familiar:

I - Se assalariado:

- a) Contracheque (recibo de salário) do último mês;
- b) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, último contrato de trabalho e a próxima folha em branco);
- c) Declaração da empresa, se esta concede ou não vale-alimentação, e em caso positivo citando o valor mensal; e,
- d) O candidato a bolsa, deverá apresentar também: declaração, em papel timbrado e carimbo, da empresa ou entidade em que trabalha, se esta concede auxílio para custear o ensino, ou declaração negativa se for o caso.

II - Se trabalhador autônomo ou profissional liberal:

- a) Guias de recolhimentos de INSS do último mês, compatíveis com a renda declarada;
- b) Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE original, dos três últimos meses (pode ser apenas uma DECORE), feita por Contador ou Técnico Contábil inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade - CRC ou Declaração de renda de Autônomo com reconhecimento de firma (Anexo X); e,
- c) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII).

III - Se proprietário de empresa:

- a) Declaração de Percepção de Rendimentos original, feita por Contador ou Técnico Contábil inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, contemplando os rendimentos dos últimos 12 meses, relativos à retirada de pró-labore, distribuição de lucros e outros rendimentos auferidos no período;
- b) Declaração Completa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ou no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional a Declaração Completa Anual do Simples Nacional - DASN;
- c) Contrato social atualizado ou instrumento equivalente. Em caso de empresa sem atividade e/ou inativa apresentar protocolo da baixa de uma das esferas: Municipal, Estadual ou Federal;
- d) Balanço patrimonial da empresa;
- e) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII).

IV - Se aposentado ou pensionista:

- a) Comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão do último mês, retirado do site da previdência social;
- b) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII); e,
- c) Declaração que não exerce atividade remunerada (Anexo V), caso o aposentado possua até 70 anos de idade;

V - Se agricultor:

- a) Declaração de renda emitida por sindicato rural do município onde os integrantes do grupo familiar possuem atividade, conforme modelo Anexo III (caso o produtor não seja associado, apresentar declaração do sindicato para justificar a entrega deste documento sem assinatura e carimbo);
- b) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- c) Imposto Territorial Rural - ITR;
- d) Contrato de arrendamento e/ou parceria (se houver);
- e) Declaração de movimento econômico de agricultura familiar expedido pela Prefeitura Municipal;
- f) No caso de produtor de leite, anexar as 03 últimas notas de venda do produto;
- g) Apresentar documento emitido pela CIDASC e/ou Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente informando o número de bovinos e bubalinos na propriedade de acordo com o projeto PIB-SC (projeto de identificação de bovinos e bubalinos em SC); e,
- h) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII).

VI - Se recebe Ajuda Financeira:

- a) Declaração de renda agregada, (com reconhecimento de firma), identificando com nome, CPF, endereço e valor mensal da ajuda financeira de terceiros (parentes ou não) de acordo com o Anexo IV;

VII - Se estagiário:

- a) Termo de compromisso de estágio;
- b) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII);

VIII - Se professor ACTs:

- a) Contrato de trabalho ou declaração da entidade pagadora, especificando o início do contrato, número de horas de trabalho e fotocópia das três últimas folhas de pagamento;
- b) Declaração do contratante se concede ou não vale-alimentação, em caso positivo citando o valor; e,

c) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII); e,

IX - Se recebe Pensão Alimentícia:

- a) Decisão judicial ou acordo homologado judicialmente; e,
- b) Declaração atualizada com o valor da pensão alimentícia, conforme modelo - Anexo XII.

X - Se recebe aluguel:

- a) Caso possuam imóvel alugado, apresentar declaração de recebimento de aluguel, conforme modelo (Anexo XII).

XI - No caso de desempregado ou sem remuneração (candidato ou integrante do grupo familiar, com idade entre 16 e 70 anos):

- a) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIII);
- b) Rescisão contratual; e,
- c) Declaração assinada pelo integrante do grupo familiar atestando que não exerce qualquer tipo de atividade remuneratória, (com reconhecimento de firma em cartório), de acordo com o Anexo V;

XII - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - DIRPF última declaração (com todas as folhas e recibo de entrega do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar declarados na ficha de inscrição); e, Para os que não declaram imposto de renda, apresentar comprovante, disponível no link para consulta: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATRJO/ConsRest/Atual.app/index.ASP>.

XIII - Carteira de identidade própria e dos demais integrantes do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso de menores de 18 anos (que não possuam carteira de identidade).

XIV - Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF, próprio e dos demais integrantes do grupo familiar, se houver.

XV - Comprovantes de residência (atualizado), última fatura de energia elétrica, telefone fixo, telefone móvel e água em nome do estudante ou responsável.

XVI - Declaração própria, datada, assinada com reconhecimento de firma por um dos integrantes do grupo familiar maior de 18 anos, mencionando os bens do grupo familiar e os respectivos valores (valor de venda), de acordo com modelo em Anexo VI; ou, declaração negativa de bens (Anexo VII) caso ninguém do grupo familiar possua bens.

XVII - Se a moradia for alugada:

- a) Declaração com reconhecimento de firma do proprietário do imóvel sobre o pagamento de aluguel ou contrato de aluguel e recibo de pagamento; e,
- b) Caso o aluguel seja dividido com outra(s) pessoa(s), anexar declaração assinada por todos os inquilinos informando o valor pago individualmente, conforme modelo em Anexo IX.

XVIII - Se a moradia for financiada comprovante do último pagamento de prestação de imóvel.

XIX - Laudo médico (não trazer exames) com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID (com data de até 06 meses anteriores), quando for o caso, receita e notas fiscais de tratamento relativo (medicamentos de uso contínuo) aos últimos 02 (dois) meses que comprovem os gastos referentes à doença crônica dos integrantes do grupo

familiar.

XX - Laudo médico (não trazer exames) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, nos termos do Art. 4º do decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto nº 5.296, 02 de dezembro de 2004, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, quando for o caso.

XXI - Comprovante (recibo ou nota fiscal) mensal de pagamento de transporte coletivo da moradia do estudante até a Instituição de Ensino. O comprovante deve ser nominal ao aluno e possuir dados da empresa de transporte (carimbo, endereço e assinatura do responsável).

XXII - Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar do grupo familiar do candidato por essas razões;

XXIII - No caso do candidato possuir filhos/dependentes, cópia de certidão de nascimento dos mesmos, ou Termo Judicial de dependência, ou cópia de declaração de imposto de renda.

XXIV - Comprovante de matrícula de integrantes do grupo familiar (exceto o candidato) que estudam em outras Instituições de Ensino particulares;

XXV - Declaração expedida pela prefeitura municipal atestando que sua família/propriedade foi vítima de calamidade pública, nos últimos doze meses;

XXVI - Comprovantes de gastos com cirurgia (não estética), ocorrida nos últimos doze meses, se houver;

XXVII - Nos casos de transtornos comportamentais (dependências químicas, jogos, roubo), o candidato deverá apresentar documento comprobatório da situação;

XXVIII - No caso de casais que vivem em União Estável, apresentar Contrato, conforme Anexo VIII, com firma reconhecida ou Certidão de Casamento.

XXIX - Guia de consulta emitida pelo DETRAN do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar maiores de 18 anos;

§2º A comissão especial, se julgar necessária a comprovação das informações prestadas pelo candidato, referentes a este ou aos integrantes de seu grupo familiar poderá exigir a qualquer tempo a apresentação de outros documentos

§3º O candidato que possuir idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos e declarar que não reside e/ou depende dos pais, deverá entregar comprovante de renda e declaração de imposto de renda (com todas as folhas e recibo de entrega) dos mesmos.

§4º A Secretaria Municipal de Educação deverá arquivar por 05 (cinco) anos todos os documentos referidos nos incisos I a XXIX do §1º deste artigo.

§5º Caso a ausência de um dos pais do candidato ocorra em função de motivo diverso dos constantes no inciso XXIII do §1º deste artigo, este deverá apresentar elemento comprobatório da situação fática específica, a critério da comissão especial.

Art. 18 Ao formar seu juízo acerca da pertinência e da veracidade das informações prestadas pelos estudantes selecionados, a comissão considerará, além da documentação apresentada, quaisquer elementos que demonstrem patrimônio, percepção de renda ou padrão de vida e de consumo incompatíveis com as normas do

programa ou com a renda declarada na ficha de inscrição.

Art. 19 Os candidatos não selecionados poderão ser reclassificados em virtude da exclusão de outros candidatos desde que, observada a ordem crescente da pontuação.

Art. 20 Em caso de exclusão do candidato reclassificado, a comissão especial procederá conforme disposto no § 4º e §5º do Art. 15 deste Decreto.

DAS RESPONSABILIDADES COMO BOLSISTAS

Art. 21 Os bolsistas vinculados ao programa municipal deverão assumir as seguintes responsabilidades:

I - não receber, durante a vigência da bolsa vinculada ao programa, outra modalidade de bolsa oriunda de recursos públicos ou de outra bolsa de estudos;

II - cumprir o regulamento da instituição em que está matriculado;

III - restituir à Prefeitura Municipal, nas mesmas condições em que foi beneficiado, acrescido de juros e atualização monetária, o valor correspondente a todos os benefícios recebidos relativos à bolsa nos seguintes casos:

a) não cumprimento do compromisso firmado;
b) por desistência do curso sem justificativa aceita pela Comissão Especial.

IV - formalizar e cumprir integralmente o termo de compromisso de bolsistas, conforme Anexo I.

Parágrafo único. O não cumprimento das responsabilidades previstas neste artigo implica o cancelamento automático da bolsa de estudo, conforme Anexo II.

DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AOS BOLSISTAS

Art. 22 As bolsas de estudo poderão ser canceladas, após o devido processo administrativo, trânsito na Comissão Especial, sendo concedidos 15 (quinze) dias para o bolsista apresentar sua defesa em caso de suspeita de inidoneidade de documento apresentado, falsidade de informação prestada, ou qualquer fraude por ele cometida no processo classificatório, devendo o mesmo devolver ao município o que fora recebido indevidamente com a correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, independente das sanções penais legais.

Art. 23 O benefício da bolsa de estudo será cancelado automaticamente, com o desligamento do aluno do programa, nos seguintes casos:

I - reprovação no período letivo, por inassiduidade superior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - abandono ou desistência do curso ou trancamento de matrícula sem prévia anuência da Comissão Especial;

III - transferência para outra Instituição de Ensino, excetuando-se o caso de encerramento do curso ou fechamento da Instituição de ensino em que o bolsista esteja desenvolvendo suas atividades;

IV - incorrer em indisciplina ou falta grave no exercício do Programa, respeitado o disposto no art. 22, deste Decreto.

§1º Havendo impedimento ao bolsista em freqüentar às aulas, e o mesmo não solicitar, justificadamente, à Comissão Especial do Programa, suspensão temporária do benefício no prazo de 30

(trinta) dias da ocorrência do evento, também terá cancelamento automático da bolsa.

§2º Em qualquer caso do cancelamento, o benefício poderá ser redistribuído a outro estudante selecionado, com efeitos a partir da data de substituição do bolsista, mediante autorização prévia e expressa da Comissão Especial.

Art. 24 O estudante que receber bolsa de estudo, seja com recursos públicos ou privados, diversa do Programa Municipal de Bolsa de Estudo, não poderá acumular os dois benefícios, devendo desvincular-se deste programa no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua inclusão no outro programa.

Parágrafo único - O estudante que sofrer desligamento por acúmulo indevido de bolsas de estudo, não poderá participar do Programa Municipal pelo período mínimo de 01 (um) ano.

DOS COMPROMISSOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 25 As Instituições de Ensino que integrem o Programa Municipal de Bolsa de Estudo, deverão assumir os seguintes compromissos:

I - informar a Prefeitura Municipal de Videira, através da Secretaria Municipal de Educação, relatório contendo o nome do aluno contemplado no Programa Bolsa de Estudo e os respectivos valores concedidos pela Bolsa de Estudo;

II - devolver aos cofres públicos qualquer importância recebida indevidamente, mesmo que a constatação desta incorreção venha a ocorrer após o encerramento anual do programa;

III - Não cobrar juros de mora, multas ou criar obstáculos à re matrícula dos alunos beneficiados por bolsa de estudo do programa municipal por eventuais atrasos no repasse dos recursos municipais;

IV - prestar contas dos benefícios recebidos do Programa Municipal de acordo com a legislação vigente;

V - formalizar e cumprir integralmente o termo de compromisso de bolsistas, conforme Anexo I.

DAS DENÚNCIAS

Art. 26 O processo de seleção e distribuição das bolsas de estudo parciais será realizado sem interferências pessoais, ideológicas, político-partidárias ou privilégios, baseando-se, sua análise e deferimento, tão somente nas informações e documentação apresentada pelo próprio estudante.

Art. 27 Qualquer pessoa, independente de identificação, poderá formalizar denúncia, dirigida à Comissão Especial, entregando na Secretaria Municipal de Educação, devidamente protocolada na Prefeitura Municipal de Videira.

§1º - O estudante denunciado será notificado para prestar esclarecimentos e/ou documentos à Comissão Especial, em dia e hora previamente determinados.

§2º - Se as informações prestadas não forem suficientes à elucidação da situação, a Comissão poderá determinar diligências, podendo suspender ou encerrar imediatamente o benefício.

§3º - Se julgada procedente a denúncia, o beneficiado terá a Bolsa encerrada, após oportunidade do contraditório e da ampla defesa, estando obrigado a restituir os valores recebidos, na forma do inciso III do art. 21 deste Decreto.

§4º - As denúncias poderão ser realizadas durante todo o período de vigência da bolsa.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 28 Visando a preservação do interesse público, ressalva-se ao Poder Público Municipal, através do Controle Interno, o poder de fiscalizar toda execução do Programa, solicitando, inclusive, informações e cópia de documentos à Secretaria Municipal de Educação, aos candidatos e às Instituições de Ensino.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 A Secretaria Municipal de Educação terá por atribuição: orientar no preenchimento do formulário, em caso de dúvidas; receber e analisar os documentos; assessorar a comissão especial em atividades como: agendar reuniões, redigir atas, eventualmente realizar visitas domiciliares aos candidatos à Bolsa de estudo, investigar denúncias, divulgar os resultados e coletar as assinaturas dos contemplados para posterior prestação de contas.

Art. 30 Todos os estudantes das instituições, inclusive os beneficiários das bolsas, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos das instituições.

Art. 31 A Secretaria Municipal de Educação divulgará, mediante afixação em locais de grande circulação de estudantes, no Diário Oficial do Município - DOM e no endereço eletrônico da Secretaria, o inteiro teor deste Decreto, do Edital e dos demais atos.

Art. 32 Caberá a comissão especial, constituída para este fim, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, dirimir as dúvidas originadas deste Decreto.

Art. 33 Cabe ao Município, através da Secretaria Municipal de Educação, arcar com todos os custos do Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo.

Art. 34 As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão suportadas por dotações próprias constantes do Orçamento vigente.

Art. 35 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março do ano de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO I
TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSISTA

Aos ____ do mês de _____ de ____, a Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada SME, representada por _____, e o(a) bolsista _____, doravante denominado(a) BOLSISTA, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, residente no(a) _____, nº _____, Município de _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no(a) **CURSO** em nível de _____ da Universidade/Fundação/Instituto/Associação/Escola/Faculdade _____

Cidade: _____ UF _____, firmam entre si este Termo de Compromisso, em atendimento à Lei Municipal nº 2.879/13 e do Decreto nº 10.374/13, sob as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a concessão de bolsa de estudo do Programa Municipal, pela CONCEDENTE, para o(a) aluno(a), regularmente matriculado(a) no curso de _____, na _____, com matrícula inicial (mês/ano) _____, cursando (fase/semestre) _____.

I - o valor mensal da bolsa será de R\$ _____ (_____);
II - o presente TCB vigorará de _____ até _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

Caberá à CONCEDENTE:

- I - elaborar sistema de registro e acompanhamento do bolsista;
- II - indicar funcionários do quadro de pessoal para orientar e acompanhar as ações decorrentes do Programa Municipal;
- III - manter sob a sua guarda os documentos do bolsista;
- IV - efetuar pagamento em conta específica da Instituição; e
- V - incluir anualmente na Lei Orçamentária - LOA a dotação para pagamento da bolsa de estudo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO BOLSISTA

Caberá ao BOLSISTA:

- I - não receber, durante a vigência da bolsa vinculada ao programa, outra modalidade de bolsa oriunda de recursos públicos ou de outra bolsa de estudos;

- II - cumprir o regulamento da instituição na qual está matriculado;
- III - restituir à SME, nas mesmas condições em que foi beneficiado, acrescido de juros e atualização monetária, os valores correspondentes a todos os benefícios recebidos relativos à bolsa nos seguintes casos:
 - a) não cumprimento do compromisso firmado no programa de bolsas de estudos do município
 - b) por desistência do curso sem justificativa aceita pela Comissão *Ad Hoc*;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Caberá a INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- I – informar a Prefeitura Municipal de Videira, através da Secretaria Municipal de Educação, relatório contendo o nome do aluno contemplado no Programa Bolsa de Estudo e os respectivos valores concedidos pela Bolsa de Estudo;
- II – devolver aos cofres públicos qualquer importância recebida indevidamente, mesmo que a constatação desta incorreção venha ocorrer após o encerramento anual do programa;
- III – Não cobrar juros de mora, multas ou criar obstáculos à rematrícula dos alunos beneficiados por bolsa de estudo do programa municipal por eventuais atrasos no repasse dos recursos municipais;
- IV – prestar contas dos benefícios recebidos do Programa Municipal de acordo com a legislação vigente;

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSISTA - TCB

O presente TCB pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação escrita. A rescisão poderá ser motivada, de forma exemplificativa, pelas seguintes situações:

- I - o não cumprimento das responsabilidades previstas na cláusula anterior, implica cancelamento da bolsa caso as justificativas apresentadas à Comissão *Ad Hoc* não sejam aceitas, ficando o BOLSISTA impedido de concorrer ao recebimento de bolsa do FUMDES pelo período de 01 (um) ano, contados do conhecimento do fato;
 - II - pela desistência do bolsista;
 - III - pela não prorrogação do termo de compromisso;
 - IV - pelo abandono/desistência ou conclusão do curso, cancelamento, transferência, trancamento, desligamento do acadêmico na forma regimental ou frequência irregular pelo bolsista;
 - V - por iniciativa do órgão ou entidade concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo bolsista, constante neste Termo;
- Parágrafo Único – O não cumprimento do convencionado neste instrumento por qualquer uma das partes, caberá ao responsável pelo Programa providenciar a lavratura do Termo de Rescisão de Bolsista.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

De comum acordo entre as partes, fica eleito o Foro da Comarca de Videira, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão que se originar deste Termo, uma vez esgotadas todas as possibilidades de entendimento amigável.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições deste TCB, as partes o assinam em 3 (três) vias de igual teor, destinando-se, respectivamente, à PARTE CONCEDENTE, a INSTITUIÇÃO DE ENSINO e ao BOLSISTA.

As dúvidas e possíveis omissões deste Termo de Compromisso serão resolvidas por ofício entre as partes, conjuntamente com a comissão especial.

Videira, de de 20 .

Representante do Programa
Municipal de Bolsa de
Estudo/ Secretaria Municipal
de Educação

Bolsista

Representante da Instituição
de Ensino

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF nº

NOME:
CPF nº

ANEXO II
TERMO DE RESCISÃO DE BOLSISTA

O(A)Bolsista _____, CPF
nº _____, **matriculado(a)**
no(a) _____, aluno(a) do Curso
_____, teve seu Termo de Compromisso para receber a
bolsa rescindido na data de ____/____/____, conforme motivo abaixo:

- () I - Iniciativa do aluno(a) bolsista
() II - Situação irregular do aluno(a) bolsista
() III - Iniciativa da SED
() IV - Outro: _____

E por estarem de acordo e para a validade de que pelas partes foi conhecido o teor deste documento, assinam em 2 (duas) vias.

Videira, _____ de _____ de 20____.

Representante do Programa
Municipal de Bolsa de
Estudo/ Secretaria Municipal
de Educação

Bolsista

Representante da Instituição
de Ensino

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF nº

NOME:
CPF nº

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AGRICULTOR

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira declara para os devidos fins que o Sr. _____ é pai ou responsável por _____, o mesmo é agricultor, residente e domiciliado na Linha _____ Município de Videira, possuindo uma área de terra com total de _____ hectares, com área plantada _____ hectares, na qual efetuou as seguintes entregas de produtos nas últimas duas safras.

Denominação	2011	2012
MILHO: Área plantada em h.a. Sacos produzidos/h.a.		
FUMO: Área plantada/h.a. Arrobas produzidas h.a.		
TRIGO: Área plantada/h.a. Arrobas produzidas h.a.		
SOJA: Área plantada/h.a. Arrobas produzidas h.a.		
LEITE: Nº de vacas leite Média Prod. Leite		
SUÍNOS: Número de matrizes Kg. Vendidos/ano		
BOVINOS: Número de bovinos Kg. Vendido/ano		
OUTROS PRODUTOS:		
Total Bruto em R\$		

Afirmo que o número de dependentes desta renda é de _____, com a qual vive familiarmente produzindo em regime de economia familiar.

Declara ainda, que os dados acima apresentados são verdadeiros e está ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados falsos e/ou divergentes implicam às medidas judiciais cabíveis. Sem mais a declarar, assino e dou fé.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20__.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Assinatura e Carimbo)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUXÍLIO DE TERCEIROS

Eu, (pessoa que ajuda).....(estado civil)....., inscrito no CPF sob o nº....., portador do RG nº....., residente e domiciliado na Rua (Av., etc.)....., declaro para os devidos fins, que ajudo financeiramente (nome da pessoa que recebe ajuda)....., com o valor mensal de aproximadamente Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.
Por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do declarante
(reconhecer firma em cartório do declarante)

Assinatura do candidato a bolsa

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUEM ATIVIDADE REMUNERATÓRIA

Eu, (membro do grupo familiar que não exerce atividade remunerada)....., (estado civil)....., inscrito no CPF sob o nº., portador do RG nº....., residente e domiciliado na Rua (Av., etc.)..... declaro para os devidos fins, **que não exerço atividade remunerada.** Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.
Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do declarante
(reconhecer firma em cartório do declarante)

Assinaturas das testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO

Eu, _____, RG nº _____, CPF _____ declaro sob as penas da lei, para comprovação dos dados Informados no Formulário de Inscrição de Bolsa de Estudo, que o patrimônio pertencente ao grupo familiar informado, é composto dos seguintes bens e respectivos valores:

BENS IMÓVEIS (Casa, Apartamento Sala Comercial, Lote Urbano, Lote Rural, Chácara):

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR (R\$)

VEÍCULOS (Automóvel, Caminhão, Motocicleta, Motoneta ou Reboque):

DESCRIÇÃO	ANO/MODELO	PLACA	RENAVAN	VALOR (R\$)

OUTROS:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)

Totalizando o valor de R\$ _____, conforme declarado no formulário.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura de um integrante do grupo familiar maior de 18 anos
(reconhecer firma em cartório)

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE BENS

Eu, _____ Estado Civil: _____,
CPF nº _____ declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, para comprovação no
requerimento de Bolsa de Estudo, que eu e meu grupo familiar **NÃO** possuímos bens móveis ou
imóveis. Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a
omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam
no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores
indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem
a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante
(reconhecer firma em cartório do declarante)

Assinaturas das testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

ANEXO VIII
MODELO DE CONTRATO DE UNIÃO ESTÁVEL

Por este instrumento particular de Contrato de União Estável de convivência duradoura, pública e contínua, e com fundamento na Constituição Federal, Art. 226, Lei Nº 9.278/96 e Lei Nº 10.406/2002 (Código Civil), nesta cidade de _____, Estado _____, ficou justo e contratado entre os abaixo assinados: _____, profissão _____, portadora do RG Nº _____ e do CPF Nº _____, residente e domiciliada (o) em _____, na Rua/Av _____, doravante denominada **A CONVIVENTE**, e _____, profissão _____, portador do RG Nº _____, e do CPF Nº _____, residente e domiciliado em _____, na Rua/Av _____, doravante denominado **O CONVIVENTE**, o seguinte:

Cláusula primeira – Que OS CONVIVENTES vivem sob o mesmo teto desde ____/____/_____, como marido e mulher, comprometendo-se ambos, durante a convivência, ao respeito, à consideração, à assistência moral, a uma dedicação mútua e esforço em comum no sentido de atingir a harmonia necessária ao bem-estar que o aconchego do lar lhes poderá oferecer.

Cláusula segunda – Que o tempo de duração do presente contrato é indeterminado, sendo que durante a vigência da convivência, ambos OS CONVIVENTES deverão observar respeito e dignidade, um para com o outro, bem como a observância de todos os afazeres e cuidados exigidos para uma sólida e perfeita convivência.

Cláusula terceira – Que as causas de extinção do presente contrato podem ser: por resolução involuntária (força maior ou caso fortuito); por resilição unilateral ou bilateral (por simples declaração de uma ou de ambas as partes); por rescisão unilateral ou bilateral (quando há lesão às cláusulas de convivência expressas na cláusula primeira); e, finalmente, pela cessação (no caso de morte de uma das partes ou de ambas).

Cláusula quarta – Que o termo inicial do presente contrato é a partir do momento em que OS CONVIVENTES iniciaram a viver sob o mesmo teto (cláusula 1ª).

Cláusula quarta – Fica eleito o foro da Cidade de _____, Estado do _____, para dirimir dúvidas porventura vinculadas ao presente instrumento.

Por se acharem assim, justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença das testemunhas abaixo, a que tudo assistiram.

_____, _____ de _____ de 20____.

O CONVIVENTE

A CONVIVENTE

(Reconhecer firma em cartório – o convivente e a convivente)

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____ Assinatura _____
Nome: _____ CPF: _____ Assinatura _____

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL

Eu, _____, aluno regularmente matriculado no curso de _____, da Instituição de Ensino _____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no edital ____/20__, para comprovação no Cadastro Socioeconômico, que divido aluguel do imóvel situado na _____ nº _____, cidade _____, no valor de R\$ _____, para cada morador, com as pessoas a seguir:

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do candidato às bolsas: _____

Assinaturas dos demais inquilinos: _____

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENDA DE AUTÔNOMO,
PRESTADOR DE SERVIÇOS OU PROFISSIONAL LIBERAL

Eu _____, CPF nº _____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no edital ____/20____, para comprovação da Situação Socioeconômica do(a) acadêmico(a) (nome) _____, que a renda média dos últimos seis meses, no valor de R\$ _____ mensais, declarada no formulário de inscrição, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de _____. Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante Assinatura do candidato às bolsas
(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, CPF nº _____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no edital ____/20____, para comprovação no Cadastro Socioeconômico do(a) acadêmico(a) (nome) _____, que pago mensalmente pensão alimentícia no valor mensal de R\$ _____, ao meu (minha) filho (a)_____.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

LOCAL E DATA _____, de _____ de 20__.

Nome (s) e Assinatura (s) de quem paga: _____

Nome e Assinatura do Candidato às bolsas: _____
(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE ALUGUEL

Eu, _____, CPF Nº _____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no Edital ____/20____, para comprovação no Cadastro Socioeconômico, que RECEBO ALUGUEL do imóvel situado em (cidade) _____, na rua _____, nº _____, no valor mensal de R\$ _____, pago pelo(a) inquilino(a) senhor(a) _____.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

LOCAL E DATA, ____ de _____ de 20____

Assinatura do declarante: _____.

Nome(s) e Assinatura(s) do inquilino: _____.

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO XIII
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO

Eu, (membro do grupo familiar que não possui Carteira de Trabalho) _____, (estado civil) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua (Av., etc.) _____ declaro para os devidos fins, que não possuo o seguinte documento: Carteira de Trabalho. Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima. E, por ser verdade, firmo a presente declaração. Por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do declarante
(reconhecer firma em cartório do declarante)

Assinaturas das testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

ANEXO XIV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CASA CEDIDA

Eu, _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na rua/av _____, nº _____, município de _____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no edital ____/20____, para comprovação no Cadastro Socioeconômico, que sou proprietário do imóvel situado na rua/av: _____ nº _____, município de _____, o qual é cedido para a família do candidato a bolsa de estudo _____, ficando os mesmos responsáveis apenas pelos pagamentos de água e energia elétrica.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão Especial ou quem a Secretaria Municipal de Educação designar a averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do proprietário cedente do imóvel
(reconhecer firma em cartório do declarante)

Decreto 10.375/13

DECRETO Nº 10.375/13, DE 26 DE MARÇO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor INDALÉCIO PINTO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 006/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor INDALÉCIO PINTO, inscrito no CPF sob o nº 296.477.209-63, no RG nº 393.856 e no PIS/PASEP nº 102.73570.74-6, detentor da matrícula funcional nº 672, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.966,59 (dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira, excluídos os servidores do magistério municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/04/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto 10.376/13

DECRETO Nº 10.376/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.880/13, de 27 de março de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

2.051 - Manutenção de Praças, Parques e jardins

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto 10.377/13

DECRETO Nº 10.377/13, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.884/13, de 27 de março de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, crédito adicional no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 215.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 215.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 215.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 215.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0146/13

PORTARIA nº 0146/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta na Comunicação Interna, datada de 25/03/13;

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora GISELLE PIOLI PAGNO, Agente Administrativo II, a partir do dia 18 de março de 2013 até 16 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2013.

Videira, 26 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0147/13

PORTARIA nº 0147/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4161/13;

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora DÉBORA LUCIA RIBEIRO, Técnica de Enfermagem, a partir do dia 21 de março de 2013 até 18 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 2013.

Videira, 26 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0147/13

PORTARIA nº 0147/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4161/13;

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora DÉBORA LUCIA RIBEIRO, Técnica de Enfermagem, a partir do dia 21 de março de 2013 até 18 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 2013.

Videira, 26 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0148/13

PORTARIA nº 0148/13

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 33.479-0

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo nº 3729/13;

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 33.479-0, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora NEUSA FATIMA DA SILVA DELAZZERI, responsável pela devida prestação de contas nos termos da Legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0149/13

PORTARIA nº 0149/13

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 33.478-2

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo nº 3406/13;

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 33.478-2, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pelo servidor JAIR CELSO CHEROBIN, responsável pela devida prestação de contas nos termos da Legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0150/13

PORTARIA nº 0150/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta na Comunicação Interna, datada de 22 de março de 2013;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de abril de 2013 até 30 de abril de 2013, o gozo de férias da servidora ELIANE BENEDETTI, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Vigilância, referente ao período aquisitivo de 1º de julho de 2011 até 30 de junho de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de abril de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 1º dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Homologação

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/13
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13
CONTRATADO: Rádio Vale do Contestado Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 minutos, na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas.

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
Presidente.

Estrato Contrato Rádio

Contrato N.: 003/2013 - CMV

Data de Assinatura: 01/04/2013

Fornecedor: Rádio Vale do Contestado Ltda.

Valor: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)

Licitação: PR 01/2013 - CMV

Objeto: Prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 minutos, na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O município de Vitor Meireles, nos termos de Lei Federal nº 9452 de 20/03/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 28/03/2013 o valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), depositado na Conta Corrente 2775/006/100-6, vinculada ao Contrato de Repasse 0370718-82/2011/MCIDADES/CAIXA, PROGRAMA: Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, assinado em, 30/12/2011, objetivando a PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO (Pavimentação Rua Vitor Meneghelli).

Vitor Meireles, 01 de Abril de 2013

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Associações

AMVALI

Termo de Referência - Pigirs - Elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

TERMO DE REFERÊNCIA

PIGIRS

ELABORAÇÃO DO PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS



JARAGUÁ DO SUL / 2013



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO GERAL.....	5
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
4. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.....	6
5. ETAPAS E PRODUTOS DO PIGIRS	10
ETAPA 1 – Plano de Trabalho e Mobilização Social.....	10
ETAPA 2 – Caracterização da Área, Levantamento de Dados e Elaboração do	
Diagnóstico do Serviço de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.....	14
ETAPA 3 –Elaboração do SIG – Sistema de Informações Geográficas do PIGIRS.....	16
ETAPA 4 – Recomendações e Proposições.....	17
ETAPA 5 – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	19
6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA	20
7. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA	20
8. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	21



1. INTRODUÇÃO

As ações de gestão, planejamento e projeto para o manejo dos resíduos sólidos urbanos têm como objetivo geral o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, instituída pela Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

O Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS é um dos instrumentos da PNRS, de acordo com o Art. 8º da citada Lei, e é condição para o acesso aos recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para a obtenção de benefícios por incentivos ou financiamentos de entidades federais de créditos ou fomento para tal finalidade. Já o Art 18 da PNRS cita que os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, serão priorizados no acesso aos recursos da União. Referente ainda à elaboração de Planos Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do Art. 19, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Este Termo de Referência visa garantir que o PIGIRS seja elaborado conforme as diretrizes contidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº. 12.305/2010 além de fornecer subsídios o mais próximo da realidade dos municípios, apresentando, após a elaboração do Diagnóstico, proposições que venham a sanar as deficiências na execução dos serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos urbanos de forma integrada.

O PIGIRS deve provocar uma gradual mudança de atitudes e hábitos, cujo foco vai desde a geração até a destinação final dos resíduos. Portanto, o plano vai além da elaboração de um diagnóstico que apresente as deficiências



deste setor nos municípios, mas que apresente soluções técnicas, ambiental e economicamente viáveis, para as mesmas que deverão ser executadas de forma gradativa e integrada, objetivando a sanar as deficiências, executar um serviço de qualidade minimizando gastos, o atendimento de 100% da população urbana e a minimização dos impactos ambientais.

Vale ainda ressaltar que este termo de referência traz como exigência a execução de um processo participativo. Durante a elaboração do PIGIRS, serão convocadas reuniões públicas para a discussão e divulgação do processo de elaboração PIGIRS, do resultado do diagnóstico, bem como para apresentação das propostas finais.

Portanto, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é um documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos urbanos e do serviço de limpeza pública, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta (convencional e seletiva), armazenamento, transporte, transbordo, tratamento e disposição final, bem como a proteção a saúde pública e da qualidade ambiental.

Deve contemplar as ações que os municípios pretendem realizar. Estas ações devem ser vistas como metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo de forma integrada. Para cada ação a ser realizada deverão ser delineadas uma gama variada de alternativas possíveis, tanto com relação a locais (de aterros, estações de transbordo, usinas de tratamento, unidades de educação ambiental) como técnico-operacional (rotas de coleta, sistema de coleta, sistema de triagem, etc.).

O PIGIRS abrangerá os seguintes municípios: Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder, totalizando aproximadamente 248 mil habitantes de acordo com IBGE-2010.



2. OBJETIVO GERAL

O objetivo central do presente Termo de Referência é o atendimento ao que dispõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O PIGIRS, então deverá apontar e descrever as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, contemplando os aspectos referentes à não geração, redução, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada do rejeito.

O PIGIRS deverá conter ainda a estratégia geral dos responsáveis pela geração dos resíduos para proteger a saúde humana e o meio ambiente, conforme dispõe a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010 e o Decreto Federal que a regulamenta.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitação dos gestores e técnicos envolvidos na gestão dos resíduos sólidos, para o estabelecimento de diretrizes a serem seguidas na elaboração e implantação do PIGIRS, com um envolvimento ativo em todas as atividades propostas, a fim de que possam ser capazes de monitorar e propor modificações/adaptações, quando necessário;
- Sensibilização das comunidades dos municípios integrantes do plano para uma melhor compreensão e participação do processo, garantindo um maior controle social na implantação e do PIGIRS de modo a promover a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente na região;
- Articulação entre os municípios (gestores e técnicos) para a integração do Plano com outras políticas e programas municipais, estadual e federal em desenvolvimento;
- Apresentar meios de ampliação e consolidação das capacidades técnicas, operacional e institucional, esta por meio do fortalecimento de possível formação de consórcio, na gestão de resíduos;



- Propor soluções alternativas para o reaproveitamento máximo dos resíduos coletados visando à geração de trabalho e renda a partir da reciclagem, com a inserção e participação dos catadores de materiais recicláveis nesse processo; programas de compostagem orgânica ou outra tecnologia viabilizando a utilização na agricultura orgânica e/ou paisagismo urbano;
- Organizar e disponibilizar dados do PIGIRS que deverão ser compatíveis com dados exigidos pelos sistemas instituídos oficialmente;
- Articular o PIGIRS entre os sete Municípios e as diferentes esferas de Poder Público, de forma a demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental das proposições apontadas.

4. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado com base em dados secundários a serem obtidos junto a órgão oficiais (IBGE, SNIS, SDC-SC, PNAD, PNSB, PMSB, PERS, ARIS e outras fontes) e dados a serem fornecidos pelas Prefeituras Municipais, especificadamente das secretarias responsáveis pela execução dos serviços, como pelas empresas prestadoras deste serviço nos municípios, além de visitas a campo para diagnóstico técnico de áreas vulneráveis e expostas a impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada de resíduos sólidos.

O PIGIRS deverá atender aos princípios básicos contidos no artigo 19 da Lei nº. 12.305/2010 e no artigo 51 do Decreto nº 7.404/2012:

- I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, considerando as características de cada região dentro de cada município, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;



- II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal, o zoneamento ambiental, se houver, a legislação ambiental vigente, bem como, outros elementos de ordem social e ambiental pertinentes como, por exemplo, a proximidade com regiões de adensamento populacional efetivo ou potencial, a existência de áreas e aspectos de relevância ambiental que possam ser impactados, etc.;
- III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a distância entre as principais regiões de geração e os locais considerados potenciais, as formas de prevenção dos riscos ambientais e a disponibilidade de mão de obra e de equipamentos públicos para o atendimento das demandas, como sistema viário adequado ao tráfego previsto, dentre outros;
- IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007, bem como o arcabouço legal pertinente;
- VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;



- VII – Prever ações emergenciais, conforme os planos municipais de saneamento, como por exemplo, em situações de interrupção de um ou mais serviços por forças externas, etc;
- VIII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;
- IX - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;
- X - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;
- XI - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;
- XII - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;
- XIII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
- XIV - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- XV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;



XVI - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVIII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

Além do atendimento as normativas contidas na Lei nº. 12.305/2010 e em consonância com toda a legislação regulatória vigente, mormente no que diz respeito à Lei nº. 11.445/2007, o plano deverá ser elaborado em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), por equipe multidisciplinar e deverá ser desenvolvido nas seguintes etapas:



5. ETAPAS E PRODUTOS DO PIGIRS

Etapa 1 – Plano de Trabalho e Mobilização Social;

Etapa 2 – Caracterização das Áreas, levantamentos de dados e elaboração dos diagnósticos dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos nos municípios da AMVALI;

Etapa 3 – Elaboração do SIG – Sistema de Informações Geográficas do PIGIRS;

Etapa 4 – Recomendações e Proposições;

Etapa 5 – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

Subproduto 5.1: Minuta de Lei do PIGIRS;

Subproduto 5.2: Relatório de Participação Popular.

ETAPA 1 – Plano de Trabalho e Mobilização Social

Nesta primeira fase, a equipe técnica da Contratada deverá apresentar a proposta do Plano de Trabalho, contendo:

- Metodologia geral de construção do PIGIRS;
- Descrição das atividades necessárias para cumprir os objetivos de cada fase de elaboração: processo de participação da sociedade, cronograma das fases de elaboração dos produtos, previsão de reuniões públicas, detalhamento das responsabilidades de todos agentes envolvidos no processo (Contratada, equipe técnica de apoio das Prefeituras, AMVALI) e definição das unidades de planejamento para aquisição de informações básicas, sendo, preferencialmente, bacias hidrográficas ou regiões administrativas;
- A participação da sociedade deve ser estimulada durante todo processo por meio de estratégias adequadas à realidade dos diferentes Municípios. O



processo de mobilização social se dará de forma a atender os seguintes objetivos:

- Sensibilizar a comunidade para a participação das atividades previstas para elaboração do PIGIRS;
- Inserir os conteúdos referentes às questões dos resíduos sólidos nos Municípios;
- Promover capacitação dos representantes;
- Apresentar o trabalho desenvolvido para conhecimento, sugestões e aprovação pelos Municípios.

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a corresponsabilidade entre órgão público e comunidade. Assim, para participação da população deverá ser desenvolvido um Plano de Mobilização Social com os seguintes objetivos:

- Divulgar a elaboração do PIGIRS;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas dos Resíduos Sólidos e suas implicações na qualidade de vida;
- Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação ambiental, por meio de uma reflexão crítica para o desenvolvimento de valores práticos rumo às mudanças culturais e sociais necessárias para adoção de uma política de saneamento ambiental;
- Estimular os diversos atores sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- Sensibilizar a comunidade para participação das atividades referentes ao PIGIRS;
- Levantar diretrizes e propostas para soluções de problemas locais, através da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos diagnósticos e propostas do plano.



Com esses objetivos, ao incorporar a participação da sociedade no processo de elaboração do Plano, pretende-se atingir as seguintes metas:

- Considerar as necessidades da sociedade;
- Incorporar a opinião da população na escolha de diretrizes, cenários futuros e priorização de programas, projetos e ações, compatíveis do ponto de vista técnico e econômico;
- Aumentar a capacidade de consolidação e sustentabilidade dos investimentos feitos para adoção de uma política de Resíduos Sólidos para o Município.

Por fim, deverão ser realizadas pela Contratada, com o apoio da AMVALI e dos municípios, no mínimo, as seguintes atividades de mobilização social:

- **02 (duas) Conferências Intermunicipais:** uma por ocasião da Assinatura de Contrato e lançamento do PIGIRS e outra por ocasião do encerramento dos trabalhos. Público: todos os Prefeitos, Secretários Municipais, Técnicos dos Municípios e da AMVALI, órgãos regionais e públicos interessados;
- **03 (três) Reuniões Técnicas na sede da AMVALI:** a primeira para a divulgação do início do PIGIRS, metodologia de execução, plano de Trabalho e de Mobilização; a segunda para a apresentação dos diagnósticos e a terceira para a apresentação das proposições, dos objetivos, metas e ações. Público: técnicos dos municípios envolvidos no processo de construção do PIGIRS e da AMVALI;
- **09 (nove) Audiências Públicas:** uma audiência em cada município, e três em Jaraguá do Sul para divulgar o diagnóstico, as proposições, metas e projetos, a institucionalização e as estratégias de implementação do PIGIRS em cada município. Público: Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, Servidores, técnicos da AMVALI, órgãos públicos, privados, terceiro setor, comunidades locais, associações de moradores, cooperativas de catadores,



representantes de empresas de saneamento, representantes de associações empresariais, rurais, sindicatos, e demais interessados;

- **02 (dois) Treinamentos na sede da AMVALI com 08 (oito) horas/aulas:** o primeiro para qualificação, atualização e homogeneização de conhecimentos sobre as diretrizes nacionais para os Resíduos Sólidos; o segundo ao final do trabalho para qualificar e preparar para a implementação do PIGIRS. Público: técnicos dos municípios envolvidos no processo de implementação do PIGIRS e da AMVALI.

Deverão ser utilizados durante as audiências, conferências e reuniões previstas, os seguintes materiais de apoio:

- Folders, cartazes, banners, modelos de convites ou outros materiais necessários para os eventos públicos de forma a sensibilizar, esclarecer e obter a participação popular na construção do Plano;
- Materiais impressos necessários às dinâmicas de participações individuais ou de grupos;
- Arquivos digitais dos materiais;
- Equipamentos de informática, áudio e de projeção para as reuniões e eventos;
- Painéis de moderação (enfoque participativo) que utiliza tarjetas para incluir contribuições dos diversos atores sociais de forma interativa; (Tendo em vista atender a meta: Incorporar a opinião da população na escolha de diretrizes, cenários futuros e priorização de programas, projetos e ações, compatíveis do ponto de vista técnico e econômico)
- Cópias de legislações e minutas apresentadas para análise, impressa ou em meio digital;
- Divulgação e convites para participação dos municípios via correios ou por meio eletrônico;



- Utilização de espaços ou auditórios cedidos pelos Municípios e AMVALI.

PRODUTO 01: PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

ETAPA 2 – Caracterização da Área, Levantamento de Dados e Elaboração do Diagnóstico do Serviço de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos

O diagnóstico é a base orientadora dos prognósticos do Plano, da proposição de cenários, da definição de diretrizes e metas e do detalhamento de seus programas, projetos e ações.

Os estudos para o diagnóstico deverão ser elaborados a partir de dados secundários e primários, quando necessário, a partir de levantamentos feitos em campo e através das reuniões públicas.

O Panorama deverá abranger em cada município os seguintes itens:

- **Caracterização socioeconômica e ambiental dos municípios:**

Esta etapa deverá fornecer subsídios para a elaboração dos trabalhos. Junto com o levantamento dos dados deve-se prever a caracterização ambiental e socioeconômica considerando os aspectos: físicos geográficos, econômicos, histórico de ocupação, infraestrutura e de saneamento básico, saúde pública, educação, dentre outros que a empresa julga necessário.

- **Diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos:**

O diagnóstico de caracterização dos resíduos sólidos urbanos, de cada município, deverá abranger os seguintes itens:



1. Estudo populacional: onde deverá ser apresentada a taxa de crescimento populacional (%/ano) para o horizonte de 20 anos e a taxa de incremento na geração “per capita” de lixo (%/ano);
2. Caracterização do serviço de limpeza pública no município, contendo periodicidade, áreas atendidas, número de funcionários, equipamentos disponíveis e avaliação do atendimento;
3. Caracterização do serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos: áreas atendidas, periodicidade, número de caminhões disponíveis, capacidade destes veículos, rotas e logística de coleta, número de funcionários e avaliação do atendimento como da área utilizada para disposição final;
4. Classificação e quantificação dos resíduos gerados: tipos de resíduos gerados no município, estimativas da quantidade de lixo gerado no município, geração “per capita” de lixo (kg/habitante/dia), composição física percentual (média), através de técnicas como dosimetria ou similar, dos tipos de resíduos sólidos urbanos: recicláveis, orgânicos e rejeitos;
5. Análise financeira – receitas e despesas com a execução dos serviços: Elaborar uma avaliação das vantagens e desvantagens, sob os aspectos operacionais e financeiros, da forma de execução dos serviços (direta, indireta, terceirizada ou concedida, total ou parcial), para: coleta de lixo domiciliar e comercial; coleta de resíduos sólidos dos serviços de saúde; coleta de resíduos especiais, coleta do lixo com uso de caçambas estacionárias; varrição e limpeza (capina, roçada, raspagem, etc.) de vias e logradouros públicos; destino final dos resíduos e das demais unidades destinadas à recepção, triagem, e tratamento de resíduos passíveis de reaproveitamento (reciclagem ou compostagem) que vierem a ser objeto de propostas.

PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL



ETAPA 3 –Elaboração do SIG – Sistema de Informações Geográficas do PIGIRS

O PIGIRS deverá ser elaborado em ambiente de geoprocessamento, sendo utilizado o SIG para apresentação e análise dos diagnósticos e propostas. Dessa forma, as informações obtidas serão espacializadas de forma a facilitar o planejamento e a gestão dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos. Este banco de dados deverá permitir a visualização da situação atual quanto:

- À periodicidade da coleta convencional e da coleta seletiva no município;
- Áreas de disposição irregular de resíduos sólidos;
- Logística de transporte;
- Área de disposição final dos resíduos sólidos urbanos;
- Aspectos regionais – proposição de consórcios municipais;
- Proposição de locais para instalação de PEV's – Pontos de Entrega Voluntária;
- Áreas atendidas pelos serviços de limpeza pública a citar: serviços de varrição, poda e corte de árvores, capina e roçagem e limpeza de bocas de lobo;
- Consolidação do diagnóstico e os dados de todos os municípios em um único banco de dados para a gestão consociada do PIGIRS.

PRODUTO 03: SIG do PIGIRS



ETAPA 4 – Recomendações e Proposições

Após a elaboração do diagnóstico apontando as principais deficiências do município quanto à execução dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, deverão ser apresentadas proposições para que tais deficiências sejam sanadas. Este produto deverá indicar os estudos necessários e formulação do sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, contemplando as políticas gerais que orientarão a atuação municipal ou intermunicipal (definição do órgão gestor, seu formato institucional, sua estrutura orgânica, a estratégia de implantação do sistema e dos serviços a serem prestados; a classificação e tratamento a ser dado a cada tipo de resíduo).

Deverão ser propostas soluções para o equacionamento dos problemas levantados pelo diagnóstico, de acordo com as seguintes diretrizes:

- As propostas deverão ser articuladas intersetorialmente;
- O sistema de limpeza urbana deverá privilegiar soluções voltadas para a minimização da geração, a segregação e a redução do volume (prensagem, trituração) dos resíduos sólidos gerados, visando ampliar a vida útil, especialmente quando a destinação seja aterro sanitário;
- Os resíduos sólidos domiciliares/comerciais e os especiais deverão ser obrigatoriamente coletados em separado, e ter destinação final diferenciada, nos termos da legislação vigente;
- Deverão ser apresentadas propostas relativas ao acondicionamento, à coleta de lixo domiciliar/comercial e de resíduos especiais; à limpeza urbana; ao tratamento e destinação final do lixo e aos equipamentos de apoio operacional, abordando os aspectos relacionados a seguir:
 - Acondicionamento: proposição de sistema diferenciado desde a fonte até o ponto de coleta para cada categoria (domiciliar/comercial, saúde, entulho e outros);



- Coleta: proposição de sistema compreendendo o dimensionamento do quadro de pessoal, a adequação da frota e de equipamentos, planos de coleta (frequência, horários, itinerários e setores), fardamento, equipamento de proteção individual e dos sistemas de fiscalização e controle, quantificar (dimensionar) as linhas (rotas) de coletas;
- Limpeza Pública: proposição de sistema de limpeza pública, compreendendo: varrição de vias e logradouros públicos, adequação da frota e de outros equipamentos, sistemas de fiscalização e controle, dimensionamento das equipes, limpeza de dispositivo de drenagem de águas pluviais (bueiros e bocas de lobo), além de outros serviços como capina, raspagem e roçada;
- Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos: proposição de alternativas viáveis para a destinação final de lixo urbano.
- Uma vez diagnosticados os aspectos financeiros de execução dos serviços, deve-se definir a forma mais vantajosa de execução dos serviços. Deverão ser apresentadas proposições relativas à administração dos mesmos, indicando, se for o caso, a necessidade de realização de estudos complementares para introduzir modificações organizacionais e legais para efetivar as soluções propostas;
- As propostas elaboradas deverão definir a origem dos recursos necessários para a manutenção e operação do tratamento e da disposição final;
- O prognóstico deverá ainda abordar diretrizes para todos os tipos de empreendimentos instalados no município como todos os tipos de resíduos: resíduos de construção civil, resíduos especiais, industriais, orgânicos, inorgânicos, de serviços de saúde, limpeza pública;
- Neste momento também deverão ser apresentados os objetivos, metas e ações. O cronograma físico deverá apresentar os seguintes horizontes de implantação: imediato, curto, médio e longo prazo. As projeções das demandas por estes serviços deverão ser estimadas para o horizonte de projeto de 20 anos, com as seguintes metas:



- Imediatas ou emergenciais – até 3 anos;
- Curto prazo – entre 4 a 9 anos;
- Médio prazo – entre 10 a 15 anos;
- Longo prazo – entre 16 a 20 anos;
- Indicação de ações emergenciais.

**PRODUTO 04: PROGNÓSTICO E OBJETIVOS,
METAS E AÇÕES - OMA.**

ETAPA 5 – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A Etapa 5 consiste na entrega do volume final do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e deverá reunir as etapas anteriores mais um relatório final referente a participação popular neste processo e a minuta de Lei para implantação do PGIRS nos municípios da AMVALI.

Portanto, o volume da etapa 5 deverá conter:

PRODUTO 01: PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL
PRODUTO 03: SIG DO PGIRS
PRODUTO 04: PROGNÓSTICO E OMA – OBJETIVOS, METAS E AÇÕES
PRODUTO 05: PGIRS FINAL
 SUBPRODUTO 5.1: MINUTA DE LEI DO PGIRS
 SUBPRODUTO 5.2: RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

PRODUTO 05: PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS



6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

A Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da Ordem de Serviços, para iniciar os trabalhos. O prazo máximo para execução é de 12 (doze) meses.

O cronograma de execução deverá ser o seguinte:

Produto		Tempo em Meses											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Plano de Trabalho e Mobilização Social	■	■										
2	Diagnóstico da Situação Atual		■	■	■	■							
3	SIG do PGIRS			■	■	■	■	■	■				
4	Prognóstico e OMA – Objetivos, Metas e Ações.						■	■	■	■	■		
5	Versão Final – PIGIRS										■	■	■

A Contratada deverá atender aos prazos para conclusão de cada etapa, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

7. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

A equipe designada deverá comprovar a habilitação técnica e o vínculo com a Contratada, com exceção do Supervisor apontado pela AMVALI.

- **Supervisor** – técnico indicado as expensas da AMVALI e/ou do município a que estiver vinculado, preferencialmente oriundo dos quadros de um dos municípios associados, com reconhecida atuação na área ambiental e na gestão pública de resíduos e saneamento.
- **Coordenador** - graduação superior em Engenharia Sanitária e Ambiental com Certidão de Registro profissional no CREA;
- **Engenheiro Sanitarista** - graduação superior em Engenharia Sanitária e Ambiental com comprovação de registro profissional no CREA;



- **Especialista em Geoprocessamento:** graduação superior em Engenharia ou Arquitetura ou Geografia; com Certidão de Registro profissional no CREA e comprovação de especialização em geoprocessamento;
- **Profissional em Mobilização Social:** graduação superior em Serviço Social ou pedagogia ou sociologia com Certidão de Registro do Conselho Profissional, para coordenar a mobilização social do PIGIRS;
- **Profissional em Finanças Públicas:** graduação superior em Economia, Administração ou Contabilidade, com Certidão de Registro do Conselho Profissional, para avaliação das finanças municipais e construção de planos de investimentos do PIGIRS;
- **Profissional em Atos Legislativos:** graduação superior em Direito, com conhecimento e experiência comprovados em Direito Público, para atuar na elaboração da Legislação e regulamentos para a institucionalização da Política Regional e Municipal dos Resíduos Sólidos.

8. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

Para elaboração do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos deverão ser levadas em consideração as seguintes leis, resoluções e normas técnicas, sem prejuízo de outras que sejam aplicáveis e/ou que venham a ser sancionadas ou publicadas no curso da realização dos trabalhos:

BRASIL, República Federativa do. Lei Federal nº. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

____. Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, 2007.



- ____. Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- ____. Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- ____. Lei nº. 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente.
- ____. Lei nº. 11.107/2005 – Normas Gerais de Contratação de Consórcios Públicos.
- ____. Decreto nº. 6017/2007 – Regulamenta a Lei nº. 11.107/2005 sobre a Lei dos Consórcios.
- ____. Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina – Lei nº. 14.675/2009.
- ____. Política Estadual de Resíduos Sólidos inserida no Código Estadual do Meio Ambiente.
- Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº. 05 de 05 de agosto de 1993: Dispõe sobre os resíduos sólidos gerados em Portos, Aeroportos, Terminais Ferroviários e Rodoviários e estabelecimento prestadores de Serviços de Saúde.
- ____. Resolução nº. 09 de 31 de agosto de 1993: Recolhimento e destinação adequada de óleos lubrificantes.
- ____. Resolução nº. 257 de 30 de junho de 1999: Pilhas e baterias – Dispões sobre a destinação final de pilhas e baterias.
- ____. Resolução nº. 258 de 26 de agosto de 1999: Coleta e destinação final adequada aos pneus inservíveis.
- ____. Resolução nº. 263 de 12 de novembro de 1999: Pilhas e baterias – Inclui o inciso IV no Artigo 6º da Resolução CONAMA 257 de 30 de junho de 1999.



____. Resolução nº. 275 de 25 de abril de 2001: Estabelece o código de cores para diferentes tipos de resíduos.

____. Resolução nº. 358 de 29 de abril de 2005: Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

____. Resolução nº. 307 de 05 de julho de 2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

____. Resolução nº. 313 de 29 de outubro de 2002: Inventário nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

____. Resolução nº. 316 de 29 de outubro de 2002: Procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico dos resíduos.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Portaria nº. 802 de 08 de outubro de 1998: Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos.

____. Resolução RDC nº. 306 de 07 de dezembro de 2005: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Norma ABNT NBR 1.183 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.

____. ABNT NBR 7.500 – Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais.

____. ABNT NBR 9.190 – Classificação de sacos plásticos para o acondicionamento de lixo.

____. ABNT NBR 9.191 – Especificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo.

____. ABNT NBR 9.800 – Critérios para lançamento de efluentes líquidos industriais no sistema coletor público de esgoto sanitário.

____. ABNT NBR 10.004 – Resíduos sólidos – Classificação.

____. ABNT NBR 10.005 – Lixiviação de Resíduos – Procedimento.



- ____. ABNT NBR 10.006 – Solubilização de Resíduos – Procedimento.
- ____. ABNT NBR 10.007 – Amostragem de Resíduos – Procedimento.
- ____. ABNT NBR 10.703 – Degradação do Solo – Terminologia.
- ____. ABNT NBR 11.174 – Armazenamento de resíduos classes II – não inertes e III – inertes.
- ____. ABNT NBR 12.235 – Procedimentos para o Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos.
- ____. ABNT NBR 12.807 – Resíduos de serviços de saúde – Terminologia.
- ____. ABNT NBR 12.808 – Resíduos de serviços de saúde – Classificação.
- ____. ABNT NBR 12.809 – Manuseio de resíduos de serviços de saúde – Procedimento.
- ____. ABNT NBR 12.810 – Coleta de resíduos de serviços de saúde – Procedimento.
- ____. ABNT NBR 13.221 – Transporte de resíduos.

Edital de Chamamento Para Apresentação de Proposta N.º 1/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA N.º 1/2013

Considerando o interesse de obter o maior número possível de propostas de trabalho, a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 83.784.090/0001-86, localizada na Rua Arthur Gumz, 88, Vila Nova, Jaraguá do Sul (SC), CEP 89.259-340, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Dieter Janssen, Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul, informa aos interessados que a AMVALI contratará, com recursos próprios, a "ELABORAÇÃO DO PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS", que abrangerá os 07 (sete) municípios da respectiva Associação de Municípios, conforme Termo de Referência anexo, que integra o presente Edital.

Os interessados deverão apresentar proposta de trabalho no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A proposta deverá ser encaminhada através de correspondência registrada ou entregue mediante protocolo, na sede da AMVALI, contendo a proposta técnica para a elaboração do objeto, da qual devem constar, sem prejuízo de outras informações consideradas relevantes, o detalhamento das atividades e seu cronograma de trabalho, a proposta global de valores e seu cronograma de pagamento, a descrição e identificação da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. Para a elaboração da Proposta Técnica, todas as condições previstas no Termo de Referência deverão ser observadas.

Informa-se que este Edital não obedece às regras de contratação pública, em especial a Lei n. 8.666/1993, sendo que a AMVALI poderá contratar nenhuma ou qualquer das propostas encaminhadas, conforme livre arbítrio da AMVALI, sempre com o fim de atender aos anseios técnicos, econômicos e operacionais da Associação. Nenhuma das empresas proponentes poderá requerer qualquer espécie de indenização em face de eventual negativa na contratação pela AMVALI.

Recebidas as propostas de cada empresa, as mesmas serão avaliadas por equipe técnica designada da AMVALI, que elaborará um parecer técnico a respeito da mesma. Após concluída essa análise, será remetido um Relatório Geral à Diretoria da AMVALI, que decidirá sobre a contratação de qualquer das propostas ofertadas. Caso nenhuma proposta atenda aos interesses da AMVALI, serão buscadas novas propostas no mercado.

As informações adicionais poderão ser obtidas por e-mail - executivo@amvali.org.br, por Fone/Fax (47) 3370-7933 ou na sede da AMVALI, conforme endereço acima.

Jaraguá do Sul, 1º de abril de 2013.

DIETER JANSSEN

Prefeito de Jaraguá do Sul

Presidente da AMVALI

Edital de Convocação N.º 4/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 4/2013

O Presidente da AMVALI - Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, DIETER JANSSEN, Prefeito de Jaraguá do Sul/SC, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

CONVOCA:

Os Senhores Prefeitos, Presidentes das Câmaras Municipais e Presidente da AVEVI, a participarem da 115.ª Assembleia Geral Ordinária da AMVALI com a seguinte programação:

Data: 15 de abril de 2013 (2.ª f.)

Horário: 15h00

Local: AMVALI, sito a Rua Arthur Gumz, 88 - Vila Nova

Município: Jaraguá do Sul (SC)

ORDEM DO DIA:

- Apresentação de soluções para destinação de resíduos sólidos - experiência da República Federal da Alemanha - RFA;
- Assuntos Gerais.

Estarão presentes na Assembleia comitiva da Alemanha e Prefeitos da região da AMMVI (Blumenau).

Jaraguá do Sul, 27 de abril de 2013.

DIETER JANSSEN

Prefeito de Jaraguá do Sul/SC

Presidente da AMVALI

EGEM

Edital N.º 32/2013 _Siconv _amvali

EDITAL Nº 32/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - SICONV

1. OBJETIVO DO CURSO

Habilitar e preparar os participantes no envio de propostas e planos de trabalho para captação de recursos financeiros federais, com ênfase para a execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse, por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos – SICONV.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores municipais responsáveis SICONV e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Jaraguá do Sul – SC Auditório da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI Rua Arthur Gumz, nº 88 - Vila Nova
Período das inscrições	03/04/2013 a 06/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	06/05/2013
Homologação das inscrições	08/05/2013
Período de realização	21, 22 e 23 de maio de 2013
Carga horária total	25 horas/aula
Quantidade de vagas	100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do

site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA	
8h30 às 12h	Inclusão de planos de trabalho no SICONV: Serão tratadas a inclusão, a complementação e o envio de propostas e planos de trabalho via SICONV. Para isso serão necessários os perfis normais de conveniente (cadastrador de propostas, gestor de convênios) e os perfis de concedente que permitam analisar, colocar em complementação e aprovar propostas e planos de trabalho. Como preparação para o segundo curso, serão necessários também perfis do concedente que permitam chegar até a situação convênio em execução, para posterior simulação das situações relativas à prestação de contas (será necessário realizar a análise final de planos de trabalho, gerar convênio, gerar empenho, assinar convênio e publicar).

13h30 às 17h30	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse no SICONV: Serão tratados os aspectos relativos ao registro de dados de execução no sistema (licitações, contratos, documentos de liquidação, pagamentos e ingressos de recursos), à geração de relatórios de execução e à prestação de contas final. Para isso serão necessários os perfis normais de conveniente (gestor financeiro, gestor de convênios) e os perfis do concedente que permitam chegar até a situação convênio em execução, para posterior simulação das situações relativas à prestação de contas (será necessário realizar a análise final de planos de trabalho, gerar convênio, gerar empenho, assinar convênio e publicar).
SEGUNDO DIA	
8h30 às 12h	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse no SICONV (CONTINUIDADE)
13h30 às 17h30	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse relativos a obras no SICONV: Serão tratados aspectos relacionados à execução e à prestação de contas de obras no sistema, com especial ênfase na realização de ajustes do PT e no registro de informações da execução. Para isso serão necessários os perfis normais de conveniente (cadastrador de propostas, gestor financeiro, gestor de convênios) e os perfis do concedente que permitam chegar até a situação convênio em execução, para posterior simulação das situações relativas à prestação de contas (será necessário realizar a análise final de planos de trabalho, gerar convênio, gerar empenho, assinar convênio e publicar). Além disso, serão necessários perfis do concedente que permitam aprovar solicitação de ajustes do PT (seja via aba TAS, seja via aba Ajustes do PT), abrir o plano de trabalho para ajustes e aprovar os ajustes realizados pelo conveniente.
TERCEIRO DIA	
8h30 às 12h	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse relativos a obras no SICONV (CONTINUIDADE)

7. PALESTRANTES

Sérgio Pavan Margarido

Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Teoria Econômica. Foi Diretor Tributário e Secretário de Fazenda da Prefeitura Municipal de Maringá (PR) e Supervisor do Departamento da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas (SP). Vem trabalhando como consultor de órgãos públicos, desde 2005, especificamente com o SICONV, desde 2008.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**7. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Editais Nº 34/2013 _Iii Fórum de Cultura

EDITAL Nº 34/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO III Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura

1. OBJETIVO

Proporcionar a integração das regiões catarinenses, além de promover o debate das políticas públicas do setor cultural, ampliando o diálogo entre o Ministério da Cultura - MinC, as prefeituras e o governo do Estado, com o objetivo de fortalecer as ações de programas já existentes e iniciar futuras parcerias.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais de cultura, dirigentes da área cultural e servidores da administração pública envolvidos com a gestão cultural.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Piratuba/SC Centro de Eventos Piratuba Rua Florianópolis, 246 – Centro Site: www.centreventospiratuba.com.br
Período das inscrições	03/04/2013 a 06/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	06/05/2013
Homologação das inscrições	08/05/2013
Período de realização	22, 23 e 24 de maio de 2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	200 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 100,00
Demais participantes	R\$ 250,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados para a emissão da nota fiscal”.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;

c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia – 22 de maio	
13h	Recepção aos Participantes e credenciamento
13h30	Solenidade de Abertura Representantes: Ministério da Cultura-MinC, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, FECAM, Conselho dos Gestores Municipais de Cultura-CONGESC, Frente Parlamentar da Cultura, Conselho Estadual de Cultura-CEC, Conselho Nacional de Política Cultural.
14h	Conferência de Abertura: A cultura como Eixo de Desenvolvimento e Cidadania Palestrante: Ministério da Cultura
15h	Café e cultura
15h30	Mesa redonda: Sistema Nacional de Cultura-SNC Representantes: Ministério da Cultura-MinC, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e Conselho Nacional de Cultura. Mediação: CONGESC
17h	Debate
17h50	3ª Conferência Nacional de Cultura - Instruções e orientações para as conferências municipais e intermunicipais
18h30	Noite típica
Segundo dia	
08h30	Conselho dos Gestores Municipais de Cultura – CONGESC Relatório de trabalhos do ano de 2010/2012 e validação da eleição do novo Comitê Gestor.
9h30	Apresentação Cultural

10h	Mesa redonda: Gestão do Patrimônio Cultural Representantes: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, Fundação Catarinense de Cultura-FCC, Município. Mediação - CONGESC
11h30	Debate
12h	Intervalo para almoço
13h30	Gestão Cultural - Planejamento e Legislação Orçamentária
14h10	Debate
14h40	Fontes de Financiamento para Cultura
15h40	Debate
16h10	Café e Cultura
16h40	Como criar e Regular o Fundo Municipal de Cultura
17h20	debate
17h50	Plenária do Fórum dos Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina - Diretrizes e plano de ação da nova Gestão do CONGESC Composição: Comitê Gestor
19h	Noite típica
Terceiro dia – Manhã	
8h30	Mostra de Cinema Infantil
10h30	Passeio de Trem: Maria Fumaça trajeto Piratuba - SC / Marcelino Ramos – RS/ Piratuba - SC Conforme adesão
12h30	Encerramento

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS**Resolução nº 001/2013**

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 35/2013 _Conselho Tutelar _ammoc

EDITAL Nº 35/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES: DESAFIOS TEÓRICOS PRÁTICOS

1. OBJETIVO DO CURSO

Proporcionar a capacitação para a prática social dos conselheiros tutelares, alinhada ao ECA e as atuais normativas do CONANDA, com ênfase para a operacionalização das intervenções no cotidiano.

2. PÚBLICO-ALVO

Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselheiros Tutelares, Trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Joaçaba - SC AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense Rua Roberto Trompowski, 68 Bairro: Centro
Período das inscrições	03/04/2013 a 22/04/2013
Vencimento do boleto de cobrança	22/04/2013
Homologação das inscrições	24/04/2013
Período de realização	02 e 03 de maio de 2013
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia	
	Módulo I - Parâmetros Normativos Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil – 139/2010 Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares - 152/2012 Lei que altera o funcionamento do Conselho Tutelar (Lei Nº 12.696, de 25 de julho de 2012). Garantia dos direitos trabalhistas aos Conselhos Tutelares Requisitos básicos do Conselho Tutelar
13h30 às 17h30	
Segundo dia	
	Módulo II – Princípios e Atribuições dos Conselhos Tutelares 2.1. Atribuições dos Conselheiros Tutelares 2.2. Requisição de serviços e atendimento das políticas públicas 2.3. Representação junto a autoridade judiciária 2.4. Encaminhamentos ao ministério público 2.5. Assessoria ao poder executivo local
8h30 às 12h	
	Módulo III – A dimensão socioeducativa do Conselho Tutelar 3.1. Habilidades básicas e específicas para o exercício do cargo 3.2. Rotinas e instrumentos operacionais
13h30 às 17h30	

7. PALESTRANTES

Darlene de Moraes Silveira

Assistente Social. Mestre em Educação. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Ministrou capacitação para conselheiros municipais em 2010, pelo MDS. Ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e metodologia de trabalho com famílias.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

Edital Nº 36/2013 - Orientadores Sociais _ammvi

EDITAL Nº 36/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL E CUIDADOR RESIDENTE NO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar Educadores Sociais e Cuidadores Residentes que atuam na Proteção Social Especial de Alta Complexidade no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, potencializando-os na construção de estratégias para garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

2. PÚBLICO-ALVO

Educadores Sociais e Cuidadores Residentes que atuam no Serviço de Acolhimento Institucional

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha
Período das inscrições	03/04/2013 a 22/04/2013
Vencimento do boleto de cobrança	22/04/2013
Homologação das inscrições	24/04/2013
Período de realização – Turma 1 (Introdutória)	06/05 a 17/06/2013
Período de realização – Turma 1 (Atualização)	10/07 a 03/09/2013
Período de realização – Turma 2 (Introdutória)	07/05 a 17/06/2013
Período de realização – Turma 2 (Atualização)	11/07 a 04/09/2013
Carga horária total	80 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas por turma

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;

c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Capacitação	Conteúdos		
Introdutória Etapa I	1. Concepção de Educação Social 2. As atribuições do Educador e Cuidador na modalidade de Acolhimento Institucional e Familiar 3. Apresentação do serviço, suas especificidades e funcionamento 4. Legislações pertinentes Sistema Único de Assistência Social - SUAS Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA 5. Sistema de Garantia de Direitos - SGD e rede de políticas públicas - com o intuito de que o profissional compreenda as medidas protetivas, competências e limites de atuação de cada órgão / entidade e articulação entre as partes envolvidas.		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa I Maio 16h	06/05/2013 8h30 às 17h30	07/05/2013 8h30 às 17h30	QUÉLI FLACH ANSCHAU
	24/05/2013 8h30 às 12h	24/05/2013 13h30 às 17h30	

Capacitação	Conteúdos		
Introdutória Etapa II	6.Etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade) 2.Brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites 3.Comportamentos freqüentemente observados entre crianças/adolescentes afastados da família de origem, por abandono, violência 4.Práticas educativas como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a auto-estima e contribuir para a construção da identidade 5.Cuidados específicos com crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades específicas de saúde (doença infecto-contagiosa ou imunodepressora, transtorno mental, dependência química, etc.).		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa II			
Junho 16h	03/06/2013 8h30 às 17h30 17/06/2013 8h30 às 12h	04/06/2013 8h30 às 17h30 17/06/2013 13h30 às 17h30	VÂNIA FÁTIMA GUARESKI SOUTO
TOTAL:		32 horas/aula	

Capacitação	Conteúdos		
Atualização Etapa I	1.O desenvolvimento das dimensões humanas e o incentivo ao protagonismo 2. Conceito de Violência, dependência química e os Direitos Humanos 3. A importância da equipe multidisciplinar nas áreas de saúde, assistência social e educação. 4 .Família: 4.1. Família brasileira: aspectos históricos, sociológicos e antropológicos 4.2 .Direito de Família – (abrangência, princípios, fundamentos básicos e conceito, institutos: direito a convivência, relação de famílias, parentesco, direito de filiação e direito de reconhecimento dos filhos) 5.O trabalho com as famílias na preservação dos vínculos familiares – (conceito, políticas públicas, paradigmas do trabalho de família);		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa I	10/07/2013 8h30 às 17h30	11/07/2013 8h30 às 17h30	DARLENE DE MORAES SILVEIRA
Julho 20h	22/07/2013 8h30 às 17h30	23/07/2013 8h30 às 17h30	
Etapa I	05/08/2013 8h30 às 17h30	06/08/2013 8h30 às 17h30	DARLENE DE MORAES SILVEIRA DANIELLE SPEZIM DOS SANTOS
Agosto 20h	19/08//2013 8h30 às 17h30	20/08//2013 8h30 às 17h30	

Capacitação	Conteúdos		
Atualização Etapa II	1.Serviços de Acolhimento Institucional (conceito, modalidades, características e regras de funcionamento); 2.Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: conceito, legislação, operacionalização e critérios mínimos; 3. O papel da Política de Assistência Social no processo de adoção – (nova mudança do estatuto); 4. Ética profissional no trabalho com famílias; 5. Plano Individual de Atendimento – PIA		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa II			
Setembro			
8h	03/09/2013 8h30 às 17h30	04/09/2013 8h30 às 17h30	CÉLIO VANDER- LEI MORAES
TOTAL:		48 horas/aula	

ATENÇÃO

A organização da capacitação em duas turmas – 1 e 2 - se justifica considerando a permanência de educadores/orientadores sociais nos locais onde atuam, não havendo a saída de todos ao mesmo tempo, o que impossibilitaria a participação das equipes na sua totalidade.

7. PALESTRANTES

CÉLIO VANDERLEI MORAES

Psicólogo. Mestre em Sociologia Política pela UFSC. Foi Coordenador Nacional do Centro de Formação de Educadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ocupou o cargo de

Conselheiro Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Nacional da Assistência Social. Atuou como Consultor PNUD/MDS para a Gestão do Trabalho e demais regulamentações atuais do SUAS. Atualmente participa de projetos nacionais para o Instituto Paulo Freire – SP, Pia Sociedade de São Paulo – PAULUS; realiza perícia judicial no atendimento socioassistencial; ministra disciplinas nos cursos de pós-graduação para a UNISUL e FECAM/SATC e atua como consultor em outros projetos na assistência social.

DANIELLE SPEZIM DOS SANTOS

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), especialização em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (2001) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Atualmente é professora titular do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, da Universidade do Sul de Santa Catarina e Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Ministra as disciplinas de Direito Constitucional, Interesses Difusos e Coletivos e Direito da Criança e do Adolescente. Lidera o Grupo de Pesquisa Novos Direitos e Sociedade da Universidade do Sul de Santa Catarina. Coordenadora e idealizadora do Curso de Pós Graduação em Interesses Difusos e Coletivos da Criança, do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência a distância da Unisul.

QUÉLI FLACH ANSCHAU

Assistente Social. Especialista em Educação Popular e Movimentos Sociais e Mestre em Sociologia Política/UFSC. Foi professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Conselheira Tutelar na cidade de Blumenau. Coordenadora do Acolhimento Institucional da Prefeitura Municipal de Itapema. Consultora do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, atualmente é consultora técnica do Ministério de Desenvolvimento Social/MDS e atua com assessoria em Gestão e Controle Social

DARLENE DE MORAES SILVEIRA
Assistente Social. Mestre em Educação. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Ministrou capacitação para conselheiros municipais em 2010, pelo MDS. Ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e metodologia de trabalho com famílias.

VÂNIA FÁTIMA GUARESKI SOUTO

Assistente Social. Especialista em Gestão Social de Políticas Públicas. Atuou como Assistente Social no município de Irani/SC, onde participou do processo de habilitação do município ao SUAS e implantação do CRAS. Atuou como Diretora Municipal de Assistência Social de Palhoça, onde realizou assessoria técnica a gestão da Política de Assistência Social para a implementação do SUAS. Conselheira Estadual de Assistência Social representando os municípios através da FECAM, onde faz parte da mesa diretora, membro das comissões temáticas permanentes de Normas e Orçamento e Financiamento. Atuou como Assessora de Projetos na Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM na elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social. Realiza capacitações e assessorias aos municípios desde 2010. Atua como articuladora do Colegiado de Assistência Social da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS onde desenvolve trabalhos voltados a assessoria técnica aos 22 municípios que compreendem esta região. Autora do Artigo a Consolidação do SUAS nos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS. Nas experiências profissionais destaca-se o conhecimento teórico e a vivência prática, o que enriquece a capacidade de entendimento da realidade dos

municípios do Estado de Santa Catarina.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 37/2013 - Pas _amurel

EDITAL Nº 37/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os gestores municipais para a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, em conjunto com os trabalhadores do SUAS e conselheiros municipais, conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento Social, organizando o plano a partir da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, novos blocos de financiamento e articulando a oferta de serviços a rede socioassistencial.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e Trabalhadores Municipais de Assistência Social, Conselheiros Municipais das diversas Políticas Públicas e de Direitos, Contadores e demais interessados.

ATENÇÃO

Solicitamos que os participantes tragam para a Capacitação as informações municipais conforme itens apresentados na programação, exemplo: lista com as entidades da rede socioassistencial, escolas municipais, unidades de saúde, entre outros que considerarem necessários para a execução dos trabalhos previstos conforme metodologia.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Tubarão – SC Auditório da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL Rua Rio Branco nº 067 Bairro: Vila Moema
Período das inscrições	03/04/2013 a 27/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	27/05/2013
Homologação das inscrições	29/05/2013
Período de realização - CAPACITAÇÃO	10, 11 e 12 de junho de 2013
Período de realização – ASSESSORIA COLETIVA	01 de agosto de 2013
Carga horária total	40 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Encontro – Darlene

8h30 às 12h

Elementos Estruturantes do Plano

A dimensão estratégica do Plano no contexto do SUAS

O processo decisório e a exigência de coordenação política

A participação e o controle social

Metodologia: expositiva e dialogada, aprofundamento teórico e prático da importância do Plano Municipal, enquanto um instrumento de planejamento e político.

13h30 às 17h30

A Construção do Plano de Assistência Social: componentes básicos

Conhecimento da realidade: estudo e diagnóstico

Metodologia: oficina para definição de informações de diagnóstico

Segundo Encontro - Vânia

8h30 às 12h

Mapeamento e cobertura da rede prestadora de serviço

Metodologia: oficina para mapeamento da rede socioassistencial e interface com a rede municipal das demais políticas públicas.

13h30 às 17h30

Objetivos

Diretrizes e Prioridades

Metas e Previsão de Custos

Metodologia: elaboração dos objetivos, diretrizes e prioridades, além da elaboração das metas e previsão de custos.

Terceiro Encontro – Vania

8h30 às 12h

2.6. Financiamento

Instrumentos de Planejamento: PPA, LOA e LDO

Blocos de Financiamento – Nova NOBSUAS

Metodologia: elaboração da planilha orçamentária

13h30 às 17h30

2.7. Monitoramento e Avaliação

Metodologia: definição e elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação.

Quarto Encontro - Darlene

8h30 às 12h

Assessoria coletiva na elaboração do plano

13h30 às 17h30

Assessoria coletiva na elaboração do plano

ASSESSORIA COLETIVA

As edições da Capacitação sobre Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, contam com um encontro de 10h, no qual será a ASSESSORIA COLETIVA, conforme datas apresentadas na programação.

Esse encontro será no mesmo local onde a capacitação aconteceu, e com os mesmos participantes. É um momento coletivo para esclarecimentos e troca de experiências entre os participantes.

7. PALESTRANTES

Darlene de Moraes Silveira.

Assistente Social. Mestre em Educação. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Ministrou capacitação para conselheiros municipais em 2010, pelo MDS. Ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e metodologia de trabalho com famílias.

Vânia Guareski Souto

Assistente Social. Cursando Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas. Atuou como Assistente Social no município de Irani/SC, onde participou do processo de implantação do CRAS. Diretora Municipal de Assistência Social de Palhoça. Conselheira Estadual e Municipal de Assistência Social.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio

da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 33/2013 _Siconv _fpolis _2turma

EDITAL Nº 33/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - SICONV

1. OBJETIVO DO CURSO

Habilitar e preparar os participantes no envio de propostas e planos de trabalho para captação de recursos financeiros federais, com ênfase para a execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse, por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos – SICONV.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores municipais responsáveis SICONV e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC (acompanhe no site da EGEM) – www.egem.org.br
Período das inscrições	03/04/2013 a 24/06/2013
Vencimento do boleto de cobrança	24/06/2013
Homologação das inscrições	26/06/2013
Período de realização	09, 10 e 11 de julho de 2013
Carga horária total	25 horas/aula
Quantidade de vagas	100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA

8h30 às 12h	Inclusão de planos de trabalho no SICONV: Serão tratadas a inclusão, a complementação e o envio de propostas e planos de trabalho via SICONV. Para isso serão necessários os perfis normais de conveniente (cadastrador de propostas, gestor de convênios) e os perfis de concedente que permitam analisar, colocar em complementação e aprovar propostas e planos de trabalho. Como preparação para o segundo curso, serão necessários também perfis do concedente que permitam chegar até a situação convênio em execução, para posterior simulação das situações relativas à prestação de contas (será necessário realizar a análise final de planos de trabalho, gerar convênio, gerar empenho, assinar convênio e publicar).
13h30 às 17h30	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse no SICONV: Serão tratados os aspectos relativos ao registro de dados de execução no sistema (licitações, contratos, documentos de liquidação, pagamentos e ingressos de recursos), à geração de relatórios de execução e à prestação de contas final. Para isso serão necessários os perfis normais de conveniente (gestor financeiro, gestor de convênios) e os perfis do concedente que permitam chegar até a situação convênio em execução, para posterior simulação das situações relativas à prestação de contas (será necessário realizar a análise final de planos de trabalho, gerar convênio, gerar empenho, assinar convênio e publicar).

SEGUNDO DIA

8h30 às 12h	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse no SICONV (CONTINUIDADE)
-------------	---

13h30 às 17h30	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse relativos a obras no SICONV: Serão tratados aspectos relacionados à execução e à prestação de contas de obras no sistema, com especial ênfase na realização de ajustes do PT e no registro de informações da execução. Para isso serão necessários os perfis normais de conveniente (cadastrador de propostas, gestor financeiro, gestor de convênios) e os perfis do concedente que permitam chegar até a situação convênio em execução, para posterior simulação das situações relativas à prestação de contas (será necessário realizar a análise final de planos de trabalho, gerar convênio, gerar empenho, assinar convênio e publicar). Além disso, serão necessários perfis do concedente que permitam aprovar solicitação de ajustes do PT (seja via aba TAs, seja via aba Ajustes do PT), abrir o plano de trabalho para ajustes e aprovar os ajustes realizados pelo conveniente.
TERCEIRO DIA	
8h30 às 12h	Execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse relativos a obras no SICONV (CONTINUIDADE)

7. PALESTRANTES

Sérgio Pavan Margarido

Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Teoria Econômica. Foi Diretor Tributário e Secretário de Fazenda da Prefeitura Municipal de Maringá (PR) e Supervisor do Departamento da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas (SP). Vem trabalhando como consultor de órgãos públicos, desde 2005, especificamente com o SICONV, desde 2008.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS**Resolução nº 001/2013**

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS**Aviso de Licitação 14/2013 - Convite 02/2013**

Aviso de Licitação
Convite nº 02/2013
Processo Licitatório nº 14/2013

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 10 de abril de 2013, recebimento dos envelopes para licitação na modalidade CONVITE - TÉCNICA E PREÇO, com a finalidade de contratação de consultoria técnica especializada para a elaboração de estudo econômico-financeiro dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a autarquia municipal de água e esgoto (SAMAE) de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência constante do Anexo I (Especificação do Objeto) e as condições constantes do Anexo VII (Minuta de Contrato).

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- DATA: 10 de abril de 2013
- HORA: das 09h00m às 09h30m.
- LOCAL: Sede ARIS - Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, Santa Catarina

Poderão participar da licitação interessados que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248.0263
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br

- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 02/04/2013.
ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

CIGA**Portaria Nº 02/2013**

Portaria nº 02/2013, de 03 de abril de 2013
Concede provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital de Convocação para provimento de vaga referente ao Concurso Público CIGA Nº 02/2011, publicado em 21 de março de 2013, e a Portaria nº 01/2013 de 27 de março de 2013,
Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA ao Sr. Marcus Vinicius da Silveira, CPF nº 048.326.649-30, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 03 de abril de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

CIM-AMAVI**Resolução Nº 06, de 09/08/2012**

RESOLUÇÃO nº 06, de 09/08/2012.

Autoriza o início de processo licitatório visando a aquisição de móveis e demais materiais necessários à estruturação do Abrigo Institucional a ser implantado em Vidal Ramos.

JOCELINO AMANCIO, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o início de processo licitatório, nos termos do art. 38 da Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, na modalidade Pregão Presencial, visando a aquisição de móveis e demais materiais necessários à estruturação do Abrigo Institucional, conforme deliberado em Assembleia Geral do Consórcio e consoante Resolução do CIM-AMAVI nº 01/2012, Contrato de Rateio firmado pelo CIM-AMAVI e os Municípios de Ituporanga, Petrolândia, Chapadão do Lageado, Atalanta, Imbuia e Vidal Ramos e convênio firmado com o Município de Leoberto Leal para instalação de Abrigo Institucional para crianças e adolescentes, em atendimento à demanda apresentada pelo Ministério Público e Poder Judiciário da Comarca de Ituporanga.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2012.
JOCELINO AMANCIO
Presidente do CIM-AMAVI

CINCO**Resolução N. 016 _2013**

Resolução n. 016/2013.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para avaliação técnica de leites e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de leites, com os seguintes membros:

- I - Camila Strapazon - Município Videira;
- II - Luiza Sabina Gazzi - Município de Videira;
- III - Verônica Almeida - Município de Salto Veloso;
- IV - Ana Maria Werner - Município de Lebon Régis.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo SC, 02 de abril de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Resolução Nº 0013 _2013

Resolução n. 013/2013

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, cria o serviço de informações ao cidadão no Consórcio Integrado do Contestado - CINCO e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

RESOLVE

Art. 1º. O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no CINCO, segundo o disposto nesta resolução e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º. Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, no CINCO, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Parágrafo único. O SIC funcionará junto à Secretaria Executiva do CINCO, localizado na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 01, Centro, Fraiburgo - SC.

Art. 3º. O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de

apresentação do pedido;

III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 4º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 5º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;

IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 6º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 7º. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 8º. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de empregado público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 9º. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 10º. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar

não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 11º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente documento, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 12º. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará.

Parágrafo único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 13º. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo CINCO, serão divulgadas, independente de requerimento, no sítio: www.cinco.sc.gov.br, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 14º. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Parágrafo único: Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Resolução.

Art. 15º. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC será representada pelo Presidente do CINCO.

Art. 16º. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Resolução, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação

pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 17º. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o CINCO e deixar de observar o disposto nesta Resolução estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo empregatício;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CINCO por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CINCO, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva do Presidente do CINCO, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 18º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 28 de março de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Resolução Nº 0014 _2013

Resolução n. 014/2013

Designa Servidor Público como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias;

RESOLVE

Art. 1º. Designar, Luiz Fernando Raldi, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 007.140.999-88, contratado na função de Contador, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do Consórcio Integrado do Contestado Cinco

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 28 de março de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Resolução Nº 0015 _2013

Resolução n. 15/2013.

REGULAMETA A CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE PARA OS AGENTES PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 62. do Estatuto que trata de auxílios pecuniários;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o vale-transporte para os agentes públicos do CINCO.

Art. 2º. O vale-transporte constitui benefício que será concedido pelo CINCO aos seus agentes públicos, para utilização efetiva em despesas de deslocamento da residência ao local de trabalho e posterior retorno.

Parágrafo primeiro: O deslocamento de que trata este artigo compreende a soma dos trajetos componentes da viagem do agente público, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Parágrafo segundo: Somente farão jus ao vale transporte instituído por esta Resolução os agentes públicos que residirem em um raio de 03 km de seu efetivo local de trabalho, exceto para os estagiários.

Art. 3º. O vale-transporte é utilizável em todas as formas de transporte coletivo público urbano, operado diretamente pelo poder público ou mediante delegação, em linhas regulares inseridas no perímetro urbano do Município, e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

Art. 4º. O vale-transporte será custeado:

I - pelo agente público, na parcela equivalente a 06% (seis por cento) de seu vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens, exceto para os estagiários;

II - pelo CINCO, no que exceder à parcela de responsabilidade do agente público.

Parágrafo único: Sendo o valor previsto no inciso I deste artigo, superior ao custo do vale-transporte, poderá o agente público optar por qual valor efetuará o custeio.

Art. 5º. Para fazer jus ao vale-transporte, o agente público deverá manifestar opção por escrito perante o Departamento de Recursos Humanos, em requerimento padronizado, do qual constarão:

I - seu endereço residencial;

II - os serviços e meios de transporte necessários ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa;

III - a autorização para o desconto, em folha de pagamento, da parcela de 06% (seis por cento) de seu vencimento ou o desconto do valor correspondente ao vale-transporte, nas condições estabelecidas nesta Resolução;

IV - compromisso a ser firmado pelo agente público, sob responsabilidade, de que somente utilizará o vale-transporte para o seu próprio e efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa;

V - outros elementos que se recomendarem à concessão e utilização adequada do vale-transporte.

Art. 6º. O desconto da parcela de 06% (seis por cento), de que trata o artigo 4º desta Lei, terá por base o período a que se refere o pagamento do vencimento, e se processará na ocasião deste.

Parágrafo único: Nos casos em que a despesa com o deslocamento for inferior à parcela de 06% (seis por cento), que compete ao agente público, a requerimento escrito deste, o desconto far-se-á de acordo com o número de vales efetivamente concedidos.

Art. 7º. O benefício ficará suspenso durante as férias, licenças ou

afastamentos, a qualquer título, sendo restabelecido quando do retorno do agente público.

Art. 8º. A distribuição ou o uso indevido do vale-transporte caracteriza falta grave, sujeitando o responsável às penalidades previstas em lei, assim como à suspensão ou cassação definitiva do benefício.

Art. 9º. O benefício do vale-transporte cessará:

I - por expressa desistência do agente público;

II - pela exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento ou qualquer outro ato que implique exclusão do agente público;

III - pela sua cassação, em conformidade com o artigo 8º, desta Resolução.

Art. 10º. O vale-transporte, no que se refere à contribuição da CINCO:

I - não tem natureza remuneratória, nem se incorpora à remuneração do agente público para quaisquer efeitos;

II - não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;

III - não é considerado para efeito da gratificação natalina;

IV - não configura rendimento tributável do agente público.

Art. 11º. As despesas com a execução da presente Resolução, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, dos orçamentos vigentes.

Art. 12º. Esta resolução deverá ser homologada pela Assembléia Geral do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO.

Art. 13º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo SC, 28 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Aviso Pregão Eletrônico N. 0006/2013 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 01 de maio a 30 de setembro de 2013. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 03/04/2013 até às 09:00 horas do dia 18/04/2013. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 18/04/2013. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 18/04/2013. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bl.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de abril de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Contrato Ct2013 _cinco _003

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DO CONTRATO Nº-0003/2013-CINCO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. CONTRATADA: SITIO SAN GHERMANN LTDA ME. OBJETO: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTA PARA OPERADOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA. VALOR TOTAL: R\$ 3.285,00 (TRÊS MIL DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS); DATA: 11/03/2013. VIGÊNCIA: 11/03/2013 A 31.05.2013. DISPENSA DE LICITAÇÃO

FRAIBURGO (SC), 02/04/2013

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Contrato Ct2013 _cinco _004

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DO CONTRATO Nº-0004/2013-CINCO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. CONTRATADA: ANSILIERO & NAVA LTDA. OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA. VALOR TOTAL R\$ 4.660,00 (QUATRO MIL SEISCENTOS E SESENTA REAIS); DATA: 11/03/2013. VIGÊNCIA: 11/03/2013 A 31.05.2013. DISPENSA DE LICITAÇÃO

FRAIBURGO (SC), 02/04/2013

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Contrato Ct2013 _cinco _005

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DO CONTRATO Nº-0005/2013-CINCO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. CONTRATADA: VOLMIR JOSE PAGLIARI. OBJETO: FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO (ALMOÇO E UM REFRIGERANTE) PARA OPERADOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA EM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA. VALOR TOTAL R\$ 720,00 (SETECENTOS E VINTE REAIS); DATA: 11/03/2013. VIGÊNCIA: 11/03/2013 A 31.05.2013. DISPENSA DE LICITAÇÃO

FRAIBURGO (SC), 02/04/2013

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco61

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO61

Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de equipamentos diversos de informática e suprimentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 3, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 02.04.2013. Validade: 25.03.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0003/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 02 de abril de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMURC**Teste Seletivo Para Contratação Temporária- Edital 01 _2013**

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

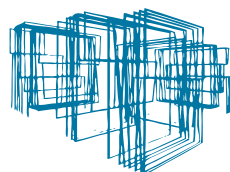
EDITAL Nº 01/2013

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede sita a Rua João da Cruz Kreiling, 1056, no município de Canoinhas, SC, através de seu Presidente, comunica aos interessados que se encontram abertas de 08/04/2013 a 15/04/2013 as inscrições para o Teste Seletivo para contratação de profissionais na área de Técnico em Radiologia, para o Centro de Diagnóstico por Imagem Dr. Oswaldo Segundo de Oliveira. Maiores informações poderão ser obtidas junto a sede do CISAMURC no site: www.amplanorte.org.br.

Canoinhas, 02 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Presidente

**Programa de Gestão de Obras**

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br